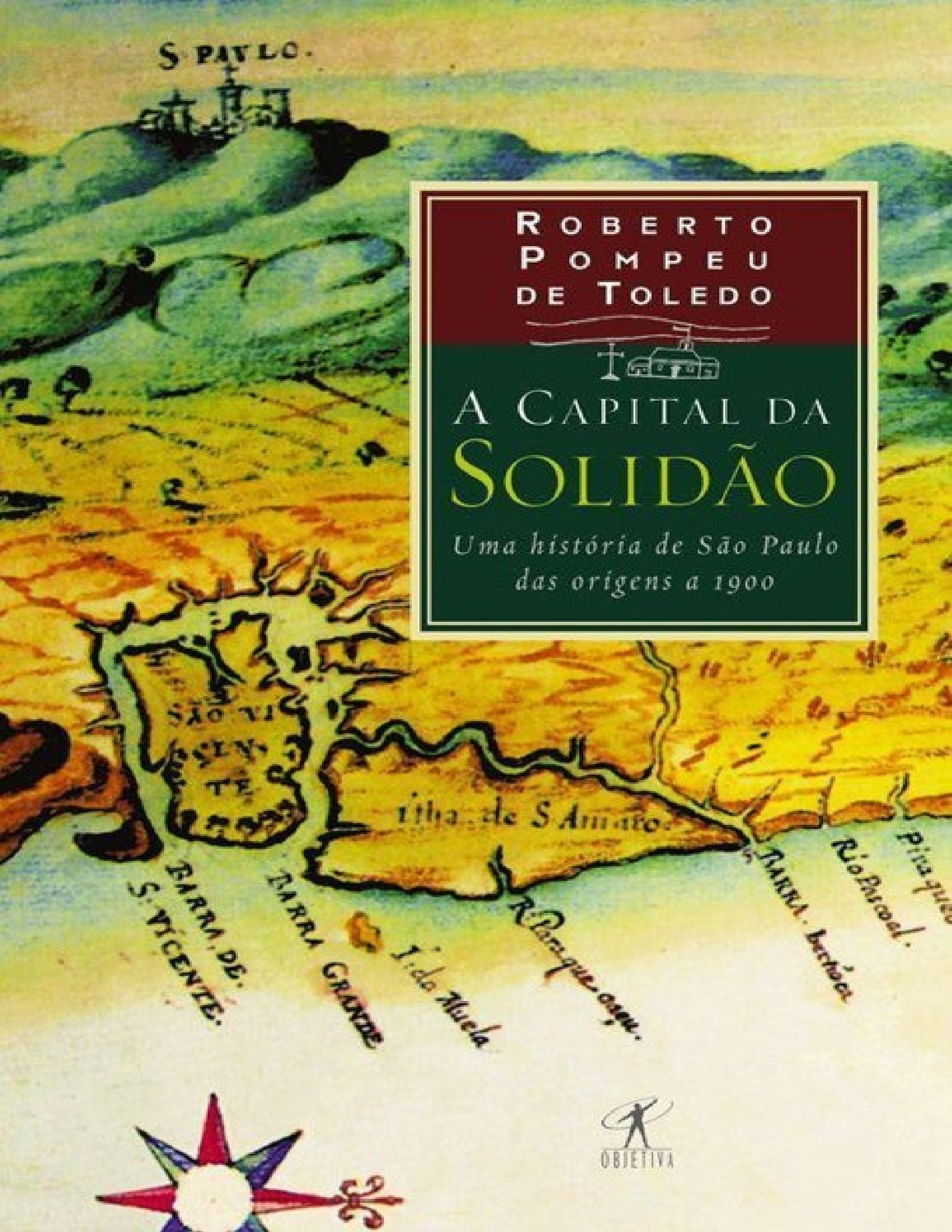


ROBERTO POMPEU DE TOLEDO

A CAPITAL DA SOLIDÃO

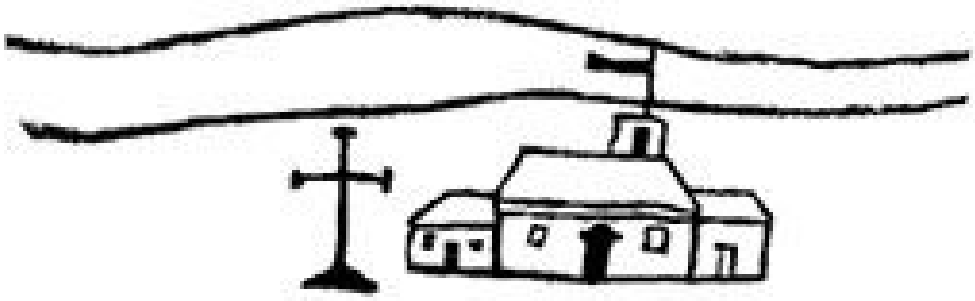
Uma história de São Paulo das origens a 1900

OBJETIVA

Figura 1



ROBERTO POMPEU DE TOLEDO



A CAPITAL DA SOLIDÃO

Uma história de São Paulo das origens a 1900

OBJETIVA

© 2003 by Roberto Pompeu de Toledo
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA OBJETIVA LTDA., rua Cosme Velho, 103
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22241-090
Tel.: (21) 2199-7824 – Fax: (21) 2199-7825
www.objetiva.com.br

Capa
João Baptista da Costa Aguiar

Imagem de capa
Detalhe do mapa “Capitania de Santo Amaro – 1631”,
de João Teixeira Albernaz, o Velho

Revisão
Lilia Zanetti
Eduardo Carneiro
Joana Milli

Coordenação de e-book
Marcelo Xavier

Conversão para e-book
Abreu’s System Ltda.

PRISA EDIÇÕES

T585c
Toledo, Roberto Pompeu de,
A capital da solidão [recurso eletrônico] : uma história de São Paulo das origens a 1900 / Roberto Pompeu de Toledo. - Rio de Janeiro : Objetiva, 2012.
recurso digital
Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
502p. ISBN 978-85-390-0370-9 (recurso eletrônico)
1. São Paulo (SP) - História. 2. São Paulo (SP) - Aspectos sociais. 3. Livros eletrônicos. I. Título.
12-3436 CDD 981.61

À minha mãe, filha de imigrantes,
à memória de meu pai, descendente de família
já há tempos no lugar.

Para Sofia e Manuela,
novíssimas paulistaninhas,
nascidas durante a elaboração deste livro,
a quem pertence a cidade do futuro.

Para Maria Isabel, como tudo.

Figura 2



Figura 3





Introdução

Nas semanas que antecederam, no ano 2000, o dia 25 de janeiro, data do aniversário de São Paulo, o *SP-TV*, telejornal local da Rede Globo de Televisão, promoveu um concurso para eleger a música que mais bem representaria a cidade. Os telespectadores eram convidados a depositar, em urnas dispostas em praças e estações de metrô, o voto em que expressariam sua preferência, com base numa lista de conhecidas canções populares. Ganhou *Trem das Onze* (1964), do compositor paulistano Adoniran Barbosa (1910-1982), ficando em segundo lugar *Sampa* (1978), do baiano Caetano Veloso (1942). São duas músicas diferentes, de compositores diferentes, que falam de São Paulo de modo diferente, mas com um traço em comum: nenhuma das duas exalta a cidade. Se o concurso fosse no Rio, difícil seria escapar da exaltação. São infinitas as canções que — com toda razão — lhe enaltecem as belezas, focalizando o casamento perfeito entre mar, montanha e sol, ó Copacabana, princesinha do mar, ó Cidade Maravilhosa, cheia de encantos mil, ó Rio de Janeiro, fevereiro e março, e minha alma canta, e da janela vê-se o Corcovado, o Redentor, que lindo...

As duas primeiras colocadas no concurso de São Paulo falam de emoções estranhas. No mais famoso trecho de *Sampa*, o autor afirma sentir que “alguma coisa acontece” em seu coração sempre que cruza a Ipiranga com a avenida São João. A referência é a um dos cruzamentos mais movimentados da cidade. Fosse para exprimir outro lugar, a canção evocaria uma paisagem, um sítio histórico, uma praça. Como seu objeto é São Paulo, a escolha recaiu num cruzamento. Um cruzamento! — local de passagem, de uns indo e outros voltando, poucos ficando, a vista mal se fixando num ou noutro ponto, o movimento tomando o lugar do parado, o fugaz do permanente. Que coisa é essa que “acontece” no coração do poeta, em tal lugar? Não é amor, orgulho ou ternura, como os compositores costumam expressar por suas cidades. Essa “alguma coisa” traduz antes uma perplexidade. Com base no que a canção diz mais adiante (“é que quando eu cheguei por aqui, eu nada entendi”), conclui-se que tem a ver com

desconcerto, desorientação, temor do desconhecido. Digamos, para resumir numa palavra, que o sentimento experimentado seja o de perturbação. E talvez não seja um despropósito conferir ao cruzamento da Ipiranga com a São João, no contexto da letra, a função de (com perdão do palavrão) sinédoque, a figura de linguagem que toma a parte pelo todo. O cruzamento representaria a cidade. A cidade como um todo é que seria perturbadora.

Trem das Onze, a música campeã, só incidentalmente fala de São Paulo. É de um conflito humano que trata. Dois fatores, porém, remetem a São Paulo. Um é a referência a um bairro paulistano, o Jaçanã — bairro pobre e distante, bem lá longe, retirado justamente por esta canção do anonimato a que lugares assim costumam ser condenados. O outro é o tom paulistano que Adoniran Barbosa imprimia a suas composições, seja pelo jeito de falar, salpicado de sotaque e gírias típicas, seja por um tipo de samba que difere da matriz carioca. Fora desses dois fatores, o que está presente não é a cidade, pelo menos de forma explícita. Antes é o drama, algo cômico, como é característico de Adoniran, de um homem dividido entre duas fidelidades — à amada e à mãe —, tendo de permeio um horário de trem adverso. “Não posso ficar mais nem um minuto com você”, diz o homem, na música, e explica por quê: “Moro em Jaçanã / Se eu perder esse trem / Que sai agora às onze horas / Só amanhã de manhã.” O drama se completa quando o homem confessa: “Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar.” Ele não se sente capaz de roubar o sossego da mãe em favor da namorada. A incompatibilizar uma e outra, com a crueza implacável de uma máquina, há o trem das onze. A sensação, aqui, é de impotência diante de um quadro opressivo.

É interessante, muito interessante, que o povo que acedeu à convocação da Rede Globo tenha eleito *Trem das Onze* a música mais representativa da cidade. Talvez a identificação tenha a ver com aspectos exteriores da composição, como o sotaque ou o bairro do Jaçanã. Arrisquemos, no entanto, ir além. Papel central na letra é o do trem. Ele até dá título à música. E o trem remete a algo em que o movimento vence o marasmo, o fugaz desafia o permanente. Da janela do trem, para recorrer ao chavão, tudo passa velozmente, uma imagem sucedendo à outra, nenhuma prevalecendo. A janela do trem é a derrota da fixidez. Eis-nos de volta a ideias assemelhadas às sugeridas pelo cruzamento da Ipiranga com a São João. Acresce que o trem é uma máquina, insensível e pragmático como soem ser as máquinas. De novo poderíamos tomar o trem como uma (perdão) sinédoque, ainda mais que é um meio de transporte, um decisivo equipamento urbano, e concluir que é uma representação da cidade. A cidade é que se apresentaria, não

só em eterno movimento, sucessão de imagens desconcertantes, mas também como máquina. Daí o personagem da música sentir-se oprimido. E daí talvez os votantes do concurso terem elegido *Trem das Onze*. A eles também a cidade se afiguraria o primado da impermanência e da mecânica impessoalidade, cidade-mutação e cidade-máquina.

As percepções da cidade embutidas nas duas canções estão de acordo com os adjetivos que mais facilmente vêm à mente quando se pensa em São Paulo: trepidante, tentacular, vertiginosa. São Paulo não provoca admiração, como outros lugares — pelo menos, não no que a palavra admiração tem de benigno e suave. Provoca pasmo, este sentimento em que a admiração supera-se em susto — consequência do gigantismo, da onipresente sensação de urgência, da inquietante consciência de se estar num labirinto urbano que se prolonga ao infinito. Que contraste com o objeto deste livro, a cidadezinha insignificante que foi São Paulo na maior parte de sua existência. De todos os paradoxos de São Paulo, um dos maiores é o que oferece o cotejo de seu presente com seu passado. Se há um lugar de que se possa dizer que já nasceu distante, esse lugar é São Paulo. Quando surgiu, era a primeira cidade, ou melhor, vila, ou melhor, vilarejo, brasileiro do interior, fora de mão e livre do alcance dos navios da metrópole. Por mais de uma ocasião esteve ameaçada de penosos retrocessos, se não de extinção, por motivo do abandono dos moradores, da precariedade de recursos e do que por vezes pareceu uma irremediável falta de futuro. Seu destino, ao longo dos três primeiros séculos de existência, foi de isolamento e de solidão. Em 1872, quando os primeiros sinais de prosperidade começavam a visitá-la, por obra da riqueza trazida pelo café, ainda assim a população de pouco mais de 30 mil habitantes a situava numa rabeira com relação às demais capitais brasileiras, atrás de Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, Niterói, Porto Alegre, Fortaleza e Cuiabá, como se verá no capítulo XXII deste trabalho, e empatada com São Luís. Em 1890 já tinha dobrado de tamanho, e contava 64.934 habitantes. Ainda assim, era oito vezes menor do que o Rio de Janeiro (522.651), quase três vezes menor que Salvador (174.402) e quase duas menor que o Recife (111.556).

Cidades são artigos que nos parecem tão familiares, há tanto tempo presentes na história e tão implantados na face do planeta que, se distraímos, esquecemos que, um dia, não existiram. Até as confundimos com acidentes geográficos, e as tomamos como um dado da natureza, assim como as montanhas, os lagos e as penínsulas. Eridu, na Mesopotâmia, considerada a primeira cidade do mundo, teria nascido antes que as árvores, segundo o mito que explica sua origem.[1]

Ocorre que as cidades, em vez de dádivas da natureza, são uma invenção humana, assim como a roupa, a faca, o vaso, a mesa, o livro, o brinquedo, o relógio, o avião, o foguete e o computador. Com a diferença, com relação a tais objetos inanimados, que crescem, diminuem e pulsam, o que equivale a dizer que são uma criação humana dotada de vida. As cidades nascem e, muitas vezes, morrem. Têm infância, mocidade, vida adulta e velhice. São Paulo conheceu um desenvolvimento atípico. Na arrastada infância, foi um lugar especulativo — será que vinga, será que terá função relevante a cumprir? O momento em que finalmente engrena e começa a virar a São Paulo que se conhece é súbito como uma explosão.

São Paulo, de tão obscura, nasceu até escondida. O espaço onde se assentaria mantinha-se não só invisível aos olhos dos que chegavam do mar, como protegido por essa muralha compacta, impressionante, que é a serra do Mar. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, descreveu-a como "dilatado muro de arrimo, sustentando as formações sedimentárias do interior".[2] Não se compreenderá a história de São Paulo sem antes atentar para a serra do Mar. Vista de baixo, ela como que veda o horizonte, ou tranca a paisagem. Põe um ponto final à terra, como a querer esconder algum outro mundo, protegê-lo, proibi-lo. Os paulistas estão hoje tão acostumados a ela que mal se importam com sua silhueta majestosa, guardiã entre o mar e a terra, degrau de acesso ao Planalto de onde se desenvolverão as lonjuras do interior do Brasil. Galgá-la, hoje, pelo menos quando não é fim de feriado, e o retorno a São Paulo resulta nos maiores congestionamentos do Brasil, se não do Hemisfério Sul, é tão simples quanto subir o lance de escada de um sobrado para ganhar o andar de cima. Servem a esse propósito duas das melhores estradas brasileiras, as vias Anchieta e Imigrantes, significativamente apelidadas com nomes evocativos de dois momentos cruciais do fluxo entre os dois lados — o primitivo, da época dos primeiros povoamentos do Planalto, e aquele que, na passagem do século XIX para o XX, transformou a região num aglomerado de gente vinda de diferentes partes do mundo.

Imagine-se, porém, subir a serra no tempo em que não havia estrada, apenas trilhas indígenas no meio do mato. Aliás não é preciso imaginar, basta seguir as descrições do padre Anchieta, que tantas vezes teve de dar-se a esse esforço. Num de seus textos, qualificou o caminho como "mui áspero e, segundo creio, o pior que há no mundo". Noutro, afirmou que nele "dificultosamente podem subir nenhuns animais, e os homens sobem com trabalho e às vezes de gatinhas".[3] Outro jesuíta, o padre Fernão Cardim, que fez o trajeto em 1585, escreveu: "O

caminho é tão íngreme que às vezes íamos pegando com as mãos.”[4] O viajante de hoje vai sobre rodas, e ao subir a serra entre Santos e São Paulo, quer por motivo da alta velocidade com que consegue avançar, quando o caminho está livre, quer, na circunstância oposta, por efeito do mau humor causado pelo congestionamento de tráfego, apresentará outra característica a diferenciá-lo do viajante de outrora: estará menos receptivo à beleza e ao mistério do lugar. Atravessa-se ali um exuberante pedaço de Mata Atlântica, densa, variada, cortada por correntes de água que despencam em cascatas. Quando o tempo está claro, sem a neblina tão frequente, em vários trechos se pode ver o mar, lá embaixo. Ao padre Cardim não escaparam as maravilhas do local. “Chegando ao Paranapiacaba”, escreveu, “lugar donde se vê o mar, descobrimos o mar largo quando podíamos alcançar com a vista, e uma enseada de mangais e braços de rio de oito léguas e duas e três em largo, cousa muito para ver”.[5]

O que dá à serra aparência de muralha não é só a altura de 800 metros, nem a continuidade compacta com que se desenvolve, paralela ao mar. É também o fato de subir não em pequena inclinação, por meio de suaves escarpas, mas de maneira abrupta, e de em cima, no cume, exibir um perfil composto não de uma sucessão de picos, uns mais altos e outros menos, mas de uma linha reta, ou quase reta, como nas paredes feitas com mão de homem. Neste trecho, a serra do Mar, que vem vindo desde o sul da Bahia e vai durar até já bem avançada no Rio Grande do Sul, encontra-se muito próxima da orla marítima, não mais do que 10 quilômetros, e por isso pode ser vista em toda a inteireza de seu papel de escudo contra a penetração do interior. Até hoje, mesmo com todos os prédios a cercear a vista, contempla-se a serra do Mar praticamente de qualquer ponto das cidades irmãs xifópagas de Santos e São Vicente. A partir de um ponto como a ponta da Praia, local onde começa o canal que conduz ao porto de Santos, tem-se dela uma vista privilegiada. É onde, provavelmente, os primeiros europeus atracavam seus navios. Atracavam e viam o paredão. Fazer o quê? Ora, um paredão oferece duas alternativas. Ou bem o forasteiro se intimida, desiste e recua, ou avança e ousa vencê-lo. Uma barreira é tanto um obstáculo que desengana quanto um convite para que se procure superá-lo. A barreira tanto desencoraja quanto tenta. Se existe, é porque esconde algo. Se esconde algo, é porque é precioso. Os primeiros portugueses pioneiros decidiram-se pela segunda alternativa, ato que seria o primeiro a determinar a criação da cidade de São Paulo.



Este livro assenta-se sobre outros livros e outros textos. Baseia-se nos numerosos autores que em crônicas, cartas, artigos de imprensa, relatos de viagem e estudos históricos, escreveram sobre São Paulo. Sendo assim, meus primeiros agradecimentos — e agora assumo a primeira pessoa, porque agradecimento não é coisa que se faça de forma impessoal — vão para os autores, vivos ou mortos (se é que se pode agradecer aos mortos) que pesquisaram a história de São Paulo, ou dela deram notícia. Quanto a conversas ao vivo, não o diálogo silencioso com os livros, os historiadores Maria Luiza Marcílio e Marco Antonio Villa me dirimiram dúvidas e forneceram indicações bibliográficas. A arquiteta e urbanista Regina Prosperi Meyer, em cuja competência venho me apoiando já há algum tempo, mais uma vez me socorreu com sua visão ampla e informada dos assuntos da cidade. E o arquiteto e historiador da cidade Benedito Lima de Toledo só lamento ter conhecido quando terminava a redação do livro. Senão, teria explorado mais seu cavalheirismo e sua incomparável erudição na matéria. Nem precisaria dizer, mas digo, que estas pessoas, mestres incontestes, nada têm a ver com as deficiências de um trabalho que nem chegaram a ler.

Os funcionários da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em especial os da seção de microfilmes, foram prestativos, nas várias vezes em que a eles recorri. Assim também os da Fundação Seade e os do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Meu filho André me ajudou nas pesquisas. Roberto Feith e Isa Pessôa, da Editora Objetiva, não só tiveram a ideia deste livro e imaginaram que eu pudesse fazê-lo. Também deram o apoio material e o conforto espiritual de que um autor carece, em empreitada desta ordem.

São Paulo, setembro de 2003

P.S.: Lembremos que em *Sampa* a perturbação que o compositor sente diante de São Paulo tem uma contrapartida — a atração. Tanto quanto estranheza, a letra sugere um caso de sedução pelo grande e o desconhecido, e pela promessa de enriquecimento neles contida. E que, em *Trem das Onze*, em paralelo ao drama, transcorre uma comédia, estrelada por um sujeito inseguro, perdido entre seus afetos e lealdades, incapaz de superar obstáculo tão comezinho quanto um horário de trem. Conclusão: São Paulo pode ser perturbadora como em *Sampa* e opressora como em *Trem das Onze*, mas também sedutora como em *Sampa* e divertida como em *Trem das Onze*.

Figura 4



COMEÇOS



I

Operação Rio da Prata

A primeira vez que o Estado subiu a serra foi na pessoa de um português de alta estirpe, amigo do rei, íntimo da corte e agente graúdo da empreitada mares afora que Portugal elegera como seu ramo prioritário de negócios. Martim Afonso de Sousa, este o seu nome. Não que algum europeu não o tivesse feito antes. É certo que pelo menos um estava mais do que acostumado ao percurso: um certo João Ramalho, do qual se ouvirá falar, nesta história, tanto quanto de Martim Afonso, ou mais. Mas quem era esse Ramalho? Medido pelos valores do Velho Mundo, um bruto, quase no mesmo nível de selvageria dos selvagens no meio dos quais vivia. Já Martim Afonso, comandante da mais importante expedição enviada à terra desde Pedro Álvares Cabral, tanto representa a situação, o *status quo*, o *establishment*, que os póstumos capricharam em premiá-lo com a melhor compleição física possível, e vesti-lo com as melhores roupas. Veja-se o quadro que representa sua chegada a São Vicente, obra de Benedito Calixto, pertencente ao acervo do Museu do Ipiranga, em São Paulo. Afonso apresenta-se no rigor da moda aristocrática do período — um gibão verde-claro, que se prolonga num saiote até metade da coxa, e sobre essa refinada peça, a principal do guarda-roupa masculino de então, uma capa branca e rosa. O todo é suave sem deixar de ser viril. Na cabeça, o chapéu achatado, tipo boina, que era o mais fino que se podia ter. E pendurada ao pescoço a cruz de malta, símbolo do poder português. Talvez não fosse o melhor traje para descer à praia. Talvez não tenha sido exatamente assim que Afonso se apresentou. Em todo caso, o pintor fez bem em representá-lo dessa maneira. Serve para que não reste dúvida de que se trata do chefe, do dono, do senhor, tanto mais que o outro lado é composto pelos brutos índios nus. Benedito Calixto, nascido no litoral paulista, conhecia bem o episódio que transpôs para este quadro. Além de pintor, era um pesquisador da história paulista. Por isso, intriga ainda mais as feições que atribuiu aos índios, carregadamente japonesas.

Japoneses e rústicos, os índios deste quadro parecem samurais dos filmes de Akira Kurosawa.

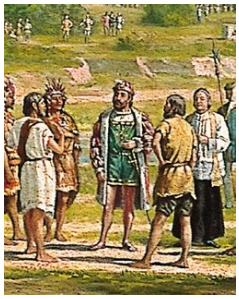
Martim Afonso nasceu em 1500, mesmo ano da expedição de Cabral, num dos melhores berços disponíveis no Portugal daquele tempo. Tanto o avô como o pai tinham o título de “senhor do Prado”. A este, o pai, Lopo de Sousa, acrescentou o de senhor de Pavia e Baltar.[1] O pai destacou-se como alcaide-mor, quer dizer, chefe militar, de Bragança, e aio do duque de Bragança, nobre mais importante de Portugal — tanto que a família Bragança, um século e meio depois, acabaria entronizada como a dinastia reinante. Martim Afonso foi mais longe ainda que o pai. Ele e o primo, Antônio de Ataíde, despontaram para a vida pública como aios do príncipe herdeiro, D. João, o futuro D. João III, filho do rei D. Manuel, dito “o Venturoso”. Aios e grandes amigos. Tão próximos do futuro rei, e tão influentes junto a ele, que D. Manuel, considerando que lhe lançavam uma sombra sobre a relação com o filho, afastou-os do serviço. O orgulhoso Martim Afonso, que contava apenas 17 anos, mas já mostrava um caráter “fantasioso e opiniático”, segundo um testemunho, optou em resposta nada menos do que pelo exílio.[2] Foi viver na Espanha, onde a sorte continuou a favorecê-lo. Durante algum tempo viveu em Salamanca, vindo a casar com a filha de um nobre local, Ana Pimentel. Como soldado, pôs-se a serviço de Carlos V, o Habsburgo que não apenas detinha as coroas da Espanha e da Áustria, mas também era o titular do Sacro Império Romano-Germânico, condição que, entre outras ninharias, lhe dava direito à Holanda, a algumas cidades italianas e aos vários Estados alemães. Martim Afonso combateu ao lado dos espanhóis de Carlos V em uma de suas várias guerras contra a França de Francisco I. E agradou, a julgar pelo que ele próprio deixou escrito, num curto texto autobiográfico — a *Brevíssima e Sumária Relação* de sua vida. Ali, afirma que Carlos V elogiou-o em público, e pediu-lhe que permanecesse em seu serviço. Afonso respondeu que muito lhe honrava a deferência do rei espanhol — aliás, imperador, como era chamado —, mas que tinha outro rei por seu senhor, alguém “com quem se criara e que por outro nenhum deixaria”. Ele se referia a D. João III, o amigo de infância, apenas dois anos mais novo, e agora já alçado ao trono português. D. Manuel morrera em 1521. D. João, embora não tão de imediato, chamou Afonso de volta. Afonso acedeu à convocação.

Figura 5



“Fundação de São Vicente”, óleo de Benedito Calixto, mostra a expedição portuguesa no litoral.

Figura 6



No detalhe do quadro (de 1900), Martim Afonso com gibão e saiote, rigor da moda aristocrática no século XVI.

D. João III é o rei que vai desencadear a, digamos, “Operação Brasil”. E é esta a primeira missão de vulto que incumbirá ao velho companheiro. No reinado de D. Manuel, o interesse de Portugal fixara-se em outras partes — ou outra parte. Quase com exclusividade estivera voltado para a Índia, cujas especiarias lhe propiciavam um rendoso comércio. O governo de Lisboa dignava-se agora a olhar para as terras descobertas a ocidente pelo motivo de sempre: a cobiça, o brilho do ouro. “Operação Brasil”? Antes, seria “Operação Sul do Brasil”. Ou, com mais amplitude, “Operação Cone Sul”, para usar nomenclatura revista e atualizada. Ou, para ir direto ao ponto, “Operação Prata”. Eis o que interessava: o rio da Prata. É neste contexto, da corrida pelo rio da Prata, sobre o qual circulavam notícias de riquezas fabulosas, que deve ser entendida a missão de Martim Afonso. E é nesse contexto que deve ser entendida em última análise, diga-se desde logo, a fundação da cidade de São Paulo. Como outras, numa época em que as duas potências ibéricas disputavam a primazia nos mares e a propriedade de cada terra descoberta, tratava-se de uma corrida entre Portugal e Espanha. São Paulo é um subproduto da corrida pelo Prata, e não só São Paulo. Na mesma categoria se incluem Buenos Aires e Assunção, criadas ambas mais ou menos à mesma época, e em obediência ao mesmo conjunto de circunstâncias. A primeira incursão rio da Prata adentro ocorreu por obra de uma armada portuguesa. Foi a expedição de Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, de

1513/1514. Embora já trouxesse notícia de riquezas na região, não teve seguimento, no Portugal ainda manuelino, todo voltado para a Índia, e não mereceu registro significativo na História. Mais importante foi a expedição seguinte, realizada em 1515/1516, e de iniciativa da Espanha, embora comandada por um piloto que a maioria dos autores dá por português — Juan de Solis, ou João de Solis, admitindo-se que era mesmo português. Solis acabou morto pelos índios, em frente à ilha de Martim Garcia, nos fundões do rio da Prata, quando este começa a tornar-se o rio Uruguai, mas sua proeza foi considerada tão importante que o próprio rio da Prata foi chamado durante um tempo de rio de Solis. Outro infortúnio, depois da perda do capitão, ocorreria à sua armada quando um dos navios, na volta para a Espanha, naufragou na costa de Santa Catarina. Os náufragos, entre os quais Aleixo Garcia, Henrique Montes e Melchior Ramirez, com certeza, e talvez também Francisco Chaves, recolheram-se ao litoral, onde alguns deles viveriam muitos anos, no chamado porto dos Patos, perto da ilha de Santa Catarina.[3] Garcia, Montes e Chaves eram portugueses, o que mostra, não bastasse o fato de o próprio comandante ser possivelmente de origem portuguesa, como as nacionalidades se misturavam, a bordo dos navios, apesar da rivalidade entre as potências ibéricas. Os náufragos de Santa Catarina, quer como "línguas da terra" — belo nome quinhentista para intérpretes da língua dos índios —, quer, sobretudo, como colecionadores e divulgadores de fatos e lendas, tudo de embrulhada, como era próprio da época, relativos ao ouro e à prata daqueles misteriosos lugares, exerceriam papéis decisivos nos acontecimentos posteriores, inclusive, o que nos interessa mais de perto, nas fundações de São Vicente e São Paulo.

Não faltavam notícias sobre riquezas fabulosas. Uma das mais insistentes dava conta de um rei branco, que reinava sobre um vasto e rico império, dentro de cujas fronteiras erguia-se nada menos que uma serra de prata. Outra, de um lago de ouro no interior do Brasil, o Vupabuçu ou Paraupava, também conhecido como Dourado. Eram histórias que os europeus recolhiam da insistente perquirição junto aos índios. Ora elas eram bem assimiladas, ora chegavam mal-entendidas aos ouvidos dos forasteiros. Ora tinham fundamento, ora não passavam de invencionices, ora era o desejo ardente de ouvi-las, da parte dos recém-chegados, que as tornavam verossímeis. Pero Vaz de Caminha, o escrivão da frota de Cabral, já fizera constar, em sua carta, uma passagem em que os índios, convidados a subir aos navios dos portugueses, examinavam certos objetos preciosos a bordo e olhavam para a terra. Quereriam dizer com isso, concluem os portugueses, que dariam ouro em troca daqueles objetos. Mas essa

interpretação, comenta o fino psicólogo Caminha, mais se devia a um desejo do que à realidade: “Isso tomávamos nós nesse sentido por assim o desejarmos.” Tantas foram as histórias chegadas aos ouvidos sensíveis, e ávidos de ouvi-las, dos náufragos de Santa Catarina, que um deles, Aleixo Garcia, propôs-se, em 1522, a um magno empreendimento. Resolveu tirar a limpo o que escutava e tentar a sorte. Garcia organizou uma expedição para a qual, além de quatro ou cinco náufragos seus companheiros, aliciou 2 mil índios guaranis amigos. E perpetrou uma proeza: partindo do litoral de Santa Catarina (ou do Paraná, segundo outros autores), chegou ao Peru. Foi o primeiro europeu a fazer contato com o Império Inca. Antes que Pizarro, por um caminho completamente diferente, chegasse às mesmas paragens, ele pôde comprovar que, ao contrário do lago dourado, das pedreiras de esmeralda, das montanhas de cristais e outras histórias parecidas, a do rei branco e seu império eram verdadeiras. O rei branco era o Inca. O império, um lugar de sonho, tecido em ouro e prata. O primeiro registro que se tem da proeza de Aleixo Garcia encontra-se num livro que é um clássico da exploração espanhola da América do Sul, *La Argentina*, de autoria do paraguaio Ruy Díaz de Guzmán, escrito entre 1610 e 1612. Aleixo Garcia, como antes seu comandante João de Solis, teve trágico fim. Foi trucidado pelos índios, na viagem de regresso, às margens do rio Paraná. Escreve Díaz de Guzmán: “Uma noite, estando descuidado, o atacaram e o mataram, a ele e seus companheiros, sem deixar com vida senão um menino, filho de Garcia, que, por ser de pouca idade, não mataram.” E por que teriam cometido tal atrocidade? Segundo o mesmo autor, “por sua má inclinação”, que neles (os índios), “gente sem fé nem lealdade”, empurra-os ao impulso “natural de fazer o mal”.[4] Aleixo Garcia, claro, não se comportara muito melhor. Durante a permanência entre os incas, atacara povoações e lhes arrancara despojos. E tivera o cuidado de, antes de bater em retirada, despachar dois enviados de volta a Santa Catarina, com notícias das descobertas que fizera e algumas peças de ouro e prata que as comprovavam. Dessa forma, se ele próprio não voltou, o resultado de sua aventura chegou ao conhecimento dos companheiros de Santa Catarina, notadamente Henrique Montes e Melchior Ramirez.

Figura 7



O mapa do Brasil de João Albernaz, o moço, feito em 1666, destaca as ramificações da bacia do Prata.

Nossa próxima escala, na crônica dos eventos que antecederam — e motivaram — a missão de Martim Afonso de Sousa, conduz-nos a um navegador veneziano a serviço da Espanha: Sebastião Caboto, piloto e aventureiro desde o berço, filho que era de João Caboto, o explorador da costa da América do Norte. Sebastião Caboto partiu de Sevilha em abril de 1526 com uma missão que, em princípio, não deveria levá-lo à América. Destinava-se ao Oriente, em demanda das “islas y tierras de Tarsis y Ofir y el Catago y Cipango”, diziam as instruções de viagem, reunindo no mesmo saco a Bíblia e Marco Polo. Tarsis e Ofir são lugares bíblicos. Catago e Cipango, cidades que constam no livro do predecessor em aventuras e compatriota veneziano de Caboto que foi Marco Polo. Em comum, os lugares citados têm o fato de pertencerem todos a uma geografia lendária, pontilhada de prodígios e riquezas. Mas, na falta deles,

prosseguiam as instruções, valia que Caboto encontrasse no Oriente qualquer outra terra onde se pudesse prover de ouro ou prata, pedras preciosas, pérolas, especiarias, sedas, brocados ou outra coisa capaz de maravilhar-lhe a vista ou o paladar e, naturalmente, abastecer-lhe os cofres.[5] Em suma, a ideia era fazer Caboto invadir a seara preferencial dos portugueses, atrapalhando-lhes os negócios orientais. Por algum motivo, talvez as intempéries, talvez erro de navegação, ou talvez porque quisesse tentar o mesmo caminho descoberto pouco antes, em sua viagem de circunavegação, por Fernão de Magalhães, Caboto, a caminho do Oriente, foi dar com os costados em Pernambuco. E ali travou conhecimento com o punhado de portugueses que tomavam conta de uma feitoria local, entre os quais um piloto, Jorge Gomes, que dizia ter estado no rio da Prata e falou-lhe das riquezas ali existentes. Caboto começou a mudar de ideia com relação ao plano original de viagem. Jorge Gomes deu-lhe notícia do grupo de Santa Catarina. Ali se encontravam homens que poderiam auxiliá-lo numa eventual incursão ao Prata, com informações e apoio logístico. É surpreendente que naquele Brasil perdido, o Brasil pré-histórico daquela época, a feitoria de Pernambuco e o grupo de náufragos de Santa Catarina tivessem notícia um do outro, talvez até se comunicassem. A decisão era difícil para Caboto. Significava rasgar as instruções de viagem, vale dizer, desobedecer ao rei. Alguns dos oficiais de sua armada se opuseram. Caboto, firmada a decisão, impôs-lhes a vontade. Adeus, Oriente. O destino agora seria o rio da Prata.[6]

Caboto dirigiu-se antes de mais nada a Santa Catarina, em demanda de Henrique Montes e Melchior Ramirez. Sua viagem é bem-documentada porque, de volta à Espanha, respondeu a processo, em função das decisões contrárias às instruções reais, depoimentos de testemunhas ficando registrados nos autos. Montes e Ramirez superaram as expectativas, em matéria de entusiasmo. Montes, segundo uma das testemunhas, jurava que “nunca homens foram tão afortunados” como esses que se dispunham a explorar o rio da Prata, pois todos voltariam ricos — “e tão rico seria o pajem como o marinheiro”. Tal era a “alegria” de Montes, segundo a mesma testemunha, que, “enquanto aquilo dizia, mostrando as contas de ouro, chorava”. As “contas de ouro” referidas faziam parte do lote enviado por Aleixo Garcia.[7] Henrique Montes seguiu com Caboto. Serviu-lhe de língua da terra e provedor de mantimentos. Mas nem sua experiência da região nem o entusiasmo valeram para tornar menos frustrante a expedição. Não tardou para se darem todos conta de que a tal serra de prata tão falada, se existia, ficava muito mais longe do que supunham. Caboto subiu o Prata e entrou pelo rio Paraná adentro, até a embocadura do Paraguai. Chegou a

ter contato com índios dos quais conseguiu amostras de ouro e até conheceu as lhamas do Peru. Mas foi só. A fome, a doença e a belicosidade dos nativos acabaram por impor um fim à missão, quatro anos e três meses depois de iniciada. Derrotado, tão pobre quanto antes e mais desanimado, Caboto chegou à Espanha em julho de 1530. Para maior infelicidade, ainda foi processado. Só não terminou os dias na prisão porque, à sua condenação, seguiu-se o perdão. Mas deixemos o veneziano. O que interessa agora não é mais ele — são as notícias dele. As notícias de sua viagem e a forma como, já há algum tempo, aportavam em Lisboa, espalhando inquietação entre os portugueses. Já em outubro de 1528, uma caravela da esquadra de Caboto, mandada de volta à Europa antes, aportava em Lisboa, a caminho de Sevilha. Era um tempo ainda de otimismo. Caboto mandava ao imperador Carlos V amostras de ouro e até três lhamas, para comprovar as maravilhas das terras por onde se embrenhara, e pedia reforços. Queria mais gente, mais armas e mais mantimentos, para se apoderar da região do Prata.[8]

"Rio da Prata" foi como o próprio Caboto batizou o que até então era conhecido como "rio de Solis". Ele estava convencido de que aquela majestosa via aquática, introduzindo-se América do Sul adentro, cortava um país onde abundavam os metais preciosos. Esse tal país das riquezas prodigiosas, na geografia precária, quando não fantasiosa, da época, às vezes, em vez de rio da Prata, era intitulado "Paraguai". Tudo muito vago, além de muito vasto. Acresce, no que se refere à disputa entre Portugal e Espanha, que o Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494, para separar os mundos de um e outro e dividir o butim das descobertas, mais confundia do que esclarecia. Ao estabelecer a linha divisória em 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, o tratado evocava uma linha imaginária que, notou um historiador, a ciência da época não tinha como demarcar.[9] Na parte sul, a linha tanto podia passar nas proximidades de Iguape, no atual estado de São Paulo, como queriam os espanhóis, como avançar até depois da foz do Prata, como pretendiam os portugueses. A notícia de que os espanhóis haviam chegado a uma região de grandes riquezas, e mais, que pretendiam se apossar delas, com gente e armas, só podia ser recebida com alarme em Lisboa. Pode-se supor que, já a partir da escala no porto de Lisboa da caravela enviada por Caboto, a notícia tenha se espalhado pela cidade e chegado ao palácio real.[10] Se não chegou pelas conversas soltas da marujada, chegou pelo trabalho dos espiões, tão abundantes nessa época, nas duas cortes, e tão requisitados quanto os pilotos de navio. No ano de 1529, o seguinte à passagem da caravela, começa a ser planejada a expedição de Martim Afonso de Sousa.

Em julho de 1530, o próprio Caboto chega a Sevilha. Mais notícias de sua viagem espalham-se pelos centros nervosos da Europa e, em particular, da península Ibérica. Um espião português em Sevilha, Simão Afonso, escreve a D. João III dando-lhe conta "de uma terra descoberta pelo rio Paraguai", terra essa "que é de muita prata e ouro".[11] A 3 de dezembro daquele mesmo ano de 1530, parte a expedição de Martim Afonso de Sousa. Historiadores que se debruçaram sobre a questão não têm dúvidas de que os dois fatos estão relacionados. Já não fossem outros motivos para se interessar mais de perto pelo Brasil, meio abandonado até então, beliscado pelos espanhóis e assediado por corsários franceses, havia este, agora urgente, que era chegar a seu extremo sul, que Lisboa pretendia fosse o rio da Prata, e apossar-se das riquezas que ele prometia, antes que o rival o fizesse. A expedição de Martim Afonso tem sido descrita como motivada por uma pluralidade de objetivos, entre eles o de patrulhar a costa, expulsar os corsários franceses e iniciar um efetivo processo de colonização. Um dos melhores historiadores das origens de São Paulo, Mário Neme, prefere ir mais direto ao ponto. O "único objetivo" da expedição, para ele, era conquistar o Prata.[12]

Martim Afonso tinha 30 anos quando recebeu a incumbência de chefiar a expedição ao Brasil. No quadro de Benedito Calixto referido antes, o homem de gibão verde e capa branca e rosa não parece ter apenas 30 anos. Dir-se-ia 50, e talvez o artista não estivesse longe da verdade. Era uma época em que, sendo curta a expectativa de vida, urgia fazer tudo muito rápido, inclusive envelhecer. Afonso, aos 30 anos, já fora, como vimos, o mais próximo auxiliar do príncipe herdeiro e já deixara de ser. Já se exilara na Espanha e voltara à pátria. Já lutara com os espanhóis de Carlos V, contra os franceses de Francisco I. Era preciso correr. Um homem de 30 anos, mesmo se no físico não parecesse um de 50, na mente com certeza já era um senhor. O rei D. João III, aos 28 anos e, em 1530, em seu oitavo ano de reinado, além de notabilizar-se como o primeiro a interessar-se pelo Brasil, entraria para a galeria dos monarcas portugueses galardoado com a alcunha de "o Piedoso". Sim, muito piedoso. Tanto que foi ele quem conseguiu do Vaticano a instalação da Inquisição em Portugal. Atento aos deveres religiosos, confessava e comungava todas as semanas. Aos 12 anos, elegeram-no patrono da igreja Nossa Senhora da Serra, em Almerim. Foi como se ganhasse um convento "como brinquedo pio", escreve Oliveira Martins, em sua clássica *História de Portugal*. Seu passatempo de criança, segundo o mesmo autor, eram "os altares, as imagens, os frades e as rezas".[13] Do mesmo espírito devoto impregnaram-se a mulher, Catarina — ela era irmã do imperador Carlos

V, o rei da Espanha —, e os oito filhos do casal. “Na capela usavam passar as noites em rezas e jogos de devoção: era o divertimento do rei, e toda a corte lhe seguia o exemplo”, escreve Oliveira Martins. É ainda Martins quem o descreve como “grosso de corpo, sem agilidade, com o pescoço breve e a cabeça apertada entre os ombros”. Tinha uma cicatriz no olho direito, consequência de uma queda na varanda do palácio.[14] Em 1536, seis anos depois do início da expedição de Martim Afonso, D. João III conseguiu esse grande feito que foi obter, do papa Paulo III, a instalação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal. Agora sua piedade poderia exercer-se com maior largueza. Os judeus seriam devidamente lançados à fogueira, os hereges, torturados. O próprio Martim Afonso não lhe ficaria atrás. Como governador da Índia, cargo que exerceria depois da missão no Brasil, certa vez confirmou a sentença do arcebispo de Goa que condenara um réu de heresia a ser queimado vivo, mas depois, piedosamente, consentiu que o réu, caso se retratasse, morreria apenas por afogamento.[15]

Assim como os portugueses haviam se preocupado com a missão de Caboto, os espanhóis se preocupariam com a missão de Martim Afonso. Em fevereiro de 1531, a rainha Isabel, que exercia em Madri as funções de regente do trono, enquanto o marido, Carlos V, cuidava de outras partes do império, escrevia a seu embaixador em Lisboa, pedindo que se inteirasse do objetivo da viagem, iniciada dois meses antes. A rainha adiantava o que ela própria pudera apurar, ou seja: que a missão tinha por propósito “entrar por tierra el rio de la Plata, desde el puerto de San Vicente”.[16] Delicadas, marcadas pela concorrência, mas cheias de dedos, eram as relações entre Portugal e Espanha. Assim como a rainha Catarina de Portugal era irmã de Carlos V, a rainha Isabel era irmã de D. João III. Os dois reis eram casados, um com a irmã do outro. A rivalidade exercia-se em família, portanto. Esse entrelaçamento familiar em que mal se disfarçava o desejo, de uma parte como da outra, de unir as coroas da península Ibérica, algo com que cada um estava pronto a concordar desde que, claro, ocorresse sob sua própria hegemonia, tinha como consequência o fato de que as brigas se davam dentro da maior intimidade. Os interesses táticos e estratégicos confundiam-se com sentimentos como afeto e ciúme. O embaixador espanhol levou a D. João III a consulta da rainha. Que objetivos teria a missão de Martim Afonso? A Espanha preocupava-se porque, a seu ver, o rio da Prata estava dentro da demarcação que lhe cabia, no Tratado de Tordesilhas. A resposta de D. João III, tal qual registrada pelo embaixador espanhol, na carta que enviou de volta à rainha, é um primor de diplomática tentativa de mudar de assunto. Ele dizia “no se acordar” do que o levara a constituir a missão Martim Afonso. Não se

lembrava! Precisava consultar os documentos. Só então, estaria em condições de prestar a informação pedida.[17] Isabel não gostou da resposta, e replicou com um documento, lavrado por notário, diante de testemunhas, em que "pedia e requeria" a D. João III que não enviasse armada alguma ao rio da Prata. D. João III mais uma vez saiu-se com uma esperteza. Aproveitando o fato de que o documento espanhol citava a expedição de Solis, como prova de que a região em questão pertencia à Espanha, afirmou que, ao que lhe constava, o primeiro a estar na região fora um português, D. Nuno Manuel. A rainha que averiguasse bem. Se se comprovasse que Solis fora o primeiro, o rio da Prata seria da Espanha. Mas se resultasse, como ele acreditava, que o primeiro fora D. Nuno Manuel, então seria de Portugal. Qual seja, o rei de Portugal, na prática, rasgava o Tratado de Tordesilhas. Em vez da demarcação ali constante, e de toda aquela complicação de 370 léguas, e isso, e aquilo, propunha o critério do quem chegou primeiro.

A concorrência entre os dois reinos desdobrava-se numa disputa pelo material humano disponível. Um queria roubar do outro os pilotos mais exímios, os cartógrafos, os melhores conhecedores dos novos mundos. A Espanha teve êxitos marcantes, nesse sentido. Já se viu que Solis era provavelmente português. Outro português, Fernão de Magalhães, antigo servidor da Corte em Lisboa e soldado na Índia, perpetrou, a serviço da Espanha, a proeza da primeira viagem de circunavegação. Menos êxitos teve Portugal. Um agente seu em Sevilha, de nome Afonso Álvares, tentou aliciar o espanhol Juan Barbero para integrar uma armada então preparada para dirigir-se, diz um documento espanhol, "a la tierra que descobrió Juan de Solis". Barbero chegou a aceitar um adiantamento, para pôr-se a serviço de Portugal, mas acabou desistindo.[18] E igualmente disputado entre os dois reinos foi um português do grupo curiosíssimo dos primeiros habitantes do Brasil, tanto mais importante, para os propósitos de nossa História, quanto se tratava de um habitante do que é hoje o litoral paulista — um certo Gonçalo da Costa. Gonçalo da Costa era, por sua vez, genro de um personagem mais curioso — e misterioso — ainda, aquele que é conhecido como "Bacharel de Cananeia", mas deixemos o Bacharel em paz, por ora. Ainda não chegou a vez de ele entrar nesta história. Fiquemos com Gonçalo da Costa. Quando teria ele aportado ao Brasil? As melhores especulações fixam-se nos anos de 1509/1510. Seria um náufrago. O certo é que quando o comandante espanhol Diego García, chefe de outra expedição ao Prata, mais ou menos simultânea à de Sebastião Caboto, passou por São Vicente, em 1527, e ali fez uma escala, encontrou-o lá. Gonçalo da Costa forneceu um bergantim, navio pequeno e

ligeiro, a Diego García, o que mostra uma insuspeitada atividade de construção de barcos, ainda que modesta, anterior à chegada de Martim Afonso, ao porto paulista, e firmou um contrato para a venda de oitocentos escravos, quando a esquadra passasse de volta do Prata — o que demonstra outra das atividades em curso na região. Mas não ficou nisso. Concordou em seguir com Diego García, para servir-lhe como guia e língua da terra. Este Gonçalo da Costa, um surpreendente paulista antes de existir São Paulo, acabou seguindo na viagem de volta à Europa com Diego García, de forma que, em 1530, vamos encontrá-lo em Sevilha. Os portugueses, claro — não nos esquecemos da intensa espionagem de um reino sobre o outro —, logo ficam sabendo da presença do compatriota entre os concorrentes. D. João III envia-lhe uma carta, convidando-o a vir a Lisboa. Gonçalo da Costa vai. Na capital portuguesa, o rei recebe-o pessoalmente, faz-lhe insistentes perguntas sobre o rio da Prata e termina por convidá-lo para participar da expedição de Martim Afonso de Sousa, então na iminência da partida. Promete-lhe privilégios e boa remuneração, mas uma condição pareceu ao paulista — chamemo-lo assim, com perdão pelo anacronismo — incômoda. O rei não queria que voltasse à Espanha. Exigia que ficasse e se engajasse já entre os homens de Martim Afonso. Ora, Gonçalo da Costa tinha trazido consigo, do Brasil, mulher e filhos. Eles tinham ficado em Sevilha, e ele não queria abandoná-los lá. Sem se despedir do rei, fugiu de Lisboa.[19]

O papel de Gonçalo da Costa nos eventos que precederam a missão Martim Afonso reforça, se é que ainda precisa de reforço, a noção de que o objetivo primordial da expedição eram o Prata e suas riquezas. A circunstância de não lhe deixarem rever a mulher e os filhos muda a vida do nosso primitivo paulista, e faz com que, a partir de então, ele se ponha definitivamente a serviço da Espanha. Em 1535, integrou a expedição que, comandada por Pedro de Mendoza, resultaria na fundação de Buenos Aires. E, em 1540, participou de outra histórica expedição espanhola, a de Cabeza de Vaca, que partiu de Santa Catarina e rasgou o interior do continente até Assunção, no rastro daquela que, sob Aleixo Garcia, nosso conhecido náufrago de Santa Catarina, partira do mesmo ponto para atingir o Peru. Em ambas as ocasiões, prestou essenciais serviços, como guia, língua da terra e provedor de mantimentos. Martim Afonso perdeu-o. Em compensação, outro português que prestara bons serviços aos espanhóis, aquele Henrique Montes que, em Santa Catarina, tanto se emocionara que acabou chorando, ao falar a Sebastião Caboto das riquezas que encontraria no Prata, acabaria por reintegrar-se ao serviço da pátria. Montes, recorde-se,

participou da expedição de Solis e depois da de Caboto. Voltou com Caboto à Espanha. Pois, em 1530, eis que o encontramos a bordo dos navios de Martim Afonso de Sousa. Por carta régia de 16 de novembro daquele ano, ele foi feito provedor de mantimentos da armada. O mesmo documento informava que, antes, havia sido nomeado cavaleiro da Casa Real. O extraordinário grupo de náufragos de Santa Catarina continuava a imprimir sua marca em eventos decisivos.[20]



II

Ao Encontro da Casa de Pedra

A armada de Martim Afonso compunha-se de cinco navios: duas naus — a capitânia, de que se desconhece o nome, e outra chamada *São Miguel* —, um galeão, *São Vicente*, e duas caravelas — *Rosa* e *Princesa*. Nau era o nome dos navios maiores, capazes de levar muita carga e de oferecer maior conforto aos passageiros. O casco elevava-se na frente e atrás, formando imponentes castelos. No castelo de popa eram alojados os passageiros mais ricos e importantes. A nau era lenta e pesada, o oposto da caravela, que era rápida e leve. “Muitas vezes [a caravela] precede as frotas, assegura as ligações e transporta mercadorias em pequenas quantidades, ou porque estas não são volumosas ou porque se dividem os riscos”, escreve o historiador francês Frédéric Mauro.[1] O galeão, criação original do século XVI, ao contrário dos dois outros tipos de navio, que já existiam, era mais um navio de guerra, “na medida”, escreve o mesmo autor, “em que se pode falar, no século XVI, de distinção entre navio de guerra e navio de comércio”. Era quase tão grande quanto a nau, porém mais leve e mais resistente. Sua função principal seria proteger os diversos navios da frota e assegurar as ligações entre eles.[2] Com Martim Afonso iam quatrocentas pessoas. Bastava informar “Vão para o Prata”, escreve Varnhagen, e não faltava quem se alistasse. As pessoas diziam adeus à pátria na certeza de que “dentro de pouco volveriam a ela com grossos cabedais — com rios de prata”.[3] Vinham marinheiros e soldados, alguns degredados, que seriam abandonados nas solidões dos novos mundos, pilotos, cosmógrafos, línguas da terra. Henrique Montes, como já sabemos, vinha nesta última qualidade. Outro língua da terra era Pero Anes, do qual não se conhecem os antecedentes, mas que, se conhecia as línguas nativas, era porque já estivera no Brasil. Tripulantes de nome “Pero”, na frota de Martim Afonso, era o que não faltava. Havia também um Pero Capico, um Pero Lobo, um Pero de Góis, todos destinados a importantes papéis. E, sobretudo, havia Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa, o

número 2 da expedição. Assim como Martim Afonso, Pero Lopes era bem relacionado e altamente conceituado nos altos círculos. Há registros de elogios a sua competência e honradez da parte do próprio D. João III.[4] Também era um experimentado piloto. Sobre ele disse D. João de Castro, figura de destaque no império português e respeitada autoridade em geografia e artes náuticas, que todos lhe deviam "dar obediência no mister de ofício do mar".[5] Pero Lopes protagonizará vários episódios capitais, mas sobretudo a posteridade lhe agradece o fato de ter escrito um *Diário de Navegação* graças ao qual é possível reconstituir, no fundamental, a expedição.

Depois de escala na ilha de São Tiago, no arquipélago de Cabo Verde, a esquadra alcançaria pela primeira vez a costa brasileira a 30 de janeiro de 1531, quando atingiu Pernambuco — portanto, 58 dias depois da partida de Portugal. Ali enfrentou seu primeiro grande contratempo ao deparar com três navios piratas franceses que contrabandeavam pau-brasil. Martim Afonso perseguiu-os e venceu-os. Num dos navios, veio a encontrar um piloto português a serviço do inimigo, um Pero — mais um! — Serpa. Afonso mandou que o enforcassem, sumariamente. Então o comandante iniciou a descida do litoral brasileiro — tocou a Bahia em 3 de março, onde fez conhecimento com o célebre náufrago Diogo Álvares Correia, o Caramuru, e o Rio de Janeiro a 30 de abril, onde fez construir dois bergantins, navios pequenos, mais próprios para a navegação costeira ou fluvial, e incorporou-os à frota. Em 17 de agosto, aportou em Cananeia, no que é hoje o litoral sul de São Paulo. Aqui, a viagem começa a ficar interessante. Em Cananeia, Afonso encontrou dois portugueses que lá viviam, Francisco Chaves e o Bacharel de Cananeia. A Francisco Chaves já fizemos menção. Ele pertenceria, com Aleixo Garcia, Henrique Montes e Melchior Ramirez, ao grupo de náufragos de Santa Catarina. O Bacharel de Cananeia, com esse apelido misterioso, tão pernóstico (um diplomado, de pergaminho e tudo, no ermo litoral brasileiro, entre os índios pelados!) quanto cômico, tanto fartou-se de perambular pelos livros da história primitiva do Brasil que foi parar até em livro de ficção. No *Macunaíma*, de Mário de Andrade, há uma passagem em que o herói sem nenhum caráter, que como se sabe faz um longo percurso por diversos tempos e diversos lugares do Brasil, encontra o bacharel à porta de casa, às voltas com a leitura de "profundos manuscritos". "Como vai, bacharel?", pergunta-lhe Macunaíma. "Menos mal, ignoto viajor", responde o outro. "Tomando a fresca, não?", insiste o herói. "*C'est vrai*, como dizem os franceses", encerra o bacharel.

Pede-se paciência, no entanto, que ainda não será desta vez que se demorará

na figura, em verdade bem mais agreste do que aparece na ficção de Mário de Andrade, do Bacharel de Cananeia. Na escala de Martim Afonso por Cananeia — longa, de 44 dias —, mais importante é o papel de Francisco Chaves. Tal como Henrique Montes antes com Caboto, Chaves mostrou-se cheio de entusiasmo com relação à possibilidade de chegar às riquezas escondidas no interior do continente. Sem dúvida inspirado no que sabia da expedição pioneira de Aleixo Garcia, garantiu que era possível partir dali onde estavam, por terra, sertão adentro, até as terras privilegiadas do ouro e da prata. Martim Afonso dirigia-se ao Prata para, pelos rios, perseguir o mesmo objetivo. Mas, se era possível alcançá-lo também por terra, por que não tentar? Por que não apostar nas duas possibilidades? Decidiu o comandante que, sem prejuízo do prosseguimento de sua viagem marítima, organizaria uma expedição, a partir de Cananeia, rumo ao interior. Um de seus melhores homens, Pero Lobo, foi designado para comandar a empreitada, para a qual foram destacados oitenta homens. Francisco Chaves garantia que em dez meses eles voltariam, e tão carregados de ouro e prata que não venceriam carregar todo esse material. Nos planos de Chaves, que foi junto com a expedição, estava escravizar quatrocentos índios, no caminho, para fazer o serviço. Pero Lobo e seus oitenta homens partiram a 1º de setembro de 1531. O episódio mereceria registro, não fosse por outras razões, por representar a primeira bandeira paulista. Era uma espécie de pré-estreia do espetáculo aventuresco que, no século seguinte, faria a fama, às vezes a riqueza e às vezes a desgraça, dos habitantes de São Paulo.

Martim Afonso retomou o caminho do sul, pela via marítima, para, à embocadura do Prata, logo na entrada da via fluvial para a terra da fartura e dos prodígios, ao largo de onde hoje fica Punta del Este, ser acometido pela má sorte: naufragou a nau capitânia. O comandante salvou-se, mas morreram sete pessoas — seis afogadas, segundo a pitoresca discriminação de Pero Lopes de Sousa, em seu diário, e uma “de pasmo”. Talvez por força desse incidente, que aconselhava cautela, talvez por falta de mantimentos suficientes e do estado já desgastado dos navios — motivos alegados por Pero Lopes —, o fato é que, reunidos os principais da expedição, decidiram que não seguiriam todos Prata adentro. Apenas um bergantim, com trinta homens, sob o comando de Pero Lopes, subiria o rio. Os demais, Martim Afonso inclusive, esperariam onde estavam. Pero Lopes subiu o Prata, e depois o Paraná, até um lugar que no diário ele chama de Carandins. Por ali, em algum ponto do que é hoje o norte da Argentina, lançou dois padrões assinalando a posse portuguesa do local, como fora instruído a fazer.[6] E permitiu-se lançar, no diário, ele que não era disso, e

muito pelo contrário mostrava-se em geral sóbrio e objetivo, expressões de deslumbramento pelo que tinha à vista. “É a mais formosa terra e a mais aprazível que pode ser”, escreve. “Eu trazia comigo alemães e italianos e homens que foram à Índia e franceses; todos foram espantados da formosura desta terra, e andávamos todos pasmados que nos não lembrava tornar.” Uma das vantagens deste precioso trecho do diário de Pero Lopes é informar que franceses, italianos e alemães iam na expedição, sinal de como era aberta à aventura e ao risco a Europa de então. Outra é reforçar uma dúvida. Por que, se a terra era tão deslumbrante, por que, se os portugueses estavam tão cobiçosos dela a ponto de deixarem padrões fincados no local, sua exploração acabou se resumindo a uma tímida sortida de pouco mais de um mês, que foi quanto durou a incursão de Pero Lopes? Eis uma questão para a qual não há resposta cabal. A mais convincente conjetura talvez seja a do historiador Mário Neme, já citado. Martim Afonso tinha grande confiança na expedição por terra que, de Cananeia, saíra com Pero Lobo à frente. Apostava agora, sobretudo, nela. Mesmo porque, por ali, o caminho se fazia por regiões menos reclamadas pelos espanhóis, por isso mesmo mais fáceis de defender.[7]

Na volta do bergantim que se aventurara rio da Prata adentro, mais uma desgraça: a embarcação naufragou. Isso se deu bem no dia de Natal de 1531, pouco depois de vencido o monte de São Pedro, como Pero Lopes chamou o local onde, dois séculos depois, seria fundada a cidade de Montevidéu. O bergantim quebrou ao chocar-se contra duas pedras. Os tripulantes salvaram-se subindo em uma dessas pedras. E ali, entre o vento e o mar furioso, passaram agruras descritas no diário com aflição. Escreve Pero Lopes que ele e os companheiros gastaram o tempo “confessando-nos uns aos outros, por nos parecer que era o derradeiro trabalho”. E prossegue, no arrevesado e formoso português arcaico: “Assim passamos toda esta noite em se todos encomendarem a Deus. Era tamanho o frio que os mais dos homens estavam todos intanguidos e meio-mortos. Assim passamos esta noite com tamanha fortuna, quanto homens nunca passaram.” Afinal, safaram-se, e conseguiram reunir-se a Martim Afonso. A expedição estava inteira, de novo. Era o dia 1º de janeiro de 1532, e ia prosseguir viagem. O objetivo, agora, era São Vicente, como expressamente afirmava Pero Lopes em seu diário, chamando de “rio” o canal que, na região, dá acesso ao porto: “Aqui, estivemos nesta ilha quatro dias, fazendo-nos prestes para irmos ao rio de São Vicente.”[8]

Que era essa São Vicente para onde se dirigia agora a frota? Que existia ali, antes da chegada de Martim Afonso, se é que existia algo? Explique-se desde

logo, para quem não está familiarizado com o litoral paulista, que São Vicente fica numa ilha, embora isso seja quase imperceptível para quem ali chega vindo de São Paulo, tão estreito e discreto é o canal, ou braço de mar, ou "rio", como é impropriamente chamado — rio Casqueiro —, que se atravessa para ganhá-la. São Vicente é nome da cidade e também da própria ilha. Mas, apesar disso, e também da glória de ter sido a primeira vila do Brasil, já faz muito tempo que São Vicente não é a cidade mais importante nem mesmo dentro dos limites da ilha. Mais importante é Santos, com quem compartilha o mesmo espaço apertado entre o mar oceano e os braços de mar que a separam da serra. Mais um estreito canal a vencer, a leste, e eis que nos encontramos em outra ilha, a de Santo Amaro, que os índios chamavam de Guaíbe — e onde foi plantado o balneário do Guarujá. Eis então a paisagem que os primitivos navegantes divisavam: duas ilhas contíguas, São Vicente e Santo Amaro, ambas separadas do continente por estreitos canais. Bela seria a visão daqueles espaços ainda intocados senão pela mão primitiva do índio, incapaz de alterações de monta na ordem da natureza. Mais adiante a mata, e o mistério do paredão da serra do Mar. Mas seria tão carente assim da presença do homem dito civilizado, o panorama encontrado por Martim Afonso? Não. São Vicente já era alguma coisa, quando ele chegou. Uma das provas disso é o registro deixado pelo espanhol Alonso de Santa Cruz, cosmógrafo da armada de Sebastião Caboto, que passou por ali em abril de 1530, quase dois anos antes de Martim Afonso. Escreveu ele:

"Dentro do porto de São Vicente há duas ilhas grandes habitadas por índios, e na parte ocidental da mais oriental (Santo Amaro) estivemos estacionados mais de um mês. Na ocidental têm os portugueses uma povoação chamada São Vicente e até dez ou 12 casas e uma feita de pedra com seus telhados, e uma torre para defender dos índios em tempo de necessidade. Estão providos de coisas da terra, de galinhas e de porcos como os da Espanha com muita abundância de hortaliça. Têm essas ilhas uma ilhota entre elas de que se servem para criar porcos. Há grandes pescarias de bons pescados."[9]

Figura 8



O mapa “San Vicente”, do códice da Biblioteca da Ajuda, 1586.

Um quadro insuspeitado aflora deste pequeno trecho: uma São Vicente anterior à São Vicente que, conforme se aprende na escola, teria sido fundada por Martim Afonso de Sousa. Alonso de Santa Cruz ali encontrou dez ou 12 casas, sendo uma de pedra, e um povo, ou povinho, para ser mais justo, que criava porcos e galinhas, plantava e pescava. Que povinho seria esse? Viu-se, nos itens anteriores, que aqui ou ali a costa brasileira já apresentava pequenos núcleos povoados por europeus, portugueses quase sempre, nos anos pré-Martim Afonso. Quando Caboto chegou a Pernambuco, encontrou uma feitoria portuguesa. Quando o próprio Martim Afonso chegou à Bahia, travou contato com Caramuru. E já se falou com insistência na colônia formada, em Santa Catarina, pelos náufragos de um dos navios da frota de Solis. Os primitivos povoadores poderiam ser náufragos como também degredados, em virtude de condenações sofridas na mãe-pátria. A prática de despejá-los na costa brasileira foi inaugurada já na viagem pioneira de Cabral. E também poderiam ser — outro caso registrado já na vinda de Cabral — marinheiros que fugiam para escapar da vida dura dos navios, onde aos perigos e ao trabalho insano se somavam os

maus-tratos, tanto mais dispostos a escapulir quanto a nova terra acenava com uma existência livre, sem patrão e sem pecado. Numa única e curta frase a carta de Pero Vaz de Caminha dá conta de ambas as modalidades de injetar gente nas novas paragens. “Creio, Senhor”, escreve ele ao rei, “que com estes dois degredados ficam mais dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos para terra”. Era a antevéspera da partida da armada. Hora de escapar, para quem assim se dispusesse. Enfim, um último tipo de habitante da terra, no período anterior a Martim Afonso, podiam ser, segundo alguns autores, agentes oficiais — representantes da Coroa portuguesa, aqui instalados para dirigir entrepostos comerciais e arrecadar impostos.

De todo o litoral brasileiro, o trecho que mais núcleos de primitivos povoadores apresentava eram, ao que parece, os 300 quilômetros do litoral paulista que vão de Bertioga, ao norte, a Cananeia, ao sul, compreendendo as ilhas que hoje abrigam Santos, São Vicente e Guarujá.[10] Entre os habitantes dessa área, chegaram até nós notícia de cavalheiros como, para fazer o percurso de norte a sul, Diogo de Braga, que se envolveu em peripécias em Bertioga, Antônio Rodrigues, habitante de São Vicente, e o douto interlocutor de Macunaíma, o Bacharel de Cananeia. De Diogo de Braga, há registro de uma fortificação que construiu em Bertioga, junto com os cinco filhos, para defender-se dos índios tamoios. Qualquer semelhança com cenas de filme, do tempo em que o cinema americano popularizou as famílias de pioneiros hostilizadas pelos nativos, e as paliçadas, e os fortes apaches, não deve ser coincidência. Apenas, à diferença de tais filmes, este não tem final feliz para os brancos: apesar da “tenaz resistência”, na expressão de um clássico autor do século XIX, Braga e os filhos acabaram mortos e devidamente devorados pelos inimigos.[11] O episódio ocorreu depois da missão de Martim Afonso, mas há indícios de que os Braga já habitavam o local antes de sua chegada. Antônio Rodrigues era habitante do Tumiaru, localidade de São Vicente situada junto ao local onde séculos depois os pósteros ergueriam a famosa ponte Pênsil. Rodrigues era casado com uma índia, filha do cacique Piquerobi, o que não configura nenhuma novidade: trata-se de padrão que, como se verá, repete-se invariavelmente — mesmo porque não havia mulheres portuguesas disponíveis.[12] O infortunado Diogo de Braga de Bertioga com toda probabilidade também foi com uma índia que teve os filhos. É estranho que Robinson Crusoé, cuja ilha, embora não localizada com precisão, seguramente ficava perto do Brasil, se é que não ficava no Brasil, segundo vários indícios espalhados pelo romance de Daniel Defoe, tivesse encontrado um Sexta-Feira para companheiro. Estatisticamente, mais provável é que se tivesse

juntado a uma Sexta-Feira.

Figura 9



Da enseada de Ubatuba à barra de São Vicente, o mapa de João Albernaz, o velho, 1631.

Falta falar do Bacharel de Cananeia — agora sim, é hora de dedicar a esse personagem exemplar do Brasil primevo, meio mítico, de que estamos tratando, o vagar que merece. Segundo Varnhagen, o "Heródoto brasileiro", autor da primeira história abrangente e documentada do país, ele teria chegado com a expedição de 1501, a primeira que se seguiu à descoberta. Seria um degredado. "Esse bacharel percorria, com seus índios, toda a costa vizinha, para o norte e para o sul", escreve.[13] Lá o temos com os índios — não era só para tomar mulher, em verdade, que os habitantes primitivos com eles se misturavam. Mas o bacharel conservava sob sua liderança, ou influência, ou pelo menos entre as pessoas de sua convivência, também europeus. É o caso de Francisco Chaves, em cuja companhia já o vimos apresentar-se a Martim Afonso quando da passagem do comandante por Cananeia. E é o caso de seus genros, dos quais há frequente menção, inclusive Gonçalo da Costa, aquele mesmo que o navegador espanhol Diego García encontrou, em 1527, na costa de São Vicente, e aliciou para o serviço da Espanha. García deixou uma carta na qual se encontra a primeira notícia do bacharel. "Alli vivi um bachiller", escreveu.[14] Que faziam o bacharel e sua trupe? Os dados colhidos aqui e ali sugerem que viviam de abastecer os navios de passagem de mantimentos, fornecer-lhes informações e línguas da terra. Também fabricavam pequenas embarcações, que podiam vender aos interessados — e foi assim que Gonçalo da Costa forneceu um bergantim a Diogo García. Sobretudo, dedicavam-se ao bom negócio da escravidão — cativavam índios e os vendiam. Não só o caso do bacharel, mas muitos outros

indicam que esta era a mais dinâmica atividade do local que viria a ser o estado de São Paulo. O Bacharel de Cananeia e seus genros fecharam com Diego García, como vimos, um contrato pelo qual lhe forneceriam oitocentos escravos, quando voltasse do Prata. Retificando a afirmação anterior, estatisticamente mais provável é que Robinson Crusoé, uma vez estabelecido em sua ilha, teria desde logo optado por escravizar Sexta-Feira, ou fazê-lo aliciador de escravos junto às tribos vizinhas.

Vamos encontrar o Bacharel de Cananeia de novo metido com espanhóis numa disputa que opõe um grupo de Iguape, localidade vizinha a Cananeia, e São Vicente. O episódio é de 1534, posterior, portanto, à expedição de Martim Afonso, mas vale adiantá-lo para explorar um pouco mais nosso personagem. O grupo de Iguape era constituído por um punhado de espanhóis, remanescentes da armada de Sebastião Caboto, e chefiados por um Rui Mosquera. Já havia um ano os espanhóis estavam estabelecidos em Iguape, e cultivavam boa camaradagem com o bacharel. Por algum motivo, mais ainda do que com os espanhóis, que ocupavam uma terra que consideravam sua, os portugueses de São Vicente se irritaram com o bacharel, e — lembremo-nos de que seria um degredado — ordenaram-lhe que viesse cumprir sua pena junto aos súditos de seu rei, conforme lhe fora ordenado. Aos espanhóis, pediram que ou se retirassem ou declarassem lealdade ao rei de Portugal. Os espanhóis responderam que não reconheciam aquela terra como de Portugal. A pendenga terminou em conflito armado em que os espanhóis de Iguape acabaram por infligir séria derrota aos portugueses de São Vicente. Estes, além de amargar bom número de mortos em suas fileiras, tiveram sua povoação saqueada, num episódio que, segundo Ruy Díaz de Guzmán, o autor de *La Argentina*, que o registra, foi o primeiro conflito "entre cristãos, nesta parte das Índias Ocidentais".[15] Não se trata de pouca primazia. E teve o Bacharel de Cananeia, agora nos parecendo intrigante e ardiloso, como pivô. A conclusão forçosa é que nosso letrado personagem não foi pouca coisa, apesar de ter varado a História com a verdadeira identidade oculta, ou envolto num título de tal prestígio que lhe ofuscou o nome.

Martim Afonso chegou a São Vicente, em 1532, no dia de São Vicente — 22 de janeiro. Uma coincidência, não mais que isso, o fez aportar nessa data — ou talvez um arranjo do cronista Pero Lopes para tornar mais emblemático o ato da chegada. Não significa que Martim Afonso a tenha batizado. Há provas concludentes de que São Vicente já se chamava São Vicente, entre elas o registro de Alonso de Santa Cruz, o cosmógrafo de Caboto, citado antes, e a anotação do próprio Pero Lopes, que, como vimos, depois das atribulações sofridas no Prata,

lançou em seu diário que a expedição agora estava pronta para ir “ao rio de São Vicente”. São Vicente já tinha esse nome, na verdade, desde a primeira expedição exploradora, chefiada por Nuno Manuel e Américo Vespúcio, que em 1501 foi batizando com nomes de santos os diferentes pontos da costa.[16] Não só São Vicente se chamava São Vicente como já possuía dez ou 12 casas, segundo o mesmo Santa Cruz, uma das quais de pedra. A de pedra é a que mais causa impressão. É sinal de uma certa consolidação da presença portuguesa no local, sinal de que o que havia ali era algo mais do que um simples acampamento. Seria uma feitoria régia, qual seja, um posto avançado da Coroa, com funções fiscais, militares e diplomáticas? Autores de peso inclinam-se para uma resposta positiva.[17] Na verdade, a essa questão antecede outra: haveria feitorias régias no Brasil, antes da vinda de Martim Afonso? Que havia entrepostos comerciais, ainda que modestos — as chamadas feitorias —, não há dúvida. Já vimos que Sebastião Caboto teve a primeira notícia das riquezas do Prata ao conversar, em Pernambuco, com membros da feitoria portuguesa local. Existem notícias de feitoria não só em Pernambuco, mas ainda em Cabo Frio, talvez também em Porto Seguro e Ilhéus. “As feitorias brasileiras, isoladas na amplitude do litoral, tiveram sua criação justificada pelas possibilidades de estabelecer relações comerciais, na forma de escambo, com as populações indígenas”, escreve um autor.[18] A questão é se seriam estabelecimentos oficiais — feitorias “régias” — ou de iniciativa de particulares, que as tivessem criado por sua própria conta e risco, para explorar as possibilidades comerciais disponíveis. Um dos bons autores que se inclinam para a tese de que existiam, sim, feitorias régias no Brasil, já a esse tempo, e que em São Vicente ficava uma delas, tem na casa de pedra um de seus argumentos. Construção como essa, segundo sustenta, não pode ser atribuída “à simples iniciativa de meia dúzia de náufragos”.[19] Nas feitorias mais ao norte da baía de Guanabara, o produto por excelência que se comercializava era o pau-brasil. Já em São Vicente não havia pau-brasil, o que faz crer que o que se comercializava ali era mesmo seres humanos. Quer dizer, escravos. Índios escravizados.[20] Se Martim Afonso tem o prestígio de fundador diminuído, diante da evidência de que em São Vicente já havia uma povoação, não há dúvida de que sua chegada vai redobrar a importância do local. Quanto a ter escolhido São Vicente, entre todas as possibilidades que lhe oferecia o litoral brasileiro, para seu mais demorado e ambicioso empreendimento nas novas terras, parece restar pouca dúvida de que isso ocorreu porque, experimentadas as dificuldades de penetrar no interior do continente pelo rio da Prata, esta região lhe pareceu a mais propícia para as tentativas de penetração por terra. Inclusive

ele tinha feito uma tentativa, na viagem de ida ao Prata, ao enviar a expedição de Pero Lobo e seus oitenta homens sertão adentro, a partir de Cananeia, ali pertinho. Restava agora esperar o resultado dessa tentativa, e São Vicente era lugar conveniente para isso.

Martim Afonso atracou a frota não no local onde o entendimento convencional presume que o tenha feito — o chamado "porto das Naus" —, mas, segundo os melhores estudos, no muito mais propício canal que viria a se transformar no próprio porto de Santos, ou talvez pouco antes da entrada desse canal, no local hoje chamado Ponta da Praia.[21] Dali, não só Martim Afonso, mas também os viajantes em geral que aportavam ao local iam, ou por terra, ou em barcos menores, até a povoação de São Vicente, no outro extremo da enseada. No caso de Martim Afonso, logo ao chegar, segundo um autor do século XVIII, frei Gaspar da Madre de Deus, foi objeto da hostilidade dos índios. Para defender-se, rapidamente providenciou uma fortificação. Isso não deteve os índios, que se aproximavam ameaçadoramente. Haviam decorrido apenas três dias, desde que as naus atracaram no porto, e os integrantes da expedição portuguesa receberam ordens de preparar as armas. Nisso, divisaram um homem que vinha a passos largos em direção deles — "e, tanto que chegou à distância onde pudesse ser ouvido", prossegue o mesmo autor, "levantando a voz e falando em língua portuguesa, entrou a congratular-se com os seus nacionais, fazendo todos os esforços para lhes persuadir que nada temessem". Os portugueses foram tomados de admiração, ao se darem conta da presença daquele homem. Parecia-lhes até uma miragem, e, "para se livrarem da dúvida, consultavam-se uns aos outros". Afinal se convenceram de que não sonhavam. O homem foi ao comandante e explicou-lhe que nada tinha a temer dos índios. Eram amigos.[22] Talvez a história não se tenha passado exatamente dessa forma. Há razões para suspeitar que foi embelezada pela imaginação heroica do venerável autor. Serve-nos, em todo caso, para introduzir com algum drama e as devidas pompas, nesta história, outro personagem crucial. Com este homem branco, Martim Afonso subiria a serra, poucos dias depois de chegado. A este homem já cabia o principal papel, no drama que ocorria lá em cima da serra, no Planalto, naqueles confins onde seria plantada a cidade de São Paulo.



III

A Vida Segura e Conversável

— Muito prazer, João Ramalho.

Não. Não terá sido dessa maneira, formal demais, em se tratando de quem se trata, e característica demais das relações sociais de hoje para convir aos tempos em que nos situamos, que o referido homem se apresentou a Martim Afonso de Sousa. Nem Martim Afonso terá se dirigido a ele como Stanley se referiu ao explorador Livingstone, perdido na selva africana, ao finalmente encontrá-lo: "João Ramalho, eu presumo." Mas outro não era o homem que correu ao encontro de Afonso senão o hoje célebre João Ramalho, e se não se apresentou com um "muito prazer", o apresentamos nós com igual sentimento. Era uma pessoa de muito prestígio, solidamente implantado na região, pai de numerosa prole, "muito conhecido e venerado", segundo testemunho da época. "Neste campo está um João Ramalho, o mais antigo da terra", anota a mesma testemunha, numa carta.[1] Sua autoridade exercia-se sobre homens e mulheres, índios e europeus. E estava no lugar certo, habitante que era do Planalto. O Bacharel de Cananeia e Antônio Rodrigues, dois outros portugueses notórios da região, habitavam o litoral. Já Ramalho escolhera para viver o lugar onde em breve se daria o principal da ação. Não fossem as qualidades de líder e chefe, a força moral, o prestígio de empreendedor e até os atributos físicos, segundo se deduz dos depoimentos que nos chegaram, ainda tinha sobre os demais europeus da região a vantagem de estar no lugar certo, na hora certa. O prazer é todo nosso em conhecê-lo.

As venerandas cidades antigas com frequência têm sua origem enraizada num mito. Quanto mais venerandas, mais merecerão o privilégio de ter seu nascimento envolto no encanto e na magia. Roma foi fundada por Rômulo e Remo, dois gêmeos criados por uma loba. Nápoles teve como marco fundador o túmulo de uma sereia, Partênope. Lisboa foi fundada por Ulisses, ninguém menos do que ele, o herói da *Odisseia*, numa de suas andanças pelos mares. Os

autores de uma moderna história de Nova York observam que, se as cidades plantadas pelos europeus na América são muito novas para ter direito a um mito de origem, nem por isso Nova York deixa de ter uma lenda — a de que a cidade foi comprada pelos holandeses aos índios por 24 dólares.[2] São Paulo não tem mito grego. Não tem nem sequer a lenda de uma esperteza mercantil, como Nova York, mas tem um patriarca que, em certos relatos, parece emergir dos versículos do Gênesis. Era "um homem possante", segundo um desses relatos, "que antes do jantar andava nove léguas". A descrição convida a imaginá-lo de cajado e barba, como Abrão. Teve muitos filhos, como se impõe a um patriarca, de alguns dos quais sobraram registros: um Francisco Ramalho, também chamado Tamarutaca, um Vitorino, morto pelos índios. E um André, um Antônio, um Marcos, um Gregório, uma Beatriz.[3] De que maneira teria esse João Ramalho, que mais do que o pai dos próprios filhos deve ser considerado o pai dos paulistas, ou pelo menos dos paulistas de antiga cepa, como Abrão foi pai do povo de Israel, chegado a estas terras inóspitas? Algumas teorias querem-no como náufrago. Natural de Barcelos, no norte de Portugal, seria um sobrevivente do mesmo desastre que, entre 1509 e 1510, teria igualmente despejado na costa brasileira Gonçalo da Costa, o genro do Bacharel de Cananeia, e Antônio Rodrigues, o morador do Tumiaru.[4] Outras defendem que, por sua própria escolha, tenha se estabelecido neste lado do mundo. "Não é preciso recorrer às circunstâncias de um naufrágio [...] para explicar a presença de um europeu entre os selvagens do litoral brasileiro, nesta época", escreveu um autor. "O comércio que então já se fazia com os naturais explica o fato perfeitamente." O mesmo autor arrisca imaginar as motivações que teriam levado Ramalho a tomar a opção que tomou na vida: "Era um desses aventureiros, como tantos houve outrora, que buscavam a vida, arriscando-a desassombradamente, e procurando entre perigos um viver libérrimo, dissoluto, gozado sem as peias de uma sociedade regular e sem testemunhas importunas."[5]

O "viver libérrimo" nos conduz a aspectos mais íntimos da vida do personagem. Tinha várias mulheres, paralelas à principal, ou pelo menos a mais conhecida, a índia Bartira. Não se constrangia em andar nu. Não obedecia a preceitos religiosos, sua lei era a que precede a organização das sociedades em Estados. Claro que, com esse estilo de vida, estava fadado a causar escândalo entre os padres que, em breve, entrarão nesta história. "Ele e seus filhos andam com irmãs e têm filhos delas, tanto o pai como os filhos", escreve um deles. "Vão à guerra com os índios e as suas festas são de índios e assim vivem andando nus como os mesmos índios", acrescenta.[6] João Ramalho é um dos

primeiros, entre os europeus, a inserir-se numa instituição social de longa data cultivada entre os índios, o cunhadismo, como a chamou o antropólogo Darcy Ribeiro.* Consiste tal instituição em introduzir um estranho à comunidade oferecendo-lhe uma mulher. Assim como faziam entre si, os índios estenderam a gentileza aos europeus. “Leva esta para tua mulher”, diziam aos portugueses que lhes caíam no agrado, segundo um testemunho contemporâneo.[8] Com isso, rendia-se homenagem não só a Eros, mas também a Mercúrio, deus do comércio, e Marte, deus da guerra. A mulher oferecida ao estranho — a “temericó”, como a chamavam os índios — era a consagração de um pacto de sangue. A partir daí o marido dela podia contar com a numerosa parentela, vale dizer, toda a comunidade, para ajudá-lo tanto no trabalho como na guerra. E como os índios desconheciam a monogamia, o estranho podia unir-se a temericós de diferentes procedências, o que resultava numa ampla teia de alianças. Bem administradas, elas rendiam riqueza e poder.[9] O recém-chegado à família, e no caso do europeu um recém-chegado muito mais ambicioso e aproveitador, podia servir-se dos parentes da noiva para extrair bens de comércio como o pau-brasil ou, no caso de São Paulo, capturar escravos. Também podia usá-los como força para enfrentar ou intimidar os inimigos. João Ramalho, ao unir-se a Bartira, unira-se nada menos do que ao principal cacique da região, Tibiriçá. Pode-se imaginar o que isso lhe trouxe de vantagens. Alguns textos do período afirmam que João Ramalho possuía uma “força”.[10] Ou seja, um pequeno exército, bem provido de homens como de armamentos, fortificações defensivas e capacidade ofensiva. Raros terão feito tão bom proveito das temericós, e da instituição do cunhadismo, como o patriarca do Planalto.

Mas por que o Planalto? Por que, ao contrário de todos os outros europeus de que se tem notícia no período, Ramalho foi estabelecer-se país adentro? Na verdade, no que diz respeito à região vicentina, de estranhar é a opção de Antônio Rodrigues, que ficou no litoral. Ramalho seguiu uma tendência já consolidada antes da chegada dos europeus, pois entre os próprios índios a região de maior dinamismo e mais povoada era o Planalto, não as ilhas do litoral. É preciso inverter a mão, quando se considera a região, não da perspectiva dos portugueses, mas dos índios. Os índios habitavam antes em cima do que embaixo. Como a maioria dos habitantes do que viria a ser a região de São Paulo, residiam no Planalto, e só eventualmente desciam à praia. A serra do Mar, para eles, ao contrário dos forasteiros que chegavam do oceano, era algo a vencer descendo, não subindo.[11] De forma esquemática, e sem entrar na controvertida questão da identificação de cada povo indígena do sul do Brasil na

época do Descobrimento, a faixa atlântica do futuro estado de São Paulo era habitada por três grupos principais. Ao norte, de São Sebastião para cima, ficavam os tupinambás, também chamados de tamoios, ocupando uma área que ia até Cabo Frio, passando pelo Rio de Janeiro. A faixa sul, de Cananeia para baixo, era território dos carijós. A faixa central, entre São Sebastião e Cananeia, era ocupada pelos tupiniquins, amigos dos portugueses, ao contrário dos dois outros grupos, cujas relações com os intrusos que chegavam nas naus decoradas com a cruz de malta eram tensas, quando não belicosas. E no centro desse centro, a região que nos interessa, constituída pela Baixada Santista e o Planalto Paulista, os tupiniquins de preferência encarapitavam-se no alto da serra, nos chamados — eis um nome que, a partir de agora, será assíduo frequentador de nossa história — campos de Piratininga.[12] Outro povo que habitava o Planalto era aquele a que os textos clássicos referem como guainãs, ou guaianás, ou ainda guaianases.

A própria narrativa de frei Gaspar da Madre de Deus, o autor que pinta com pinceladas épicas a chegada de Martim Afonso de Sousa, confirma a preferência dos índios pelo alto da serra. Segundo frei Gaspar, ao despontarem as naus de Martim Afonso na barra do porto, os índios pescavam no mar. Eles habitavam no Planalto, mas de tempos em tempos entretinham-se em temporadas de pesca no litoral. Espantados "com a grandeza dos navios, que lhes pareceram monstruosos, por nunca terem visto senão canoas", remaram com força para terra, onde se puseram a observar a movimentação da frota. Viram quando os estranhos começavam a desembarcar. Então, "movidos pelo desejo de anteciparem a notícia de tamanha novidade", correram céleres para a aldeia, serra acima, onde deram conta do que viram. Logo os diversos grupos indígenas do Planalto, transmitida a notícia entre eles com a brevidade possível, e concordes entre si de que era preciso expulsar o invasor, mobilizaram-se para a guerra. Comandou a operação o cacique Tibiriçá, "senhor dos campos de Piratininga", a quem, sempre segundo frei Gaspar, "toda a nação dos guaianases davam alguma obediência, e as outras comarcas respeitavam muito, por ser ele o cacique mais poderoso, e o melhor guerreiro do continente". Ocorre que, perto de Tibiriçá, morava João Ramalho, que "fazia vida marital com uma filha do régulo". Tibiriçá participou-lhe a novidade. E Ramalho foi tomado por "alvoroço grande, porque logo lhe assentou que a esquadra era de portugueses". Imaginou que seria uma esquadra que, a caminho do Oriente, tivesse se perdido, vindo a bater nas costas do Brasil. Ramalho compadeceu-se dos compatriotas. Seriam "infelizes que, perseguidos por mares e ventos contrários, buscavam a terra com

o único fim de salvar as próprias vidas". Convenceu o sogro a, em vez de atacá-los, ajudá-los. E assim os índios que tinham sido mobilizados para a guerra receberam outra incumbência: correriam à costa a fim de proteger os recém-chegados, e o fariam rápido, antes que outros grupos viessem a hostilizá-los. "Como os esquadrões brasílicos excedem na brevidade de suas marchas a todos os exércitos do mundo", continua frei Gaspar, em seu estilo saboroso, e com típica audácia na argumentação, e isso "não só pela razão de consistir o seu trem nos arcos e flechas dos soldados", muito mais leves do que os armamentos dos brancos, "mas também pelo grande exercício que eles têm de viajar, empregando todos os dias de sua vida por campos e serras fragorosíssimas, ocupados no exercício da caça", chegaram antes que qualquer inimigo. Era apenas o terceiro dia depois do desembarque, e o fim da história já se conhece: João Ramalho adianta-se e surpreende os recém-chegados ao dirigir-se a eles em português.[13]

Ou melhor: este é apenas o começo da história. Martim Afonso ficaria mais de um ano em São Vicente. Temos notícias de sua presença na terra até março de 1533. Nesse período, distribuiu generosas fatias de terra — as sesmarias — a membros da comitiva e, segundo o entendimento convencional — contestado por alguns autores —, introduziu o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil.[14] São iniciativas que denotam uma intenção colonizadora, da parte do comandante. Mas poderia realmente ser considerada colonizadora a expedição de Martim Afonso? Já vimos, e os melhores estudos são enfáticos quanto a isso, que o objetivo principal da expedição era o ouro que se imaginava haver na região do Prata. Antes de tudo, portanto, foi um empreendimento de caça ao tesouro. Marginalmente pode ter tido alguma intenção colonizadora — e algum efeito nesse sentido realmente teve, pois ajudou a povoar e a organizar a vida na terra. Mas se se comparam as naus de Martim Afonso com o *Mayflower*, o navio que trouxe os primeiros pilgrims ingleses para os Estados Unidos, símbolo por excelência de uma iniciativa colonizadora no Novo Mundo, o comandante português sai humilhado, no quesito colonização. Martim Afonso não trouxe mulher, para começar. Trouxe quatrocentas pessoas, em sua comitiva — e nenhuma mulher! Qual seja: desprezou a norma segundo a qual, se a intenção é se estabelecer de forma duradoura, num lugar, fundamental é levar casais, algo conhecido pela humanidade desde os tempos da arca de Noé. Ao contrário dos empreendimentos ingleses como o do *Mayflower*, os dos portugueses — e o de Martim Afonso se inscreve nessa regra — eram escapadas masculinas, sob o ponto de vista sexual. Eram farras de solteiros, e o entusiasmo com que contemplavam as índias está testemunhado desde a carta de Caminha, onde se

leem insistentes descrições das preciosidades que as mulheres têm entre as pernas, tal qual se apresentavam aos forasteiros — “tão altas, tão cerradinhas, tão limpas das cabeleiras”.

O primeiro casal de portugueses que se estabeleceu em São Vicente o fez em 1537, depois da partida de Martim Afonso. O casal em questão era formado pelo meirinho João Gonçalves e sua mulher, de nome desconhecido, de cuja existência se tem notícia por um documento em que Gonçalves pede uma gleba de terra e, para reforçar seu pleito, afirma-se “o primeiro homem” que veio à região “com mulher casado, só com determinação de povoar”. O documento é de junho de 1538, e ali se afirma que o casal morava em São Vicente já “passa de um ano”.[15] Para o comum dos portugueses que tivessem a intenção de ficar, o jeito era tomar uma temericó e introduzir-se no cunhadismo. Que a verdadeira intenção da expedição era a caça ao tesouro evidencia-se no fato de Martim Afonso ter empreendido a subida da serra.[16] Ali, acreditava-se, podia ser plantado um posto avançado para a penetração até as prometidas riquezas no interior do continente. Se a chegada até elas tinha se revelado complicada e arriscada, pelo rio da Prata, procurava-se uma alternativa. Situar essa alternativa no Planalto Paulista não era absurdo, se se considerar que o rio Tietê, um tributário do Paraná, integra-se à bacia do Prata. Além disso, por terra, desde muito se falava de um caminho aberto pelos índios, o Peabiru, levando dos campos de Piratininga até os confins do Paraguai.

Convém ter claro na mente, se não se tem ainda, que, apesar de envolta em fantasias e falsas pistas, a riqueza procurada, ora situada no “rio da Prata”, ora no “Paraguai”, realmente existia. Só que não ficava nem no Prata nem no Paraguai, mas mais além, no Peru. Mesmo no tempo em que a verdadeira terra das riquezas já tinha sido descoberta, e ninguém lhe dava outro nome senão Peru, ainda se acreditava que ficava muito mais perto da costa brasileira, em geral, e de São Vicente, em particular, do que na realidade fica. “Esta terra e o Peru é tudo um”, escreveu o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, ao rei, em 1551.[17] Martim Afonso tinha o propósito de garantir, para os portugueses, o acesso à região do ouro e da prata que o Planalto Paulista prometia quando subiu a serra, em demanda dos sertões até ali desprezados pelos navegantes portugueses. Sua confiança em que se podia chegar ao objetivo por esse caminho era tal que até já tinha mandado uma expedição, saída de Cananeia, ali perto, e comandada por Pero Lobo — da qual, lembremos, sempre esperava notícias. Na subida foi conduzido por João Ramalho, que, mesmo que não lhe tenha surgido à frente segundo o roteiro épico montado por frei Gaspar,

foi-lhe de utilidade sem preço. Nesta primeira vez que, conforme dissemos, o Estado subiu a serra, não o fez certamente com a elegância que se esperaria de um de seus maiores dignitários. Terá sido de cócoras em certos trechos, com o pé na lama em outros, em outros agarrado à rama das árvores, arrastando-se, arranhando-se, afundando, saltando, arfando, bufando. Mas, na verdade, a subida da serra foi menos complicada do que poderia ter sido, para um forasteiro, ignorante dos segredos da região e das armadilhas da natureza dos trópicos, pelo simples motivo de que lá já encontraram as trilhas abertas pelos índios, conhecidas desde sempre por Ramalho. O sonho do ouro fácil iria logo se desfazer. Mas, ao ganhar o Planalto, Martim Afonso acabou por perpetrar uma obra de longo alcance, ainda que lhe tenha passado despercebida — integrou pela primeira vez, na geografia oficial portuguesa, o interior e o litoral do Brasil. O irmão, Pero Lopes, no diário da viagem, afirma até que ele fundou duas vilas, uma serra acima e outra serra abaixo, num trecho em que faz um idílico balanço da missão em São Vicente:

"[...] pareceu tão bem esta terra que o Capitão I determinou de a povoar e deu a todos los homes terras para fazerem fazendas; e fez uma vila na ilha de S. Vicente e outra a nove léguas dentro pelo sertam a borda de um rio que se chama Piratininga; e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais, e pôs tudo em boa ordem de justiça, de que a gente tomou muita consolação com verem povoar vilas e ter leis e sacrifícios e celebrar matrimônios, e viverem em comunicação das artes; e ser cada um senhor de seu; e vestir as injúrias particulares e ter todos los otros bens da vida segura e conversável."[18]

Começamos este capítulo invocando um patriarca e terminamos contemplados com um versículo da Bíblia. Há vários pormenores a admirar neste texto, todo ele impregnado da graça quinhentista. Um deles é como, não só aqui, mas em todo o diário, Pero Lopes refere-se a Martim Afonso — o Capitão I, ou seja, o Capitão Irmão. Outro é o encanto peregrino de expressões como "viver em comunicação das artes" e levar uma vida "conversável". Mas, quanto ao conteúdo do trecho referido, devemos tomá-lo pelo valor de face? Martim Afonso realmente distribuiu terras, as sesmarias, e nomeou tabeliães, providência necessária para a segurança do mercado imobiliário que, embora rudimentar e incipiente, implantou na região. Mas fundou vilas? Inclusive a do Planalto? E que vila seria essa?

* Darcy Ribeiro, *O Povo brasileiro*, p. 81.



IV

A Tristeza do Comandante

Não. Ao contrário do que afirmam os manuais escolares, Martim Afonso não fundou São Vicente. E não. Ao contrário do que afirma o irmão, tampouco fundou uma vila do Planalto. Fundar uma vila, ou "fazer" uma vila, para usar o mesmo verbo de Pero Lopes, é expressão que se pode entender de duas maneiras. Ou bem significa criar uma povoação, fazendo-a surgir do nada, ou, na plenitude de sua acepção jurídica, significa, seja no caso de nova povoação, seja no de uma já existente, dotá-la de instituições que lhe garantam a singularidade e a autonomia. Neste segundo caso, ganha juiz, câmara de vereadores e — símbolo supremo do poder municipal, na época — o direito de elevar pelourinho. O poder central, no caso a metrópole portuguesa, outorga-lhe, por meio dessas instituições, a prerrogativa de governar-se a si própria.[1] Ora, criar povoação a partir do zero, no caso de São Vicente, Martim Afonso não criou. Ela já existia à sua chegada, e era dotada até mesmo de uma casa de pedra. Podia-se argumentar que o que o irmão quis dizer é que Afonso a elevou à categoria de vila. Mas não, tampouco fez isso, pela simples e boa razão de que não lhe cabia fazê-lo. Não tinha competência para tal. Numa época de monarquias absolutas, em que a ordem era reunir, não distribuir poderes, concentrar, e não desconcentrar a administração, o rei não concederia a faculdade de criar vilas, como não concedeu, ao encarregado de uma expedição que, por mais importante, não passava de missão pontual, sem mandato para criar quadros institucionais permanentes.[2] Martim Afonso viria a ganhar o poder de fundar vilas, aí sim, quando, ao se instituir o regime das capitanias hereditárias, criou-se novo arcabouço institucional, e ele foi feito capitão-donatário de São Vicente. Todos os capitães-donatários podiam criar vilas. Então sim, esta atribuição lhes caberia, já que a Coroa instituiu o sistema exatamente por reconhecer-se incapaz de gerir diretamente possessões tão distantes e, sendo assim, repassou a interpostas pessoas poderes sem os quais não se poderiam desincumbir de suas missões.

Martim Afonso, porém, a esta altura, já não se encontrava na terra. Cuidou de sua capitania de longe, por procuração, como veremos.

Quanto à suposta vila do Planalto, pelas mesmas razões, Afonso não poderia tê-la criado, no sentido jurídico da palavra. Sobra perguntar: teria ele iniciado ali uma povoação? Nesse caso, que povoação seria essa? Onde ficava? Essa povoação, segundo alguns dos autores que admitem sua existência, ficaria exatamente no mesmo sítio onde, sobre uma elevação, na confluência dos rios Tamanduateí e Anhangabaú, seria depois plantada São Paulo. Não seria despropositado concluir, portanto, que Martim Afonso seria o fundador de São Paulo. Ou, pelo menos, de uma proto-São Paulo, uma povoação que, duas décadas antes da data que se habituou a considerar como a da fundação da cidade, floresceu no mesmo lugar. Se Afonso, de acordo com o que aqui vem sendo exposto, perdeu de um lado, desclassificado que foi como o fundador de São Vicente, ganha agora de outro. Passa a ser o fundador daquela que viria a ser a maior metrópole brasileira. Benedito Calixto, o pintor paulista já mencionado, e que além de pintor foi um estudioso da história de São Paulo, defendia exatamente essa tese: a de que São Paulo foi fundada por Afonso.[3] A conclusão de que a povoação de Martim Afonso ficava no mesmo sítio da futura São Paulo funda-se no trecho em que Pero Lopes afirma ter sido a vila do Planalto criada "nove léguas dentro pelo sertam, à borda de um rio que se chama Piratininga". Para alguns, este "rio Piratininga" seria o Tamanduateí. Portanto, como São Paulo seria também plantada à borda do Tamanduateí, se trataria do mesmo lugar. Há um problema, porém. O entendimento de que o tal "rio de Piratininga" seria o Tamanduateí está longe de ser consensual. Poderia ser outro rio. Ou talvez — o mais provável — nunca tenha existido rio algum com esse nome. Quando se fala em rio de Piratininga, e a expressão aparece não só em Pero Lopes, mas em outros documentos antigos, a frase quereria dizer apenas que "por Piratininga passa um rio, que pode ser o Tamanduateí, como qualquer dos ribeirões seus afluentes".[4]

Outra classe de autores identifica a vila referida por Pero Lopes com a povoação de João Ramalho, ou seja, o local onde Ramalho, mais as mulheres, mais os filhos, mais os índios a seu serviço, cativos ou agregados, teria seu acampamento, ou ajuntamento, ou reduto, ou sede de sua "força", para voltar à linguagem da época. Se Martim Afonso subiu a serra com Ramalho, terá visitado sua povoação. Onde ficava? Mais uma vez, estamos diante de matéria controversa. Algumas especulações situam-na na Zona Leste da São Paulo atual, entre o bairro de São Miguel e o município contíguo de Poá.[5] Seja como for, se

Pero Lopes refere-se à povoação de João Ramalho, não cabe dizer que Martim Afonso a fundou, pois já existia. Se se refere a uma povoação fundada no exato sítio onde depois seria implantada a cidade de São Paulo, tal povoação não deixou traço de sua existência. O que se pode concluir é que o diário de Pero Lopes, no trecho referente à fundação das vilas, conferiu à ação de Martim Afonso alcance maior do que merecia. Afonso, como primeiro representante do Estado a visitar a região, e nela permanecer longamente, sem dúvida trouxe noções de lei e ordem a um local que as desconhecia, ou conhecia pouco. Ao distribuir propriedades, talvez instar com as pessoas a que se organizassem em povoações, e, com mais certeza, estimular o fortalecimento das povoações já existentes, como a de João Ramalho — tendo em vista seu interesse em plantar postos de partida para as expedições interior adentro —, pode ter agido de maneira a lembrar a de um criador de vilas. Mas todas as razões levam a concluir que, a rigor, não as criou.

Em maio de 1532, quatro meses depois da chegada a São Vicente, Afonso convoca os principais chefes da expedição para uma importante deliberação. A permanência na região já se estendia além da conta. As naus, paradas no porto, podiam se deteriorar a ponto de não servirem para a viagem de volta a Portugal. Além disso, a marinhagem estava comendo e ganhando soldo sem trabalhar. O pessoal estava ocioso. O problema é que não se tinha ainda notícia de Pero Lobo e seus oitenta, enviados de Cananeia em busca dos tesouros do Prata. Como ir embora, nessas circunstâncias? Decidiu-se — e isso tudo está no diário de Pero Lopes — dividir a frota em duas. Pero Lopes voltaria de imediato a Portugal, com metade dela. Martim Afonso ficaria, com a outra metade, “até vir recado da gente que tinha mandado a descobrir por terra adentro”. Pero Lopes embarcou de volta no dia 22 de maio. Afonso ficou, e amargou ainda uma longa espera. Era decorrido já mais de um ano quando recebeu a terrível notícia: dos oitenta da expedição, mais o capitão Pero Lobo, mais Francisco Chaves, o habitante de Cananeia que lhes serviu de guia e língua da terra, não sobrou ninguém.[6] Tal como sucedera antes a Aleixo Garcia, foram todos trucidados pelos índios. Alguns autores identificam o massacre de que foram vítimas com um episódio narrado por Ruy Díaz de Guzmán em *La Argentina*.[7] Uma tropa de portugueses, atraída pelas notícias do ouro encontrado por Aleixo Garcia, conta Guzmán, avançou desde São Vicente continente adentro, pelo rio Tietê primeiro, depois pelo Paraná até a área do “Salto” — a confluência do Paraná com o Iguaçu —, onde deixou suas canoas e encetou a penetração do território paraguaio. Nesse ponto foi avistada pelos índios — os mesmos que haviam matado Aleixo Garcia.

Os nativos lhe deram feroz combate. Entre outros portugueses, foi morto o capitão — a quem Guzmán chama de Sedeño —, o que desarvorou a tropa. Os portugueses desanimaram de prosseguir rumo às sonhadas riquezas e bateram em retirada. Quando atingiram de novo o rio Paraná, vieram outros índios, muito prestativos, e ofereceram-se para transportá-los, em canoas, até a outra margem. Era uma armadilha. Os índios, impregnados de "malícia e traição", haviam preparado, para a ocasião, canoas furadas. Apenas um precário recheio, de barro, cobria-lhes os rombos. Quando estavam no meio do rio, os índios retiraram o barro e deixaram os barcos afundar. Os pobres portugueses, com o peso de suas armas, foram direto ao fundo. Os que de alguma forma conseguiam manter-se à tona eram mortos a flechadas. Os índios conseguiram escapar por serem exímios nadadores e, além do mais, não terem nada que os embaraçasse, "por ser gente desnuda".[8]

A desdita do capitão Sedeño do relato de Guzmán, que outro não seria senão Pero Lobo, abalou Martim Afonso. Teria começado aí o progressivo desinteresse que, nos anos seguintes, demonstraria pelo Brasil, aí incluída a capitania que ganhou do rei em 1535. O fato é que ele não conseguiu atingir as riquezas do interior do continente por nenhuma das formas que tentou — nem navegando rio da Prata acima, nem por terra. O destino lhe tinha pregado uma peça. Naquele mesmo ano de 1531 em que chegara à costa do Brasil, e começara a explorá-la, um plebeu espanhol, pobre filho bastardo de um soldado, sem o prestígio de Martim Afonso junto às cortes ibéricas, e com muito menos recursos, partia à frente de 150 homens e 27 cavalos, do istmo do Panamá, para, por outro caminho, procurar a mesma coisa. Francisco Pizarro, este o personagem em questão, enfiou-se pela rota do "Mar do Sul", como era chamado o Pacífico e, depois de muito teimar, e superar inclusive uma cordilheira, chegou a um lugar que — logo se deu conta — só podia ser o império do rei branco tanto falado, onde ficava a serra de Prata. O império era, na verdade, o dos incas, e o lugar, o Peru, mas as riquezas eram tantas quanto as que prometiam as lendas, ou mais. Martim Afonso partiu de volta a Lisboa em meados de 1533. Em maio do ano seguinte, chegou à Espanha o irmão de Pizarro, Fernando, no comando de uma nau carregada do tesouro pilhado aos incas, coisa jamais vista, e ainda assim pouca, em relação ao que ainda havia por pilhar. A notícia logo esparramou-se por uma Europa perplexa e encantada. Martim Afonso aí teve a confirmação de que havia perdido a corrida. Ele não mais voltaria a São Vicente. Era agora proprietário da capitania, mas mesmo assim, em nenhuma das quatro viagens que encetaria à Índia, depois da missão brasileira, fez escala nas terras de sua

propriedade. Com frequência os navios portugueses, a caminho da Índia, faziam escala no Brasil, para se reabastecer e descansar. Martim Afonso, na primeira de suas viagens à Índia, parou em Porto Seguro, mas não se dignou descer até São Vicente.[9] O historiador português Jaime Cortesão, um dos autores que defendem a criação de uma primeira povoação, por Martim Afonso, no mesmo sítio onde mais tarde se ergueria São Paulo, acredita que esta "frágil vila do Planalto", de efêmera existência, veio a definhar e morrer, "vítima longínqua, às mãos violentas de Francisco Pizarro".[10] O desinteresse de Afonso era tal que, no mesmo ano de 1535 em que recebeu a capitania, comunicou ao conde de Castanheira, seu primo e mais influente ministro do rei: "Pero Lopes me escreveu que vossa senhoria queria um pedaço dessa terra do Brasil que lá tenho; mande-a tomar toda ou o que quiser, que essa será para mim a maior mercê, a maior honra do mundo." Ele estava dando São Vicente![11] No resumo autobiográfico que, muito mais tarde, fez dos serviços que prestou ao rei, a *Breve e Sumaríssima Relação*, Afonso listou feitos perpetrados na Índia, mas não fez menção a São Vicente.

O regime das capitanias começou a tornar-se efetivo em março de 1534, data da primeira carta de doação, firmada por D. João III em favor de Duarte Coelho, a quem coube Pernambuco. Martim Afonso ganhou sua carta de doação em janeiro de 1535.[12] D. João III havia-lhe prometido a "melhor parte", e talvez fosse mesmo, mas seu traçado era bizarro. A capitania de Martim Afonso começava pouco ao norte de Cabo Frio e ia até o sul de Cananeia. Era um invejável quinhão, que entre outras maravilhas incluía a baía de Guanabara. Sofria uma interrupção, no entanto, entre o sul de São Sebastião e o canal que separa as ilhas de São Vicente e Santo Amaro. Ali se imiscuía um enclave, a capitania de Santo Amaro, doada a Pero Lopes de Sousa. A intenção talvez fosse conciliar os interesses dos dois irmãos. O fato é que as terras de um e outro entrelaçavam-se e se encavalavam uma na outra, numa situação que iria gerar não poucas disputas entre seus herdeiros.[13] Na parte central do litoral, em termos do que viria a ser a região, Martim Afonso ficava com Santos e Pero Lopes com o Guarujá. Ao sul de Cananeia, começava outra porção de Pero Lopes, descendo até onde fosse considerado Brasil, e isso era problema dele: o donatário que o resolvesse, por bem ou por mal, com os vizinhos espanhóis. Na capitania de Martim Afonso, a antiga povoação de São Vicente foi elevada a vila, agora sim, por volta de 1537, ano mais provável, embora não haja precisa documentação a respeito. Seguiu-se uma série de infortúnios que iriam condená-la à decadência. Em 1541 São Vicente sofreu um maremoto que por muitos anos ficaria na

memória dos moradores da região, e que, entre outras coisas, supõe-se que tenha destruído a casa de pedra da qual davam conta antigos viajantes. Pela mesma época, ou pouco antes, um outro local começa a merecer a preferência das pessoas que se dispunham a estabelecer-se na área, mais perto do porto — e foi assim que começou a nascer a vila de Santos. Recorde-se que o porto onde ancoraram as naus de Martim Afonso ficava na Ponta da Praia, no início do canal de Santos, mais ou menos no local de onde, séculos depois, partiriam as balsas para o Guarujá. A vila de São Vicente ficava, segundo alguns autores, na praia de Itararé, junto à ilha Porchat, e segundo outros onde hoje é o centro de São Vicente.[14] Entre esses pontos, de resto muito próximos, e a Ponta da Praia, como sabe muito bem quem conhece a região, estende-se toda a enseada de Santos. Em pouco tempo o porto alojou-se canal adentro, passando a situar-se no local chamado Enguaguaçu — mesma localização que conserva até hoje. Agora, para fazer o trajeto até a vila de São Vicente, percorria-se não a praia, mas um caminho no meio da ilha. Era mais perto, mas mesmo assim incômodo. Por isso, começou a se desenvolver um povoado junto ao Enguaguaçu. Ali levantaram suas casas, de preferência, os companheiros de Martim Afonso que se estabeleceram na terra.[15] Este local não é outro senão o atual centro de Santos. São Vicente não suportou a concorrência com o povoado vizinho, elevado a vila entre 1546 e 1547.[16] Viveu longo ostracismo, do qual só despertaria no começo do século XX, agora na condição de, com Santos, formar a dupla de cidades preferidas dos paulistanos para as temporadas à beira-mar. Durante a visita de inspeção que realizou à capitania, em 1553, o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, aliás outro primo de Martim Afonso, estranhou que houvesse duas vilas, Santos e São Vicente, tão próximas uma da outra, mas não quis alterar essa situação. Escreveu, numa carta ao rei, que “houve medo de desfazer uma vila a Martim Afonso”. O prestígio do velho comandante, vê-se por aí, continuava intacto, vinte anos depois de sua partida de terras brasileiras. Mas as vilas em que Tomé de Sousa não quis mexer em respeito ao primo não mereciam o mesmo respeito da parte do ilustre proprietário.

É hora de nos despedirmos dos irmãos Sousa. A partir de agora eles ressurgirão nesta história apenas a distância, como pálido eco da voz que neste princípio tiveram. Eles — e outros capitães-donatários — inauguraram uma categoria de personagem de atuação persistente da história brasileira: a dos proprietários absenteístas. Martim Afonso constituiu a mulher, a espanhola Ana Pimentel, sua procuradora, para as decisões referentes a São Vicente, e foi continuar a carreira lá do outro lado do mundo. Mas mesmo Ana Pimentel não se

abalou a transferir-se para o Brasil. Limitava-se a nomear representantes que, em seu nome, exerciam o poder na capitania. Pero Lopes não fez diferente. Igualmente não voltou para cuidar da capitania que se, por absurdo, pudesse ter conservado até o início do século XXI, lhe garantiria o mais valorizado naco do litoral paulista, entre Guarujá e ilha Bela. Pero Lopes continuou a carreira de lobo do mar, assumindo missões na África e nos Açores. Num intervalo das viagens, casou com Isabel de Gamboa, herdeira de um dos tantos fidalgos portugueses que fizeram fortuna com os negócios da Índia. Como convém a um lobo do mar, morreu num naufrágio, perto da ilha de Madagáscar, em 1539, aos 37 ou 38 anos. Só mais de dez anos depois a viúva se lembraria de nomear um representante — "loco-tenente" é a palavra — para cuidar da capitania brasileira.[17] Martim Afonso teve tempo para reunir mais glórias que o irmão. No mesmo ano em que voltou do Brasil foi nomeado capitão da armada da Índia, cargo que exerceu entre 1534 e 1539. Mais tarde, foi promovido a governador da Índia, um dos melhores empregos a que podia aspirar um português da época, se não o melhor. Esteve no posto entre 1545 e 1546, e ali trabalhou em estreita cooperação com Francisco Xavier, o futuro santo, parceiro mais próximo de Inácio de Loiola na fundação da Companhia de Jesus e responsável por extenso trabalho de evangelização na Índia e no Japão. Martim Afonso morrerá em Lisboa, por volta de 1570. Aqui ele desembarca de nossa história. João Ramalho fica para contracenar com os novos donos do palco: os padres da Companhia de Jesus.



V

O Gago Irascível e o Doce Abarebebê

Sai o gibão-saiote, entra a roupeta. Sai o dignitário votado à glória do Estado, olhos postos na construção de um império assentado nos quatro cantos deste mundo, entra o padre a serviço da glória de Deus e da supremacia do reino dos céus. Não que se deva traçar oposição radical entre ambos — na verdade, não só seus destinos se cruzam, como os objetivos se confundem. Tanto os altos funcionários do Estado, como Martim Afonso de Sousa, também estavam a serviço de Deus, o Deus católico, apostólico e romano de sua devoção, como os padres a serviço do império. A geopolítica da época era também uma geopolítica da fé. Rezava-se missa, a cada dia, durante as viagens, nos navios. Até procissões se faziam, nos dias santos, e estes não eram poucos, no interior das naus — e pode-se imaginar o que seriam essas procissões, serpenteando no exíguo espaço do convés, indo e voltando com passos imprecisos, desestabilizados pelo balanço das ondas, sem quase sair do lugar. Seria como equilibrar-se num colchão de água, uma vela ardendo numa das mãos, um terço enlaçado na outra. Mas entre um funcionário e outro, entre um apóstolo e outro da glória conjunta da Coroa e do Senhor, havia diferenças. Os padres, ou pelo menos certos padres — os pertencentes às fileiras da Companhia de Jesus —, vinham com um propósito de integração à nova terra desconhecido entre os dignitários do Estado. Não raro, ao embrenhar-se pelos matos, ou aventurar-se ao contato com os povos nativos, conheciam perigos extremos, fomes e febres. O padre mais prestigioso do Brasil em meados do século do Descobrimento escrevia, em carta de 1552, que “a mim ainda me serve a roupa com que embarquei” — isso havia três anos — e que, “no comer”, vivia de esmolas.[1] Um contemporâneo que cruzou com esse mesmo padre, na capitania de São Vicente, afirmou que ele nem parecia um homem. Era só “pele e ossos”, um rosto “de cera amarela”, “uns olhos sumidos”, “os pés descalços, esfolados do sol”.[2] Louve-se isso neles, se mais não houvesse a louvar. Não estavam de passagem,

nem vinham para espoliar. Tinham um compromisso e submetiam-se a sacrifícios para cumpri-lo.

Figura 10



Manuel da Nóbrega, desenho de Armando Maciel, coleção Biblioteca Nacional.

O padre que era só pele e osso e usava a mesma roupa de três anos antes é Manuel da Nóbrega, primeiro provincial da Companhia de Jesus no Brasil, homem tão devotado à propagação da fé quanto dotado de visão política, cujo papel, sabe-se bem, é crucial na fundação de São Paulo. Tanto quanto da corrida pelo ouro e pela prata que se supunham no interior do continente, São Paulo é também um subproduto da Contrarreforma. Resultou do trabalho e da pertinácia dos soldados do papa reunidos na Companhia de Jesus para enfrentar a maré montante da insurreição protestante. Os jesuítas mais tarde ficariam ricos e exerceriam tanta influência secular que provocariam retaliações por parte de mais de um governo, mas no momento os encontramos em plena infância, na era da inocência que se seguiu à fundação da ordem, em 1540, pelo espanhol Inácio de Loiola. Eram os mais puros, os mais dedicados. Manuel da Nóbrega entrou na Companhia pelas mãos do padre Simão Rodrigues, um dos companheiros de estudo com os quais Inácio de Loiola, em Paris, engendrou a nova ordem. Observe-se de passagem como o nome Companhia cabe bem a essa organização, tanto por lembrar um empreendimento comercial, vocacionado à expansão e conquista dos mercados, nem que seja o mercado das almas, quanto por sugerir uma fraternidade à parte, meio fechada, como uma organização secreta... Nóbrega e os companheiros estavam iniciando a empreitada. Eram a primeira geração. Nóbrega, inclusive, correspondeu-se com Inácio de Loiola, a quem devia obediência hierárquica e a quem pedia orientação. Em fevereiro de 1549, quando ainda não completara 30 anos — ele nasceu em 18 de outubro de 1517 —, Nóbrega foi indicado pelo próprio rei D. João III, segundo um seu biógrafo

do início do século XVIII, padre Antônio Franco, para chefiar o grupo de jesuítas que acompanharia o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa.[3] Não que fossem os primeiros padres a serem enviados para estas bandas. Há registro, na própria correspondência de Nóbrega, da presença de religiosos na Bahia, em Porto Seguro e São Vicente, todos chegados antes.[4] São Vicente tinha até um vigário, Simão de Lucena.[5] Tratava-se agora, porém, da primeira tropa organizada, sob auspícios oficiais e dotada, pode-se dizer, de objetivos estratégicos, ligados à conquista e à posse da terra. D. João III, que nesse passo combinava o espírito piedoso com os interesses materiais da Coroa, negociou com os superiores da Companhia o envio dos jesuítas ao Brasil. E, ao indicar Nóbrega para chefiar o grupo, o fez porque, segundo o biógrafo citado, reconhecia nele "a virtude e as letras" para "cabal satisfação" de "tudo o que era do serviço de Deus e de El-Rei".[6]

Quem era esse Nóbrega, para merecer tal distinção? Filho de desembargador, portanto de família bem situada, estudou na Universidade de Salamanca, a mais antiga e prestigiosa da Espanha, e depois em Coimbra. Ou seja, teve a educação mais esmerada que um jovem português da época poderia pretender. Formou-se em Direito Canônico em 1541 e, logo depois, foi ordenado padre. Por duas vezes disputou, em concursos públicos, postos de prestígio no ensino religioso. Em ambas as ocasiões mostrou-se mais sólido e erudito que o competidor, mas... Mas Nóbrega era gago e, por causa da gagueira, perdeu. Sim, era gago. Entre os companheiros em Coimbra, era cognominado "o Gago". A gagueira será um traço a distingui-lo e maltratá-lo até o fim da vida. A missa rezada por ele era muito mais comprida. Desenganado das prebendas acadêmico-eclesiásticas, ele optará pelo caminho inverso, o da humildade e do sacrifício. Em Coimbra, o padre Simão Rodrigues, de volta de Paris, começava a dar cursos de teologia e a animar o movimento jesuítico em Portugal. Nóbrega passa a estudar com ele. Em novembro de 1544, aos 27 anos, entra na Companhia. A biografia do padre Franco apresenta um Nóbrega tão devoto quanto dado a meter-se em confusões de romance burlesco. Ele está sempre a invectivar rameiras, pelas ruas, ou a tentar desviar varões femeeiros do mau caminho. Vivia perambulando pelos caminhos de Portugal e Espanha, alimentando-se de esmolas, dormindo em estalagens. Um dia Nóbrega surpreende um grupo folgazão entretido numa folia, com bailes e música, no próprio recinto sagrado de uma igreja. O padre irrompe no local e acaba com o festejo, mas para tal desagrado de um dos folgados que este acaba por despejar blasfêmias contra Deus. Nóbrega, pasmo, se põe de joelhos, "pedindo a Deus que não ouvisse tais desatinos", e é curioso imaginar a

cena: o zeloso padre implorando a Deus que tapasse os ouvidos. Terminada a folia, o blasfemo retira-se em seu cavalo no exato momento em que o céu se fecha. Cai a chuva, ressoam os trovões. Desaba um raio e vem atingir em cheio o pecador. Na hagiografia do padre Franco, escrita com a mesma ingenuidade com que se ilustravam os feitos dos santos nos retábulos medievais, a morte do blasfemo é um milagre do padre Nóbrega, que a partir de então torna-se "muito célebre naquelas terras", e respeitado como "homem do céu". Pode-se, no entanto, concluir o contrário: que Nóbrega falhou, porque Deus não tapou os ouvidos. Ouviu a blasfêmia e, como o Jeová enfurecido do Antigo Testamento, reagiu.[7] Nóbrega, como muitos outros padres, e não só de seu tempo, preocupava-se em especial com o pecado da fornicação. Uma vez, já no Brasil, descobriu que um mestiço cometia esse pecado na própria casa da Companhia, onde prestava serviços domésticos, e decidiu pregar-lhe um castigo exemplar. "Irmão, um tal pecado só se pode satisfazer sendo enterrado vivo", disse-lhe. Ordenou então ao pecador que se confessasse e comungasse e aguardasse o cumprimento da sentença. No dia seguinte, mandou rezar uma missa de defuntos, o mestiço presente, já amortalhado, e ao final mandou jogarem-no numa cova. "Pasmavam os portugueses e índios, de coisa tão nova", escreve o padre Franco. Começou-se a jogar terra na cova. Neste momento, outro jesuíta, o irmão Pedro Correia, aos prantos, pediu clemência ao condenado. Outros pedidos iguais se sucederam, e Nóbrega enfim acedeu. Na verdade, estavam todos combinados com Nóbrega, que não queria senão assustar o pecador.[8]

A biografia do padre Franco tem um sabor de *Decamerão*, embora um *Decamerão* ao contrário, em que os prazeres não são uma diversão, mas uma perversão, e outro tanto de *Dom Quixote*, em que os moinhos de vento são os blasfemos e os fornicadores. Seriam tais histórias coerentes com um padre Nóbrega que, de outro lado, revela espírito de estadista, fino faro político e senso de realidade? Talvez, quando se tem em conta a mentalidade desses homens fronteiros entre duas épocas, já imbuídos do racionalismo e do cientificismo característicos da era moderna, mas ao mesmo tempo ainda formados nas crenças e nos medos da Idade Média. Nos homens da época conviviam a ingenuidade e a esperteza, a inteligência sutilmente realista e a crença no maravilhoso. Os exploradores do Novo Mundo, de Colombo a Cabeza de Vaca, de Cabral a Martim Afonso, eram movidos tanto por avançados conceitos de cosmografia e geografia quanto pela busca de serras de prata e fontes da eterna juventude. Um padre tanto podia traçar um plano complexo de conquista e evangelização quanto jamais baixar a guarda diante de fornicadores, e acreditar

no milagre da fulminação imediata de um blasfemo por um raio. Nóbrega demonstrará espírito inquieto e impaciente diante de problemas menos picarescos do que os que enfrentou nas ruas, entre as prostitutas e os blasfemos. E tal era seu prestígio com
D. João III que um navio ficou esperando especialmente por ele, no porto de Lisboa, para integrá-lo à comitiva de Tomé de Sousa. Ocorre que o padre estava em missão na Beira, a província mais ao norte que tem Coimbra como capital, quando foi indicado para a viagem ao Brasil, e não teve tempo de chegar a Lisboa antes da partida do novo governador-geral. Ficou então uma das naus a esperá-lo. Uma vez alcançado o restante da frota, que no total compreendia cinco embarcações, passou-se para a nau capitânia, e ali gastou os dois meses da viagem — é ainda o padre Franco que o diz — "desterrando jogos e juramentos e fazendo muitos exercícios de devoção, com os quais foi de muito proveito a todos".[9] Sob as ordens de Nóbrega iam outros cinco jesuítas, os padres Azpicuelta Navarro, Leonardo Nunes e Antônio Pires e os irmãos (religiosos ainda não ordenados) Diogo Jacome e Vicente Pires. Chegaram à Bahia em 29 de março de 1549. Nóbrega estaria sempre muito próximo de Tomé de Sousa, como conselheiro e seu auxiliar, inclusive na execução dos atos e providências de instalação de um governo na vila que seria a primeira capital do Brasil. Em novembro daquele mesmo ano de 1549, envia um dos padres de sua equipe, Leonardo Nunes, a São Vicente. Ia começar outro capítulo decisivo na fundação de São Paulo.

O padre Leonardo Nunes era o Abarebebê. Assim o chamavam os índios — "padre voador". Estava sempre correndo de lá para cá, com presteza, socorrendo um, atendendo outro, voando como borboleta. Ou como beija-flor. Sua passagem pela história do Brasil, e de São Paulo, foi apressada como o voo do beija-flor. Chegado com Nóbrega no fim de março de 1549, morreria na viagem que fazia de volta a Portugal, incumbido de dar contas ao rei do que se passava na colônia, em junho de 1554. No princípio de 1550, depois de uma viagem com escalas em outros locais da costa, ei-lo em São Vicente — e ei-lo cheio de entusiasmo com relação à missão de evangelização dos índios. Parecia-lhe "grandíssimo", segundo escreveu, o desejo dos índios de "conhecer a Deus e de saber o que têm de fazer para salvar-se".[10] O padre Nunes, de acordo com o historiador paulista Mário Neme, possuía "uma das mais puras almas de quantos, na Companhia, se distinguiram pelas qualidades que são de desejar num missionário: bondade,

simplicidade, grandeza de sentimentos e profundeza da fé”.[11] É revelador comparar sua percepção dos índios e da evangelização com a de Nóbrega. Este também começa entusiasmado. “Todos estes (índios) que tratam conosco dizem que querem ser como nós”, escreveu, poucas semanas depois de chegar à Bahia. “Se ouvem tanger à missa, já acodem, e quanto nos veem fazer, tudo fazem, assentam-se nos joelhos, batem nos peitos, levantam as mãos aos céus.”[12] Não demora, porém, que Nóbrega tome consciência da dificuldade de sua tarefa. Identifica nos pajés uma dura concorrência. “Estes são os maiores contrários que cá temos.”[13] Já em janeiro de 1550 sente-se inclinado a acreditar que “talvez por medo se converterão mais depressa do que o farão por amor”, fundando o conceito, logo generalizado entre seus pares, de que os índios serão trazidos ao rebanho “antes pelo temor do que pelo amor”.[14]

O padre Nunes, enquanto isso, depois de dois anos de convívio com os naturais da terra, mantém-se inabalável na crença de que a pregação vem operando milagres. Os índios, segundo ele, “temem muito a morte e o dia do juízo e o inferno”.[15] Os jesuítas obrigavam-se a escrever cartas periódicas aos superiores, dando-lhes conta do andamento de suas missões. Também escreviam uns para os outros, e os principais deles, como Nóbrega, escreviam até ao rei. Estes textos, conservados nos anais da Companhia de Jesus, permitem-nos acompanhar tanto suas andanças como os diversos estados de espírito que iam experimentando. Tanto quanto Nóbrega com frequência se mostra irritadiço, impaciente ou desalentado, Nunes surge de sua correspondência dócil, otimista e de uma boa-fé que resvala para a credulidade. Na mesma carta, afirmava que “quanto aos assaltos que os cristãos faziam aos gentios da terra já de todo cessaram, bendito seja o nome de Nosso Senhor”.[16] O padre Nunes, cumprindo incumbência que lhe passara Nóbrega, funda em São Vicente um colégio de jesuítas, além da respectiva igreja. Mas Nunes, assim como Martim Afonso antes dele, e assim como João Ramalho muito antes dos dois, logo sentiria a atração do paredão da serra do Mar. Havia como que uma atração magnética, ou uma vertigem ao contrário — a vertigem não para se precipitar morro abaixo, mas, se é que se pode dizer assim, para subir. Nunes começa, logo depois de chegar a São Vicente, a ter notícia do Planalto. Ele ouve dizer que “no campo, 14 ou 15 léguas daqui, entre os índios”, existiria “alguma gente cristã derramada”, a qual passava o ano “sem ouvirem missa e sem se confessarem, e andarem em uma vida de selvagem”.[17] Resolve subir.

Gente “derramada”, isto é, gente espalhada, é outra das formosuras da linguagem quinhentista, mas mais instrutiva, na mesma frase, é a palavra

“campo” para designar a região acima da serra do Mar. Todo mundo usa na época esse nome de “campo” para falar do Planalto. Por que campo? Com a palavra, frei Gaspar da Madre de Deus: “Em cima da serra de Paranapiacaba e debaixo do Trópico Austral, pouco mais ou menos, demora uma região deliciosa, a que os portugueses no princípio davam o nome de campo, por distinção das terras de beira-mar, que acharam cobertas de arvoredo mui alto, quando aqui chegaram, e por isso diferentes daquelas mais vizinhas a São Paulo, as quais sem artifício não produzem árvores altas, senão em pequenos bosques, distantes uns dos outros e dispersos por toda a campanha [...].”[18] Em termos mais diretos, sem as ondulações da frase oitocentista, campo era o descampado que se seguia à mata densa da serra de Paranapiacaba, nome indígena da serra do Mar. Ou, para citar outro autor ainda, cuja viva descrição leva em conta as sensações das pessoas, ao passar do litoral para a região de serra acima: “Saía o viajante da faixa iluminada do litoral; penetrava na mata densa, cheia de meandros escuros e grutas misteriosas; atravessava o mole de esgueira entre a mataria, galgando as escarpas íngremes e verticais, com sacrifício físico que o levava à condição de animal para poder vencê-las [...]. Após esses ingentes esforços, com a vista turvada pelas sombras das folhagens, via-se, de repente, ao largo, no descampado, tendo a sensação de desafogo diante de tanta luz e tanto espaço. Esse era o campo [...], puro efeito psicológico, ligado ao efeito óptico.”[19]

O padre Nunes não se estabeleceu no campo. Morou sempre em São Vicente. Mas subiu diversas vezes a serra, e viveu lá em cima as melhores aventuras de sua permanência na capitania. Visitou a gente derramada, meteu-se em aldeias de índios. Perpetrou até o ato que acabou resultando na fundação de uma vila — a primeira do Planalto —, e protagonizou uma famosa briga, ocorrida durante a celebração de uma missa.

Quem era a tal gente derramada, para começar? Há referências esparsas a brancos, ou mestiços de brancos e índias, vivendo aqui ou ali, em diferentes partes do “campo”, na correspondência do padre Nunes como na de jesuítas que estiveram na região depois dele. “Fomos buscar um cristão que havia uns oito anos vivia lá feito índio”, lê-se numa dessas cartas; “[...] um filho de um cristão e uma índia, que haverá nove ou dez anos vive entre os índios”, diz outra; “[...] um homem casado em Portugal, o qual estava entre os índios haverá oito ou nove anos”, diz outra ainda.[20] São sempre pessoas que vivem entre os índios. Em São Vicente, que a essa altura já era uma vila, e portanto dotada de uma Câmara de Vereadores, reinava inquietação, com relação aos brancos que viviam fora dos limites urbanos. Em setembro de 1542, mais de sete anos antes da chegada de

Nunes, os vereadores de São Vicente haviam ordenado que viessem todos para dentro. A justificativa era de que a vila era “melhor povoada e enobrecida”. Em especial, a dispersão das “forças”, ou seja, dos homens principais, chefes de clãs, dificultava a defesa da vila contra os índios hostis.[21] O decreto da Câmara citava nominalmente João Ramalho, cuja “força” era intimada a recolher-se à vila litorânea. Ramalho não obedeceu à ordem. Continuou onde estava, com suas mulheres, seus filhos e a indiada com quem se acunhadara, ou que mantinha cativa. Outros brancos, não tão importantes, nem donos de “forças”, teriam continuado no Planalto, e foi a eles que o padre Nunes, em sua primeira subida da serra, dedicou o melhor de sua atenção. “Trabalhei muito com os cristãos, que achei derramados naquele lugar entre os índios”, escreveu. Ele se preocupava principalmente com o fato de seus “derramados” carecerem de assistência religiosa. Instou junto a eles para que se reunissem num mesmo lugar, “fizessem uma ermida e buscassem algum padre, que lhes dissesse missa e os confessasse”.[22] Seus apelos encontraram dura resistência. Mas enfim os derramados se convenceram, puseram-se à obra e separaram um terreno para a igreja. Este local, onde se ergueria uma ermida dedicada a Santo André, seria o embrião da vila de Santo André da Borda do Campo, que adiante veremos ser fundada.[23]

O padre Nunes teve outra alegria, nesta primeira incursão ao campo. Visitou uma aldeia de índios e teve recepção festiva. Conta ele que, dirigindo-se a essa aldeia, distante “quatro ou cinco léguas”, acompanhado de dois línguas, topou, a meio caminho, com índios que vinham em sentido contrário, abrindo uma picada, para que lhes fosse mais fácil a caminhada. Os índios ficaram aborrecidos de não terem acabado a picada a tempo de o padre e seus acompanhantes terem podido trilhá-la desde o início. A essa gentileza seguiram-se outras. “Chegando à aldeia, veio o principal dela e me levou consigo à sua casa”, conta Nunes. Logo a casa encheu-se de índios. Outros ficaram olhando de fora, pois não cabiam dentro. Todos queriam ver o padre.[24] “Considerai vós, meus irmãos em Cristo”, escreve o padre Nunes aos colegas jesuítas, “o que minha alma sentiria, vendo tantas almas perdidas por falta de quem as socorresse”.[25] O padre fez umas tantas pregações aos índios. Quando enfim aprestou-se a ir embora, os índios ficaram tristes, e ele teve de lhes prometer que, assim que pudesse, voltaria. Numa outra ocasião em que visitou o Planalto, as coisas não correram tão bem. Estava o padre Nunes a rezar missa, quando chegaram João Ramalho e dois de seus filhos. Ora, Ramalho era um inimigo da Igreja, “homem por graves crimes infame e excomungado”, segundo um padre-

historiador dos primeiros tempos, Simão de Vasconcelos, autor de umas *Crônicas da Companhia de Jesus no Brasil*. Os filhos não podiam ser melhores, pois de "árvore ruim", segundo o mesmo autor, "pior fruto", resultando disso que os Ramalho, reunidos, representavam males maiores "que a própria peste".[26]

Foram muitas vezes tensas as relações entre João Ramalho e os padres. As divergências começavam pelo modo de vida do patriarca, dado a ter muitas mulheres e andar livre e solto como um índio, e terminavam pelas atividades, digamos assim, profissionais, de Ramalho, que não eram outras senão o apresamento de índios e sua exploração ou venda, como cativos. O fato é que, por um motivo ou outro, ou todos, o patriarca era persona non grata e havia mesmo sido declarado excomungado pelo vigário de São Vicente, Simão de Lucena.[27] Acresce que, dado a uma autonomia que raiava a insubordinação, Ramalho havia desobedecido à Câmara de São Vicente quando esta lhe ordenara que viesse viver na vila. Com tantas razões para que fosse malvisto — e temido — pela comunidade, o padre Nunes, de ordinário tão manso, ao vê-lo na missa, interrompeu-a e expulsou-o, a ele e aos filhos, do local. O patriarca retirou-se, mas não foi longe. Terminada a missa, foram, ele e os dois filhos, tirar satisfações do padre. Ramalho disse a Nunes que era "melhor cristão" do que ele, e que fazia "muito boas obras". Os dois filhos, "que são uns homens como selvagens", na palavra do jesuíta que conta o episódio — o irmão Diogo Jacome, que trabalhava como auxiliar do padre Nunes —, foram além. Ameaçaram o padre com os paus que traziam como armas. Nunes não reagiu. Ajoelhou-se e preparou-se para o que desse e viesse.[28] Foi salvo por uma índia — talvez Bartira, a principal das mulheres de João Ramalho —, que se interpôs e serenou os ânimos dos agressores.[29]

Mesmo passando por tal atribulação, o padre Nunes, dado seu natural otimismo, ainda podia contar mais alegrias do que decepções, em sua estada na capitania de São Vicente. Já com seu chefe, Manuel da Nóbrega, acontecia o inverso, na Bahia. Cada vez maiores eram as decepções. Nóbrega apoquentava-se com os índios, apoquentava-se com as autoridades civis, apoquentava-se com outros padres. Para a doutrinação dos índios, um obstáculo cada vez maior era a contrapropaganda dos pajés. Estes afirmavam que quem se deixava batizar adoecia e morria. Que o que os padres queriam era isso mesmo — exterminar tribos inteiras, com seus feitiços. Os pajés, escreveu Nóbrega, "fazem crer aos doentes que nós lhe metemos no corpo facas, tesouras e coisas semelhantes, e com isso os matamos".[30] Dura, em particular, era a luta de Nóbrega — e dos demais padres — contra a poligamia e, pior ainda, a antropofagia a que se davam

os naturais da terra. Nóbrega e outros padres conseguiram, a certa altura, autorização para batizar os índios marcados para morrer e, em seguida, servir de banquete aos inimigos em cujas mãos haviam caído. Se de toda forma estavam fadados a terminar na barriga dos outros, pelo menos que o fizessem em estado cristão. Mas, para se ter uma ideia de como era intensa a batalha da informação e da contrainformação, entre os padres e os pajés, os índios em seguida foram convencidos de que a carne dos batizados perdia o gosto.[31] Em junho de 1552, três anos depois de Nóbrega, chegou à Bahia o primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha. O próprio Nóbrega pugnara, em cartas, pela nomeação de um bispo para a colônia — mas, se soubesse quem viria, certamente não o teria feito. O bispo Sardinha, formado em Paris, veio ao Brasil de Goa, onde ocupava o cargo de visitador-geral. Trata-se daquele mesmo personagem que, como se sabe bem, terminaria seu curto mandato na barriga dos índios caetés, pelos quais foi aprisionado na costa de Alagoas, em 1556. Sardinha chegou e, não demorou muito, entrou em atrito com os jesuítas. Reclamava que eles aceitavam os cantos e outros rituais dos índios, em sua estratégia de catequização. O bispo também era contra a confissão feita por meio de intérpretes e a elevação de ermidas em aldeias indígenas. Na verdade, a acreditar nas cartas de Nóbrega, ao bispo pouco se lhe dava a catequese dos índios. Ele não os considerava sob sua jurisdição, e os tinha “por incapazes de toda doutrina, por sua bruteza e bestialidade”.[32] Nóbrega também se queixava dos costumes relaxados dos padres que vieram com o bispo.[33] Acusava-os de se amancebarem com as índias, que compravam como escravas. Enfim, as casas da Bahia, seja dos eclesiásticos, seja das autoridades civis, segundo Nóbrega, estavam “cheias de pecados mortais, cheias de adultérios, fornicações, incestos e abominações”. “Não há paz”, prosseguia o irascível sacerdote, “mas tudo ódio, murmurações e detrações, roubos e rapinas, enganos e mentiras; não há obediência nem se guarda um só mandamento de Deus e muito menos da Igreja”.[34] Dos funcionários da Coroa dizia, numa carta a D. João III, que “não querem mais que acabar seu tempo e ganhar seus ordenados”. Nóbrega, que, a partir de sua base na Bahia, costumava visitar outras capitanias, estava horrorizado com os capitães-gerais que, em nome dos donatários, quase todos absenteístas, exerciam o poder. Dizia ao rei que devia insistir para que os donatários, eles próprios, e de corpo presente, cuidassem das capitanias. Não sendo isso possível, que nomeassem capitães capazes, “porque os que agora cá servem de capitães não os conhece a mãe que os pariu”.[35]

Nóbrega estava farto. Em fins de 1552, o governador-geral Tomé de Sousa dispôs-se a uma viagem de inspeção às capitanias do sul e convidou o provincial

dos jesuítas a acompanhá-lo. Nóbrega recebe o convite com alegria. Ei-lo agora a caminho do lugar que ajudará a transformar em São Paulo.



VI

Chega o Padre Joseph

A viagem, um pinga-pinga pelo litoral, com escalas em Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Angra dos Reis, foi acidentada. Nóbrega ficou doente em Angra dos Reis, onde fazia forte calor, e foi duas vezes submetido a sangrias, o processo com que se imaginava purificar o sangue dos enfermos. Já de si frágil, dali para a frente a saúde do padre, embora nunca viesse a provocar a paralisação de sua intensa atividade, tenderia a piorar continuamente. À chegada a São Vicente, em fevereiro de 1553, outro susto. Estacionada a nau, na enseada do Enguaguaçu, e viajando o padre numa embarcação menor, até a vila de São Vicente, sobreveio uma tempestade que fez o barco afundar. Nóbrega foi socorrido por índios que o levaram a uma ilhota próxima. Para o biógrafo padre Franco, só pode ter sido milagre. Apesar de não saber nadar, Nóbrega, "para espanto de todos", inclusive dele próprio, "foi visto sobre as ondas, com grande sossego, até que uns índios nadadores, cortando as ondas, o tomaram nos braços e o puseram a salvo".[1] O naufrágio ocorreu no meio da enseada de Santos, e a ilha para onde o padre foi levado seria a de Urubuquiçaba.[2] Para compensar as tropelias da chegada, ao pôr os pés em São Vicente, Nóbrega foi recebido com festa. Os meninos do colégio, mais de oitenta, apresentaram-se em formação para saudá-lo. Estavam presentes também seus pais. Houve música e canto.[3] O local do desembarque foi possivelmente a praia de São Vicente, ou Gonzaguinha, como se diria séculos depois.[4] A festa havia sido preparada por Nunes e por outro padre que, desde o ano anterior, ajudava-o em São Vicente, Manuel de Paiva. Era um recomeço de missão, para Nóbrega, e ele estava animado. Entusiasmou-se com a casa e a igreja que o padre Nunes havia erguido em São Vicente. "Há aqui uma grande casa e muito boa igreja", escreveu. Considerou até que a igreja "nem em Portugal não temos ainda uma tão boa".[5] Ele se referia, claro, não a igrejas em geral, mas a igrejas jesuíticas — ainda poucas, naqueles primeiros anos da Companhia. Mesmo assim, haveria exagero.

Eram os olhos de Nóbrega. Era seu bom ânimo e o alívio de deixar para trás os dissabores experimentados na Bahia que, nesses primeiros dias, faziam-no encantar-se com a capitania sulina.

O governador Tomé de Sousa também se deixou levar pela sedução da serra. Em abril, dois meses depois da chegada a São Vicente, subiu ao Planalto. Vale dizer que, vinte anos depois de Martim Afonso, outro alto funcionário vinha impor a presença do Estado e trazer um mínimo de regulação à região. A subida ao Planalto inspirou a Tomé de Sousa dois atos de alcance: a fundação da vila de Santo André da Borda do Campo e a proibição do trânsito entre São Vicente e o Paraguai. Os dois atos estão ligados entre si. Santo André foi solenemente elevada à condição de vila no dia 8 de abril de 1553. Atenção: não se trata da moderna Santo André, o "A" do famoso ABC paulista, importante centro industrial cuja fundação data do século XIX. Esta Santo André primitiva era a povoação iniciada quando o padre Leonardo Nunes reuniu os "derramados" do Planalto em torno de uma ermida. Nem sua localização coincide com a da moderna Santo André. Antes, assentava-se em território que caberia ao município de São Bernardo.[6] De toda forma, ficava "na borda do campo", quer dizer, no ponto em que termina a exuberante vegetação da serra do Mar e começa o descampado, e o ato de sua elevação a vila contou com a presença de dois ilustres personagens: Brás Cubas, tido como o homem mais rico da capitania, grande proprietário, principal responsável pela elevação da povoação de Santos à categoria de vila oito anos antes, e que por duas vezes ocupará o cargo de capitão-mor, ou seja, uma espécie de governador por procuração do donatário, e João Ramalho, de cuja autoridade sobre os habitantes e conhecimento do local não se poderia prescindir. O segundo ato de Tomé de Sousa, a proibição do trânsito entre São Vicente e o Paraguai, ou, mais propriamente, Assunção, tem o mérito de nos revelar, em primeiro lugar, que havia esse trânsito, e, em segundo, que ele tinha importância suficiente para chamar a atenção e exigir providências da maior autoridade da colônia. Na verdade, não faltavam atrativos para se fazer o percurso, tanto num sentido como no outro. No sentido Brasil-Paraguai, São Vicente e o Planalto Paulista continuavam servindo como ponto de partida para incursões rumo ao interior da América do Sul, passando pelo atual estado do Paraná. No sentido inverso, a capitania transformara-se em porto e local de trocas para os espanhóis que, habitando o Paraguai, ali vinham escoar seus produtos.[7] A alfândega de São Vicente, em 1552, apresentava cem cruzados em rendimentos referentes a direitos sobre vendas realizadas por espanhóis de Assunção.

Por que fechar as comunicações com o Paraguai? As precárias informações da época supunham Assunção muito mais perto de São Vicente do que é na realidade. O próprio Tomé de Sousa partilhava dessa crença: “Foi-se agora descobrindo pouco a pouco que esta povoação que se chama cidade de Assunção está muito perto de São Vicente”, escreveu ele ao rei D. João III.[8] Tomé de Sousa ia além: “Parece-nos a todos que esta povoação está na demarcação de Vossa Alteza.” A crença de que Assunção se assentava em território pertencente a Portugal passou a ser partilhada pelo rei: “Creio que tereis sabido como os castelhanos do Peru têm feito no Brasil uma povoação a que chamam Assunção”, diz o comunicado de D. João III a um auxiliar, datado daquele mesmo ano de 1553.[9] O fato, estivesse Assunção perto ou longe, dentro ou fora dos domínios portugueses, é que se vislumbrava uma situação de promiscuidade com os castelhanos, gente da qual, escrevia Tomé de Sousa ao rei, “não se pode Vossa Alteza desapegar deles em nenhuma parte”.[10] Ao governador-geral terá parecido conveniente fechar o caminho, em primeiro lugar, para evitar atritos com os espanhóis e, em segundo, para manter sob controle qualquer movimento em direção às riquezas do interior do continente. Tenha-se em vista que, se a Martim Afonso pareceu desanimador que os espanhóis tenham descoberto as riquezas do Peru, chegando pelo caminho inverso do qual tentava, a outros pode ter ocorrido raciocínio inverso. Se havia ouro no Peru, haveria também nas regiões contíguas, no interior do continente. Seria uma razão a mais para intensificar a exploração. Em suma, não se apagara a ideia de que riquezas imensas esperavam os mais audazes, e mais afortunados, no interior da América do Sul. Tomé de Sousa, o que queria, é que, a se fazerem expedições em busca dos sonhados tesouros, que se fizessem em ordem, e sob o controle da Coroa. Na carta ao rei, ele informa que ordenou o fechamento do caminho e que, para que bem se cumprisse a ordem, fundou a vila do Planalto. Eis como as duas medidas se articulam. Santo André da Borda do Campo, na estratégia do governador-geral, serviria de polícia de trânsito da região. “Porta do sertão e caminho forçado para os viandantes, Santo André estava bem-situada para se converter em posto de permanente vigilância”, escreve o historiador Sérgio Buarque de Holanda.[11]

Tomé de Sousa fez mais. Nomeou João Ramalho alcaide-mor da vila recém-fundada e capitão-mor do campo. São ambos cargos militares. O velho patriarca, transformado em generalíssimo das bandas de serra acima, passava a ser o responsável pela segurança do local e pelo bom cumprimento das ordens, inclusive a da proibição do trânsito para o Paraguai. A nomeação de Ramalho é

uma manobra pela qual o governador-geral trata de cooptá-lo para o serviço do Estado. Ramalho valia muito mais do que o Estado, na região. Segundo o aventureiro alemão Ulrico Schmidt, autor de uma *Viagem ao Rio da Prata*, ele poderia reunir num só dia 50 mil índios para uma guerra, enquanto o rei e seus lugares-tenentes nem com 2 mil homens poderiam contar.[12] Era melhor tê-lo ao lado do que como inimigo. Aliás, a opção era ou tê-lo ao lado ou não ter coisa alguma na região.

É o que os jesuítas, inimigos do excomungado, logo também iriam aprender, Nóbrega sobretudo. A impressão inicial de Nóbrega a respeito do agora capitão-mor do campo, sem dúvida influenciada pelo padre Nunes, foi a pior possível. Ramalho, segundo carta de Nóbrega, escrita em junho de 1553, e enviada a um companheiro em Portugal, era, pela vida que levava, ele e seus filhos, uma "*pietra scandali*", um ponto de escândalo. "Tem muitas mulheres", escreve Nóbrega — é ele quem diz estas coisas, já citadas capítulos atrás. "Ele e seus filhos andam com irmãs e têm filhos delas, tanto o pai como os filhos" — e pode-se imaginar que o verbo "andar", aqui, não tem a conotação inocente de "caminhar", por mais agradável que fosse caminhar pelos suaves campos do Planalto. "Vão à guerra com os índios e assim vivem andando nus como os mesmos índios", prossegue o padre. Nóbrega conta que ele e os outros jesuítas tentaram desviar os Ramalho do mau caminho, mas, percebendo a inutilidade desses esforços, "até já o deixamos de lado". Ramalho continuava excomungado, "por não querer confessar". Os padres, por sua vez, recusavam-se a "celebrar com ele".[13]

O Nóbrega desta carta é um. Outro é o que, apenas dois meses depois, em agosto, escrevendo ao mesmo correspondente em Lisboa — o padre Luís Gonçalves da Câmara —, dispensará tratamento inverso ao personagem do qual falara tão mal. "Neste campo está Ramalho, o mais antigo homem que está nessa terra. Tem muitos filhos e muitos aparentados com todo este sertão", escreve agora, em relato também já citado. Mais adiante: "João Ramalho é muito conhecido e venerado entre os gentios e tem filhas casadas com os principais homens desta capitania, e todos estes filhos e filhas são de uma índia, filha dos maiores e mais principais desta terra. De maneira que nele, e nela e em seus filhos, esperamos ter grande meio para conversão destes gentios."[14] A mudança é radical. Ramalho não tinha muitas mulheres? Pois agora só tem uma, mãe de todos os seus filhos. Os filhos e filhas não "andavam" uns com outros, todos nus? Pois agora podem servir de intermediários para a conversão dos índios. Que aconteceu, entre uma carta e outra? Algo crucial: Nóbrega subiu a serra. É do

Planalto que escrevia esta última carta. Conhecera a realidade do local, e concluíra que, para atuar ali, e não só ali como muito além, sertão adentro — há algum tempo ele nutria ideias a esse respeito —, ou tinha Ramalho como aliado, ou nada conseguiria. Nóbrega agora até tinha um filho de Ramalho, o mais velho, segundo revelava na mesma carta, a ajudá-lo, como guia nas andanças pela região. O Nóbrega da primeira carta era o pregador fanático, intolerante com o pecado, tal como o conhecemos nas peripécias do início de sua vida de sacerdote, em Portugal. O Nóbrega da segunda carta é o político. Ele era os dois. O objetivo precípuo desta segunda carta era fazer um pedido ao colega jesuíta a quem era dirigida: que ele verificasse se a primeira mulher de Ramalho, uma com quem ele se casara em Portugal, "haverá 40 anos", ainda vivia. A Ramalho parecia "que deve ser morta, pois já vão tantos anos". E ansiava por ter certeza disso, pois queria casar "com a mãe destes seus filhos".[15] Observe-se a intenção de Nóbrega. Ele queria tirar Ramalho do pecado do amancebamento. Queria casá-lo com Bartira. Queria ter ao lado um aliado que não fosse "*pietra scandali*".

Mas aliado para quê? Que queria Nóbrega? Ao ficar em São Vicente, mesmo depois que Tomé de Sousa deu por encerrada sua missão e voltou à Bahia, sua intenção não era bem estabelecer-se na vila litorânea, dirigindo o colégio que o padre Nunes fundara. Tampouco, num primeiro momento, pensou em estabelecer-se no Planalto. O plano era outro. Era embrenhar-se terra adentro, em direção ao Paraguai, ao encontro dos carijós, de quem tinha notícia serem de boa índole e dóceis à doutrinação. "Apronto-me", escreve, logo depois de chegar a São Vicente, "com alguns para assentar daqui a cem léguas, onde mais conveniente for, e onde mais frutos pudermos esperar".[16] Ou seja: ele queria seguir exatamente por aquele caminho que Tomé de Sousa, logo em seguida, haveria por bem fechar. O padre ficou desalentado com a proibição. Pediu-lhe que a reconsiderasse, e escreveu a pessoas em Portugal com o mesmo objetivo de conseguirem, junto ao rei, um relaxamento da ordem do governador-geral. Enfim conformou-se com a proibição. Mas também decidiu que não ficaria mais em São Vicente. Não se contentava mais com a vila litorânea. Aliás, não gostava mais de São Vicente. Passara o encantamento. A gente de São Vicente, ele a considerava "fraca de entender" e de "má-criação", além de capaz de "grandes maldades". Em suma, era "a gente de menos qualidade que todas".[17] Pronto: os vicentinos, a crer no sempre insatisfeito padre, conseguiam superar os baianos, em matéria de perdição. A intrigalhada já tomava conta da vila, como ocorrera outrora em Salvador. Se os padres invectivavam contra os moradores que se

amancebavam com as índias, os moradores, por seu lado, lançavam insinuações de que os padres também pecavam com as nativas. Nóbrega foi ficando nervoso, ele que já era nervoso por natureza. Ameaçou voltar à Bahia, numa carta. Não voltou. Em agosto subiu a serra. Gostou do que viu, e decidiu mudar o colégio para o Planalto.

Quanta tentativa, quanto ensaio e erro... Ao seguir os passos desse Nóbrega, descobrimos um personagem torturado, irrequieto, contraditório — por isso mesmo, rico. Há grandeza nesse jesuíta gago, irascível, insaciável, tentando abrir caminho num mundo novo como quem tenta abri-lo na mais fechada, ignota e selvagem das selvas. Que queria Nóbrega? Ao fim e ao cabo, tinha em mente uma imensa utopia. Queria trazer todo um mundo novo para o reino de Deus e da Igreja. Arrancá-lo do pecado original, convencê-lo do que considerava "a verdade", e fazer isso tudo antes que os protestantes o fizessem. Se nessa empreitada seus interesses coincidissem com os da Coroa portuguesa, tanto melhor. Ele não deixava de trabalhar nesse sentido. Mas seu objetivo último visava à glória do reino dos céus. Como consegui-lo? Que lugar seria mais propício a receber a centelha com que contava espalhar por todo um continente o fogo das verdades cristãs? Tenta daqui, tenta dali, Nóbrega ia cada vez mais longe, da Bahia a São Vicente, daí ao Planalto. Se lhe fosse possível, atravessaria os sertões que conduzem ao Paraguai. Ia como quem foge, e talvez fugisse mesmo de algum demônio íntimo, mas ia principalmente como quem corre ao encontro do objetivo que se traçou na vida, por impossível que fosse. As desilusões eram grandes. Os índios não davam resposta. Ou, quando davam, era para no momento seguinte já esquecer tudo, mas havia momentos de recompensa. Nóbrega, quando ainda na Bahia, numa noite de lua, segundo conta, pregou até altas horas aos índios, por meio de um menino língua. Os índios o ouviram com grande silêncio, e gostaram tanto que não queriam deixá-lo partir. Uma das coisas que lhes ensinou é que, quando se deitassem, a cada noite, dissessem: "Jesus eu te recomendo a minha alma." Quando enfim deu por encerrada a pregação, e já se afastava, ouviu ao longe os índios dizerem, em alta voz, o nome de Jesus, tal qual lhes ensinara. A cena tem uma graça mágica. Noite de lua, nas solidões do Novo Mundo, o nome "Jesus" ressoando a distância. "Ainda que o Senhor não me dê o reino dos céus, já com estas semelhantes consolações me dou por pago", escreve o padre.[18]

Nóbrega era exigente com os outros, e julgava-os sem dó. Falando numa carta dos companheiros jesuítas de São Vicente, disse que o padre Manuel Paiva era "virtuoso e zeloso", mas "tem pouco saber natural". O padre Afonso Brás é

“todo bom”, mas “muito simples e escrupuloso”. E o padre Vicente Rodrigues tem “boa maneira e honesto juízo”, mas é “idiota e ignorante”.[19] Se se desiludia com os índios, se se desgastava na disputa com os pajés, e se tinha queixas dos próprios companheiros, mais que tudo o repugnavam os povoadores brancos da colônia. Atritou-se com eles na Bahia, atritou-se com eles nas capitanias em que esteve de passagem, em visitas de inspeção, atritou-se com eles em São Vicente. Queria vê-los longe, a esses amancebados, apresadores de gentios, inimigos dos sacramentos. Firmou-se em seu espírito a ideia de que a doutrinação dos índios tinha que ser feita longe deles, longe do exemplo deletério e da ameaça maligna que representavam. Isso explica por que está sempre querendo partir, e também dá ideia do tamanho de sua utopia. Nóbrega queria, com aqueles espíritos ingênuos que encontrou nos índios — “páginas brancas”, como disse uma vez, onde tudo se podia escrever —, criar um mundo imaculado, só pureza, muito distante da perversão que os brancos encarnavam. Em outras palavras, queria, com base em seus catecúmenos, fazer nascer uma humanidade reformada. Nada menos do que isso. Queria, nas palavras de um primitivo cronista da Companhia de Jesus, “fundar de novo um povo principiado em sinceridade, verdadeira religião e amor de Cristo”.[20] Fundar de novo um povo! Ou, na palavra de Sílvio Romero, fundar por aqui uma “nação teocrática”.[21] Nóbrega flertava com a ideia das reduções que colegas jesuítas, no século seguinte, iriam levar a extremos exatamente naquelas lonjuras para onde queria ir, as terras onde confinam os atuais territórios de Brasil, Argentina e Paraguai. Ou seja, a ideia de um lugar onde os índios vivessem num mundo à parte, onde o branco não viesse, um mundo como que cercado, protegido e proibido, para aprender a ser bons — e cristãos.

O impulso de fugir dos brancos conduziu à decisão de transferir o colégio para o Planalto. “Quanto mais apartados dos brancos, tanto mais crédito nos têm os índios”, escreveu, naquele ano de 1553. Além do mais, a manutenção dos meninos, em São Vicente, encontrava dificuldades, por “na terra haver poucas esmolas para tanta gente”.[22] No Planalto, os meninos poderiam contar com a ajuda dos pais, pois a maioria das famílias ali vivia. Se a intenção era ficar longe dos brancos, claro que Nóbrega não iria se estabelecer em Santo André, onde eles se aglutinavam, e ainda por cima sob a influência, que não deixava de ser nefasta, apesar dos acordos de conveniência que possibilitavam a mútua tolerância, de João Ramalho e família. Haveria de escolher outro lugar, no campo. É a essa tarefa que se deu, a partir de agosto de 1553. Em outubro, escrevia ao rei D. João III que num determinado local do Planalto, situado “dez

léguas pouco mais ou menos” do mar, e duas de “uma povoação de João Ramalho” — Santo André, da qual o patriarca era alcaide —, ia “ajuntando todos os que Nosso Senhor quer trazer à sua Igreja”.[23] O padre estava de novo tomado pelo otimismo que demonstrava ao iniciar as empreitadas, antes de elas se desfazerem em desalento. Achava até que os que vinham “de todo deixam seus costumes e se vão estremando dos outros”, de modo que “muita esperança temos de serem verdadeiros filhos da Igreja”. Dessa maneira, segundo Nóbrega, numa frase famosa, ia-se fazendo “uma fermosa povoação”.[24] Era o embrião daquela que viria a ser São Paulo. Para ajudá-lo, já estava a caminho aquele que seria seu principal parceiro nessa obra.

A caminho — e enfrentando perigos no caminho. O irmão José de Anchieta, espanhol de origem basca, nascido nas Canárias, era um menino de 19 anos recém-completados, saúde frágil e gosto pelas letras, além de tão devoto quanto se pode ser, quando, em maio de 1553, embarcou em Lisboa, rumo ao Brasil. Vinha na comitiva do segundo governador-geral, Duarte da Costa, o sucessor de Tomé de Sousa, como integrante da terceira leva de jesuítas enviada à nova terra. Uma segunda, de quatro membros, se seguira, em 1550, à pioneira, comandada por Nóbrega. Agora vinham outros sete jesuítas — três padres “de missa”, qual seja, já ordenados, e quatro irmãos. O chefe da missão era o padre Luís da Grã, de família nobre, ex-reitor do Colégio de Coimbra. Luís da Grã vinha para dividir com Nóbrega o cargo de provincial da ordem. A chegada a Salvador foi em julho, mas, ali na capital da colônia, Anchieta mal teve tempo de esquentar lugar. Pouco depois, chegava de São Vicente o padre Leonardo Nunes, sempre ele, o Abarebebê, que, transcorresse esta história na Antiguidade, seria chamado de Mercúrio, mas, como transcorre na era cristã, mais adequado é tratá-lo de anjo, entidade que na Bíblia desempenha o mesmo papel de mensageiro celeste. Missão de Nunes, a mando de Nóbrega: arrebanhar mais padres para levar à província sulina. Era ali, naquela área, que Nóbrega pretendia, de uma vez por todas, concentrar o melhor de seu investimento espiritual. Nunes reuniu uma equipe de quatro, para trasladar a São Vicente: os padres Vicente Rodrigues e Brás Lourenço e os irmãos Gregório Serrão e Anchieta.

Em outubro de 1553, mesmo mês em que Nóbrega falava estar reunindo, no Planalto, uma “fermosa povoação”, ei-los de partida para o Sul, divididos em dois navios, Anchieta num, Leonardo Nunes no outro. Logo começam os perigos. Quando costeavam os Abrolhos, o arquipélago conhecido pela fauna

marinha e as formações de coral, no que é hoje o sul do estado da Bahia, pontilhado, na descrição de Anchieta, por “uns bancos de areia” que formam “uma como muralha em linha reta”, e que por isso “tornam difícil a navegação”, foram colhidos por uma tempestade. A embarcação em que vinha Anchieta era atirada para “apertados estreitos” e arrastava-se, “sulcando areias”. A certa altura, o leme saltou fora dos eixos. Instalou-se o pânico. Os padres recorreram ao socorro divino. Lançaram “às ondas um Agnus Dei”, conta Anchieta, e expuseram as relíquias dos santos. Com isso, “aplacou-se a tormenta” e, arrastados a um lugar mais fundo e fechado, puderam lançar âncoras e reparar o leme. Já caía a noite, e ali imaginavam poder esperar, tranquilos, o raiar do dia. Não demorou, porém, a tempestade recomeçou com mais fúria — e os imensos aguaceiros invadiam a embarcação por todo lado. Ninguém mais conseguia conservar-se em pé. Andava-se de gatinhas, uns correndo pelo tombadilho, outros cortando os mastros, outros ainda preparando cordas e amarras. Tudo isso em meio à escuridão noturna, que tornava a situação ainda mais dramática. Para dar mais medo, a lancha amarrada à extremidade do navio teve o cabo que a prendia partido e foi arrebatada pelo mar. “Então começamos todos a tremer e a sentir veemente terror”, relata Anchieta. “Via-se a morte diante dos olhos.” Corriam todos aos padres, a confessar-se, e o que se seguiu foram confissões aos atropelos: “[...] já não vinha cada um por sua vez, mas dois a dois, e o mais depressa que cada qual podia.” Rompeu-se o último cabo que segurava o navio. “Está tudo acabado!”, gritaram todos. Durante toda a noite, sem dormir, “expostos à chuva, flagelados por tremenda tempestade, vendo a morte a cada instante”, e não contando mais com as velas, nem com o leme, nem com meio algum de assumir o controle do próprio rumo, foram conduzidos para onde os levava a corrente, “esperando a todo momento que se despedaçasse a embarcação”. Nem por isso, observa Anchieta, ele e os companheiros deixaram de confiar, “não só nas relíquias dos santos, como também no patrocínio da Santíssima Virgem Maria”. Ao romper do dia, levados por uma corrente mais favorável, acabaram desembocando num porto seguro. Índios amigos ali os acolheram, e os trataram “com humanidade”. Ficaram então sabendo que o outro navio, onde viajava o padre Nunes, se despedaçara contra a praia. Ninguém morreu, mas a embarcação ficou imprestável. Com os materiais que dela puderam salvar, repararam o próprio navio, e depois de alguns dias puderam seguir viagem.[25]

Com a entrada de Anchieta nesta história, entra o melhor escritor entre os jesuítas do início da catequese, capaz de legar à posteridade uma viva descrição

do que era um naufrágio, ou um quase naufrágio, na época. Sua pena nos devolve a um povo que, desde os fundões da Idade Média, valorizava as relíquias a ponto de retalhar até as minúcias, para máximo aproveitamento, os ossos das pessoas em quem se adivinhava um candidato à glória dos altares. E não só as cultuava nas igrejas e nas procissões, mas também não saía em viagem sem elas, assim como muito mais tarde, numa sociedade laica e increia, não se viajaria sem o cartão de crédito e o comprovante do seguro-saúde. Quem era esse irmão que, apesar de assinar as cartas, num exercício de humildade, como "*minimus societas Jesu*", "*pauper et inutilis*", "ínfimo da Companhia de Jesus", "servo indigno da Companhia", acabaria virando o mais venerado integrante do pelotão com que as forças de Santo Inácio deram o primeiro combate no Brasil? José de Anchieta, ou Joseph, a forma antiga com que costumava se apresentar, nasceu no dia 19 de março — dia de São José — de 1534, em Laguna, capital da ilha de Tenerife, a maior das ilhas Canárias, o terceiro dos dez filhos do basco Juan de Anchieta e da canária Mencia Díaz de Clavijo y Llarena. Os Anchieta, doce coincidência, eram parentes dos Loiola, o clã do Inácio de Loiola fundador da Companhia de Jesus, ambas as famílias naturais da província de Guipuzcua, no País Basco. Parentes, mas — a coincidência ficou menos doce — inimigos. O próprio Inácio de Loiola esteve envolvido, na juventude, quando não passava de um soldado façanhudo, em um atentado, do qual se desconhecem as circunstâncias, contra um Anchieta. O pai do futuro evangelizador do Brasil teria procurado refúgio nas Canárias, segundo alguns autores, em razão de perseguições do imperador Carlos V.[26] Aos 16 anos, o filho José é mandado a Coimbra, para estudar na universidade — a Coimbra, e não Salamanca, como seria natural para um espanhol, talvez em virtude das mesmas desavenças com Carlos V. Em Coimbra, José estudou filosofia, dialética e letras. Já escrevia poemas em latim, o que fará a vida inteira. Devido à "*dulcezza*" e à "*armonia*" de seus versos, segundo um biógrafo italiano, o apelido de "canário" passou-lhe a cair duplamente bem — pela origem nas ilhas Canárias e pelo canto dos pássaros homônimos.[27] Enquanto estudante, cheio de fervor, Anchieta um dia fez voto de castidade de joelhos diante da imagem de Nossa Senhora, na Sé de Coimbra. Para um jovem desses, e ainda por cima bem aquinhoado de dotes intelectuais, a Companhia de Jesus era o caminho natural. Ei-lo na organização formada pelo primo — e inimigo, ou pelo menos do parente pertencente a um ramo da família inimigo de seu próprio ramo. Em 1551, passa a estudar na classe em que o padre Antônio Corrêa preparava missionários para os esquadrões avançados encarregados da evangelização na Ásia, África e América.[28]

Figura 11



Desenho do padre Anchieta, coleção Biblioteca Nacional.

José era um menino enfermiço que, para maior infelicidade, ainda sofreu sério acidente, em Coimbra, quando uma escada lhe caiu nas costas. Disso resultou que ficasse para o resto da vida com as costas encurvadas. As dores, a saúde frágil, as forças que cada vez mais lhe faltavam e a ausência de perspectivas para delas se livrar constituíram um dos motivos pelos quais foi alistado na equipe que partiria para o Brasil. A nova terra tinha fama de oferecer bom clima e condições gerais de salubridade superiores às europeias, uma fama, aliás, lá não muito merecida para um pedaço do planeta que, ao mesmo tempo, torturava os europeus com mosquitos, febres e pestes devastadoras. O certo é que Anchieta passa a se sentir melhor nesta parte do mundo. Numa das primeiras cartas, destinada "aos irmãos enfermos de Coimbra", quais sejam, aqueles com quem dividia as enfermarias, nos tempos de estudante, dá conta de uma disposição que "a cada dia se renova, de maneira que nenhuma diferença há de mim a um são". Conta na mesma carta que jejuou toda a quaresma — a primeira que passou no Brasil —, ele que, em Portugal, de tão fraco, não podia passar sem carne.[29] Trinta anos depois, Anchieta ainda manteria a mesma opinião de que a terra era boa para a saúde. "O clima desta província do Brasil é geralmente muito temperado, de bons e delicados ares e mui sadios, aonde os homens vivem muito, até 80, 90 e mais anos, e a terra está cheia de velhos", escreveu, no texto intitulado *Informação da Província do Brasil*, de 1585. E ainda: "Os nossos padres e irmãos de ordinário têm saúde, nem deitam de ordinário sangue pela boca, nem têm catarros, dor de pedra, cólica, dor de cabeça e de peitos, nem outras enfermidades que têm muitos dos nossos em Portugal."[30]

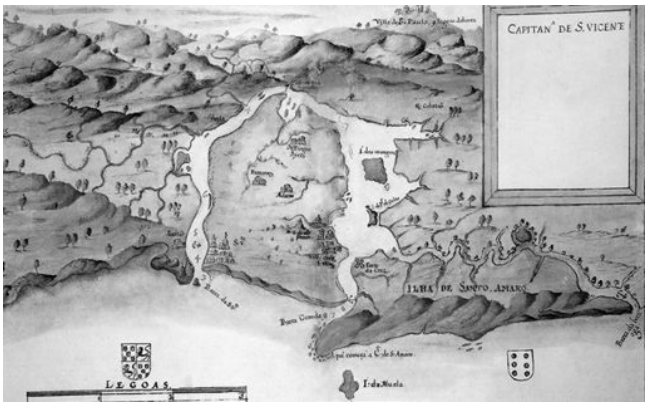
Anchieta chegou a São Vicente na véspera do Natal de 1553. Encontrou Nóbrega entregue ao afã de mudar o colégio, de São Vicente para o Planalto. O local já estava escolhido. Ficava a 10 léguas do mar, como já explicara Nóbrega, e a duas de "uma povoação de João Ramalho".[31] Ali o superior dos jesuítas vinha

juntando as tribos esparsas da região, com os quais pretendia fundar a tal sociedade nova, composta de cristãos impecáveis, capazes de passar o mundo a limpo. O local era uma elevação, na confluência de dois rios. Oferecia vantagens várias. Água próxima, bom clima, segurança. Como se tratava de uma elevação, permitia que se divisasse o inimigo ao longe. Nóbrega terá sido aconselhado pelos índios, bons conhecedores da região e inigualáveis rastreadores de boas condições ambientes para se assentar. Já se sabe onde estamos: na elevação a cavaleiro dos rios Tamanduateí e Anhangabaú. Tal elevação, uma colina exígua, ou pequeno platô, situada 25 ou 30 metros acima dos campos ao redor, tem a forma aproximada de um triângulo. Um dos rios, o Anhangabaú, limitava-a no lado mais voltado para noroeste, o outro, o Tamanduateí, no lado nordeste, formando ambos um "V". O terceiro lado, além de protegido por escarpa abrupta, dava para uma várzea que, de tão úmida, oferecia como que uma terceira barreira aquática a quem pretendesse aceder à colina. Trata-se da área do chamado Centro Velho de São Paulo. O Anhangabaú, que viria a ser enterrado, cortava o meio do vale que conserva o mesmo nome. O Tamanduateí, antes de ter corrigido seu curso, corria por onde se abriria a rua 25 de Março. O Anhangabaú despejava suas águas no Tamanduateí, formando o vértice do "V" desenhado pelos dois rios ao sopé do canto da colina onde seria erigido o largo de São Bento. A terceira encosta da colina caía nos costados do que são hoje as praças da Sé e João Mendes, abrindo-se para o sul. Olhando-se para o norte, a vista só seria obstruída, lá longe, pelos contrafortes da serra da Cantareira. A pouca distância, divisava-se o rio Anhembi, ou Anhambi, ou Tietê, como seria chamado mais tarde, onde desembocava o Tamanduateí. Pelo Anhembi, um rio já de alguma importância, no sistema da bacia do Prata, podia-se seguir continente adentro até o rio Paraná — ou, mais apropriadamente, nesta história, até o Paraguai que habitara os sonhos de Martim Afonso, agora herdados por Nóbrega.

Num ponto do lado da colina que se debruçava sobre o Tamanduateí, Nóbrega fez erguer uma casa, para habitação dos jesuítas e sede do colégio. Era uma construção rústica, com paredes de barro e pau e telhado de palha, levantada pelos índios, com 14 passos de comprimento por dez de largura, segundo relata Anchieta. Seu único cômodo estava destinado a servir ao mesmo tempo de escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e despensa.[32] Nessa casa, pouco depois da chegada de Anchieta a São Vicente, reuniram-se 12 ou 13 jesuítas — há divergência quanto ao total — para um evento que se tornaria célebre. Anchieta passara não mais de duas semanas na vila litorânea. Nos

primeiros dias de janeiro, a mando de Nóbrega, lá ia ele a galgar um “caminho mui áspero”, cheio de “atoleiros, subidas e montes” — “creio que o pior que há no mundo”, escreveu.[33] Subia, pela primeira vez, a serra do Mar. Agora, junto com os padres e irmãos jesuítas, entre as paredes precárias daquela “paupérrima e estreitíssima casinha”, segundo escreve, participava de uma missa, celebrada pelo padre Manuel de Paiva. A missa assinalava o início das atividades do colégio do Planalto. Era o dia 25 de janeiro, dia da conversão de São Paulo — “e por isso”, esclarece Anchieta, “a ele dedicamos a nossa casa”.[34] Estamos, o leitor já sabe, no solene momento que passou para a História como o da fundação de São Paulo. Na verdade, o momento é mais solene para a posteridade do que para quem o viveu de corpo presente. Que aconteceu, naquele dia? Uma missa, numa casa paupérrima, plantada no meio de uma aldeia de índios. Quase nada. Nem foi a primeira missa no Planalto. O padre Leonardo Nunes, desde quatro anos antes, vinha visitando a região. Nóbrega, desde o ano anterior. Como é praxe, entre os padres, os dois não deixavam de celebrar missas, estivessem onde estivessem.[35] Era a inauguração de um colégio, mas outros colégios já haviam sido inaugurados no Brasil. A rigor, nem novo este era, mas a continuação de um ali perto, em São Vicente. E muito menos havia a consciência de que se estava participando de algo mais do que a instalação de uma cabana, a “feliz cabanazinha”, como diz Anchieta em outro passo, destinada a servir de centro para a catequese de índios.[36] O local onde estava fincada a cabana, aquela colina de cume em forma triangular que se elevava sobre os vastos horizontes do campo, era ideal para abrigar uma acrópole — a cidadela encarapitada num monte que, entre os gregos, assinalava o centro de uma cidade. Mas quem imaginaria, naquele momento, que estivesse participando do ato fundador de uma cidade? A nenhum dos 12 ou 13 jesuítas presentes à ocasião ocorreria tal ideia. Na verdade, se por fundação de uma cidade se entende um ato oficial, de papel passado, eles não estavam mesmo participando de fundação alguma. Ocorre que, na fixação das datas históricas, valem tanto o papel passado quanto as razões emocionais, os simbolismos, ou a pura e simples arbitrariedade. Convencionou-se, por essas três razões, e mais pelo fato concreto de que naquele mesmo solo brotaria o centro da futura cidade, que o 25 de janeiro de 1554 é a data da fundação de São Paulo. O irmão Anchieta, a 53 dias ainda de completar 20 anos, só seis meses e 12 dias depois de sua chegada ao Brasil, e um mês e um dia decorridos da chegada a São Vicente, participava naquele dia, sem ter a menor noção disso, de um evento ao qual teria o nome ligado pelos séculos vindouros.

Figura 12



O litoral da barra de São Vicente até a barra da Bertioga, no mapa de João Albernaz, o velho.



VII

A Utopia Desfeita

Anchieta contribuiria decisivamente para consagrar o nome pelo qual, daí em diante, seria conhecido o local onde foi implantado o colégio — o nome de Piratininga. Tão logo integrou-se à equipe de Nóbrega, ele passou a exercer importantes funções, entre as quais a de redigir a obrigatória "carta quadrimestral" em que os jesuítas davam conta de suas atividades aos dirigentes da ordem, na Europa. A primeira de tais cartas escritas no novo colégio, relativa ao quadrimestre de maio-setembro de 1554, Anchieta termina datando "de Piratininga, no colégio de São Paulo". Não só as quadrimestrais, mas todas as cartas que foi escrevendo, em seguida, ele foi datando, sucessivamente, com as fórmulas — "de Piratininga", "desta Piratininga", "em Piratininga, na Casa de São Paulo da Companhia de Jesus". Mudava o jeito de dizer, mas dizia sempre "Piratininga". Numa carta de 1562, escreve pela primeira vez "São Paulo de Piratininga", que mais tarde se firmaria como nome da povoação.[1] Piratininga, na língua tupi, quer dizer "peixe seco", ou "peixe a secar". Designa o fenômeno que ocorre quando os rios enchem e despejam, pelas margens afora, peixes que ficarão presos na terra, a secar ao sol. A "piratininga" é uma ocorrência aparentada à "piracema", conhecida em várias regiões do Brasil — a saída dos peixes para ramificações onde o rio é raso, para desovar, ocasião em que fica fácil apanhá-los.[2] As cheias dos rios da região é um fenômeno que continuaria familiar aos habitantes de São Paulo pelos séculos afora. A diferença é que, a partir da última metade do século XX, não havia mais peixes que os rios despejassem para fora — simplesmente porque não abrigavam mais peixes em suas águas contaminadas.

Isso quanto ao fenômeno. Mas Piratininga já era, entre os índios, também o nome de um lugar, ou de um acidente geográfico. Exatamente de que lugar, ou de que acidente geográfico? Vimos, em capítulo anterior, que documentos primitivos referem-se a um "rio de Piratininga". Para alguns, seria o

Tamanduateí. Para outros, não existiria um rio desse nome. Piratininga seria o nome da região, como um todo, e assim, quando se fala em “rio de Piratininga”, a referência seria a qualquer rio da região, assim como, ao se falar num “rio de Mato Grosso”, o que se transmite é a ideia de qualquer rio desse estado. Há também referências, nos documentos, a uma “aldeia” de Piratininga. Seria uma aldeia de índios, anterior à que se formaria, por instigação dos padres, nos arredores do colégio. Os autores divergem quanto à localização de tal aldeia. Seria às margens do Tietê, segundo um. Outro a situa às margens do Anhangabaú.[3] Para outros ainda, não teria existido tal aldeia, e a “aldeia de Piratininga” dos documentos, tal qual o rio, seria qualquer aldeia da região. O certo é que, se existiu uma aldeia de Piratininga, seu sítio não se confunde com aquele escolhido pelos jesuítas para erigir o colégio. Segundo frei Gaspar, Piratininga era a aldeia onde antes habitava a tribo do cacique Tibiriçá.[4] A convite dos padres, depois da fundação do colégio, Tibiriçá mudou-se para a mesma colina onde estes se estabeleceram.

Ao padre Anchieta, com sua “superioridade de letrado”, como diz o biógrafo Antônio de Alcântara Machado, coube logo papel de destaque no colégio, apesar da pouca idade.[5] Além de dominar o latim, o espanhol e o português, ele mergulhou fundo, tão logo chegou à nova terra, no estudo da língua dos “brasis”, como eram chamados os nativos, e em pouco tempo fez progressos notáveis. “Quanto à língua, eu estou adiantado”, escrevia numa carta daquele mesmo ano de 1554 da fundação do colégio.[6] Logo Anchieta se dedicaria à confecção de uma “artinha”, como eram chamadas as gramáticas — a primeira gramática da língua tupi, em uso no ensino já em 1560.[7] Eis um traço que distinguiu Anchieta e possibilitou-lhe uma imersão na cultura nativa mais profunda do que a dos outros padres — o domínio da língua. No colégio, ele não era o superior — Nóbrega nomeou para este posto o padre Manuel de Paiva —, mas era o que mais funções acumulou. Ensinava três classes diferentes, e entre os alunos não contava apenas os índios. Também dava aulas — de latim — aos colegas jesuítas, inclusive a Manuel de Paiva. Tirante Nóbrega, era o único, no colégio, que sabia latim. Anchieta descreve como de sacrifício, mas também de alegria, esses primeiros tempos. Conta que, além de toda a faina diária, “em três classes diferentes” de gramática, às vezes, estando dormindo, era despertado, por alguns que vinham tirar dúvidas. Ao ofício de professor, acrescentava outros, que jamais imaginara exercer — como os de médico e sapateiro. Diz ele, na mesma carta, que vinha servindo de médico, “curando e sangrando” os índios. Essa necessidade de os jesuítas, à falta dos profissionais apropriados, servirem eles

mesmos de sangradores, levou-os a uma consulta a Inácio de Loiola: estariam procedendo corretamente? O generalíssimo da Companhia autorizou-os a continuar, argumentando que a tudo lhes permitia o exercício da caridade. Ao ofício de sapateiro, ou, por outra, de fabricante de alpercatas, Anchieta dedicava-se para abastecer desse artigo os colegas jesuítas. “Sou já bom mestre”, afirma, a respeito dessa atividade. As alpercatas eram necessárias “porque não se pode andar por cá com sapatos de couro pelos montes”.[8] Às vezes, espremiam-se mais de vinte padres na estreita casinha. Era impossível dar aulas em seu interior, e por isso passava-se ao ar livre, não raro sob intenso frio. Não faltava desconforto. “Todavia”, escreve Anchieta, “não invejamos as espaçosas habitações de que gozam em outras partes os nossos irmãos”.[9] O irmão Joseph, na flor dos 20 anos, encontrava-se em pleno entusiasmo da humildade e gozo da devoção.

Vai-se tendo uma ideia, por esses relatos, do panorama vigente, naqueles primeiros anos, na pequena elevação entre o Tamanduateí e o Anhangabaú. O que se tinha era um colégio cercado de habitações indígenas. Ou, por outra, uma aldeia indígena com um colégio de padres plantado no meio, a dirigir-lhe os destinos. Entre os índios, destacavam-se dois chefes, os mais graduados entre os que Nóbrega conseguira atrair para a comunidade com que sonhava inaugurar um império de Cristo: Caiubi e Tibiriçá. Caiubi, renomeado João ao ser batizado, foi o primeiro a mudar-se, de uma aldeia a duas léguas de distância, para os arredores do colégio. Já era velho. No cálculo de Anchieta, talvez exagerado, estaria nos arredores dos 90 anos em 1554. O velho cacique veio estabelecer-se, com seus comandados, no extremo sul da colina dos jesuítas, “próximo do sítio que depois se chamou Tabataguera”, informa o historiador Teodoro Sampaio, mesmo lugar onde surgiria a rua Tabatinguera, corruptela do mesmo nome. Dali, continua o mesmo autor, tinha “sob sua guarda o caminho que do alto do espigão descia para a várzea e tomava para São Vicente por Santo André”.[10] Não se deve tomar em sentido figurado a afirmação de que Caiubi “tinha sob sua guarda” o flanco sul da colina. Tanto a ele quanto a Tibiriçá cabiam funções militares, de sentinelas e primeira linha de combate na defesa da comunidade. Caiubi, de tempos em tempos, deixava o novo domicílio e voltava aos lugares onde a tribo mantinha suas roças, para abastecer-se de gêneros alimentícios. Nessas ocasiões, antes de partir, passava na igreja dos jesuítas e ali, posto de joelhos, dizia, em sua língua: “Senhor, eu vou buscar de-comer, hei de tardar tantos dias, guardai-me, que não me aconteça algum mal.”

Anchieta, ao narrar esse costume do velho índio, enternece-se com a

“simplicidade” de Caiubi, que “falava com Deus como falava com os outros”, e julgava necessário “pedir licença” ao Todo-Poderoso quando saía em alguma missão.[11] Caiubi ouvia missa todos os dias, ainda segundo Anchieta, e segurava um bordão com uma cruz, presente dos jesuítas. Dizia que tal bordão valia tanto quanto um arco e flecha. Era como ter Deus ao lado, à feição de arma contra o inimigo.[12] Já Tibiriçá era o principal dos principais do Planalto. Vimos que uma de suas filhas, Bartira, era casada com João Ramalho, e que ele próprio teve importante papel em desarmar as possíveis hostilidades contra Martim Afonso de Sousa e abrir caminho para que este tivesse boa acolhida nos domínios de São Vicente. Tão próximo desde então o cacique conservou-se dos colonizadores, e tão amoroso do comandante português, depois donatário da capitania, que, ao se converter, tomou-lhe emprestado o nome, passando a chamar-se Martim Afonso Tibiriçá. Por aí se vê o quanto era um “índio bom”. Antecipava os “pretos bons” escravos que, ao cristianizar-se, escolhiam para si próprios o nome do senhor.

Consta que Tibiriçá morava no vértice norte da colina, no lugar onde mais tarde se ergueria o convento e a igreja de São Bento.[13] Resulta daí um quadro estratégico no qual Tibiriçá ocupa posições num extremo, Caiubi no outro, e o colégio dos padres fica a meio caminho entre os dois. Não eram poucos os perigos a que estava sujeita a nova povoação. Os homens de Tibiriçá, naquele ano mesmo da fundação do colégio, entraram em guerra contra uma tribo inimiga. Os inimigos eram em muito maior número, e os deixaram de ânimo abalado. Eis que a mulher de Tibiriçá, uma índia já convertida — é Anchieta quem conta —, os incita a fazer o sinal da cruz, para recobrar a coragem. Assim fizeram, e não tardou que revertessem a situação em seu favor. Os inimigos que não foram mortos nem feitos prisioneiros acabaram dispersados. Entre os partidários de Tibiriçá, houve apenas um morto e um ferido — os dois únicos que, segundo Anchieta, sempre pronto, como o geral do povo cristão da época, a acreditar nos milagres, haviam desdenhado do conselho de fazer o sinal da cruz.[14] Útil na guerra, Tibiriçá não deixava de sê-lo, também, na paz. Ele ajudou a construir o colégio “com suas próprias mãos”, informa Anchieta.[15] Será ele, sobretudo, oito anos depois da fundação do colégio — avançamos agora para 1562 —, o salvador de São Paulo de Piratininga, diante do maior ataque que sofreu nos primeiros anos. Isso ocorreu num mês de julho em que fazia muito frio. Os inimigos, uma coligação de índios das redondezas, alguns dos quais haviam morado na aldeia dos padres e agora a renegavam, atacaram pela manhã, pintados e emplumados, e fazendo grande alarido. Entre eles vinham inclusive membros da família de Tibiriçá, de modo que a guerra ganhou a feição de

terrível luta fratricida. Encontravam-se “às flechadas”, no dizer de Anchieta, “irmãos com irmãos, primos com primos, sobrinhos com tios”. Tibiriçá havia convocado os habitantes de três aldeias vizinhas para formar seu exército, e os exortado a defender, custasse o que custasse, a igreja dos padres. Os assaltantes, durante dois dias, mantiveram a povoação sob cerco. Em rápidas estocadas, chegaram a penetrar na horta dos padres. Acabaram repelidos, porém, pela bravura e determinação de Tibiriçá. Este mostrava-se imbuído de tal fúria que, já desarticulados os inimigos, quando um deles, feito prisioneiro, implorou a presença dos padres e ofereceu-se para ser seu escravo, nem quis ouvir-lhe os apelos. Em vez disso avançou e, “com sua espada de pau pintada e emplumada”, segundo precisa Anchieta, quebrou-lhe a cabeça.[16] Tibiriçá morreu naquele mesmo ano, de doença, e foi enterrado com honras na igreja dos jesuítas. Para Anchieta, ele não mereceria apenas o título de benfeitor, mas ainda o de “fundador e conservador da Casa de Piratininga”.[17]

A São Paulo de Piratininga salva por Tibiriçá, em 1562, já não era uma aldeia de índios. Nos oito anos que medeiam a fundação do colégio e o ataque dos inimigos, havia sofrido modificações que lhe alteraram a própria natureza. Talvez não tenha durado três anos o sonho de Nóbrega de constituir com os índios aldeados como que uma civilização à parte, distante tanto de outros índios, ainda imersos em suas crenças e costumes primitivos, quanto dos europeus de má índole. No começo, investiu-se no projeto como em nenhuma outra parte no Brasil. Em nenhum outro lugar trabalharam tantos padres e irmãos. A “paupérrima e estreitíssima casinha” com que o colégio iniciara as atividades logo deu lugar a uma construção maior, de oito cômodos. A casa, feita de taipa, prolongava-se num quintal onde se plantavam flores e árvores frutíferas. Anexa, ergueu-se uma igreja, “não muito grande”, na palavra de Anchieta.[18] Desta vez a construção não foi levada a cabo pelos índios, mas pelos próprios padres, sob a direção de um deles, Afonso Brás. Brás é o primeiro arquiteto de Piratininga, pelo menos entre os europeus, se é que cabe a qualificação de arquiteto a alguém que, entre os companheiros, era mais frequentemente rotulado de pedreiro e carpinteiro, e elogiado como exímio em ambos os ofícios. Era uma época de otimismo, e as cartas de Anchieta refletem esse estado de espírito. “Estes entre os quais vivemos trazem-nos voluntariamente seus filhos para os ensinarmos”, escreve. Anchieta fala com satisfação de pequenos índios que, de tão bem instruídos, renegavam os próprios pais, por estarem imersos ainda nas antigas crenças. “Temos também em casa conosco alguns filhos dos gentios, que atraímos para nós de diversas partes, e

estes até abominam os costumes paternos a tal ponto que, passando por aqui para outro lugar o pai de um e vendo o filho, este, longe de mostrar para com ele o amor de filho, pelo contrário, só falava rarissimamente, e de má vontade, e compelido por nós."[19]

Aos poucos, porém, assim como acontecera a Nóbrega, ainda que sem a mesma acrimônia, as cartas de Anchieta começam a rechear-se de queixas e dúvidas quanto à eficácia do trabalho. Na verdade, os missionários da Companhia de Jesus haviam se atribuído uma tarefa de Hércules. Imbuídos da convicção profunda de que eram portadores de uma verdade única, indivisível e sagrada, não só queriam que os índios deixassem hábitos como os da antropofagia e da poligamia, como se empenhavam em martelar-lhes cabeça adentro conceitos complicados como o da Santíssima Trindade ou estranhíssimos à sua formação, como o de pecado. O resultado, se se permite, ao falar desses cristianíssimos senhores, insistir nas figuras da mitologia pagã, equivalia aos trabalhos de Sísifo. Ensinava-se o índio hoje para ele esquecer amanhã. Deixava-se que ele voltasse a viver entre os seus, e ele retomava os costumes bárbaros. Nos anos de 1556-1557, a aldeia em volta do colégio já se encontrava em decadência. Os meninos educados pelos padres, escrevia Anchieta, em 1556, "seguiam a seus pais, primeiro em habitação, depois nos costumes". Ou seja, deixavam a aldeia e, com ela, a educação cristã em que estavam sendo iniciados. Anchieta dá conta, nessa mesma carta, de uma certa quantidade de índios que, tendo mudado para outra parte, levou consigo os filhos. Seguiu-se a mudança de uma nova leva, para um lugar onde pudesse "viver livremente" como antes. "De maneira que os meninos, que antes aprendiam", prossegue, "não apenas não aprendem nada de novo, mas antes perdem o já aprendido". Pior ainda era que "não há quem queira ser ensinado".[20]

São Paulo de Piratininga esvaziava-se: este o quadro, apenas dois anos depois da fundação do colégio. Em 1557, perdurava a mesma tendência. A maior parte dos antigos catecúmenos, relatava Anchieta, "fez outras moradas, não longe daqui". Isso acontecia não só pelo desinteresse deles pelas "cousas divinas". Também eram influenciados pela propaganda adversa dos pajés, segundo a qual a igreja dos jesuítas fora levantada para ali aprisionar os índios, seguindo-se que os que não eram batizados seriam mortos e os batizados feitos escravos.[21] O padre Luís da Grã, passando por Piratininga, em abril desse mesmo ano de 1557, testemunha um quadro ainda pior do que o que transparece nos relatos de Anchieta. Só uma casa indígena, informa ele numa carta, havia sobrado da antiga aldeia de Nóbrega. Nela habitavam "seis homens casados". Luís da Grã

acha natural isso ter acontecido, “tão acostumados estão (os índios) a se mudar quando suas casas envelhecem”.[22] Anchieta já havia tocado nesse ponto: “É natural desses índios nunca morar em lugar certo, senão que depois de haver aqui vivido algum tempo se passam a outro lugar, e daí a outro.”[23] São Paulo parecia fadada a repetir a sorte dos tantos ajuntamentos que, na época, desapareciam tão velozmente como apareciam. Foi o que aconteceu, por essa época mesmo, em território hoje do estado de São Paulo, mas em local que a pesquisa histórica não tem sido capaz de determinar, com uma certa Maniçoba, fundada pelo mesmo padre Nóbrega, com os mesmos propósitos com que fundou São Paulo. Maniçoba desapareceu sem deixar rastro senão nas cartas em que é citada. Acresce, para reforçar o prognóstico sombrio que àquela altura se abatia sobre a viabilidade da povoação de Piratininga, que ela não contava mais com a autoridade e a mão forte de Nóbrega. Em maio de 1556 ele voltara à Bahia. A partir de 1560 ele virá outras vezes a São Vicente, mas só subirá ao Planalto em raras e apressadas ocasiões. A antiga aldeia da utopia jesuítica não desmoronava sozinha. Também na mente de quem a concebeu definhava a fantasia de um mundo diferente, paralelo — e santo —, fincado terra acima e terra adentro, ali onde o vício não chega e a maldade não teria vez.

Enquanto São Paulo de Piratininga enfrentava a ameaça de desaparecimento, a vizinha Santo André padecia de outros tipos de adversidades. Relembrem-se as condições em que se punham, uma com relação à outra, as duas povoações. Santo André, elevada a vila por Tomé de Sousa, em 1553, era o lugar onde se ajuntavam os portugueses da região — os portugueses e os filhos mamelucos que produziam com as mulheres índias. São Paulo era aldeia de índios, dominada por um grupo de padres. Ficavam distantes duas léguas uma da outra, o equivalente a 12 quilômetros, e as relações entre ambas eram tensas. Anchieta reclamava, em 1554, de “certos cristãos” que, “nascidos de pai português e mãe brasílica”, e habitantes de uma povoação vizinha, “não cessam, juntamente com seu pai, de empregar contínuos esforços para derrubar a obra que, ajudando-nos a graça de Deus, trabalhamos por edificar”.[24] A referência, já se adivinha, é a João Ramalho e seus filhos. João Ramalho era o alcaide de Santo André. Talvez não morasse ali em caráter permanente, e sim no antigo reduto onde, com a prole e a numerosa indiada a seu serviço, tocava os negócios, mas, mesmo que não morasse, mandava. Os filhos seriam como filhinhos de papai abusados, rústicos playboys de outros tempos. Um deles, ameaçado por um dos padres de ser processado pela Inquisição, respondeu: “Acabarei com as Inquisições a flechas.”[25] Outro foi flagrado num ritual em que, pintado de vermelho nas

pernas, matou um índio inimigo e tomou para si o nome do morto, como insigne honraria. Se não comeu ele próprio a vítima, conclui Anchieta, que narra esta história, certamente deu o corpo a outros índios, para com ele se banquetearem.[26] Os jesuítas, por um lado, e os mamelucos de João Ramalho, por outro, concorriam pela mesma presa — os índios. Uns queriam a alma, outros o corpo, para cativá-lo ou usufruí-lo — no caso das índias —, mas ambos o que queriam era, no fundo, a mesma coisa, e essa coisa era o poder. Pode-se supor que o fato de Tibiriçá, o mais poderoso dos caciques, ter-se bandeado para o lado dos padres tenha acirrado a rivalidade. Lembre-se que Tibiriçá era pai de Bartira, mulher de João Ramalho. Portanto, avô dos meninos malcriados. O alemão Ulrico Schmidt visitou, em maio ou junho de 1553, um "povoado que pertence aos cristãos", no Planalto, "cujo chefe se chama João Ramalho". Era por Santo André que ele passava, vindo do Paraguai, e a caminho de São Vicente. Não fazia nem dois meses que o povoado fora promovido a vila, e Schmidt não teve impressão favorável. "Este povoado é um verdadeiro covil de ladrões", escreveu. "Tivemos a sorte de não encontrar o chefe, que estava reunido com outros cristãos em São Vicente, fazendo um desses acordos que de tempos em tempos eles fazem." O viajante afirma que foi bem-recebido pelos filhos de João Ramalho. No entanto, "tivemos mais medo enquanto estivemos com eles do que quando estávamos entre os índios".[27]

Talvez Schmidt exagerasse. Talvez estivesse influenciado, ele que vinha do Paraguai, pelo mau juízo que os espanhóis faziam dos portugueses, fruto de desconfiança recíproca que acabara de resultar na proibição, por Tomé de Sousa, do trânsito naquele mesmo caminho que o alemão acabara de trilhar. Não devia ser dos mais alentadores, de qualquer forma, o panorama oferecido pelo burgo governado por Ramalho, em cuja Câmara lavraram-se atas que se conservaram até nossos dias. O historiador Jaime Cortesão arrisca uma descrição especulativa: "Como seria o aspecto exterior de Santo André? O que as atas da Câmara nos deixam entrever é um pequeno burgo, cercado por muros de taipa, abertos, aqui e ali, por algumas portas de saída, como os burgos medievais da Europa; cortado por um ribeiro, cujas águas dessedentavam os moradores e lhes serviam de despejo; aglomerado informe de casas de taipa, cobertas de colmo ou de palmas [...]; gado berrando e latrinas fedendo dentro do povoado; e uma população rústica, semibarbarizada pelo contato com os índios e onde os mamelucos pululavam."[28]

O aspecto seria o de uma favela, e das piores, de alguns séculos mais tarde. Teria, segundo cálculo do mesmo historiador, ao redor de trezentos habitantes —

e, poucos anos passados da criação da vila, já atravessava uma crise.[29] Os moradores viviam com medo dos ataques dos índios. As atas da Câmara refletem uma contínua preocupação com o reparo dos muros e a concentração da maior força militar possível dentro da cidade. Também faltavam alimentos. Em setembro de 1557, as atas da Câmara registram a sugestão de que, "como morriam de fome e passavam muito mal e morria o gado", os moradores mudassem para outro sítio, que ficasse próximo de algum rio.[30] Recua pelo menos a essa data a ideia de mudar. Outros documentos comprovam um insistente clamor dos habitantes nesse sentido. Contemple-se o panorama que então se delineia: de um lado, habitantes de uma vila insatisfeitos pela insegurança e a falta de recursos da área que ocupam; de outro, uma aldeia de índios abandonada, onde não restam senão uma igreja sem fiéis e uns padres-educadores sem alunos. O sítio dos padres oferecia as vantagens que ao outro faltava. Por se situar numa elevação, no meio de campos abertos e largos, e ainda por cima protegido por dois rios, era mais seguro. Ao mesmo tempo, tinha rios para pescar e beber e melhores terras para plantar e apascentar o gado.[31] Não tardou a completar-se a ideia de mudar com a de *para onde* mudar: claro, para o lugar já quase totalmente abandonado, onde os jesuítas haviam erguido sua casa e a igreja.

Em 1560, chegava a São Vicente, para uma visita de inspeção, o terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá. Sete anos antes, o primeiro deles, Tomé de Sousa, fundara Santo André. Agora, Mem de Sá, atendendo aos apelos dos moradores, ordenava a mudança da sede da vila de Santo André, do local onde se encontrava, para a colina à beira do Anhangabaú. Para lá foram removidas não só as moradias, mas também a Câmara e o pelourinho — símbolo visível da autonomia municipal. O nome Santo André, a partir deste momento, iria desaparecer, em favor do nome de São Paulo de Piratininga, mas a vila seria a mesma. São Paulo não teve um foral de vila, qual seja: o documento pelo qual o rei constituía as vilas, lhes concedia os privilégios e lhes cobrava os direitos correspondentes. Antes, herdou o de Santo André. Ou melhor: continuou o de Santo André, como aconteceria com um município que abandonasse sua primitiva sede e a transferisse para um dos distritos dentro de sua jurisdição. Por essa razão, o historiador Mário Neme chega mesmo a desqualificar a data de 25 de janeiro como a da fundação de São Paulo: "[...] a vila de São Paulo foi de fato e oficialmente fundada em 8 de abril de 1553, sob a invocação de Santo André. O fato de haver mudado a sua sede alguns anos depois não significa que se tenha erigido uma nova vila, pois tudo não passou de simples transferência do núcleo

de elementos materiais que eram o prédio da Câmara e cadeia e o pelourinho [...].”[32] Analisadas as coisas sob o estrito ponto de vista jurídico, em que o que vale é o papel passado, Neme tem razão. Resta o fato — de não pouca importância — de que foram os padres que escolheram o local de onde se irradiaria a futura cidade. O mesmo autor investe, numa linha de raciocínio paralela, contra a noção convencional de que São Paulo se originou da aldeia dos jesuítas. Isso não poderia ter ocorrido porque, em 1557, a aldeia, “a rigor, já não existia”. É a vila de Santo André que, “sem sofrer solução de continuidade, vai dar sentido e razão de ser à igreja de Piratininga”.[33]

É esta povoação — ou melhor, vila, agora — que sofrerá o ataque dos índios, em 1562. Vê-se que apresentava outra natureza, muito diversa da aldeia de índios e dos padres de 1554. Era agora um centro de portugueses. Se Tibiriçá apresta-se a defendê-la, ele o fará agora com índios arregimentados em aldeias próximas, não de dentro da vila, onde eles não moram mais. Anchieta, como vimos, destaca o papel do cacique na defesa de São Paulo, mas omite uma informação: o comandante supremo da operação de guerra, “com amplos poderes”, como dizem as atas, foi João Ramalho.[34] A omissão tem provavelmente a ver com as antigas dissenções. A partir da junção de Santo André e São Paulo, os padres desempenharão papel declinante na vida da povoação. Até chegam a desmontar o colégio, e mudá-lo de volta a São Vicente, no início de 1561. No fim do ano, voltam a instalá-lo em Piratininga, mas suas funções serão agora outras: não as de uma escola para índios, e sim para os filhos dos portugueses. Os poucos padres que permanecem na vila também terão outra função — não a de catequizadores de índios, mas a de párocos, de curas, de vigários numa povoação de cristãos.[35] São Paulo, a partir de agora, terá mais a cara de João Ramalho do que a de Anchieta ou Nóbrega. Não que a Ramalho, ele próprio, estivesse reservada influência maior. Em 1564, eleito vereador da vila, ele recusa o convite, alegando estar já velho. Morrerá em 1580. Mas, se não fez valer sua influência, pessoalmente, o espírito que representava, nas antípodas do que pretendiam os padres, será o vitorioso — o espírito dos mamelucos caçadores de índios e desbravadores dos sertões.

A ação de Nóbrega e Anchieta voltará agora a concentrar-se no litoral. De São Vicente, onde estão instalados, eles partiram em 1563 em missão de pacificação dos tamoios que, concentrados no Rio de Janeiro e no litoral norte do que é hoje o estado de São Paulo, ameaçavam descer em direção às vilas portuguesas da

capitania. Nessa empreitada, viverão as mais perigosas situações de suas vidas, perpetuadas numa das mais longas e circunstanciadas cartas de Anchieta. Os dois padres, além de negociadores, acabaram se submetendo à condição de reféns dos índios, na praia de Iperoígue, a meio caminho entre São Vicente e o Rio, no que viria a ser o município de Ubatuba — lugar onde os tamoios mantinham suas linhas avançadas. Um dia — este é um dos momentos dramáticos do relato de Anchieta — estão ambos andando pela praia, sozinhos, quando veem surgir no mar uma canoa repleta de índios hostis. Apertam então o passo, para se pôr a salvo. Logo começam a correr, ou a tentar correr, o que se revelou difícil para Nóbrega, "estando ele mui fraco de suas contínuas indisposições". No fim da praia, separando-a do monte que procuravam atingir, havia um córrego com água que dava pela cintura. Não havia tempo para Nóbrega descalçar as botas ou arriar as calças que usava, por baixo da batina, para proteger as machucaduras que tinha nas pernas. Anchieta resolve carregá-lo nas costas. Mas, no meio do rio, não aguenta, e o despeja na água. Ambos ensopados, com os perseguidores muito próximos, enfim transpõem o córrego, e escondem-se atrás de umas árvores. Nóbrega tira agora as botas, as calças e a batina. Assim que se sentiram mais seguros, puseram-se de novo a caminho, o padre mais velho só em camisa, com a roupa molhada às costas, e um bordão na mão. Mas não teriam conseguido chegar a seu destino se não encontrassem um índio que, à custa de apelos e promessas de pagamento, concordou em levar Nóbrega às costas. Tempos depois, chegando a Iperoígue um barco de São Vicente, abriu-se para os padres a oportunidade de deixar aquelas perigosas paragens e voltar à vila. Os índios não consentiram, no entanto, que partissem os dois. Um teria de ficar. Ficou Anchieta. Nóbrega relutou em deixar o outro sozinho, mas acabou aceitando — "e com isso se teve de embarcar", relata Anchieta, "despedindo-se de mim com muitas lágrimas".[36]

Talvez em nenhum outro relato apareçam os dois jesuítas tão próximos um do outro, atuando em dobradinha, molhando-se juntos no córrego, carregando nas costas um ao outro, chorando um pelo outro. Anchieta ficaria quatro meses em Iperoígue. Foi no período em que ficou lá sozinho que escreveu sua mais célebre composição, o poema em latim à Virgem Maria, rabiscado, segundo a tradição, na areia. A missão entre os tamoios teve êxito, se se considerar que eles foram demovidos da intenção de atacar São Vicente. Mas o episódio, como escreveu Nóbrega, foi apenas o preâmbulo de outra guerra — a que os portugueses fariam aos franceses do Rio de Janeiro e seus aliados nativos, aqueles mesmos tamoios. Nóbrega foi um dos principais conselheiros e incentivadores de Estácio de Sá,

sobrinho de Mem de Sá e comandante da luta contra os franceses, e acabou se tornando também peça importante na fundação da vila, fincada no morro do Castelo, que viria a ser o Rio de Janeiro. Teve Anchieta a seu lado, mais uma vez, nessa fase. E como não poderia deixar de ser, fundaram ambos um colégio jesuíta na nova povoação. Nóbrega morreu em 1570, no dia em que completou 53 anos — 18 de outubro —, no Rio de Janeiro, onde exercia as funções de diretor do colégio. Anchieta, por seu lado, foi diretor do colégio de São Vicente de 1567 até meados da década seguinte. Nesse período, perambulou mais pelo litoral, incluindo frequentes visitas a Itanhaém e Bertioga, do que subiu ao Planalto. Em 1577 vai à Bahia, onde seria nomeado provincial dos jesuítas no Brasil, e então praticamente se despede da história de São Paulo. Sua última missão seria no Espírito Santo, como diretor do colégio local. Morreu em Reritiba, hoje Anchieta, no litoral capixaba, no domingo, 9 de junho de 1597. O corpo foi colocado num caixão de madeira e transportado em cortejo até a Vila do Espírito Santo, 100 quilômetros ao norte. À frente vinha uma cruz. Atrás vinham os habitantes da aldeia, rezando e cantando. O caixão pousava nos ombros dos índios. “Não pesa, não pesa”, diziam. Anchieta tinha 63 anos, 44 dos quais vividos no Brasil.[37]

Figura 13



INCERTEZAS



VIII

Do Arraial Africano ao Vilarejo Hindu

São Paulo teve muros a cercá-la, em sua infância. O leitor sensível acolherá a informação com encantamento. Muros? Eis o tipo de equipamento urbano que emociona um brasileiro. Desperta a nostalgia do que não fomos, invoca a Idade Média que não tivemos. Vêm à lembrança as cidades italianas encarapitadas sobre o morro, com os muros a protegê-las como a concha em torno do caracol. Ou as cidades portuguesas, joias de outros tempos, que a uma curva da estrada vislumbram-se no horizonte: “Aqueles muros branquinhos... Chegamos a Óbidos.” As cidades eram como um ovo, no tempo em que os muros, como casca, as recobriam. Ainda viviam como que um período uterino. Por isso, costuma-se contemplá-las como ao bebê no berço. Que graça! Na realidade, a necessidade de muros aponta para situações nem sempre agradáveis. Eles são erguidos para a defesa contra o inimigo externo, em primeiro lugar — os salteadores, as tribos inimigas, os animais ferozes. Só existiam porque existiam múltiplos perigos, responsáveis por múltiplos medos. Quem se queixa, e não sem razão, da violência e dos perigos da moderna vida urbana tem onde se consolar se atina para o quão mais perigosa e violenta ela já foi. Em segundo lugar, os muros eram erguidos para controle da população. Aqui só entra e só sai quem o chefe ou os chefes quiserem. Nesse sentido, configura uma forma de opressão. Mas isso não é o que vem à mente, de imediato. Vistos de uma perspectiva de alguns séculos, os muros o que sugerem é o encanto de uma cidade na infância, a elegância ancestral de uma peça arquitetônica em desuso, a ordem que o fato de cercar e delimitar um espaço conferem ao espaço cercado, o aconchego de uma vida vivida na intimidade de uma casca.

O leitor já está suficientemente encantado? Que trate então de desencantar-se. Pois os muros de São Paulo careciam de qualquer tipo de graça, passavam longe de qualquer suposta elegância arquitetônica, não propiciavam nenhum tipo de ordem ao espaço sob sua guarda, nem transmitiam a noção de aconchego. A bem

da verdade, se em alguns trechos o muro podia ser chamado mesmo de muro, em outros era completado por fileiras de estacas, e em outros ainda por simples amontoados de entulho. A cintura de proteção assim formada, ao impulso do improviso, e ao ritmo do maior ou menor medo, conforme maior ou menor a ameaça do perigo, em especial os ataques dos índios, era completada por guaritas, aqui e ali, e portas cujas chaves ficavam sob a guarda de moradores de confiança.[1] Problema permanente, para os moradores, nos primeiros anos, foi a manutenção de tal cinta protetora. Ora por efeito da chuva, ora pelo desgaste natural, ora pela imprudência ou a irresponsabilidade de um morador, estava-se constantemente às voltas com claros que nela se abriam. Para algumas pessoas, ainda bem que havia os claros. Um morador queixou-se uma vez da reconstrução de um trecho do muro que, havia já quatro anos, estava destruído. Ora, isso lhe causaria grande incômodo, pois, sem aquele buraco, ele, a mulher e os escravos teriam de dar uma grande volta para chegar à roça onde, diariamente, trabalhavam. Por essa razão, pedia que o buraco fosse mantido.[2]

Este incidente, se é que merece o nome de incidente, é de 1575, e se nos chegou notícia dele é por este misto de milagre e de zelo de umas tantas pessoas que é o fato de se terem conservado, desde os primeiros exemplares, as atas que registram as atividades da Câmara de São Paulo. Por meio do sem-número de pequenos eventos, iniciativas públicas e privadas, conflitos, comportamentos e cacoetes registrados nessas atas, pode-se ter noção do que foram aqueles anos. A Câmara era o governo da vila, no Brasil colonial. Esqueça-se a estrutura de governo municipal que se conhece hoje. Esqueça-se a figura do prefeito. E esqueça-se, inclusive, a Câmara Municipal tal qual se apresenta em dias atuais. Se a atual Câmara, em alguns aspectos, é herdeira da outra, inclusive no nome e na qualidade de principal foro para a discussão dos problemas dos munícipes, por outro obedece a uma especialização, a de órgão do Poder Legislativo, que está longe de refletir a realidade do século XVI, e mesmo a do XVII ou do XVIII. Lembre-se que o período sobre o qual nos detemos é aquele que na França, e a partir da França, um pouco por todo o mundo europeu ou sob influência europeia, é conhecido como “Antigo Regime”. Vale dizer, o período em que as monarquias ainda podiam arrogar-se detentoras de mandato divino, em que os reis podiam deter poder absoluto, e em que, estando-se ainda longe da Revolução Francesa, marco divisor entre o Antigo Regime e o regime democrático tal qual o concebemos, ainda se situavam na estaca zero conceitos como os de direitos e garantias individuais ou o da separação dos poderes.

A Câmara da São Paulo colonial, supremo órgão de governo da vila,

enfeixava em si, como de resto era o caso das vilas sob o domínio português em geral, o conjunto dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Seus integrantes, nestes primeiros tempos, eram um juiz, dois vereadores e um procurador — mas engana-se, para começar, quem imagina que o juiz só julgava. Cabia-lhe executar a lei, o que compreendia não apenas fazê-la valer no caso de conflito entre particulares, mas também zelar para que fossem observadas as ordens emanadas da Coroa.[3] Nesse sentido, era também um chefe do Executivo. Aos vereadores, entre outras funções, cabia tomar a iniciativa na promoção de obras públicas, zelar pela manutenção das estradas e caminhos, e fiscalizar a arrecadação de impostos, e ao procurador, espécie de elo entre a população e o poder público, levantar as necessidades da vila e encaminhá-las à Câmara. Advirta-se que a administração, nos tempos coloniais, era confusa, e as competências incertas. O que parece claro num texto torna-se obscuro em outro. O que ressalta de um episódio será desmentido pelo seguinte. O que se fez aqui é uma descrição aproximativa, e não poderia ser de outra forma. “É que a administração colonial nada ou muito pouco apresenta daquela uniformidade e simetria que estamos hoje habituados a ver nas administrações contemporâneas”, escreve o autor de um clássico da historiografia brasileira. “Isto é, funções bem-discriminadas, competências bem-definidas, disposição ordenada segundo um princípio uniforme de hierarquia e simetria dos diferentes órgãos administrativos.” O mesmo autor acrescenta que, caso se percorra a legislação administrativa da Coroa, o que se encontrará é “um amontoado que nos parecerá inteiramente desconexo, de determinações particulares e casuísticas, de regras que se acrescentam umas às outras sem obedecerem a plano algum de conjunto”.[4]

Juiz, vereadores e procurador eram escolhidos por meio de eleições. Isso não quer dizer que, à moda moderna, bastava votar, apurar o nome do vencedor, anunciá-lo e dar-lhe posse. Tal procedimento seria demasiado direto e claro para uma época afeita às vias tortuosas e às fórmulas misteriosas, quanto mais cheias de mistérios estas, e tortuosidades aquelas, melhor. As eleições se realizavam a cada três anos e, num primeiro passo, os eleitores elegiam não os eleitos — mas os eleitores. Explica-se. Elegia-se um seleto grupo de seis senhores que, constituídos num colégio eleitoral, para usar expressão que, embora não seja da época, facilita a compreensão do processo, teriam, estes sim, a incumbência de escolher os ocupantes dos cargos em jogo. Tal grupo de seis integrantes, uma vez eleito, dividia-se em três subgrupos de dois integrantes, e cada um deles partia então para a eleição definitiva. Por que dividir-se em três? Porque, embora as

votações fossem realizadas de três em três anos, os mandatos eram de apenas um. Cabia a cada um dos três subgrupos escolher os integrantes da Câmara de um dos três anos seguintes. Pronto? Tudo resolvido, quando se chegava a esse ponto? Ainda não. Não se atingiu ainda grau suficiente de tortuosidade e, principalmente, de mistério. Para tal, falta entrar em cena o pelouro, este ingrediente tão marcante, e tão intrigante, da vida política da colônia. Antes de explicar o que vem a ser o pelouro, entenda-se que o resultado da eleição não podia ser anunciado de imediato. Devia ser mantido em segredo. Feita a votação, entre os seis privilegiados membros do colégio eleitoral, os nomes dos eleitos eram escritos em pequenas tiras de papel e guardados dentro de pequenas bolas de cera, que, por sua vez, seriam enfiadas num saco e guardadas num cofre. As bolas de cera eram os famosos pelouros, assim chamadas porque as bolas se assemelhavam às balas das primitivas peças de artilharia, conhecidas por esse mesmo nome de “pelouros”. O cofre dentro do qual se encerravam os pelouros tinha três fechaduras, consequentemente três chaves, e precisava-se do concurso das três para que fosse aberto. Cada chave ficava com um dos vereadores da Câmara, cujo mandato estava chegando ao fim, e ai dele se a cedesse a outra pessoa. A pena, para essa transgressão, era de um ano de degredo da vila e multa de quatro mil-réis.[5]

Tudo isso estava minuciosamente prescrito no capítulo referente ao processo eleitoral das Ordenações do Reino, o conjunto de leis que regulava a vida em Portugal. Ao fim do ano, geralmente fins de novembro ou começo de dezembro, o povo era convocado a assistir, em determinado sábado — era sempre num sábado —, à cerimônia de abertura dos pelouros. Suspense. Comoção. Iam-se conhecer os nomes que integrariam a Câmara no ano seguinte. Abria-se solenemente o cofre. Retiravam-se então os pelouros... e atenção para mais tortuosidade e mais mistério. O saco que continha os pelouros tinha três repartições. Uma correspondia ao cargo de juiz, outra, de vereador, e a terceira, de procurador. Uma criança seria incumbida de sorteá-los. Ou, para citar o texto das Ordenações, “um moço de idade até sete anos meterá a mão em cada repartimento e revolverá bem os pelouros, e tirará um de cada repartimento, e os que saírem nos pelouros serão os oficiais desse ano, e não outros”. Isso quer dizer, se ainda não está claro, que da repartição referente a “juízes” se retirava um pelouro, da referente a “vereadores” outro e da “procuradores” o terceiro. No caso dos vereadores, como eram dois, na tira de papel dentro do pelouro estavam escritos dois nomes. Pronto. Demorou, mas está concluído o processo. Os novos integrantes da Câmara, chamados oficiais, exercerão seu mandato entre 1º de

janeiro e 31 de dezembro.[6]

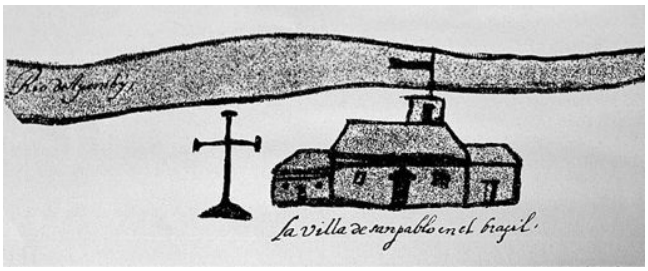
Quem eram os votantes? Os pesquisadores divergem, neste ponto. Para uns, na eleição de primeiro grau, ou seja, naquele primeiro momento, em que ainda se ia eleger o colégio eleitoral, votava a massa de povo. Por massa de povo não se entenda, claro, índio, nem escravo. Mas entenda-se a classe de pessoas chamada de “gente mecânica”, ou “oficiais mecânicos”, qual seja — os artesãos e empregados subalternos marcados pelo estigma aviltante de trabalhar nas mãos. Para outros, desde esse primeiro momento só votavam os “homens bons”, e com esses “homens bons” somos introduzidos a um conceito-chave destes brasis lusitanos, contido numa expressão a um tempo ingênua e maliciosa, ingênua na singeleza com que transfere para o território da vida pública um atributo de uso familiar, ou religioso, como a bondade, e maliciosa pelo fato de mascarar com a prática do bem o motivo da preeminência de certos atores sociais sobre outros. Para tentar entender quem era “homem bom”, comecemos por eliminar quem não era. Não era “homem bom”, em primeiro lugar, índio, negro, judeu, ou quem quer que possuísse sinal de, como se dizia então, “sangue infecto”. Em segundo lugar, não era homem bom quem trabalhasse com as mãos. Sobrava o quê? Os proprietários, os funcionários. O comerciante que carregava pesos ou que cortava peças de tecido trabalhava com as mãos e, portanto, não era homem bom. Mas o que, já suficientemente rico, apenas comandava o trabalho dos subalternos podia ser. O conjunto dos homens bons constituía a nobreza dos diferentes municípios, mas não se entenda “nobreza”, aqui, como um estrato social caracterizado pela antiguidade das famílias, pelos títulos recebidos da Coroa ou por algum tipo de proximidade com a Corte. Tratava-se, antes, de pessoas que conseguiam manter um estilo de vida característico dos nobres — o que incluía ter serviçais, saber montar e exibir certa distinção nas maneiras. Fosse o primeiro grau das eleições exclusivo ou não dos homens bons, o segundo era. Ou seja, aqueles seis personagens escolhidos para funcionar como um colégio eleitoral, estes tinham de ser homens bons. E, evidentemente, homens bons deveriam ser também os nomes finalmente eleitos para integrar a Câmara.[7] A direção do município era privilégio deles, e com isso chegamos à vantagem mais concreta de ser um homem bom, mas é preciso considerar que isso tudo é muito teórico, de acordo demais com os regulamentos, para não apresentar falhas e exceções. Já vimos que João Ramalho desempenhou cargo oficial em Santo André e inclusive foi eleito — mas não aceitou exercer o cargo — vereador em São Paulo, ele cujos modos e estilo de vida estavam longe de poder ser caracterizados como nobres.

A Câmara de São Paulo submetia-se, em tese, e vale frisar o *em tese* porque sua vocação de autonomismo bem cedo se afirmará contra os poderes situados fora dos limites municipais, ao capitão-mor, representante do donatário e, nessa qualidade, principal autoridade da capitania. O capitão-mor, que com alguma boa vontade — ou muita — pode ser comparado a um governador de estado, ficava na capital da capitania, vale dizer, em São Vicente. E acima dele, ainda em tese, porque isso de competências bem-definidas e estritos âmbitos hierárquicos, como vimos, nunca pode ser levado muito a sério, situava-se o governador-geral, representante máximo de El-Rei nesta banda do oceano, com assento na Bahia. Para se ter ideia de como se confundiam as competências, e como as novas leis, ou novas instituições, em vez de revogarem as antigas, se soprepunham a elas, mesmo quando as contradiziam, lembre-se que a instituição do governo-geral, criada em tese para unificar a administração da colônia e reforçar o poder da Coroa, não revogou a instituição da capitania hereditária, antes conviveu com ela, ainda que mal e mal.

A Câmara reunia-se, em regra, duas vezes por semana, para isso contornando dificuldades várias, inclusive a ausência de uma boa sede. Para ser mais preciso, em grande parte do tempo houve completa ausência de sede, realizando-se as reuniões ora na casa de um de seus membros, ora na de outro. Há notícia, mesmo, de reuniões realizadas ao ar livre. Em meados da década de 1570 empreendeu-se a construção de um prédio para a Câmara, mas, em vez de com isso resolver-se o problema, ganhou-se outro. A construção, de responsabilidade de Álvaro Anes, "o patriarca dos empreiteiros de São Paulo", como escreveu um autor, resultou tão malfeita que chovia dentro dela.[8] De resto, construções precárias eram a regra. A casa dos jesuítas, primeiro edifício da cidade, modesta como era, mesmo depois de ampliada sob a batuta do padre-arquiteto Afonso Brás, devia no entanto soar suntuosa em comparação com as casas de moradia que se iam edificando nas proximidades, sempre de taipa e cobertas de sapé. A taipa, ou parede de barro, foi o sistema de construção por excelência, em São Paulo, e não apenas nos primeiros anos, em contraste com o Rio de Janeiro, Salvador ou Recife, onde a existência de pedras na região, ou a facilidade de importá-las de Portugal, desde cedo propiciou o levantamento de edificações mais sólidas.[9] Com certeza muitas das casas dos moradores primitivos — aquela leva transferida da antiga Santo André da Borda do Campo — aproveitavam o que podia ser aproveitado das casas abandonadas pelos índios. Igualmente, os primeiros traços de arruamento da vila terão acompanhado o arruamento dos padres, se é que se podia distinguir casa de rua, e rua de mato, nesses tempos

iniciais, tudo confundido no mesmo espaço sem vestígio de planejamento, as rudes construções brotando ao arbítrio dos moradores, os quintais avançando sobre os logradouros públicos, a sujeira acumulando-se um pouco por toda parte e os animais, porcos e vacas sobretudo, fazendo companhia aos transeuntes. Tudo somado, a São Paulo dos vinte ou trinta primeiros anos tinha o aspecto, segundo um de seus melhores historiadores, Ernani Silva Bruno, “de aldeia de bugre, ou de arraial africano”.[10]

Figura 14



A primeira iconografia de São Paulo, La Villa de San Pablo, de Luis Céspedes Xeria (1628).

Esboçado o cenário, tratemos de lhe pôr gente dentro. Que tipo de pessoas habitava a São Paulo dos primeiros anos? A matéria é controversa. Houve cronistas que insistiram em povoar São Paulo de nobres. Alguns, como já vimos, identificaram no próprio séquito de Martim Afonso uma corte ambulante, gente finíssima, que — mais surpreendente ainda — decidiu ficar. Ficar para fazer o quê, neste fim de mundo, de ambiente tão hostil quanto de oportunidades escassas, eis um mistério. É certo que havia a intuição, ou a ilusão, de que o Planalto Paulista, entre todos os territórios portugueses desta banda do Atlântico, seria a plataforma ideal para tirar alguma lasca do ouro do Peru, ou para a descoberta de outros Perus. Mas esta vaga promessa não seria motivo para atrair uma corrida de nobres. Se fosse o caso de mudar para o Brasil, aposta mais segura eram as cidades litorâneas do Nordeste, onde o cultivo da cana-de-açúcar começava a proporcionar um engate com o comércio internacional. Na Bahia e em Pernambuco já corria algum dinheiro, as estruturas administrativas deslanchavam a ponto de justificar o deslocamento, para essas praças, de funcionários de maior graduação, e a vida podia ser usufruída num ambiente que, comparado com o de São Paulo, não é absurdo definir como confortável. Na aldeia entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, situada no limite do sertão ignoto, e com frequência assediada por hordas de índios inimigos, as tônicas eram a pobreza e o isolamento. Um autor calculou que tinha, no final do século XVI, 1.500 habitantes e 190 casas.[11]

Dos habitantes dos primeiros anos, não poucos ostentavam fichas criminais.

Antônio de Proença, natural de Belmonte, região central de Portugal, veio dar com os costados no Planalto Paulista para fugir à condenação que sobre ele pesava, na terra natal, por ter raptado uma freira.[12] Outro, Filipe de Campos, teve inviabilizada sua permanência em Portugal depois que, por uma "extravagância de estudante", como diz o cronista, acabou ocasionando uma morte, ao tempo em que frequentava a universidade, em Coimbra.[13] Um terceiro conhecido habitante das primeiras décadas, Frutuoso da Costa, recebeu em Portugal, não se sabe por que crime, a pena de degredo no Espírito Santo, de onde escapuliu para São Paulo.[14] Os três encetaram de modo diverso a nova vida e tiveram sorte diversa. Antônio de Proença e Filipe de Campos viraram "homens bons". Ocuparam cargos na Câmara e amealharam razoável fortuna. Frutuoso da Costa começou bem — foi nomeado notário pela Câmara, em 1573 —, mas não tardou que se envolvesse em escândalos, o menor dos quais foi se apossar de uma casa que não lhe pertencia. Mais ilustrativo de seu caráter foi o episódio ocorrido quando a Câmara pôs-se à procura de algum tipo de compartimento fechado para guardar seus papéis e outros pertences. Frutuoso da Costa tinha uma arca, "boa e nova", reportam as atas, ideal para guardar "papéis, pesos e medidas e outras cousas" e dispôs-se a vendê-la, por 500 réis. Negócio fechado, não tardaram os membros da Câmara a perceber que faltava algo de essencial no objeto arrematado: a fechadura. O espertalhão Frutuoso da Costa fez-se de desentendido. Mas como? Os ilustres responsáveis pela administração municipal queriam não apenas a arca, mas também a fechadura? Pensava que eles só queriam a arca, por isso tirou-lhe a fechadura. Seguiram-se tentativas de encontrar uma fechadura, em algum lugar, mas não havia fechaduras na vila — só a que Frutuoso arrancara da arca. Não houve remédio senão iniciar outra negociação. Por mais 600 réis, a Câmara comprou-lhe também a fechadura.[15] Este era um degredado que, fosse qual fosse o crime que o expelira da metrópole, não se emendava. Em 1579, a Câmara abriu processo contra ele, com base na antiga pena de degredo. A notícia seguinte — e última — que se tem do personagem é algo que acabaria por constar no processo de canonização de Anchieta. Consta que, cruzando com o jesuíta, na aldeia de São Miguel, na véspera de uma viagem para o litoral, este o advertiu de que, naquela noite, não dormisse em casa. Frutuoso da Costa teria caçoado da advertência. Naquela noite, foi atacado por inimigos, em casa, e morto. O aviso de Anchieta seria sinal de que o jesuíta possuía dons sobrenaturais, que lhe permitiam prever o futuro.[16]

Caso se queira exemplo de mulher dos primeiros anos, tome-se o de Messia Fernandes, vulgarmente chamada de "Messiaçu", ou Messia Grande, no idioma

dos índios. Messiaçu, neta de Antônio Rodrigues, aquele primitivo morador de São Vicente, companheiro de João Ramalho, que já foi alvo de nossa atenção, e de uma índia filha do cacique Piquerobi, casou-se com Salvador Pires e desse casamento origina-se uma prole de Pires da qual ainda se falará muito, nesta história. Degredados como Proença e Frutuoso da Costa de um lado, Messiaçu como mulher de sangue índio entre as tantas que supriam a falta de mulheres do reino, de outro: eis alguns exemplares que, sem esgotarem o elenco, seriam típicos da população primitiva de São Paulo. Para se ter ideia de quanto o território brasileiro serviu para o despejo de indesejáveis, registre-se que as Ordenações do Reino designavam o Brasil como destino em 87 dos 256 casos em que a pena prevista era de degredo.[17] A população de São Paulo, cevada pelo cruzamento dos degredados, quando não dos náufragos, ou descendentes dos náufragos, com as matronas indígenas, vivia uma vida mais do que humilde de pequenas roças e pequenos expedientes, e tão alheada do resto do mundo que escapou ao registro da Câmara o mais crucial acontecimento do mundo português, na segunda metade do século XVI: a perda da soberania para a Espanha, em 1580. O rei era agora o espanhol Filipe II, na sequência do colapso dinástico ocorrido em Portugal com a morte de D. Sebastião, na África, e, logo depois, de seu tio o cardeal D. Henrique, ambos sem deixar descendentes — mas que interessava isso à simplória Câmara paulistana? “Avis, Bragança, Habsburgo ou o filho da Pelicana, para ela qualquer deles era El-Rei Nosso Senhor”, escreveu o historiador Afonso d’Escragnolle Taunay.[18] O único vestígio do mundo exterior nas atas da Câmara, nesses anos, é a adoção em São Paulo do calendário gregoriano, introduzido na Europa, por iniciativa do papa Gregório XIII, em 1582. Mesmo assim, a ata — redigida, como sempre, em linguagem trôpega, reveladora de uma alfabetização claudicante — erra na numeração do santo padre, chamando-o de Gregório III.[19]

O primeiro crime ocorrido em São Paulo, ou, por outra, o primeiro crime célebre, dos que mobilizam a opinião e ficam registrados para a posteridade, teve por cenário as bandas ermas do Guaré. O Guaré, às vezes grafado Guarepe, ou Garé, era um lugar situado além da colina, lá para o norte, onde em certa época se costumava banhar o gado, tornado conhecido e frequentado depois que ali se implantou uma pequena ermida, dedicada a Nossa Senhora da Luz. Sim, o Guaré — os paulistanos de hoje já se dão conta — é o nome antigo do Bairro da Luz. Deve-se a ermida ali edificada a Domingos Luís, por alcunha “o Carvoeiro”, em

referência à localidade de onde provinha, em Portugal — a aldeia Marinhota, pertencente à freguesia de Santa Maria da Carvoeira. Povoador de destaque da São Paulo primitiva, e patriarca de muitas antigas famílias paulistas, Domingos Luís cumpriu vários mandatos como membro da Câmara, tinha propriedades na vila, bom número de escravos e fazenda. De início, tem-se notícia de uma fazenda sua na região do Ipiranga. Foi lá que fundou, junto com a mulher, a mameluca Ana Camacho, ela outro exemplo de primitiva mulher paulista, descendente que era de João Ramalho, uma primeira capelinha com devoção a Nossa Senhora da Luz. Depois, trocou a fazenda do Ipiranga por uma no Guaré, e para lá levou a capela, ou ermida, denominação que melhor convém a um santuário plantado em zona como aquela, distante e isolada.[20] Não se tem o ano preciso em que foi fundada a ermida da Luz. Certo é que, em novembro de 1583, ela ali já estava instalada.

Nesse novembro de 1583 estavam hospedados, talvez na própria ermida, talvez numa construção anexa, três frades espanhóis, entre os quais um conhecido como irmão Diego. Os três eram integrantes, como prestadores de serviços religiosos, da esquadra do compatriota Flores de Valdes, que antes de voltar à Espanha, depois de missão no rio da Prata, se permitira longa escala, de cerca de dois anos, em São Vicente. O irmão Diego, filiado à Ordem de São Francisco, aproveitava para conhecer a região, talvez lhe fosse mesmo concedida a graça de converter alguns índios, e então ei-lo na vila de serra acima. Mendicante que era, vivia do que conseguia nos lugares onde se instalava. Uma vez, caminhando pelo Guaré, deparou com um soldado coxo, espanhol como ele — lembre-se que, nessa época, as coroas de Portugal e Espanha estavam unidas, o que fez aumentar a circulação de espanhóis pelas possessões portuguesas. Irmão Diego fez o que costumava fazer, com quem cruzasse pelos caminhos: pediu-lhe uma esmola. O soldado, porém, não era dos que se comovem com um *poverello* franciscano, de batina surrada e pés empoeirados sob a sandália rota. Atacou o religioso com xingamentos. Diante da surpresa do outro, redobrou a dose, repelindo-o com blasfêmias. Tratava-se, o tal soldado coxo, de um "blasfemo ministro do inferno, perjuro à lei de Cristo e público difamador do estado eclesiástico", para repetir as palavras de frei Jaboatão, um franciscano como o irmão Diego, e autor de uma das primeiras crônicas da história do Brasil. Irmão Diego, "com palavras humildes mas profundas", segundo ainda Jaboatão, admoestou-o, mas só conseguiu irritar ainda mais o soldado. Ambos acabaram se afastando, mas o pior ainda estava por vir. No dia seguinte, quando o irmão Diego voltava à ermida, depois de mais uma peregrinação pelos arredores, topou

de novo, à beira de um regato, com o maldito soldado. Seguiu-se nova sessão de xingamentos e blasfêmias. O frade, é sempre Jaboatão quem conta, pôs-se de joelhos e, com as mãos levantadas, pediu perdão. Não adiantou. O soldado, enlouquecido de raiva, ou talvez enlouquecido de loucura mesmo, acabou por matá-lo, com "repetidos golpes e mortais feridas". O irmão Diego foi enterrado sob revolta geral, e com acompanhamento da vila em peso, na igreja do Colégio dos Jesuítas. Poucos dias depois, correu a notícia de que uma senhora, enferma de doença muito grave, ao sentar-se no túmulo do religioso, curou-se.[21] O episódio ensina que, se podia acontecer de alguém se mostrar tão bruto, ou tão louco, que viesse a matar um padre, num tempo em que o temor a Deus era absoluto, e quem falasse em Deus falava em Igreja Católica, e quem falava em Igreja Católica falava em padres, era infalível que, em resposta, os altos poderes ofendidos responderiam com a arma mais poderosa em seu arsenal: o milagre.

Não bastasse a comoção, o crime suscitava questão de ordem prática. Onde trancafiar o criminoso, se a vila não possuía cadeia? Um apelo para que tal situação fosse remediada foi lançado pela Câmara ao governador da capitania, o capitão-mor Jerônimo Leitão, junto com a notícia do ocorrido. O problema, na verdade, já se arrastava havia alguns anos. Nos tempos coloniais, a cadeia costumava ser alojada no mesmo edifício da Câmara, nas diversas vilas e cidades. Em regra tratava-se de um sobrado, em que a Câmara ficava em cima e a cadeia embaixo. Ora, São Paulo, como vimos, enfrentou problemas continuados, na busca de uma sede para a Câmara. Vale dizer que teve problemas também com a cadeia. O precário prédio que, na década de 1570, foi erguido para abrigar ambas as instituições ou servia a uma ou a outra. Em janeiro de 1579, a Câmara teve de se reunir na residência de um dos vereadores, porque a casa da Câmara, sendo "toda uma", como dizia a ata — ou seja, sem divisão de espaços —, estava ocupada por um preso. No mesmo ano, havia criminosos impunes vagando pela vila, por falta de onde trancafiá-los — casos de um Domingos Roiz, acusado de furto, de uma "negra", que a ata não se digna nomear nem especificar-lhe o delito, e do "filho de Pedro de Sousa, que disparou o arcabuz contra o filho de João Fernandes".[22] Não só prédio faltava — faltava também carcereiro. E também faltavam corrente, grilhões, cadeado. Caso se impusesse a necessidade de prender alguém, queixava-se Antônio Bicudo, então no posto de juiz, não havia carcereiro a quem entregá-lo, "nem ferros que lhe botar, nem chaves para fechar as portas". Uma cadeia apropriada, São Paulo só teria muitos anos mais tarde. Mas corrente e cadeado de alguma forma arrumou, pois acorrentar o criminoso, ou suspeito, ao tronco — o famoso tronco de

impedir os movimentos e infligir castigos dos tempos coloniais — foi a solução, durante longo período.

Não se tem notícia da sorte do assassino do irmão Diego. Mas o fato é que havia à disposição das autoridades recurso muito menos trabalhoso e muito mais expedito do que o cárcere, para tais casos: a forca. Podia-se, por decisão do juiz da vila, uma vez ouvido o capitão-mor da capitania, mandar desta para melhor, sem maiores cerimônias, escravos, negros, índios, mulatos e bastardos.[23] O processo contra gente mais graúda tinha de ser despachado para a Bahia, ou talvez mesmo para Lisboa. O problema com a forca, durante as primeiras décadas, foi mantê-la de pé. Erguiam-na e era derrubada, erguiam-na de novo e era de novo derrubada. Os que, às escondidas, punham-na no chão talvez o fizessem pela repugnância em ter perto de casa um objeto cuja visão era tão desagradável. Ou talvez fossem pessoas diretamente interessadas em não haver na vila uma forca por se reconhecerem como candidatos a acabar nela. Da área central da vila a forca foi despachada para lugares mais distantes, cada vez mais — para a margem do Tamanduateí primeiro, depois para a elevação conhecida como "o outeiro da Tabatinguera", depois para um lugar descrito como "no caminho do Ibirapuera".[24]

Estamos nos aproximando do fim do século XVI, época que traz como novidade a chegada de outras ordens religiosas, que não os jesuítas, a São Paulo, e a construção das respectivas igrejas e conventos. A Ordem do Carmo, capitaneada pelo frei Antônio de São Paulo Pinheiro, que, com um punhado de companheiros, já se instalara em Santos, foi a primeira a chegar. Data de 1592 a autorização para edificar seu convento e igreja, e em 1594, a construção estava pronta.[25] Em 1598, foi a vez do mosteiro de São Bento. Fundou-o o frei Mauro Teixeira, que viera da Bahia, incumbido da missão por seu provincial. Décadas adiante, em 1640, completa-se o tripé das ordens que tanta influência tiveram, e não só religiosa, na vida de São Paulo, com a chegada dos franciscanos. Não que fossem muito numerosos, os religiosos que deram início às atividades de suas respectivas ordens. Eram grupos pequenos, de quatro ou cinco. Tampouco as edificações que primeiro ergueram foram de monta. Ao contrário, eram sempre rudes construções de taipa, como a dos jesuítas, e carentes de ornamentações. As igrejas de São Paulo nada tinham a ver com as da Bahia, beneficiadas pelas exigências de um lugar que, afinal das contas, por mais inculto que fosse, era a capital da América portuguesa. Ou as de Olinda, bafejada pela sorte de ser a capital da mais rica das capitanias. Longe disso, as igrejas de São Paulo, plantadas numa perdida e acanhada vila do interior, eram tão pobres, e

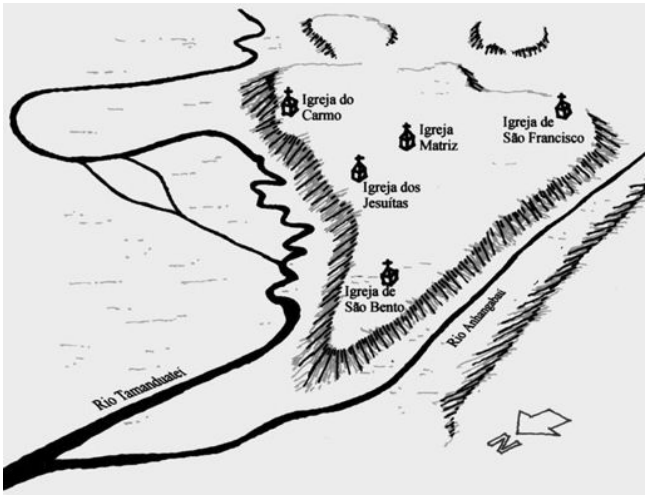
construídas de forma tão precária, que nenhuma das edificações primitivas sobreviveu. Mesmo assim, têm importância decisiva no desenho de São Paulo — tanto da vila quanto da cidade que a sucedeu.

Atente-se, para começar, pelos pontos que passaram a ocupar. São Bento foi edificado “na parte mais aprazível de toda a cidade”, inclinado sobre o ponto em que se encontram, lá embaixo, os rios Tamanduateí e Anhangabaú, segundo a descrição do anônimo autor oitocentista de uma história da ordem beneditina em São Paulo.[26] São Francisco de início instalou-se no espaço que viria a ser a praça do Patriarca. Pouco depois mudou-se para mais adiante, no futuro largo de São Francisco.[27] O Carmo fixou-se na borda sudeste da colina, ali onde um dia se situariam a praça Clóvis Bevilacqua e o começo da avenida Rangel Pestana. Ou seja: cada um dos três conventos ficava numa extremidade do triângulo aproximado em que consistia a colina sobre a qual se assentava a vila. Desde logo, estavam destinados a transformar-se em cruciais pontos de referência, mais do que, normalmente, as igrejas costumam ser. Eles como que enfeixavam a vila, como que a prendiam e delimitavam entre as linhas retas que ligavam um convento ao outro. A ideia de triângulo, já presente na natureza, pela forma com que dotou a colina, agora era graficamente reforçada, pela disposição dos três conventos.

Para completar o quadro das igrejas surgidas no período, falta mencionar uma quarta, plantada no miolo do triângulo, e esta é justamente aquela que, em qualquer povoado, é a de maior gradação hierárquica, a generala das igrejas, se assim se pode dizer — a matriz. O largo da Matriz, antecessor da praça da Sé, ficava na praça da Sé de hoje, mas ocupando apenas um pequeno trecho da grande praça atual. De resto, as praças da época, ou “largos”, como eram chamadas, ou então “terreiros”, ou “pátios”, não passavam de cruzamentos um pouco mais amplos, e sempre situados em frente a uma igreja. A primeira referência que se tem, nas atas da Câmara, ao projeto de dotar a vila com uma igreja matriz data de 1588. Dez anos e várias discussões depois, decidiu-se enfim passar à ação, e a Câmara firmou contrato com dois empreiteiros, um deles nosso conhecido Domingos Luís, o Carvoeiro, para a construção do edifício, em taipa de pilão.[28] Sobrevieram dificuldades que emperraram a obra pelos 14 anos seguintes. Ela só seria concluída em 1612, segundo certos autores, ou ainda mais tarde, segundo outros.[29] Por mais precárias que fossem, as igrejas iam dando à vila uma nova fisionomia. De importância econômica muito secundária, e não sendo capital nem da capitania, São Paulo carecia de edifícios públicos. Tudo o que havia nesse sentido era uma Câmara caindo aos pedaços, onde não cabiam

os vereadores e um preso ao mesmo tempo, e onde chovia dentro. À falta de uma arquitetura civil pública, a religiosa adquiria dupla importância. As torres das igrejas, ainda que modestas, conferiam outro perfil à vila. São Paulo já não teria o aspecto de aldeia de bugre ou arraial africano. O mesmo autor que assim a qualificou agora já a promovia a outro patamar. Com suas ruas estreitas, seus conventos e seus habitantes mamelucos, de pele acinzentada, daria a impressão, a um visitante da Europa, ou mesmo a quem chegasse de uma vila do litoral brasileiro, de "uma pequena localidade hindu, edificada no alto das montanhas".[30] Por muito tempo ainda, esse seria o aspecto da povoação.

Figura 15



A colina histórica e as primeiras construções religiosas.

Dormia-se cedo, nessa São Paulo. Às oito horas, no inverno, e às nove, no verão, soava o sino da igreja do Colégio, e ficava soando pela meia hora seguinte. Era o aviso do toque de recolher. Depois do toque do sino, a Câmara estabelecera que "ninguém se estenderá de um vizinho a outro, e fronteiro". Já antes disso, ficava proibido, uma vez caída a noite, que se andasse com tochas acesas pela rua. "Negro nem branco traga de noite fogo pela vila, com pena de cem réis", legislara a Câmara, e diga-se de passagem que por "negro" o que se queria dizer era índio. Quem não era branco era "negro", não importa o tipo ou a cor da pele. A proibição das tochas consistia numa precaução tanto contra incêndios, num lugarejo onde as casas cobriam-se de sapé, quanto contra sinais que pudessem facilitar o ataque sorrateiro dos inimigos. Talvez perdurasse um foguinho ou outro, dentro das casas, alimentado por vela ou candeeiro de azeite, mas a regra era a treva, o sono e o silêncio.[31] Para recriar na imaginação a vida de São Paulo nos primeiros anos é preciso incluir a escuridão, profunda e

primitiva, de suas noites. Acrescente-se o silêncio. Talvez seja recomendável adicionar um pouco de tristeza. Era um burgo solitário, o mais solitário de todos.



IX

A Vez do Gibão Acolchoado

Já não faltavam igrejas, mas faltavam muitas outras coisas, na vila. Para citar apenas uma, faltavam camas, segundo nos informa uma ocorrência de 1620, registrada nas atas. Nesse ano, São Paulo receberia a visita do ouvidor-geral da Repartição do Sul, Amâncio Rebelo Coelho. Explique-se antes de mais nada que Repartição do Sul, mais uma das divisões administrativas para se chocar e confundir com as outras, era uma espécie de subgoverno geral, com sede no Rio de Janeiro, e jurisdição sobre as três capitanias meridionais, a saber: São Paulo, Espírito Santo e o próprio Rio de Janeiro. O ouvidor-geral, máxima autoridade judiciária no território de sua competência, era cargo de confiança do governador-geral e, portanto, em última análise, da Coroa. Cabia-lhe, entre outras funções, visitar de tempos em tempos as diferentes vilas sob sua jurisdição, no papel de corregedor da Justiça.[1] Era, portanto, uma alta autoridade, e sendo assim, Rebelo Coelho, o ouvidor em questão, merecia descansar o augusto corpo, durante a estada na vila, numa cama condigna. Onde achar cama, porém, numa vila em que, quando não era num catre, ou simplesmente no chão, o máximo que se conseguia, por influência da indiada, e especialmente das mamães índias, era dormir em redes, as “redes de carijós”, como se dizia então? Permita-se uma digressão para registrar neste passo um dos paradoxos com que se depara ao percorrer a história de São Paulo. Aquela que viria a ser considerada a mais europeia das cidades brasileiras, na primeira metade do século XX, e a mais cosmopolita, na segunda, foi, nos primeiros tempos, a mais brasileira de todas. As cidades do litoral surgiam à imitação das portuguesas. Copiavam-lhes o traçado urbano, a arquitetura e o ambiente geral, e a população, pelo menos a população de elite, dona do poder político e econômico, seguia os hábitos importados da Europa. São Paulo era mais brasileira quando se entende por brasileiro algo diferente do português, um produto novo e híbrido, surgido ao impacto do encontro do europeu com o índio, do trigo com a mandioca, da arma

de fogo com o arco e flecha, ainda que, nesse enlace, uma das partes já estivesse escalada a priori para perder, e outra para ganhar, uma para sofrer, outra para gozar. Não apenas se dormia em redes, na vila primitiva.[2] Também se morava em casas que, em grande parte dos casos, não eram mais do que adaptações da oca indígena. Comia-se comida de índio, usavam-se armas de índios e até se falava, tanto quanto o português, ou talvez até mais, a língua geral dos índios. A rede de dormir, ou "rede de carijó", como às vezes era chamada, tão implantada estava nos hábitos da população, que só seria definitivamente suplantada pela cama no século XIX.[3] O tupi no qual se comunicavam índios e mamelucos, e que prevalecia mesmo em certas famílias da elite, por influência da mamãe índia ou descendente de índio, só desapareceria da vila, suplantado pelo português, em princípios do século XVIII.[4]

A procura de uma cama resultou na conclusão de que a única existente na vila, em condições condizentes com a qualidade da autoridade que estava por chegar, era a do morador Gonçalo Pires, ativo empreendedor, dublê de carpinteiro e construtor — mas quem disse que Gonçalo Pires queria emprestar a cama? E ele, que estava acostumado a esse conforto, como ia dormir? Por mais que insistissem, o proprietário da cama recusava-se a abrir mão dela. A Câmara invocou o direito de, em nome do rei, requisitar de um súdito o bem considerado de utilidade pública. Gonçalo Pires continuou em sua negativa. Até que, já que não ia por bem, as autoridades municipais decidiram agir pela força e enviaram, chefiada pelo procurador Francisco Jorge, uma força-tarefa à casa do renitente morador, com a missão de sequestrar-lhe o precioso móvel. Não só lhe arrancaram a cama, como também colchão, travesseiro, cobertor e lençol, tudo levado no lombo de transportadores índios. O ouvidor teve então onde bem repousar os ossos, sem dúvida doídos, depois desse equivalente à sobrevivência a um massacre que era a subida da serra do Mar, mas a querela entre a Câmara e Gonçalo Pires estava longe de acabar. Concluída a visita do ouvidor, e decidindo a Câmara devolver-lhe a cama, Gonçalo Pires recusou-se a recebê-la. Embirrou, agora, conforme consta das atas, em que "lha dessem como a tomaram". Alegava que não mais apresentava o perfeito estado de antes. Peritos foram nomeados para avaliar se a reclamação procedia. A conclusão foi de que apenas o lençol apresentava-se sujo. Que fosse lavado. E que se acrescentasse o pagamento de um aluguel, a justo preço, pelo uso do móvel. A questão, assim, estaria resolvida em boa forma de justiça. Não adiantou. Gonçalo Pires resistia. A Câmara tentou, uma e duas vezes, notificá-lo das conclusões da peritagem, mas não o encontrou em casa. Escondia-se, "só a fim de lhe não fazer a dita

notificação e por se não entregar da dita cama, perdido em sua malícia e interesse". Talvez vislumbrasse a possibilidade de arrancar alguma pequena fortuna do erário municipal. O certo é que sua ação, por perdas e danos, arrastou-se ainda por sete anos. Infelizmente, não se conhece seu desfecho.[5]

Ah, aquela gente... Ah, aqueles tempos... A primeira reação ao episódio da cama é sorrir, condescendente. Seriam criancices. Ingênuas ocorrências da primeira infância de uma futura metrópole. Não. Antes, conforme se demonstrará a seguir, o caso da cama transcende os limites de uma simples anedota, para inscrever-se no que havia de mais significativo no período.

Registre-se para começar que esta era a terceira vez que um ouvidor-geral da Repartição Sul vinha em visita de inspeção à vila — ou de correição, para empregar a palavra certa —, e que nem sempre estas visitas se deram em clima de paz e harmonia. A primeira correição, a cargo do desembargador Manuel Jacome Bravo, em 1614, quase terminou em tragédia. Uma saraivada de flechas foi disparada, certa noite, contra a janela da casa em que se hospedava o visitante. Ele reclamou das autoridades municipais, que lhe prometeram segurança e punição aos culpados, mas o fato é que o caso se repetiu, e outra vez, a ponto de o desembargador convencer-se de que ou bem as autoridades não tinham controle sobre a vila, ou bem estavam mancomunadas com os agressores. Fez então o que lhe recomendou a prudência, e foi-se embora, sem concluir a tarefa que o trouxera. A segunda correição, em 1619, deu-se igualmente num clima de tensão, embora sem produzir incidentes tão graves, e agora, à chegada do terceiro corregedor, os habitantes da vila mostravam uma solicitude tão grande, tão exagerada, na pressa em oferecer-lhe a melhor cama, e lençol e travesseiro, que dava para desconfiar. Que queriam? O fato é que repugnava, aos habitantes de São Paulo, a interferência das autoridades do reino. Quanto mais distantes elas se mantivessem, e mais alheias aos negócios da vila, melhor. Desenhava-se uma situação de incompatibilidade entre um lado e outro, ou de virtual rebeldia da longínqua povoação do Planalto. Por quê? Qual a razão desse estranhamento, desse virtual confronto entre os habitantes da vila e as autoridades de fora? O xis do problema é a questão que, mais que qualquer outra, marcará a vida local, ao longo de todo o século XVII — a da escravização dos índios e das expedições para capturá-los, nos sertões.

Sai a roupeta, entra o escupil. Se não se percebeu ainda, perceba-se agora o tipo de gente que habita a povoação surgida à sombra do Colégio dos Jesuítas, e

nela dá as cartas. O escupil, palavra espanhola, designa a mais típica peça de vestuário do momento — um colete de couro cru, recheado de algodão, capaz de, nas correrias do sertão, proteger o usuário das setas dos inimigos. Escupil é palavra que designava o objeto em autores espanhóis. Por aqui, era simplesmente gibão acolchoado, ou "armas dallgodão", como se lê num documento.[6] Tratava-se da "adaptação da velha jaqueta medieval às condições do meio americano", segundo um autor.[7] Podia ser da dimensão de um colete, protegendo do pescoço à cintura, ou assumir dimensões maiores, tal uma túnica, caindo até o joelho. Em qualquer caso, eram trastes grossos e pesados. Deviam representar, nas versões mais elaboradas, escreve outro historiador, "verdadeiro tormento para os que deles se servissem em regiões mais cálidas".[8] Importa registrar que os usuários de tal couraça são os novos donos do lugar. Sua especialidade é a caça aos índios. Além dos gibões, levam na bagagem correntes de cinco metros ou mais, nas quais se engatam, a intervalos regulares, argolas menores, de prender braços, e maiores, de prender pescoços, destinadas a arrastar as presas, na viagem de volta. São homens rudes. Os chefes andam de chapéu e sapatos de couro, os demais com um pano na cabeça, quando tem algo a protegê-la, e nada nos pés. Levam arcabuz ou escopeta, espadas de costela de vaca, adagas de couro de anta, flechas, muitas flechas.[9] O leitor já percebeu quem está entrando nesta história. É o tipo que passará para a posteridade com o nome de "bandeirante", embora, tal qual "escupil", essa fosse palavra da qual eles próprios não tinham conhecimento. A expedição hoje designada como bandeira à época era chamada "entrada", "jornada", "viagem", "companhia", "descobrimento", "frota", entre outras designações. "Bandeirante" e "bandeira", ao que parece, são palavras que só entram em circulação no século XVIII.[10] Os homens de que nos ocupamos vestiam escupis e marchavam em "bandeiras" tal qual Adão e Eva contemplavam os bichos e colhiam os frutos antes de lhes dar os nomes. Eram "bandeirantes" sem sabê-lo.

Tais homens constituem a evolução previsível, tanto em estilo de vida quanto em atividade econômica, quando não em aparência física, do que já prenunciavam figuras como João Ramalho. O prestígio deles, ao longo dos anos, tem oscilado. O viajante francês Saint-Hilaire, que visitou o Brasil no primeiro quartel do século XIX, chamou-os, ao conjunto deles, de "raça de gigantes". Nos discursos ufanistas e nos livros escolares, eles mereceram tratamento de heróis. Seriam seres tão mitológicos como os sertões em que se aventuravam, povoados, na imaginação da época, por sacis, boitatás e curupiras. A essa visão positiva contrapõe-se a de genocidas, responsáveis primeiros pelo massacre de nativos

que caracterizou a ocupação do território chamado Brasil. “Empreiteiros da hecatombe” foi como os chamou, inspirado como sempre, Euclides da Cunha.[11] Ultimamente, e cada vez mais, esta visão prevalece, em sintonia com o discurso dos direitos humanos e do respeito às minorias — que, no caso, diga-se de passagem, eram maiorias. Não é de hoje, no entanto, que provocam polêmica. Varnhagen, ao abordar, na *História Geral do Brasil*, a empreitada dos bandeirantes na caça e escravização dos índios, começa por perguntar: “Fizeram bem?”, e discorre, em seguida: “Afirmá-lo fora tão pouco humano como defender menos nobremente qualquer outra escravidão. O certo, porém, é que os interesses do Estado não estão em alguns casos (temporariamente) de acordo com os sentimentos da mais generosa filantropia [...] É assunto melindroso sobre que mais vale discorrer menos. Não se nos leve, porém, a mal se ousamos pedir que se deixe em paz a memória dos primeiros cristãos nascidos na terra sobre que foi embalado o nosso berço [...].”[12]

As sementes da traficância de indígenas estavam plantadas na terra antes de existir São Paulo. Estavam plantadas antes mesmo de, oficialmente, existir São Vicente, na primitiva feitoria que antecedeu, no mesmo local, a fundação desta vila. Mas as saídas ao mato para a caça aos índios eram modestas e desorganizadas incursões, perto do vulto que viriam a atingir, e do nível de organização que viriam a requerer, quando se constituíram propriamente nas bandeiras. Um papel fundador, na transformação das antigas escapadas de caça ao índio em grandes empreendimentos sertanistas, cabe a D. Francisco de Sousa, sétimo governador-geral do Brasil (1591-1602), e um dos poucos ocupantes desse cargo a ter um interesse mais detido — detido até demais, talvez — em São Paulo. D. Francisco de Sousa, o senhor de Beringel, conforme o prestigioso título de nobreza que ostentava, chegou em idade já madura ao Brasil. Militar de profissão, como convinha a um nobre, foi almirante na armada com que D. Sebastião desembarcou na África para a empresa que terminaria nas areias de Alcácer Quibir. Ali D. Sebastião deixou a vida, como se sabe, e Portugal começou a deixar a independência. Mas não se pense que, por isso, D. Francisco de Sousa teve a carreira truncada. Muito pelo contrário, entre os espanhóis, na corte de Filipe II, é que vislumbraria as melhores oportunidades. De personalidade que se adivinha sedutora, insinuante e facilmente adaptável a novas situações, não é à toa que D. Francisco de Sousa ganhou o apelido de “Francisco das Manhas”. Como governador-geral do Brasil, longe dele contentar-se em exercer o cargo de maneira burocrática e sedentária. Na verdade, ele vinha incendiado por uma ambição. Queria descobrir minas, no Brasil. Ouro,

de preferência. Atiçava-lhe a curiosidade o mito do Sabarabuçu dos indígenas, a montanha dourada vagamente situada nas cabeceiras do rio São Francisco. D. Francisco começou por organizar incursões a partir da Bahia, depois foi descendo, organizou outra a partir de Parati, e finalmente decidiu apostar em São Paulo como trampolim para as fabulosas riquezas do interior brasileiro. Nos anos de 1601 e 1602, por sua inspiração, organizaram-se as duas empresas de maior vulto realizadas até então, uma chefiada por André de Leão, que tomou o rumo do norte, em demanda das cabeceiras do São Francisco, e outra por Nicolau Barreto, destinada ao oeste, na direção do Peru. D. Francisco de Sousa, tivesse vivido quatro séculos depois, seria rotulado de um governante "desenvolvimentista". Sonhava descobrir minas, mas queria também articulá-las com a indústria siderúrgica, sem esquecer a agricultura, para cujo desenvolvimento em São Paulo também deu sua contribuição. Tanto lhe queimava as entranhas o desejo de deitar as mãos sobre um novo Peru que protagonizou um clássico exemplo de precipitação, típico de quem põe os carros à frente dos bois, ou, para citar outra expressão popular, vai com muita sede ao pote, ao encomendar que se trouxessem a São Paulo "carneiros de carga daqueles que costumam trazer prata do Potossi". Lhamas! — era a isso que se referia. Ele queria trazer lhamas a São Paulo, tão certo estava que logo o ouro começaria a chegar aos montões, e que, à imitação do que ocorria nos Andes, aquele seria o melhor tipo de animal para transportá-lo vielas afora, ou serra do Mar abaixo. D. Francisco, tantas eram suas manhas, que teve sua reputação manchada por quem viu nele um governante que, mais ainda do que era costume, confundia os negócios públicos com os interesses privados. Era tão apegado a seus projetos, e tão convencido acabou de que São Paulo era o melhor ponto de onde disparar rumo às escondidas riquezas do sertão, que não só morou na vila, durante os dois últimos anos como governador-geral, como, depois de terminado o mandato, ainda permaneceu na vila, e, depois de nova temporada na Europa, ainda voltou, vindo a morrer nela, em 1611.[13]

Não é preciso dizer que não descobriu mina alguma de real valor. Mas, agente do Estado, com recursos do erário que suas manhas conseguiam duplicar, e dotado de visão estratégica e capacidade organizacional que a formação de militar potencializava, fixou padrões que teriam importância decisiva, para a economia e a vida da vila, em geral. Alguns autores fixam em D. Francisco de Sousa o marco zero do bandeirantismo.[14] A partir das que ele patrocinou, as bandeiras adquiriram feição militar, subdividindo-se em colunas, e obedecendo a hierarquias. Também, embora talvez à sua revelia, firmaram-se como

empreitadas que, ainda que saíssem para procurar minas, o que faziam mesmo era caçar índio. Se não achavam metais nem pedras preciosas, as bandeiras de D. Francisco de Sousa não deixavam de voltar com quantos cativos tivessem podido colecionar no caminho.[15] O negócio não fez senão prosperar, ao correr das décadas, e marcar profundamente a vila. São Paulo era o lugar de onde saíam e onde chegavam as comitivas de sertanistas. Vivia-se na expectativa da saída, ou da chegada. Não é difícil supor o clima de festa de arraial que tomava conta da vila, quando saía ou chegava uma bandeira. Não é difícil supor, igualmente, como o sertão incendiava a imaginação dos que ficavam, ou dos que partiam pela primeira vez. O sertão exerceria, sobre aquela gente, a mesma atração que exerceu o mar para seus pais ou avós portugueses. “Diante do sertão, como diante do mar, é o mesmo assombro, é a mesma impressão de infinito e de eternidade, é a mesma vertigem”, escreveu José de Alcântara Machado, autor do clássico *Vida e Morte do Bandeirante*.[16]

Se a entrada em direção ao sertão marca a economia, a política e o comportamento da população, daí decorre que os mandachuvas do sertão são, também, os mandachuvas da vila. O caudilho ambulante que era um chefe de bandeira era também um caudilho sedentário, no intervalo das viagens. Ocupava postos na Câmara e chefiava facções em disputa pelo poder municipal. Tome-se o caso dessa figura intimorata, meio titã, meio monstro, que foi Antônio Raposo Tavares. Português de Beja, nascido em 1598 e chegado ao Brasil aos 20 anos com os pais, Raposo Tavares ocupou altos cargos. Foi juiz ordinário da vila e ouvidor-geral da capitania de São Vicente. Sobretudo, porém, valia pelo que amealhara em suas andanças pelo sertão. Além de uma casa na vila, tinha uma fazenda em Quitaúna, alguns quilômetros a oeste, e ali mantinha aquartelados algumas centenas de índios. Tinha índios para ter mais índios. Qual seja, quanto mais índios capturasse, mais reforçava o exército particular de índios com que sairia à cata de mais índios. Pois a infantaria da força militar com que contava um bandeirante não era senão uma tropa de índios. Grosso modo, pode-se dizer que o chefe da bandeira era um branco, muitas vezes, como no caso de Raposo Tavares, nascido em Portugal. No escalão intermediário encontrava-se uma camada de mamelucos, alguns dos quais filhos, bastardos ou não, dos chefes, e o grosso da tropa era a indiada. A força militar mantida pelo caudilho servia-lhe nas entradas para o sertão, mas também para, na vila, respaldar-lhe o poder e o prestígio. Nos arredores de São Paulo sucediam-se as fazendas que eram também os quartéis onde os chefes mantinham as tropas de índios. Tais chefes mereciam da pena admirada dos cronistas primitivos o tratamento de “potentados em

arcos", vale dizer: detentores de consideráveis exércitos de índios.

Os índios tinham uma utilidade ainda maior do que a de fazer a guerra pelos senhores. Apanhados, em quantidades cada vez maiores, primeiro no próprio Planalto Paulista, depois cada vez mais longe, no que é hoje o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, assim como no Mato Grosso e em Goiás, quando não se avançava para territórios que hoje conformam a Argentina e o Paraguai, constituíam sobretudo a mão de obra com a qual São Paulo contava para cumprir o papel que lhe sobrava, no contexto da economia brasileira do século XVII — o de fornecedor de produtos agrícolas para os centros mais ricos do litoral. Supunha a historiografia dominante, no passado, que a grande atividade de apresamento de índios, a partir de São Paulo, tinha por objetivo fornecer escravos para as áreas onde se produzia a cana-de-açúcar, no Nordeste e, em menor escala, no Rio de Janeiro. Pesquisas mais recentes levaram à conclusão de que, se houve tal destinação aos índios apresados, isso se deu em escala secundária. A maior parte ficava em São Paulo mesmo, nas fazendas de gado ou, principalmente, de trigo — e ao falar de trigo tocamos num ponto de primeira importância no desenvolvimento do Planalto Paulista, no século XVI.

O trigo não era a única cultura do Planalto. Plantavam-se igualmente o milho, o feijão e a mandioca, além de legumes variados. Criavam-se vacas, galinhas e ovelhas. Mas o trigo se destaca por uma razão crucial: tornou-se um produto de exportação. São Paulo pôde desenvolver, graças a ele, uma agricultura comercial. Isso acontece por volta de 1630, depois de cerca de duas décadas de maturação. Embora haja relatos da existência de trigais, em São Paulo, desde a época de Anchieta, a cultura do trigo numa escala que permitiria sua transformação em produto de exportação é outro fenômeno que tem sua origem em D. Francisco de Sousa. Foi ele quem vislumbrou a oportunidade que o produto oferecia e, uma vez mais utilizando-se do prestígio que usufruía na corte de Madri, entabulou gestões para trazer, das províncias do rio da Prata, as mudas que dariam início às plantações por estas bandas.[17] Graças ao trigo, que era exportado para os centros do litoral, em especial a capitania do Rio de Janeiro, onde se concentrava uma população já significativa de senhores de engenho, comerciantes e burocratas, a economia de São Paulo dá um salto. Não é nada de tão espetacular, advirta-se. O que se desenha é um quadro no qual São Paulo desenvolve uma economia complementar à economia litorânea da cana-de-açúcar, a qual, por sua vez, constituía-se numa economia complementar à economia mundial. Ou, para usar as palavras do autor de um livro recente, em São Paulo havia "uma economia periférica articulada ao mercado do litoral

brasileiro, situado, por sua vez, nas fímbrias do mundo atlântico".[18] De toda forma, São Paulo encontrara uma brecha por onde ensaiar um período de desenvolvimento.

Ao surgimento de uma agricultura para exportação correspondeu uma intensa distribuição de terra. Ou talvez seja o inverso, e deva-se dizer que a uma intensa distribuição de terra correspondeu o surgimento de uma agricultura de exportação. O fato é que, na primeira metade do século XVI, houve intensa distribuição de sesmarias.[19] Os sucessivos avanços contra domínios dos índios permitiu a expansão da área sob controle dos colonos, em círculos crescentes, para muito além do sítio original da vila. Uma primeira onda de distribuição de áreas para a exploração agrícola abrangera arrabaldes como Ipiranga, Guaré e Pinheiros. Agora ia-se além, e fazendas onde se produzia principalmente o trigo, de dimensões muito maiores, surgiam em locais como Cotia e Santana de Parnaíba, hoje cidades da Grande São Paulo. Concessões generosas definiam, ainda que mal e mal, a frente da propriedade e, quanto ao fundo, decidiam que podiam ir até "o sertão que se achar". Mogi das Cruzes e, principalmente, as áreas anexas aos rios Juqueri e Atibaia, na região ao norte de São Paulo onde mais tarde se implantariam os municípios de Mairiporã e Atibaia, foram outros centros de produção de trigo.[20] Registre-se que se começava a produzir, numa escala de alguma importância, para a época, um produto que estava longe de corresponder ao gosto da população local. Em São Paulo não se gostava de pão de trigo. Isso era comida de europeu. Em São Paulo, dominava a comida indígena à base de mandioca e, principalmente, de milho.[21]

Quem fala em terra e em agricultura fala também em mão de obra, e eis-nos então de volta à questão das doidas caçadas de índios que caracterizaram a vida do período. Organizar mais e mais expedições era tão mais necessário quanto os índios ou fugiam, ou morriam maciçamente das doenças contraídas no contato com os brancos, e assim obrigavam a uma contínua renovação de estoques. "Descimentos": esse era o nome da operação pela qual se arrancavam os índios de seus domínios e os "desciam" até as áreas de colonização. Uma vez descidos a São Paulo, eles eram alojados, a princípio, não nas fazendas, ou nas casas, empregados no serviço doméstico, mas em aldeamentos. "Aldeamento" é a palavra que estudiosos do assunto propõem em contraposição a "aldeia", para melhor compreensão de ambas as figuras.[22] Aldeia é o núcleo onde, ao seu natural, vivem os índios. É a taba, rebatizada com palavra que, em Portugal, tinha o significado de "vilarejo". Aldeamento é um simulacro de aldeia, construído e administrado pelo homem branco. Ali se reuniam os índios em

processo de assimilação. O traçado do aldeamento em parte copia a aldeia indígena, ao dispor os núcleos residenciais em torno de um amplo espaço aberto, onde ocorrem as atividades comunitárias. Mas há uma importante inovação: a igreja. A igreja — e, frequentemente, um cruzeiro — ocupa nos aldeamentos um lugar central. Muitas das cidades que mais tarde formariam um cordão em torno de São Paulo, como Carapicuíba e Barueri, Guarulhos e Embu, foram, na origem, aldeamentos. Bairros da futura cidade, como Pinheiros e São Miguel, nasceram, igualmente, como aldeamentos. Embu e, principalmente, Carapicuíba ainda oferecem uma ilustração gráfica de como eles eram. Em Carapicuíba, embora as edificações ali existentes sejam mais recentes, do século XVIII, o traçado é o mesmo do aldeamento original — um amplo pátio quadrado, ao longo do qual se alinhavam as edificações, a mais importante das quais a igreja.

Os aldeamentos são criação dos jesuítas. O princípio que os regia era isolar os índios num espaço onde pudessem ser reciclados para a religião cristã, ao mesmo tempo em que assimilavam métodos de trabalho e costumes europeus. Digamos que se equiparava a um limbo, para usar da linguagem religiosa. Já resgatados do inferno do paganismo, mas sem condições para ser jogados diretamente ao mundo superior dos europeus, os índios ali eram alojados, num território de transição que correspondia à transição que, esperava-se, se operava em suas almas. O padre Manuel da Nóbrega, por tudo o que já vimos a seu respeito, pode ser considerado o fundador da ideologia do confinamento dos indígenas. E São Paulo, a São Paulo das origens, caracterizada por um colégio de padres em torno do qual se instalaram os índios, pode ser considerado o primeiro aldeamento da região. Quando o povoado de São Paulo, depois da fusão com Santo André da Borda do Campo, mudou de natureza, os padres, longe de desistir, encetaram a fundação de outros aldeamentos. Foi assim que surgiram os de Pinheiros e São Miguel, dos quais se tem notícia ainda por Anchieta, na década de 1580. Mas a ideia do aldeamento, se a princípio, em mentes como a de Nóbrega, era para isolar, para conter, e cercar, e impedir o contato dos índios, tanto com a selva maligna de seus deuses e demônios primitivos quanto com os colonos que não queriam senão escravizá-los e aproveitar-lhes o trabalho, tomou novo rumo, no século seguinte. Agora, antes de isolar, servia para integrar. O aldeamento era o trampolim de onde seriam lançados na ordem representada pelos novos donos da terra — e em seu mercado de trabalho. Nos aldeamentos, confinava-se um exército de mão de obra, nos quais os colonos vinham abastecer-se, ainda que isso representasse fonte de permanente atrito com os padres que, em princípio, ainda os administravam.[23]

A vila não era mais só a vila. Um colar de chácaras, sítios e fazendas, quando não de aldeamentos, a cercava e, a bem da verdade, a ação principal, em termos econômicos como também de movimento de gente, estava mais nessa zona periférica, de caráter rural, do que na povoação entre o Tamanduateí e o Anhangabaú. A povoação central continuava não apenas pobre: era também semiabandonada. Muitas de suas casas permaneciam fechadas. Os donos tinham a residência principal no sítio ou na fazenda, e só mantinham a casa da vila para estadas curtas. A Câmara registrava com frequência a ausência de tal ou qual de seus membros porque morava longe. A casa da fazenda era sempre melhor e maior do que a da vila. Feita com melhores materiais, decorada com mais capricho. "A outra, a da vila", escreve Alcântara Machado, "de proporções modestas, é apenas um teto destinado a abrigar o dono durante alguns dias ou semanas, e que, tirante essas ocasiões, permanece deserta e silenciosa, a entristecer o povoado".[24] Os grandes chefes de bandeira são também grandes latifundiários. E assim ia tudo se arranjando, ia-se organizando a vida do Planalto numa sequência de ir e vir do sertão, buscar índio aqui e ali, alocá-lo ali e acolá, plantar trigo, vendê-lo ao litoral, para onde era transportado no lombo dos índios, em penosas descidas pela serra do Mar, e tudo estaria bem, pelo menos da parte dos senhores, se não fosse que...

Se não fosse que a base de sua atividade, configurada no apresamento e escravização do índio, era ilegal. Não que não houvesse vacilações e contradições, nas leis e regulamentos do reino. Os dispositivos emanados de Madri e Lisboa sobre a condição dos índios continham brechas como a permissão de escravizar os índios que fossem aprisionados em "guerras justas". Pode-se imaginar o que isso permitia, em matéria de abusos. Como norma geral, no entanto, e muito em função da campanha que, nesse sentido, promoviam os jesuítas, a escravização permaneceu ilegal. A escravização do índio, condenada pelos jesuítas, mas reclamada pelos colonos como condição para a vida e a produção, nestes inóspitos rincões do Novo Mundo, dava motivo a um conflito destinado a gerar fundas consequências. O aldeamento, durante algum tempo, foi uma fórmula de compromisso. Os índios descidos dos sertões seriam entregues aos jesuítas, que, tendo-os confinado nos aldeamentos, teriam a palavra final sobre cedê-los ou não, e em que condições, para os colonos necessitados de trabalhadores. Tal arranjo não eliminava o conflito, como se verá. Também não elidia o fato de que lançar-se ao sertão para caçar índios era ilegal. Daí que crescesse a tensão entre os colonos sempre que se anunciava que uma autoridade da Coroa vinha fazer uma correição — o que nos traz de volta ao caso da cama

de Gonçalo Pires. Os ouvidores-gerais, em princípio, vinham para fazer valer a lei. Como refreá-los? Como impedir que, proibindo o recurso à mão de obra indígena, viessem a estragar tudo? Às vezes se lançava mão da intimidação. Foi assim que o primeiro ouvidor a ousar pôr o pé na vila foi posto a correr por uma saraivada de flechas em sua janela. Em outras, a estratégia era do agrado. Era o caso, agora: sua excelência seria recebida com todas as atenções possíveis. Até uma cama. Quem sabe, assim viessem os habitantes de São Paulo a acolchoar-lhe os ímpetos, e garantir que seu relatório resultasse em peça tão macia quanto o travesseiro que lhe destinaram para repousar a cabeça. A aposta revelou-se ganhadora. O ouvidor-geral, bem-tratado e bem-dormido, saiu sem se manifestar sobre entradas ou escravização de índios, fatos que, mesmo para os observadores menos atentos, saltavam à vista, e caracterizavam a povoação do Planalto como uma vila-problema, para não dizer um reduto de foras da lei.



X

"Homens Facinorosos, Ímpios e Tolerados Ladrões"

Sai a roupeta? Na verdade foram duros na queda, os jesuítas. Houve um prolongado embate entre os homens da roupeta e os do gibão acolchoado, no período sobre o qual estamos debruçados, responsável por acidentes que marcaram a vida da vila, e a razão disso era o estatuto dos índios. Os padres defendiam-nos como livres e faziam o possível para atrapalhar a vida dessa gente empedernida, em sua opção preferencial pelo escravismo, que era a classe dos proprietários de São Paulo. Em agosto de 1611, para citar uma entre muitas iniciativas que, de uma e outra parte, tentavam fazer prevalecer seu ponto de vista, os "homens bons" da vila reuniram-se em assembleia, na Câmara, e decidiram que os jesuítas não podiam ter domínio sobre nenhum dos aldeamentos, que seriam na verdade propriedade de Sua Majestade, ou seja, do Estado. Quando muito, poderiam ser convidados a doutrinar nos aldeamentos, mas isso quando não houvesse padres de outras ordens para dar conta do recado.[1] Inúmeras foram as disputas sobre a quem de direito pertenceriam os aldeamentos. Em junho do ano seguinte, o juiz ordinário Jusepe de Camargo voltava à carga, perante a Câmara, ao queixar-se de que, mesmo quando autorizados pelas autoridades civis a recrutar índios para seu serviço, nos aldeamentos, os colonos esbarravam com a objeção dos jesuítas. Quando, porventura, conseguiam a boa vontade dos padres, eram os índios que logo se mostravam sem disposição de colaborar. Rebelavam-se e fugiam de volta aos aldeamentos, abandonando os contratadores de seus serviços às vezes em pleno sertão.[2] A tensão era crescente, entre uma parte e outra. Se os colonos desrespeitavam a legislação do reino, e predavam, e escravizavam, e faziam outras coisas igualmente cruéis, os padres revidavam com terrível resposta: a excomunhão, castigo distribuído sem economia, naqueles tempos, individual ou coletivamente. "E se falamos, prendem-nos e excomungam-nos", dizia uma lastimosa carta da Câmara ao donatário da capitania, ainda em 1606.[3]

A historiografia mais recente tende a considerar simples demais a tese, por muito tempo predominante, de que escravidão, por si só, explica a oposição entre as duas partes. Seriam antes duas concepções de colonização que se digladiavam, duas diferentes estratégias na luta pelo corpo e a alma do índio. Os jesuítas, se não escravizavam, na acepção plena da palavra, não deixavam de praticar uma violência contra o índio ao tentar, bruscamente, impor-lhe valores como a monogamia, ou, mais que isso, ao tentar regular-lhe o cotidiano, dividindo-lhe o tempo em padrões por ele desconhecido — hora do trabalho e hora da doutrina, hora do descanso e hora da oração. Sobretudo, não seria propriamente um ambiente de liberdade aquele que os jesuítas preparavam para os índios, cercando-os em aldeamentos e, também eles, obrigando-os aos trabalhos. Os jesuítas eram também proprietários e produtores. Era crescente o poderio econômico da ordem. E o salário que pagavam aos índios, para trabalhar em suas terras, com frequência resumia-se a algumas peças de algodão.[4] O fato é que havia duas estratégias concorrentes, a do jesuíta, mais sutil, e a do bandeirante, mais brutal, mas ambas de consequências avassaladoras para o índio e sua cultura. No território que viria a ser o Sul do Brasil, terra então de ninguém, ou melhor, mais dos índios do que dos colonizadores, e, entre colonizadores, mais de espanhóis do que de portugueses, assim como no Paraguai e no Norte do que é hoje a Argentina, os jesuítas haviam multiplicado as *misiones*, onde integravam os índios em comunidades autóctones. As missões representavam a ideia primitiva do aldeamento elevada à expressão máxima. Nelas, bem longe do contágio com os colonos europeus, a utopia jesuítica de uma nova sociedade pretendia alcançar sua plenitude. A região onde primeiro se desenvolveram as missões foi o Guairá, como era conhecida uma vasta e imprecisa área, correspondente mais ou menos a toda a metade oeste do atual estado do Paraná. Em vinte anos, a partir de 1609, os jesuítas implantaram ali cerca de 15 missões.

Ora, nesse território amiudavam-se igualmente as entradas dos paulistas. Caçar índio no Guairá era um esporte com crescente número de adeptos, em primeiro lugar porque era uma região de acesso não muito complicado para a época — ali se chegava em quarenta ou sessenta dias, por caminhos conhecidos, como o lendário Peabiru que, desde épocas pré-cabralinas, ligava o Planalto Paulista ao Paraguai —, e em segundo porque, escasseados os índios mais próximos de São Paulo, em razão das matanças, das doenças contraídas dos brancos ou das fugas para mais longe, ali havia ainda muito índio para apresar. Acresce que se tratava de índios guaranis, cobiçados porque falavam idioma

muito semelhante à língua geral falada em São Paulo e porque, pertencentes a uma cultura que já praticava a agricultura, mais bem se adaptavam ao trabalho que se exigiria deles.[5] As incursões paulistas ao Guairá não causaram senão as habituais recriminações, de parte a parte, enquanto houve índio para todos. Caçavam os bandeirantes de um lado, organizavam suas missões os jesuítas de outro. Num determinado momento, porém, ou porque começavam a faltar índios soltos, ou porque os bandeirantes chegaram à conclusão de que seria muito mais simples, em termos militares, e muito mais proveitoso, em matéria de colheita de presas, atacar esses lugares fechados e densamente povoados que eram as missões, como seria, para um pescador, concentrar-se num desvão de rio onde os peixes pudessem ser apanhados como numa armadilha, foi isso mesmo que resolveram fazer. Desenhava-se nesse momento o maior dos embates entre jesuítas e bandeirantes.

Eis-nos de volta à figura assombrosa, e assombrosa em dois sentidos, porque causa pasmo e porque causa terror, de Antônio Raposo Tavares. Ele e Manuel Preto, este mais velho, e igualmente assombroso, nos dois sentidos, veterano de muitas correrias atrás de índios e dono de uma fazenda no mesmo local onde ergueu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Ó — origem do bairro e da igreja do mesmo nome —, foram os chefes da famosa bandeira que, em 1628, foi armada para atacar o Guairá, a maior de todas, até ali. Raposo Tavares tinha então 30 anos. Havia três anos estava casado com Beatriz Bicudo.[6] Passou para a História que a bandeira chefiada pela dupla Manuel Preto-Raposo Tavares, com destaque para o segundo, que seria sua alma, era formada por novecentos brancos e mamelucos e 2 mil índios tupis. A conta talvez esteja exagerada no que se refere aos brancos e mamelucos, cuja proporção, em relação aos índios, costumava ser muito menor.[7] Era um empreendimento gigante, de qualquer forma, dividido em quatro colunas, cujos postos de comando cabiam a outros conhecidos bandeirantes, como Pedro Vaz de Barros, André Fernandes e Simão Álvares. Para se ter ideia de como a bandeira do Guairá empolgou a população da vila, basta dizer que até os membros da Câmara se alistaram nela, e se alistaram em peso. O número de componentes da Câmara, nessa época, em função do aumento da população, também tinha aumentado. Compunham-na agora dois juízes, três vereadores e um procurador. Pois, desse total, só um — um vereador — deixou de aderir. Os demais simplesmente abandonaram os cargos e se bandearam para o sertão. Só 25 habitantes de São Paulo em idade e condições de pegar em armas, segundo um relato da época, não o fizeram.[8] Tal era o engajamento que a vila se despovoou de sua população masculina. A

bandeira teria partido em agosto de 1628. Em janeiro de 1629, estava produzindo os primeiros estragos nas missões dos jesuítas espanhóis. O método era cercar a povoação e convidar os habitantes a seguir com os agressores até São Paulo. Caso contrário, as casas seriam queimadas e ninguém seria poupado. A primeira das missões atacadas, a de Santo Antônio, o foi com tal fúria que, "ferindo, roubando e matando", segundo relato jesuítico, os paulistas sequer perdoavam os que procuravam acolhida "no sagrado da igreja, profanando-a sacrilecamente".[9] Outro relato acusa os agressores de agirem "com tal crueldade que não parecem ser cristãos, matando as crianças e os velhos que não conseguem caminhar". Entre agosto e setembro de 1629 chegaram de volta a São Paulo os últimos destacamentos da bandeira de Raposo Tavares. Teriam feito de 8 mil a 9 mil prisioneiros, dos quais muitos morreram no meio do caminho.[10] Se os números disponíveis não são confiáveis, em todo caso se tratava apenas da primeira leva. O caminho estava aberto, e outras incursões se seguiram, algumas chefiadas de novo por Raposo Tavares. Em 1632, todas as missões do Guairá estavam destruídas. As estimativas de quantos guaranis da região foram introduzidos em São Paulo variam de 30 mil a 60 mil — seja qual for, dentro desses parâmetros, um número espantoso.

A bandeira de Raposo Tavares conferiu celebridade aos bandeirantes de São Paulo e promoveu suas empreitadas à dimensão de crise internacional. Para isso contribuíram decisivamente dois dos jesuítas espanhóis do Guairá, Simon Maceta e Justo Mansilla, que, incansáveis, promoverão uma campanha de tentativa de salvamento dos índios que pudessem salvar do cativeiro, e de denúncia de seus predadores. Maceta e Mansilla, tão obstinados quanto corajosos, numa reação instantânea à derrota que lhes fora imposta, e sem se intimidar com os perigos do mato, ou da eventualidade das flechas e arcabuzes do adversário, seguiram nos calcanhares a coluna de agressores que regressava a São Paulo. Vinham a alguma distância, mas sem perder de vista os opressores que traziam, acorrentada, a multidão de nativos arrancada dos aldeamentos. Quando chegaram perto de São Paulo, os dois padres desviaram o rumo para a Bahia, com a intenção de formalizar queixa ao governador-geral. Este decidiu que um representante seu seria enviado a São Paulo, para apurar os fatos. Caso se confirmassem as denúncias de captura e escravização dos índios, os responsáveis seriam presos e teriam seus bens confiscados. Mas será que a ordem era mesmo para valer? A dúvida procedia, pois passavam-se os meses e nada de a providência determinada se tornar efetiva. Os padres espanhóis empreenderam viagem de volta ao sul, passando pelo Espírito Santo e o Rio de

Janeiro, onde se demoraram em novas tratativas, mas crescentemente desanimados. Parecia-lhes, e isso era próprio de autoridades que frequentemente fechavam os olhos para os crimes contra os índios, embora estes fossem capitulados em lei, que o governador-geral fazia o jogo dos agressores.

Enfim, já em maio de 1630, foi destacado um representante do governo, o escrivão da Real Fazenda no Rio de Janeiro, Francisco da Costa Barros, para ir a São Paulo investigar os acontecimentos no Guairá. Os dois padres partiram com ele. O representante do governo vinha com uma escolta de 12 soldados. Nem por isso a recepção lhe foi menos hostil. Os sinos da vila tocavam, relatou o padre Mansilla, e o povo, reunido, dava empurrões e chamava os visitantes de inimigos, ladrões e falsários. A turba não permitiu que os padres se recolhessem ao Colégio dos Jesuítas, onde pretendiam se hospedar. Nem sequer deixou-os entrar na igreja. Foram encaminhados a uma casa particular, a residência de Manuel Fernandes Sardinha, e de lá proibidos de sair. Quanto ao representante do governo, embora não sofresse a detenção branca imposta aos padres, não deixou de sofrer constrangimentos. À noite, grupos passavam à porta da casa onde estava hospedado, gritando: “Viva El-Rei e morra Barros!” Não faltou a técnica, já usada para espantar o desembargador encarregado da primeira correição na vila, de disparar tiros à sua janela. Também lhe esmurraram a porta, incitando-o a que saísse, com seus soldados, para enfrentar no muque a multidão. A autoridade ouviu o recado das ruas, e o acatou. Dia seguinte, deu por encerrada a missão que nem mesmo iniciara, e foi-se embora.[11]

Ficaram os padres, mais resistentes e mais irredutíveis, na defesa de sua causa. Mas ficaram apenas para conhecer novo dissabor — o de ver, do local onde eram mantidos presos, uma nova entrada partir para o sertão, composta de duzentos ou trezentos homens, na maioria índios apresadores de índios. “En que tierra estamos?”, escreveu Mansilla a seu superior, na Espanha. “Em que terra estamos, que vassalos de Sua Majestade católica fazem guerra a vassalos da mesma Majestade, também católicos, sem outro motivo senão fazê-los escravos e cativos? Em que terra estamos, que se permite seja feito o que nem entre hereges e mouros se faz?”[12] Afinal os jesuítas foram autorizados a deixar a casa onde estavam detidos e se abrigar no Colégio, com os companheiros locais da Companhia. Daí, pouco depois, puseram-se de regresso ao Guairá. Se não conseguiram a devolução dos índios apresados, e muito menos a punição dos apresadores, haviam no entanto formulado, em suas cartas e comunicados, denúncias que iam espalhando mundo afora a má fama dos paulistas. São Paulo, escreveu Mansilla, era uma vila de “gente desalmada e rebelde, que não faz caso

nem das leis do Rei nem das de Deus". Toda a vida dos moradores, desde que saem da escola até a velhice, é um "ir e vir e trazer e vender índios". Em toda a vila, segundo o padre, "não haverá mais que um ou dois que não saiam para cativar índios".[13] Ecoando as denúncias dos dois jesuítas, o bispo do rio da Prata, numa carta ao papa, esconjurou a vila do Planalto com palavras terríveis: "No Brasil existe uma cidade chamada São Paulo, e nesta se há juntado um grande número de homens de diferentes nações, ingleses, holandeses e judeus, que, em liga com os da terra, como lobos raivosos, fazem grande estrago no novo rebanho de Vossa Santidade."[14] O governador de Buenos Aires, D. Francisco de Céspedes, pediu ao rei Filipe IV que arrasasse São Paulo, nem mais nem menos, e dispersasse seus habitantes.[15]

Com a saída de cena dos dois jesuítas forasteiros, os caçadores de índios retomaram a carga contra os jesuítas locais. Em março de 1633, apresentou-se à Câmara um certo João da Cunha, proprietário no bairro de Cotia, a queixar-se de que o punhado de índios que recebera como dote, ao casar-se, logo em seguida lhe havia escapado e se refugiado no aldeamento de Barueri, sob a instigação dos padres da Companhia de Jesus. Barueri era um caso especial, entre os aldeamentos. Não fora fundado pelos jesuítas, e sim por D. Francisco de Sousa, quando de sua permanência em São Paulo. Por isso mesmo, mais ainda que com relação aos outros, os colonos contestavam a autoridade dos jesuítas como seus administradores. Acrescente-se que o aldeamento de Barueri, vizinho a Santana de Parnaíba, Cotia e Carapicuíba, estava encravado numa região onde prosperava o cultivo de trigo. Os próprios padres o cultivavam, em terras que possuíam na área, o que os punha em concorrência muito direta com os fazendeiros locais pela mão de obra disponível.[16] Queixas como a do genro usurpado de seu dote multiplicaram-se, nas semanas seguintes, até que a Câmara decidiu agir. Determinou uma intervenção militar em Barueri. Os padres foram sumariamente expulsos dali e, no mesmo ato, fecharam-lhes a igreja, de cujo interior arrancaram-se os móveis e as alfaias.[17] O comandante da operação contra os jesuítas foi o mesmo algoz das missões do Guairá, o assombroso Raposo Tavares. Já não fosse ele quem era, destemido e virulento, ainda tinha, neste caso, motivos pessoais para atacar os padres, vizinho que era deles, em sua fazenda de Quitaúna. Os padres reagiram com a excomunhão contra Raposo Tavares e o punhado de asseclas que o havia ajudado na operação, mas quem eram eles, para se intimidar com isso? Quando a sentença de excomunhão lhes foi levada pelo padre Antônio de Marins, a turma de Raposo Tavares arrancou-lhe o papel das mãos e rasgou-o.[18]

Ia chegando ao ponto culminante o confronto entre os jesuítas e os colonos de São Paulo. Em 1636/1637, destruídas por completo as missões do Guairá, os bandeirantes voltaram as atenções para a região mais ao sul, conhecida por Tape, onde os jesuítas tinham estabelecido meia dúzia de novas reduções. O Tape correspondia a uma vasta área junto ao rio Uruguai, em território do hoje estado do Rio Grande do Sul. A mesma fúria destruidora, acrescida de audácia sem limites, ao enfrentar a oposição de influentes setores, dentro e fora do Brasil, vai pontuar as ações de bandeirantes como Raposo Tavares — sempre ele — e Fernão Dias Pais, os principais chefes das novas incursões. Uma reunião do capítulo da Companhia de Jesus realizada em Córdoba denuncia as "feras tropas mamelucas, compostas todas de homens facinorosos, ímpios e tolerados ladrões".[19] Na mesma reunião, decidiu-se retomar e ampliar as denúncias iniciadas pelos padres Maceta e Mansilla. O mais ilustre dos jesuítas na região, padre Antonio Ruiz de Montoya, um dos fundadores e principal ideólogo das reduções missioneiras da América do Sul, que acabara de assumir o posto de superior das missões do Paraná, e seu companheiro Díaz Taño receberam dos colegas duas importantes incumbências. Montoya deveria ir a Madri, em embaixada junto ao rei, ao qual pediria, além da reafirmação do direito à liberdade dos índios, a licença especialíssima de armar as missões com armas de fogo, para sua defesa. Díaz Taño partiria para Roma, onde tentaria obter do papa igual reafirmação da liberdade dos índios e a proibição, sob pena de excomunhão, de prendê-los, escravizá-los ou comercializá-los. Os dois jesuítas conseguiram, dos respectivos interlocutores, tudo o que pediram. Em tese, com resoluções condenatórias que vinham, cada uma, de duas das principais capitais do mundo cristão, fechava-se o cerco sobre os amaldiçoados paulistas — mas só em tese. A resposta dos atingidos foi redobrar em rebeldia. Primeiro, num movimento que ampliava a questão para além dos estritos limites da vila insurreta, reuniram-se, no dia 25 de junho de 1640, os procuradores das Câmaras das oito vilas àquela altura existentes na capitania — São Vicente, Santos, Itanhaém, Iguape, Cananeia, Santana de Parnaíba e Mogi das Cruzes, além de São Paulo. A reunião foi em São Vicente, a capital da capitania, como convinha, e nela decidiu-se, simplesmente, expulsar os jesuítas. A justificativa era de que com eles "não se podia administrar justiça, nem dar cumprimento às leis de Sua Majestade", pois se haviam feito "tão poderosos que querem que tudo se faça a seu querer e vontade". Uma semana depois, a 2 de julho, reuniam-se os habitantes de São Paulo em assembleia, na Câmara, para tomar conhecimento da resolução de São Vicente. A ata respectiva registra a presença de mais de 130

pessoas, entre as quais os mandachuvas de sempre. Se Raposo Tavares, por algum motivo, desta vez não estava presente, lá estavam Fernão Dias, Domingos Jorge Velho, José Ortiz de Camargo, Pedro Vaz de Barros. Lida a resolução de expulsão dos religiosos, a turba encaminhou-se ao Colégio. Ali, foi entregue ao padre-reitor Nicolau Botelho uma intimação para que deixasse a vila em seis dias. Caso não o fizesse, a Câmara não se responsabilizaria pelas violências que os jesuítas viessem a sofrer. Os padres remancharam quanto puderam, ignoraram o prazo, sofreram novas ameaças, mas afinal cederam. No dia 13 de julho, uma sexta-feira, os oito integrantes da Companhia de Jesus que serviam no Colégio de São Paulo abalaram-se no rumo de serra abaixo, sendo primeiro acolhidos pelos companheiros de Santos, passando-se depois ao Rio de Janeiro. O Colégio e a respectiva igreja foram fechados. A Câmara, na providência que talvez mais interessasse, apressou-se em tomar posse dos aldeamentos. Saía a roupeta. Vencia o escupil, o gibão acolchoado dos desbravadores dos sertões.[20]

O vigário da vila de São Paulo, Manuel Nunes, tomando as dores dos jesuítas, fechou a matriz, igreja que tinha sob sua responsabilidade direta, suspendeu a administração dos sacramentos aos moradores da vila e declarou-os, todos, excomungados. Nenhum castigo, no entanto, intimidava aquela gente habituada às resoluções atrabiliárias e às mobilizações tumultuárias nas ruas da vila. Em resposta, a Câmara requereu à Fazenda Real que cortasse o salário do vigário.

Não se pense que, por afrontarem os padres como afrontavam, os habitantes da vila fossem menos religiosos. Ao contrário, era um povo temente aos céus, e capaz de manifestações tremendas para conseguir seus favores, como provam os testamentos da época, documentos de valor inigualável, para jogar alguma luz nos desvãos das consciências da época. Os inventários e testamentos, base documental do *Vida e Morte do Bandeirante*, o já citado livro de José de Alcântara Machado, começam sempre pela invocação a um, dois ou muitos dos mais cotados integrantes da corte celeste. Um testador pede a intercessão da “Rainha Virgem Senhora Nossa”. Outro, além da Virgem, invoca “ao santo de seu nome” — quer dizer, o nome dele, testador — e mais: “ao anjo de sua guarda, e ao arcanjo São Miguel e a todos os santos e santas da corte dos céus, e às 11 mil virgens e a todos os anjos, arcanjos, querubins, tronos, dominações, patriarcas e profetas”. A intenção é reforçar ao máximo o time de protetores, para que “quando a alma deste mundo e seu corpo sair”, venha a merecer “ver a divina face”.[21] Fazem-se disposições detalhadas sobre como deve ser o funeral.

Um testador pede “todo o acompanhamento que for possível”, presentes “todos os sacerdotes que nesta vila houverem”. Os bandeirantes “se atiram ao assalto do céu”, escreve Alcântara Machado, “com a mesma sofreguidão com que se arremessam à conquista da terra”.[22] Para isso, encomendam uma quantidade de missas capaz de vergar o mais duro dos porteiros celestes. Luzia Leme, viúva do bandeirante Pedro Vaz de Barros, pede que, para seu descanso, sejam rezadas seiscentas missas no Brasil e quatrocentas em Lisboa. Maria Leite da Silva, mãe de Fernão Dias Pais, é mais modesta. Contenta-se com setecentas. Outro testador, Afonso Dias, não mostra a mesma opulência. Em compensação, excede em astúcia, ao requerer não só três missas a Santo Antônio, mas também “outra ao pai do santo”. Qual seja, o pai de Santo Antônio! Foi a maneira que julgou infalível de chamar a atenção do alto patrono a quem invocava. Se Santo Antônio, como é bem possível que viesse a acontecer, não chegasse a se emocionar com a gentileza que lhe oferecia, tantas são as homenagens com que é cumulado, mundo afora, não se deixaria de enternecer com essa lembrança fagueira a seu amado progenitor.[23]

Os potentados da vila podiam se converter em grandes beneméritos da religião. O mesmo Fernão Dias Pais que já encontramos na empreitada de destruição das missões do Tape vamos reencontrar, em 1650, na piedosa obra de bancar a reconstrução da igreja dos beneditinos. O Fernão Dias em questão já se sabe quem é — o célebre caçador (frustrado) das esmeraldas. Fernão Dias era um “potentado em arcos”, dono de uma indiada que concentrava em suas propriedades de Carapicuíba e Santana de Parnaíba. Pois em 1650 ele pôs seus índios na obra dos beneditinos, mas com uma condição — em troca, os padres lhe cederiam perpétua sepultura, no interior da nova igreja, para ele e seus familiares. Segundo a escritura firmada naquele mesmo ano entre as duas partes, os religiosos comprometiam-se “a lhe darem a capela-mor da dita igreja para ele e todos os seus herdeiros ascendentes e descendentes para que a possam lograr como coisa sua própria”. Nessa capela-mor se fariam duas sepulturas, “para que sejam enterrados, a saber: os herdeiros ascendentes dele capitão Fernão Dias Pais, legítimos, e assim mais os filhos e filhas naturais que o dito capitão tiver”, e ainda “sua mãe, irmãos, irmãs, cunhados e descendentes legítimos por linha direta”, sendo que — deixa bem claro o mesmo documento — “na dita capela-mor não se enterrará pessoa alguma senão as atrás declaradas”. Também ficava estatuído que, ao falecer Fernão Dias, sua mulher ou qualquer de seus parentes, viriam os padres buscar os corpos à porta da igreja, e os carregariam até as respectivas sepulturas.[24]

Falar em religião é falar em ritos religiosos, os maiores dos quais, capazes de empolgar toda a vila em celebrações que exigiam acurada preparação, e não raro desandavam em festas que escapavam às motivações piedosas, eram as procissões. Três eram obrigatórias, segundo as leis do Reino: a de Corpus Christi, a da Visitação de Nossa Senhora e a do Anjo da Guarda, todas coincidentemente no meio do ano, entre os meses de junho e julho. Muito concorridas também em São Paulo, como de resto no mundo português em geral, eram as festas de Santa Isabel e São Sebastião. A Câmara Municipal devia zelar para que fossem celebradas condignamente, aí se incluindo a vigilância para que os moradores cumprissem a obrigação de comparecer. Quem não comparecia, sujeitava-se a multa. Mesmo um morador importante como Antônio de Proença, aquele mesmo que veio dar em São Paulo para fugir da condenação por ter raptado uma freira em Portugal, mereceu uma repreensão, registrada em ata pela Câmara Municipal, por ocasião de uma procissão de Santa Isabel. Alegou ele que chegara na véspera do litoral, "molhado, cansado e maldisposto", e por isso faltara. Quando se aproximava um dia de procissão, os moradores eram convocados a ceder os escravos para a limpeza das ruas. Também eram obrigados a enfeitar suas casas, sob pena de multa.[25] Nessas ocasiões, a vila ficava cheia. Os moradores mais ilustres deixavam os sítios e fazendas dos arrabaldes e vinham reunir-se aos demais. Muitos mantinham casa na vila só para esses dias. As mulheres tinham permissão de sair do confinamento a que nos demais dias eram mantidas. Os mamelucos e a indiada também ganhavam as ruas — e estava armado o cenário para, concomitantemente à celebração do santo, cair-se na gandaia. Tênue é a linha, como sabem os mais puros, que separa o pecado da virtude. Se até os eremitas no deserto travavam luta permanente contra a tentação, e algumas vezes perdiam, que dizer de rudes paulistas, ou sam-paulistas, como também se dizia? Pecava-se, em dia de procissão, como não se fazia em outro dia. Isso para não falar nas arruaças que podiam terminar em levantamento e fuga de índios.[26] E por falar em pecado...

Por falar em pecado, concluamos estas observações em que se misturam devoção e divertimento, com o que interessa. Aquilo... Sexo. Como seria, nesse aspecto, a vida daquela gente, perdida num fim de mundo, e por isso mesmo talvez mais perto do diabo do que fariam supor as homenagens aos santos e sua constante invocação? Há notícias de que os banhos nos rios Tietê e Tamanduateí, em dias de verão, um hábito que a população herdou dos índios, podiam terminar em festinha pagã, com todo mundo nu.[27] Mas era nas fontes da vila, uma junto ao Tamanduateí, outra "detrás das casas de Joanne Annes", seja lá

onde fosse isso, para citar duas de que ficaram registro, onde ocorriam as ações mais eletrizantes, a julgar pelo que registram as atas da Câmara. Já em 1576, estabelecia-se punição aos homens que, naquele local, fossem apanhados "pegando em alguma negra" — vale dizer, índia. Em 1590, criavam-se multas para quem quer que fosse, branco ou índio, que fosse às fontes "não tendo lá o que fazer". Sendo lugares onde toda a população se abastecia de água, ali se davam perigosos ajuntamentos. Em 1613, de novo — e isso é sinal de que as medidas anteriores não tinham acabado com as práticas que procuravam coibir — a Câmara voltava a tomar uma medida repressiva, estabelecendo que "nenhum homem nem mancebo, de 15 anos para cima, fosse às aguadas e fontes da vila". Devia-se deixar em paz as índias encarregadas do serviço de buscar água.[28] Se tais atividades nas fontes preocupavam as autoridades, nada a objetar se se dessem na roça, no mato, nos cantos mais escondidos da fazenda, nos alojamentos da indiada, entre o senhor ou o senhorzinho e as "peças forras" do sexo feminino que mantivessem em seus domínios. Nos testamentos, multiplicam-se os casos de reconhecimento de filhos tidos fora do casamento. "Tenho um filho adulterino feito em uma negra nova tabajara", diz um testador. Outro confessa que, "sendo casado", teve uma filha "de uma índia". Outro ainda que, em solteiro, teve uma filha "de uma índia da casa de seu pai" e, depois que enviuvou, teve outra filha, desta vez "de uma negra de seu filho".[29] O desprendimento com que se confessam os pecados, ao testar, pode decorrer do medo do juízo final, estando a morte próxima, mas pode bem ser que o motivo seja a naturalidade com que se aceitava, da parte do macho, que fosse cantar, galo soberano e infrene, em quantos galinheiros lhe aprouvesse. À facilidade com que o marido confessa a infidelidade corresponde a condescendência com que a mulher a aceita. A viúva Maria Pompeu deixa certos bens — "um vestido de tafetá, umas cabaças de ouro e uns ramais de corais" — à "filha bastarda de meu marido". Há maridos que, por sua vez, pedem às mulheres que cuidem das crias que andaram produzindo ao pular a cerca. "Está em casa de Ascenso de Quadros uma mulher pejada", diz Pascoal Neto, em seu testamento. "Nascendo a criança, peço à minha mulher que a crie, pelo amor de Deus."[30]

(Em tempo: o mosteiro de São Bento manteve pelos séculos afora seu compromisso com Fernão Dias Pais. Várias reformas e reconstruções depois, quem entra na igreja dos beneditinos encontra, no chão, bem em frente ao altar, a lápide que indica o local onde estão depositados os restos do bandeirante. Do lado de fora, gravado na parede lateral da igreja, Fernão Dias ressurge, esculpido em medalhão que lhe rende homenagem pelos serviços prestados à ordem.)



XI

Ruas em Polvorosa

Pedro Taques pertencia à segunda geração de uma família cujo patriarca, do mesmo nome, chegara ao Brasil em 1591, na comitiva do governador-geral, D. Francisco de Sousa. Para se ter ideia de onde se originam algumas das famílias coloniais brasileiras, este nome Taques é na origem Tacks, ou Tassis, e deita raízes na região de Flandres, território da atual Bélgica. Não é o único sobrenome da época cujas origens remetem àquelas paragens. O nome Leme, aportuguesamento de Lems, igualmente provém de Flandres, cujos comerciantes mantinham frequente contato com Portugal. Pedro Taques, o primeiro, casou em São Paulo com Ana de Proença, filha de Antônio de Proença, aquele que sequestrou a freira.[1] O segundo Pedro Taques, o que aqui nos interessa, já estava casado — com uma irmã do grande Fernão Dias Pais — e teria entre 30 e 40 anos quando se deu o crucial fato que aqui será narrado. Antes, porém, como no boxe, em que se introduz quem se posta de um e outro lado do ringue, antes de iniciar-se a luta, pois é de luta que se trata, apresentemos seu contendor.

Do outro lado temos Fernando de Camargo, cognominado “o Tigre”, e o apelido já dá ideia do tipo. Fernando de Camargo era também de uma segunda geração de assentados na vila. O pai era o espanhol José de Camargo, chegado a São Paulo na esquadra de Flores de Valdes — aquela mesma na qual veio o malfadado irmão Diego — e aqui estabelecido entre 1582 e 1583. A mãe era Leonor Domingues Carvoeiro, filha de Domingos Luís, o Carvoeiro, outro personagem já nosso conhecido. Se ainda hoje costuma-se exclamar, com espanto: “Como o mundo é pequeno!”, imagine-se naquele tempo e naquele lugar. Todos conheciam todos, todas as escassas famílias se imbricavam com todas. Fernando de Camargo foi um dos chefes da devastadora expedição que, em 1636/1637, os paulistas desfecharam na região do Tape. Nos períodos em que sossegava das correrias no mato, ocupou diferentes cargos no governo da vila. Neste ano de 1640 em que nos situamos é juiz ordinário, o cargo mais

prestigioso do governo municipal. Está no auge. Nos confrontos contra os jesuítas, não só dentro da vila, mas também nas ocasiões em que saía para caçar indígenas sertões afora, o Tigre foi sempre um campeão. Coube-lhe o papel de cabeça do movimento contra a Companhia que, neste ano, no mês de julho, teve seu desfecho na expulsão dos padres.[2]

Indomável Tigre. Num cálculo impreciso, à falta da documentação a respeito, pode-se arriscar que estaria se aproximando dos 40 anos, no momento que nos interessa. Desde 1627 está casado com Mariana do Prado, filha de outro espanhol, João de Santa-Maria. Indomável e insaciável. Passados alguns meses da expulsão dos jesuítas, eis que ele agora se envolverá numa disputa sangrenta com Pedro Taques, evento que, tanto quanto o conflito contra os padres, terá duradouras e profundas consequências. O cenário muda, mas muda para perto. Não é mais o pátio do Colégio, onde se deram as concentrações contra os jesuítas, mas o vizinho largo da Matriz. E o dia seria algum entre fins de agosto e começo de outubro de 1640.[3] Encontrando-se ambos, Pedro Taques e Fernando de Camargo, no largo da Matriz, diante da porta da igreja, eis que se estranham, se provocam, se inflamam, se insultam — e logo sacam das espadas e adagas. Segue-se uma luta encarniçada, e não só entre os dois. Vai juntando gente, a indiada de cada lado, mais parentes e aliados que acorrem em socorro de um e outro, igualmente inflamados, igualmente provocando-se uns aos outros, insultando-se, lançando-se em mortal assalto uns contra as goelas dos outros. De repente, era *Romeu e Julieta*, Ato I, Cena I. A praça de Verona tomada pela fúria de duas gangues rivais, espada tinindo contra espada, braço contra braço, o chão da vila tingindo-se do sangue, só que uma Verona rude, sem castelos, sem nobres, nem duelantes com punho de renda a brandir a espada. Outra diferença é que a luta não se conteve na praça. Foi-se deslocando, invadindo outras ruas, becos e largos. Imagine-se boa parte do que viria a ser o centro velho de São Paulo tomado por uma batalha campal. E o curioso é que os contendores iam percorrendo a vila em círculo, como que impulsionados pelo rodopio de um carrossel. Ao fim desse “vicioso círculo”, como escreveu o cronista que deixou o relato original do episódio, voltaram ao mesmo lugar onde a luta se iniciara.[4] Corpos jaziam pelo chão. Muitos foram os mortos, nesse dia. No entanto, “grande foi a providência oculta de Deus”, segundo o cronista, e poupou os dois principais contendores.[5] Não são necessários dotes de adivinho para supor que a grande maioria dos mortos terá sido de índios, os peões das batalhas desse tempo e lugar. Não foi desta vez que rolou o sangue de uma figura de respeito como Pedro Taques, nem de um chefão indômito como Fernando de Camargo.

O desacerto entre os dois teria estourado naquele momento ou já vinha de longa data? Tudo indica que era antigo. Havia entre eles, como se verá, agudas diferenças, que desaguavam em disputas pelo controle da Câmara. Há ainda historiadores que levantam a hipótese de esta briga se misturar com a outra, travada em torno dos jesuítas — sendo Pedro Taques aliado dos padres, enquanto Fernando de Camargo seria o maior de seus inimigos. O fato é que, com o enfrentamento do largo da Matriz, eclodiu em sua forma armada um conflito que, opondo em dois bandos inconciliáveis as mais ricas e influentes famílias do lugar, iria marcar a história da vila pelas décadas seguintes — a guerra entre os Pires e os Camargos. Pedro Taques não tinha Pires no nome, mas se aparentava e se aliava com essa família. Não é à toa que se fez, no parágrafo anterior, referência a Verona. Tal qual na cidade dos Capuletos e Montecchios, São Paulo foi tomada por uma guerra de clãs. Guerras de família são tão velhas quanto as sociedades humanas. Tanto mais sangrenta quanto a influência dos clãs se põe acima das leis, elas se desenvolvem em lances tão encadeados quanto um jogo de xadrez, em que o movimento do primeiro jogador embute o convite ao movimento do segundo, e o deste de novo ao do primeiro e assim por diante. Seu locus por excelência são as comunidades rurais, como era a São Paulo do tempo sob nossa atenção. Em certas civilizações, tais guerras originaram rituais macabros, como vingar o assassino sobre o túmulo da vítima, de maneira que compensasse com o próprio sangue o prejuízo causado ao ofendido, e este pudesse enfim descansar em paz.[6] No Ceará, em Pernambuco e um pouco por toda parte, no Brasil, há registros de guerras familiares, algumas tão compridas que se prolongaram até o século XX. A de São Paulo é das mais dramáticas. Pedro Taques e Fernando de Camargo, os dois valentões que lhe deram início, acabaram saindo ilesos daquele confronto inicial, mas nem por isso sossegaram. Mais ainda, depois daquele episódio, foram-se acumulando os ódios, fermentados no íntimo de cada um ou nos conciliábulos com os parentes e aliados. No ano seguinte, no mesmo largo da Matriz, explodiria o segundo encontro entre os dois — curto, desta vez, rápido, fatal. Estava Pedro Taques a conversar com um amigo, junto à porta lateral da igreja, quando veio Fernando de Camargo. Taques não teve tempo para sacar da arma. Não pôde esboçar reação. À traição, Camargo enterrou-lhe a adaga nas costas.[7] Pedro Taques morreu bem ali, junto à matriz, no coração da vila. Para conferir mais ressonância e simbolismo ao sacrifício, não haveria lugar melhor.

O biênio 1640-1641 na vila de São Paulo é prenhe de incidentes aos quais a posteridade daria o estatuto de eventos históricos. À expulsão dos jesuítas soma-

se a eclosão da guerra entre Pires e Camargo. E a estes dois soma-se um terceiro, para cujo entendimento é preciso lembrar que o ano de 1640 é um marco na história de Portugal. É o ano da Restauração. Depois de sessenta anos, Portugal liberta-se do domínio espanhol, graças a um movimento que levará ao trono o duque de Bragança, coroado como D. João IV. Voltam a trilhar destinos separados as duas potências ibéricas, e isso, como não poderia deixar de ser, terá fundas repercussões nas colônias portuguesas. O golpe que restaura a situação anterior a 1580 deu-se em Lisboa em 1º de dezembro de 1640. A notícia chegou à Bahia em 15 de fevereiro do ano seguinte, e ao Rio de Janeiro a 10 de março. A São Paulo, terá chegado cerca de uma semana depois.[8] Foi possivelmente em meados do mês seguinte que ocorreu o curioso episódio da aclamação, na vila, de um rei que não era nem português nem espanhol — mas paulista. É a história de Amador Bueno, o "aclamado". O homem que não quis ser rei, dizem os admiradores, enaltecendo-lhe a modéstia. O homem que não quis ser rei, replicariam os céticos, porque não havia reino, nem trono ou coroa que valessem o custo de tentar viabilizá-los.

Amador Bueno era o filho mais velho de um espanhol de Sevilha, Bartolomeu Bueno da Ribeira, chegado a São Paulo logo nos primeiros anos, em 1571. Amador Bueno da Ribeira, este o nome completo, acumulou bens e poder. Tinha "debaixo de sua administração muitos centos de índios", nas palavras do principal cronista das famílias paulistas, índios esses que tinha "convertido à nossa fé pela indústria, valor e força das armas".[9] Que esplêndida reunião de eufemismos, numa única frase! Os índios não eram escravos — estavam sob sua administração. E haviam sido reduzidos a essa condição pelo motivo piedoso, tão invocado, no período, de convertê-los à fé católica. O trabalho de seus muitos centos de índios permitia-lhe dirigir um empreendimento agropastoril de porte, para a época e o local, no qual se destacava, previsivelmente, a produção de trigo, mas que incluía ainda as culturas de milho, feijão e algodão e a criação de vacas e cavalos. Também criava ovelhas, cuja lã servia para a fabricação de um certo tipo de chapéu grosso que era característico de São Paulo.[10] "Homem bom" de tão sólidos cabedais e tal poderio em índios sob suas ordens, Amador Bueno não poderia deixar de participar da administração da capitania e da vila. Ocupou vários cargos, inclusive o de capitão-mor da capitania de São Vicente, na década de 1630. Foi casado com Bernarda Luís, filha de Domingos Luís, o Carvoeiro — como esse mundo é pequeno! —, com quem teve nove filhos, e seu quartel-general, onde mantinha seus índios, as plantações e criações, ficava numa extensa fazenda no Mandaqui, bairro situado lá do outro lado do rio

Tietê.[11] Como descendente de espanhol, suas relações mais estreitas eram com as numerosas famílias dessa extração que habitavam São Paulo. Lembremos que a vila, ponto de partida dos caminhos terrestres que conduziam ao Prata, ao Paraguai e mesmo ao Peru, teve desde a fundação intercâmbio significativo com as regiões de colonização espanhola da América do Sul. A isso se acrescenta que, no período de união das coroas ibéricas, intensificou-se o trânsito de súditos espanhóis e sua fixação na vila. Numerosas famílias paulistas têm origem nesses pioneiros. Na arquitetura e nos costumes, São Paulo trairia a influência espanhola, o que representaria mais um traço distintivo com relação às vilas litorâneas.[12] Amador Bueno, além de filho de espanhol, tinha dois genros dessa nacionalidade, os irmãos João Mateus Rendon e Francisco Mateus Rendon, estabelecidos no Brasil desde que por aqui aportados na armada que veio libertar a Bahia da ameaça holandesa, em 1625. Para dizer tudo, e em poucas palavras, era homem envolvido até o pescoço com a espanholada, tanto a que veio da Europa como a que, originária do Paraguai, transferiu-se para São Paulo nos anos 1620 e 1630, por motivos obscuros — talvez por ter origem judaica e ser perseguido pelo Tribunal da Inquisição sediado em Assunção.[13] E a espanholada, mesmo aquela perseguida dentro dos próprios territórios dominados por Madri, não poderia deixar de estar temerosa, naquela quadra em que se reafirmava a identidade portuguesa e a maré montante do nacionalismo luso representava nova ameaça no horizonte. Os espanhóis de São Paulo — assim narra o cronista que primeiro historiou tais fatos, frei Gaspar da Madre de Deus — tiveram uma ideia. Fomentariam um movimento em favor da independência de São Paulo. Proclamariam São Paulo um reino, e lhe dariam um rei. O escolhido, pela fortuna, poderio e prestígio, foi Amador Bueno.[14]

Imaginemos um cenário de teatro que muda, para sediar o novo ato da peça. Saem o pátio do Colégio e o largo da Matriz, entram a rua e o largo de São Bento. Amador Bueno tinha sua residência, para os dias em que vinha à vila, na rua de São Bento. Para lá se deslocou uma turba, insuflada pelos espanhóis, e passou a aclamá-lo como rei. “Viva Amador Bueno, nosso rei!”, gritavam. Foi juntando gente, o clima de exaltação entrou num crescendo e São Paulo começou a viver, neste momento, mais uma de suas habituais jornadas de alvoroço. Amador Bueno apareceu à porta, depois de insistentes chamados, mas apenas para recusar a honraria e tentar esfriar os ânimos dos manifestantes. Rei, ele? Não, rei era o Bragança. Restaurado um português no trono, restaurava-se simultaneamente a dignidade da nação portuguesa. A turba não se conformava, e insistia. Amador Bueno recusava sempre, e chamava-lhes a atenção para o crime

de lesa-majestade que estavam cometendo. Lembrou a obrigação de fidelidade que tinham todos para com o rei de Portugal. Os ânimos foram esquentando, e a "obstinação do povo ignorante", nas palavras do cronista, fez que os humores da turba se invertessem.[15] Em vez de homenageado, Amador Bueno passou a ser hostilizado. Até de morte o ameaçaram. Bueno sentiu-se em perigo e, escapulindo pelo quintal da casa, pôs-se a caminho do mosteiro de São Bento. Levava a espada à mão. A turba se pôs a persegui-lo. "Viva Amador Bueno, nosso rei!", insistiam. Ele respondia, em alta voz: "Viva o senhor D. João IV, nosso rei e senhor, pelo qual darei a vida!".[16] Outro cronista registra gesto ainda mais altivo. Desembainhando a espada, o aclamado gritaria: "Real, real, por D. João IV, rei de Portugal!".[17] Seria um eco do grito que, nas primitivas lutas de expulsão dos mouros, Camões põe na boca da soldadesca lusitana:

> "E diante do exército potente
> Dos imigos gritando, o céu tocavam,
> Dizendo em alta voz: 'Real, real,
> Por Afonso, alto rei de Portugal.'"[18]

Chegando ao mosteiro, Amador Bueno enfiou-se, célere, porta adentro, acobertado pelos padres. Tão rapidamente quanto se abrira, a porta se fechou, e os manifestantes ficaram do lado de fora. Nem por isso desistiam. Gritavam, pediam a presença do suposto rei. Veio o abade e procurou acalmá-los. Jogava-se um jogo de paciência, esperando que o tempo viesse a esfriar os ânimos. Mais um pouco, e o próprio Bueno reapareceu. Estava agora cercado pelos religiosos do convento. A companhia dos profissionais da fé era uma maneira de chamar a turba ao respeito e à moderação. Enfim, o ex-futuro rei conseguiu convencer o povaréu de que tinham sido todos vítimas de um ardil dos espanhóis. A obrigação de quem quer que habitasse a porção portuguesa da América era de obediência irrestrita ao monarca português.[19] No dia seguinte, Amador Bueno retirou-se para Santos. Era um homem já de certa idade. Em Santos ficou até que se acalmassem os espíritos.[20]

Talvez o episódio não tenha ocorrido de forma tão colorida, com tantas correrias e brados heroicos. Talvez, como defende, desde o século XIX, uma corrente de historiadores, nem tenha ocorrido a "aclamação" de Amador Bueno.[21] Subsiste o fato de que a forte presença de espanhóis gerou tensões em São Paulo, à época da Restauração, e de que, para aplacá-las, Amador Bueno desempenhou papel preeminente.[22]

Indague-se de um brasileiro qual seria a capital nacional dos restaurantes, e a resposta será: São Paulo. No último terço do século XX, a cidade firmou a reputação de possuir um parque gastronômico de primeira ordem. Pois o antecessor distante dos templos culinários da metrópole é o estabelecimento de um senhor, sobre o qual nada se sabe, de nome Marcos Lopes. O leitor merece um descanso, depois de tanto conflito. Que tal, para relaxar, um jantar *chez* Marcos Lopes? Marcos Lopes foi o responsável pela primeira casa de pasto de São Paulo. A instalação de tal tipo de estabelecimento respondeu a um reclamo da Câmara Municipal, que julgou necessário ter a vila um lugar que vendesse "coisas de comer e de beber". Tratava-se de um conforto a oferecer aos forasteiros. O hábito de os próprios habitantes saírem a comer fora, por diversão, por praticidade ou pelos prazeres da experimentação gastronômica, é algo que demorará ainda muitos e muitos anos para vingar. Propôs-se Marcos Lopes a aceitar a incumbência e, depois de jurar sobre os santos evangelhos, foi investido oficialmente pela Câmara em suas funções, comprometendo-se a fornecer em seu ponto de comércio "carnes, beijus, farinhas e outras coisas".[23] Diga-se de passagem que, na boa tradição medieval, cabia à Câmara habilitar os candidatos a exercer os diferentes ofícios, bem como fiscalizar, pelos funcionários chamados almotacés, seu correto exercício e os preços cobrados.[24] O restaurante de Marcos Lopes, e talvez restaurante seja nome pomposo demais para o caso em tela — mais adequado seria chamá-lo bodega, tasca ou, na melhor das hipóteses, taberna —, dobrava-se de estalagem, como era costume, e data do distante 1599. D. Francisco de Sousa estava para chegar, acompanhado de comitiva, e foi no intuito de equipar a vila com um mínimo de recursos para receber os visitantes que se cogitou de dotá-la com tal gênero de estabelecimento comercial. Em 1603, uma cigana, Francisca Rodrigues, abriu casa similar. E na década de 1630, há notícias de barbeiros que também vendiam comida e bebida — barbeiros que, por sinal, não eram só barbeiros, como se sabe, mas também cirurgiões, e em especial cultores dessa prática médica de ampla indicação que era a sangria. Um paladar acostumado às iguarias dos bons restaurantes da São Paulo contemporânea chamaria as iguarias servidas na casa pioneira de Marcos Lopes, na da cigana, ou na botica de múltipla serventia dos barbeiros, pelo nome insultuoso de gororoba. As próprias instalações, quando as havia, em vez de tais prestadores de serviços o fazerem na própria casa, ou na rua, como ambulantes, seriam chamadas de espelunca. Sejamos tolerantes. A rudeza do meio e a pobreza de recursos os redime.

Em São Paulo comia-se comida de índio, como já sabemos. Faltava sal, e dois

dos pratos mais comuns, que prescindiam desse elemento, eram a canjica e o angu, ambos feitos com o tão abundante e apreciado milho. Concorrente do milho, no gosto popular, era a mandioca. Dela, entre outras coisas, se fazia a "farinha de guerra", uma pasta de mandioca cozida que, enrolada em folhas, podia durar muito, e por isso era levada no bornéu dos integrantes das entradas, para servi-los no sertão. Aprendida dos índios, a farinha de guerra servia também aos jesuítas, em suas andanças. O feijão, aos poucos, também se impôs no prato dos paulistas. O milho tinha a vantagem de crescer rápido — em boas condições, três meses depois da semeadura. Assim, era o cultivo preferencial das equipes avançadas que, antes da partida das grandes bandeiras, eram enviadas para certos pontos do itinerário a ser percorrido, com o objetivo de abrir roças para a alimentação da tropa.[25] Criações de gado bovino foram implantadas em ritmo crescente, ao longo do século XVI, no Planalto Paulista. Antônio de Proença, aquele português... o leitor já sabe: o da freira... foi, assim como seus herdeiros, grande criador de gado, em sua fazenda do Ipiranga.[26] Boa parte da produção era no entanto destinada à exportação. Mais de uma vez, a Câmara tomou providências para conter a venda para fora, temerosa do desabastecimento local. Vendidos às vilas do litoral, onde não havia criação, os bois e as vacas seguiam pelas precárias trilhas da serra do Mar, tangidos pelos índios. Reclamava-se que tal movimento de animais acabava estragando os caminhos, e obrigando a frequentes reparos. O peixe foi também de fundamental importância para a alimentação dos moradores do Planalto, assim como já o fora para os índios. Um método de despender na pescaria o mínimo de esforço, com o máximo de rendimento, era recorrer ao "timbó", ou "tingui", uma erva que, jogada na água, deixava-a toda contaminada de um veneno escuro, e matava tantos peixes quantos houvesse. Os jesuítas Anchieta e Fernão Cardim testemunharam tal prática, inventada pelos índios, para decepção dos ecologistas que, séculos depois, os considerariam perfeitos exemplos de povos respeitadores da natureza. Anchieta afirma que, certa vez, viu matar 10 mil peixes de uma vez, por esse método. A Câmara chegou a proibir o recurso ao timbó, em nome da continuidade da procriação dos peixes e da preservação da água.[27] Enfim, que ninguém se espantasse se, ao adentrar nas bodegas da época, fosse recepcionado com uma sopa de cobra ou um assado de lagarto. Não só as exigências eram outras, mas também o gosto. O padre Fernão Cardim não chegou a dizer, nos seus clássicos *Tratados da Terra e Gente do Brasil,* que por aqui havia numerosos ratos, de diversas castas, pretos, ruivos, pardos, e que "todos se comem, e são gostosos"?[28]

Devidamente alimentados com um gordo rato, uma sopa de cobra ou um assado de lagarto, empreendamos agora, para desfastio, ou para fazer o quilo, como se diz, um giro pela vila. As ruas continuavam tão sujas como, muito provavelmente, eram as cozinhas das tascas, mas pelo menos começavam a ganhar nomes. Não nomes oficiais, que isso só muito depois, a partir de 1809, é que vai acontecer, mas nomes que lhes pespegava o povo. A rua que dá acesso ao mosteiro de São Bento, a primeira a ser batizada, foi inicialmente chamada de "Martim Afonso" — em honra não ao de Sousa, mas a Martim Afonso Tibiriçá, nome cristão do cacique que ajudou os padres a se instalarem no Planalto. Já nos anos 1630 o nome muda para "rua que vai para São Bento", ou "rua Direita de São Bento", ou ainda "rua de São Bento para São Francisco", e na década seguinte consolida-se o nome que perdurará pelos séculos vindouros — rua de São Bento. Outra rua que logo merecerá um nome é a "Direita que vai para Santo Antônio", ou "rua de Santo Antônio", assim chamada por causa da ermida que os franciscanos construíram, sob a invocação desse santo, no primeiro lugar que haviam escolhido para seu convento — aquele que no futuro será a praça do Patriarca. Esta rua logo perderá o atributo dedicado ao santo para, mais economicamente, virar apenas "rua Direita". Igualmente, vai-se fixando o nome de largo da Matriz, ou terreiro da Matriz, para a futura praça da Sé, e de "terreiro do Colégio", ou "pátio do Colégio", para o largo em frente ao Colégio dos Jesuítas. Outro largo existente na primeira metade do século XVII era o "da Misericórdia", assim chamado por causa de uma igrejinha ali existente. A igrejinha sumiu. O largo, embora indigno deste nome, estreito que é, permaneceu.[29] Mais frequentes do que estes, no entanto, nos documentos antigos, são os logradouros sem nome, ou antes, designados apenas pelo nome de um morador, ou referência semelhante. Assim, a "travessa que vai para as casas do defunto D. Simão", a "travessa onde mora Manuel Morato", a "que se abriu pelo oitão da casa de Jácome Nunes", ou "a que está tomada pela Câmara".[30] O largo da Matriz já ia sendo promovido a principal ponto de referência da vila, e, como tal, merecia tratamento mais cuidadoso. Em 1642, para que ele pudesse ser alargado, a Câmara desapropriou terrenos de particulares, justificando que o fazia "para assim a vila ficar mais enobrecida, e a praça dela".[31] "Praça da vila", ou "a praça desta vila" eram outros nomes com que os documentos se referem ao largo da Matriz. Outras importantes vias de comunicação eram as pontes. Não esquecer que a vila se elevava entre dois rios, e que, mesmo na parte onde não era abraçada nem pelo Tamanduateí nem pelo Anhangabaú, cercavam-na várzeas tão frequentemente alagadas que sua

configuração era próxima à de uma ilha. As pontes primitivas consistiam em toscas armações de madeira, que viviam em reparos, incapazes que eram de suportar o peso das cargas com que os habitantes teimavam em pôr suas estruturas à prova.[32]

Com quem depararíamos, nessas ruas, largos e pontes? Com mulheres certamente não. Ou, pelo menos, as mulheres, digamos, de "família", categoria em que naturalmente não se enquadravam as índias, servas ou não. Lugar de mulher de família era em casa. Além de reclusas, elas eram analfabetas. Não que não houvesse muitos analfabetos igualmente entre os homens. Tanto havia que eram comuns as assinaturas em cruz nos documentos. No caso das mulheres, no entanto, o analfabetismo era como que um dado da natureza, tão inseparável da condição feminina quanto ter seios e aptidão para dar à luz. "Por ser mulher, e não saber ler", escrevia-se nos documentos, para justificar que outro assinava por ela. Nos inventários e testamentos pesquisados por Alcântara Machado para escrever *Vida e Morte do Bandeirante*, só aparecem duas mulheres alfabetizadas.[33] Quem trançava para cá e para lá, pela vila e arredores, era com certeza a indiada. Índio era pau para toda obra. Já vimos que, em 1650, os índios de Fernão Dias estavam ocupados na construção da nova igreja dos beneditinos. Era hábito da Câmara requisitar, para certas obras públicas, que os moradores cedessem, cada um, certo número de seus índios. Assim para reparar ou fazer caminhos, reparar ou construir pontes, ou para serviços de limpeza. Tratava-se do sistema de empreitada ao qual se dava o nome de "mão comum". Os índios eram agricultores, operários da construção, transportadores. Nesta última qualidade, cabia-lhes, inclusive — e principalmente —, os serviços de transporte no percurso serra do Mar abaixo ou acima, carregando não só o trigo para ser exportado do porto de Santos, não só tocando o gado para abastecer as vilas do litoral, como também sustentando nos ombros os senhores ou damas que, por velhice, doença, fragilidade, preguiça ou altivez, principalmente altivez, não se utilizavam das próprias pernas. O trigo era transportado em cestos de 30 quilos cada.[34] Os senhores e senhoras, em especial as senhoras, podiam ir em cadeirinhas, ou então, mais típico ainda, em redes, iguais às redes de dormir, atravessadas por um pau e carregadas em cada ponta por um índio. Havia redes elaboradas de nobres tecidos, finamente trabalhados, e com adornos que podiam incluir passamanes de prata, para esse fim. Eram os equivalentes regionais das carruagens de luxo dos centros mais avançados.[35] Índio para cima e para baixo, os pesos a vergarem-lhes os corpos, os pés descalços a enfrentar as surpresas e os perigos dos caminhos, ou descaminhos: eis a cena mais frequente, na vital

linha de comunicação entre o Planalto e o litoral. Afinal, tinha-se escravo para quê?

Ou melhor: ninguém tinha escravo. O que se tinha eram “peças de serviço”, “peças forras”, “gente forra”, “gente do Brasil”, “gente de obrigação”, “gente de serviços obrigatórios”, “gente da terra”.[36] Como escravizar índios era proibido por lei, não se ousava chamá-los de escravo. Criou-se então um virtuoso leque de eufemismos para nominar o inominável. Nos testamentos, multiplicam-se as menções às “peças forras” ou “gente forra” que o testador dispõe-se a deixar aos herdeiros. Isso mesmo: são “peças forras”, mas transmitidas aos sucessores como se propriedades fossem. “Declaro que não possuo escravo algum cativo mas somente possuo como é uso 90 almas do gentio da terra os quais tratei sempre como filhos e na mesma formalidade os deixo a meus herdeiros”, diz o testamento de Maria do Prado.[37] É de bom-tom recorrer a volteios piedosos, como esse de declarar que sempre tratou como filhos as “peças” em questão. Vender índio, à luz do dia, com registro em documento, pouco se ousa, mas o repasse, nos atos sucessórios, é praticado sem constrangimento, e tem justificativa nos “usos e costumes da terra”. Antônio Domingues e Isabel Fernandes mencionam, em seu testamento conjunto, dez índios que “são livres pelas leis do Reino”, mas “de serviços obrigatórios” pelo “uso e costume da terra”, razão pela qual os deixam, na mesma condição, aos herdeiros.[38] Índios “de minha administração”, outra expressão corrente, traz à tona um artifício institucional mais elaborado, para esconder a escravidão. Índios não eram seres que podiam administrar a si próprios. Legalmente, eram incapazes. Como aos jesuítas, nos aldeamentos, coubera o papel de seus administradores, por analogia, foi-se criando o conceito de “administração particular”. Os índios que se tinha na fazenda, ou em casa, eram de “administração particular” de seus senhores.[39]

Nem só a frieza e o cinismo regem os atos dos testadores. O caso de um F. R. de Miranda mostra como era possível, no ato de testar, ser acometido de um rasgo espetacular de arrependimento. “Declaro que fui duas vezes ao sertão dos carijós”, diz ele. “Tenho alguns serviços que mando a minha mulher e filhos que querendo eles estar em sua companhia os tratem como forros, e quando se queiram ir não lhes impedirão sua ida, mas antes a favoreçam pela afronta que lhes fiz com os trazer com pouca vontade sua.”[40] Todo mundo tinha seu escravo, não só os grandes proprietários rurais. Estamos diante de uma sociedade em que não ter índio, nem que fosse um só, para servir em casa, ou pescar o peixe com que se alimentar, era condenar-se à existência de pária. Um testador declara não possuir “bem imóveis, nem de raiz”. Tudo o que tinha de seu era “um negro

gentio do Brasil, já velho”.[41] “Negro”, como já vimos, ou “negro gentio”, ou “negro da terra”, eram outras denominações muito usadas para uma gente que, apesar de não ter pele tão escura como a dos africanos, igualava-se a estes no fato de também ter vindo ao mundo para obedecer e trabalhar pelos senhores. Não eram estranhos aos paulistas esses escravos de verdade, permitidos por lei, que eram os africanos, mas eram escassos, na terra. Por que a preferência pelo índio? Em primeiro lugar, porque os índios eram abundantes na região, assim como nas áreas que os paulistas aprenderam desde cedo a palmilhar. Em segundo, porque os escravos africanos eram caros, para um centro econômico de importância secundária, como São Paulo. Em terceiro porque, sendo um centro de importância secundária, estava, à diferença das zonas açucareiras do litoral, desconectado das linhas de tráfico negreiro que, partindo de Angola ou da Guiné, abasteciam o mercado brasileiro. Em quarto, e isto é fundamental, porque em São Paulo o tipo de sociedade, ou de cultura, ou de civilização — ou incivilização — que se erigia tinha profundos vínculos com o índio, e dele dependia como se depende do ar para respirar. Não se iria ao sertão, se os índios não tivessem ensinado o caminho. Eles conheciam os bichos e as ervas da terra. Na serra do Mar e em outras partes, eles executavam os serviços de transporte porque sabiam onde estavam pisando. E, na briga, eram soldados incomparáveis, com quem se podia contar não só para defender a vila, como também para engrossar as forças paramilitares que os senhores, tanto para as entradas sertão adentro como para as querelas internas, iam acumulando. Nenhum desses serviços podia ser feito por um estrangeiro ignorante da terra, como os africanos. Os índios ainda ensinaram o que comer e, em alguma medida, como se curar das doenças, com os recursos disponíveis. Sem índio não se compreenderia São Paulo.

Encerrado este passeio pelas tascas, as ruas e as gentes da terra, voltemos às brigas. É de espantar como uma povoação tão pequena e carente, nos fundões da América portuguesa e do mundo, pudesse acumular tantas disputas. Caso se queira adicionar mais um aos conflitos entre colonos e jesuítas, espanhóis e portugueses, ou uma família contra outra, há ainda a longa pendenga sustentada pelos moradores contra aquele que, nomeado em meados da década de 1640, deveria ser a maior autoridade religiosa da vila, o vigário Domingos Gomes Albernaz. Mas deixemos este caso em suspenso. É hora de voltar ao conflito entre Pires e Camargos.



XII

Crime e Vingança

Poucas vezes se viu brincadeira tão inocente terminar em tragédia tamanha. Era época de entrudo, a temporada de folguedos que, no Brasil colônia, fazia as vezes de carnaval. Estava Alberto Pires, homem “por natureza rústico”, na descrição do primitivo cronista das famílias paulistas, o que talvez queira dizer, em linguagem menos polida, um tipo meio tonto, entre o bobo e o tantã, a brincar com a mulher, Leonor de Camargo Cabral, na propriedade rural do casal, quando... — que fez ele? Nada. Um tapinha na testa, não mais que isso, “uma limitada pancada”, segundo o mesmo cronista — e eis que Leonor cai fulminada.[1] Jamais se viu piparote de tão formidável potência. Aquilo que partira como golpe amigável e brincalhão, quase um afago, acabou por produzir o efeito de uma bomba atômica. A morte foi instantânea. E não bastasse o choque, não bastasse o susto de ter a mulher assim posta a nocaute, implacável e irremediavelmente, Alberto Pires logo se deu conta de que tinha pela frente outro problema, de devastadoras proporções. Como contar história tão absurda? Quem acreditaria nela? Ocorreu ao pateta complicar um pouco a cena para lhe conferir credibilidade. Mandou chamar o cunhado Antônio Pedroso de Barros, casado com sua irmã Maria Pires. Não gostaria ele de vir brincar o entrudo e participar da comilança que, nas famílias, costumava acompanhar a festa? Alberto Pires tinha em mente, se é que mente tinha, um sinistro plano. Se seria difícil acreditar que uma pancadinha inocente, inadvertidamente metamorfoseada em piparote atômico, havia sido a causa da morte da mulher, então daria ao trágico acontecimento a roupagem sem dúvida mais verossímil de um crime passional. Ficou esperando o cunhado, em emboscada, à entrada da fazenda. Na hora em que este despontou, despreocupado como se pode adivinhar, em quem não fazia senão atender a convite para participar de uma diversão de entrudo — pum!, ou bum!, ou bang!, ou qual seja a melhor interjeição para reproduzir o estrépito de um tiro de bacamarte. Alberto disparou

a arma contra o infeliz cunhado, e o matou. Em seguida — eis a conclusão do ardiloso plano — arrastou um cadáver para junto do outro e mandou, “a toda pressa e aceleração”, chamar os parentes. Contou-lhes que surpreendera a dupla em flagrante de adultério. Para vingar-se daqueles que “lhe ofendiam a pureza do tálamo sacramental” — as palavras são sempre do cronista —, aniquilou-os “no mesmo lugar onde tinham cometido a torpeza”. Os parentes compreenderam sua atitude. Até a louvaram. Não lhe sobrava mesmo opção senão lavar “a mancha de sua desonra no próprio sangue daqueles adúlteros”.[2]

Se o leitor reparou no nome dos implicados, já se deu conta do tamanho do problema. Alberto, o marido ofensor, que se fez de ofendido, era Pires. Leonor, a esposa vítima, transformada em culpada, era Camargo. Pires e Camargos já haviam, antes de deflagradas as hostilidades entre as duas famílias, se unido em matrimônio e continuariam a fazê-lo mesmo depois, às vezes com a intenção mesma de forjar alianças que detivessem a contínua confrontação. Foi o caso do casamento de Alberto e Leonor. Alberto Pires era o primogênito de Salvador Pires, que, com seu irmão João Pires, constituiu-se no maior produtor de trigo de São Paulo na primeira metade do século XVII.[3] Os irmãos Pires tinham sua fazenda numa área bem ao norte da vila, para lá da serra da Cantareira, num bairro — na época era bairro — que mais tarde seria conhecido como Juqueri, e mais tarde ainda, já feito município, trocaria o nome para Mairiporã. A mãe de Alberto Pires, uma senhora de que muito se falará nesta história, era Inês Monteiro de Alvarenga, “cognominada a Matrona”, ajunta o cronista que vimos citando, e logo se verá quão matrona era. Leonor de Camargo Cabral, a infeliz esposa, morta de maneira tão trágica — ou tão cômica —, em plenas celebrações do entrudo, era filha do português Estêvão Cabral e de Gabriela Ortiz de Camargo, esta uma irmã de Fernando de Camargo, o irredutível “Tigre”, e de outra respeitável figura, que logo assumiria a liderança do clã, José Ortiz de Camargo. Já se vê que estamos bem perto do coração selvagem da disputa, o núcleo duro dos chefões Pires e dos chefões Camargos.

Teria mesmo o crime de Alberto Pires ocorrido daquela forma e naquelas circunstâncias? Há quem sustente que não. “Houve indubitavelmente adultério, que se quis encobrir”, concluiu o historiador Paulo Prado.[4] O casamento, apesar de feito na intenção de constituir-se em ponte de paz entre as famílias beligerantes, talvez já se apresentasse desde o início contaminado pelo veneno das antigas discórdias. O episódio nos chegou por via de Pedro Taques de Almeida Pais Leme, autor de um clássico do século XVIII, a *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. É ele o cronista que vimos citando. Não

confundi-lo com o outro Pedro Taques, o assassinado na porta da catedral, seu ancestral, mas atenção: por isso mesmo, por ser descendente de uma das partes beligerantes, o cronista é parte suspeita. Por alguma razão, sabe-se lá qual — ocultar o adultério, ou livrar o ancestral da pecha de uxoricida intencional —, pode ter endossado uma versão pouco exata dos fatos. Ele próprio ressalva, como a justificar-se da eventual incredulidade dos leitores, que o episódio, tal qual o narra, "só tem por documento a memória dos velhos, comunidade de pais a filhos".[5] Em outras palavras, o que passa adiante é a versão familiar, aquela que circulava em seu próprio meio doméstico, contaminado pelos interesses dos Pires.

O crime do entrudo nos introduz a certas características da São Paulo da época. Foi cometido numa fazenda, palavra que, aliás, era menos usual do que sítio, mesmo para grandes propriedades.[6] As famílias dominantes, como já se observou, moravam na zona rural, em companhia da numerosa indiada que, além de se incumbir do trabalho na terra, servia de exército particular. Cultivavam o trigo, produto responsável por excelência pelas fortunas do período. Mas não bastava ter trigo. Melhor estava quem, além dele, tivesse moinho. Nem todos o tinham. A posse de tais engenhocas, quase sempre, ao que se presume, movidas a roda-d'água, era privilégio de poucos. Por isso mesmo duplicava-lhes os lucros e acrescentava-lhes poder. A quem não tinha moinho, o que restava era recorrer a quem tinha. Este então cobrava a "maquia", uma certa porção da produção que lhe era entregue em pagamento. O mais comum era o dono do moinho ficar com um alqueire de trigo a cada sete que lhe era entregue pelo produtor que dele carecia.[7] Não é difícil imaginar como tal processo favorecia a concentração de renda. Acresce que para transportar o trigo ao porto de embarque, em Santos, era preciso possuir equipes numerosas de índios, o que mais uma vez contribuía para a concentração da renda — e do poder — entre alguns poucos. Foi nesse contexto que se afirmou a superioridade das famílias dominantes da época.[8] Pires e Camargos eram grandes produtores de trigo. Se os Pires foram os maiores na primeira metade do século XVII, na segunda metade os Camargos tomaram-lhes a dianteira.[9] Completava-lhes a riqueza, num caso como no outro, a posse de moinhos e equipes de transportadores. Outra família que reunia os mesmos atributos eram os Buenos, a gente de Amador Bueno, o "aclamado". Estamos numa época — meados do século XVII — em que o nomadismo febril dos bandeirantes começa a se aquietar. Os antigos desbravadores do sertão, satisfeitos com os enormes plantéis de cativos que foram amealhando, são as mesmas pessoas que agora dão preferência à vida sedentária, nas extensões

consideráveis de suas propriedades rurais. Os mais ricos e poderosos estão estabelecidos ao norte da vila. Se Amador Bueno tem sua fazenda no bairro Mandaqui, Pires e Camargos ocupam áreas mais ao norte ainda, para além da serra da Cantareira. Os Pires estão estabelecidos no Juqueri. Os Camargos dominam Atibaia. Percebe-se que a extensão da vila, ou do município, como se diria hoje, era tão elástica que São Paulo, ao expandir-se no rumo Norte, chegava às franjas do que é o atual estado de Minas Gerais. O Planalto assistira à criação de apenas duas outras vilas, até a década de 1640, dois antigos bairros de São Paulo que se tornaram independentes — Mogi das Cruzes, em 1611, e Santana de Parnaíba, em 1625. Todo o resto, vale dizer, tudo que se foi ganhando dos índios, ao longo do tempo, era agregado à vila de São Paulo. A vila de Jundiaí só conquistaria a autonomia em 1655. As de Itu e Sorocaba, em 1656 e 1661, respectivamente. Para o lado leste, no vale do Paraíba, Taubaté é de 1643, Guaratinguetá de 1651 e Jacareí de 1653. Os grandes proprietários, como que para firmar o prestígio no bairro rural que ocupavam, costumavam fundar capelas. Foi assim que um dos Camargos, de nome Jerônimo, outro irmão de Fernando, o Tigre, e de José Ortiz, fundou a capela de São João de Atibaia. O local onde se plantava a capela tornava-se centro de atividades comunitárias.[10] Pedro Vaz de Barros, outro bandeirante, depois grande proprietário, irmão do Antônio Pedroso de Barros, vitimado no crime do entrudo como suposto adúltero, e conhecido caracteristicamente, nestas bandas em que o idioma tupi humilhava o português, como “Vaz Guaçu”, fundou a capela de São Roque, origem de outro conhecido município nas cercanias de São Paulo. O hábito vinha de longe. Muito antes, como já vimos, Manuel Preto fundara a ermida de Nossa Senhora do Ó, e Domingos Luís, o Carvoeiro, a da Luz. Era uma maneira de dar visibilidade a suas pretendidas lideranças sobre a comunidade.

O crime do entrudo ocorreu ao redor de 1650. Desde 1620, Salvador Pires e a mulher, a matrona Inês Monteiro, estavam estabelecidos, com numerosa corte de índios guaranis, em sua fazenda de Ajuá, na serra da Cantareira, o local mais aprazível do Juqueri. Ali, Salvador fundara a capela de Santa Inês, que, além da santa em questão, homenageava também a mulher.[11] É de presumir que o primogênito Alberto morava na mesma área, e ali praticou o tresloucado ato. Deixamos esta história no ponto em que, os cadáveres estendidos lado a lado, e a parentela convocada para presenciar a cena, Alberto Pires alegou que a mulher o traía e que abatera os adúlteros no mesmo lugar onde os surpreendera. Se a parentela deu-lhe apoio, no entanto, seria esperar demais que igual compreensão viesse a se manifestar da parte dos poderosos Barros, ou dos mais poderosos

ainda Camargos. Os parentes das vítimas, e note-se que entre esses parentes alinhavam-se alguns dos nomes mais truculentos da vila e dos sertões, como o Vaz Guaçu citado, ou o Tigre afamado, não tardaram a pôr-se ao encalço do assassino. Foi fácil adivinhar onde estava. Refugiara-se na casa da mãe, ali perto. Dona Inês era daquelas senhoras que se faziam transportar em luxuosas redes, carregadas pelos servos índios.[12] Já era viúva, na época. Os perseguidores de Alberto Pires tomaram o rumo da fazenda dela em plena noite, cercaram a casa e, deixando de lado o respeito em outra circunstância devido a tão prestigiosa senhora, puseram-se a gritar e tumultuar, e exigir que lhe entregassem o filho. Diziam que, caso o assassino não lhes fosse entregue, poriam fogo à casa. A alturas tantas, depois de muitos brados, ameaças e juras de que haveriam de beber o sangue do assassino, “ou pelos fios do ferro ou pelas bocas das espingardas”, como escreve o cronista, eis que a porta se abre e... surge-lhes à vista a própria D. Inês, dama indomável. A aparição foi impressionante. Inês Monteiro segurava um crucifixo e, com eloquência, e em lágrimas, implorou aos perseguidores que, em nome das chagas do Cristo, poupassem a vida do filho. Que deixassem Alberto, pediu a mãe, ser julgado pela Justiça do Reino. Tão impressionante foi a visão, e tão ardorosa, a súplica, que obteve D. Inês o que pretendia. O filho foi detido, apenas detido, não trucidado, como a exaltação dos ânimos, naquela noite, fazia prever, e conduzido à vila, onde ficou aos cuidados das autoridades encarregadas de fazer valer a Justiça.

Alberto Pires ganhou o direito de ser julgado na Bahia, pelo Tribunal da Relação, a mais alta corte da colônia. Foi então encaminhado a Santos, onde o embarcaram numa sumaca que primeiro demandaria o Rio de Janeiro e, dali, a Bahia. D. Inês vislumbrou aí uma oportunidade. Fora do ambiente de São Paulo, envenenado de paixão e violência, talvez conseguisse livrar o filho da má sorte que parecia aguardá-lo. Tão logo Alberto foi conduzido no caminho de Santos, pôs-se ela também a caminho. Por terra, tomou o rumo da vila de Parati, de onde pretendia passar-se ao Rio de Janeiro. Com o auxílio de parentes que tinha no Rio, e do dinheiro que estava decidida a não economizar, fosse em despesas lícitas, fosse no investimento, tão comum à época, e talvez não só à época, em libertadoras propinas, pretendia livrar o filho das malhas da lei. Pobre matrona, esse seu movimento foi fatal. Com Alberto Pires viajava um grupo de seus inimigos, embarcados na mesma sumaca para zelar pelo bom cumprimento da ordem de conduzi-lo até a Bahia. Durante uma escala na Ilha Grande, ao largo de Angra dos Reis, eles souberam da presença de D. Inês em Parati. Retidos por ventos contrários, haviam se atrasado na viagem marítima. Por isso, a matrona

chegara antes. Adivinharam logo os planos que a animavam. Por algum expediente, ela pretenderia pôr o filho a salvo da prestação de contas na Justiça. Era uma afronta que não podiam deixar prosperar. Que fazer? Optaram pela solução mais simples, mais radical e mais terrível: liquidar logo a questão, aplicando ao réu, eles próprios, o castigo de que o julgavam merecedor. Amarraram uma corda ao pescoço de Alberto Pires e jogaram-no ao mar. Consumou-se, assim, na imensidão do oceano, quando a embarcação deixava o porto da Ilha Grande, a tão adiada vingança pelo crime do entrudo. Ficou no ar um grito de mãe, um terrível grito de mãe ofendida.[13]

O triplo sacrifício, numa série de bárbaros desatinos, de Leonor de Camargo, Antônio Pedroso de Barros e Alberto Pires, jogou a luta entre facções em níveis inauditos. Uma virtual guerra civil tomou conta de São Paulo, ao longo da década de 1650 — guerra em que a peãozada, a que mais dava e mais recebia, mais matava e mais morria, como se pode imaginar, eram os índios dos exércitos particulares. Um testemunho da época afirma haver "grande escândalo de os índios andarem nesta vila com paus, arcos e flechas de que se sucedem brigas e desastres".[14] Era uma fase em que, saturada dos cativos trazidos nas campanhas do Sul, São Paulo apresentava uma superpopulação de índios. Na zona rural, a proporção entre índios e brancos chegava a oito índios para cada branco.[15] Aos embates nas ruas correspondia outro, igualmente agudo e pertinaz: o embate político, envolvendo os cargos da Câmara Municipal. Na verdade, o conflito entre Camargos e Pires sempre apresentou, em contraponto ao moto-contínuo das suscetibilidades feridas, dos ódios irracionais e das vinganças sangrentas, uma luta sem tréguas pelo controle das instituições da vila, de tal sorte que se fica com uma insolúvel questão em torno do que teria vindo primeiro: se a luta política, daí derivando-se as diferenças de ordem pessoal e familiar, ou se, ao contrário, as diferenças de ordem pessoal e familiar, daí derivando-se a luta política. Já naqueles anos de 1640-1641, em que se deram os combates armados entre Pedro Taques e Fernando de Camargo, transcorria, em paralelo, um embate na Câmara. Fernando de Camargo, que, como se recorda, era na época juiz ordinário, negou-se a deixar o cargo, ao expirar seu mandato, no fim de 1640. Acompanharam-no no golpe continuísta os demais membros da Câmara, todos obedientes à sua facção, e só quando, por arranjos pouco lícitos, asseguraram-se de que seriam sucedidos por aliados, dispuseram-se enfim a sair. Agora, na década de 1650, os golpes baixos se multiplicariam. Na passagem de 1653 para 1654 — recorde-se que a Câmara se renovava a cada ano — os Camargos de novo se recusaram a passar o poder. Pouco depois chegava da Bahia, em visita

de correição, o ouvidor-geral João Velho de Azevedo. Foi como mergulhar no olho do furacão. Que se passa? Por que tanto desassossego na vila? Ao tomar conhecimento da situação, o ouvidor decidiu jogar toda sua autoridade na tentativa de chamar os Camargos à ordem e obrigá-los a passar os cargos aos legítimos sucessores. Com a devida solenidade, acompanhado por escrivães e meirinho, marchou então, resoluto, em direção à Câmara. Lá chegando, no entanto, por mais que batesse à porta, e chamasse, e ordenasse que a abrissem — nada. Nenhuma resposta. Jerônimo de Camargo, então no mesmo cargo de juiz que, anos antes, o irmão tanto refugara em largar, fugira levando as chaves do edifício. O ouvidor teve de chamar um serralheiro para arrombar a porta.[16]

Quando não sumia a chave da porta, sumia a da arca onde se guardavam os pelouros com os nomes dos eleitos para o ano seguinte. Raro era o ano em que a sucessão se operava de forma pacífica. Entre agosto e dezembro de 1658 a Câmara não se reuniu. Quando voltou a fazê-lo, no dia 24 de dezembro, a ata deu conta de que estivera paralisada por causa das "sedições e tumultos" em que se envolviam os moradores, "uns com os outros".[17] Os Camargos, liderados, na guerra contra os Pires, por essa tríade de endiabrados irmãos em que se constituíam Fernando, José Ortiz e Jerônimo, um mais truculento do que o outro, tinham ainda ao seu lado os Buenos do velho Amador Bueno, entre outras famílias aliadas. No clã Pires, o chefe era João Pires, dono de "grande cópia de gados vacuns, cavalares e de ovelhas", segundo o cronista. Além disso, contava, em seus domínios do Juqueri, com "extraordinária colheita de trigo, todos os anos".[18] João Pires era o irmão mais moço do falecido Salvador Pires. Portanto, cunhado de D. Inês Monteiro e tio do infortunado Alberto. Seu maior aliado, parceiro nas contendas de rua bem como nas disputas na Câmara, era o benemérito de São Bento e futuro caçador das esmeraldas, Fernão Dias Pais. Também alinhavam com os Pires estas outras figuras notáveis da época que eram os irmãos de Pedro Taques, a vítima do Tigre no embate da porta da matriz. Um desses irmãos era Guilherme Pompeu de Almeida, que "viveu abastado no território de São Paulo", diz o cronista de sempre, "abundante de cabedais" e "com grande tratamento e opulência em sua casa". Possuía prata em abundância, nessa casa — mais de 40 arrobas, precisa a mesma fonte —, procedente das lonjuras dos Andes, "porque os antigos paulistas costumavam penetrar os vastíssimos sertões do rio Paraguai e, atravessando suas serras, conquistando bárbaros índios seus habitadores, chegavam ao reino do Peru e do Potossi, e aproveitavam da riqueza de suas minas de prata, de que enobreceram suas casas".[19] Guilherme Pompeu de Almeida, para pôr-se a salvo do fogo inimigo,

procurou refúgio em Santana de Parnaíba. Ali estabeleceu-se como o grande potentado local, cheio de índios em sua fazenda de Vuturuna. Além das plantações de trigo e da criação de gado, incluía, entre suas múltiplas atividades, a exploração comercial do artesanato produzido por seus índios. E, naturalmente, também fundou uma capela, em seus domínios — a de Nossa Senhora da Conceição de Vuturuna. Outros parentes o seguiram, na fuga para Parnaíba, sedimentando, com seu gesto, a fama de rival de São Paulo ostentada nesses anos por essa vila. Outro irmão de Pedro Taques, Lourenço Castanho Taques, bandeirante audaz, não fugiu da refrega. Entrincheirou-se, com sua indiada, na fazenda do Ipiranga, que herdara do pai, e dali comandou importantes ações de guerra contra os Camargos.[20]

Sobretudo, porém, o ânimo beligerante dos Pires era mantido, e insuflado e redobrado, pela figura apaixonada, irredutível e sedenta de vingança de D. Inês Monteiro. Em nenhum momento ela deu trégua aos assassinos do filho e seus aliados. Meteu-se mesmo nas brigas da Câmara, para evitar possíveis avanços dos Camargos.[21] Os adversários respondiam investindo contra a própria casa da matrona, na serra da Cantareira. De tais investidas resultou, segundo o cronista, a destruição da casa, "uma das maiores daquele tempo".[22] O conflito entre os clãs rivais acabou por provocar a intervenção do governador-geral da época, Jerônimo de Ataíde, o conde de Atouguia. Na Bahia, em 1655, perante um representante de cada lado — José Ortiz de Camargo pelos Camargos e Francisco Nunes de Siqueira, genro de João Pires, pelos Pires —, Atouguia emitiu uma provisão que basicamente, em seu intuito de mediação e pacificação, ordenava que os cargos da Câmara fossem repartidos igualmente entre as duas facções, e que nenhum dos maiorais, de um lado e de outro, os ocupassem. Além disso, decretava uma anistia aos culpados pelos crimes que, uns contra os outros, haviam cometido os membros de ambos os clãs. Curioso é que o governador-geral, ao envolver-se com o caso, mostrou-se atento ao papel de D. Inês. Numa carta ao rei, dando conta de seus atos, escreveu: "Não era justo que, por a porfia de uma só mulher, que era a parte mais obstinada, padecesse toda uma capitania."[23] Antes, chegara ao requinte de enviar uma carta à própria matrona. Nela, depois de declará-la "a principal pessoa em cujo arbítrio está a última conclusão da paz", pedia-lhe que perdoasse os inimigos, com o que traria "benefício a sua pátria" e recairia no merecimento "de grandes mercês" da parte de Sua Majestade, para ela e sua família.[24]

A provisão do governador-geral serviu para proporcionar uma trégua à guerra entre Pires e Camargos, mas não para detê-la. Tentativa mais bem-sucedida seria

feita em 1660, pelo novo ouvidor-geral da Repartição Sul, Pedro de Mustre Portugal. Um acordo foi firmado entre as partes no dia 25 de janeiro desse ano. A ata que se lavrou na ocasião documenta de forma impressionante o estado a que as contínuas lutas haviam reduzido a vila. Ela começa por lembrar que os moradores andavam “quebrados na paz e amizade em que antigamente se conservavam suas pessoas, casas e famílias”, em função de “antigas inimizades e malquerenças”. Mais adiante, informa que dos choques entre clãs “haviam resultado várias mortes, ferimentos, insultos e latrocínios, assim entre os mesmos moradores como no gentio, que cada qual dos ditos bandos a si tinha agregado”. Muitos moradores terminaram por fugir, acrescenta, metendo-se “nos sertões e matos, fazendo novas povoações e domicílios”, razão pela qual a vila se vira entregue ao “mais miserável estado que se podia considerar”.[25] Destruição e dispersão: eis o resultado da luta fratricida. A vila acabou ficando mais desolada do que já era. A guerra de famílias entraria em declínio, a partir do acordo de 1660, mas ocasionais recaídas, algumas resultando em episódios sangrentos, continuariam sendo registradas ainda por muito tempo, mesmo quando já andava avançado o século seguinte.

No dia 12 de maio de 1653, deu-se um fato que merece registro — a reconciliação da vila com os homens da roupeta. Treze anos depois da expulsão, os padres da Companhia de Jesus eram autorizados a voltar a São Paulo, e reintegrados na posse de sua igreja, seu colégio e demais propriedades. Até causa espécie que, em plena década de 1650 de tantos conflitos e tantos desvarios, houvesse espaço para um movimento no sentido da paz e da concórdia, mas pelo menos neste caso houve. Alguns autores, ao tentar destrinchar o novelo de conflitos que acometeu a vila de São Paulo no século XVII, veem relação de uns com os outros. Assim, o conflito com os jesuítas, como já se observou, se entrelaçaria com a guerra entre Pires e Camargos, sendo os Pires a favor dos religiosos e os Camargos contra, e no conflito entre espanhóis e portugueses, cuja expressão mais notável foi a aclamação de Amador Bueno, os Camargos seriam espanholistas e os Pires, portuguesistas. Na verdade, no que se refere à expulsão dos padres, as indicações são de que Pires e Camargos estiveram de acordo. Nas atas da assembleia de notáveis que, em julho de 1640, tomou tal decisão, a gente da facção Pires, com uma ou outra exceção, endossa com suas assinaturas o banimento, ao igual que os Camargos. Já agora, no momento da reconciliação, é diferente. Os artífices do acordo, da

parte dos moradores, foram o patriarca João Pires e Fernão Dias Pais. Tratava-se, o leitor já sabe, dos dois principais chefes da facção Pires, o que reforça o argumento de que, no que se refere aos padres, os Pires seriam no mínimo menos intransigentes do que os Camargos. João Pires, ao morrer, pouco depois, em 1657, foi sepultado na capela-mor da igreja do Colégio, o que evidencia sua proximidade com os jesuítas e o respeito de que deles gozou. De todo modo, a reintegração dos padres não se deu sem que eles prometessem que "não recolheriam nem ampariam em suas casas ou fazendas os índios ou índias dos moradores", segundo rezava o compromisso lavrado entre as partes, "nem os consentiriam em suas fazendas e mosteiros, antes os entregarão aos seus donos com boas práticas para que os sirvam".[26] Ou seja: o que os moradores da vila desejavam, e conseguiram, eram jesuítas mansos, convertidos à boa doutrina do escravismo ou, se não convertidos, ao menos conformados.

Os padres da Companhia, desde o dia seguinte à expulsão, haviam pugnado para voltar. Jamais desistiram, e nesse intuito chegaram mesmo a obter, já em 1643, uma ordem de reintegração do próprio rei D. João IV. Trata-se de episódio que merece ser lembrado. Encarregou-se de levar a real ordem ao Planalto o prelado do Rio de Janeiro, Antônio de Marins Loureiro, sob cuja jurisdição se subordinava a administração religiosa de São Paulo. Loureiro houve por bem levar consigo na viagem o novo vigário da vila, o padre Domingos Gomes Albernaz, a quem pessoalmente daria posse. Má ideia. Deu ocasião a que os moradores encenassem mais um de seus habituais atos de rebeldia. Tão logo chegaram à vila os dois religiosos, mesmo investidos de toda a autoridade, e mesmo trazendo ordens do rei, foram alvo de hostilidades. Os moradores acabaram obrigando-os a se trancafiarem no convento dos franciscanos. Repetia-se o padrão costumeiro de tratamento aos visitantes indesejados. Quando finalmente, depois de vários dias, Loureiro e Albernaz foram autorizados a deixar o convento, foi para que abandonassem de imediato a vila.

Este evento marca o início da turbulenta relação dos moradores com o vigário Albernaz. No início este conflito esteve relacionado com a questão dos jesuítas, de quem o vigário tomou as dores, mas acabou por se alongar para muito além da conta, e para muito depois da reconciliação com os padres da Companhia. Albernaz voltou, em seguida à sua primeira e infeliz visita à vila, e conseguiu tomar posse do vicariato, mas logo seria expulso de novo. Tratava-se, este Albernaz, de inimigo à altura dos truculentos caçadores de índio do Planalto. Era padre, mas capaz de afrontar até com o recurso às armas os inimigos. Ora indispunha-se com a população a ponto de fazer greve de administração dos

sacramentos, ora ameaçava fechar a igreja matriz e encerrar-lhe as atividades. Foi expulso de novo da vila, e outra vez, e outra, e outras tantas retornou, usando de truques ardilosos ou da força pura e simples. Uma de suas voltas — já estamos avançados na década de 1650 — deu-se *manu militari*, apoiado por uma força de índios e brancos. De repente, irrompeu na vila, "com assuada e mão armada", segundo registra a respectiva ata da Câmara, "acompanhado de muitos homens homiziados e de mau viver". Primeiro cercou a Câmara, onde intimou juízes e vereadores à sua presença e lançou-lhes duras invectivas. Depois seguiu para a matriz, cujas portas fez arrombar, declarando-se reempossado na chefia da paróquia.[27] É uma cena louca, esta. Eis um vilarejo modorrento de súbito sacudido pela chegada de um bando em atropelada, espalhando terror e poeira, como nos filmes do Velho Oeste. Ou talvez melhor do que nos filmes, quando se considera que o chefe do bando era um padre. As disputas com Albernaz se arrastariam por mais de quarenta anos, até a década de 1680. Surpreende que, em meio a tantos conflitos, Pires contra Camargos, Câmara contra jesuítas, espanhóis contra portugueses, os moradores ainda fossem arranjar mais um.

Onde encaixar o conflito com Albernaz? Desistamos de fazê-lo. A vila tinha virado um cabaré em que, espalhando-se o rastilho da discórdia de mesa em mesa, multiplicando-se as provocações e sucedendo-se os socos, os pontapés e as cabeçadas, a alturas tantas já não se sabe por que se briga. Era nisso que dera, cento e tantos anos depois, o lugar em que, segundo o diário de Pero Lopes, a vida seria "segura e conversável".

No ano da graça de 1648 o intimorato Antônio Raposo Tavares, o senhor de Quitaúna, carrasco dos jesuítas e terror dos índios, de Barueri ao Guairá, partiu para novas aventuras. À frente de uma tropa de duzentos brancos e mamelucos e mil índios, pela enésima vez enfiou-se no mato, tomando o rumo sudoeste, ao que parece ao encalço das missões que os padres da Companhia agora administravam na província do Itatim, no Paraguai.[28] Era o começo de uma longa e doida jornada. No Itatim os paulistas enfrentaram a resistência dos jesuítas, dos índios e das autoridades de Assunção, que enviaram uma coluna para rechaçá-los, e puseram-se a correr. Sofreram o ataque de outros índios, padeceram de fome e adoeceram das diversas pestes do sertão. Na corrida agora sem rumo, estiveram no Peru e talvez, segundo alguns relatos, em Quito. De lá voltaram pelo Amazonas até Belém, a essa altura sem outro plano de viagem senão encontrar o caminho de casa. Foi o maior périplo, de todos quantos

encetaram os bandeirantes. Mais que isso, segundo um historiador, constituiu-se na “mais prodigiosa devassa de terras ignotas em qualquer tempo e qualquer continente”.[29] E, no entanto, para quê? Ao final do périplo, a bandeira tinha virado uma trupe desconexa de 56 brancos e mamelucos e uns tantos índios.[30] Ao voltar a São Paulo — e alguns autores querem que em Belém, por causa das dificuldades da navegação direta pela costa brasileira, ainda tomou uma embarcação até Lisboa, para só de lá retomar o rumo de casa —, Raposo Tavares estava tão desfigurado que não foi reconhecido pelos parentes.[31] Seu grande périplo, terminado em 1651, embora não seja, cronologicamente, a última das empreitadas paulistas em demanda dos espaços inóspitos do sertão, nos servirá de fecho à era das bandeiras. Ao chegar, depauperado e irreconhecível, ele reproduzia a saga de Ulisses de retorno a Ítaca, tornado estranho para a própria mulher. Alguns saudariam esse personagem, que ainda por cima agora estava empobrecido, e morreria poucos anos depois, com uma nota heroica. Seu legado seria nada menos do que os contornos do que viria a ser o mapa do Brasil. Outros, em sintonia com o pensamento politicamente correto dos tempos que correm, o fulminariam como o supremo patrono de uma classe de homens que não merecem ser classificados senão como genocidas sem perdão. Fixemo-nos em outra clave. Fiquemos no simbolismo de uma última aventura que, afinal das contas, revelou-se um imenso giro para lugar nenhum, em demanda de coisa alguma e sem outro resultado senão o sofrimento e o desgaste. O sentimento que sobra não pode ser outro senão a perplexidade.



XIII

“Cidade” e “Cabeça de Capitania”

A São Paulo do alvorecer do século XXI ombreia-se em tamanho com as grandes do mundo. Suas rivais são Tóquio e Cidade do México, Nova York e Xangai. Ao alvorecer do século XVIII, as rivais, em prestígio econômico, eram Santana de Parnaíba, Itu e Taubaté, e, em prestígio político, a dupla Santos-São Vicente. São Vicente, apesar de decadente e despovoada, era, ainda, a capital da capitania — ou “cabeça” da capitania, como se dizia. O fim do século XVII assinala uma virada decisiva na história do Brasil. Estando a prear índios em sertões distantes, numa colina de nome Tripuí, um mulato cujo nome não foi registrado para a posteridade chegou a certa altura às margens de um riacho e dele se aproximou para colher água. Mergulhou a gamela e, ao recolhê-la de volta, viu que se haviam depositado nela umas pedrinhas da cor do aço. O mulato não sabia do que se tratava. Tampouco os companheiros de viagem, a quem mostrou o achado, souberam identificá-lo. O mulato guardou as pedras e, na vila de Taubaté, para onde se dirigiu em seguida, vendeu-as a um certo Miguel de Sousa. Miguel de Sousa também não sabia do que se tratava, mas suspeitou de que pudessem ter valor, e mandou algumas amostras ao Rio de Janeiro. Já se sabe o resultado. Era ouro. O riacho no qual o mulato mergulhara a gamela viria a ser chamado de Ouro Preto.[1] Estavam descobertas as Minas de Cataguases, ou Minas de Taubaté, ou ainda Minas do Ouro, nomes primitivos que acabaram se consolidando mais tarde no de Minas Gerais.

Talvez a história do primeiro achado não seja bem essa. Há outras, que com ela concorrem. Em todo caso, é a que tem circulado com mais insistência, desde que foi registrada pelo jesuíta Antonil no clássico *Cultura e Opulência do Brasil*, aparecido em 1711, e, por seu apelo às misteriosas forças do acaso, somadas à inocência do gesto distraído de apanhar água no rio, é a que mais convém ao impulso tão antigo de reforçar a história com a mística da lenda. O achado do mulato teria ocorrido em 1690, ou pouco depois.[2] Na verdade, os paulistas já

estavam escarafunchando aquelas paragens desde a famosa bandeira de Fernão Dias Pais, iniciada em 1674. Fernão Dias morreu pensando ter descoberto um eldorado de esmeraldas quando, na verdade, as pedras com que deparou não passavam de vulgares turmalinas — mas sua empreitada, se em termos pessoais foi um fracasso, revelou-se decisiva para tudo o que veio a seguir. Foi ele quem abriu o caminho para as minas. Depois dele, que morreu em 1681, no meio da expedição, para onde se atirara já velho, tornaram-se comuns as pesquisas por aquelas paragens. Nelas, destacaram-se inclusive seu filho, Garcia Rodrigues Pais, e o genro, Manuel da Borba Gato.

A descoberta do ouro, obra de paulistas, em princípio se imaginaria fadada a trazer considerável prosperidade à vila. O que se deu foi o inverso. Se a pasmaceira e a penúria já castigavam São Paulo nas décadas finais do século XVII, mais ainda se acentuariam com a debandada que, em busca da fortuna fácil, seguiu-se às notícias dos ricos veios. A descoberta do ouro coincidiu com a queda abrupta da produção agrícola paulista, especialmente naquilo que ela tinha de mais forte, que era o trigo. Certos autores atribuem a quebra do trigo paulista a alguma praga que teria arruinado as plantações. Mais verossímil é a explicação pelo esgotamento dos estoques de mão de obra. Não havia mais índios a prear, pelo menos não na quantidade de antes, e não nos lugares já explorados.[3] Se havia, era em lugares tão distantes e perigosos que seria antieconômico procurá-los. Acresce que os poucos que sobraram, na vila e arredores, estavam em princípio sob a administração dos padres, e querer utilizá-los acarretava os desgastantes conflitos de sempre. A virada do século XVII para o XVIII marca o início da importação de escravos africanos em São Paulo. Os documentos, agora, ao lado dos “gentis do Brasil”, ou “negros da terra”, registram um maior número de “negros da Guiné”, “peças de Angola” ou, com mais frequência, “tapanhunos”, o nome tupi para os africanos.[4] Mas isso escassamente, nem de longe configurando um exército de mão de obra à altura das necessidades. O escravo africano era ainda caro para os padrões locais, e mais caro ainda ficou com a demanda nas minas. Quem eram os paulistas, os paulistas que continuavam em São Paulo e dedicavam-se à agricultura, para pretender tê-los em largo número? Caso se tivesse capital para tanto, bom negócio seria comprá-los em Santos e revendê-los nas Minas. Retê-los era difícil, em face da sede de escravaria da região aurífera. De resto, se faltavam escravos, supõe-se que faltassem também senhores. Os paulistas iam agora em massa para as minas.

Nem por isso a vida na vila era menos tumultuária. A década de 1690, a mesma da descoberta do ouro das Gerais, conheceu uma sucessão daquelas

típicas arruaças, agora tendo por pano de fundo questões de preço e valor da moeda. Na tarde de 3 de agosto de 1692, o sino da Câmara foi posto a soar forte e insistentemente. Era o recurso com que se costumava convocar as pessoas para, reunidas em assembleia, tomar decisões importantes. Cabia à própria Câmara a convocatória, mas desta vez o sino soou à revelia dela. Alguém ali se infiltrara e a intenção, não havia dúvida, só podia ser a de causar confusão. O improvisado sineiro, descobriu-se logo, não passava de um menino, e o juiz Pedro Ortiz de Camargo, homem com fama de atrabiliário, filho de José Ortiz de Camargo, um dos chefes, se o leitor não se recorda, do clã Camargo nos tempos mais agudos da guerra contra os Pires, mandou logo prendê-lo. Mas o efeito pretendido por quem havia encomendado a proeza ao menino, fosse quem fosse, já se fazia sentir. A praça estava cheia de uma turba exaltada, que exigia a convocação imediata de sessão da Câmara. Não havia como resistir aos reclamos da massa, e assim foi feito. A exigência era de que se fixassem os preços dos tecidos, em torno dos quais reinava completa balbúrdia. Prometeu-se que a reivindicação seria atendida, lavrando-se uma solene ata a respeito, com o que a manifestação se dissolveu. Logo depois, a Câmara baixava um ato que, chegando a nossos dias, tem a curiosidade de revelar os panos então em voga, alguns hoje desconhecidos, ao menos pelo mesmo nome. Se da lista constam o chamalote, a serafina, a sarja e a sarjeta, nomes ainda em circulação, também figuram nela excentricidades como o “restangil” e a “empercalota”, para não falar em nomes tão assustadores que soam até a palavrão, como “felipixim” e “bocaxim”.[5]

Quando não eram os consumidores que se revoltavam contra os comerciantes, como neste caso, eram os comerciantes que se levantavam contra a fixação arbitrária dos preços, e às queixas de uns e outros vinha se somar a desordem causada por um sistema monetário caótico. As moedas, já de si raras, num meio onde o comércio era mais feito na base de trocas, ou em pagamentos em tecidos ou gêneros alimentícios — e isso não só em São Paulo, mas em toda a colônia —, além disso sofriam constantes remarcações. O dinheiro que circulava no Brasil, todo em moedas — não havia cédulas de papel —, era velho e remendado, gravando-se o novo valor em cima do velho, ao sabor das ordens emanadas de Lisboa. Na década de 1690, São Paulo conheceu um grave e arrastado conflito desencadeado com a decisão da Coroa de rebaixar o valor da moeda em circulação no Brasil. Seria mais ou menos, para simplificar, e não entrar nos meandros de uma complicadíssima discussão sobre política e prática monetárias nos tempos coloniais, o equivalente a uma desvalorização cambial. A

Câmara de São Paulo, fiel às suas tradições de insubmissão, rejeitou as ordens da Coroa. “Em São Paulo, não só não se deu execução à baixa da moeda, mas não a quiseram aceitar e nem me responderam”, escreveu ao rei um desalentado Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, mal chegado à Bahia para iniciar sua gestão como governador-geral da colônia. Câmara Coutinho insistia, em outra ocasião: “A vila de São Paulo de já muitos anos que é república de per si, sem observância de lei nem assim divina como humana.”[6]

A questão da remarcação da moeda apresentou naqueles anos idas e vindas. Às pressões da metrópole e seus representantes na colônia correspondia a resistência dos paulistas. Em fins de 1696, a Câmara cedeu. Atendendo a uma petição do procurador Domingos de Amores de Almeida, segundo a qual os paulistas eram os únicos a desobedecer a uma ordem já acatada em todo o Brasil, e “com este procedimento escandalizamos todas as praças do Brasil, e adquirimos com muita razão o nome de rebeldes”, decidiu que se adotariam os valores monetários exigidos pela metrópole. Foi o estopim de nova explosão. A 19 de janeiro de 1697, eis a turba de novo atropelando-se à porta da Câmara, “com armas na mão assim de fogo como espadas, e gentios de arcos e flexas”, segundo registra a correspondente ata. A princípio, os oficiais da Câmara fizeram pé firme. Resistiram às exigências de aumentar de novo o valor da moeda. Isso só fazia crescer a ira dos manifestantes. Gritavam “em altas vozes que morressem todos”. Ameaçaram “degolar”. Afinal, a Câmara contemporizou. “Por não haver mortes”, decidiu suspender momentaneamente a alta da moeda, que só acabou entrando em vigor, e agora em definitivo, quatro meses depois.[7]

A elite da vila dividira-se em dois partidos, a pretexto dessa questão. Os insubmissos de 19 de janeiro eram liderados por Pedro Ortiz de Camargo, o rebento dos Camargos descrito antes como atrabiliário. Ele não era só isso. Era também violento, com crimes de morte nas costas, e, se não bastasse, “facinoroso”, segundo o adjetivo que mais lhe foi aplicado pelos cronistas. Pedro Ortiz de Camargo, ao assumir a liderança da insubmissão paulista, comprou briga também com o representante da Coroa no Rio de Janeiro, o prestigioso Artur de Sá e Meneses. Quando este ameaçou vir a São Paulo, para impor a ordem à vila irredenta, Pedro Ortiz mandou lhe dizer que desistisse do intento, “porque os paulistas se sabiam muito bem governar”.[8] Chegou a ameaçar o governador fluminense de morte. Quem morreu, no entanto, foi o próprio Pedro Ortiz de Camargo. Num dia de 1698 que as crônicas não precisam, ao meio-dia, cruzou com Gaspar de Godói Colaço, bandeirante conhecido por suas empreitadas no sul do Mato Grosso, e que, na questão em debate, defendia o

alinhamento de São Paulo com as determinações da Coroa. Não há registro de quem sacou a arma primeiro. Ficou registrado, sim, que, na luta, Colaço arrancou-lhe o bacamarte e, com a arma do próprio inimigo, atingiu-o mortalmente. Mesmo com o coração trespassado por duas balas, Pedro Ortiz ainda conseguiu dar cem passos, como a preservar a arrogância insubmissa até o último momento. Foi cair exatamente ao pé do pelourinho da vila, "aonde merecia ser justiçado", segundo consta da carta que Artur de Sá e Meneses escreveu ao rei, dando conta do ocorrido. Artur de Sá e Meneses, nessa mesma carta, tripudia sobre o assassinado e defende o assassino, "um dos melhores homens que há naquelas capitanias, tanto pelo seu modo de vida como por ser muito observante de todos os preceitos e ordens de Vossa Majestade". A conclusão do missivista é de que parece ter sido determinação da "Divina Providência" que "o melhor homem matasse ao mais tirano e inobediente".[9]

Segundo alguns autores, o assassínio de Pedro Ortiz de Camargo, além de inserir-se no quadro do enfrentamento entre os insubmissos e os legalistas da vila, ainda consistiria num eco da guerra entre Pires e Camargos. Se assim for, confirma a tendência dessas facções, não só de se matarem umas às outras, mas de insistirem em morrer em lugares emblemáticos da vila. Pedro Taques, assassinado por Fernando de Camargo, o Tigre, no primeiro grande crime do conflito, caiu em frente à porta da igreja matriz. Pedro Ortiz de Camargo, sobrinho do Tigre, naquele que talvez seja o último grande crime da série, caiu ao pé desse símbolo da ordem, que era o pelourinho. São Paulo não chegava a repetir a grandeza teatral de Roma, onde se caprichava no cenário a ponto de a morte de César ter-se dado em pleno Senado, ao pé da estátua de Pompeu. Mas, em se tratando do vilarejo no fim do mundo que era, até que o destino não esquecia de providenciar as melhores locações disponíveis para o último suspiro dos maiorais da terra.

À instabilidade financeira e à prática da carnificina, tão a gosto das mais poderosas famílias, somava-se a desordem institucional. Para começar, este alvorecer do século XVIII não era capaz de dar resposta clara nem à simples indagação de qual era, afinal, a capital da capitania. São Vicente, ainda, conforme anunciamos no início do presente capítulo? Ou agora o honroso cetro teria passado a São Paulo? Em 1681, o marquês de Cascais, donatário da capitania, que continuava sendo transmitida de pai para filho, determinara que São Paulo seria agora a capital — ou melhor, "cabeça". A correspondente provisão demorou dois anos — dois anos! — para chegar à cidade. Afinal, morando na metrópole, o marquês enfrentava dificuldades na comunicação com

as distantes terras de sua propriedade. Cabeça da capitania! No dia em que as autoridades municipais tomaram conhecimento da provisão — 27 de abril de 1683 —, a notícia foi mandada apregoar três vezes, como era praxe, do balcão da Câmara. Mandou-se, além disso, que o porteiro e o tabelião, dois graduados funcionários municipais, saíssem às praças a divulgá-la, e comunicações da decisão do donatário foram expedidas ao governador-geral, na Bahia, e ao ouvidor-geral da Repartição do Sul, no Rio de Janeiro, entre outras autoridades. A vila promoveu festas e o povaréu correspondeu com manifestações de regozijo.[10] Mas tanta insistência em alardear a nova condição já revelava insegurança. Será que a determinação do donatário era mesmo para valer? A Câmara de São Vicente julgava que não. Em ofício à congênere de São Paulo, protestou com veemência, alegando que não era da competência do donatário, e sim do rei, determinar a vila ou cidade a quem cabia a posição de cabeça de tal ou qual capitania.[11] Também recorreu ao governador-geral, na Bahia, pedindo-lhe a intervenção para corrigir os atos, a seu ver descabidos, do donatário e da Câmara de São Paulo. O governador-geral enviou então uma carta aos oficiais da Câmara de São Paulo, afirmando não ter o donatário "nem poder nem jurisdição" para determinar a mudança da cabeça da capitania.[12]

Na verdade, a questão da capital da capitania cruzava-se com outra, arrastada e intricadíssima, que era a disputa travada entre duas casas da nobreza portuguesa, a de Monsanto, à qual pertencia o marquês de Cascais, e a de Vimieiro, pelas heranças dos primeiros donatários, Martim Afonso de Sousa, titular da capitania de São Vicente, e seu irmão Pero Lopes, da capitania de Santo Amaro. Não se vai entrar aqui na obscura questão de o que pertenceria, afinal, a uma e a outra das capitanias primitivas, tão imbricadas uma à outra, na geografia, e tão mal delimitadas, no papel, desde o princípio, que desde sempre forneceram motivo para controvérsia. O que nos interessa é que, se o marquês de Cascais houve por bem honrar São Paulo com a condição de cabeça da capitania, é porque a vila se mostrava mais afinada com seu pleito, em oposição a São Vicente, que se inclinava para o partido rival. Ocorre porém que, ao contrário do que apregoaram antigos cronistas, como Pedro Taques de Almeida Pais Leme e frei Gaspar da Madre de Deus, e, com base neles, muitos dos autores posteriores, São Paulo não se tornou cabeça da capitania em 1683. Afonso d'Escragnolle Taunay, o historiador que mais revirou os documentos paulistas, não só mostrou que o governador-geral desautorizou a provisão do marquês de Cascais, como também transcreveu documentos posteriores que continuaram tratando São Vicente, e não São Paulo, como capital. A própria Câmara de São Paulo, num

documento de 1685, abria mão da pretensão de tornar-se cabeça da capitania.[13] De todo modo, o nome da capitania, por essa época, não aparece mais como “de São Vicente”, mas “de São Vicente e São Paulo”, o que talvez revele ou alguma hesitação, ou uma solução salomônica para a disputa entre as duas vilas.[14]

Se São Paulo não se tornou capital em 1683, quando foi então que isso aconteceu? Taunay não encontrou, na documentação disponível, resposta cabal à questão. Cautelosamente, ele escreve que “quer nos parecer, salvo melhor juízo”, que foi em 1709.[15] É uma boa aposta. Nesse ano de 1709, a capitania passa a chamar-se “São Paulo e Minas do Ouro”. Reconhecia-se como pertencentes à capitania as terras conquistadas pelos bandeirantes, em suas empreitadas em busca dos metais e pedras preciosas. E mais: reconhecia-se o território das minas como importante demais para ficar de fora do nome da capitania. Um autor do século XIX, J. J. Machado de Oliveira, afirma que se concedeu ao governador então nomeado para dirigir a capitania, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a prerrogativa de escolher a capital de sua preferência. Diga-se de passagem que se tratava agora de um governador autônomo, não mais vinculado ao governador da Repartição do Sul, cuja sede era no Rio de Janeiro. Albuquerque escolheu São Paulo. Importante eram as minas, importante era o ouro, e São Vicente para tal efeito era distante e inútil. As povoações de Minas, por outro lado, “estavam ainda no começo”, escreve Machado de Oliveira, e por isso “não podiam ter os recursos e comodidades” que se esperam de uma cabeça de província.[16] Resta que nesse mesmo ano de 1709, ou talvez no de 1711 — também neste ponto há divergência entre os autores —, num outro lance significativo para a mudança de status da capitania, ela foi recomprada pela Coroa ao donatário. Quarenta e cinco mil cruzados, este o valor da operação. À época, uma arroba de ouro em pó valia, segundo Antonil, o autor de *Cultura e Opulência do Brasil*, 14.300 cruzados.[17] Vale dizer que a capitania foi negociada a preço igual a 3,14 arrobas, ou 47 quilos de ouro em pó.

O governo de Lisboa já fizera o mesmo com outras capitanias. Era uma política que vinha executando no varejo de suas necessidades estratégicas e das oportunidades de negócio. Azar, no caso da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, de um paulista que enriquecera nas minas, José de Góis e Morais. Quando soube que o marquês de Cascais dispunha-se a vender a capitania, candidatou-se, ele, a comprá-la. No afã de assegurar o negócio, chegou a mandar o dinheiro, por um navio. Mas não interessava à Coroa, agora que a capitania se enriquecia do ouro das minas, e tornava-se o mais precioso pedaço destes Brasis, que continuasse nas mãos de particulares. O azar de José de Góis e Morais duplica-se

em dois. Perdeu o negócio, atravessado pela Coroa, e também o dinheiro que embarcara para Lisboa. No meio do caminho, o navio que o transportava foi atacado e os preciosos cruzados apropriados por piratas franceses.[18]

Esta é uma época de virada na relação entre São Paulo e a metrópole. São Paulo, para um governador-geral como Câmara Coutinho, não era uma "república de per si, sem observância de lei nem assim divina como humana"? Os paulistas, segundo a mesma autoridade, não eram "ladrões destes sertões"? Pois agora os altos funcionários metropolitanos passam a considerá-los, em comunicações diversas, briosos, valentes, ambiciosos de honra e adversários de todo ato servil.[19] Repetia-se a reviravolta de opinião do padre Nóbrega sobre João Ramalho, quando sentiu que sem os serviços do velho patriarca dos mamelucos não conseguiria cumprir seus objetivos. O que motivou a nova e brusca mudança no teor dos julgamentos de São Paulo e dos paulistas nem precisaria ser dito, mas vá lá: a descoberta das minas. Numa carta de 1718, o próprio rei D. João V reconhece nos paulistas "os únicos que, com bom sucesso", sabem ir à descoberta das minas de ouro.[20] A ordem agora era adular aqueles que, mais que todos, contribuíam para a fase de fartura das burras da Coroa. Repetem-se, nas décadas de virada do século XVII para o XVIII, as cartas do rei aos mais notáveis bandeirantes, incentivando-os a ir à caça das riquezas escondidas nos sertões. Insere-se no mesmo empenho de adulação dos paulistas, agora tão prestimosos e corajosos, e que talvez até merecessem a qualificação de gentis e cavalheirescos, não fossem os bugres sem modos que se sabia muito bem serem, uma medida formalizada por Carta Régia do dia 11 de julho de 1711: a elevação da vila de São Paulo à categoria de "cidade". Tratava-se de honraria com poucos efeitos práticos, mas sem dúvida uma honraria. Só umas poucas povoações brasileiras ostentavam o mesmo título: Bahia, Rio de Janeiro, Olinda, Paraíba, São Luís e, por estranho que pareça, Cabo Frio.[21] Não que a povoação fosse menos suja ou desleixada. A cidade de São Paulo, cabeça da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, era um lugar onde se deixavam os porcos fuçar em plena rua. Uma determinação da Câmara tenta, em 1713, coibir essa situação, fixando multa de seis mil-réis a cada proprietário de tais espécimes que insistissem em não tirá-los das ruas e permitindo que os fiscais municipais os matassem, ao flagrá-los onde não podiam estar, destinando-se a carne aos presos.[22] Mas ao cheiro dos porcos como que agora se sobrepunha o brilho de ouro, o ouro que nos sertões os paulistas descobriam para maior glória de Sua Majestade, e rendia honrarias como o título de "cidade" e a condição de "cabeça da capitania", além do novo título da Câmara que, com a vila promovida

a cidade, passava a “Senado da Câmara”.

Outro sinal do recém-conquistado prestígio da capitania era a qualidade dos governadores, ou “capitães-generais”, como mais habitualmente se dizia, enviados de Lisboa para administrá-la. Se o primeiro deles, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, já era um militar de prestígio, com acesso à alta cúpula do Reino, o segundo, D. Brás Baltasar da Silveira, exibia currículo ainda mais bem lustrado, em que brilhava sua atuação em vários episódios da Guerra da Sucessão da Espanha, conflito em que se meteram as principais potências europeias. O terceiro, D. Pedro de Almeida Portugal, o conde de Assumar, tivera atuação de destaque na mesma conflagração e, já não fosse conde, ainda chegava com as honras de titular da comenda de São Cosme e Damião e da Ordem de Cristo. São Paulo devia orgulhar-se, sim senhor, talvez até embasbacar-se de tão altas figuras, não fosse que...

Não fosse que, mal chegavam, iam embora. Corriam para as minas e estabeleciam-se no Ribeirão do Carmo, a futura Mariana, ou em Sabará, de onde emanavam suas ordens. Tal situação levou os camaristas de São Paulo a formular uma consulta ao rei, em carta datada de dezembro de 1712. Qual seria, afinal, a capital da capitania? A confirmar-se que era São Paulo, não era nela que deveriam residir os governadores? A resposta foi que a “assistência dos governadores” deveria ser em São Paulo, “como cabeça principal dessa capitania”, mas isso não impedia que se deslocassem “a todas aquelas terras e partes que a necessidade o pedir”.[23] Qual seja: São Paulo ficava com a honra de ser a capital, mas os governadores não deviam ser impedidos de se dirigir para onde realmente interessava. Quando chegou a hora de o segundo governador, Brás Baltasar da Silveira, ser substituído pelo terceiro, o conde de Assumar, a transmissão do cargo nem se deu em São Paulo, mas lá nas minas mesmo. O que o rei mais queria estava explicitado com todas as letras no final da carta em que apresentava o novo capitão-general aos camaristas paulistas: “[...] espero que, na cobrança dos quintos do ouro e das mais rendas que pertencem à minha fazenda, vos hajais com uma tal atividade que tenha muito que agradecer-vos.”[24] Os três governadores citados, sucedendo-se entre 1709 e 1720, foram os três únicos da efêmera capitania de São Paulo e das Minas do Ouro. Nesse ano de 1720 ela foi fracionada, criando-se a capitania autônoma das Minas do Ouro. Na verdade, os paulistas tinham-se tornado importantes, ao longo dos últimos decênios, mas não São Paulo.[25] Este era ainda um vilarejo que, na dura realidade do dia a dia, tinha que se impor perante Taubaté ou Itu, suas rivais nas arrancadas rumo ao sertão, ou a vizinha Santana de Parnaíba. A descoberta das minas trouxera honrarias,

mas também exaustão. E isso era apenas o começo do abandono que caracterizaria o século XVIII no povoado de serra acima.



XIV

Os Penicos do Padre

Um funeral como raras vezes visto teve lugar em São Paulo, em janeiro de 1713. O cortejo percorreu longo caminho. Iniciou-se em Santana de Parnaíba e veio vindo, veio vindo. Parnaíba em peso dele fazia parte. Pelas subidas e descidas, contornando matagais ou beirando o rio, a solene procissão tomou conta da paisagem. E, supremo sinal de magnificência, o acompanhamento se fazia com tochas acesas. Era de regra distribuir velas, ou tochas, entre os seguidores de um enterro, um costume que custava caro. Pessoas de menos posses, incapazes de fazer face ao preço da cera com que se alimentavam tais artefatos, chegavam a optar pelo enterro quase clandestino dos entes queridos, feito de madrugada, para escapar da vergonha de não tê-los para distribuir entre os parentes e amigos.[1] Desta vez, as tochas em profusão davam testemunho da largueza dos procedimentos fúnebres. Mais de mil quilos de cera, segundo registros do memorável evento, foram gastos na ocasião. O morto vinha num caixão coberto de veludo. Tratava-se do "herói dos paulistas, o saudoso, o apetecido" padre Guilherme Pompeu de Almeida, para citar as palavras do cronista que registrou o evento, Pedro Taques de Almeida Pais Leme. O cortejo teve seu ponto final, depois de uma marcha de sete léguas, na igreja do Colégio dos Jesuítas. Ali, ao pé do altar de São Francisco Xavier, que ele próprio fizera erguer, foi enterrado o grande morto. Sobre o mármore que lhe cobria a campa, gravou-se, com conveniente recurso à eternidade do latim: "*Hoc iacet in tumulo Guilelmus Presbiter: auro, et genere et magno nomine Pompeius.*"[2]

A memória do padre Guilherme Pompeu de Almeida, segundo o mesmo Pedro Taques, "durará para sempre na notícia que se estabelece nos vindouros, de uns para os outros". A bem da verdade, nem a retórica vibrante do cronista nem o latim do epitáfio livraram o ilustre personagem do esquecimento. E, no entanto, que figuraça foi ele. O mais festejado dos paulistas de seu tempo, o mais influente, o mais bem relacionado, um dos mais cultos talvez e, sobretudo — daí

as homenagens, daí o funeral, daí a admiração embasbacada do cronista —, o mais rico. Retracemos o personagem. Guilherme Pompeu de Almeida, nascido em 1656, era filho de um outro Guilherme Pompeu de Almeida, que por sua vez foi irmão de Pedro Taques — não o cronista, mas aquele assassinado pelo Tigre no largo da Matriz. Este primeiro Guilherme Pompeu de Almeida estava entre os próceres da facção Pires que, em seguida à eclosão da guerra entre Pires e Camargos, buscou refúgio em Santana de Parnaíba. Ali foi feito capitão-mor da vila, cargo que o instituía em chefe das milícias locais, e enriqueceu. Ele teria inclusive negócios com o Peru, de onde consta que uma considerável quantidade de prata lhe veio ornamentar os cabedais.[3] Se o pai já era rico, o filho foi muito além. Ao Guilherme filho foi propiciada a segunda melhor educação possível, para um paulista do período. Não foi mandado à metrópole, o que configuraria a primeira melhor, mas o pai não deixou de despachá-lo para a Bahia. Estudou no Colégio dos Jesuítas de lá, onde se embebeu de latim e teologia e onde, segundo o cronista, "se consumou excelente gramático".[4] Ironia das ironias, o jovem Guilherme, tomado da vocação religiosa, voltou querendo fazer-se franciscano. Franciscano! Logo ele, que em breve revelaria lendário talento para acumular fortuna e gosto do luxo. O pai dissuadiu-o de tão drástica opção, o que o fez corrigir a rota para a carreira de padre secular. Não se estranhe que um padre se meta em negócios e se distinga pela riqueza e a ostentação. Não se tratava de caminhos incompatíveis. Tampouco se estranhava que um padre tivesse filhos, e foi assim que o padre Guilherme Pompeu de Almeida teve pelo menos um, ou melhor, uma — Inês de Lima, que reconheceu em testamento.[5] De toda forma, se não era estranhável, era muito azar ser filho de padre, ainda mais padre rico como o de que se está tratando: a legislação excluía tais pessoas, como de resto os filhos ilegítimos em geral, do rol de herdeiros obrigatórios. No testamento do padre Pompeu, está escrito: "Declaro que tive uma filha ilegítima por nome Inês de Lima, que a casei com Paulo de Barros, com o dote competente, a qual não é minha herdeira forçada, conforme a ordenação de Sua Majestade, que priva deste direito os filhos naturais dos nobres."[6]

Guilherme Pompeu de Almeida é um caso, talvez único, ou pelo menos o mais expressivo, de alguém que, em São Paulo, soube enriquecer com o ouro sem ir pessoalmente às minas. Seu negócio era o de provedor dos mineiros. Mandava-lhes gêneros alimentícios (trigo, carne salgada, açúcar, sal), ferramentas e utensílios (enxadas, almocrafes, ferragens), armas (escopetas, espingardas), panos, chapéus, calçados, remédios, em suma, o que estivesse disponível, dos pequenos aos grandes artigos, e em pagamento recebia não só

dinheiro, mas principalmente ouro — ouro em pó, ouro fundido em barras. O que não produzisse, ele mesmo, em suas terras, mandava buscar longe, até mesmo na Europa. Tinha, a seu serviço, uma teia de agentes que ia de Lisboa ao Rio de Janeiro, da Bahia a Santos. Boiadas inteiras, que ele mandava vir dos campos de Curitiba, eram despachadas no rumo das minas. E também — como esquecer? — escravos, tanto dos "gentis da terra" como dos africanos que, seguindo uma rota efêmera, mas proveitosa enquanto durou, eram desembarcados em Santos e, depois de escala no Planalto, iam satisfazer a enorme demanda por mão de obra nas regiões auríferas. Sobretudo, porém, o padre Pompeu era um banqueiro — ou agiota, caso se queira ser menos delicado. Os livros de registro que dele nos chegaram indicam que aí, nos empréstimos de dinheiro, ou nos financiamentos de operações de mineradores, estava seu grande negócio.[7] Não, definitivamente, imaginar o padre Guilherme Pompeu de Almeida sob o capucho franciscano, alquebrado de pobreza e humildade, rasgando as vestes e apresentando-se nu ao mundo, como fez o fundador da ordem, ou quem sabe optando pela vida de mendicante, é um exercício no campo do absurdo. Se quis mesmo integrar a tropa do Poverello de Assis, está-se em face de um equívoco de autoavaliação vocacional de proporções gigantescas.

E, depois, havia o luxo — o luxo que tanto impressionou os contemporâneos e cujos ecos continuaram a vibrar nos ouvidos da geração seguinte. A 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, a cuja devoção o padre Pompeu erigiu uma capela na fazenda de Araçariguama, as portas da propriedade eram abertas para uma festa religiosa que se estendia por oito dias, com missas cantadas e sermões. Vinham de São Paulo os integrantes das quatro comunidades religiosas ali representadas — os jesuítas, os franciscanos, os beneditinos e os carmelitas —, e os membros das principais famílias. Nessa ocasião especialmente, mas também em outras, os hóspedes eram cumulados de atenções que não encontrariam em nenhum outro lugar. À entrada da fazenda havia um pórtico, a partir do qual o convidado era solicitado a entrar sozinho. Seus criados e escravos, bem como os cavalos, se fosse o caso, ficavam aos cuidados do pessoal do anfitrião. Uma semana depois, ou até um mês depois, caso se demorasse esse tanto, o hóspede, ao ser conduzido de volta ao pórtico, encontraria ali, tal qual os deixara, os criados, os escravos e o cavalo. Como por mágica, a treinada equipe do padre Pompeu os fizera desaparecer, pelo período que seus serviços não eram necessários, e agora os fazia reaparecer. A mesa era sempre farta. Fabricava-se pão, na própria fazenda, todos os dias. Caso se tivesse acabado de jantar, e chegasse mais um grupo de visitantes, não faltaria comida

para começar tudo de novo. A mansão estava preparada para receber cem hóspedes a um tempo. Para acomodá-los, haveria cem camas, paramentadas com os lençóis mais finos, cada qual com seu próprio cortinado e, embaixo de cada uma, uma bacia para as necessidades do usuário. Espanto: a bacia era de prata! Eis uma síntese do que era o padre Guilherme Pompeu de Almeida: o homem das cem bacias de prata. Dos cem argênteos penicos, se o leitor não entendeu ainda do que se está falando.[8]

Quem registrou para a posteridade os prodígios do padre Pompeu foi, já se sabe, Pedro Taques de Almeida Pais Leme, o autor desse repositório não só de linhagens familiares, mas de eventos de São Paulo e feitos de seus primitivos habitantes que é a *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica.* O padre Pompeu morreu em 1713. Pedro Taques nasceu um ano depois, em 1714. Taques não o conheceu, portanto. Mas, desde a infância, teve certamente a mente saturada pelas façanhas do outro, presentes nas conversas dos adultos ou nas histórias que os pais contavam aos filhos. Elas o terão tanto mais admirado quanto a riqueza e o sucesso do padre contrastavam com a pobreza e o fracasso que lhe marcaram a própria vida. Pedro Taques, enquanto exaltava os paulistas que o antecederam, descrevendo-lhes as virtudes e atribuindo-lhes discutíveis vínculos de nobreza, conhecia decepções e passava necessidades. Sua história de vida é um pouco a história da pobreza da cidade de São Paulo, no período que lhe coube viver. Digamos, com alguma liberdade, que ele seria um Camões daqueles ermos, cantando a grandeza passada já numa época de decadência. Na verdade, não vai aí alguma liberdade — vai muita, pois nem Pedro Taques é Camões, nem São Paulo conheceu período que possa propriamente ser tido como de grandeza. A capitania de que agora, cinco anos antes de nascer Pedro Taques, tornara-se a capital situava-se num distante quarto lugar entre as capitanias brasileiras, atrás de Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. De todo modo, a agricultura lhe trouxera alguma prosperidade, na segunda metade do século XVII, e as correrias dos bandeirantes tornaram-na conhecida. Agora, fechavam-se as antigas perspectivas e estreitavam-se as oportunidades. Na chamada Guerra dos Emboabas, de 1707 a 1709, os paulistas, que se consideravam, na qualidade de descobridores, os donos dos veios de ouro na região das Gerais, acabaram tendo suas asas cortadas pela coligação de forasteiros que, vindos da Bahia, do Rio de Janeiro e outras capitanias, e mesmo de Portugal, souberam se organizar e armar melhor, para garantir a predominância na disputa das riquezas.

A situação desfavorável nas Minas empurrou os paulistas a duas outras notáveis descobertas: a do ouro do Cuiabá e, logo depois, de Goiás. Mas é

preciso notar que, em se tratando da vila, ou melhor, da agora cidade de São Paulo, tais descobertas poucos benefícios traziam. Beneficiavam paulistas, quando beneficiavam, como já se disse, mas não São Paulo. A cidade cumpria o destino de, ao povoar o Brasil, plantando vilarejos ao longo e ao fim dos caminhos em que se aventuravam seus habitantes, despovoar-se a si mesma. Muitos dos moradores de São Paulo que iam não voltavam. Não só se estabeleciam nas Gerais, em Mato Grosso ou Goiás. Também houve os que ficaram pelas margens do rio São Francisco, estabelecendo-se como fazendeiros. Se havia queixas de que os governadores, ao tempo da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, mal paravam em sua teórica capital, a situação não ficou muito diferente, depois da separação entre São Paulo e Minas. Agora, os governadores queriam é ir para o Mato Grosso ou Goiás. Rodrigo César de Meneses, governador de São Paulo desde 1721, em 1726 parte para o Cuiabá, ali funda a vila do mesmo nome, e por lá fica. Mais adiante, Luís de Mascarenhas, feito governador em 1739, prefere governar de Goiás. A capitania de São Paulo, à qual iam se agregando os pedaços de território conquistados pelos bandeirantes, chegou a espraiar-se por 3,5 milhões de quilômetros quadrados, quase a metade do território brasileiro, quando este se consolidou. O que viriam a ser Goiás e Mato Grosso, ou Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocupadas nas guerras do Guiará e do Tape, além de, como sabemos, Minas Gerais — tudo era São Paulo.[9] Era. Ao longo da primeira metade do século XVIII, a capitania conheceu um contínuo processo de desmembramento. Santa Catarina, em 1738, e Rio Grande do Sul, em 1742, passaram à jurisdição do Rio de Janeiro. Em 1748, criaram-se as capitanias de Goiás e Mato Grosso. No mesmo ano, dá-se a suprema humilhação: a capitania de São Paulo, reduzida ao que são hoje São Paulo e Paraná, é extinta, e seu território anexado à capitania do Rio de Janeiro.

Esse gradual desmoronamento econômico e administrativo, que não pode ter deixado de representar um golpe para o orgulho dos paulistas, deu-se em paralelo aos primeiros 34 anos de vida de Pedro Taques de Almeida Pais Leme. Fixemo-nos nele. Puxemos o autor ao palco. Façamos dele, que registrou tantas histórias sobre a São Paulo primitiva e seus habitantes, não mais uma fonte de informações, mas personagem. Sua trajetória, cheia de percalços e infortúnios, é representativa do que foi viver em São Paulo no século XVIII.

Pedro Taques era filho de Bartolomeu Pais de Abreu, que foi juiz ordinário e capitão das companhias de infantaria sediadas em São Paulo, mas que, mais do que se destacar pelos cargos públicos, sofreu da contaminação pela febre de ouro que dominava o ambiente. Nutriu planos de devassar o Sul, até o Rio Grande e

além. Depois mudou de enfoque e dedicou suas energias a um caminho que conduziria de Sorocaba ao Cuiabá. Tal empreendimento ficou pela metade. Mais frutuosa foi sua aproximação com Bartolomeu Bueno da Silva, a quem incentivou e de quem se tornou sócio numa expedição que visava a encontrar ouro nas antigas terras dos índios goiases. Este Bartolomeu Bueno da Silva lembrava-se de que, quando criança, integrando a bandeira do pai, também chamado Bartolomeu Bueno da Silva, vira índios usando adornos feitos de ouro, na região referida. O pai era ninguém menos do que o famoso Anhanguera. O filho, que logo passaria a ser conhecido pelo mesmo apelido — ele é o segundo Anhanguera —, partiu de São Paulo em janeiro de 1722. Tateou os sertões com base nas vagas recordações de infância, enfrentou fome e doenças, teve sua trupe reduzida drasticamente mas, ao voltar, três anos depois, vinha coberto de glória.[10] Descobrira, em Goiás, aquele que, em seguida aos das Minas do Ouro e do Cuiabá, veio a se tornar o terceiro grande filão aurífero da colônia.

Pode-se imaginar o alvoroço que uma notícia dessas trazia às mentes dos habitantes da cidade. Sobre o Cuiabá, descoberto poucos anos antes, corriam as mais fabulosas histórias. Dizia-se que, ali, em vez de chumbo, usavam-se balas de ouro nas espingardas e que eram de ouro as pedras sobre as quais se punham as panelas, nos fogões.[11] Agora, a 21 de outubro de 1725, o segundo Anhanguera, exangue mas glorioso, à frente de uma coluna que era nem sombra da que partira, mas cujas aventuras eram de molde a renovar as fantasias daquela gente que sofria a febre do ouro, tão cruel como a terçã, entrava em São Paulo com a notícia da descoberta de um novo Cuiabá. Seria de concluir: sorte de Bartolomeu Pais, seu sócio. Não, azar. Bartolomeu Pais caiu vítima das intrigas de inimigos poderosos, entre os quais o então governador da capitania, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, e foi acusado de chefiar uma sedição de paulistas em Goiás. Por causa disso, foi trancafiado no calabouço da fortaleza da barra de Santos, e submetido a regime que o proibia de receber visitas ou cartas.[12] O irmão de Bartolomeu Pais, João Leite da Silva Ortiz, homem rico, que, não bastasse a fortuna que amealhara nas Minas Gerais, onde se estabelecera, agora a duplicava com interesses em Goiás, apressou-se a descer a São Paulo, em socorro do irmão. Estava decidido a ir até Lisboa, se necessário fosse, e apresentar sua demanda ao próprio rei, e para as despesas com tal empreendimento trouxe de suas lavras a pesada bagagem de 30 quilos de ouro. Ortiz nada conseguiu em São Paulo, nem em Santos. Tomou então um navio e iniciou viagem a Portugal. Levava consigo um padre, Matias Pinto, que, apesar de perseguido pela Justiça eclesiástica por “alguns excessos de desenvoltura”

praticados nas minas de Cuiabá e Goiás, diz o cronista, caíra-lhe nas graças.[13] Esse padre Matias Pinto era suspeito de estar mancomunado com o governador Caldeira Pimentel, o homem que prendera Bartolomeu Pais. Dizia-se que, em São Paulo, costumava sair à noite, escondido debaixo de um capote, para encontrar-se com o governador. Seria, em suma, um espião de Caldeira Pimentel junto aos adversários. Tal suspeita não deixou de ser levada a Ortiz, mas não foi suficiente para demovê-lo da intenção de, caridosamente, levar consigo o padre. O navio em que viajavam ambos parou no Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Nesta última escala, Ortiz adoeceu de bexigas. Já fazia quarenta dias que, de cama, tratava-se da moléstia, quando foi vítima de fatal perfídia. Nesse dia — era o 8 de dezembro de 1730 — foi visitado pelo bispo de Recife. Terminada a visita, ficou só no quarto com o padre Matias Pinto, que durante a viagem lhe fazia as vezes de fiel escudeiro, e pediu-lhe um copo d'água. O padre viu aí a oportunidade que, ao que tudo indica, há muito esperava — e misturou veneno à água servida ao enfermo. Ortiz morreria no dia seguinte. O padre sumiu. E eis que o infortúnio abatia-se agora duplamente sobre a família: um irmão preso, o outro assassinado. Bartolomeu Pais foi solto depois de um ano e meio de calabouço, e retomou os planos de ficar rico. Como não enricar, numa terra e numa época em que tantos ganhavam na loteria do ouro? Continuou sem sorte, porém. Ao morrer, em 1738, estava pobre e endividado.[14]

Pedro Taques passou da infância à primeira mocidade em meio a tais vicissitudes familiares. Agora, ao histórico de infelicidades da geração anterior, seriam acrescentadas as suas próprias. Para começar, seu irmão mais velho, Bento Pais, morreria em Lisboa, em circunstâncias trágicas. Bento Pais fora destinado pelo pai para estudar em Portugal. Formara-se em leis, e logo pusera-se à obra de, ali na Corte, pleitear certas indenizações das quais o pai se julgava merecedor, pelas injustiças que sofrera e pelo dispêndio que tivera ao abrir, por conta própria, caminhos que levavam ao Rio Grande do Sul e ao Mato Grosso. O rapaz, nesse intento, aproximara-se do homem nomeado para ser o próximo governador de São Paulo, o fidalgo D. Luís de Mascarenhas, futuro conde de Alva. Diligente e insinuante, Bento Pais tratou, quando chegou a hora de Mascarenhas partir para o Brasil, de apresentar suas despedidas. Foi até o navio onde já embarcara a autoridade. Na volta, o bote que o levava ao cais foi apanhado por fortes ondas e soçobrou. O primogênito de Bartolomeu Pais morreu ali, afogado no largo de Lisboa, dez meses depois do pai.[15] Pedro Taques a essa altura era sargento-mor do regimento de São Paulo, posto de algum prestígio, pois havia apenas um sargento para cada cidade ou vila.[16]

Administrava a herança do pai, o que significava sobretudo pagar dívidas e, entre uma atribulação e outra, ia encetando os estudos históricos, pelos quais se interessara desde muito cedo. Em 1748, já casado — com Maria Eufrásia de Castro Esteves — e com um filho, ei-lo atraído pela sedução do ouro. Pôs-se a caminho de Goiás. Ainda possuía um resto do espírito aventureiro dos ancestrais, para arrostar os perigos e fadigas da longa viagem. Mas — sinal da mutação que vinha sofrendo por essa época a raça paulista — ao chegar lá, foi antes a tarefas cartoriais que se entregou: arrumou o emprego de escrivão e tesoureiro da Intendência Comissária e Guarda Moria do Distrito de Pilar. Nessa qualidade, supervisionava a arrecadação dos impostos que a Coroa cobrava sobre as atividades de mineração, um dos mais importantes serviços que a essa altura se podia prestar a Sua Majestade. Também ganhou, de lambujem, uma lavra para explorar, ou melhor, para pôr a escravaria a explorar em seu proveito, e graças a isso conseguiu juntar um razoável cabedal. Ao voltar a São Paulo, em 1754, cumprindo uma decisão para a qual contribuía a doença da mulher, atacada de malária, tinha capital suficiente para tentar o próximo lance: uma viagem a Lisboa, onde pretendia retomar os esforços do irmão em prol das indenizações de que a família se achava credora.

O período em Goiás talvez tenha sido o mais bem-sucedido de sua vida. Era um homem perseguido pelo azar, e este não tardaria a voltar a manifestar-se. Pedro Taques chegou a Lisboa em setembro de 1755. Pouco mais de um mês depois, em 1º de novembro, deu-se o célebre terremoto que destruiu a cidade. Nosso pobre personagem hospedava-se no Bairro Alto, o ponto mesmo do epicentro do fenômeno, e tudo, exceto a vida, lhe foi levado: os móveis da casa, dinheiro e documentos, inclusive aqueles que uma das famílias de São Paulo, a Toledo Piza, lhe confiara, para pesquisar suas origens.[17] Logo depois de voltar ao Brasil, em março de 1757, morreu-lhe a mulher. Aos cuidados de Pedro Taques ficaram três filhos e duas filhas, o maior com dez anos. Ainda bem que, em Portugal, conseguira, graças à intervenção de amigos junto ao próprio marquês de Pombal, o magno dirigente da época, um esplêndido emprego: o de tesoureiro-mor, para as áreas de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, da Bula da Cruzada, instituição destinada a angariar fundos para o resgate dos cristãos tão frequentemente sequestrados pelos piratas muçulmanos do norte da África, bem como para o financiamento de obras de caridade. Tinha agora nas mãos um negócio da China, seria o caso de dizer, se na verdade não fosse ainda mais que isso: um negócio do céu. Algo que facilitava o trânsito rápido e fluente da alma rumo ao Paraíso, sem certos incômodos a que normalmente tal viagem, para ser

bem-sucedida, implicava, aqui na Terra. Em suma, tratava-se de vender bulas que, ornadas dos devidos selos, expedidos pela Santa Sé, e outras garantias de autenticidade, dispensavam o comprador dos pesados jejuns e deveres semelhantes a que obrigavam as leis religiosas.[18] Maravilha! O feliz proprietário de uma dessas bulas adquiria uma espécie de licença para pecar. Ao detentor do direito de vender as bulas cabia uma porcentagem sobre o produto das vendas, e dado o sucesso de tais papéis, um dos mais bem cotados na bolsa da salvação, isso significava um sólido rendimento. A asa negra que, pousada sobre sua cabeça, não dava trégua a nosso personagem acabaria, no entanto, por transformar a fortuna em infortúnio. Pedro Taques, depois de pouco mais de uma década de exercício do cargo, foi acusado de malversação dos fundos da Bula da Cruzada. A Fazenda Real julgou-se lesada na importância, enorme, de 13.500 contos de réis. Taques, daí para a frente, e até o fim da vida, se verá envolvido num turbilhão de cobranças, sequestros de bens, processos. Ao que parece, tinha sido imprudente na administração dos fundos das bulas, deles sacando para empréstimos, jamais quitados, a amigos e parentes. Com isso, começara a atrasar as remessas que Lisboa exigia. As desgraças financeiras duplicavam-se em dolorosas perdas de entes queridos. Casado pela segunda vez, um ano e meio depois morria-lhe de novo a mulher, a fluminense Ana Felizarda Xavier da Silva. A pequeno intervalo, morreram igualmente os dois filhos mais velhos, um de 25 e outro de 23 anos, o primeiro, frei carmelita, e o segundo, um rapaz instruído, que o auxiliava no trabalho de historiador. Às perdas de entes queridos acrescentavam-se as doenças. As enxaquecas não lhe davam tréguas. Queixava-se de que a agitação nervosa impedia-o de ficar sentado por muito tempo, o que lhe prejudicava o trabalho. Casado uma terceira vez, com mulher 35 anos mais jovem — Inácia Maria de Assunção e Silva —, Pedro Taques foi tocando a vida aos trancos e barrancos, às vezes socorrendo-se dos amigos para comprar comida. Morreu na miséria, em 1777, quatro meses antes de completar 63 anos. No testamento, recomendou-se "à gloriosa Virgem, a todos os santos da Corte Celestial, especialmente ao seu Anjo da Guarda e ao senhor São Pedro".[19] E não deixou encomendadas senão oito missas por sua alma, uma miséria, para os hábitos correntes. A título de comparação, lembre-se que seu pai, Bartolomeu Pais, mesmo amargando pesadas dívidas, não deixou por menos de 265 as missas que pediu em testamento, sendo "vinte pelas almas do fogo do purgatório, para que Deus se lembre também da minha, quando lá for".[20] Entre as 265 missas do pai e as oito do filho, tem-se a tradução, em números, do retrocesso da família.

Pedro Taques ilustra o homem de seu tempo e lugar, dividido entre a sedução do ouro e os favores reais, um resto de gosto pela aventura misturando-se ao apego pelos empregos e sinecuras. Em meio aos tormentos, ia tocando sua obra de historiador, especialmente a *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. O livro é dividido em títulos que representam, cada qual, a história de uma família — Lemes, Prados, Pires, Campos etc. Dos mais de setenta títulos que Taques produziu, chegaram-nos 23. Os demais se perderam. Algumas vezes, à moda das genealogias puras e simples, o autor se contenta com a simples enumeração de quem casou com quem e quem era filho de quem. Muito mais saboroso é quando ele conta a história do personagem, e não são poucos os que merecem tal tratamento. Para esse trabalho, que lhe ocupou a vida inteira, combinou as histórias que lhe chegaram por via oral com a pesquisa nos cartórios. Não se limitou aos registros de São Paulo e São Vicente. Fez viagens a Sorocaba e Itu, bem como a Angra dos Reis e Ilha Grande, para vasculhar os cartórios locais, sem falar nas visitas à Torre do Tombo, em Lisboa, e nas informações que obtinha por correspondência. Pode-se dizer, sem exagero, que sem seu trabalho não se saberia metade do que se sabe dos paulistas e, por tabela, da São Paulo primitiva, e, com exagero, que de certa forma ele inventou os paulistas. Pelo menos, contribuiu decisivamente para conferir-lhes um passado e uma personalidade. Pedro Taques era primo de frei Gaspar da Madre de Deus, o autor das *Memórias para a História da Província de São Vicente*. Nascidos no mesmo ano, e tomados ambos pela paixão da história, formaram os dois uma espécie de parceria, um em São Vicente e outro em São Paulo, na troca de informações e de pistas para o trabalho de pesquisa. Sobretudo, Taques tinha em frei Gaspar o confidente. Desiludido, no fim da vida, a ele confiou em carta, referindo-se à sua obra, que tinha ímpeto de “reduzir tudo a cinzas”. Assim, antecipando-se aos inimigos, reconheceria ele próprio que seus escritos “são mais dignos de fogo que de luz”.[21]

Que motivava Pedro Taques ao construir sua *Nobiliarquia*? Afora a paixão de historiador, vale dizer, o puro deleite de acercar-se do passado e tentar desvendá-lo, adivinham-se na obra intenções reveladoras da mente dos paulistas do período. A obsessão com a nobreza — todas as famílias de que trata têm origem nobre, para Taques — teria a ver com o desejo de compensar a situação de desterro naquelas solidões, a um passo da selva e no convívio diário com o primitivismo da indiada, com o estabelecimento de algum vínculo, aliás do melhor vínculo possível, com os esplendores da civilização europeia. Mas havia nisso também preocupação mais prática. A atribuição de nobreza equivalia, antes

de mais nada, a um instrumento de "*puritate et nobilitate probanda*". Qual seja, a de que a pessoa era cristã-velha, de "sangue limpo", livre da mistura com "judeu, mouro ou qualquer outra infecta nação".[22] Tal credencial era de rigor para certos cargos e empregos, sem falar no escudo que fornecia contra injúrias e perseguições. Não seria por outra razão que certas famílias, a Toledo Piza, por exemplo, cujos papéis acabaram ardendo nos incêndios que se seguiram ao terremoto de Lisboa, confiavam seus documentos ao historiador. Era-lhes importante a prova do sangue. Também importante era provar, e isso também era da essência da nobreza, que na família não havia traço de "mecanismo". Qual seja, de profissão mecânica, exercida com as mãos. Taques refere-se com desdém a um José Pires Monteiro que, com sua mulher, Josefa, "são sogros do alfaiate torto Antônio da Costa".[23] Mesmo a alguns séculos de distância, dá para supor o grau de ignomínia devotado a alguém que, além de alfaiate, ainda é "torto". Paralelamente à da nobreza, Taques tinha a mania da riqueza e do heroísmo. A Manuel Preto, fundador da Freguesia do Ó, flagelo dos jesuítas do Paraguai, que depois de tantas proezas morreria ingloriamente comido por uma onça, ele atribuía a posse de 999 índios. Não mil, mas 999 — número muito mais instigante. Taques celebrizou a expressão "potentados em arcos" para descrever os donos de muitos índios, com os quais executavam a dupla função de desbravadores do sertão e senhores da guerra.

Mas percebem-se, nas páginas da *Nobiliarquia*, também tons menos triunfalistas. Ao falar de um Manuel Afonso Gaia, que ocupou vários cargos no governo, aproveita para acrescentar, como quem enfia um caco no texto da peça, que, naquele tempo, "para oficiais da Câmara, só eram admitidos os homens de maior honra, zelo e desinteresse". Isso já não aconteceria mais, na cidade de São Paulo, bem como nas vilas próximas — "lamentando-se esta infeliz decadência em todo o Estado do Brasil, onde já não se escolhem os sujeitos da primeira graduação para ornarem o corpo do Senado".[24] Era o tema, próprio talvez de todos os tempos, do "não-se-fazem-mais-políticos-como-antigamente". Em outro passo, ao elogiar a "nobre pessoa" de Antônio Barbosa de Soto-Maior, nomeado capitão de ordenança da vila de Santos, enfia, entre parênteses: "Que diferentes tempos daquele século para o presente, na eleição de semelhantes postos!"[25] Tanto quanto via grandeza no passado, Taques descobria mesquinhez no presente. Ao empapar de saudosismo seu trabalho de cronista, ou linhagista, exercia uma espécie de vingança. Compensava-se dos sacrifícios e misérias do tempo presente. Ia buscar na irrealidade do passado, pois todo passado é algo que não existe mais, um remédio para as durezas dessa inescapável realidade que

é o tempo presente, a hora presente.

Sílvio Romero, em sua *História da Literatura Brasileira*, foi generoso com Pedro Taques. “Que era antes dele a história nacional?”, escreve. “A enumeração dos reis da metrópole e dos governadores da colônia [...] Taques tirou-a do palanque, arrancou-lhe a capa e jogou-a na rua, com a introdução de um novo elemento — o povo.” Mais adiante, acrescenta: “Não era mais a história da América portuguesa, boquiaberta diante dos governadores e vice-reis e recheada de elogios aos monarcas da mãe-pátria; era antes a descrição de um troço de bandeirantes a internarem-se pelos sertões de Goiás.”[26] Outros historiadores, Cândido Mendes entre eles, ridicularizaram sua mania de nobreza. Sérgio Buarque de Holanda apontou-lhe os exageros. Seria “simplesmente pueril”, escreveu, acreditar que qualquer fazenda paulista do século XVII pudesse abrigar imensa quantidade de índios, “e nem se pode imaginar a possibilidade de nelas se alimentarem tantas bocas ou se ocuparem tantos braços, ainda que em condições precaríssimas”.[27] Com isso, acabamos de volta ao padre Guilherme Pompeu de Almeida. Cem bacias de prata! Debaixo de cem camas, prontas para os hóspedes, paramentadas com os mais finos lençóis! Não se duvida que o padre fosse um magnata local. Mas seu testamento, ao arrolar-lhe a prataria, não faz menção a tão preciosos vasos noturnos. E Afonso Taunay, ao examinar os livros de negócios de Guilherme Pompeu, encontrou uma única menção a tais objetos, reduzidos a meia dúzia.[28] Os cem penicos de prata rondavam a imaginação de Pedro Taques e, certamente, a de muitos outros contemporâneos, com o brilho de uma era de sonho, um tempo que não volta mais.



XV

O Linhagista Sai a Passeio

O último domicílio de Pedro Taques foi uma modesta casa na rua do Carmo. Ou, para usar a nomenclatura de caráter descritivo em curso na época, “rua que vai do Palácio ao Carmo e à Tabatinguera”.[1] Que queria dizer isso? Para entender o que significa o “Palácio” do nome, é mister ir longe, até Lisboa, onde governa com mão de ferro o marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei D. José I. Havia tempo, Pombal sentia-se incomodado pela riqueza, a autonomia e a influência dos jesuítas. Não era uma situação a que um governante de sua índole se acomodasse. Pombal aproveitou-se de um atentado contra D. José, em setembro de 1758, para lançar suspeitas de que os padres da Companhia estivessem envolvidos. Desencadeou então uma ofensiva impiedosa. Prendeu padres, sequestrou-lhes os bens. Enfim, em setembro de 1759, um ano depois do atentado, decretou extinta a Companhia de Jesus em Portugal — o Portugal de lá e, naturalmente, também o de cá. Havia na época, espalhados pelo Brasil, quinhentos jesuítas. Na cidade de São Paulo eram 23 — sobre os quais desabaria, pela segunda vez na história da ordem, a sina de serem expulsos e desapropriados de seus bens.[2] Desta vez, no entanto, a população, tão hostil aos padres, na ocasião anterior, teve comportamento inverso. Foi-lhes solidária e, em janeiro de 1760, quando deixaram a cidade, acompanhou-os em prantos, em numerosa comitiva, até o Caminho do Mar. Para trás ficavam o colégio e a igreja, que ainda recentemente haviam sofrido reformas importantes. A igreja tinha agora 22 metros de frente e 44 de fundos, ricas alfaias em seu interior e, ao lado, uma torre de pedra, coberta de telhas.[3] Que fazer das históricas construções dos jesuítas? São Paulo tinha um problema, que era o de alojar os governadores da capitania. Por algum tempo, eles residiram e despacharam numa casa alugada a um dos notáveis locais, D. Simão de Toledo Piza. Agora, com a retirada dos jesuítas de um dos lugares mais marcantes, se não o mais marcante da cidade, evidenciou-se a solução — o colégio viraria a sede do governo. O prédio sofreu

nova remodelação, que lhe modificou drasticamente o interior, e passou a servir à nova finalidade. Virou palácio. O próprio local, de “largo do Colégio”, ou “pátio do Colégio”, passou a “largo do Palácio”. Está explicado o “Palácio” do nome da rua onde morou Pedro Taques.

Do Palácio ela ia ao Carmo e à Tabatinguera. Do Carmo já se falou. Era um dos três mosteiros históricos da cidade. Mais do que os religiosos que integravam os outros dois, os beneditinos e os franciscanos, os carmelitas se integravam à perfeição à sociedade. Nunca fizeram restrições às bandeiras e ao apresamento dos índios. Até participaram delas. A própria família Taques tinha ligações estreitas com os carmelitas. Pedro Taques foi enterrado no jazigo fundado pelo avô do mesmo nome na capela da Ordem Terceira do Carmo.[4] Mais um pouco além do Carmo, como se adivinha pelo nome da rua de Pedro Taques, ficava a Tabatinguera. O nome vem do barro branco — “tabatinga” — que havia em abundância em São Paulo, e que era muito usado nas construções. A Tabatinguera, cuja memória persistiria na rua do mesmo nome, era o lugar onde a colina em que estava plantada a cidade escorregava em direção às várzeas do Tamanduateí. Por esse nome era conhecida a região, em geral, mas também o caminho que, partindo dali, demandava ao sudeste, em direção ao Ipiranga e à serra do Mar. Havia ainda uma ponte no local, sobre o Tamanduateí, ora chamada de ponte do Tamanduateí, ora de ponte da Tabatinguera, quando não de ponte do Fonseca, do nome de um morador das vizinhanças — a “mais notável e tradicional”, segundo um autor, das pontes de São Paulo, cuja existência remontaria ao tempo de Anchieta.[5] Ela se situava no local mais fácil de atravessar o rio e ganhar a colina, para quem vinha do litoral — daí a suspeita de que já fosse usada pelos jesuítas, nos primeiros tempos. A ponte da Tabatinguera foi construída e reconstruída incontáveis vezes. Mas além de marcar o início de um caminho e abrigar uma ponte, a Tabatinguera era também, à falta de outro, um lugar de lazer. A cidade em si era um emaranhado de ruas estreitas, becos sujos e largos indignos desse nome. Na Tabatinguera ampliavam-se os espaços e abriam-se os horizontes. Daí ter virado o ponto preferido para passeios. Em 1773, uma senhora de nome Maria de Azevedo Silva obteve do Senado da Câmara a concessão de uma área no local, e, ato contínuo, pôs-se a murá-la. Houve protesto, e a Câmara acabou por cassar-lhe a concessão, não só por ser o local “o único recreio e divertimento do povo desta cidade”, como também por “ser lugar onde se costuma tirar saibro para todas as obras desta cidade”.[6] O saibro em questão, claro, era a tabatinga.

A “rua que vai do Palácio ao Carmo e à Tabatinguera”, ou “rua adiante do

Carmo”, para citar outra das designações do tempo em que, à falta do costume de atribuir-lhes um nome, as ruas eram referidas pelo percurso que cumpriam, quando não pelo nome de um morador, era das mais centrais e conhecidas da cidade. Para simplificar, acabou virando rua do Carmo, simplesmente. Em seu trecho inicial, junto ao pátio do Colégio, teve o nome mudado, no século XX, para Roberto Simonsen. Na rua do Carmo, Pedro Taques tinha como vizinhas as recolhidas do convento de Santa Teresa, fundado por um seu tio-avô, Lourenço Castanho Taques, no alvorecer do século XVIII. O prédio, comprido, de dois andares, com uma fileira de 17 janelas no andar superior, e uma torre em uma de suas pontas, ocupava boa parte da rua. Santa Teresa teve uma primazia na história de São Paulo. Foi um dos dois primeiros prédios da cidade, lá pelos anos de 1744 ou 1745 — o outro foi o convento dos franciscanos —, a contar com o conforto de ser abastecido por um sistema de água canalizada. A água era captada no rio Saracura, um dos formadores do Anhangabaú, no futuro bairro da Liberdade, e, por via de um rudimentar aqueduto, coberto de pedras soltas, descia, por gravidade, até o convento das freiras. Ótimo para elas. Não para os vizinhos, pois, para sua infelicidade, a água, em vez de se conter no convento, sobrava para a rua, formando poças que a deixavam permanentemente alagada. Em 1749, a situação era grave a ponto de o Senado da Câmara ter determinado às freiras que mandassem “tapar a água que vai para a rua”, sob pena de “se lhe mandar cortar na mãe”.[7]

Caminhando de sua casa em direção ao pátio do Colégio, aliás largo do Palácio, e daí quebrando à esquerda, na rua também chamada do Palácio, Pedro Taques alcançaria, em dois passos, a “rua que vem da Sé para a igreja do Rosário dos Pretos”, ou, depois que aos longos nomes descritivos sucedeu-se um nome sintético, rua do Rosário. Estamos tentando imaginar o velho cronista a perambular pela São Paulo de sua época. Esta rua do Rosário, a futura 15 de Novembro, era — e continuou sendo — das mais importantes da cidade. No começo do século XVIII, porém, se começava animada, ali junto à matriz, acabava num descampado já com ares de subúrbio, à beira da descida que ia dar no rio Anhangabaú. Nesse lugar, que viria a ser o largo do Rosário, e depois a praça Antônio Prado, edificou-se, na década de 1730, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos — daí o nome da rua. Esta igreja tem história interessante a mais de um título. Para começar, é indicativa de uma escravaria africana já significativa, na cidade. Recorde-se que a virada do século XVII para o XVIII marca a transição da busca da mão de obra, das fontes nativas, mesmo porque esgotadas, para a importação de africanos. Desembarcados no Brasil em

quantidades cada vez maiores, nas décadas seguintes, por isso mesmo eles foram ficando mais baratos. O surgimento de uma igreja só para os negros, na cidade, denuncia não só um número já significativo deles, mas também uma surpreendente capacidade de associação. Uma capela primitiva, no mesmo local, existiria já desde o início da década de 1720.[8] Sua ereção teria coincidido, muito possivelmente, com a constituição na cidade, a exemplo do que ocorria em outras cidades e vilas do Brasil, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

O certo é que essa irmandade, cuja dedicação a Nossa Senhora do Rosário reflete uma devoção com raízes na própria África, por influência de evangelizadores portugueses, já estava constituída em 1728, quando pediu à Câmara — e obteve — a titularidade da área onde tinha sua capela, para a edificação de uma igreja.[9] O passo seguinte foi levantar fundos para o projeto, o que representava dificuldade considerável, para uma irmandade que, mais pobre, não poderia ser. À frente da empreitada colocou-se Domingos de Melo Tavares, qualificado de "ermitão" pelos autores antigos.[10] Se era dotado do espírito místico que a qualificação faz supor, era também de espírito prático. Foi buscar o dinheiro onde ele estava: nas Minas Gerais. Por ali esmolou durante alguns anos, até obter os 10 mil cruzados que lhe possibilitaram o início das obras, das quais foi o administrador.[11] A igreja do Rosário assinala não só um número já razoável de negros em São Paulo e sua capacidade de associação. A memória que dela restou também revela que, a exemplo de outras cidades brasileiras, e notadamente na Bahia, os negros de São Paulo davam-se a práticas sincréticas, misturando o catolicismo recém-abraçado com as crenças africanas de seus ancestrais. Vale isso dizer que, se em parte domesticavam-se à vontade e à cultura do escravizador, de outra parte entrincheiravam-se nas tradições de suas raízes, como instrumento de resistência. Na parte de fora da igreja transcorriam ritos em que terços católicos se misturavam a peles de lagarto ou de sapo, figas da guiné, olho de cabra e pés de galinha. Também havia festas em que se dançava o "tambaque" e se encenava a congada.[12] Nos arredores da igreja foram-se instalando, uns para morar, outros para vender doces, mandioca, pinhão ou milho, frutas ou legumes, negros alforriados, ou "escravos de ganho", como eram conhecidos aqueles que os patrões lotavam no pequeno comércio de rua para arrecadar-lhes alguns trocados.[13]

Pedro Taques, tão cioso das origens que descobrira (ou fantasiara) para si próprio e seus pares, não teria motivo para folgar entre a gente pobre e deserdada do Rosário. Mais verossímil é imaginá-lo tomando a "rua que vem da Sé para a

igreja do Rosário dos Pretos” no sentido oposto. Daria, logo ao chegar ao antigo largo da Matriz, já agora chamado de Sé, e logo se verá por que, com outra igreja nova. Era a de São Pedro das Pedras, ou São Pedro dos Clérigos, construída em 1740 a um dos lados do largo, que, não contente de abrigar a matriz, agora teria uma segunda igreja. Ficava no lugar onde século e tanto depois se assentaria o prédio da Caixa Econômica Federal. Mais uns passos e, agora, sim, estaria diante da Sé — ou não estaria? Depende. Se fosse depois de 1740, estaria diante de ruínas. A velha igreja matriz, levantada com tanta trabalheira e tanta demora pouco mais de um século antes, estava imprestável. E isso acontecia num momento sobretudo infeliz, o momento em que a piedosa cidade de São Paulo, para sua honra e maior glória, fora promovida, pelo papa Benedito XIV, a sede de bispado. Quer dizer: São Paulo teria agora um bispo — e não tinha sé para acolhê-lo. O bispado de São Paulo foi criado a 22 de abril de 1745 e confirmado por bula papal de 6 de dezembro do mesmo ano.[14] Para primeiro bispo, foi nomeado D. Bernardo Rodrigues Nogueira. Só em dezembro do ano seguinte, no entanto, já que tudo demorava, nesses tempos, o bispo fez sua entrada na cidade. E que entrada! Era costume, na época, recepcionar os dignitários que chegavam, ouvidores, governadores ou prelados, com manifestações populares e enfeites nas ruas. Havia desfiles de cavaleiros, ruas atapetadas de folhas ou serragem, colchas com ricos bordados estendidas nas sacadas das casas, luminárias de azeite e arcos sob os quais o homenageado passava em triunfo.[15] No caso de um primeiro bispo, caprichou-se mais que o habitual. Uma ordem do então governador, D. Luís Mascarenhas, espalhada pela cidade “ao som de caixa”, como era de regra, poucos dias antes da chegada do dignitário, determinou que “quando passar o Exmo. Reverendíssimo sr. bispo pela rua, ou por outra qualquer parte, toda a pessoa que o encontrar ponha o joelho em terra e esperará assim, e se o mesmo em algum lugar estiver parado farão o mesmo e, recebida a bênção, se levantarão e irão seguindo seu caminho”.[16] D. Bernardo Rodrigues Nogueira, que morreria apenas um ano depois, percorreu um trajeto que incluiu a “rua do reverendo padre Tomé Pinto”, a mesma que viria a ser da Cruz Preta e, enfim, Quintino Bocaiúva, e a rua Direita, terminando na igreja de São Pedro dos Clérigos.[17] Não havia mais matriz, ou pelo menos matriz em condições de uso, daí por que a igreja de São Pedro dos Clérigos ter sido o destino final do trajeto. A matriz foi demolida e, em seu lugar, começou-se a construir outra, em 1745.[18] Enquanto não ficou pronta, o bispo oficiava em São Pedro dos Clérigos ou, mais comumente, na igreja da Misericórdia, ali perto, no largo do mesmo nome, pertencente à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Em todo caso, o

largo não era mais apenas o “da matriz”, como nas vilas ou cidades onde a máxima autoridade religiosa não passa do vigário. São Paulo era sede de bispado, portanto, tinha direito a ter uma sé. O largo passou a “da Sé”.

Figura 16



A vista da Sé na aquarela São Paulo: São Pedro*, de Jean Baptiste Debret, 1827.*

Já que estamos na Sé, façamos nosso personagem caminhar um pouco além, tomando uma das vielas que avançam na direção leste. Ei-lo agora no espaço chamado alto de São Gonçalo, ou campos de São Gonçalo, e que um dia será conhecido como praça João Mendes.[19] Ainda que ermo e já nas beiradas do povoado, este local começa a despertar para a vida urbana. O nome se deve a outra — mais uma — igreja nova, a de São Gonçalo Garcia, uma modesta igreja de taipa, erigida a partir de 1756. O português Gonçalo Garcia, eleito como orago do novo templo, é um dos 25 missionários católicos crucificados em Nagasaki, em 1579, ao fim de uma infortunada tentativa de evangelizar os japoneses. Entre os habitantes de São Paulo, gozava de antigo prestígio.[20] E com razão, pois revelou-se santo forte: a igreja, refeita em pedra, conseguiu, ao contrário do Rosário, da Misericórdia ou de São Pedro dos Clérigos, sobreviver a sucessivas reformas urbanas e chegar ao século XXI no mesmo local, ainda que ensombrecida por uma tumultuária vizinhança de altos prédios, e acuada por um furioso trânsito de veículos que lhe passam rente. No mesmo alto de São Gonçalo já havia uma capela. Era a capela de São Vicente, erigida na primeira metade do século XVIII. Mais adiante, provavelmente ainda em vida de Pedro Taques, no mesmo lugar da capela seria erguida uma igreja, a de Nossa Senhora dos Remédios. Assim como a Sé e São Pedro dos Clérigos, São Gonçalo e Remédios seriam duas igrejas a ocupar a mesma praça, o que não é nada de mais — a mania de levantar igrejas umas junto às outras é típica do Brasil colonial. Remédios não teria a mesma sorte de São Gonçalo, e desapareceria, no século XX.[21]

Chega de igrejas. Nosso passeio agora toma o rumo da “rua do reverendo padre Tomé Pinto”, que, como já sabemos, é a futura Quintino Bocaiúva. Ele passará pela rua da Freira, a futura Senador Feijó, e a rua do Jogo da Bola, futura Benjamin Constant. Na Jogo da Bola é aconselhável não entrar. Seu leito pode estar ocupado pelos praticantes do popular jogo da malha, trazido de Portugal.[22] Prossiga-se pela rua do padre Tomé Pinto. Um pouco antes de chegar à esquina com a rua Direita, ali junto ao largo da Misericórdia, ela dá uma quebrada à esquerda e tanto se estreita que não merece mais o nome de rua — é beco. O beco de Ângela Vieira. Tanto um nome como o outro, o do padre Tomé Pinto e o de Ângela Vieira, referem-se a moradores que acabaram por servir de referência aos respectivos locais de domicílio. São Paulo ainda não entrara na era de homenagear personagens de destaque na vida local ou nacional promovendo-os a nomes de rua. Assim, nome de gente que se encontra dando nome a rua é porque ali morou, ou ali por perto. A Ângela Vieira do beco era uma padeira, casada com um Luís Rodrigues Vilares. Ambos habitavam uma casa com frente para a igreja da Misericórdia, e tinham outras propriedades no local.[23] Quando morria o morador que nomeava a rua, por algum tempo, pelo menos enquanto durasse sua memória, a rua continuava a merecer seu nome, mas acrescido da condição de falecido — o “beco da defunta Ângela Vieira”, se diria, ou “da finada Ângela Vieira”.[24]

Mas evitemos descer até lá. Mesmo porque os becos têm má reputação, lugares sujos e perigosos que costumam ser. Dobremos, antes de chegar a esse trecho, à esquerda, na rua que um dia se chamará José Bonifácio. Por enquanto, ela é a rua do Ouvidor. E é assim chamada também por causa de um morador, Antônio Luís Peleja, o primeiro ouvidor nomeado para São Paulo.[25] No fim dessa rua, quando ela confina com a de São Bento, no largo também chamado do Ouvidor, ou, mais popularmente, largo do Capim — que não é senão um prolongamento do largo de São Francisco —, situa-se um edifício-chave da cidade. É a Casa de Câmara e Cadeia — a Câmara em cima, a cadeia embaixo.[26] O prédio foi construído, a partir de 1717, por um nosso conhecido — José de Góis e Morais, aquele paulista enriquecido nas Minas que tentou comprar a capitania, quando o donatário a pôs à venda. Góis e Morais, que aliás era tio de Pedro Taques, pediu, em troca da construção do edifício, o monopólio da venda, em São Paulo, dos vinhos, aguardentes, azeites e vinagres.[27] O projeto, tal qual o apresentou aos camaristas, previa uma sala de sessões de 7m70 por 6m50, dotada de um estrado, indicativo da autoridade dos mandatários municipais, e dando para um balcão de onde se poderiam fazer proclamações ao povo e

hastear bandeiras. A parte de baixo, que não teria comunicação com a de cima, teria “uma enxovia de homens, e outra de mulheres”.[28] Tudo muito bonito no papel — mas não foi ainda desta vez que a Câmara de São Paulo livrou-se da maldição de prédios inconvenientes, que ora se enchiam de água, ora perdiam paredes inteiras, e tão impraticáveis se mostravam que, com frequência, e isso desde os primeiros anos, as sessões se realizavam na casa de um dos juízes ou vereadores. Inaugurado o prédio em dezembro de 1720, depois de sucessivos atrasos, logo começou uma série de reclamações contra o empreiteiro. Faltava uma escada para descer à cadeia, faltava cozinha para os presos. O que mais rendeu, no entanto, foram as reclamações quanto à segurança da cadeia. A construção, como virtualmente todas as outras na cidade, era de taipa, ou seja, de terra batida, o que consistia num convite aos presos para que cavassem buracos e escapassem.

Havia numerosos outros problemas. Em 1722, o então governador Rodrigo César de Meneses, chegado poucos meses antes para assumir a capitania, enviava ao rei uma carta em que informava: “A cadeia que achei nesta cidade só tem o nome de cadeia.” Os presos, continuava o governador, “fogem dela todas as vezes que querem”, pois as paredes se rompem “sem mais instrumentos que as mãos”.[29] Outro problema era a proximidade com o convento dos franciscanos. Vigorava na época o conceito de que, escapando o preso e procurando refúgio num prédio religioso, fosse igreja, fosse convento, estaria a salvo de perseguição. Recorriam ao território inviolável da Igreja como, mais tarde, os perseguidos políticos recorreriam ao território inviolável das embaixadas. Tal costume uma vez trouxe dissabores ao pai de Pedro Taques, Bartolomeu Pais de Abreu, à época em que era juiz ordinário em São Paulo. Ele presidia uma sessão da Câmara quando ouviu um tiro de bacamarte. Pôs-se de imediato à rua, e soube que o tiro, disparado por um mameluco de nome Matias, segundo deixou registrado o filho, atingira e matara um europeu. Bartolomeu Pais avançou contra o agressor, agarrou-o pelo pescoço e recolheu-lhe a arma. Depois, com a ajuda dos oficiais de justiça, lançou-lhe uma corrente e mandou que o arrastassem até a cadeia. Ao passarem diante de Santa Teresa, na rua do Carmo, porém, o preso agarrou o ferrolho da porta do convento e clamou pela imunidade. Bartolomeu Pais considerou que o preso não adquirira tal direito, porque continuava seguro à corrente, que os oficiais de justiça mantinham bem firme. O caso deu discussão. Os religiosos não concordaram com esse parecer. Tanto se acirraram os ânimos que os religiosos quiseram destituí-lo do cargo de juiz, acusando-o de não respeitar o sagrado direito de inviolabilidade dos

próprios da Igreja. Não conseguiram, mas não deixaram de lançar mão da arma que com tanta largueza brandiam contra os fiéis, e o excomungaram.[30] No caso da inconveniente proximidade da cadeia com o convento e a igreja de São Francisco, o governador Rodrigo César de Meneses queixava-se de que os presos, ao escapar, "logo se recolhem ao sagrado".[31]

Tal situação prevaleceu até 1760. O controvertido prédio foi então demolido, e a Câmara mudou-se para um sobrado da rua Direita, pertencente à ouvidoria geral da capitania. O esquema era o mesmo: Câmara em cima, cadeia embaixo. Logo a cadeia revelou-se insuficiente, no entanto, e alugaram-se duas casas contíguas, na mesma rua Direita, pertencentes à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Por que se precisaria de tanta cadeia? Quem eram os presos? Aqui e ali, a documentação deixa uma amostra deles. Em 1735, uma certa Maria Correia, negra forra, foi presa por comerciar com medidas falsas.[32] Uma preocupação constante dos almoxarifes era a aferição dos pesos e medidas usados no comércio. Em 1740, há um caso mais espantoso, também envolvendo mulher, ou mulheres. Condenaram-se à prisão umas tantas padeiras — o ofício era exercido por mulheres — por não terem executado as danças para as quais tinham sido escaladas na procissão de Corpus Christi.[33] Mas não nos iludamos com os casos curiosos. O grosso dos condenados à prisão, quando não à forca, eram mesmo os "escravos, os bastardos ou filhos da terra", como escrevia num comunicado, em 1770, o governador Luís Antônio de Sousa.[34] Bastardo era sinônimo de mameluco, e filho da terra, de índio. A esses deserdados da sorte voltava-se, preferencialmente, o aparato judiciário e penitenciário. De quando em quando, os presos se rebelavam. Em 1737, quando a cadeia ainda ficava no prédio fronteiro a São Francisco, um grupo de presos matou o carcereiro e feriu outras pessoas, numa ação que teve lugar às nove horas da noite. Azar dos presos que o estampido dos tiros chamou a atenção do juiz ordinário. Este logo acorreu e conseguiu capturá-los antes que empreendessem a fuga. Foi uma noite de rebuliço na cidade, com gente acordando assustada, outros tantos saindo à rua. Afinal, resolveu-se transferir os presos amotinados para Santos. A cadeia de São Paulo não oferecia segurança para contê-los.[35] Assassinato de carcereiro não era acontecimento raro. Daí que fosse difícil encontrar quem durasse nesse posto. Um carcereiro de nome Domingos da Silva, em 1733, fugiu, "deixando a cadeia ao desamparo", conforme registram os anais da Câmara. Decidiu-se então nomear um homem casado. O outro era solteiro, e por isso, supostamente, por se sentir livre e descompromissado, não pensou duas vezes quando decidiu fugir. O casado seria mais responsável. O escolhido, Antônio de Almeida Macedo,

aceitou o cargo, mas com a condição de que, “no caso que os presos arrombem a cadeia pela fragilidade dela”, não seria punido por isso. Em 1751, um João Pinto Rodrigues foi preso por não aceitar ser carcereiro. Qual seja: sentia-se mais seguro dentro da prisão, na companhia dos presos, do que tomando conta deles.[36]

Suponhamos que nosso personagem continue seu passeio pela rua Direita. Na medida em que se afunde nela, e se aproxime do largo da Misericórdia, estará nos domínios da entidade que dá nome ao largo, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Já vimos que ela possuía, na rua, casas que foram alugadas para proporcionar a ampliação da cadeia. Mais adiante, junto à igreja, mantinha seu hospital, inaugurado em 1715 — se é que pode ser chamado de hospital. No mesmo dia em que foi inaugurada essa instituição, que em todo caso, se não merece o nome de hospital, era para prestar serviços médicos a pessoas carentes, nela deu entrada “uma mulher pobre, com o braço podre”.[37] A Santa Casa vivia da contribuição dos irmãos, de donativos, dos rendimentos de algumas propriedades, e tinha outra importante fonte de renda no aluguel das tumbas que, semelhantes a padiolas, eram usadas para transportar os falecidos até a sepultura. Isso até por volta de 1770. Nessa época inventou-se a moda dos caixões de defunto. Os falecidos não precisavam mais das padiolas de aluguel. Junto com outros percalços, como atrasos nos pagamentos devidos pela municipalidade pelo uso das casas da cadeia, a Irmandade entrou em grave crise financeira.[38] Ultrapassado o largo da Misericórdia, eis o movimentado ponto onde as pessoas vêm comprar, os vendedores apregoam seus produtos, os curiosos vêm só para olhar e os mais curiosos ainda vêm olhar os curiosos. É o lugar chamado “Casinhas”, que dá nome à rua das Casinhas, uma pequena travessa que no futuro será chamada de rua do Tesouro. As “casinhas” em questão eram lojinhas, em número de 15, erigidas pelo poder municipal, na década de 1770, para nelas “se colherem os mantimentos de toucinhos e mais cousas que constam do termo da criação”, conforme diz a ata respectiva da Câmara.[39] Eram construções pequenas, de um só cômodo, e contíguas umas às outras. Tinham balcões e banquetas, ganchos para pendurar as mercadorias, pesos e balanças. Nelas, os agricultores e criadores dos arredores da cidade expunham suas mercadorias. Comerciava-se um pouco de tudo: arroz, milho, feijão, farinha, toucinho, carne, leite, aves, ovos, aguardente, fumo, rapadura, mel. Como as lojinhas eram exíguas, algumas das mercadorias transbordavam e eram expostas na rua.[40]

Figura 17



Debret assina esta aquarela, Palácio do Governo em São Paulo, *1827, mostrando o largo do Colégio.*

Nosso personagem já se encontra bem próximo à rua do Rosário, de onde se enfiará para o largo do Colégio, ou do Palácio — há indecisão entre esses dois nomes —, e voltará para a rua do Carmo. Mas, antes de entrar em casa, suponhamos que ele queira espairecer um momento à beira do rio. Descerá então pelo beco do Colégio até as Sete Voltas, uma trilha estreita que margeia o Tamanduateí, acompanhando as sete curvas que, em seu curso caprichoso, o rio descreve naquele trecho. Expliquemo-nos. O beco do Colégio, que mais tarde será chamado de beco do Pinto, do nome de um morador, o brigadeiro Joaquim José Pinto de Morais Leme, percorria a encosta da colina, descendo da rua do Carmo ao Tamanduateí. Lembre-se que o Tamanduateí ficava mais perto da área central da cidade do que viria a ficar, depois da retificação de seu curso, em 1848. Seu leito coincidia mais ou menos com o que viria a se constituir na rua 25 de Março. Podia-se descer pelo beco do Colégio e, uma vez embaixo, ir acompanhando, à beira-rio, a trilha das Sete Voltas até o Porto Geral. Que era isso? Porto, em São Paulo? Sim. O Porto Geral do Tamanduateí era onde atracavam ou de onde demarravam as embarcações que faziam a navegação desse rio, na época muito mais caudaloso. Nosso personagem poderia parar ali um momento para verificar se algum barco trazia mercadorias das fazendas da região de São Bernardo, rio acima. Ou então se algum estaria partindo em direção ao Tietê, rio abaixo. O porto era usado sobretudo pelos monges de São Bento, para transporte de mercadorias de sua fazenda de São Bernardo até o convento, a dois passos dali. Tanto assim que chegou a ser chamado também de Porto Geral de São Bento. Mas não se pense que ali chegavam apenas inocentes frutas e verduras, galinhas ou porcos. Comerciava-se gente, também. Era comum que escravos africanos vindos do litoral fizessem pelo Tamanduateí o último trecho da viagem a São Paulo. E podia acontecer de ali mesmo os escravos serem negociados.[41] Enfim, já saciado, nosso personagem empreenderia o caminho de volta tomando o beco do Porto Geral, ali em frente ao porto, pelo

qual subiria de novo a colina, e estaria em casa. Este beco do Porto Geral configura um fenômeno. É nome que subsistiu aos séculos e manteve-se na São Paulo moderna, embora ligeiramente modificado para ladeira Porto Geral, embora já não houvesse porto, nem rio, nem o mais mínimo sinal de barco, ou de água, a não ser a da chuva, na área. Misterioso é o destino dos nomes.

Figura 18



Entrada de São Paulo pelo caminho do Rio de Janeiro, *Debret, 1827: os tropeiros na Várzea do Carmo.*

É hora de confessar que só por licença poética se disse que nosso hipotético Pedro Taques prolongaria seu passeio para “espairecer à beira do rio”. Na verdade, o local era muito pouco convidativo aos espairecimentos. As margens do Tamanduateí constituíam-se numa sucessão de brejos e atoleiros, por onde se caminhava dificilmente, quando se caminhava. Mal se contendo em seu leito, o rio transbordava em várzeas que dominavam várias áreas, e inspiraram nomes que se incorporaram à toponímia da cidade — várzea do Carmo, várzea do Glicério... De resto não seria aprazível, de modo geral, passear pela cidade. As ruas eram estreitas e sujas e, além disso, frequentemente atravancadas pelo abuso de moradores que nelas despejavam entulho ou abriam buracos, quando não as bloqueavam com o intuito arbitrário de ganhar exclusividade sobre seu uso.[42] O estado em que se apresentavam os numerosos becos que se incrustavam, como vias secundárias, na malha urbana pode ser avaliado pelos nomes que ostentavam: beco Sujo, beco do Inferno, beco do Mosquito. Não tão expressivos de um estado de coisas desagradável, para dizer o menos, mas também indicativos de algo não muito saudável eram os nomes dos becos do Sapo, da Cachaça e do Mata-Fome. A urbanização de São Paulo, ao longo da maior parte do século XVIII, se é que se pode falar em urbanização, continuou ao deus-dará. Ruas e becos eram traçados ou retraçados ao capricho das necessidades imediatas. Tampouco a cidade se libertara do primitivismo das construções de taipa. Mesmo as igrejas, beneficiárias de maiores recursos e maiores caprichos, eram rudimentares. Nada que lembrasse as construções coloniais dos centros

realmente importantes do Brasil na época, como Recife e Olinda, Salvador, as cidades mineiras ou o Rio de Janeiro. São Paulo era pobre demais, e distante demais dos maiores interesses do Estado, ou da Igreja, para ostentar construções sólidas e artísticas. Só na última década do século, sob o governo de Bernardo José de Lorena, de que trataremos no próximo capítulo, a cidade conhecerá algum melhoramento digno de menção. O século XVIII, o século do barroco, tão rico, em outras partes do Brasil, em pintores e escultores que se fixaram na história da arte do país, em São Paulo não produziu nada parecido. Solitário nome que se conservou na memória da cidade, no período, foi o do escravo Joaquim Pinto de Oliveira, apelidado o Tebas. Seriam obra dele — seriam, porque a autoria das obras que lhe atribuem foi sempre discutível — as torres do convento de Santa Teresa e da Sé, além de uma certa fonte de São Francisco, que existia às margens do Anhangabaú, na subida para o largo de São Francisco. Foi tal a fama do Tebas, considerado, além de pedreiro exímio, corajoso e desenvolto, que até a primeira metade do século XX seu nome, em São Paulo, era sinônimo tanto de valentão quanto de habilidoso. “Fulano é um tebas”, dizia-se, e a palavra, com tais acepções, até hoje está nos dicionários. Alguns afirmam que o adjetivo “tebas” não vem do Tebas, e sim do idioma quimbundo — mas o simples fato de outros o atribuírem ao artesão paulista já é indicativo de sua reputação. A obra mais famosa do Tebas era um chafariz que levava seu nome — chafariz do Tebas —, e que adornava o largo da Misericórdia. Tinha quatro torneiras e era encimado pela esfera armilar, símbolo do poderio português.[43] Mas aqui já estamos além do período de vida de Pedro Taques, o personagem que escolhemos para nos proporcionar este passeio, pois é obra de 1792.

Nosso personagem, por falar nele, estaria, ao fim do passeio a que o obrigamos, cansado e sujo.

Figura 19



A primeira planta oficial da cidade de São Paulo, desenhada em 1810 pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa, destacando igrejas, colégios, hospital, chácaras e caminhos.



XVI

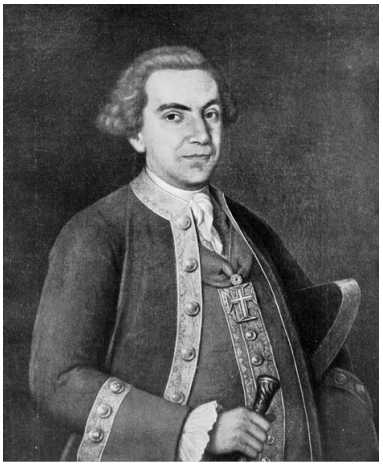
O Véu da Tristeza Paulista

Se temos um cenário, convidemos o conjunto do povo a entrar nele, em vez de nos contentar com nosso passeador solitário. Quantos eram os habitantes dessa cidade de ruelas tortas e sujas, igrejas precárias e largos indignos do nome? Em 1765, chega ao Brasil D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão. Nesse mesmo ano, depois de 17 anos sob a jurisdição do Rio de Janeiro, a Coroa decidira restaurar São Paulo como capitania autônoma. Caberia a D. Luís, mais conhecido pelo título nobiliárquico de morgado de Mateus, governá-la. A cidade do Rio de Janeiro era agora a capital da colônia, condição a que fora elevada dois anos antes. Não cabia que continuasse a servir também de cabeça de uma capitania como a abrangida pelo território da de São Paulo. Como escrevia a Lisboa o governador-geral Antônio Álvares da Cunha, o conde da Cunha, primeiro a governar do Rio de Janeiro, referindo-se a São Paulo, "uma capitania tão larga e tão distante desta, com habitantes excessivamente inquietos e revoltosos, em território abundante em minas de ouro e nas vizinhanças dos castelhanos", seria mais bem servida com um governador próprio, "como eles pretendem e como muitos anos houve".[1] Acresce que se viviam tempos inseguros, para a Coroa portuguesa. Os espanhóis não davam trégua no Sul. A partir de suas bases no rio da Prata e no Paraguai, fustigavam os portugueses, contestando a posse de territórios por estes ocupados do rio da Prata ao Paraná. O morgado de Mateus veio com ordens de fortalecer a capitania de São Paulo, de forma a prevenir o avanço espanhol, e ao mesmo tempo organizar contingentes para enviar aos pontos mais ameaçados, no Sul. O morgado, nascido em 1722 em Vila Real, no deslumbrante Solar de Mateus, uma das mais belas construções de Portugal, mandada edificar por seu pai, era militar de formação e sua obra será, sobretudo, militar. Logo ao chegar a Santos, pôs-se a reorganizar a tropa e as instalações militares do litoral. Nesse trabalho demorou-se tanto que retardou em um ano a subida a São Paulo.[2] Seu objetivo central será organizar as

companhias de ordenança — grupos de cem a 250 homens, recrutados junto aos habitantes entre 16 e 60 anos, e que, compostos de civis sem remuneração, constituíam as milícias locais, encarregadas da defesa das vilas ou cidades.[3] Um capítulo à parte, na formação de tais unidades militares, serão os métodos de recrutamento que, inaugurados pelo morgado de Mateus e continuados pelos sucessores, consistirão durante várias décadas no flagelo dos súditos. Mandava-se arrebanhar a população masculina aos magotes. Muitos fugiam para o mato. Houve ocasiões em que se armaram operações de surpresa, encurralando o povo nas praças, ou arrebanhando-o durante solenidades de massa, como as procissões.[4]

De toda forma, como primeiro passo, antes de avançar sobre as vítimas, impunha-se ao governador saber com quanta gente contava. E foi assim que, por ordem sua, no mesmo ano de 1765 de sua chegada à capitania, São Paulo conheceu seu primeiro censo. Apurou-se que a cidade tinha 14.760 habitantes. Dessa soma não constavam os escravos, mas outra fonte, as listas de escravos feitas pela paróquia da Sé, dois anos depois, chegou ao total, para a cidade de São Paulo, de 6.113 deles. Como não deve ter havido variação significativa, nos dois anos que medeiam uma conta e outra, pode-se concluir que a população de São Paulo, nesses anos de 1765-1767, era de 20.873 habitantes, computados os livres e os escravos.[5] Tenha-se em conta que o município de São Paulo continuava a ter limites extensos. Ao norte, com os então bairros de Atibaia, Nazaré e Jaguari (este último a futura Bragança Paulista), encostava na fronteira com a capitania das Minas Gerais. Na direção sul, com bairros como São Bernardo, onde os beneditinos tinham sua fazenda, avançava até a descaída da serra do Mar. A área central da cidade, segundo apurou o censo do morgado de Mateus, contava 1.516 habitantes, distribuídos em 392 fogos, ou domicílios. Note-se que voltamos a nos restringir à população livre, uma vez que só esta consta do censo mandado realizar pelo novo governador. Há bairros distantes, como Cotia, Santo Amaro e Atibaia, que possuem mais habitantes do que a área central — respectivamente, 1.735, 1.770 e 2.425. No total, contavam-se no município 3.277 fogos.[6]

Figura 20



Retrato de D. Luís de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus.

Um livro precioso, *A Cidade de São Paulo — Povoamento e População, 1750-1850,* de Maria Luiza Marcílio, apresenta estes e outros dados reveladores sobre a população no período. Na paróquia da Sé, que então estendia sua jurisdição sobre vasta área, compreendendo de Nossa Senhora do Ó à Penha, e de São Miguel a São Bernardo, o censo do morgado de Mateus preocupou-se em discriminar os habitantes por sexo, idade e estado civil. Verifica-se, então, que havia menos homens do que mulheres, entre a população livre — 95,54 homens para cada cem mulheres.[7] Quanto à idade, 48,2% da população tinha menos de 20 anos, e apenas 6% mais de 60. Com respeito ao estado civil, uma proporção considerável de mulheres — 61% — continuava solteira, aos 29 anos, contra 48,7% dos homens. Aos 39 anos, 41,9% das mulheres ainda mantinham-se nessa condição, contra 30,7% dos homens. Estes dados indicam que faltavam homens na cidade, e faltavam porque persistia, entre eles, a tendência à emigração. Não se tratava mais de caçar índios no sertão. Também já arrefecera, nesta segunda metade do século XVIII, a corrida ao ouro das Minas, do Cuiabá ou de Goiás. Mas os homens de São Paulo não desistiam de buscar em outras partes a riqueza que a terra lhes negava. Uma das oportunidades que agora surgiam, talvez a melhor, era o transporte de animais da região Sul, em especial burros e gado bovino, para as regiões mineiras.[8] Com a abertura dos caminhos de terra que, das planícies do Rio Grande do Sul, iam dar em Curitiba, daí em Sorocaba, onde se realizavam as grandes feiras de animais, e depois às Minas, com passagem por São Paulo, o desfile dos tropeiros passou a integrar a paisagem de toda a área. Com relação à constituição das famílias, o livro de Maria Luiza Marcílio descobre, contra a concepção corrente de que, na época colonial, casava-se cedo, que no universo da paróquia da Sé apenas 3,8% dos casais eram constituídos por chefes de família de menos de 25 anos.[9] Por outro lado, verifica que, dos 2.248

batismos registrados na mesma paróquia, no período 1756-1770, 18,28% eram de filhos ilegítimos.[10] As crianças nascidas fora dos casamentos continuavam numerosas em São Paulo, como de resto em todo o Brasil. Havia mesmo um bairro da cidade, o do Pari, situado às margens do Tietê, sobre o qual se anotou, nas listas que informaram o censo do morgado de Mateus: “Bairro do Pari — quase todos gente bastarda.”[11] Mas isso não é tudo. Sobre o mesmo total de 2.248 batismos, 14,72% são de expostos, ou seja: crianças que, indesejadas pelos pais, ou, mais frequentemente, pela mãe solitária, eram abandonadas, ou na porta de uma família rica, ou em instituições como a Santa Casa de Misericórdia. Temos então que, somados os ilegítimos e os expostos, 33% das crianças batizadas no período — uma em cada três, e estamos nos referindo apenas ao universo dos livres — nasceram fora das famílias constituídas.

Os expostos, tão frequentes que em centros mais evoluídos, como Rio de Janeiro e Vila Rica, eram acolhidos na Roda dos Expostos — mecanismo semelhante a uma porta giratória, que permitia à pessoa depositar a criança de um lado, e girá-lo para ser recebida do outro, sem ser vista —, é uma marca do Brasil colonial. Tais crianças eram registradas sem nome. Nos documentos paroquiais, aparece apenas a menção — “exposto” —, seguida do nome da família que os acolheu.[12] Quanto aos outros, quais eram os nomes mais comuns que recebiam no batismo? A autora citada teve a curiosidade atraída também para esta questão. Vasculhando os registros paroquiais no período 1740-1.800, concluiu, não surpreendentemente, que Maria era o nome mais comum para as mulheres (21,8% do total pesquisado) e Ana o segundo (16,9%). Vêm a seguir Gertrudes (12%), Francisca (6,2%) e Escolástica (3,4%). Entre os homens, ao campeão José (16,8%) seguem-se Joaquim (12,7%), Francisco (11,2%), Manuel (10,4%), João (9,4%), Antônio (9,1%), Inácio (3,5%) e Bento (2,8%). “Os prenomes de meninos e meninas evocavam, em geral, um santo, e a frequência de nomes de certos santos permite depreender as preferências religiosas dos habitantes da cidade na época”, comenta a autora.[13] No que se refere aos sobrenomes, prevaleciam critérios elásticos, se é que eram critérios. Nem sempre irmãos tinham o mesmo. Como se terá percebido, ao se falar de personagens que já desfilaram nesta história, aquele Pedro Taques que foi assassinado à porta da igreja matriz tinha por irmãos o primeiro Guilherme Pompeu de Almeida e Lourenço Castanho Taques. Em nenhum deles, o sobrenome coincide por inteiro. Às vezes o filho levava o sobrenome do pai, às vezes o da mãe. Ou então, pinçava-se o nome de algum dos quatro avós, à escolha do freguês.[14] Pedro Taques de Almeida Pais Leme, o linhagista, era filho de Bartolomeu Pais de

Abreu, que foi buscar o “Taques” do nome do filho no avô materno do rebento, ou seja, no sogro. As mulheres casadas não costumavam adotar o nome de família do marido. A matrona Inês Monteiro de Alvarenga, da qual muito se falou em capítulos precedentes, era casada com Salvador Pires de Medeiros.[15]

***

Idos eram os tempos, para essa população, da antiga autonomia, expressa numa Câmara Municipal que, na prática, exercia autoridade maior do que os distantes governadores-gerais da colônia, ou da mais distante ainda metrópole. Os governadores da capitania, finalmente assentados de vez na terra, exercerão agora autoridade incontrastável, e não abrirão mão das pompas e privilégios de que se julgavam credores. O primeiro Corpus Christi do morgado de Mateus em São Paulo — e sabe-se a importância do Corpus Christi, cuja procissão era de comparecimento obrigatório, prevendo-se multas pesadas a quem ousasse descumpri-lo — foi marcado por um incidente. Durante a missa na Sé, na hora da elevação do cálice, veio um dos oficiantes, turíbulo na mão, e, acercando-se da cadeira especial, revestida de seda, sobre um estrado, em que se sentava o governador, incensou-o. Tudo de conformidade às honras devidas a uma alta autoridade, não fosse por um pormenor: quem veio incensar foi o mestre de cerimônias, de hierarquia menor, entre os oficiantes, do que os cônegos, a quem, pensava o governador, cabia prestar-lhe a homenagem. O fato levou-o a protestar perante as autoridades religiosas. Julgou-se menosprezado. Depois de arrastadas negociações e trocas de comunicados, ficou assentado que, dali por diante, nas cerimônias religiosas, o governador receberia o incenso, sim, dos principais oficiantes da missa. O morgado de Mateus aproveitou a oportunidade para esclarecer com os padres, igualmente, a exata posição que lhe caberia nas procissões. Decidiu-se que o melhor, o mais honroso, era ele desfilar logo após o pálio.[16]

Que tipo de cidade era essa São Paulo que o morgado de Mateus encontrou? Ele informa, numa carta aos superiores, datada de dezembro de 1776: “Está edificada a cidade de São Paulo no meio de uma grande campina, em sítio um pouco elevado que a descobre toda em roda. O seu terreno é brando e tem as ruas planas, largas e direitas e algumas bem compridas, porém não são calçadas.” Mais adiante, ele acrescenta que “todas as paredes dos edifícios são de terra” e “os portais e alizares são de pau”, por ser “muito rara” a pedra na região. Ainda assim, ressalva que a cidade “não deixa de ter conventos e bons

templos, e altas torres, da mesma matéria, com bastante segurança e duração". Os edifícios "mais suntuosos e melhores", prossegue, "são a Sé, este Colégio que foi dos jesuítas, especialmente o seminário em que estou aquartelado, a igreja do Carmo e o seu convento, que se está reedificando, a de São Bento, que não está acabada, e o de São Francisco, que é antigo e o pretendem reformar; há mais um recolhimento de mulheres, cousa limitada". Neste trecho ficamos sabendo não só que novas obras eram tocadas nos domínios das ordens do Carmo e de São Bento, como também que o antigo Colégio dos Jesuítas já estava investido em sua nova destinação de palácio do governo, da qual, aliás, o morgado de Mateus foi o primeiro a desfrutar. Por fim, o governador explica que, "nas ruas principais", podem ser encontradas "casas grandes e de sobrado", enquanto nas demais ruas as casas "são baixas, com quintais largos".[17]

Entre as realizações do período de governo do morgado de Mateus está a instituição de um serviço postal entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Os que quisessem escrever para o Rio "ou para as vilas que ficam no caminho", segundo especificava um comunicado do governador, deviam mandar as cartas "à casa do capitão Antônio Francisco de Sá, de onde há de partir a parada". O mesmo comunicado acrescentava que "todos os meses há de haver essa comodidade".[18] Outra realização de seu tempo foi a fundação do Convento da Luz, destinado a marcante presença na cidade, pelos anos afora. Ou melhor, "recolhimento" da Luz, pois o marquês de Pombal, em sua investida contra as ordens religiosas, proibira a fundação de novos conventos. A palavra "recolhimento", designando local para onde quem se recolhesse não necessariamente tomaria os votos, disfarçava a verdadeira natureza da iniciativa, que era a de tornar-se o segundo convento para mulheres da cidade, depois do pioneiro de Santa Teresa. A crônica mais aceita quer que a ideia do Convento da Luz tenha surgido, justamente, no convento de Santa Teresa, por obra de uma das irmãs ali internadas, Helena Maria do Sacramento. De irmã Helena contam-se prodígios de fé e piedade, desde a capacidade de não comer nada por cinco dias seguidos até ter-se livrado de uma onça invocando o nome de Jesus. Em 1773, quando contava 37 anos, e havia vinte internara-se no Convento de Santa Teresa, passou a ser assaltada por sonhos e visões que interpretou como ordens divinas de fundar novo convento. Irmã Helena deu conta de tais mensagens do céu a seu confessor, o não menos famoso, aliás muito mais famoso, frei Antônio de Sant'Ana Galvão. Frei Galvão, nascido em Guaratinguetá em 1739, e estabelecido em São Paulo, no Convento de São Francisco, desde 1762, ainda em vida ganhou a fama de santo que o transformaria em objeto de culto na cidade. Convencido dos bons fundamentos

do pleito de irmã Helena, decidiu levá-lo ao morgado de Mateus.[19]

Por esse tempo já mais do que familiarizado com São Paulo, o governador cultivava uma particular relação com a pequena ermida fundada por Domingos Luís, o Carvoeiro, no arrabalde do Guaré, também chamado de Luz por causa da Nossa Senhora da Luz ali venerada. Nada mais distante da pompa e do luxo do Solar de Mateus do que a pobre igrejinha da Luz, ainda mais que já velha e desgastada. Por alguma razão, no entanto, o morgado escolheu-a para nela continuar uma tradição de sua família, que era o culto a Nossa Senhora dos Prazeres. Quando lhe foi comunicado o desejo de irmã Helena, não só deu seu consentimento, como determinou que o local do novo convento seria aquele. Até mandou reformar e ampliar a construção existente. Em troca, apresentou às futuras recolhidas uma série de condições, que iam do culto a Nossa Senhora dos Prazeres e à adoração perpétua do Santíssimo Sacramento — outra tradição do Solar de Mateus — às preces pela salvação de sua alma e da de seus familiares.[20] Alguns autores, dada a presteza com que o morgado acedeu ao pedido, e à sofreguidão com que se atirou à lista de condições, todas centradas em si mesmo e em sua família, lançam a hipótese de que a ideia do convento, na verdade, tenha partido dele próprio.[21] O certo é que no dia 2 de fevereiro de 1774 deu-se o ato solene de inauguração do convento. Irmã Helena e uma sobrinha, Ana da Conceição, foram apanhadas no Convento de Santa Teresa e trazidas, em cadeiras, para a Luz. Acompanhavam-nas uma comitiva que incluía o morgado de Mateus e outras autoridades, além de frei Galvão. As chaves do novo convento foram entregues a frei Galvão, instituído em seu orientador. Às duas irmãs que inauguraram a instituição logo se somaram outras, de modo que seis meses depois elas eram nove. O espaço com que contavam era pequeno e pobre, e frei Galvão cuidou então não de ampliar o que já existia, mas de construir um novo convento e uma nova igreja. Consta que se atribuiu ele próprio as funções de arquiteto, mestre de obras e até, em certos dias, pedreiro, lado a lado com os escravos que doadores devotos ou as famílias das recolhidas mais ricas cediam para a empreitada. Além disso, instituiu-se em arrecadador de fundos, para o que saía a recolher esmolas não só em São Paulo, mas até em outras capitanias. Quatorze anos depois, as irmãs se mudavam para as novas instalações. Mas os trabalhos, dos quais resultou um conjunto imponente, erguido com grossas paredes de taipa, de forma alguma estavam terminados. Tanto eles se arrastaram que quando frei Galvão morreu, no distante ano de 1822, aos 83 anos, ainda faltava levantar a torre da igreja.[22]

Figura 21



Na aquarela de Miguel Arcanjo Dutra, o Convento da Luz*, 1847.*

Ao morgado de Mateus, cujo governo era para durar três anos, conforme a provisão real que o nomeou, mas que durou dez, sucedeu, em 1775, Martim Lopes Lobo de Saldanha. Um de seus primeiros atos foi proibir o manto com que as mulheres costumavam cobrir-se, da cabeça aos pés — sim, elas andavam desse jeito —, bem como, nos homens, os chapéus que, enterrados à testa, acabavam por cobrir-lhes os rostos.[23] O novo governador temia que tais trajes servissem para encobrir conspiradores, e por aí se adivinha sua psicologia, tão atrabiliária quanto desconfiada. O pior aconteceu num episódio de setembro de 1781, durante uma festa na fazenda dos beneditinos em São Bernardo, local onde, segundo o historiador brigadeiro J. J. Machado de Oliveira, ocorriam "frequentes orgias e libações, apresentadas pelos monges e presididas pelo seu abade".[24] O filho do governador, Antônio Lobo, teve uma altercação com um personagem que até então fora seu amigo de farras e bebedeiras, o mulato Caetano José da Costa, conhecido como "Caetaninho", tocador de clarim e rebeca em bandas militares. Os dois estariam bêbados, e o motivo da discórdia teria sido a recusa de Caetaninho de tocar certa peça musical solicitada pelo amigo. O filho do governador, no auge do bate-boca, desferiu um bofetão no outro. Caetaninho, enfurecido, puxou da faca e, investindo contra o adversário, feriu-o ligeiramente entre a orelha e o pescoço. Foi preso em flagrante, amarrado e conduzido aos tapas e a pé até o centro da cidade, onde o despejaram no cárcere. Submetido a conselho de guerra, por ser militar, foi condenado à morte civil e à prisão perpétua — e nem assim o governador se satisfez. Queria mais. Anulou o julgamento e procedeu a outro, no qual obteve a condenação à morte. Caetaninho foi conduzido em cortejo pelas ruas da cidade, no dia da execução, para grande consternação da população. O governador fez com que o itinerário incluísse o largo do Palácio, de cujas janelas, ao lado do filho, ambos solenemente trajados, assistiu à passagem do desgraçado. Afirma-se que a mulher do condenado a certa altura caiu de joelhos diante da autoridade, suplicando-lhe o perdão. Lobo de Saldanha teria respondido com uma frase que merece ingressar na antologia das mais malvadas malvadezas jamais proferidas:

“Perdoo sim o mal que me fez, mas não a pena de morte.” Caetaninho acabou na forca.[25]

Figura 22



Dois desenhos de Charles Landseer, feitos entre 1825 e 1826.
Gente de São Paulo *mostra um tropeiro com seu bastão, e a* Senhora de São Paulo
se revela como um dos melhores estudos da vestimenta feminina da época.

A presença dos governadores conduzia a maior sintonia em relação aos eventos da Corte. A 12 de junho de 1777, chegou à cidade — e foi anunciada com toda a solenidade, ao soar dos sinos, já avançada a noite — a notícia da morte do rei D. José I. Note-se que o rei tinha falecido três meses e meio antes, a 25 de fevereiro, mas era assim mesmo: as notícias chegavam tarde. A Câmara decidiu, em combinação com o governador, que não era outro senão o mesmo tirânico Lobo de Saldanha, por drásticas medidas de luto. Durante três dias, os moradores deveriam abster-se de toda comunicação entre si, mantendo-se em

casa, com as portas e janelas fechadas. Nesse período, a intervalos regulares, as igrejas dobrariam os sinos. Ao final dos três dias, na segunda-feira, dia 16 de junho, encenou-se um espaventoso rito fúnebre. Os oficiais da Câmara saíram à rua de manto preto e chapéu desabado, também preto — neste caso, podia —, segurando, cada um, um estandarte preto e uma vara preta. No largo do Palácio, o vereador mais velho passou seu escudo a um morador que, voltando-se para o povo, proclamou: "Real, real, real, que morre D. José I, rei de Portugal." Em seguida quebrou o escudo. E nem com isso, nem com tanta manifestação de pesar e lealdade, deram-se as autoridades por contentes. Determinou a Câmara, ainda, que "todos em geral botem luto, assim homens como mulheres, pelo tempo de um ano e seis meses rigoroso e seis meses aliviado".[26] Dois anos de luto! Provavelmente não foi observado, mas sua simples determinação era sinal de novos tempos, de resposta pacífica e obediente ao absolutismo de Lisboa. O povoado irredento se enquadrava.

Ao mesmo tempo, ia ganhando obras novas. Em janeiro de 1787, foi aberta uma importante via — a rua Nova de São José, aquela que, paralela à rua de São Bento pelo lado de fora, de forma a determinar novo limite ao espaço urbanizado da colina histórica, um dia se chamaria Líbero Badaró. A rua era dita "nova" por causa disso mesmo — porque era nova —, e o nome de São José seria homenagem ao governador que agora se empossava, José Raimundo Chichorro da Gama Lobo.[27] Outra inovação de vulto se dava lá para os lados de São Gonçalo, no largo que um dia será João Mendes. Nele, entre os anos 1784 e 1788, foi construída a nova Casa de Câmara e Cadeia.[28] O edifício antigo, junto ao largo de São Francisco, estava tão imprestável que foi demolido. A Câmara já não o utilizava havia algum tempo, reunindo-se em improvisados recintos de aluguel. Também para alojar os presos recorria-se a locais temporários. Agora, a Câmara ocuparia uma sede destinada, ao contrário das antecessoras, a durar. Tratava-se de um casarão de dois patamares, situado à direita do largo, para quem o contemplava de costas para a Sé. Com a igreja de São Gonçalo, situada em frente, para quem se encontrasse no mesmo ponto de observação, formava um ângulo. O prédio compunha-se de duas alas simétricas, cada uma com quatro janelas embaixo e quatro em cima, e, no meio, a porta de entrada, encimada por um frontão. Claro que não se esqueceu de adicionar, sobre a porta de entrada, um balcão, do qual se fariam as proclamações ao povo, e o indispensável sino, para quando fosse necessário convocar a população. O edifício, o nome de cujo arquiteto não passou para a História, era de proporções consideráveis e até algum estilo, para a São Paulo da época.[29]

Figura 23



Cadeia de São Paulo, *aquarela de Miguel Arcanjo Dutra, 1847.*

Em 1788, assume em São Paulo o governador mais jovem que a capitania já conhecera. Era um moço de 30 anos, de nome Bernardo José de Lorena. Vinha precedido de uma carga trágica: sua família, a dos Távora, das mais prestigiosas de Portugal, titular de altos cargos e títulos nobiliárquicos, fora dizimada em consequência do atentado que, em 1758, sofrera o rei D. José I. Trata-se do mesmo atentado que serviu de pretexto para a extinção da Companhia de Jesus e a expulsão de seus integrantes de todas as dependências do Reino, aquém e além-mar, ordenada pelo todo-poderoso marquês de Pombal. O atentado contra o rei ocorreu quando ele saía de um encontro com a amante, Teresa de Távora e Lorena, a marquesinha de Távora, esposa do marquês Luís Bernardo de Távora. Atiraram contra sua carruagem, e o feriram com gravidade suficiente para forçá-lo a uma convalescença de mais de três meses. O crime foi uma mistura de vingança de marido traído, cujas dores foram tomadas por toda a família, e uma tentativa de golpe contra Pombal da parte de uma alta nobreza que se sentia diminuída em seus poderes e contrariada em certos interesses pelo primeiro-ministro, e deu margem a horrendos castigos aos implicados. Francisco de Assis de Távora, o velho marquês de Távora, ex-vice-rei na Índia, pai do marido traído, e seu cunhado José de Mascarenhas, duque de Aveiros, mordomo do Palácio Real, considerados os cabeças da conspirata, tiveram os ossos das pernas e dos braços quebrados, para só então morrerem por sufocação, no garrote. Em seguida, lançaram-nos na fogueira. A mulher do velho marquês de Távora, chamada de velha marquesa, em oposição à marquesinha, foi decapitada, e dois de seus filhos, inclusive o marido traído, foram, como o pai, garroteados — com a vantagem de terem os ossos esmigalhados só depois de mortos. À marquesinha amante do rei coube sorte branda. Enclausuraram-na num convento, mas num regime frouxo, e beneficiada por uma pensão real.[30] Pois o nosso Lorena, Bernardo de prenome, como o marquês traído, e Lorena de sobrenome, como a marquesinha adúltera, seria filho dos jovens marqueses de Távora. Ou, de modo mais apimentado, segundo querem outros, seria filho bastardo do rei — e, portanto, meio-irmão da atual titular do trono, D. Maria I, que o nomeou, talvez por querê-lo longe da Corte e da possível tentação de vingar a terrível sorte da

família, para o posto de governador e capitão-general de São Paulo.[31]

Se não era real, real, real, príncipe de Portugal, comportava-se como tal. Teve uma movimentada vida amorosa, em São Paulo. Era o playboyzinho da Corte, divertindo-se entre os súditos distantes. Talvez se apressasse em descontar o tempo perdido, ele que, até os 19 anos, viveu com a mãe no Convento de Chalas, onde é de supor um cotidiano entre freiras e padres, missas e rezas. Ao mesmo tempo, revelou-se um governador operoso, autor de obras marcantes na cidade e na capitania. Lorena teve a sorte de vir acompanhado de um grupo de engenheiros militares de alto nível, integrantes do Real Corpo de Engenheiros, enviados pelo governo de Lisboa para a estratégica missão de demarcar os limites entre as possessões americanas de Portugal e da Espanha. Entre eles incluía-se o capitão João da Costa Ferreira, um oficial cuja experiência incluía ter participado das equipes de reconstrução de Lisboa depois do terremoto. O capitão Ferreira fixou-se em São Paulo, onde ficaria até morrer, em 1822. Acabou recebendo poucas incumbências, no que se refere à missão original de demarcação de fronteiras. Em compensação tornou-se, na cidade, o braço executor de que Lorena necessitava para o programa de obras a que se propôs.[32] O calçamento das ruas, ou de algumas ruas, foi um dos itens desse programa. “O engenheiro João da Costa Ferreira tem dirigido o modo de se calçarem as ruas desta cidade, e já algumas delas estão acabadas e ficaram excelentes”, escreveu o governador a Lisboa, em 1790.[33] “Excelentes” é com certeza excesso de otimismo, ou bazófia de governante na tentativa de mostrar serviço. A dificuldade de encontrar pedras em São Paulo conduzia sempre a soluções improvisadas. O próprio Lorena reconhecia a dificuldade em dar um jeito na situação com que deparou. “É tão grande a irregularidade que se encontra em quase todas as ruas desta cidade que não pode ter emenda sem a destruir”, escreveu à Câmara. A abertura de ruas novas, por outro lado, apresentava dificuldades “por ser a mesma cidade numa península formada pelo rio e por um ribeirão, que corre num pantanal, certamente muito nocivo à saúde do povo”.[34] Eis uma curiosa visão da topografia da cidade: a de uma península, apertada entre um rio (o Tamanduateí), um ribeirão (o Anhangabaú) e o pantanal (as várzeas).

Nem por isso o governador desanimou. Sob Lorena construíram-se o chafariz da praça da Misericórdia, o “Chafariz do Tebas” já referido, e uma ponte sobre o Anhangabaú, no local conhecido como o “Piques” — um lugar descampado, de onde partiam caminhos para fora da cidade, o mesmo onde mais tarde se assentarão a praça da Bandeira e o largo da Memória. O Piques, cujo nome teria

origem segundo alguns na expressão “a pique”, segundo outros numa família de sobrenome “Piques” moradora no local, era, com suas pousadas para tropas, seus ferradores e suas invernadas, “uma espécie de boca da cidade voltada para o sertão”, segundo o historiador Ernani Silva Bruno.[35] Naquele ponto formava-se o Anhangabaú, ao encontro das águas de dois rios que vinham do sul, o Saracura e o Itororó, muitos e muitos anos depois, devidamente canalizados e aterrados, transformados em leitos, respectivamente, das avenidas Nove de Julho e 23 de Maio. A nova ponte passou a ser conhecida como “ponte do Lorena”. O chafariz do largo da Misericórdia, com certeza, e a ponte sobre o Anhangabaú, possivelmente, são obras que contaram com os conhecimentos profissionais do capitão Ferreira. O chafariz foi projetado por ele e executado, com o veio artístico que lhe era característico, pelo Tebas. “Vendo a grande necessidade que há nesta cidade de um chafariz, tanto para a comodidade como para o bem da saúde dos seus habitantes, tenho determinado fazer toda a diligência para construir esta importante obra no próximo tempo seco”, escrevera o governador à Câmara, em 1791, antes de dar início aos trabalhos.[36] Foi também na gestão de Lorena que São Paulo ganhou seu primeiro teatro, chamado com benevolência de Teatro de Ópera. Ficava no pátio do Colégio, e dele ainda falaremos mais demoradamente. Devem-se a Lorena e ao capitão Ferreira, por outro lado, uma construção que, inscrita nos objetivos de defesa que tanto preocupavam as autoridades do período, se destacaria como das mais marcantes da cidade — o Quartel da Legião de Voluntários Reais, ou Quartel de Linha, como passou a ser conhecido. Antes da construção dos quartéis, os soldados ficavam alojados em casas particulares. “A Legião de Voluntários Reais desta cidade e o Regimento de Infantaria da praça de Santos têm existido sem quartéis próprios, em casas tomadas a seus donos sem pagarem os seus alugueres há muitos anos, e com muito incômodo das referidas tropas, não podendo os armamentos conservarem-se na devida limpeza sem um excessivo trabalho”, escreveu Lorena à Corte.[37] O quartel ocupava extensa área, próxima ao largo de São Gonçalo, num terreno calculadamente situado em ponto alto e com fácil acesso aos caminhos que conduziam a Santos e ao Rio de Janeiro.[38] Era o mesmo terreno onde, no século XX, demolido o quartel, se assentaria o Palácio da Justiça. O quartel, somado à Casa de Câmara e Cadeia e a uma construção que, também de responsabilidade do capitão Ferreira, seria realizada no entanto depois de findo o mandato de Lorena — o Hospital Militar —, constituíam um trio de novidades no sentido de que pela primeira vez edifícios de monta, não religiosos, incorporavam-se à paisagem da cidade.[39] O prédio do Hospital Militar acabaria por abrigar o

Seminário das Educandas, instituição destinada a acolher meninas órfãs ou abandonadas, razão pela qual a rua onde se situava passaria a ser chamada de rua do Seminário.

Figura 24



Aquarela de Miguel Dutra, Chafariz do largo da Misericórdia, *1847*.

Mas a grande obra de Lorena — e do capitão Ferreira — não se deu dentro dos limites da cidade. Deu-se mais adiante, no rumo do litoral, e este, sim, foi um empreendimento digno de perenizar-lhes os nomes. Está-se falando da nova estrada para a descida da serra do Mar. Até então, pouco se tinha melhorado o caminho que, por ter sido aprimorado pelo padre Anchieta, e usado pelos jesuítas, era conhecido como Caminho do Padre José — estreito e cheio de armadilhas. O capitão Ferreira optou por um traçado em zigue-zague, para amenizar os penares da subida, e assentou sua estrada em terreno seco, distante dos numerosos regatos e cascatas que cortam a região, para evitar o problema tão comum das inundações. Sobretudo — prodígio de engenharia, para a época e para o lugar — calçou-a toda. As pedras vieram de Santos, talvez das pedreiras de São Bento, segundo o arquiteto e professor Benedito Lima de Toledo, um dos especialistas que mais estudaram o assunto.[40] De pedra, além do calçamento, eram também os parapeitos erguidos em certos trechos. A estrada, apelidada de Calçada do Lorena, mexeu com a História. Aquele caminho áspero, “o pior que nunca vi”, no dizer do padre Fernão Cardim, causa primeira do isolamento de São Paulo e definidor de tanta coisa, na sua história e nos seus costumes, tornava-se o mais trafegável possível, nas circunstâncias. “Uma ladeira espaçosa, calçada de pedras, por onde se sobe com pouca fadiga e se desce com segurança”, assim descreveu a obra, numa carta carregada de encômios ao governador, frei Gaspar da Madre de Deus.[41] A carta prosseguia: “Evitou-se a aspereza do caminho com engenhosos rodeios, e com muros fabricados junto aos despenhadeiros se desvaneceu a contingência de alguns precipícios. Por meio de canais se preveniu o estrago que costumavam fazer as enxurradas, e foram abatidas as árvores que impediam o ingresso do sol, para se conservar a estrada sempre enxuta, na qual, em consequência destes benefícios, já não se veem

atoleiros, não há lama e acabaram aqueles degraus terríveis.” Ganhava-se em tempo e segurança para fazer o percurso em carruagem, a cavalo ou para transportar mercadorias no lombo dos burros. Os burros e cavalos, conspicuamente ausentes nas empreitadas das bandeiras, feitas a pé, vinham entrando na vida da cidade e da capitania desde que se tornou significativo o comércio com o Sul. Agora, para subir e descer a serra, algo que já vinha em decadência, que era fazê-lo no lombo dos índios escravos, ou em liteiras por eles conduzidas, quase desaparecia, e esse “quase” vai por conta das senhoras que, até meados do século XIX, ainda davam preferência a viajar em cadeirinhas sustentadas por braços humanos.[42]

Figura 25



Bernardo José de Lorena, em retrato anônimo, coleção Museu Paulista.

A decisão de investir numa avançada estrada de acesso ao litoral é sinal de que algo se movia na capitania. Uma nova cultura ganhava força — a da cana-de-açúcar. Com isso, depois do marasmo que a caracterizara durante a maior parte do século, a região experimentava uma retomada. Tal fenômeno coincide com a decadência das regiões auríferas. As populações de novo se prendem ao solo, e nas vilas do interior paulista, algumas novas, como São Carlos, que depois se chamaria Campinas, outras antigas, como Itu, o açúcar será produzido numa escala que permitirá, inclusive, alguma exportação.[43] Uma das primeiras medidas de Lorena como governador foi proibir a venda dos excedentes para outras capitanias. A exportação devia ser direta para Lisboa, para maior controle da metrópole sobre o negócio.[44] Ora, tal objetivo impunha a abertura de um novo e mais praticável caminho de acesso ao porto de Santos. Daí não se terem medido esforços para a realização de tal obra. Da nova situação na capitania, a cidade de São Paulo se beneficiará por sua condição de local de passagem entre as regiões produtoras da cana-de-açúcar e o litoral. A posição da cidade, a cavaleiro da serra, a curta distância do litoral, e ao mesmo tempo aberta aos caminhos que demandam ao interior, foi, desde sempre, a razão da sobrevivência de São Paulo, tantas vezes ameaçada de minguar e mesmo de morrer. Um conhecido estudo mostra como a cidade se localiza num ponto de onde partem, entre as irregularidades do relevo, corredores naturais para o nordeste, em demanda do vale do Paraíba, para o norte, no rumo das Minas Gerais, e para o

sudoeste, por onde se atinge, via Itu e Sorocaba, os campos do sul do Brasil. Além disso, São Paulo constitui-se no “centro natural do sistema hidrográfico da região”, diz o mesmo estudo, formado pelo Tietê, que corre para o interior, e, a poucos quilômetros da cidade, o Paraíba, que corre para o litoral.[45]

Em 1798, já às portas da virada do século, a população da cidade era de 21.304 habitantes, segundo apontava o censo daquele ano. Anualmente, desde que o morgado de Mateus a instituíra, realizava-se a contagem da população, tarefa que sempre cabia aos oficiais das companhias de ordenança, uma vez que o propósito continuava a ser militar. Mas as técnicas evoluíram, e nesse ano de 1798 a apuração foi mais minuciosa. Incluiu a repartição da população da cidade por sexo, idade, estado civil, condição social (livre ou escrava), cor (branca, negra ou parda) e profissão. Esta população de 21.304 habitantes, incluídos livres e escravos, representava ligeiro avanço sobre os 20.873 de 1765, mas é preciso considerar que o município agora tinha uma área menor. Fora amputado dos populosos bairros ao norte — Atibaia, Nazaré e Jaguari —, que, em 1769, passaram a integrar a vila de Atibaia. Tendo em vista que a contagem de 1798 incidia sobre área consideravelmente diminuída, resulta que o avanço demográfico não foi pequeno, o que refletiria a retomada experimentada pela cidade — e pela capitania — com a cultura da cana-de-açúcar.[46] Desse total, 15.229 eram livres, e 6.075 escravos. Ou seja, os escravos representavam 28,5% da população.[47] Entre os livres, os homens eram 6.931, e as mulheres, 8.298. Observa-se uma forte predominância do sexo feminino: as mulheres eram 54% da população, e os homens 46%. Entre os escravos, os homens eram 3.023 e as mulheres 3.052, mais ou menos 50% para cada lado, o que diferencia São Paulo de outras vilas da capitania, como Campinas, Itu ou Porto Feliz, onde a predominância dos homens era nítida — respectivamente, 64,9%, 60,6% e 59,9%.[48] Tal contraste seria devido à predominância esmagadora do trabalho agrícola, onde os homens eram mais requisitados, nas vilas do interior, enquanto na capital havia mais demanda para o trabalho doméstico, para o qual as escravas mulheres eram as mais requisitadas. Quanto às ocupações, discriminadas apenas entre a população livre, 1.761 habitantes do município foram classificados como agricultores, enquanto outros 428 receberam o título de “artistas”, vale dizer, artesãos, e 217 o de “negociantes”. Os magistrados e funcionários eram 16, e os professores de primeiras letras, três. Havia muito mais religiosos do que funcionários públicos: eram 177, sendo 67 pertencentes

ao clero secular, 48 ao regular, e 62 as mulheres recolhidas. Enfim, as pessoas qualificadas como vadias ou vivendo de esmolas eram 239.

São Paulo crescia, apesar de tudo. Vez ou outra, era castigada por severas epidemias — de sarampo às vezes, de disenteria outras, mas, sobretudo, de varíolas, as temidas bexigas. Foi assim em 1780, ano em que as atas da Câmara registram cancelamentos de sessões, "por estarem molestados" alguns vereadores, outros "ausentes e fora desta cidade".[49] Quem não tinha a doença tratava de não vir à cidade, para não ser contagiado. Havia centros de isolamento dos doentes, e dois deles, por essa época, ficavam, um no largo do Rosário, outro no largo de São Gonçalo — dois pontos de entrada no núcleo central. Também se previam períodos de quarentena para os escravos africanos que demandassem à cidade, por se acreditar que as bexigas eram transmitidas pelos negros. Quando, numa casa, pendurava-se à porta um cobertor de baeta vermelha, era sinal de que ali dentro havia um bexiguento.[50] Que se cuidasse o passante. Nesse mesmo ano de 1780, no auge da epidemia, os membros da Câmara solicitaram ao bispo da cidade, D. Manuel da Ressurreição, que se transladasse da igrejinha da Penha ao centro da cidade a imagem de Nossa Senhora que, instalada naquele arrabalde desde o século anterior, era tida por milagrosa. Ia-se pedir ajuda do céu para dar cabo à peste que nenhuma força da terra revelara-se capaz de conter. O bispo autorizou o translado e lá veio a santa em procissão, num longo percurso, até a catedral da Sé. D. Manuel da Ressurreição ordenou, na oportunidade, "três dias de preces públicas, e mais atos de penitência, para aplacarmos a Justiça Divina, justamente irada contra os nossos pecados".[51] Tente-se imaginar o que eram esses dias de prece, no burgo cheio de medo e de luto. Acentuava-se, em ocasiões como essa, o traço que o escritor Paulo Prado, em seu livro mais famoso, descreveu como "o véu melancólico da tristeza paulista, já conhecido de Anchieta".[52]



XVII

Os Dedos do Inglês e as Canastras do Francês

John Mawe chegou ao Brasil depois de uma viagem pontilhada de aventuras a Buenos Aires e Montevidéu, inclusive uma prisão, por suspeita de espionagem. Tratava-se de um inglês interessado em geologia e mineralogia e principalmente, se se permite uma expressão inexistente à época, em "fazer a América". Queria amealhar um dinheiro mais fácil, mais rápido e mais volumoso do que lhe permitiria uma carreira convencional de comerciante, que essa era sua vocação, na terra natal. Mawe nascera em 1764. Tomado desde cedo pelo gosto da aventura, já tinha nas costas 15 anos de perambulações pelos mares antes de arriscar-se à empreitada sul-americana. Ao deixar o rio da Prata, pôs-se a subir pelo litoral do continente, acompanhado de um punhado de companheiros, ingleses como ele. O primeiro porto brasileiro que tocou foi o de Santa Catarina, o segundo, de São Francisco do Sul. Nas duas escalas, explorou longamente o local e os arredores. Em fins de 1807, ei-lo atracando no porto de Santos.

Mawe reuniu num livro publicado em Londres em 1812, *Viagens ao Interior do Brasil*, sua experiência brasileira. Estamos entrando num século, o XIX, em que os relatos dos viajantes fornecem preciosas informações sobre o Brasil. Foram vários os estrangeiros, ingleses, franceses, alemães e outros, que por aqui estiveram e deixaram em livro suas memórias e impressões. Uns merecedores de mais credibilidade, outros de menos, todos oferecem, no entanto, uma visão do país tanto mais curiosa, mais colorida, e mais viva, quanto não contaminada pelo efeito anestesiante da rotina. Mawe é o primeiro, cronologicamente, desses viajantes. Iniciou a viagem antes mesmo da chegada de D. João VI e família, fato que, tendo conduzido à abertura dos portos, tornou mais fácil e mais frequente a circulação dos estrangeiros.

Santos não pareceu acolhedora ao inglês. Ele ficou nessa vila apenas umas poucas horas, mas não deixou de fazer suas observações. Notou que havia intercâmbio constante entre o porto e as localidades de serra acima. "Todos os

dias chegam do interior muitas mulas carregadas de mercadorias, voltando com sal, ferro, cobre, louça de barro e manufaturas europeias", escreveu.[1] A permanência foi curta porque ninguém dignou-se oferecer-lhe um lugar de pouso. "Isso pode ser atribuído à falta de acomodações convenientes", comenta, "mas observa-se em geral que por toda a costa predomina esse retraimento, enquanto no interior o povo vive trocando gentilezas". Meio que rejeitado, não lhe restou senão encetar desde logo a planejada esticada até São Paulo, uma viagem que se fazia, numa primeira etapa — não só nessa época, mas desde muito antes —, de barco. Navegava-se pelo lagamar, circundando a ilha de São Vicente, até o Cubatão, ao pé da serra do Mar. No Cubatão desembarcava-se e, antes de empreender a segunda etapa, a subida da serra, pagavam-se um pedágio e os impostos relativos às mercadorias transportadas. Para isso havia ali um posto, guarnecido por um oficial, quando da chegada de Mawe, e uma guarda de soldados. O inglês ali aportou às duas da madrugada, exausto como se pode imaginar. Onde abrigar-se? Deixaram-no ficar na própria casa da guarda. Acomodaram-se, ele e os amigos ingleses que o acompanhavam, nas "pranchas mais macias" que encontraram, e fizeram dos casacos travesseiros. A noite, como não poderia deixar de ser, foi maldormida. Pela manhã Mawe pôde observar melhor o local em que se encontrava. A casa da guarda fazia parte de um conjunto de edifícios, um deles o da alfândega, levantados em torno de amplo terreno. Nesse terreno ficava um grande número de mulas — mais de cem, calculou. Ali, elas eram arreadas e desarreadas, carregadas e descarregadas. A cena que ofereciam pareceu a Mawe "extraordinária e movimentada". Ele e os companheiros foram agraciados com um almoço — "um bom almoço" — oferecido pelo oficial de serviço, e em seguida alugaram mulas para a jornada. Seguiu-se a célebre subida. O inglês registra seu assombro pelo cenário, repleto de precipícios, cascatas que se jogam de altas nascentes e espessas florestas, mas os melhores elogios dispensa-os a duas outras coisas — a estrada e as mulas. A calçada do Lorena ofereceu-lhe "justo motivo de espanto", tantas as dificuldades superadas para sua realização. "Poucas obras públicas, mesmo na Europa, lhes são superiores", escreve, "e, se considerarmos que a região por onde passa é quase desabitada, encarecendo, portanto, muito mais o trabalho, não encontraremos nenhuma, em país algum, tão perfeita, tendo em vista tais desvantagens". Quanto às mulas, Mawe encantou-se com "a mansidão desses magníficos animais". Observou que elas eram "tão ligeiras na ascensão quanto em terreno plano", e que em estradas íngremes, ou ruins, "excediam em muito os cavalos".[2]

Figura 26



O nanquim preciso de Hercules Florence, na sua Calçada do Lorena, vista tomada da serra do Mar, *1825.*

A subida da serra demorou três horas. Lá em cima, nosso inglês deteve-se para contemplar a paisagem. “O mar, embora distante 20 milhas”, escreve, “deu-nos a impressão de banhar as fraldas das montanhas”. A perspectiva pareceu-lhe “sublime”. A terceira e última etapa da viagem, o trecho do Planalto, transcorreu numa estrada margeada por “belas árvores e enormes pinheiros”. A estrada apresentava-se danificada em vários trechos, por causa das chuvas. Aqui e ali havia grupos de negros ou de índios envolvidos em trabalhos de reparo. À medida que se ia chegando, a estrada ficava mais movimentada, e mais casas apareciam às margens. Já bem perto da cidade notava-se uma estalagem, onde se podia descarregar as mulas e passar a noite. Nesse local, sob um grande telhado, sustentado por colunas de madeira, divisórias discriminavam os espaços para as diferentes cargas. No terreno anexo prendiam-se as mulas, em estacas, plantadas a dez ou vinte passos umas das outras. “Estas estalagens são muito comuns em todos os pontos do Brasil”, informa Mawe. Ali ele e os companheiros devolveram as mulas e tocaram em frente. Faltavam uma ou duas horas para o pôr do sol, e a primeira impressão da cidade foi favorável. Mawe descreve com simpatia as casas, “estucadas em várias cores”. Eles se dirigiram à casa de uma pessoa para a qual levavam uma carta de recomendação, mas, não a encontrando, viram-se na contingência de voltar à estalagem onde haviam deixado as mulas, para passar a noite. Foi pena. “Era uma miserável habitação”, comenta o inglês. No dia seguinte sim, encontraram a tal pessoa, e esta, por sua vez, encaminhou-os ao governador, Antônio José da Franca e Horta, que comandava a capitania já lá iam cinco anos. Franca e Horta foi todo gentileza para com aquela raridade de visitantes. Desde logo recepcionou-os com um jantar no palácio.[3] Nos dias seguintes, entre outras manifestações de simpatia, prometeu que não prenderia os ingleses, em caso de guerra entre Portugal e Inglaterra.[4] Lembremos que a Europa estava às voltas com o furor napoleônico. Aproximava-se a hora em que Portugal, espremido entre os dois principais litigantes, teria de escolher entre a França e a Inglaterra.

Franca e Horta é um governador de má reputação nos anais da capitania.

Deixou fama de intrigante, despótico e policialesco. Na procissão de Corpus Christi de 1808, poucos meses depois da passagem de Mawe por São Paulo, teve uma atitude que por muito tempo ficaria marcada na memória da população. Era uma época em que as lutas contra os hispânicos, no Sul, demandavam o envio, para o palco de guerra, de número crescente de paulistas. Se a truculência nos métodos de recrutamento já era uma marca do Brasil colonial, nessas fases tornava-se ainda mais aguda. Nesse Corpus Christi de 1808, a mais solene das procissões, aquela que atraía o maior número de gente, Franca e Horta preparou uma armadilha para os habitantes do sexo masculino da cidade. Quando a festa aproximava-se do final, o largo do Palácio e ruas adjacentes, região onde se concentrava a multidão, foram cercados pela tropa. Como num arrastão de pescaria, todos os homens foram apanhados e levados ao quartel. Ali passaram a noite, amontoados e ao relento. No dia seguinte, depois de submetidos a triagem, os considerados aptos para o serviço militar foram alistados como recrutas. Durante toda a operação, o governador observou da sacada do palácio, "com o desdém da superioridade brutal", nas palavras de um historiador contemporâneo, o brigadeiro Machado de Oliveira.[5] Mawe não viu, porém, ou não quis ver, a face cruel de um governador que o recepcionava com tantas atenções. Franca e Horta levou-o a passeios fora da cidade, inclusive às minas do Jaraguá, as primeiras onde se descobriu ouro, no Brasil, nos idos de 1590, e que, segundo o inglês, ainda apresentavam alguma atividade. O governador e senhora, nessas ocasiões, iam numa carruagem puxada por quatro burros. À frente, ia uma escolta de seis guardas a cavalo. Mawe ia também a cavalo, atrás da carruagem. No Jaraguá, o visitante pôde dedicar-se a seus estudos mineralógicos.[6]

Na São Paulo de Mawe, segundo seu próprio relato, não havia especialização do comércio. Todos os comerciantes comerciavam com tudo. Havia poucos médicos, mas um bom número de boticários. Nos arredores da cidade, índios dedicavam-se ao artesanato de tigelas e jarros de barro, e lavradores modestos criavam porcos e aves. Mawe demora-se em descrever um certo tipo de galo que se assemelha, "na plumagem e na forma, ao galo inglês", mas que emite um canto mais sonoro, que dá à última nota "de um a dois minutos". Os mais exímios nesse canto, informa, são enviados a outras partes, para exibir seus dotes. Mawe elogia os cavalos e as cabras criados na região, mas acrescenta que, aos cachorros, não se dá importância, e o gado é tratado de forma descuidada. "Não cultivam pastagens, não constroem cercados nem armazéns de forragem para a época de escassez", escreve, a respeito do gado. "As vacas não são ordenhadas com regularidade; consideram-nas mais como ônus do que como

fonte de renda.” A produção agrícola não merecia melhor sorte. À falta de bons lugares de armazenagem, “não é raro encontrar café, algodão, milho e feijão atirados nos cantos de um celeiro úmido, cobertos com couro cru”. Claro que grande parte se estragava. As casas desses lavradores eram pobres choupanas de chão de terra batida. Mawe se escandaliza com as cozinhas — “um compartimento imundo, com o chão lamacento, desnivelado, cheio de poças d'água”. A lenha que alimentava o fogão produzia uma fumaça que, por falta de chaminé, espalhava-se pela casa toda, deixando as paredes cobertas de fuligem. E tais condições não se limitavam às cozinhas dos pobres. “Lamento ter de afirmar que as cozinhas das pessoas abastadas em nada diferem destas”, escreve.[7]

E as pessoas? Como eram as pessoas que o inglês encontrou em São Paulo? Os homens se vestem bem, afirma o inglês. Em sociedade — ele fala dos homens de “alta categoria”, naturalmente —, mostram-se loquazes e atenciosos. Os filhos dos escravos e os dos senhores são criados juntos. Mawe ouviu dizer que, graças a isso, garante-se a lealdade do escravo, quando chega a hora de o companheiro de folguedos virar seu senhor, mas discorda. Acha que tal costume traz grandes inconvenientes, entre os quais tornar a escravidão mais penosa ainda, com a revogação, a certa altura da vida, da liberdade que o filho do escravo gozou na infância. A maior e mais saborosa parte de suas considerações, no entanto — revelaria isso uma personalidade galante? —, o inglês reserva às mulheres. Elas iam à igreja vestidas de negro, informa ele: vestidos de seda negra e um longo xale também de seda negra. Já nos bailes — e elas gostam de dançar — vão de branco, com colares de ouro ao pescoço. Essas mulheres — as da classe mais alta, já se adivinha — empenham-se muito pouco nos afazeres domésticos. Confiam tudo aos negros. “Devido a essa indiferença”, escreve Mawe, “desconhecem por completo as vantagens daquela ordem, limpeza e propriedade que reina numa família inglesa”. A ocupação delas é coser, rendar e bordar. Mawe também achou-as anêmicas, o que atribui à falta de exercícios e aos “contínuos banhos quentes a que se abandonam”, mas garante o principal: elas são sérias. Não são levianas como certos autores deram a entender, diz o inglês. “Atribuo o costume”, acrescenta, “que se diz reinar entre elas, de atirar flores das sacadas sobre os transeuntes, de acordo com o seu capricho, ou presentear com uma flor ou um ramalhete seus favoritos, a uma prova de deferência”. Eis-nos imersos no que parece ser o poço dos mexericos do período. Quer dizer então que as mulheres de São Paulo tinham fama de atrevidas, assanhadas talvez? Difícil acreditar que correspondesse à verdade, considerando

os princípios de uma sociedade que as tratava tão estritamente, de preferência trancadas em casa. Nosso autor é firme no socorro da honra das senhoras e senhoritas do local. Diz ele que elas tinham por hábito ostentar uma flor presa aos cabelos. Quando um estranho lhes era apresentado, não passava de um gesto corriqueiro de cortesia desprenderem a flor do cabelo e oferecer-lhe. “A este elegante cumprimento”, acrescenta, “deve-se retribuir, durante a visita, escolhendo uma flor entre a profusa variedade que adorna o jardim, ou a sacada, e oferecê-la”. Mawe passou, em suas últimas semanas de São Paulo, pela experiência do entrudo, e achou singular o hábito de as pessoas atirarem umas nas outras pequenas laranjas ou limões de cera, que, ao estourar, liberam a água aromatizada que trazem no bojo. As “laranjinhas”, ou “limões de cheiro”, como se sabe, são os antecessores ingênuos do lança-perfume. As senhoras, em geral, é que começam o brinquedo, informa Mawe, lançando tais artefatos nos cavalheiros. Estes revidam com tal animação que “raramente param antes de trocarem dúzias”, ficando ambas as partes encharcadas. O inglês, depois de observar que é tido como impróprio um cavalheiro lançar a laranjinha em outro cavalheiro, conclui com uma nota reprobatória: “O costume (posso garantir) é muito desagradável aos estrangeiros, e não raro provoca brigas, de consequências graves.”[8]

Mawe ficou cerca de três meses em São Paulo. Daí seguiria para outras partes do Brasil, e ao voltar à Inglaterra, em 1811, estabeleceu-se como comerciante de pedras preciosas em Londres. “149, Strand, near Sommerset House”, assim ele descrevia o endereço, bem à beira do Tâmisa, da prestigiosa casa que fundou e que lhe rendeu renome de perito em assuntos mineralógicos. Sua presença em São Paulo, escreve ele, “excitou de maneira indescritível a curiosidade do povo, que parecia nunca ter visto ingleses”. Jovens vinham até a porta da casa onde ele estava hospedado, ele e os companheiros, para ver como comiam e como bebiam. Algumas crianças fugiam à passagem deles. Outras tocavam-nos ou agarravam-lhes as mãos, “contando nossos dedos e constatando, admiradas, termos o mesmo número que elas”. Havia pessoas que os convidavam para ir às casas delas, e, nesse grande dia, convidavam a vizinhança para ver os estrangeiros.[9] É um dos trechos mais reveladores do relato. Mostra como a cidade era caipira, no modo de reagir aos forasteiros.

Pulemos para outro viajante. Agora corre o ano de 1819 — passaram-se 12 anos — e quem desponta no horizonte é um francês, o ilustre Auguste de Saint-

Hilaire. Ele vem chegando pelo lado oposto. Primeiro esteve em Goiás. Depois ingressou em território paulista, passando pelo arraial de Franca, Mogi Mirim, Campinas e Jundiaí, e vem-se aproximando de São Paulo por uma estrada que percorre mais ou menos o mesmo sentido daquela que muitos e muitos anos depois será conhecida como via Anhanguera. Chamam-lhe a atenção, no caminho, os carros de boi. Ele cruzou com dois ou três, e pôde observar que os passageiros de tais veículos os utilizam também como tenda de acampamento. Quando querem descansar ou se proteger da chuva, desatrelam os bois e metem-se debaixo do carro. Noutro trecho da estrada, parou num casebre para pedir informações e um pouco d'água. "Fui, porém, recebido com uma grosseria que parece ser, em toda essa parte de São Paulo, um apanágio dos homens das classes inferiores", escreve. Saint-Hilaire passou pelo morro do Jaraguá — o mesmo das minas de ouro que Mawe visitou — e em seguida descortinou "a planície de Piratininga", que os primeiros habitantes, afirma, chamavam de "paraíso terrestre" ou de "Campos Elísios" brasileiro. "O nome de Piratininga já caiu em desuso", prossegue, "mas os campos a que ele se refere nada perderam de sua beleza, e hoje acham-se animados pela presença de numerosos burros, cavalos e bois que pastam ali tranquilamente em grandes parques, por assim dizer, rodeados de fossos profundos".[10] Saint-Hilaire entrou em São Paulo nos últimos dias de outubro de 1819. Tinha 40 anos, e, como John Mawe, visitaria a cidade na época do calor e das chuvas.

Quem era esse francês tão curioso do Brasil e tão ávido de informações sobre o país que por aqui permaneceu, no total, por não menos de seis anos — de 1816 a 1822 —, visitando do Rio Grande do Sul a Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, percorrendo uma soma de "2.500 léguas", nos seus próprios cálculos — o que equivaleria a mais de 15 mil quilômetros —, e deixando registradas as perambulações pelo país numa copiosa obra de nove volumes? Saint-Hilaire era um naturalista, professor de botânica no Museu de História Natural de Paris. Quando o duque de Luxemburgo foi nomeado embaixador da França junto à Corte de Portugal, então instalada no Brasil, pediu para vir junto. Os naturalistas ardiam de curiosidade pelas espécies do Novo Mundo. Saint-Hilaire não foi o único deles, pelo contrário, faz parte de fornida trupe dos que, como Spix e Martius, e como Langsdorff, estiveram no Brasil pela mesma época. Já se vê que seus motivos eram diferentes dos de Mawe. Este, apesar de mineralogista competente, era mais que tudo comerciante, e buscava oportunidades de negócio. Saint-Hilaire, cientista, tinha o propósito de pesquisar, comparar, coletar. Escreveu três livros sobre as plantas brasileiras. Mas não deixou também

de observar a geografia e os costumes, de registrar a história e tudo o mais que lhe parecesse digno de nota. “Escrevia cada dia um diário minucioso do que se me oferecia à vista”, conta ele, “e aí consignava, na medida em que me permitiam meus conhecimentos, o que pudesse contribuir para dar uma ideia exata das zonas que percorria”.[11] Esses diários serviram de base para os nove volumes de narrativas de viagem, independentes dos três livros propriamente científicos, aqueles sobre as plantas do Brasil.

Saint-Hilaire atravessou o Tietê por uma ponte de madeira, num ponto em que, informa, embora as águas continuem a fluir com rapidez, o rio se estreita. Avistou, por ali, bonita casa de chácara, levantada à sombra de uma araucária, e tal visão foi como um refresco, depois de cinco meses de travessia, desde Goiás, em que não deparara com quase nada de notável feito por mãos humanas. “A regularidade e a ordem denunciadas pela presença do homem industrioso não podiam deixar de encantar o viajante, cujos olhos se achavam cansados de contemplar o tristonho aspecto do sertão, a indolência e a pobreza”, escreve.[12] Uma vez na cidade, dirigiu-se ao albergue que lhe haviam indicado, o de um homem chamado Bexiga. Para lá chegar Saint-Hilaire cruzou a ponte do Lorena, levantada no Piques, sobre o Anhangabaú. Segundo certas pesquisas, o hotel do Bexiga ficava no começo daquela que seria a rua de Santo Antônio.[13] Por que Bexiga teria este nome? Saint-Hilaire, ciente de que na cidade havia uma região e uma ponte chamada “Bexiga”, arrisca que talvez se tratasse de uma referência ao hoteleiro, “ou a um de seus antepassados”. Talvez fosse o inverso, ou seja, que o hoteleiro se chamasse Bexiga porque habitava o Bexiga. Seja como for, tanto quanto o tal Bexiga era “amável”, na palavra do nosso autor, seu estabelecimento era deplorável. As mulas — sempre haveria de ter lugar para as mulas — eram abrigadas num pátio lamacento, limitado por um fosso de um lado e dos outros por pequenas construções. Bexiga cobrava certa quantia por mula, e do viajante não cobrava nada. Também, cobrar seria demais. O alojamento para os humanos era um “cubículo úmido, infecto, de uma sujeira revoltante, sem forro, sem janela”. Na verdade, não seria de se esperar algo diferente de uma estalagem na região do Piques. Saint-Hilaire salvou-se ao recorrer a um suíço de nome Grellet, representante em São Paulo de uma loja que, com sede no Rio de Janeiro, importava produtos franceses. Esse Grellet — eis outra surpresa, comerciante estrangeiro estabelecido em São Paulo, por essa época — conseguiu para Saint-Hilaire o empréstimo de uma chácara, de propriedade do coronel da milícia Francisco Alves. Depois de dormir mais uma noite no albergue do Bexiga, o francês dirigiu-se para a nova pousada.

Atravessou a cidade até o convento do Carmo, “de onde se descortina uma bela vista”. De lá desceu até o Tamanduateí, atravessou-o “por uma ponte de pedra, de um só arco”, e chegou a uma região de chácaras — era o lugar que, algumas décadas depois, passaria a ser conhecido como Brás. A que lhe estava destinada era das primeiras. Saint-Hilaire achou-a encantadora. Situada “a pouca distância da cidade”, pôde ali desfrutar, durante toda a permanência, “de toda a liberdade possível”.[14]

Figura 27



Panorama da cidade de São Paulo, vista do rio Tamanduateí, 1822. *Aquarela de Arnaud Pallière mostra as lavadeiras à beira do rio e, à direita, o mosteiro de São Bento.*

O francês não economiza elogios ao sítio onde se assenta a cidade. “Não somente é encantadora a localização de São Paulo, como aí se respira um ar muito puro”, escreve. Quanto à cidade propriamente, ele a compara favoravelmente com outras que conheceu no país. “O número de casas bonitas é bastante grande, as ruas não são desertas como as de Ouro Preto, os edifícios públicos são bem-conservados e o visitante não se vê afligido, como na maioria das cidades e arraiais de Minas Gerais, por uma aparência de abandono e de miséria.” Tenha-se em mente que Minas, encerrada a curta fase do ouro, entrara num período de decadência. As únicas ruas em declive, observou, são as situadas na encosta da colina. As outras são planas e largas o suficiente para permitir a circulação de veículos. As praças públicas, como a do Palácio (ou pátio do Colégio), a da Catedral (ou da Sé) e a da Câmara (ou São Gonçalo) são pequenas e com traçado irregular. Aproveite-se para lembrar que a praça da Sé estava longe de ocupar o espaço que lhe viria a caber, depois de sucessivas ampliações. Continha-se modestamente no canto contíguo ao pátio do Colégio, onde, além da catedral, erguia-se a igreja de São Pedro dos Clérigos. Saint-Hilaire não menciona o largo de São Francisco, mas este tinha igualmente pouco de largo. A cerca dos padres avançava para muito adiante da igreja e do convento, deixando pouco espaço para a circulação pública. Havia mesmo uma recomendação da Câmara, datada de 1811, para que não houvesse praças muito amplas na cidade,

pelo que roubavam de espaço para a edificação das casas e pela dificuldade que impunham ao policiamento.[15] Em compensação, na “periferia” da cidade, como a localiza o francês, havia “uma praça muito ampla, a do Corro”. Saint-Hilaire não entendeu bem — era “dos Curros”, ou “do Curro”, não “do Corro”. Tratava-se da futura praça da República. À posteridade pode soar bizarro chamar o sítio da praça da República de “periférico”, mas tenhamos em mente — aqui vai outro lembrete — que São Paulo, nessas primeiras décadas do século XIX, mal ultrapassava, em sua parte urbanizada, o platô histórico. Daí também o fato de Saint-Hilaire afirmar que as ruas eram planas. A cidade não começara ainda a descer a colina e a galgar outras, e outras, e outras ainda, como viria a fazer. O largo dos Curros, lá distante, do outro lado do Anhangabaú, era local de diversão. Destinava-se à realização de cavalhadas e corridas de touros. “Essa praça é rodeada de muros”, descreve o francês, “e à sua volta toda foi plantada uma fileira de cedros”. Para abrigar os frequentadores dos espetáculos, havia uma arquibancada, construída, informa Saint-Hilaire, pelo engenheiro Daniel Pedro Müller — um personagem do qual ainda ouviremos falar. O francês completa afirmando que, nem pelo fato de existir em São Paulo uma praça de touros, deve-se concluir que as corridas sejam comuns no Brasil. “Não tive ocasião de assistir a uma única tourada durante a minha longa permanência no país”, escreve.[16]

As casas, Saint-Hilaire achou-as sólidas, apesar de feitas de taipa. “Nenhuma delas sugere opulência”, observou, “mas vê-se um grande número de sobrados, que chamam a atenção por seu aspecto vistoso e limpo”. Ao entrar nelas, o visitante seria recebido numa sala “mobiliada com gosto”. Mas como, com gosto? Logo em seguida, o francês afirma que tais salas eram ornadas de gravuras que não passavam de “refugo das lojas europeias”. O pior é que seus possuidores se orgulhavam delas. “Era tão pouca a noção de arte do povo do lugar que eles nunca deixavam de me chamar para admirar suas obras-primas.” Como não havia lareira, continua nosso viajante, os objetos de decoração, como castiçais, frascos de cristal e relógios de pêndulo, ficavam sobre mesas. Entre as igrejas da cidade, a do Carmo, pela qual Saint-Hilaire já havia passado no primeiro dia, foi a de que mais gostou. Achou-a decorada com elegância e rica em douraduras. “Esta igreja me pareceu bastante superior à catedral”, escreve. Além do altar-mor, ela possuía três altares laterais de cada lado. Neles, representavam-se os passos da Paixão. Saint-Hilaire, das igrejas, passa para os prédios que abrigavam os poderes políticos da cidade, a Casa de Câmara e Cadeia e o Palácio do Governo. A Casa de Câmara era “um belo prédio de dois

pavimentos". Media 70 passos de comprimento por 20 de largura, tinha nove janelas na fachada e era enfeitada por frontão, não deixa de observar. O francês comenta que considera vantajosa a instalação da cadeia no mesmo prédio da Câmara, mas não explica essa preferência, a não ser pelo detalhe de as janelas do andar inferior serem iguais às do andar superior, se é que isso é uma explicação. Dessa forma, a cadeia fica bem arejada. Os presos podiam ficar às janelas, informa, e conversar com os passantes. Quanto ao Palácio do Governo, apesar das reformas a que foi submetido, ainda ostentava em tudo, segundo o francês, a aparência de convento. "É um prédio grande, de dois pavimentos, composto de duas alas que se encontram, formando um ângulo reto, na extremidade de uma das quais fica localizada a igreja." Suas duas alas formavam dois dos lados da praça quadrada em que se constituía na época o pátio do Colégio. O local em que estava instalado o edifício era privilegiado como todos os escolhidos pelos jesuítas para suas construções, comenta nosso autor. A frente do prédio voltava-se para a cidade e as costas para o que o francês chama de "os campos". Tratava-se da área que viria a ser o parque D. Pedro II e adjacências. Das janelas dos fundos do palácio, descortinava-se toda essa área, e muito mais, compondo uma vista que Saint-Hilaire qualifica de "maravilhosa". À esquerda, enxergava-se até o pico do Jaraguá. À direita, a planície se estendia a perder de vista, cortada pela estrada do Rio de Janeiro, margeada de chácaras. "Animais pastam espalhados pela campina, e a paisagem torna-se ainda mais animada com as tropas de burros que chegam e saem da cidade e com a presença de numerosas mulheres lavando roupas à beira do córrego." Entenda-se que a "estrada do Rio de Janeiro" referida era a via que viria a ser chamada de "rua do Brás" e, depois, "avenida Rangel Pestana".[17]

Em São Paulo, segundo Saint-Hilaire, ao contrário do Rio de Janeiro, não se viam negros perambulando pelas ruas, no papel de vendedores de legumes e outras mercadorias. Os negros — ou negras, no caso — eram aqui sedentários. Agrupavam-se, com suas mercadorias, na rua da Quitanda, uma sentada ao lado da outra. Outros mantimentos, como farinha, toucinho, milho e carne-seca, eram vendidos na rua das Casinhas, onde uma pequena loja igualmente se alinhava atrás da outra. "Não devemos esperar encontrar nessas lojas limpeza e ordem", adverte nosso viajante. "O toucinho, os cereais e a carne ficam ali atirados de qualquer jeito, misturados uns com os outros, e os lojistas ainda estão muito longe de possuir a arte de nossos comerciantes de Paris, que sabem dar uma aparência apetitosa até aos mantimentos mais grosseiros." A rua das Casinhas era a mais movimentada da cidade. Durante o dia, ficava coalhada de "negros,

camponeses, tropeiros e burros". À noite... bem, à noite... a cena muda: "Os burros de carga e os compradores cedem lugar a prostitutas de ínfima classe, que para ali afluem atraídas pelos *camaradas* e os lavradores, que elas tentam prender em suas malhas." Enfim, eis um autor que, quase se desculpando por descer a "tão tristes pormenores", penosos para alguém que, como ele, se considerava "um viajante de boa formação", aborda o tema da prostituição e do intercâmbio sexual em geral, na santa cidade dos jesuítas. "Em nenhum outro lugar vi um número tão grande de prostitutas", escreve, conferindo a São Paulo uma inesperada palma. "Havia-as de todas as raças, e as calçadas ficavam, por assim dizer, fervilhantes delas. Passeavam vagarosamente de um lado para o outro ou esperavam nas esquinas os fregueses." Depreende-se daí que as profissionais do sexo não se confinavam à rua das Casinhas. A favor delas, no entanto, o francês observa que não abordavam as pessoas, nem lhes lançavam injúrias. Mantinham uma certa compostura, o que as distanciava "do cínico descaramento, tão revoltante, das prostitutas parisienses de classe baixa".

Nosso autor informa que, tão logo o sol se punha, as ruas tornavam-se mais movimentadas do que durante o dia, "enchendo-se de homens e mulheres à cata da fortuna". Tanto uns como as outras envolviam-se em longas capas de lã, dotadas de golas que, levantadas, lhes escondiam metade do rosto, acrescenta ele, e assim nos conduz a uma das mais fascinantes imagens da São Paulo daquele tempo: uma dança de sombras, movida a desejos irrefreáveis, a desenvolver-se em torno dos largos e ruelas. É uma imagem meio de sonho e meio de neblina, ainda mais que perdida nas profundezas do tempo. Eis a pequena comunidade do Planalto subjugada ao apelo da eterna ronda noturna. Há algo de poético em tal balé no escuro, embebido de ardor e de mistério. Mas Saint-Hilaire logo nos devolve a aspectos mais crus da realidade, ao apontar uma inevitável consequência de tão ativo comércio sexual: "Nada é mais difundido, na região, do que as doenças venéreas", escreve. Relata ele que uma prostituta, ao ser perguntada se era portadora de sífilis, devolveu: "E quem não é?" Na outra face da cidade, a face recatada como a de um vilarejo muçulmano, as mulheres nem apareciam diante de estranhos. Uma vez, ao visitar uma autoridade, Saint-Hilaire encontrou o homem à hora em que ia sentar-se à mesa. Este convidou-o a partilhar a refeição, e os dois comeram sozinhos. Sua mulher não apareceu.[18]

Nosso francês foi tomado por uma premonição, a certa altura de sua visita a São Paulo. Considerou que, no dia em que o Brasil começasse a dotar-se de grandes indústrias, era por São Paulo que isso haveria de começar. Ainda estava

longe esse dia, a seu ver. O país continuaria só agrícola por bom tempo. No entanto, quando chegasse a hora, a indústria brasileira haveria de se sediar em São Paulo. “O clima da província não é tão enervante quanto o do Norte do Brasil, o custo de vida é razoável e os hábitos do povo da região tornam-no mais indicado aos trabalhos sedentários do que os habitantes da província do Rio Grande do Sul”, escreveu. Em matéria de fábricas, Saint-Hilaire só viu uma, em São Paulo. Era uma fábrica de fuzis, cuja história liga-se à vinda da família real para o Brasil. Lembremos que a visita do francês se dá à época em que D. João VI e sua corte estão instalados no Rio de Janeiro. Antes disso, quando ainda em Portugal, o soberano desejou instalar uma fábrica de armas em Lisboa. Para tanto, importou uma dezena de operários especializados alemães, antigos funcionários da fábrica estatal de armas de Spandau. Logo sobreveio a fuga para o Brasil, e D. João VI trouxe os operários consigo. Primeiro eles ficaram no Rio de Janeiro, esperando por uma decisão que nunca vinha. Depois foram enviados a São Paulo, onde finalmente se decidiu que seria instalada a fábrica. Ela foi acomodada num canto do quartel, aquele quartel mandado construir pelo governador Lorena, com entrada por uma ruela que, então chamada, justamente, “do Quartel”, mais tarde viria a ser a rua 11 de Agosto. Além dos dez alemães, que funcionavam como mestres, trabalhavam na fábrica sessenta operários brasileiros. Mas tudo caminhava morosamente. À falta de água que movimentasse as máquinas destinadas a perfurar os canos dos fuzis, estes eram perfurados à mão. A fábrica funcionava já havia três anos, à época da visita de Saint-Hilaire, e não tinha fabricado senão seiscentos fuzis — duzentos por ano, menos de um por dia. Pior é o que aconteceu com os alemães. Ganhando bem, estranhos na terra, desenraizados e solitários, não tardaram a se entregar à cachaça, “vício que foi a causa da perdição de muitos europeus de classe baixa no Brasil”, observa o francês. Os alemães eram vistos permanentemente embriagados, e o governo já considerava desembaraçar-se deles.[19]

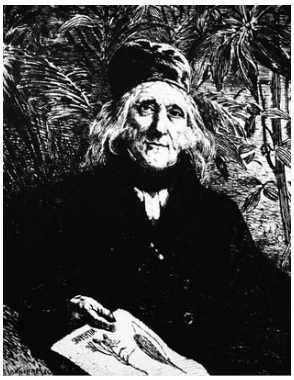
O governador de São Paulo, a esse tempo, era João Carlos Augusto de Oyenhausen. Saint-Hilaire descreve-o como homem ativo, cujos traços e atitudes indicavam claramente a ascendência alemã. Falava francês, tinha conversa agradável e demonstrava alguma cultura, mas faltava-lhe finura, e era desleixado com a própria pessoa. No dia 4 de novembro, não fazia nem uma semana que havia chegado, Saint-Hilaire foi convidado a um jantar no palácio. Era o dia de São Carlos e, chamando-se a rainha, mulher de D. João VI, Carlota, comemorava-se o dia de sua festa. O viajante francês chegou às três horas, e já encontrou no palácio as autoridades da cidade, bem como oficiais em uniforme.

À espera do jantar, os convidados foram instados a uma partida de uíste, o jogo de cartas antecessor do bridge. Enfim sentaram-se à mesa. Foi servida uma sopa, ao fim da qual o governador levantou-se e dirigiu um brinde à saúde do rei. Nesse momento, a banda do regimento, postada à entrada do palácio, executou uma marcha militar. Sucederam-se brindes a outros membros da família real, aos paulistas, ao governador, a outras autoridades locais — e nada de brindar à rainha, a homenageada do dia. Saint-Hilaire não se surpreendeu, no entanto. Sabia que a rainha vivia então separada do rei, "que tinha muitos motivos de queixas contra ela", e caíra no desagrado dos súditos. Terminada a rodada de brindes aos notáveis, os convivas passaram a brindar uns aos outros. Saint-Hilaire informa que esse costume existia então por todo o Brasil, e causava sério inconveniente. "Era preciso", explica, "que o convidado soubesse o nome de todos os presentes, não esquecesse nenhum, ficasse à espreita do momento em que o escolhido não estivesse comendo ou conversando para chamar o seu nome, observasse a ordem de precedência, gritasse a plenos pulmões de uma extremidade à outra da mesa e estivesse sempre de sobreaviso para empunhar o próprio copo quando o brinde fosse dirigido à sua própria pessoa". Saint-Hilaire, de seu lado, tomou a iniciativa de propor um brinde à união entre a França e Portugal. Falou em francês, e o governador traduziu-lhe as palavras. Depois se bebeu também ao soberano de plantão na França, o rei Luís XVIII. No meio do jantar, enfim, alguém se lembrou da rainha. A boa alma à qual acorreu tal delicadeza foi a de um coronel, que recitou um poema em louvor de Carlota Joaquina. O mesmo coronel emendou com outro poema, em honra do infante Sebastião, neto de D. João VI, e terminou com uma ode aos paulistas. "Não consegui apanhar bem o sentido dos versos, mas pelo que pude entender, eles me pareceram cheios da ênfase que se encontra nas epístolas laudatórias do tempo de Luís XIII, de cujo ridículo os portugueses ainda não se deram conta", escreve Saint-Hilaire. O jantar, ao qual aparentemente só havia homens presentes, terminou com os convidados improvisando versos em louvor do governador, aos quais se seguiam réplicas e tréplicas. O ambiente, jovial desde o início, agora se encontrava ao embalo das expansões proporcionadas pelo vinho — um vinho do Porto, informa Saint-Hilaire, "excelente".[20]

Em outro dia, acompanhado do governador, Saint-Hilaire foi ao teatro. Já vimos que São Paulo tinha, sim, um teatro, instalado pelo governador Lorena na mesma praça do Palácio, ou seja, no pátio do Colégio, e tão pomposa quanto injustamente chamado de Teatro de Ópera. O teatro ficava em frente ao palácio e, segundo o francês, "nada, no seu exterior, indicava a finalidade a que se

destinava”. “O que se via”, descreve, “era apenas uma casa pequena, de um só pavimento, baixa, estreita, sem ornamentos, pintada de vermelho e com três amplas janelas de postigos pretos. Até mesmo as casas de pessoas de poucas posses tinham melhor aparência”. O interior era mais bem cuidado, mas muito exíguo. Entrava-se por um pequeno saguão, de onde se ganhavam a plateia, constituída por simples bancos, e os camarotes, dispostos em três fileiras. A sala, Saint-Hilaire diz que era bonita, iluminada por um vistoso lustre e vários lampiões. Logo em seguida, porém, afirma que as pinturas do teto e da cortina, bem como a decoração em geral, eram de mau gosto. O camarote do governador era na segunda fileira, bem defronte ao palco. Ao chegarem, o governador e Saint-Hilaire, pouco depois das oito da noite, o público já estava presente. E que público era esse? Só homens. Nem uma única e escassa mulher, como no jantar do governador, como na casa da autoridade onde Saint-Hilaire almoçou um dia. Todos se levantaram reverencialmente à chegada de Oyenhausen. Este distribuiu cumprimentos à direita e à esquerda. Começou então a representação, que constava de *O Avarento*, de Molière, e de uma pequena farsa. Os atores... Bem, aos atores, nosso viajante, flor do requinte parisiense, reserva as mais severas restrições. Os homens eram artesãos, na maioria mulatos, e as mulheres, prostitutas, cujo talento, acrescenta Saint-Hilaire, “se harmonizava perfeitamente com seu grau de moralidade”. Pareciam “marionetes movidas por um cordel”.[21]

Figura 28



Retrato de Saint-Hilaire por E. Naissant.

Curiosa figura, esse monsieur de Saint-Hilaire, membro do excelso Institut de France, cujo retrato, fixado pelo pintor Naissant, nos revela um senhor de rosto bondoso, os longos cabelos grisalhos descendo até os ombros e um pequeno gorro cobrindo-lhe o cocuruto. Vimos que, no jantar do governador, ele levanta um brinde ao rei Luís XVIII, ou, se não levanta — não está claro se foi sua a iniciativa —, a ele adere com satisfação. Sim, Saint-Hilaire era um conservador,

um adepto da restauração monárquica havia pouco instalada na França — e, por consequência, um inimigo acerbo da Revolução que havia posto o país, anos antes, de pernas para o ar, e da qual ele tinha idade suficiente para ter experimentado a fúria, as promessas e os desenganos. Uma vez, em São Paulo, Saint-Hilaire foi visitar o ouvidor da capitania, homem que, bem-informado, pôs-se a comentar com ele os tormentosos acontecimentos das últimas três décadas, na França. “O ouvidor professava uma grande admiração por nossos supostos filósofos do século passado”, escreve. “Supostos filósofos” — é assim que ele se refere a autores como Rousseau e Voltaire, Diderot e D’Alembert, a linha de frente do Iluminismo francês. “Mostrei-lhe claramente que não compartilhava de sua maneira de pensar, mas tive o cuidado de evitar uma discussão”, prossegue. Ele aproveita para observar que muitos dos portugueses e brasileiros com algum estudo mostravam-se admiradores “de livros que atualmente se acham relegados ao esquecimento e que foram precursores, entre nós, de tantas e tão terríveis catástrofes”. E conclui com a inspirada descoberta do que então já era, e continuaria a ser, um traço característico dos dirigentes da terra: “Curioso é que jamais vi esses homens aplicarem no seu próprio país os princípios de que se achavam imbuídos.”[22]

Está chegando a hora das despedidas — de Saint-Hilaire a São Paulo e nossa do bom e meticuloso francês. Mas como ir embora, ele sem as canastras, e nós sem contar a história delas? Esta foi uma das aventuras mais angustiantes vividas por nosso viajante em São Paulo. Saint-Hilaire chegou com 18 malas, que acomodava no lombo das mulas, em viagem. O número não causa espanto. Lembremos que ele vinha desde Goiás, e que ia catando pelo caminho traquitanas várias, em especial as plantas que enriqueceriam as coleções parisienses. Para auxiliá-lo, viajava sempre com um ou mais empregados. As 18 malas já estavam cheias, no entanto, e ele precisava de mais. Logo ao chegar a São Paulo, encomendou duas — aliás não malas, mas canastras — a um marceneiro. Pagou adiantado, mas os dias iam correndo, e nada. Elas só ficaram prontas depois que o coronel Francisco Alves, dono da chácara onde estava hospedado, ameaçou o marceneiro de prisão. Foi a primeira — e traumática — experiência do francês com os artesãos locais. Logo ele precisou de mais canastras, e nada de encontrar um marceneiro rápido e capaz. “Pelo que todo mundo me disse, e eu próprio comprovei, parece que em nenhum outro lugar a não ser em São Paulo existem artesãos tão preguiçosos, tão incorretos e, talvez mesmo, tão pouco honestos”, escreveu. E, mais adiante: “Quando um artesão ganhava algumas patacas, descansava até que acabassem. Eles mal possuíam as

ferramentas necessárias ao seu trabalho, e quase nunca dispunham de material. Assim, era preciso fornecer o couro ao sapateiro, o pano ao alfaiate, a madeira ao marceneiro. Eles recebiam dinheiro adiantado para a compra desses materiais, mas quase sempre o gastavam com outras coisas e o trabalho não era feito, ou era entregue depois de longo prazo. Se alguém precisava encomendar qualquer coisa a um artesão, teria de fazê-lo com grande antecipação. Suponhamos, por exemplo, que se tratasse de um trabalho de marcenaria. Antes de tudo, era necessário recorrer aos amigos para se conseguir, na mata, a madeira para a obra. Em seguida, era preciso ir centenas de vezes à casa do marceneiro, pressionando-o e ameaçando-o. E, no final, muitas vezes não se conseguia nada."[23]

Saint-Hilaire conheceu em São Paulo um homem que, quando precisava de um par de sapatos, encomendava-o simultaneamente a vários sapateiros. Se tivesse sorte, pelo menos um executaria a encomenda. Depois de muito procurar, o francês enfim encontrou um marceneiro que lhe prometeu fazer as canastras. Dias depois, o mesmo profissional avisou que tinha desistido de executar o trabalho. Mas como!? Saint-Hilaire irritou-se, e tratou o outro asperamente. A reação foi nenhuma. Os "brasileiros das classes inferiores", segundo nosso autor, costumavam "ouvir, sorrindo, as verdades mais mortificantes, quando ditas por um superior, mantendo absolutamente inalterada sua conduta". Nesse mesmo dia ele foi ao palácio, e comentou com o governador que não encontrava profissional que lhe fizesse as canastras. "Como?", reagiu Oyenhausen. "O senhor está no Brasil há mais de três anos, e ainda não aprendeu como deve agir aqui? O senhor devia ter-me procurado." Ato contínuo, Oyenhausen convocou um auxiliar e ordenou-lhe que fosse à casa de um certo marceneiro. O auxiliar devia dizer ao profissional que ele seria bem pago, e que lhe seria adiantada a metade do pagamento. A outra metade, só com a entrega da encomenda. E, enquanto ela era executada — o governador sabia com quem lidava —, um soldado ficaria postado à porta do profissional. O soldado funcionaria como um "sinal de alarme", escreve Saint-Hilaire, a advertir: "Se não trabalhares, irás para a cadeia." Conservador, mas sensível, e ainda por cima dividido entre os princípios e as realidades práticas da vida, o francês comenta: "João Carlos de Oyenhausen conduziu-se, nessas circunstâncias, com um despotismo que repugna a nós, europeus, e que eu jamais poderia justificar inteiramente. Contudo, quando a preguiça se tornou um vício generalizado, não será necessário que a autoridade use de uma certa energia para combatê-la?" O fato é que ele obteve suas canastras, e pôde, enfim, partir. Adeus, ilustre e dedicado

Saint-Hilaire.[24]



XVIII

“Imperial Cidade”

Um terceiro viajante vem chegando. Estamos agora em agosto de 1822, e quem vem lá é um jovem, um rapazola, se poderia dizer, se ele não se ofendesse com isso — ele se ofende —, de 24 anos incompletos. O caminho pelo qual chega não é nem o de Santos, como Mawe, nem o de Jundiaí, como Saint-Hilaire. Este terceiro viajante vem do Rio de Janeiro, e tão animado se mostra, tão cheio de si e de juvenil energia que, na estrada, numa das vezes que teve de atravessar o rio Paraíba, em vez de tomar a balsa que o conduziria à outra margem, esporeou o cavalo e meteu-se com estrépito água adentro, deixando-se molhar até a cintura. Já se vê que o rapazola — perdão, o jovem — tem espírito esportivo. É na verdade exímio cavaleiro e apreciador da vida ao ar livre. Mas é também um jovem mimado e prepotente, e assim, ao chegar ao outro lado do rio, escolheu, entre os acompanhantes, um que tivesse o mesmo tamanho e ordenou-lhe que trocasse de calças com ele. O outro que suportasse o desconforto de seguir viagem com a calça molhada.[1] O viajante de que agora nos ocupamos, se o leitor não descobriu ainda, é um portuguesinho de nascimento, criado no Rio, de nome Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon. Ele passará para a História como D. Pedro I. Faz parte dos paradoxos da realeza, diga-se de passagem, que os reis nasçam com nomes tão compridos para depois desperdiçá-los todos, e ser identificados por um simples nome único. De todo modo, no momento este ainda não é rei. Está a poucos dias de ser, mas ainda não é. É príncipe regente, cargo no qual foi entronizado pelo pai, D. João VI, quando este foi embora para Portugal, em abril do ano anterior.

O príncipe regente iniciara a viagem a São Paulo no dia 14 de agosto. Com ele vinham cinco auxiliares, entre os quais Francisco Gomes da Silva, de apelido o Chalaça, pau para toda obra, dos negócios de Estado aos de alcova, e um alferes de 23 anos, nascido em São Paulo, filho e irmão de outros militares, Francisco

de Castro Canto e Melo. No caminho, a cada pousada, e foram muitas, pelas vilas do vale do Paraíba — Areias, Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Jacareí —, a comitiva fora engrossada por mais aderentes, filhos ilustres dos fazendeiros locais. No décimo dia de viagem, 24 de agosto, chegaram ao arrabalde da Penha, de onde se tem uma vista de São Paulo, lá longe, com as pontas das torres das igrejas recortando-se contra o céu. Ali acamparam. Era preciso cautela, antes de ingressar na cidade. São Paulo vivia dias de desassossego. Por isso mesmo é que o príncipe se abalara a visitá-la, numa missão política que tinha por fim pacificá-la e consolidar o seu poder. Naquela noite, D. Pedro mandou o Chalaça e o alferes Canto e Melo numa missão precursora, para tomar o pulso do ambiente. Informado, pelos emissários, da "perfeita quietação" da cidade, ouviu missa, no dia seguinte, na igrejinha da Penha, e em seguida pôs-se a caminho.[2]

Para entender a missão que trazia o príncipe a São Paulo é necessário recuar até junho do ano anterior. Por efeito da chamada Revolução Constitucionalista do Porto, que exigiu a volta de D. João VI ao mesmo tempo em que impunha a Portugal a primeira Constituição de sua história, eis o mundo lusitano, daquém e dalém-mar, em polvorosa. No Brasil, ao entusiasmo das elites pensantes pelos anseios de liberdade individual e justiça, somava-se a reivindicação de autonomia administrativa. As ideias da época tinham, em São Paulo, sua síntese e melhor expressão na figura nunca assaz louvada de José Bonifácio de Andrada e Silva, o futuro Patriarca da Independência, o mais inteligente, lúcido e preparado brasileiro do tempo. José Bonifácio estava de volta ao Brasil desde 1819, depois de 36 anos na Europa, período em que angariou reputação continental como cientista, especializado em mineralogia, e humanista. Ao voltar, instalara-se primeiro na cidade natal, Santos, para depois transferir-se a São Paulo. Era já um senhor de 58 anos, nesse ano de 1821 que nos interessa, e morava na sede de uma antiga fazenda dos jesuítas que, situada além Tietê, e abrigando uma capela devotada a Sant'Ana, acabaria dando origem ao bairro que tomou esse mesmo nome.[3] O grande Andrada tornou-se, junto aos amigos e discípulos, um catalisador das ideias liberais. Sua influência era crescente. E assim foi que, em junho de 1821, coube-lhe a cabeça de um movimento conspiratório, unindo os membros do Senado da Câmara e os chefes das guarnições militares. A ideia era formar, em São Paulo, um governo provisório nos moldes preconizados pelo movimento constitucionalista português. Ao amanhecer do dia 23 de junho, tocou o sino da Câmara, no largo de São Gonçalo. Era o sinal convencionado para reunirem-se no local o povo e a tropa,

vale dizer, os civis grados da cidade, os chefes militares, à testa dos respectivos contingentes, e quem mais quisesse aderir. Já estavam fechados com o movimento os membros da Câmara e os chefes dos três regimentos baseados na cidade — os de caçadores, de milícias e de cavalaria.

Aos poucos o largo foi-se enchendo de gente — gente fardada, principalmente. Era um "*pronunciamiento*" de estilo ibérico, gênero que tanta escola faria, no país, daí em diante. São Paulo voltava aos velhos costumes de agitação insubordinada. Mas com a diferença de que, desta vez, havia ideias e ideais a defender. Os chefes militares reivindicaram a formação do governo provisório que os conspiradores tinham em mente, com José Bonifácio à testa. Foram buscar o futuro Patriarca, que adentrou em glória o recinto da Câmara. "Senhores, sou muito sensível à honra que me fazeis, elegendo-me presidente do governo provisório que pretendeis instalar", disse ele. "Pela felicidade de minha pátria farei os mais custosos sacrifícios, até derramar a última gota de meu sangue." Em seguida, no entanto, esclareceu que, a seu ver, a eleição só podia ser feita por aclamação unânime, e então propôs o seguinte método: ele, José Bonifácio, iria à janela, diria os nomes que lhe pareciam dignos de figurar no governo, e o povo, na praça, os aprovaria ou reprovaria. Assim foi feito. Da janela, ele declinava seus candidatos aos diversos postos, sempre aprovados pela multidão. Para a chefia do governo, porém, não propôs o próprio nome, como se esperava e havia sido combinado. Sugeriu que continuasse no posto exatamente aquele que, em tese, seria o principal prejudicado — o atual governador, João Carlos de Oyenhausen, aquele mesmo que um ano e pouco antes recebera Saint-Hilaire com tantas atenções. José Bonifácio adotava aí estratégia similar à que, meses depois, o levaria a articular a Independência, conservando no trono o príncipe português. Era, como nenhum outro, um homem do avanço — propugnava pela abolição da escravidão, sem a qual não via futuro para o país, pela industrialização e pela fundação de uma universidade, centrada numa faculdade de filosofia. Ao mesmo tempo, porém, era chegado às costuras políticas, como expediente para evitar os trancos arriscados no caminho a que se propunha. "Senhores, este deve ser o dia da reconciliação geral entre todos", justificou. "Desapareçam ódios, inimizades e paixões." A multidão concordou, desde que José Bonifácio aceitasse o cargo de vice-governador. Ele aceitou — e o resto foi festa.

Do largo de São Gonçalo os amotinados saíram em passeata, a banda do Batalhão de Caçadores tocando à frente, e outra banda, do Primeiro Regimento de Milícias, fechando o cortejo. Rumaram até o palácio, no pátio do Colégio,

para comunicar a decisão a Oyenhausen. Este aceitou sua nova investidura — que remédio? —, apesar do desprestígio e do rebaixamento que significava governar, a partir de agora, dentro de um quadro constitucional. O ato seguinte foi um *Te Deum* na catedral. O *Te Deum* sempre fazia parte do roteiro, em ocasiões como essa. À noite — outra inevitável parte do roteiro —, a cidade iluminou-se das lamparinas de cera ou azeite de mamona. E terminou-se — outro evento obrigatório — com uma noite de gala no teatro. O teatro era o lugar por excelência das comemorações cívicas, mesmo um teatro modesto — que fazer, se não havia outro? —, como o Teatro de Ópera do pátio do Colégio. Representava-se a peça do dia e, de permeio, presentes os protagonistas da cena política, ou pelo menos os protagonistas do lado vencedor, davam-se vivas e faziam-se proclamas. Naquela noite, a alturas tantas, exibiu-se um retrato de Sua Majestade o rei D. João VI, e o entusiasmo foi ao auge. Tenha-se em mente que o que se procurava era um constitucionalismo de mãos dadas com a monarquia vigente. Não estava na pauta a destituição do monarca nem, por enquanto, no caso brasileiro, a Independência.[4]

Isso tudo, lembre-se, ocorreu em junho de 1821, dez meses antes da viagem do príncipe D. Pedro. Se o movimento paulista não objetivava contestar a legitimidade do rei D. João VI, muito menos o fazia com relação ao príncipe regente. Pelo contrário, era um movimento a favor do príncipe, empenhado em consolidar-se como governante do Brasil a despeito das determinações da Constituinte do Porto, que, ao mesmo tempo em que propugnava pelas liberdades em Portugal, defendia o restabelecimento pleno do estatuto colonial do Brasil, cujos destinos voltariam a ser decididos em Lisboa. D. Pedro recebeu a notícia da formação do governo provisório paulista como homenagem e, a partir daí, iria estreitar seus laços com José Bonifácio. Ocorre que esse governo, desde o princípio, baseava-se num precário acerto. O governador de fato era o vice, José Bonifácio. Oyenhausen sentia-se desconfortável com a situação. A ele juntavam-se os descontentes com o que consideravam a prepotência dos Andradas — não só José Bonifácio, mas também seus irmãos Martim Francisco, secretário do Interior e Fazenda do novo governo, e Antônio Carlos. Ainda naquele mês de junho, estourou em Santos um motim do 1º Batalhão de Caçadores, ali aquartelado. Motivada pela falta de pagamento do soldo, a soldadesca apossou-se dos arsenais de armas, libertou os presos da cadeia e tomou a cidade de assalto, ameaçando, roubando, saqueando e sequestrando. Enfim debelada a rebelião, sete dos cabeças foram condenados à morte. Cinco deles foram executados a bordo de um brigue da Marinha, em Santos mesmo.

Outros dois, Francisco José das Chagas, o Chaguinhas, nome pelo qual foi tristemente celebrizado, e Joaquim José Conditiba, por serem naturais da capital, foram trazidos serra acima, para aqui serem passados pela forca.

O episódio do Chaguinhas vale um desvio, não só por sua influência no contexto político sob nossa atenção, como também pela sombra macabra que projetou sobre a memória da cidade, por décadas a fio. A forca, assim como o pelourinho, tiveram diversas localizações em São Paulo. As últimas, que são as do período em que nos encontramos, são, respectivamente, nos locais que futuramente serão chamados de largo Sete de Setembro e largo da Liberdade. Tais logradouros chamavam-se, como não poderia deixar de ser, largo do Pelourinho e largo da Forca. Consciente ou inconscientemente, nomes evocativos de valores altamente positivos, como Sete de Setembro e Liberdade, vieram como que resgatar, pela retórica, a infâmia do castigo e do suplício antes associados aos mesmos lugares, assim como, em Paris, se se quer esticar o assunto e transformá-lo numa teoria geral da salvação das antigas indignidades da História pela mudança dos nomes dos logradouros, o nome de praça da Concórdia pretendeu apagar a má lembrança associada ao local onde a Revolução Francesa guilhotinava os inimigos. Para o largo da Forca foi levado o Chaguinhas no dia 20 de setembro de 1821, e então, na hora da execução, sucederam-se os incidentes que conferem ao episódio sua característica tétrica. Primeiro, rompeu-se a corda que suspendia o condenado pelo pescoço. Mandou-se então trazer, de um açougue próximo, uma tira de couro. Em vão. O couro também acabou por se romper, ao peso do condenado. A numerosa assistência passou a interpretar o ocorrido como signo divino. Pediu-se a suspensão da pena ao governo provisório, enquanto se clamaria por clemência ao príncipe regente. Tais reclamos não foram atendidos. Providenciou-se então nova tira de couro, e então, sim, conseguiu-se levar a cabo a execução.

Ou não? O padre Antônio Diogo Feijó, futuro regente do Império, sustenta que não. Feijó tinha se abalado de sua casa, no número 11 da rua da Freira — a rua que, em homenagem ao morador ilustre, um dia iria chamar-se Senador Feijó —, até o largo da Forca, para assistir ao espetáculo. “A curiosidade chamou-me àquele lugar”, contaria, numa sessão da Câmara dos Deputados, anos depois. Segundo Feijó, nenhuma corda foi capaz de liquidar o Chaguinhas. “O miserável caiu ainda semivivo, e já em terra foi acabado de assassinar”, contou, sem pormenorizar, no entanto, de que forma se teria procedido a esse acabamento. O fato é que, dadas as circunstâncias de sua morte, o Chaguinhas virou mito na cidade. Já vimos que, antes, o enforcamento de outro personagem, o Caetaninho

— por coincidência, outro que era conhecido pelo nome diminutivo —, causara consternação na cidade. O Chaguinhas, por causa das circunstâncias que lhe cercaram a execução, causou muito mais. Numerosas lendas espalharam-se a seu respeito, e ele acabou virando objeto de culto. Levantou-se uma cruz, ali no largo da Forca, e a seu lado foi ajeitada uma mesa, sobre a qual se acendiam velas. Dizia-se que, por mais forte que soprasse o vento, as velas não se apagavam. Juntava gente para rezar e, anualmente, fazia-se uma festa em honra do cultuado. O local passou a ser conhecido por Santa Cruz dos Enforcados, origem, já na virada do século XIX para o XX, da igreja de Santa Cruz dos Enforcados, que, no mesmo local, continuou o antigo culto, com o mesmo hábito de permanentemente manter as chamas nas velas.[5]

O episódio do Chaguinhas, se não foi decisivo, teve o efeito de solapar o prestígio do governo provisório. As censuras recaíram, em especial, sobre Martim Francisco, a quem, como secretário do Interior, teria cabido adiar o enforcamento, se os reclamos do público fossem atendidos. De quebra, respingaram também sobre José Bonifácio. A mobilização dos inimigos dos Andradas, Oyenhausen à frente, mas também outros notáveis, como o ouvidor da comarca, José da Costa Carvalho, acelerou-se. Em janeiro de 1822, D. Pedro nomeou José Bonifácio ministro dos Negócios do Reino e dos Estrangeiros. O mais velho dos Andradas ia agora, no Rio de Janeiro, atuar em nível nacional. Nem por isso descurava da terra de origem, e continuando as hostilidades entre os dois grupos, mal e mal ajuntados no governo paulista, acabou D. Pedro, por influência de José Bonifácio, destituindo Oyenhausen do cargo de governador, e ordenando-lhe que se recolhesse ao Rio. Tal fato resultou no rumoroso episódio seguinte, desencadeado às quatro da tarde do 23 de maio de 1822, quando a guarnição da cidade de novo se declarou rebelada. Tinha início a chamada “Bernarda de Francisco Inácio” — “bernarda” por ser sinônimo de rebelião, e “de Francisco Inácio” por causa do nome de seu comandante militar, o coronel Francisco Inácio de Sousa Queirós. Este coronel Francisco Inácio, nascido em São Paulo, tinha um passado de bons serviços ao reino. Participara das campanhas antinapoleônicas na península Ibérica. Agora, acumulava as funções militares — era comandante do Regimento de Milícias, o que equivalia a chefiar a polícia — com a atividade de comerciante, dono que era de uma loja de fazendas na rua Direita. Diga-se de passagem que o ouvidor Costa Carvalho, outro destacado chefe da bernarda, também acumulava, no caso, a função judicial com a atividade de comerciante, que exercia também com loja de fazendas, na rua do Ouvidor, a futura José Bonifácio. Os “bernardistas”

invadiram com violência o recinto da Câmara e anunciaram suas exigências: a permanência de Oyenhausen como chefe do governo e a simultânea destituição de Martim Francisco e de outro membro do governo, brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão. Oyenhausen aceitou ficar, até reexame da questão pelo príncipe regente. Os outros dois foram destituídos, sob a força das armas. Francisco Inácio, na qualidade de chefe de polícia, comandou a perseguição dos andradistas, que passaram a ter as casas invadidas e revistadas, quando não eram presos. O brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e seu cunhado Eleutério da Silva Prado foram detidos por uma patrulha quando caminhavam pela cidade. A acusação contra o primeiro era de que portava uma pistola. Contra o segundo, a de que andava com alguém que portava uma pistola.[6]

Era esta a situação que vigorava em São Paulo, em virtual estado de rebelião, quando, no mês de agosto, D. Pedro empreendeu a viagem à cidade. O que o trazia era o imperativo de pôr ordem na casa. Ele precisava ter São Paulo consigo, e isso significava tê-la nas mãos do partido andradista. Ainda a caminho, em Lorena, assinou decreto dissolvendo o governo provisório paulista. Já na Penha, ordenou que os membros da Câmara fossem recebê-lo às portas da cidade, ao meio-dia do dia seguinte, mas "só aqueles vereadores que legalmente serviam antes da desordem do dia 23 de maio". Ao pôr-se a caminho, bastaram poucos passos para o príncipe regente sentir que trafegava por território mais do que amigo. O povo o aclamava e formava alas ao longo da estrada, a via já nossa conhecida que no futuro será a avenida Rangel Pestana, rasgada entre as várzeas que se interpunham entre a Penha e São Paulo. Ao término de 12 quilômetros, D. Pedro chegou à ponte chamada do Ferrão, assim denominada por causa da conhecida chácara do Ferrão, situada ali junto, na entrada do Brás. Vencido, nesse ponto, o Tamanduateí, o príncipe galgou a ladeira do Carmo, onde morava o bispo, em frente de cuja casa encontrou o primeiro dos arcos de triunfo armados em sua honra. Começava a recepção oficial ao visitante, o mais ilustre a jamais pisar por estas bandas. Os vereadores haviam saído da Câmara conduzindo o pálio, estampado com o estandarte real, com que haveriam de cobrir o recém-chegado. Agora, o esperavam naquele mesmo ponto da ladeira do Carmo. O príncipe apeou, sob o arco, pôs-se debaixo do pálio, e assim o cortejo avançou em direção à Sé. Vivas e aclamações acompanhavam-no a cada passo. Na Sé, rezou-se um *Te Deum*. Naquela noite, as casas se enfeitaram com luminárias nas fachadas. No dia seguinte, no palácio do pátio do Colégio, encenou-se esse mais típico dos atos da monarquia portuguesa que era o beija-mão, concedido — sim, "concedia-se" o beija-mão — "à Câmara em primeiro

lugar e depois às mais autoridades". Em nome dos vereadores, discursou Manuel Joaquim de Ornelas, escolhido para esse papel, segundo a respectiva ata da Câmara, "por ter suficiência para falar". "Alegra-te, Pauliceia!, exalta de prazer, despe as enlutadas roupas em que te envolveste quando, trespassada da maior dor, viste rompida a tranquilidade em que vivias", começou o orador. O príncipe D. Pedro, para ele, era "o astro luminoso que, raiando no nosso horizonte, veio dissipar para sempre, com seus brilhantes raios, as negras e espessas sombras que o cobriam". Ao terminar, Ornelas levantou vivas "à religião católica, às futuras cortes do Brasil, a El-Rei constitucional, o sr. D. João VI, ao príncipe real e à sua sereníssima, augusta e querida esposa, à família real e a toda a casa de Bragança, à união e tranquilidade" e, enfim, aos "honrados portugueses de ambos os hemisférios!".[7]

Nos dias seguintes, afluiriam ao palácio delegações de vilas do interior — Itu, Campinas, Sorocaba. O capitão-mor de Itu, o septuagenário Vicente da Costa Taques Góis e Aranha, fez figura especial. Caprichou na indumentária, e veio metido numa velha farda, composta de casacão vermelho-sangue e camisa de babados. Na cabeça trazia uma cabeleira de rabicho e um chapéu preto de duas pontas, com galões de ouro. À cinta, uma espada antiga. Era uma figura de outro tempo, um espantalho vestido no rigor da moda de 50 anos antes, e "tão alegre e prazenteiro" encontrava-se o príncipe, naqueles dias, segundo anotações de um de seus auxiliares — o tenente Francisco Canto e Melo — que se pôs a brincar e fazer perguntas jocosas ao exótico personagem, pontuadas por gargalhadas. Foi muito divertido para o príncipe, mas não para o velho capitão, cuja farda a partir desse momento passou a doer-lhe com a ferida da humilhação. Tão constrangedora acabou se revelando a cena, que D. Pedro, arrependido, chamou de volta o magoado senhor, agora culminando-o de gentilezas, e terminando por compensá-lo com as condecorações do Cruzeiro e de Cristo. Quanto à missão política que o trouxera a São Paulo, nada mais fácil de resolver. Oyenhausen, o governador deposto, a essa altura já estava recolhido ao Rio de Janeiro, conforme ordenara o príncipe. Duas dezenas de outros participantes da "bernarda" mereceram a mesma pena de deportação. Seu chefe militar, o coronel Francisco Inácio, teve a audácia de aparecer no palácio, para homenagear o príncipe, mas este, ao vê-lo aproximar-se, e quando ele já se ajeitava à postura do beija-mão, fez cara de zangado, negou-lhe o cumprimento e ordenou que, também ele, seguisse de imediato para o Rio. Para culminar as ações de repúdio aos bernardistas, o príncipe aceitou hospedar-se nas casas de dois dos principais desafetos deles. Um era o brigadeiro Jordão, aquele mesmo que havia sido preso

por portar uma pistola. O outro era Antônio Prado, o futuro barão de Iguape, sobrinho de Jordão. Moravam ambos em sobrados que davam face um para o outro, na esquina das ruas de São Bento e Direita. D. Pedro acomodou-se ora num, outra noutro.[8]

Já que estava tudo resolvido, sob o ponto de vista político, que fazer? Uma opção era passear. Eis então que, uma vez, numa das estreitas ruas da cidade, nosso príncipe, vindo a cavalo, cruza com formosa dama, que vinha numa cadeirinha, carregada por um negro à frente e outro atrás. D. Pedro, como se sabe, era um femeeiro de primeira ordem, um tipo permanentemente abrasado pelo desassossego sexual. Apeou-se do cavalo, à vista da dama, e cumprimentou-a, elogiando-lhe a beleza. Iniciaram então um diálogo que, prometendo durar, fez com que os negros tirassem uns momentos de folga, baixando a cadeirinha. A certa altura o príncipe, desinibido que era, levantou ele próprio a cadeirinha, ordenando a um guarda de sua escolta que segurasse na outra ponta. “Como Vossa Alteza é forte”, disse a dama. E o príncipe, galante, dispondo-se desde logo a servi-la a vida toda, e apontando para os escravos: “Nunca mais Vossa Excelência terá negrinhos como estes.” A dama em questão não é outra senão aquela que levará a fúria erótica do príncipe a suas culminâncias, ao longo de um relacionamento que durou anos, entristeceu de morte a legítima esposa, D. Leopoldina, e escandalizou o país pela maneira desavergonhada com que se exibia — Domitila de Castro Canto e Melo, a quem o homem que naquele dia segurou-lhe a cadeirinha faria marquesa de Santos. Jamais o Brasil conheceu, da parte de um seu governante, um escândalo romântico de tal porte. Mas teria o encontro se dado da forma como descrita? Esta é uma das versões a respeito. A outra é mais prosaica e mais pragmática. Domitila, um ano mais velha do que o príncipe, com 24 anos, portanto, já era àquela altura, e seria quase sempre, uma mulher de vida complicada. Naquela época estava envolvida em processo de divórcio com o primeiro marido, o mineiro Felício Pinto Coelho de Mendonça, com quem nutrira relacionamento tão tormentoso que acabou em facadas desferidas pelo marido contra a mulher. Domitila — esta a versão prosaica e pragmática do encontro com o príncipe — teria ido procurar o real visitante para pedir-lhe o apoio nos pleitos contra o ex-marido. Ela era irmã do alferes Francisco de Canto e Melo, aquele mesmo que desde o Rio de Janeiro vinha acompanhando a comitiva de D. Pedro, não o largou durante a permanência em São Paulo e ainda tomou notas da visita, como a que registrou para a posteridade o caso da exótica figura do capitão de Itu. Não faltaria à futura marquesa, portanto, pistolão para aproximar-se do príncipe.[9]

Figura 29



A marquesa de Santos, em óleo de Francisco Pedro do Amaral.

Filha de João de Castro Canto e Melo, nascido nos Açores, militar de carreira, com leais serviços prestados à Coroa, e força física que lhe valeu o apelido de "Quebra Vinténs", Domitila nascera em São Paulo.[10] A mãe era Escolástica Bonifácia de Toledo Ribas, de família que se embricava com as dos bandeirantes, e só esses prenomes já dizem tudo da época — era um tempo em que as mulheres não só se chamavam Escolástica, mas também Bonifácia. Quanto a Domitila, seria a "Titília", nas cartas carinhosas de D. Pedro. O romance consumou-se, segundo registra a carta de D. Pedro à marquesa datada de 31 de agosto de 1828, no dia 29 de agosto de 1822 — cinco dias depois da entrada do príncipe na cidade. Na referida carta, o missivista afirma que foi nesse dia que "nos ajuntamos pela primeira vez", e não se estranhem os termos. O homem lançava mão mesmo, nas cartas à amada, de expressões e recursos de fazer corar os frequentadores noturnos da rua das Casinhas. Só para dar uma ideia, vivia brindando Domitila com menções à "tua coisa", como dizia — na verdade uma "coisa" dele, inseparável do próprio corpo, e situada entre as pernas. Numa ocasião, enviou-lhe de lembrança um punhado dos próprios pelos pubianos.[11] Domitila, naquele ano mesmo de 1822, três meses depois de ter conhecido o amante, mudaria para o Rio, para ficar perto dele, e com ela iria toda a família, não só o pai e os irmãos e irmãs, como cunhados, cunhadas, tios e tias, todos aquinhoados com empregos, alguns com títulos nobiliárquicos, numa demonstração de favoritismo e nepotismo raras vezes vista sob o Cruzeiro do Sul. Domitila influenciou D. Pedro em muitos aspectos, na linguagem inclusive, como é próprio dos casais. Ele usa nas cartas termos como "mecê", por vossa mercê, e "despois". Segundo o comentador da correspondência entre ambos, o escritor Alberto Rangel, D. Pedro demonstraria com isso estar contagiado pelo falar caipira da amada — o que nos diz algo do modo de falar de São Paulo, à época.[12]

No dia 5 de setembro partiu D. Pedro para curta viagem a Santos. Acompanhado do séquito que o acolitava desde o Rio de Janeiro, mais seu hospedeiro em São Paulo, o brigadeiro Jordão, inspecionou as instalações militares locais e aproveitou para, numa manifestação de apreço aos mais importantes integrantes de sua assessoria política, visitar os membros da família Andrada ali residentes. Segundo alguns rumores, também Domitila o acompanhou na viagem, mas são apenas rumores. No dia 7 empreendeu a subida de volta a São Paulo, num estado incômodo: um problema intestinal obrigava-o a parar a cada passo do caminho "para prover-se", segundo expressão de um dos membros da comitiva.[13] D. Pedro vinha numa mula, montaria mais indicada para a jornada, como sabemos desde Mawe, do que cavalo. Nas proximidades do riacho do Ipiranga, ou Piranga, nos subúrbios de São Paulo, cruzou com dois emissários que, vindo do Rio a toda velocidade, traziam a última correspondência de Portugal. Eram quatro e meia da tarde, e pela pressa e agitação dos emissários já se adivinhava que o assunto era urgente e as notícias, provavelmente, desagradáveis. As cartas informavam que, por decisão das Cortes, como se chamava o Parlamento instituído pela Constituinte do Porto, D. Pedro deixava de ser regente autônomo, para ser um delegado dessas mesmas Cortes. Sua jurisdição, além disso, não se exerceria senão sobre as províncias cujos governos já reconheciam efetivamente sua autoridade, casos, além de São Paulo, de Rio de Janeiro e Minas Gerais. As demais teriam outros delegados, e todas se reportariam a Lisboa, a quem caberiam as decisões últimas. Junto às cartas de Portugal vinha um comentário a elas, da lavra de José Bonifácio: "Senhor, o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha Vossa Alteza Real quanto antes e decida-se, porque irresoluções e medidas d'água morna, à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem, e um momento perdido é uma desgraça."[14] O padre Belchior Ribeiro, membro da comitiva que leu as cartas para o príncipe, conta que, terminada a leitura, este arrancou-lhe os papéis da mão e jogou-os ao chão, pisando neles com fúria. Em seguida recolheu-se à margem do rio para "quebrar o corpo", como relatou o padre, lançando mão de outro eufemismo para descrever-lhe os incômodos intestinais. Voltando para junto dos outros, e enquanto abotoava e compunha a farda, D. Pedro confabulou brevemente com os membros da comitiva, silenciou, andou, parou, e então resolveu: "As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de 'rapazinho' e de 'brasileiro'. Pois verão agora quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero do governo português, e proclamo o Brasil

para sempre separado de Portugal.” Veio minutos depois o grito de “Independência ou Morte”, pronunciado de cima não de um garboso cavalo, como fixaram a iconografia e a estatuária posteriores, mas do muar com que subira a serra — “uma bela besta baia”, segundo o padre Belchior.[15] Encerrado o ato, D. Pedro esporeou o quanto pôde a besta baia, exigindo dela a velocidade máxima para chegar a São Paulo.

Os membros da comitiva encarregaram-se de espalhar pela cidade a notícia do ocorrido. D. Pedro, recolhido ao palácio, desenhou de próprio punho um molde com a legenda “Independência ou Morte” e ordenou que fosse fundido em ouro. Também teve tempo, ele que tinha formação musical e talento, de compor um hino para a ocasião — e às nove da noite, como já sabemos que era de rigor, nessas ocasiões, estavam todos no teatro. O teatrinho de Ópera conheceu então a mais memorável noite de sua modesta existência. Mal D. Pedro entrara e se acomodara em seu camarote, o padre Ildefonso Xavier Ferreira, um dos entusiastas da Independência em São Paulo, postou-se à sua frente e gritou: “Viva o primeiro rei brasileiro!”. O padre Ildefonso, em depoimento posterior, diz que hesitara em dar o grito. Temia que o príncipe, por lealdade ao pai, não aceitasse o título que lhe estava ofertando. No entanto, D. Pedro inclinou-se, anuindo, o que encorajou o padre a repetir o brado por três vezes. Seguiram-se outros brados e vivas. Cantou-se o hino que o príncipe compusera para a ocasião. Um poeta, Aquino e Castro, recitou um poema que, indo além do título de rei, proclamava: “Será logo o Brasil mais do que Roma/Sendo Pedro seu primeiro imperador.” Tudo isso antes, nos intervalos e ao término da peça apresentada naquela noite, *O Convidado de Pedra*, dramalhão inspirado na história de D. Juan. A companhia mambembe que o representou atuava sob as ordens do empresário italiano Zachelli, a quem cabia, contratualmente, levar ao palco quatro peças ao mês, duas inéditas, duas já exibidas. Ao velho pátio do Colégio, agora largo do Palácio, o mesmo lugar onde se iniciara a povoação dos jesuítas, cabia agora, 268 anos, sete meses e 13 dias depois, servir de palco à celebração do nascimento de outra entidade — o país chamado Brasil. A viagem de D. Pedro compensara. Não só resolvera o impasse político que o trouxera, como arrumara um grande amor e, de quebra, fundara uma nação. Podia partir satisfeito. Fez mais: cumpriu o percurso de volta ao Rio em cinco dias, três a menos do que normalmente custava aos experimentados funcionários do serviço de correio, e isso a despeito das tempestades que enfrentou no caminho. No ano seguinte, recompensou a cidade que tão bons momentos lhe proporcionara com o título de “imperial”. O velho lugarejo de serra acima era agora “a imperial

cidade de São Paulo”.[16]



XIX

A Conquista da Inutilidade

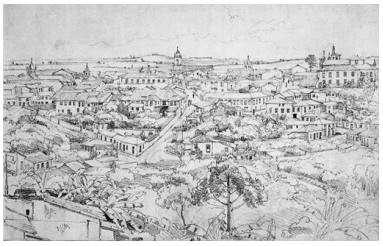
A cidade que D. Pedro I conheceu tinha em seu núcleo central, segundo recenseamento citado por um historiador que se debruçou sobre o período, Afonso A. de Freitas, 6.920 habitantes.[1] O município todo, que compreendia distritos longínquos como São Bernardo ao sul, Cotia a oeste, Guarulhos a nordeste e Juqueri ao norte, além de um largo cinturão rural em torno da colina entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, somava cerca de 25 mil habitantes. O núcleo a que o autor citado se refere, embora ele não o especifique, não devia passar dos limites do centro histórico. Ali, segundo discriminação por profissão, havia sete médicos e cirurgiões, três boticários, dois advogados e nove professores, sendo três de gramática, um de retórica, um de filosofia, um de teologia dogmática e três de primeiras letras. Entre as mulheres, contavam-se 92 costureiras e 48 rendeiras, números consideráveis — mas, se não fossem costureiras e rendeiras, que mais poderiam ser as mulheres? Bem, poderiam ser padeiras, como sabemos, e havia quatro delas. E havia também mulheres entre os 33 trabalhadores agrupados como “tecelões e fiandeiras de algodão”. Entre os comerciantes, contavam-se 46 de “fazendas secas”, 45 de “molhadas” e um de “fazendas secas e molhadas”. Entre os artesãos, aqueles mesmos que levaram Saint-Hilaire ao desespero, havia 24 carpinteiros, 21 alfaiates, 15 ferreiros e ferradores, vinte sapateiros, oito ourives, dez marceneiros, oito seleiros, cinco pintores, quatro pedreiros, três seringueiros, três relojoeiros e dois latoeiros. Havia apenas um fogueteiro, que é o profissional que faz fogos de artifício, e igualmente um funileiro, um tanoeiro, um caldeireiro, um refinador de açúcar, um coronheiro — o profissional que faz coronhas de espingardas — e um vendilhão, nome que na época se dava ao vendedor ambulante, e cuja quantidade, na cidade, causa espanto: apenas um.[2] Será? Na verdade, o censo oferece algumas dificuldades. Onde estão, nele, as quitandeiras que Saint-Hilaire descreve sentadas umas ao lado das outras, na rua da Quitanda? Foram omitidas?

Estariam classificadas como comerciantes de fazendas molhadas? Ou não se incluiriam na conta por habitar áreas periféricas? Em todo caso, para prosseguir na relação dos ofícios, havia um barbeiro que, ao mesmo tempo, fazia as vezes de sineiro da Sé, e dois proprietários de casas de bilhar, sendo que de um deles podemos mesmo adiantar o nome — Antônio José Pereira dos Santos. A casa do Pereira, onde a população — masculina, evidentemente — ensaiava as primeiras tacadas, ficava na rua do Comércio, a futura Álvares Penteado. Havia ainda cinco músicos e três violeiros, não se sabe por que cargas d'água contados os primeiros à parte dos segundos. Quanto a profissões voltadas à atividade rural, o recenseamento discriminava 57 lavradores, oito tropeiros e três pescadores.[3] Invertera-se, a essa altura, a tendência de as pessoas morarem no campo e terem casa na cidade apenas para curtos períodos, como as festas religiosas. Desde fins do século anterior, e mais notadamente a partir dos primeiros anos do século XIX, as pessoas moram na cidade e vão para o sítio ou a chácara — quem tem sítio ou chácara — eventualmente. Na maior parte do tempo, estas propriedades ficam aos cuidados dos caseiros e escravos.[4]

A parte urbanizada da cidade, vale dizer, a mesma colina histórica, era cortada por 38 ruas, dez travessas, sete pátios e seis becos.[5] As ruas se cruzavam todas em ângulos irregulares. Uma exceção oferecia a esquina das ruas de São Bento e Direita, com seus ângulos retos, e exceção tão notável que a esquina foi celebrizada com o nome de Quatro Cantos. Esqueça o leitor a praça do Patriarca, aberta muito depois. A rua Direita avançava até a colina descair rumo ao Anhangabaú, pertencendo a ela o trecho em que ficava — e fica — a igreja de Santo Antônio. Os Quatro Cantos eram lugar tão valorizado que um dos arcos festivos com que se costumava recepcionar governadores ou bispos que vinham tomar posse de seus cargos se armava obrigatoriamente ali.[6] Era também ali, como vimos, que ficavam os sobrados do brigadeiro Jordão e de Antônio Prado, onde D. Pedro ficou hospedado. Também havia nessa esquina um oratório, aqueles pequenos altares que, incrustados nos prédios, serviam de foco para celebrações religiosas ao ar livre. O dos Quatro Cantos era o oratório de Santo Antônio. Nesse local, todas as tardes, o terço era puxado por um escravo, o mulato Lauriano, pertencente ao serviço do brigadeiro José Vaz de Carvalho. Havia dois outros oratórios em São Paulo, nesse ano de 1822, um no beco chamado Nossa Senhora da Lapa, situado entre a rua de São Bento e a rua Nova de São José, e outro na mesma rua de São Bento com rua do Comércio. Neste último local, o oratório era o do Bom Jesus, e ali quem puxava o terço era a beata Nhá Bupi.[7] Os Quatro Cantos também abrigavam um dos passos da

Paixão, e dos mais prestigiosos. Os passos, representações, em pintura ou escultura, dos diferentes momentos da Paixão de Cristo, resguardados por portinholas que se abriam apenas uma vez por ano, na procissão do Senhor dos Passos, distribuíam-se por diferentes lugares da cidade, da rua do Carmo ao largo de São Gonçalo. Nos Quatro Cantos, dava-se o momento entre todos solene, nas procissões da Semana Santa, que é o encontro de Jesus e Maria, Jesus carregando a cruz, em direção ao Calvário, Maria em seu momento de maior dor. As imagens de um e outro vinham por caminhos diferentes e ali se encontravam. Era hora de parar e ouvir sermão.[8]

Figura 30



Esta vista geral de São Paulo é a mais ambiciosa feita por Landseer, em desenho a lápis de 1826.

As ruas com mais edificações eram as do Rosário, Direita, do Comércio e de São Bento. A do Rosário tinha 77 casas, 443 moradores e 23 estabelecimentos comerciais. A Direita, 39 casas, 317 moradores e 16 estabelecimentos comerciais. A do Comércio, 31 casas, 208 moradores e vinte estabelecimentos comerciais. A de São Bento, 52 casas, 256 moradores e nove estabelecimentos comerciais.[9] Por essa época — notável avanço — as ruas já possuíam placas indicando seus nomes, e as casas tinham números. Tal providência fora determinada pela Câmara, em 1809, tendo em vista o objetivo muito interesseiro de facilitar o lançamento do imposto predial. Contratou-se por 52 mil-réis um certo Silvestre da Silva, para realizar o serviço.[10] Por essas ruas transitavam cadeirinhas, como aquela em que o príncipe teria encontrado a amada Domitila, e mais raramente os banguês, que eram cadeirinhas cobertas e com cortinas nas janelas, de uso mais costumeiro em viagens. Coche, que é uma carruagem de luxo, só haveria um, na São Paulo de 1822, segundo Afonso de Freitas — o do bispo D. Mateus de Abreu Pereira.[11] D. Mateus, outro notável do período, nasceu em Portugal, em 1742. Em 1822 já era, portanto, octogenário. Quarto bispo de São Paulo, chefiava a diocese desde 1797. Em 1809, publicou uma pastoral contra o “filho da Córsega”, vale dizer, Napoleão Bonaparte, que havia invadido Portugal e provocado a fuga da família real. Bonaparte era, para o bispo, “monstro” e “cão feroz”.[12] Agora, na São Paulo onde haveria de morrer,

em 1824, ele se fazia transportar de coche do sobrado onde morava, uma das construções mais notáveis da cidade, situada na ladeira do Carmo — naquele mesmo ponto onde se armara um arco para recepção do príncipe D. Pedro —, até a chácara que possuía para os lados da Glória. Por três vezes, D. Mateus presidiu governos interinos da província, formados para preencher as vacâncias ocorridas na destituição ou fim de mandato de um governador e a nomeação ou chegada do seguinte. Não foi a única sobrecarga que lhe pesou sobre os ombros. Perto de sua casa, no Carmo, havia um terreno, misto de depósito de lixo e de chiqueiro para os porcos dos vizinhos, onde, vez por outra, os recém-nascidos indesejados eram depositados pelas mães. Quando ouvia choro de bebê, D. Mateus mandava um empregado correr para apanhá-lo. Ao mesmo tempo, da janela mesmo, batizava o recém-nascido, para o caso de o empregado não chegar em tempo e o bebê ser comido pelos porcos. A agonia de socorrer os bebês abandonados, que não era apenas do bispo, mas de moradores que não raro também amanheciam com recém-nascidos depositados às portas, só seria aliviada a partir de 1825, ano em que a Santa Casa de Misericórdia inaugurou sua Roda dos Expostos.[13]

A roda era antiga reivindicação de São Paulo. Num mundo de tantas crianças abandonadas, como era o do Brasil colonial, funcionava como um fiapo de socorro, uma mínima rede de amparo a tal situação. Já descrevemos, em outro capítulo, o mecanismo da engenhoca. Recorramos, para recordar, a outra descrição, agora a de um viajante estrangeiro, o missionário americano Daniel Kidder, que a conheceu no Rio de Janeiro: “Esta roda ocupa o lugar de uma janela dando face para a rua e gira num eixo perpendicular. É dividida em quatro setores por compartimentos triangulares, um dos quais abre sempre para o lado de fora, convidando assim a que dela se aproxime toda mãe que tem tão pouco coração que é capaz de separar-se de seu filho recém-nascido. Para tanto tem apenas de depositar a criança na caixa e, por uma volta da roda, fazê-la passar para dentro, seguindo depois seu caminho, sem ser vista.”[14] A Santa Casa tinha agora seu hospital instalado em outro endereço. Trocara as casas que ocupava na rua Direita pelo casarão que servia de sede à conhecida Chácara dos Ingleses, situada junto ao largo da Glória, mais tarde largo São Paulo e mais tarde ainda largo Almeida Júnior. A chácara era assim chamada porque pertencera ao inglês João Rademaker, de cujos herdeiros foi adquirida pela irmandade da Misericórdia. Do outro lado do largo ficava um pequeno cemitério, o primeiro da cidade, aberto em 1818 e precursor do novo hábito de não mais enterrar os mortos junto às igrejas, ou dentro dela. Na verdade, era um cemitério de indigentes, aqueles que não tinham lugar para cair morto nem nas igrejas.

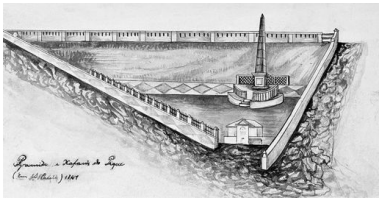
Também se costumava enterrar nesse cemitério, chamado dos Aflitos, os executados na forca, situada ali perto. A Santa Casa e o Cemitério dos Aflitos, um junto ao outro, passavam a constituir um quarteirão da piedade, numa cidade carente dela. A Roda dos Expostos foi inaugurada junto com o novo hospital, passando a ocupar uma janela do andar térreo do casarão.[15]

Não muito longe, deparava-se com outra novidade na cidade — a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Sua localização era a confluência da rua do Carmo com a descida da Tabatinguera. Inaugurado no dia 25 de agosto de 1810, com solene procissão, na qual a irmandade da Boa Morte trouxe as imagens que até então mantivera na igreja do Carmo, o novo templo notabilizou-se desde logo não apenas como edifício religioso, mas como posto de observação, de onde se espreitava a aproximação dos visitantes ilustres esperados na cidade. Explica-se. A igreja, situada numa das beiradas da colina central, mas num ponto ainda elevado, proporcionava, do alto de sua torre, uma boa vista dos caminhos que traziam os viajantes vindos do Rio de Janeiro ou de Santos. Assim, quando se sabia que estava para chegar uma nova autoridade, fosse um novo bispo, fosse o príncipe regente, como agora, punham-se os observadores de sobreaviso para dar, da torre, a notícia da aproximação. Tocavam então os sinos da Boa Morte, em seguida replicados pelos da Sé, do Carmo, de São Gonçalo, de São Francisco ou de São Bento, todos irmanados na tarefa de mobilizar os habitantes para as homenagens e as festas que haveriam de saudar o viajante. Por décadas a fio, a igreja da Boa Morte desempenharia esse papel.[16]

O príncipe D. Pedro viu uma e por pouco não viu outra de duas obras significativas levadas a efeito em São Paulo nas primeiras décadas do século. A que ele viu é o Obelisco do Piques, também conhecido por Pirâmide do Piques. Erguido em 1814, o obelisco teria o propósito, segundo uma versão, de celebrar o encerramento de um dos governos interinos do bispo D. Mateus e, segundo outra, o de comemorar o fim da seca que, naquele ano, castigara a região.[17] Tivesse sido erguido com um ou outro propósito, era para a memória de algo — e assim o largo do Obelisco passou a se chamar da Memória, assim como a ladeira anexa. Milagre dos milagres, o obelisco sobreviveu, numa cidade onde raras edificações sobrevivem, assim como o nome de largo da Memória. Menos surpreendente seria que mesmo um largo com o nome de Memória fosse riscado da trêfega memória da cidade. O obelisco foi construído de acordo com plano do coronel e engenheiro Daniel Pedro Müller e executado pelo mestre de obras português Vicente Gomes Pereira, o “Vicentinho”. O coronel Müller foi um dos conspiradores da Bernarda de Francisco Inácio e por isso também teve de

cumprir, por ordem de D. Pedro I, um período de exílio no Rio. Antes, como autoridade militar do governo provisório, participara da repressão à rebelião em Santos da qual resultou o enforcamento do Chaguinhas. Filho de alemães, nascido no mar e formado em Portugal, Müller esmerava-se por manter em casa prussiana disciplina, a julgar pela ordem que deu às filhas, quando da permanência do príncipe regente na cidade: “A primeira de vocês que sair à rua ou chegar à janela, enquanto D. Pedro estiver em São Paulo, tem de se haver comigo.”[18] Sobretudo, porém, este personagem importa, em nossa história, por se tratar, depois do capitão João da Costa Ferreira, que acompanhou o governador Lorena, do segundo engenheiro a ter papel relevante em obras públicas na cidade. Não por acaso, já que os civis inexistiam, era, também, engenheiro militar. Como já observamos no capítulo sobre Saint-Hilaire, foi Müller quem construiu a arquibancada de onde se assistia aos espetáculos do largo dos Curros. Muito mais significativa, no entanto, é a Pirâmide do Piques, e significativa pelo simples e bom motivo de que, com ela, a cidade ganhou sua primeira obra inútil. Era um monumento. Sua função não dizia respeito a nenhum aspecto prático da vida — e isso quer dizer alguma coisa. Quer dizer que os moradores tiveram a ideia de enfeitar a cidade — e quando se quer enfeitar alguma coisa, é porque se gosta dela. O momento em que se resolve fazer uma obra inútil revela, em se tratando de uma cidade, a resolução de permanecer nela, e por isso mesmo deixá-la nas condições mais agradáveis possíveis. A pirâmide era sinal de que São Paulo deixava de ter a função de mero posto avançado para a conversão dos índios, como sob os jesuítas, ou de plataforma para as arrancadas rumo aos sertões, como na era dos bandeirantes. Tornava-se um pouco menos o mero acampamento que foi para boa parte dos habitantes, até então.

Figura 31



Pirâmide e chafariz do Piques, *aquarela de Miguel Arcanjo Dutra, 1847.*

A outra obra, aquela que D. Pedro não chegou a ver terminada, é o Jardim da Luz, ou melhor, Jardim Botânico, ou ainda Jardim Público, seus nomes primitivos. Não é uma obra inútil como um monumento, porque um jardim — ou parque — serve para o lazer das pessoas. Portanto, nesse aspecto — o da

sublime grandeza das coisas inúteis — significa menos do que a pirâmide. Mas também revela o desejo de tornar o local mais agradável, e nesse ponto é uma obra de espírito similar à outra. Não se iluda o leitor: São Paulo ainda era uma cidadezinha poeirenta e pobre, onde as cobras atravessavam as ruas mal calçadas. Mas as iniciativas da pirâmide e do jardim traduzem um mínimo, minimíssimo cuidado com a aparência. A Luz já era lugar de lazer desde algum tempo. No final do século XVIII, ali se fizeram as chamadas Feiras de Pilatos, um misto de mercado com quermesse, onde se praticava o comércio, mas também se ouvia música e se dançava.[19] Essas feiras tinham esse nome porque foram instituídas pelo governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, por alcunha o "Pilatos". O Pilatos tinha esse nome porque costumava estalar os dedos, tique que se dizia ter sido praticado pelo famoso procônsul romano. O apelido de Pilatos, como se percebe, entra no governador mais ou menos como o Pilatos de verdade entra no Credo — sem muitas credenciais para tanto. Quanto à feira, realizada "da dominga da Santíssima Trindade até a que se lhe segue", serviu para consolidar a vocação da Luz para os passeios e a diversão.[20] Em 1799, o mesmo governador Melo Castro mandou demarcar uma área, no local, e nela instalar-se um jardim botânico. Abriu-se uma subscrição pública para financiar a obra. Mas os trabalhos arrastavam-se ou empacavam. Queixavam-se os responsáveis sobretudo da falta de água. À passagem de D. Pedro pela cidade, ainda caminhavam com a característica preguiça. Enfim, em 1825, o jardim foi aberto ao público.

Outro fenômeno que ocorria em 1822, de máximo significado para a expansão urbana, é que a cidade começava a transbordar, em direção oeste, para além do Anhangabaú. Caminhava em direção à área que já então se apelidou de "Cidade Nova", numa prova da consciência de que ali o tecido urbano teria oportunidade ímpar de crescimento.[21] Mais uma vez, não nos iludamos: a parte propriamente urbanizada ainda se confinava à colina histórica. Mas já despontava a tendência, de tanto alcance, de se expandir para a região situada além do que viriam a ser os viadutos do Chá e de Santa Ifigênia. Ainda que timidamente, São Paulo começava a sair da casca. Convida-se o leitor habituado a passar de um lado ao outro com uns poucos passos sobre viadutos a reciclar-se para imaginar a situação anterior. O Anhangabaú corria lá embaixo, nos fundos de um sulco profundo. Tinha-se de descer uma rampa, mais íngreme do que viria a ser depois, atravessar uma ponte situada lá embaixo, e do outro lado subir rampa tão íngreme quanto a primeira. Assim se procedia, por exemplo, caso se descesse a ladeira do Acu, ou Açu segundo certos autores. Ladeira do Acu era o nome do

trecho inicial daquela que viria a ser a avenida São João, o trecho que começa na praça Antônio Prado, aliás largo do Rosário, na época sob nossa atenção, e desce até a praça do Correio. Lá embaixo, onde viria a ser a praça do Correio, passava o rio, que se atravessava pela ponte também chamada do Acu. Do outro lado, subia-se outra ladeira, a qual, já na parte plana, desembocava na rua chamada de São João Batista. Tal rua de São João Batista, assinalada assim, com o nome do santo por inteiro, nas atas da Câmara do período, estava longe de lembrar a larga e comprida avenida São João em que se transformaria, mas, por estreita que fosse, e ainda periférica, teve papel decisivo na integração da Cidade Nova ao centro histórico.

Por que esse nome de São João Batista? Entre os nomes religiosos das ruas e praças da cidade, ele representa uma exceção. Em geral, tais nomes se explicam pelas igrejas ou conventos existentes nos respectivos locais. Assim, os largos de São Bento, de São Francisco, do Carmo ou do Rosário derivam das respectivas igrejas ou conventos. Já na rua de São João não havia nem nunca houve igreja de São João, nem nas proximidades. Uma hipótese é que tal nome viria do costume, de origem portuguesa, de banhar a imagem de São João Batista na véspera de seu dia, o 24 de junho, evento que se realizava com grande participação popular e que, em São Paulo, teria lugar naquele trecho do Anhangabaú.[22] Adentrando a Cidade Nova pela rua de São João Batista, logo se alcançaria o largo, ou campo, do Zuniga (ou Zunega, ou Zúniga), o nome antigo do largo do Paissandu. O local devia o nome ao sargento-mor Manuel Zuniga (ou Zunega, ou Zúniga), antigo proprietário na área, e costumava receber bom número de frequentadores em função do tanque ali existente, uma das fontes de abastecimento dos habitantes. Outro nome do lugar, na mesma época, era Alagoas, já se imagina que pelos alagamentos provocados pelo tanque. A dois passos dali, um pouco mais à direita de quem vinha pela rua de São João Batista, ficava a igrejinha de Santa Ifigênia. Edificada em 1798, talvez um pouco antes, por iniciativa da Irmandade de Santa Ifigênia e Santo Elesbão, nascida entre membros da comunidade de Nossa Senhora do Rosário, a igrejinha ficava em lugar privilegiado, a cavaleiro do Anhangabaú.[23] Foi o primeiro local de culto religioso a surgir do outro lado do rio, em meio a uma povoação que foi igualmente a primeira a adquirir algum vulto, desse lado da cidade. Santa Ifigênia já era importante, em 1809, para justificar sua independência da paróquia da Sé. Nesse ano, tornou-se ela própria uma paróquia.

Já à esquerda da rua de São João Batista estendia-se uma região ainda mais escassamente habitada. Constituía-se de chácaras, ou, quando não, mato puro.

Podia-se chegar a essa parte, que no futuro abrigaria as ruas 7 de Abril, Barão de Itapetininga e 24 de Maio, caso não se quisesse fazê-lo pelo caminho do Acu, descendo a ladeira que dava continuidade à rua Direita, depois cruzando, lá embaixo, a ponte do Piques, ou do Lorena, como passou a ser chamada ao ser refeita por esse governador, e galgando do outro lado a ladeira também chamada do Piques, a futura rua Quirino de Andrade. Desembocaria esse trajeto numa escarpa de morro quase vertical, por isso mesmo chamada de paredão — era o Paredão do Piques, a futura rua Xavier de Toledo. O morro ali do outro lado, confrontando com a colina histórica, e tendo o Anhangabaú a dividi-los, chamava-se, ou se chamaria um pouco depois, morro do Chá. Para a urbanização dessa região teve papel destacado uma das figuras mais ilustres da São Paulo daquela época, sobre a qual vale demorar — o marechal José Arouche de Toledo Rendon. Nascido em São Paulo em 1756, aos 18 anos foi mandado a Coimbra, onde se formou em leis. Ao voltar, em paralelo ao exercício da advocacia, iniciou carreira militar, junto ao 1º Regimento de Infantaria de Milícias. Era homem rico e de iniciativas. Tinha uma chácara que ia do beco do Mata-Fome, cujo traçado era mais ou menos o da futura rua Araújo, até além do largo que tomaria o seu nome, o largo do Arouche. A sede da chácara ficava na futura rua Santa Isabel, e a ela pertencia toda a área que um dia seria ocupada pela Santa Casa de Misericórdia. Nessa propriedade, o marechal Arouche cultivou chá, a bebida mais popular entre os habitantes da cidade, no período. Chegou a ter 40 mil pés, a partir de uma muda que um amigo surrupiara no Jardim da Alagoa, no Rio de Janeiro — qual seja, o Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas. Logo foi imitado pelos chacareiros vizinhos, inclusive Joaquim José dos Santos Silva, também chamado de cadete Santos, o futuro barão de Itapetininga, cuja propriedade compreendia toda a baixada do Anhangabaú, no trecho onde futuramente seria construído o viaduto do Chá, e avançava até o Curro, a futura praça da República. Já se vê por que a região ganhou o nome de Chá.[24]

O marechal Arouche de Toledo Rendon, homem do século XVIII, usou até a morte, em 1834, uma cabeleira empoada.[25] Se vestisse uma farda antiga, poderia fazer figura parecida com a do capitão de Itu, mas jamais seria objeto das caçoadas de D. Pedro. Era ilustre demais para isso, e por demais devotado à Família Real. Em 1808, coubera-lhe ir ao Rio de Janeiro apresentar a D. João VI as boas-vindas do Senado da Câmara de São Paulo. Em 1821, de novo comissionado pela Câmara, e de novo no Rio, foi apresentar a D. Pedro I o apelo das “tropas, nobreza e povo” de São Paulo para que, ao contrário do que exigiam as Cortes portuguesas, o príncipe ficasse no Brasil. No conflito paulista entre

Oyenhausen e os Andradas, tomou o partido dos Andradas, o partido de D. Pedro.[26] Arouche teve ação significativa também na política municipal. Foi ele quem, ao assumir a direção dos trabalhos de implantação do Jardim da Luz, tirou-os do marasmo e os levou ao final. Antes, por volta de 1810, recebera da Câmara a incumbência de demarcar e arruar a Cidade Nova. A tarefa lhe veio a calhar, por dois motivos. Primeiro porque tinha interesse pessoal nesse trabalho, ele que era um dos principais proprietários e viria a ser dos principais loteadores da região. Depois porque, cada vez menos advogado e cada vez mais militar, aproveitou para demarcar e aplainar uma área para exercícios militares. Num ofício à Câmara, datado de 1811, ele informa que tomou essa iniciativa "por não haver dentro desta cidade nem nos seus subúrbios uma praça em que se possa disciplinar os milicianos por brigadas". Arouche dividiu em duas a área escolhida para tal fim. A parte de cima, chamou-a de praça da Artilharia, e a de baixo, de praça da Legião. Tendo em vista que no local deviam se encenar assaltos simulados e desferir tiros de artilharia, o local devia ser amplo e desimpedido. Foi assim que, somadas a parte de cima e a de baixo, São Paulo ganhou uma praça — o futuro largo do Arouche — muito maior do que os acanhados pátios do centro histórico.[27]



XX

Os Estudantes e os Comedores de Formiga

As capitanias não se chamavam mais capitanias. Desde 1815, quando o Brasil foi equiparado a Portugal, por ato de D. João VI, no assim chamado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, passaram a ser chamadas de províncias. A de São Paulo continuava a abranger aquela que só em 1853 viria a ser a província do Paraná. O governador da província, com a Independência, também mudava de nome. Não seria mais o governador, nem o capitão-general, este um nome que enfatizava a face militar de suas funções. Era agora o presidente, nomeado pelo imperador. Nenhuma modificação ocorrida em decorrência da conquista da Independência foi no entanto tão relevante para a cidade de São Paulo quanto uma decisão que começou a se esboçar na Assembleia Constituinte de 1823 e enfim se concretizou na lei de 11 de agosto de 1827: a criação dos cursos jurídicos no Brasil. A cidade, designada para abrigar um deles, ganhou novo sopro de vida. A Academia de Direito, por modesta que fosse, viria a revitalizar-lhe a economia e trazer algum movimento às ruas. Mais importante que isso, São Paulo, meio sem vocação desde que caducara seu papel de ponto de partida das expedições de conquista dos sertões, ganhava nova atribuição e, em consequência, nova personalidade. Passava a ser centro de estudantes. Isso queria dizer, por um lado, que receberia uma injeção de juventude e, vá lá, embora a palavra seja exagerada, de cosmopolitismo, com a afluência de alunos de diversas partes do país. Por outro — grande novidade, em sua simplória existência —, que passaria a abrigar algum tipo de vida intelectual.

Não foi sem objeções que São Paulo conquistou o direito de abrigar sua Academia. Formulada na Constituinte pelo deputado paulista José Feliciano Fernandes Pinheiro, a proposta de criação de uma “universidade”, como a princípio se imaginou, com assento em São Paulo, logo foi objeto de impugnações quanto à localização. Uns queriam a Bahia, outros o Rio de Janeiro, a Paraíba ou São Luís do Maranhão. Surgiram até, como alternativas,

São João del Rei, em Minas Gerais, e Cachoeira, na Bahia. O deputado Luís José de Carvalho e Melo era a favor do Rio de Janeiro, agora também chamado de "Corte", por abrigar a capital do Império, e assim justificou sua preferência: "Mais cópia de livros aparece nesta Corte, pela abundância de mercado; mais pureza há na linguagem; mais polidas são as maneiras dos habitantes; o que tudo influi para o progresso de mais civilizada instrução."[1] Fernandes Pinheiro, por seu lado, defendia São Paulo pela "salubridade e amenidade de seu clima", por sua "feliz posição" e pela "abundância e barateza de todas as precisões e cômodos da vida". Para fechar o raciocínio, comparava o principal rio paulista com o que, em Portugal, corta a cidade de Coimbra, afirmando: "O Tietê vale bem o Mondego do outro hemisfério."[2] Um dos mais ferrenhos adversários da instalação da Academia em São Paulo foi o deputado José da Silva Lisboa, reputado economista, patrono da abertura dos portos decidida por D. João VI em 1808, e mais tarde visconde de Cairu. "O porto de Santos jamais será tão frequentado como o do Rio de Janeiro, para dar iguais facilidades", argumentou, num imprudente vaticínio. "A viagem por terra a São Paulo é detrimentosa", prosseguiu. "A importação de livros e instrumentos é difícil." Se é verdade que São Paulo contava com rios, o fato é que alguns deles costumavam transbordar, trazendo, "por meses, moléstias endêmicas". Outros eram interrompidos por cachoeiras que "quase impossibilitam a comunicação entre si e com os portos". Enfim, o futuro Cairu assacava o argumento mais curioso, ao se pôr em defesa da "pureza e pronúncia da língua portuguesa". Se "nas províncias há dialetos, com seus particulares defeitos", afirmou, "é reconhecido que o dialeto de São Paulo é o mais notável". Segue-se que "a mocidade do Brasil, fazendo aí os seus estudos, contrairia pronúncia mui desagradável".[3]

Figura 32



Igreja de São Francisco e Faculdade de Direito, na foto de Militão Augusto de Azevedo, 1862.

Raras vezes terá ficado registrado para a História documento tão revelador do que se pensava, na época, de São Paulo e dos paulistas, do que as atas da Constituinte relativas ao tema da criação de uma instituição de ensino superior no Brasil. A questão do sotaque paulista — ou paulistano — virou argumento

recorrente. “É geralmente reconhecido que, assim como na província de Minas é mais apurado o dialeto, assim também na de São Paulo é onde o há menos correto”, disse o deputado mineiro Lúcio Teixeira de Gouveia. “E ninguém ousará negar que esta circunstância também é atendível para a escolha do local onde se devem estabelecer academias.”[4] Os deputados paulistas contra-atacavam com lisonjas ao clima ameno da cidade e ao preço amigo dos víveres, bem como a um ambiente que, se carecia de maior vivacidade e de distrações, por isso mesmo era mais propício aos estudos. Alguns, como Martim Francisco, irmão de José Bonifácio, não contentes em defender São Paulo, atacavam as cidades rivais. “A Bahia, em que tenho ouvido falar, nunca eu a escolheria para isso”, disse. “É a segunda Babilônia do Brasil, as distrações são infinitas e também os caminhos da corrupção. É uma cloaca de vícios.”[5]

O debate na Constituinte deu em nada, pela simples razão de que a Constituinte deu em nada, dissolvida que foi por ato imperial de D. Pedro I. Mas, em 1826, agora na forma de projeto de lei apresentado pelo governo à Câmara dos Deputados, ressurgiu a proposta de criação, não mais de uma universidade, mas de um curso jurídico no Brasil, com sede — dizia o projeto — “nesta corte e cidade do Rio de Janeiro”. Por emenda do deputado Francisco de Paula Sousa e Melo, outro paulista, não haveria um curso só, mas dois, e as sedes seriam São Paulo e Olinda. Ao se reencetarem os debates, revigoraram-se as objeções quanto à localização das futuras instituições. O mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos grandes da época, desfiou contra São Paulo — e também Olinda — argumentos que iam da falta de alojamentos para os estudantes de fora à carência de livrarias. Seu mais original raciocínio, no entanto, dizia respeito à defesa da democracia e das liberdades. Nas províncias, afirmou, comparando-as à Corte, “o despotismo está em maior furor do que aqui”. Com a maior facilidade, os presidentes de província prendiam seus adversários e os despachavam para o Rio, tachando-os de “demagogos e revolucionários”. Tais presidentes não passavam de herdeiros dos capitães-generais: “Só deixam de fazer o que não querem.” Por esse motivo, Vasconcelos defendia a instalação da Academia no Rio. Ali haveria “maior liberdade dos mestres e alunos, na explicação e desenvolvimento das doutrinas”. “Do contrário, não me admiraria se soubesse que o presidente da província onde estivesse o curso jurídico tenha mandado em ferros para as fortalezas desta Corte os professores e os estudantes — como republicanos e revolucionários.”[6]

Os arrazoados, se foram fortes, não bastaram para derrubar São Paulo. Sua escolha para sediar um dos cursos jurídicos, assim como a de Olinda para sediar

o outro, acabou prevalecendo. Toca agora a escolher o diretor da escola e o prédio que a abrigaria. A escolha do diretor recaiu sobre nosso conhecido José Arouche de Toledo Rendon. Ele era respeitado, era da terra e tinha o diploma de leis, obtido em Coimbra. Quanto ao prédio para abrigar a Academia, o que se impôs desde logo foi destinar a esse fim um dos conventos da cidade. Eram as construções mais amplas e, cada vez mais carentes de frades, as mais subaproveitadas. Arouche inspecionou os três históricos conventos de São Paulo. Carmo e São Bento lhe pareceram inconvenientes. Exigiriam grandes reformas. O de São Francisco, ao contrário, apresentava vantagens. Nele, as antigas celas e outros cômodos, distribuídos em dois níveis, poderiam ser transformados em salas de aula "sem demolir nada e sem vexame dos frades", como escreveu ao governo central.[7] Não havia no momento senão cinco franciscanos na cidade, sendo que um nem morava no convento, e sim no Recolhimento da Luz.[8] Os frades, no primeiro ano de funcionamento da faculdade, ainda ocuparam um canto da construção, e partilhavam com os estudantes o único acesso ao prédio, a portaria situada no vestíbulo da igreja. Logo, porém, o prédio todo passou ao uso exclusivo da Academia. Uma conquista, para o espaço urbano, foi o fato de se ter eliminado a cerca que os padres mantinham muitos metros à frente do convento, reservando toda a área compreendida nesses limites para seu uso, como quintal. Agora esse pedaço virava público, e o largo de São Francisco ficava realmente largo.[9]

Ainda antes da instalação da Academia, em 1825, a cidade experimentara outro avanço na área cultural com a criação, pelo governo da província, de uma Biblioteca Pública, instalada exatamente no convento dos franciscanos. Na maior parte, a biblioteca se constituíra com a doação da coleção do bispo D. Mateus de Abreu Pereira — aquele mesmo que, entre outras proezas, socorria os recém-nascidos abandonados no chiqueiro vizinho à sua casa. Também Arouche doou livros à nova instituição, aos quais se acrescentaram os que já possuíam os próprios franciscanos.[10] Agora, com a instalação do curso jurídico naquele mesmo lugar, a biblioteca foi anexada à Academia. Em 1836, ano em que o engenheiro Daniel Pedro Müller, o construtor do Obelisco do Piques, publica um *Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, essa biblioteca tinha 6.045 volumes. Faltavam livros recentes, mesmo os de direito, de literatura não havia quase nada e a enciclopédia que ali existia estava incompleta.[11] Em compensação, abundavam os livros de teologia, o que se compreende quando se tem em mente que foram padres os primeiros a alimentar a coleção. Alguns desses livros, notou o viajante americano Daniel Kidder, em 1839, ainda não

tinham sido lidos, “e certamente jamais o serão”.[12]

Do mesmo ano de 1827 em que foi instituído o curso jurídico é outro avanço — o primeiro jornal impresso da cidade. Primeiro impresso, é bom que se sublinhe, porque quatro anos antes houvera um jornal manuscrito, *O Paulista*, bissemanário elaborado com paciência de Jó pelo professor de latim Antônio Mariano de Azevedo Marques, cognominado o “Mestrinho”. Cada exemplar era partilhado por cinco assinantes, de modo que um devia entregá-lo ao outro, uma vez terminada a leitura.[13] O primeiro jornal impresso chamou-se *O Farol Paulistano* e, naturalmente, só se tornou possível porque, com a Independência, a cidade ganhou uma tipografia. Quase sempre na rabeira, ou perto dela, São Paulo foi das últimas, talvez a última província a conhecer as tipografias.[14] *O Farol Paulistano*, assim como a Tipografia Patriota, onde era impresso, deveram-se à iniciativa de José da Costa Carvalho, que já encontramos como ouvidor e um dos chefes da Bernarda de Francisco Inácio. No futuro ele galgará os supremos postos de membro da Regência Trina formada com a abdicação de D. Pedro I e de presidente do Conselho, já no reinado de D. Pedro II, além de ser agraciado com os títulos de barão e, depois, marquês de Monte Alegre. Por enquanto, mais modesto, ei-lo como editor, em sua cidade de adoção — era baiano de nascimento —, de um jornalzinho de formato miúdo — 30 centímetros x 21 centímetros — e quatro páginas, nas quais eram publicados o noticiário do governo da província e da Câmara Municipal, o movimento do porto de Santos, cartas e reclamações de leitores e algum eventual artigo. O futuro Monte Alegre tinha, como parceiro da empreitada, o mesmo “Mestrinho” do jornal manuscrito. *O Farol*, bissemanário como o outro, durou seis anos.[15]

A inauguração solene da Academia ocorreu a 1º de março de 1828. A essa altura já tinha sido nomeado seu primeiro professor, o português José Maria de Avelar Brotero, o conselheiro Brotero de uma futuramente famosa rua paulistana. Brotero, que a essa altura mal completara 30 anos, era dotado de temperamento façanhudo e não tardou a entrar em atrito com Arouche. Este, pelo que se lê nas cartas que enviava ao ministro do Império, José Clemente Pereira, o superior a quem lhe cabia prestar contas, quase foi levado à loucura pelo português. “[...] tenho constantemente sofrido as grosserias de esse falador dar-me as costas e orar para o povo com declamações: em todas elas tenho ouvido chufas, introduzidas de propósito contra mim e contra V. Exa.”, diz uma dessas cartas, de 28 de fevereiro de 1828, anterior mesmo à inauguração da Academia, e notável não só pelo que revela da personalidade de Brotero, como pelo emprego do acachapante nome de “chufas” para as zombarias em que ele

seria contumaz. Na mesma carta, o velho Arouche, então com 73 anos, alerta que não é “insensível”, daí decorrendo “um iminente perigo de perder a cabeça e fazer quanto a cólera me obrigar”. Em outra, do ano seguinte, confessa que vive “no maior desgosto, e continuamente insultado por um estrangeiro, o Dr. Brotero”.[16] Seja como for, na festa de inauguração da Academia coube a Brotero discursar, o que ele fez com “enérgica e eloquentíssima oração”, segundo *O Farol Paulistano*. O jornalzinho, que à época já contava um ano de vida, deu o máximo de si para descrever a histórica cerimônia, iniciada às 16 horas daquele 1º de março. “A sala destinada para a aula, que mede 90 palmos de comprimento, estava apinhada de gente, até muitas das principais senhoras desta cidade, tendo sido convidadas, assistiram este ato brilhantíssimo”, noticiou *O Farol*. Observe-se a surpresa com a presença, até de mulheres, nesse ambiente masculino por excelência de um templo do saber, ou pelo menos, candidato a templo do saber. Terminado o discurso de Brotero, dirigiram-se todos à igreja anexa ao convento, onde foi rezado um *Te Deum*. “Depois”, prossegue *O Farol Paulistano*, “foram todos convidados pelo exmo. sr. diretor para servirem-se de doces e refrescos, que para isso estavam preparados numa esplêndida mesa, a qual esteve franca a todo o povo. Ali se recitaram algumas odes e cantou-se um hino para solenizar este ato”. Não só naquela noite, mas nas duas seguintes, a cidade enfeitou-se de iluminações, espontaneamente acesas pelos moradores.[17]

O novo status de cidade acadêmica despertava sonhos. *O Farol Paulistano* publicou, na edição de 15 de março, um imaginário diálogo entre “um velho português e um jovem estudante, na ponte de Carmo”. Eis o que dizia o velho português: “Eu nunca fui estudante; mas muitas vezes estive em Coimbra, quando era rapaz. Como era belo ver-se a ponte do Mondego sempre cheia daquela rapaziada! Que brincadeiras! Que mangações! E todos com a sua capa do uniforme acadêmico! Logo esta ponte há de ser também de iguais cenas, e, pelo que ouço dizer da mocidade brasileira, o Tamanduateí nada terá de invejar do Mondego...”[18] Os estudantes que cruzassem as pontes de São Paulo, na verdade, seriam embalados por um elemento que faltava às pontes do Mondego: a coaxada dos sapos. “Miríades desses batráquios povoavam o Anhangabaú e do outro lado o Tamanduateí e os charcos de suas várzeas”, escreveu um autor do período, “e quem nas noites de calor estacionasse nas pontes do Lorena, do Acu e do Carmo ouvia sua tristonha e variegada orquestra, não sem encanto para quem é propenso à melancolia”.[19] Para a primeira turma do curso jurídico, matricularam-se 33 alunos. Destes, dez eram da cidade de São Paulo. Os restantes provinham do interior da província, da Corte ou das províncias de

Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Confirmava-se o que já era esperado e que se consolidaria nos anos seguintes: a muito maior presença de forasteiros, entre os alunos, do que de moradores na cidade. Nos primeiros 25 anos de funcionamento da Academia, formaram-se 138 paulistas (da capital e do interior) contra 181 cariocas ou fluminenses, cem mineiros, 56 baianos, 48 gaúchos, 11 maranhenses e nove mato-grossenses.[20]

A chegada desse contingente de fora trouxe, como primeira consequência, a necessidade de achar lugar para alojá-los. Como não havia muitos, improvisou-se. Alguns, nos primeiros anos, moraram na própria Academia, em celas antes ocupadas pelos frades. Os conventos do Carmo e de São Bento também chegaram a abrigar estudantes. Este era um recurso para os mais pobres. No outro extremo, há casos de estudantes ricos que alugaram chácaras com amplos espaços, nos arredores da cidade. Mas o comum mesmo era os forasteiros morarem em repúblicas de estudantes. Certas ruas firmaram-se como concentradoras de repúblicas. É o caso da rua da Palha, a futura rua 7 de Abril, onde se erguiam casas humildes.[21] Muitos estudantes vinham acompanhados de um ou mais escravos, para seu serviço pessoal. Claro — eram senhorzinhos. Os escravos, ou escravas, não serviam apenas para cozinhar, preparar a roupa e executar outros serviços domésticos. Também poderiam representar um reforço à mesada se postos “ao ganho”, como se dizia.[22] Pôr um escravo ou escrava ao ganho era lançá-lo(a) à praça, como quituteiro(a), artesão(ã) ou outra atividade, e disso auferir os lucros. Os escravos, uma vez inseridos no universo estudantil, acabavam, como os senhorzinhos, classificados em calouros ou veteranos. Criavam, entre eles, uma hierarquia que espelhava a dos estudantes. Outra tradição que se criou foi a de ser alforriados pelos donos, uma vez concluído o curso.[23]

Se havia estudantes, teria de haver estudantadas. Logo elas estavam inscritas na rotina da cidade, para pasmo e sobressalto dos pacatos habitantes. Uma das mais famosas foi o roubo da cruz que dava nome à rua da Cruz Preta. A rua da Cruz Preta era aquela que no futuro seria chamada de Quintino Bocaiúva. Em frente a um dos sobrados ali localizados havia uma cruz de madeira, tão alta que seus braços excediam o primeiro piso da casa. O povo fazia rezas, diante dela, e uma festa tinha lugar ali todo dia 3 de maio. Uma noite, a cruz desapareceu. Um grupo de estudantes a tinha surrupiado e jogado no Anhangabaú. Nunca mais a cruz voltou ao lugar original. Um morador, Manuel José da Ponte, a recolheu do rio e levou-a para sua casa, no Piques. Ali fez construir uma capela, batizada de Santa Cruz do Piques, para onde a devoção foi transferida.[24] Numa república da

rua da Freira (Senador Feijó), os estudantes mantinham, à sacada do andar superior, um boneco que se dirigia às pessoas que passavam lá fora cumprimentando amigavelmente algumas, vaiando outras — em geral, professores da Academia. O boneco falava por meio de um tubo de folha de flandres que, colado à sua boca, na outra extremidade recebia a voz de um estudante, escondido na sala.[25] Menos espetaculosas, mas mais rotineiras, e mais daninhas para a propriedade privada, eram as incursões dos estudantes aos galinheiros dos moradores. Tratava-se, principalmente, de farra. Mas a diversão podia render também um jantar de gala, numa das repúblicas. Não que tenha sido suficiente para sacudir a cidade de seu secular torpor, mas essa nova população, "acriançada e travessa", como disse um cronista, não podia deixar de ter sua influência no clima da cidade.[26]

Nem sempre se tratava de pura e simples brincadeira. A inquietação dos estudantes podia assumir feições mais extremas. Houve caso de um estudante que esbofeteou o professor — ninguém menos que o famoso e polêmico Brotero. Outro investiu sobre o mestre com um chicote. Houve ainda um que, considerando-se injustiçado nos exames, avançou contra o professor a golpes de bengala, gritando: "Chumbo, patife, ladrão!"[27] O estudante em questão, além de estudante, era padre, o que acrescenta mais surpresa a seu procedimento, mas o melhor do episódio é que legou à posteridade o registro dos xingamentos em voga. O de "chumbo", nome depreciativo que se dava aos portugueses, revela-se tão acachapante quanto as "chufas" dirigidas por Brotero a Arouche. Em 1843, dá-se no Teatro de Ópera um incidente opondo os estudantes ao então presidente da província, coronel Joaquim José Luís de Sousa, alcunhado, por seu mandonismo de quartel, "o Cabo de Esquadra". Segundo relatório do coronel, os estudantes estavam impossíveis naquela noite. Faziam assuada e gritavam impropérios. Ele, coronel, vira-se obrigado a investir-se de sua autoridade para exigir silêncio. A situação acalmou-se momentaneamente, mas, no quarto ato, prossegue o relatório, "treparam-se alguns estudantes sobre os bancos e, batendo fortemente com os pés, dando gritos furiosos [...], deram a entender que estavam prontos a enfrentar tudo".[28] De permeio simulavam, em coro, exagerados acessos de tosse. Foi demais. O coronel mandou prender um punhado de estudantes, um deles rebento da estirpe Andrada, filho que era de Martim Francisco. Teriam sido presos igualmente Francisco Otaviano de Almeida Rosa e José Antônio Saraiva, ambos destinados a futuras glórias na política e, no caso de Francisco Otaviano, também nas letras. Já os estudantes, que também fizeram um relatório, alegaram em sua defesa que tudo se deveria à "susceptibilidade inexplicavelmente

ridícula” do presidente da província. Desde o início, ele teria tomado “a impaciência dos espectadores como afronta pessoal”. Depois, no quarto ato, a ação exigiu o disparo de alguns tiros de festim por parte dos atores, o que teria espalhado fumaça no ar e assim provocado “uma tosse quase geral”. O coronel, nesse ponto, subiu ao palco e, brandindo uma espada, disse que haveria de se fazer respeitar. Quem quisesse enfrentá-lo, que o fizesse “como homem”, e viesse bater-se com ele, pois não era presidente “de sala e de corredores, como seus antecessores”.[29]

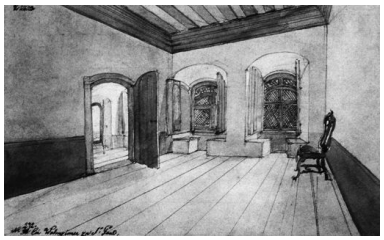
Segundo alguns, o coronel estava bêbado. Mas é possível que sua reação se explique em parte pelo clima reinante na província: 1842, o ano anterior ao do incidente no teatro, é o ano da chamada Revolução Liberal, que teve curso em São Paulo e Minas Gerais. Tal evento, um levante dos liberais contra o domínio dos rivais, os conservadores, na política nacional, e a adoção de medidas que os liberais consideravam discriminatórias, não causou na cidade de São Paulo mais do que algumas noites de desassossego e janelas quebradas da parte dos mais exaltados. A ação principal desenvolveu-se no interior da província, motivo pelo qual merece apenas menção ligeira numa história da cidade. A tentativa do chefe dos liberais paulistas, Rafael Tobias de Aguiar, de tomar os quartéis da capital foi descoberta e inviabilizada antes de se efetivar, motivo pelo qual Tobias, figura de grande prestígio, rico, poderoso e, de quebra, bem cotado nos salões, entre as mulheres, se recolhera a Sorocaba, onde possuía negócios de gado, e lá estabelecera o comando da Revolução. Acompanharam-no alguns dos mais notáveis políticos paulistas do período, inclusive o padre Feijó. O levante liberal durou pouco, abafado que foi pelo barão, depois duque de Caxias, enviado à província para lhe fazer face. O confronto decisivo deu-se no local chamado Venda Grande, nos arredores de Campinas. As minguadas forças liberais, de cerca de três centenas de homens, em geral pobres roceiros arregimentados às pressas pelos chefetes rurais, foram facilmente derrotadas. Os legalistas avançaram em seguida sobre Sorocaba e a reconquistaram sem maiores incômodos. Rafael Tobias fugiu para o Sul e pronto: a “revolução”, se é que merece mesmo esse nome, estava liquidada.

Se não passou de movimento desencadeado por motivo fútil, e executado com patética inabilidade, ainda assim a Revolução Liberal deixou como legado um mal-estar entre São Paulo e o poder central. É nesse contexto que foi nomeado para presidir a província o coronel apelidado de “Cabo de Esquadra”. Sua missão — e não foi por acaso que se escolheu um militar — era enquadrar a província rebelde e conter sem contemplação os focos de descontentamento

porventura ainda existentes. Lembremo-nos de que o sistema, ao determinar a nomeação dos presidentes provinciais pelo poder central, já equivalia, em si, a uma fábrica de interventores. Em regra, o presidente nem era natural da província que lhe cabia governar. Agora imagine-se um presidente que, além disso, era militar, de maus bofes, e mantinha-se em estado de permanente alerta contra possíveis manifestações de insubordinação. A convivência de um presidente assim com uma província recém-saída de uma situação de trauma pode ter incendiado os ânimos no teatro.

Contra esse novo panorama, em que o bulício estudantil vinha sacudir a mais que secular pasmaceira da cidade, como reagia a tradicional família paulista? Mais que nunca, trancando-se atrás das janelas de rótulas. De um lado, temos jovens soltos, longe das famílias, em pleno gozo da primeira experiência de donos do próprio nariz, não raro tão embriagados da sensação de liberdade quanto desejosos de testar os próprios limites e de exibir-se para os companheiros. De outro, uma sociedade atrasada e medrosa, fechada sobre si mesma, inculta. Se as famílias paulistanas já tinham por hábito trancar-se em casa, especialmente as mulheres, mais motivos haveria agora para pôr-se em guarda. As janelas de rótula, ou de gelosia, caracterizadas por uma trança de ripas bem fechada, quase como tela de confessionário, por onde mal passa a luz e o calor, quanto mais o olhar, eram uma marca registrada de São Paulo. Não é à toa que gelosia tem esse nome: vem do italiano *gelosia*, ciúme, e está ligada ao hábito de ciumentamente esconder as mulheres em casa. Em meados do século desencadeou-se uma campanha para acabar com as rótulas, responsáveis pela atmosfera de muçulmana melancolia que impregnava a cidade. Os mais tradicionais reagiram, argumentando que eram cômodas e serviam ao propósito de ocultar as famílias. Um jornal que então começava a circular, *O Constitucional*, o primeiro de periodicidade diária na cidade, insurgiu-se contra os argumentos tradicionalistas: “Cômodas em que sentido? [...] E ocultarem-se [as famílias] de quê? Somos nós um povo de cucas? Demais vai aí grave questão de moralidade: é bom refletir sobre o estímulo de tudo que se esconde.”[30] Onze anos depois, em 1865, as rótulas continuavam, inabaláveis, a dominar a paisagem, segundo o visconde de Taunay, que então visitou a cidade. À medida que o transeunte ia chegando mais perto, elas iam se fechando, “sucessivamente, com um bater característico”, escreveu o autor de *Inocência*. Depois de sua passagem, elas se entreabriam, “esguichando-se atrás delas as cabeças da curiosidade e do mexerico”.[31]

Figura 33



Uma sala de estar em São Paulo*, mostrando as rótulas, lápis e aquarela de Thomas Ender, 1817.*

A invasão da cidade pelos jovens forasteiros impediu a população local até mesmo de comer sua formiguinha em paz. Sim, porque os habitantes da cidade, até então — e mesmo os filhos das "melhores famílias", segundo testemunho da época —, regalavam-se com as saúvas fêmeas, também chamadas de içás, ou tanajuras, que, depois de torradas, eram vendidas nas ruas pelas negras quitandeiras. Este hábito, herdado dos ancestrais indígenas, chegou a ser ridicularizado pelo principal dramaturgo brasileiro do século XIX, Martins Pena, que, numa de suas peças, chamou o paulista de "papa-formigas".[32] No entanto, depois que um estudante, que alguns autores dizem ser Francisco José Pinheiro Guimarães, e outros, Júlio (ou José) Amando de Castro, compôs a quadrinha que dizia:

> "Comendo içá, comendo cambuquira
> Vive a afamada gente paulistana,
> E os tais a quem chama 'caipira',
> Que parecem não ser da raça humana",

depois disso, só às escondidas, e com muita vergonha, as formigas continuaram a ser consumidas.[33] A oposição entre a pasmaceira habitual da cidade e a excitação estudantil levou um visitante português, Augusto Zaluar, a afirmar que São Paulo precisava ser considerada "debaixo de dois pontos de vista diversos: a capital da província e a Faculdade de Direito, o burguês e o estudante, a sombra e a luz, o estacionarismo e a ação, a desconfiança de uns e a expansão muitas vezes libertina de outros e, para concluir, uma certa monotonia da rotina personificada na população permanente, e as audaciosas tentativas do progresso encarnadas na população transitória e flutuante".[34]

A Academia teve ainda o efeito de atrair tipos novos, com os quais jamais sonhara o acanhado burgo. Um deles foi o alemão Júlio Franck, que aos 20 anos, em 1828, aportou no Brasil. Viajava clandestinamente, e por isso, logo ao desembarcar no Rio de Janeiro, foi preso. Franck tinha boa formação. Era bom em línguas, inclusive as antigas, história e geografia, e eis então que logo vem a

São Paulo, a cidade acadêmica, onde poderia mais bem empregar seus talentos. Foi contratado como professor do Curso Anexo da Faculdade de Direito. O Curso Anexo servia para a preparação dos estudantes, antes de ingressar na Academia. Nele eram ministradas aulas de línguas, matemática, história, geografia e filosofia. Franck foi contratado para ensinar história e geografia, mas se notabilizou menos por isso do que como criador, em 1831, de uma sociedade secreta, a *Burschenschaft*, "Bucha" para os íntimos. Ela se propunha a reunir os melhores estudantes, tanto nos estudos quanto no caráter, e logo se tornou indissociável da história — e dos mitos — da Academia. Franck morreu em 1841, em São Paulo. Como era protestante, foi-lhe negada sepultura em recinto católico. Ocorre que tanto as igrejas onde se enterravam os mortos como o pequeno cemitério dos Aflitos eram recintos católicos. Foi aberta então, para o alemão, uma sepultura no pátio da faculdade.

Outro tipo marcante, também estrangeiro, e também professor do Curso Anexo, foi o italiano Líbero Badaró. Badaró, natural da vila de Leigueglia, nos arredores de Gênova, chegou ao Rio de Janeiro em 1826, aos 28 anos, e deslocou-se a São Paulo, a convite de Costa Carvalho, em 1828. Era médico. Na cidade, dividiu o tempo entre a clínica, as aulas no Anexo — de geometria e aritmética — e, logo, o jornal *Observador Constitucional*, por ele fundado para propagar as ideias liberais, de que era tão exaltado defensor que trocou o nome de batismo, Gio Batta, ou João Batista, pelo de Líbero. O *Observador Constitucional* era impresso na tipografia de Costa Carvalho, a mesma que imprimia *O Farol Paulistano*. Na noite de 20 de novembro de 1830, um sábado, quando chegava à casa em que morava, na rua de São José, como à época, mais abreviadamente, era chamada a rua Nova de São José, foi abordado por um desconhecido que lhe manifestou o desejo de ver publicada no jornal uma denúncia contra o então ouvidor da província, Cândido Ladislau Japiassu. "Amigo, é um pouco tarde para tratarmos disso", teria respondido Badaró. "Venha depois de amanhã, segunda-feira, e então arranjaremos isso." Ato contínuo, o desconhecido sacou a pistola que tinha por baixo da japona e atirou no italiano, acertando-lhe o baixo-ventre. A abordagem só teria tido a finalidade de proporcionar ao assassino, que não conhecia a vítima pessoalmente, a certeza de que se tratava mesmo da pessoa que procurava. Badaró morreu no dia seguinte, e a tradição quer que suas últimas palavras tenham sido heroicas: "Morre um liberal, mas não morre a liberdade."

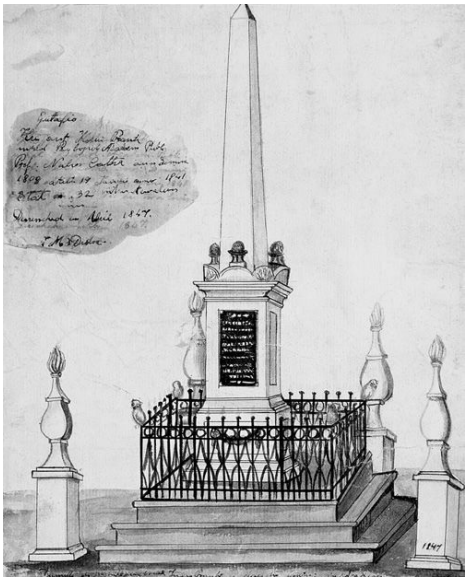
Figura 34



Retrato a lápis de Líbero Badaró, autor anônimo, coleção Biblioteca Nacional.

Quem o matou? Uma versão aponta para um alemão, de sobrenome Stock. Outra, para um tenente do Exército, Carlos José da Costa. O assassino estaria a mando, segundo uma versão, do ouvidor Japiassu e, segundo outra, do próprio D. Pedro I. Lembre-se que eram dias tumultuosos, aqueles. A pressão contra os métodos atrabiliários do imperador intensificava-se, num movimento que iria resultar na abdicação, a 7 de abril do ano seguinte. Badaró fazia parte da atroada liberal contra o supremo governante. O certo é que a cidade viveu em sobressalto os dias seguintes. O meio acadêmico era o mais agitado. A casa do ouvidor Japiassu, inimigo notório do assassinado, foi cercada. Japiassu conseguiu fugir para Santos e, de lá, para o Rio. O único condenado pelo delito foi o alemão Stock.[35]

Figura 35



Túmulo de Júlio Frank, aquarela de Miguel Dutra, 1847.

Tanto Júlio Franck como Líbero Badaró perpetuaram-se na memória da cidade. A sepultura de Franck sobreviveu à demolição do primitivo edifício da Academia e sua substituição pelo atual, ocorrida nos anos 30 do século XX. Continua ali, como um dos mais curiosos monumentos da cidade. A rua de São José, onde, no trecho entre as ruas do Ouvidor (a futura José Bonifácio) e Direita, morava Líbero Badaró, passou a ter, após a proclamação da República, em 1889, o nome do italiano.

Segundo uma antiga lenda, o poeta Manuel Antônio Álvares de Azevedo, um dos meninos precoces e trágicos do romantismo brasileiro, teria nascido dentro da Faculdade de Direito. Na verdade não nasceu lá, mas também não foi longe. Nasceu, a 12 de setembro de 1831, no sobrado situado na esquina da rua da Freira com a da Cruz Preta, as futuras Senador Feijó e Quintino Bocaiúva. O pai, Inácio Manuel Álvares de Azevedo, cursava o terceiro ano da Academia. A mãe, Maria Luísa Silveira da Mota, era filha de desembargador. O pai era do Rio de Janeiro, a mãe, de Goiás, ambos de famílias importantes e bem-relacionadas. Em São Paulo, mantinham amizade com o ouvidor Cândido Ladislau Japiassu, o mesmo que, poucas linhas atrás, vimos no papel de algoz de Líbero Badaró. A amizade era estreita a ponto de Inácio Manuel, na sequência do assassinato de Badaró, quando a revolta popular se voltou contra o ouvidor, ter corrido em socorro do amigo, a quem acompanhou na fuga até Santos e, de lá, pelo mar, até o Rio de Janeiro, numa viagem cheia de riscos.[36] O menino Manuel Antônio aos dois anos mudou para o Rio de Janeiro. O pai agora tinha terminado a faculdade, e iria se estabelecer na Corte. Em 1844, quando tinha de 13 para 14 anos, voltou a São Paulo, onde passaria quase o ano todo, na casa de um tio materno, o futuro senador do Império, José Inácio Silveira da Mota. Enfim, em 1848, depois de ter completado os estudos secundários no Colégio Pedro II, no Rio, ei-lo de novo em São Paulo, matriculado na Faculdade de Direito. Ali iria passar os anos em que, mal despertando para a maturidade, construiria sua obra. Também lhe foram os últimos anos de vida, pois morreu antes de completar 21 anos, a 25 de abril de 1852. Álvares de Azevedo deixou em uma obra, o drama *Macário*, e, principalmente, na correspondência que mandava para a família registros da vida que encontrou em São Paulo e das impressões que a cidade lhe causava.

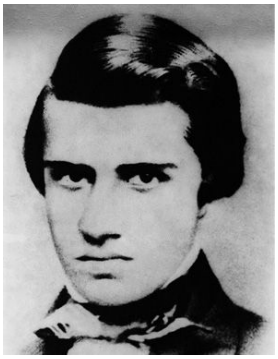
Estávamos agora no Segundo Reinado, inaugurado com a ascensão ao trono, em 1840, de D. Pedro II. Álvares de Azevedo morou em diferentes lugares, ao tempo de acadêmico. Numa certa época, ei-lo na rua Boa Vista, numa república

formada por “dois casebres muito ruins, onde estão metidas seis pessoas”, segundo suas próprias palavras. A rua Boa Vista, diga-se de passagem, sempre teve esse nome. Antes de ela existir, aquela encosta da colina era chamada de morro da Boa Vista, por causa do panorama amplo que dali se descortinava. Quando, ainda no século XVII, se riscou ali uma rua, paralela à rua do Rosário, a rua herdou o nome do morro. Mais adiante, Álvares de Azevedo se estabelecia, com um colega, na “descida de São Francisco”, “numa casinha nova de dois lances”, pela qual pagava “o medíocre aluguel” de 12 mil-réis. A descida de São Francisco era a ladeira que corria do largo de São Francisco para o Anhangabaú.[37] Mas sua mais famosa habitação na cidade foi a Chácara dos Ingleses, aquela mesma que abrigara a Santa Casa. Quando a Santa Casa mudou de lá para um edifício vizinho, construído expressamente para abrigá-la, por volta de 1840, a antiga sede da chácara virou república de estudantes.[38] Nela, além de Álvares de Azevedo, morou seu contemporâneo Bernardo Guimarães, o autor de *A Escrava Isaura*. Vez ou outra, o poeta participava de excursões fora da cidade. Em junho de 1848, foi a uma caçada em Carapicuíba, acompanhando o tio José Inácio. A empreitada durou dois dias, e rendeu cinco veados. “O que eu senti foram os carrapatos, que deixaram inchados os lugares onde me morderam, que ainda me doem”, escreveu à mãe. Na noite da volta a São Paulo, fez muito frio. “A geada foi tão forte nessa noite — a mais fria que tem havido este ano — que aqui no quintal achou-se uma pedra de gelo do tamanho de uma mão”, escreveu. “Um negro (dum fulano Coutinho) que adormeceu bêbedo na Várzea do Carmo amanheceu morto.”[39] Noutra ocasião, foi a Pirapora, “para ver a célebre festa de lá”.[40]

Em mais de uma carta, há referências de visitas do poeta à marquesa de Santos. Como filho de família ilustre, ele tinha acesso a essa alta personagem, a essa altura estabelecida no papel de suprema locomotiva da alta sociedade local. A marquesa estava agora casada com o mais importante chefe político da cidade, o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, que já vimos como comandante da Revolução Liberal. O casal, que vivia junto havia algum tempo, regularizara sua situação em Sorocaba, justamente no período em que dali Rafael Tobias comandara o movimento, e agora morava na mansão da rua do Carmo que, tendo escapado da sanha assassina que vitimou as antigas construções da cidade, viraria centro de exposições, com o nome de Solar da Marquesa. Numa carta de setembro de 1844 — portanto, do período de sua primeira temporada em São Paulo, anterior à fase acadêmica —, Álvares de Azevedo diz ter ido jantar na casa da marquesa, que na ocasião comemorava o aniversário “do Tobias”. “O

Tobias fez-lhe uma saúde e a marquesa correspondeu a ele", escreveu.[41] O poeta não se refere a isso, mas aquela era uma época especial para o casal. Rafael Tobias de Aguiar, depois de fugir de Sorocaba para o Rio Grande do Sul, ali fora preso e enviado ao Rio de Janeiro, onde cumpriu pena, na fortaleza de Laje, até a anistia decretada por D. Pedro II em março de 1844. Naquele dia do jantar, portanto, fazia apenas uns poucos meses que, de novo em liberdade, retomara sua vida e a carreira política. Anos depois, em junho de 1849 — quando já era aluno da Academia —, Álvares de Azevedo comparece a um triste evento: o enterro da neta da marquesa, filha de uma de suas filhas com D. Pedro I, Maria Isabel de Alcântara, a condessa de Iguaçu. A pequena morreu ainda bebê, e a descrição do poeta dá ideia de como era um enterro chique na cidade: "Era de ver como estava bonito o anjinho com sua coroa de flores na testa branca como jaspe, com suas mãozinhas postas no peito apertando friazinhas uma palma de frocos verdes, alvas como as roupas cândidas bordadas de ouro que vestia. Dos lados do caixão de cetins bordados de ouro viam-se as dobras da capa de veludo azul bordada também a fio de ouro." Para tornar o enterro "mais solene", informa ainda Álvares de Azevedo, fizeram o cortejo ir do Acu ao Carmo, "isto é, de um dos extremos da cidade ao outro". Uma banda de música o acompanhava.[42] O luto da família durou pouco, no entanto. Não se passaram dois meses e, a 11 de agosto, dia em que todo ano se realizava o Baile Acadêmico, em comemoração ao aniversário da lei que criou os cursos jurídicos, eis a marquesa e a filha a dominarem a cena. "A condessa de Iguaçu e a Belisária eram as rainhas do baile", escreveu o poeta, referindo-se, além da filha da marquesa, a outra beldade da época. Quanto à própria marquesa de Santos, embora já cinquentona, também reinava a seu modo, "com todo seu luxo de brilhantes".[43]

Figura 36



Álvares de Azevedo em imagem feita pelo daguerreótipo, o antigo aparelho fotográfico.

Não se imagine, porém, que Álvares de Azevedo se divertia na cidade. Ele ia

aos bailes e não gostava. Achava tudo caipira. Tinha saudades do Rio. Achava inconcebível que nos bailes da Concórdia Paulistana, uma das sociedades que os promovia na cidade, ainda se dançasse pelo sistema segundo o qual um mestre-sala estabelecia quem devia dançar com quem. “Ora, como esses sujeitos são já meio velhuscos, ordinariamente esses meus amigos escolhem os pares melhores para si e para os velhos, e por favor exímio dão as venerandas matronas para os rapazes”, escreveu.[44] Uma noite, o poeta foi à casa da família Xavier, onde se comemorava o aniversário de uma das três filhas do casal. O pai, a certa altura, recita a seguinte quadra, de sua própria lavra: “Viva quem faz anos hoje/A quem tenho tanto amor/Quem quiser saber quem é/É minha filha Leonor.” Álvares de Azevedo indigna-se: “Este destempero de pé-quebrado foi pronunciado no meio da sala, de cálix de licor na destra.”[45] As meninas mais bonitas eram de fora. As três da família Xavier, por exemplo, que ele incluía nessa categoria, eram de Santos. As paulistanas eram de uma “irresistível fealdade”.[46] E mesmo as bonitas eram umas “bestas xucras”, “que só abrem a boca para dizer asneiras”. Como exemplo de estupidez, ele cita a Belisária, “a mais bonita, a estátua mais perfeita em tudo”, que, no entanto, quando abria a boca, dizia coisas como: “Nós não sabe dançá proquê”...[47] De resto, São Paulo era visceralmente enfadonha: “[...] a cidade ainda não deixou de ser São Paulo, o que quer dizer muita coisa — entre as quais tédio e aborrecimento”, escreve. Até contra o calçamento da cidade ele fazia bramir sua pena. “Quanto a outros divertimentos — *nichts* — só andar pelas ruas dando topadas nas pedras”, queixou-se, uma vez. Nessa mesma carta afirma-se “na maior insipidez possível, ansioso de deixar esta vida tediosa do mal-ladrilhado S. Paulo”.[48]

No *Macário*, Álvares de Azevedo descreve uma cidade não identificada, mas que, sem dúvida, é São Paulo, desdenhada com os mesmos argumentos que aparecem nas cartas: “Demais, essa terra é devassa como uma cidade, insípida como uma vila, e pobre como uma aldeia. Se não estás reduzido a dar-te ao pagode, a suicidar-se de *spleen*, ou a alumiar-te a rolo, não entres lá. É a monotonia do tédio.” Até o calçamento da cidade entra, como nas cartas, na conta negativa do poeta: “As calçadas do inferno são mil vezes melhores.” Das ladeiras às mulheres, nada se salva: “A cidade colocada na montanha, envolta em várzeas relvosas, tem ladeiras íngremes e ruas péssimas. É raro o minuto em que não se esbarra a gente com um burro ou com um padre.” Quanto às mulheres, a queixa é de que “não há em parte alguma mulheres que tenham sido mais virgens que ali”. Por fim, há um anátema contra o fundador da cidade: “Devia ser um frade bem sombrio, ébrio de sua crença profunda, o jesuíta que aí lançou

nas montanhas a semente dessa cidade."[49] Para Álvares de Azevedo, São Paulo tinha o sabor amargo do exílio. A cidade pesava-lhe como uma condenação.



XXI

Entre as Madames da Moda e o Carro de Boi

Vinte e cinco anos depois, eis a cidade engalanada para receber outro moço da família Bragança. Em 1821 fora o pai. Agora, neste ano de 1846, é a vez do filho. O primeiro, já vimos, era exuberante e lascivo. Este segundo é reservado e circunspecto. O primeiro chegara à cidade como príncipe, e dela saíra como soberano. Este segundo já chega coroado. Mas, assim como o primeiro Pedro, o segundo vem na flor da mocidade, um garoto ainda, de 21 anos recém-completados. Trata-se, a rigor, da primeira viagem de Sua Majestade o imperador D. Pedro II. Antes, ele só se aventurara a pequenas incursões pelos arredores do Rio de Janeiro. Agora, está empenhado numa *tournée* de consideráveis proporções por seu vasto império. Primeiro visitou o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Agora vem chegando a São Paulo, e o ministro que o acompanha, José Carlos de Almeida Torres, inquieta-se. Será que os paulistas lhe proporcionarão recepção festiva como a dos gaúchos e catarinenses? O ministro preocupa-se em especial com o estado de espírito do presidente da província, Manuel da Fonseca Lima e Silva, talvez não suficientemente forte para manter unida a província, depois do abalo da Revolução Liberal de 1842, e galvanizá-la em torno do imperador. Por isso, de Santa Catarina, Almeida Torres manda o seguinte bilhete a Paulo Barbosa, o poderoso mordomo do Palácio Imperial, que ficara no Rio:

"Está resolvida a visita de São Paulo e por terra ao Rio. Agora mesmo mando por esta barca a partir a participação oficial ao Manuel da Fonseca. Escreva-lhe V. Exa., anime-o, que ele se acha só, e é pobre. Os tais paulistas, quer legalistas, quer de Sorocaba, são tão unhas de fome que estou com medo que deixem só o presidente, que este fique arrasado, e o imperador não será recebido como nas outras partes."[1]

O bilhete é curioso, primeiro, pela qualidade de "unhas de fome" que atribui aos paulistas e, segundo, pela distinção entre paulistas "legalistas" e "de

Sorocaba", vale dizer, revolucionários de 1842. Que significado teria aqui a expressão "unhas de fome"? Não parece que seja o de "avarentos", como é do senso comum, ou, ao menos, apenas o de avarentos. Talvez queira dizer "egoístas", ou "independentes demais", e por isso pouco dispostos a cerrar fileiras com o poder central e seu representante supremo na província, que era o presidente. Talvez "rebeldes", o que quase vem a dar no mesmo. Ou talvez muito inclinados a defender seus próprios interesses, sem dar atenção aos outros, o que, de certa forma, combina o egoísmo com a avareza do sentido original da expressão, resultando o todo numa espécie de rebeldia. Em qualquer caso, trata-se de uma qualidade negativa, essa que o ministro atribui aos paulistas. Seja qual for essa qualidade negativa, representaria ela uma opinião amplamente compartilhada, a respeito dos paulistas, ou antes uma idiossincrasia do ministro? Não temos resposta a oferecer. Só o registro de mais um atributo dos paulistas, que já haviam sido qualificados de "facinorosos" ao tempo em que se confundiam com os mamelucos assassinos de índios, de recobertos por um "véu de tristeza" no dizer de Paulo Prado, de caipiras por Álvares de Azevedo. Agora são também "unhas de fome".

Quanto ao segundo ponto do bilhete de Almeida Torres, é um atestado de que, quatro anos passados, ainda pairava no ar o fantasma da insurreição liberal. Tanto pairava, na verdade, que era por isso mesmo que o imperador se abalava a vir a São Paulo. A ida ao Rio Grande do Sul já obedecera ao propósito de agradar a província que acabava de sair dos dez anos de Revolução Farroupilha. A vinda a São Paulo tinha igual sentido de assegurar a tranquilidade e a perfeita integração ao conjunto do Império de uma província recentemente estremecida por movimento sedicioso. Logo o ministro veria, porém, que eram infundados seus temores. Já ao desembarcar, em Santos, a 18 de fevereiro, o imperador e comitiva, inclusive a imperatriz Teresa Cristina, com quem se casara antes de completar 18 anos, foram alvo de homenagens diversas. O presidente Manuel da Fonseca desceu a serra para receber os visitantes e depois, no dia 25, subiu com eles. Viajaram em coches até o Cubatão — desde 1827, quando foi inaugurada a estrada, este trecho era feito por terra, e não mais por mar e rio, como antes — e, em outra diferença entre a viagem do filho e a do pai, galgaram a serra em cavalos, não nas habituais mulas. Ao chegar ao Ponto Alto, lugar onde se podia repousar antes de seguir viagem, uma surpresa: Rafael Tobias de Aguiar, o chefe dos liberais, lá estava para recepcionar o soberano. Com ele, outro ilustre prócer da revolução de quatro anos antes, o senador Nicolau de Campos Vergueiro. A comitiva dormiu no Ponto Alto e, no dia seguinte, completou a viagem,

chegando às duas da tarde ao largo da Glória, onde, junto à Santa Casa, havia sido montado um arco de flores e folhas, o qual fazia as vezes de porta da cidade. Ali amontoava-se a turma toda — bispo, autoridades, povaréu. Houve salva de 21 tiros de canhão e o presidente da Câmara entregou a Sua Majestade a chave da cidade — de prata, com relevos de ouro. O resto o leitor já sabe, e nem é preciso detalhar: sinos, mais arcos festivos, *Te Deum*, beija-mão no palácio do pátio do Colégio, onde o casal imperial ficou hospedado... À noite, bandas de música e iluminações.

Nos mais de trinta dias que permaneceu em São Paulo, D. Pedro II foi a cavalo ao alto de Santana, de onde se tinha uma vista panorâmica da cidade, e passeou no Jardim Público, quer dizer, o Jardim da Luz. Foi a bailes e assistiu a espetáculos no teatrinho de Ópera. Um desses bailes, no dia 14 de março, em homenagem à imperatriz, que nesse dia fazia anos — 24 anos —, foi num sobrado da rua do Ouvidor, a futura José Bonifácio, de propriedade de Tomás Luís Álvares. Outro, já em abril, no Sábado de Aleluia, foi oferecido por Gertrudes Lacerda Jordão, viúva do brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, naquele mesmo sobrado da rua Direita, esquina de São Bento, em que o pai se hospedara.[2] Um estudante de direito que estava destinado a notável carreira política, o baiano José Antônio Saraiva, escreveu, numa carta aos parentes: “O imperador e sua sra. acham-se nesta cidade. É afável com todos, dirige-se a qualquer um, faz-lhes perguntas e procura informar-se das menores particularidades. Tem andado a pé como simples cidadão, sem aparato algum. O entusiasmo tem sido grande. É moço, muito vivo e, segundo dizem todos, tem instrução muito superior à sua idade.”[3] Claro que D. Pedro II visitou também a Academia, cujo diretor era agora Brotero. Este, além de briguento, tinha, como outra característica marcante de sua personalidade, falar afobadamente, trocando as palavras de lugar. Consta que, a certa altura, foi apresentar o imperador a um bedel da faculdade, e atrapalhou-se todo: “Senhor bedel”, disse, “tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade o imperador mais antigo desta academia”. Enfim, registre-se que o imperador voltou outros três dias à faculdade, para assistir a exames dos alunos. Dava início, assim, a um hábito que o acompanharia vida afora, ele que tanto gostou sempre de assistir aos exames, no colégio da Corte que foi batizado com seu nome.[4]

Como funcionava a cidade neste período de meados do século XIX? Na política, a novidade era a existência de uma Assembleia Legislativa, criada, como a das demais províncias, pelo Ato Adicional de 1834, do período da Regência. A cidade, como sempre, teve dificuldade em acolher fisicamente a

instituição, e eis então que ela foi parar num canto do antigo convento dos Jesuítas, que já abrigava não só o Palácio do Governo, como todas as demais instituições provinciais. A criação das assembleias obedecia ao ímpeto federalista prevalecente na Regência. A ideia era conferir maior autonomia às províncias. Na prática, no entanto, tal intenção foi contrabalançada — ou mesmo neutralizada — pelo sistema de nomeação dos presidentes provinciais pelos gabinetes no poder no Rio de Janeiro, sistema esse que duraria até o fim do Império. Sede de um Executivo e de um Legislativo provinciais, São Paulo fortalecia sua condição de capital de província e, de certa forma, de integrante do jogo político nacional. Em contrapartida, como observa o autor de alguns dos mais valiosos estudos sobre a história de São Paulo, o americano Richard Morse, os assuntos municipais passavam a segundo plano. A Câmara Municipal, com a criação da Assembleia Provincial, perdeu em autonomia e autoridade. Caberia agora à Assembleia o preenchimento dos postos municipais e a fixação das dotações orçamentárias do município, bem como a aprovação das despesas e dos empréstimos e o recolhimento dos impostos. Virtualmente, os assuntos da cidade passavam à esfera das autoridades da província. Ocorre que as autoridades da província priorizavam, como é da natureza de sua função, os temas provinciais, ou mesmo nacionais. Os problemas da cidade passavam a segundo plano. Tal arranjo, ou desarranjo institucional, segundo Morse, contribuiria para que o crescimento da cidade se desse de modo "não planejado e tumultuário".[5]

Outra novidade foi a criação, por lei aprovada em 1835 pela Assembleia, dos cargos de prefeito e subprefeito, para a capital e os demais municípios da província. Nem assim fortalecia-se a autonomia municipal. Antes pelo contrário, o prefeito era um agente nomeado pelas autoridades provinciais, a quem se reportava. Durou pouco, só três anos, permeados de permanentes brigas com a Câmara Municipal, esse primeiro ensaio de criar a figura do prefeito. O cargo seria extinto, em 1838, para só voltar a existir no final do século.[6]

As ruas da cidade ainda eram atravancadas pelos carros de boi e pelas tropas de burros. Uma austríaca que a visitou em 1846, Ida Pfeiffer, observou que o silêncio nas ruas só era interrompido pelos carros de boi. Os eixos de madeira de tais carros, escreveu ela, não são nunca azeitados, "o que produz uma música infernal".[7] Já desde muito existia em São Paulo um "Caminho de Carro", também referido como "Caminho de Carro para Santo Amaro", cujo traçado, partindo do largo de São Gonçalo, coincidia com as futuras avenidas da Liberdade e Vergueiro. O "carro" em questão era o carro de boi, e o caminho a que deu o nome atesta sua presença marcante, desde há muitos anos, na cidade.[8]

Vindos da área rural, os carros de boi estacionavam nos largos de São Gonçalo, São Francisco ou São Bento. E nem sempre transportavam apenas mercadorias. Também eram usados para transportar gente — por exemplo, do centro da cidade para a Penha, quando das festas de Nossa Senhora ali realizadas. Quando não eram os carros de boi, eram as tropas de burros que tomavam as ruas. Uma tentativa de disciplinar minimamente sua passagem pela área urbana foi a recomendação da Câmara, em 1852, de que as tropas andassem a passo lento, em grupos de não mais de dez animais, e formando uma única fila, no centro da rua. No ano seguinte, a Câmara volta a tentar impor ordem ao caos, proibindo que se amarrassem os cavalos nos ferrolhos das portas das casas. O objetivo era deixar as ruas desimpedidas para a passagem dos pedestres. Para que se amarrassem os cavalos em lugares apropriados, se espetariam mourões, em lugares mais espaçosos, como os largos.[9]

Contra semelhantes manifestações de vida ainda de aldeola rural, surgiam sinais de progresso. Um deles foi o serviço de tílburis de aluguel inaugurado em 1858 por um italiano, Donato Severino. Os carros ficavam estacionados no largo da Sé e a tabela de preços ilustra a distinção que se fazia à época entre dois espaços da cidade — o situado “dentro das pontes” e fora delas. Para a circulação “dentro das pontes”, vale dizer, na colina histórica, quase insular, a tarifa era fixa — três mil-réis a primeira hora e dois mil-réis cada hora subsequente. Para trajetos além das pontes, o preço, mais alto, deveria ser combinado com o cocheiro.[10] Claro que os cocheiros a serviço do italiano nem treinados para o ofício eram, e os animais eram de baixa qualidade. Em 1861, a Câmara determinava que os carros na cidade — qualquer um, não só os de aluguel — deveriam ser dirigidos por cocheiros “aprovados e matriculados na polícia” e, para circular à noite, haveriam de portar lanternas de iluminação. E, em 1868, o chefe de polícia instava a Câmara a pôr placas nas ruas, indicando as que podiam ou não ser percorridas pelos veículos.[11] Grande avanço! Começava a era das leis de trânsito.

Os serviços públicos, apesar de melhorias aqui e ali, no geral continuavam apresentando enorme precariedade. Já desde 1829 havia iluminação pública, mas miúda e insuficiente para vencer o ambiente trevoso das noites da cidade. O sistema foi assim descrito por um contemporâneo: “Uma enorme geringonça de ferro, pregada na parede de uma esquina, estendia por cima da rua um longo braço, em cuja extremidade estava dependurado um lampião. Colocados de longe em longe nas ruas principais, a luz desses lampiões, alimentados com azeite de peixe, difundia uma claridade mortiça, que só alumiava um pequeno

espaço, projetando longas sombras movediças, quando o vento balançava os lampiões."[12] As tais "geringonças de ferro", quando pregadas nas paredes de casas particulares, incomodavam os proprietários. Multiplicavam-se os pedidos à Câmara para que fossem removidas. Uma das alegações era de que estragavam as paredes. Outra, de que facilitavam o trabalho dos ladrões, ao fornecer-lhes apoio para trepar até as janelas.[13] Acresce que os lampiões só eram acesos entre o pôr do sol e a meia-noite, e isso nas noites sem lua, pois, quando havia lua cheia, nem acesos eram. Uma exceção a essa regra ocorreu em 1842, durante a Revolução Liberal. A Câmara determinou, então, que os lampiões ficassem acesos a noite toda, enquanto durasse "o estado perigoso da capital".[14] Por volta de 1850 surgiram os primeiros postes, alguns de madeira, outros de ferro, para sustentar os lampiões, como complemento ao sistema dos penduradores de parede. E, em 1863, substituiu-se o óleo, às vezes de peixe, às vezes de mamona, pelo querosene, mas a iluminação continuou deficiente.

Igualmente ruim, ou pior ainda, era o abastecimento de água. A mais central das fontes da cidade continuava sendo o chafariz da Misericórdia, com suas quatro bicas. A aglomeração ali era contínua, principalmente de escravos, com suas bilhas, para prover a casa do dono. A água do chafariz vinha do tanque chamado Reúno, no Bexiga, e para chegar até lá, entre outros percalços, atravessava um rego a céu aberto, onde se misturava ao lixo jogado por quitandeiros.[15] De pior qualidade ainda eram as águas apanhadas diretamente do Anhangabaú e do Tamanduateí, no entanto também aproveitadas pelos escravos e suas bilhas. A única fonte de qualidade era a chamada de Miguel Carlos, do nome de um chacareiro do local, situada na rua da Constituição, a futura Florêncio de Abreu. Enfim, para completar a tríade de desgraças que constituía o setor dos serviços públicos, tínhamos o descalabro que era a limpeza pública, se é que de limpeza se tratava. O pouco que se fazia nesse sentido era executado pelos presos, geralmente negros, que, arrastando as correntes, eram conduzidos por soldados.[16] O procedimento habitual da população continuava sendo jogar a sujeira nos rios ou nas encostas que desciam da colina central.

Se os serviços continuavam ruins, o poder público mostrava-se capaz, por outro lado, de proceder a obras de engenharia de algum vulto. A época de que estamos tratando é de contrastes. De uma parte vemos a cidadezinha ainda grudada ao passado, como que puxada para trás, pelo sempre poderoso ímã do atraso. De outra, há um ensaio de arrancada rumo ao futuro, já na década de 1850, mas principalmente a partir de 1860. Um exemplo de obra pública de vulto teve início ainda antes, em 1848, quando se iniciaram, de acordo com

plano do engenheiro Carlos Abraão Bresser, os trabalhos de retificação do rio Tamanduateí. A intenção era diminuir as enchentes que, em épocas de chuvas intensas, inundavam as margens desse rio, formando extensas várzeas. Um canal foi aberto, reto e mais profundo, um pouco mais adiante, na direção nordeste, de onde corria originalmente o rio. Com o desvio do curso para esse novo leito, ele se afastaria um tanto do sopé da colina central. A obra foi encerrada em 1851 e, na verdade, não resolveu o problema das enchentes, tanto que uma segunda e mais drástica retificação, complementada por trabalhos de alteamento dos terrenos nas imediações, teria lugar no fim do século. De resto, o suplício das enchentes era algo que já vinha desde a fundação, e cujo fim não se vislumbraria nem no século e meio que se seguiu à retificação de Bresser. Resta que, depois dessa primeira tentativa, mudou a paisagem urbana, por aqueles lados. Na trilha onde corria originalmente o Tamanduateí, toda cheia de voltas, tanto que, se o leitor se lembra, a região era ali chamada de Sete Voltas, foi aberta uma rua, de início chamada “rua de Baixo” e depois, quando ganhou um nome oficial, “25 de Março”, em honra ao dia em que foi promulgada a Constituição do Império.[17]

O comércio no período ganhou impulso, e isso basicamente porque havia algo de novo, no setor: uma significativa presença de estrangeiros, estabelecidos em atividades que muitas vezes consistiam em experiências pioneiras, na cidade. É o caso dos franceses Estêvão e Celestino Bourroult, rotulados por um autor de “introdutores do bom gosto na cidade”.[18] O inglês Henry Fox abriu uma relojoaria no andar térreo do sobrado onde morava, na rua do Rosário, a futura 15 de Novembro. Seu domínio da especialidade levou-o a ser contratado, em 1842, para construir o relógio da Sé. Não se tratava de tarefa de pouca monta. São Paulo ganharia, com ela, seu primeiro relógio público — acoplado à única torre da velha igreja. Fox, uma vez instalado o relógio, virou seu mantenedor, e tomou-se de tais amores por sua obra que consta ter estabelecido a rotina de, toda tarde, ir vistoriá-la. Subia os degraus do coro da igreja, daí passava à torre e demorava-se na inspeção do mecanismo. O inglês cumpriu tal rotina por quase meio século, até sua morte, em 1891, aos 79 anos, e consta que, nesse período, “a Sé nunca atrasou um minuto”.[19] Coisas de inglês. Coisa de franceses eram a moda e a elegância em geral, e foi assim que surgiram modistas como Mme. Martin, Mme. Pruvot, Mme. Rochat e Mme. Pascau, e cabeleireiros como Teyssier e Biard. Os nomes franceses constituíam-se em marcas comerciais de valor supremo. Quando o barbeiro Teyssier voltou para a França, em 1871, o empregado que lhe herdou o negócio, Inácio Preto, acrescentou Teyssier ao próprio nome.[20] Certamente se sentiria inseguro se exercesse o ofício como um

simples Inácio Preto. Outro francês, Anatole Louis Garraux, fundou em 1860 uma livraria destinada a marcar época. Garraux chegou à cidade enviado por Baptiste Louis Garnier, célebre livreiro do Rio de Janeiro, quando Garnier decidiu abrir uma filial em São Paulo. Logo tornou-se, ele próprio, dono do negócio, estabelecido de início no largo da Sé, depois na rua do Rosário.[21] Sua livraria não era apenas muito melhor do que as duas modestas casas do gênero que lhe antecederam na cidade. Virou também ponto de encontro, e ganhou o status de "livreiro da Academia jurídica de São Paulo", segundo se lia no catálogo referente ao ano de 1865. Nesse catálogo, desfilam desde a *Constituição Política do Império do Brasil*, primeiro dos 189 títulos jurídicos disponíveis, até traduções dos franceses Victor Hugo, Flaubert e George Sand, incluídos, com os portugueses Camilo Castelo Branco, Garrett e Herculano, e com os brasileiros José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, entre os 473 títulos sob a rubrica "Obras de literatura, história, novelas, romances ilustrados, etc., etc.". De permeio, entre os livros que se pretendiam auxiliares práticos da vida, havia um *Novo Manual de Bom-tom, Contendo Modernísimos Preceitos de Civilidade, Polidez, Conduta e Maneiras em Todas as Circunstâncias da Vida*, e um *Preservação Pessoal — Tratado Médico sobre as Doenças dos Órgãos de Geração, Resultantes dos Hábitos Clandestinos, com Observações sobre Impotência Prematura*.[22]

Os estrangeiros foram também responsáveis por um ramo de atividade que antes não conhecera senão ensaios incipientes — o dos hotéis. No pátio do Colégio, aliás, largo do Palácio, surgiram dois, na década de 1850, o Hotel Universal e o Hotel do Comércio. O Universal, do francês Lefèvre, introduziu o costume de servir ceias elegantes. O do Comércio seguiu-lhe os passos, e anunciava que, nos dias de função no teatro, ficaria aberto até uma hora depois do espetáculo. Um hotel que nasceu com o nome de Quatro Nações, depois mudou-o para Hotel da Itália, e enfim para Hotel de França, ocupou, na esquina de Direita com São Bento, o suntuoso sobrado do brigadeiro Jordão, que hospedara D. Pedro I e onde se realizara um dos bailes em honra a D. Pedro II. Depois de 1860, surgiram os hotéis da Europa e Globo, maiores e mais confortáveis.[23] Em 1865, hospedando-se no Hotel de França, o visconde de Taunay observou que era frequentado "por tudo quanto São Paulo tinha de melhor, no pessoal masculino".[24] "Pessoal masculino" porque ai da mulher que ousasse pôr os pés nele. Mesmo para os homens, havia algo de transgressor no hábito novo de reunir-se fora do ambiente doméstico. "A vida coletiva dos hotéis", escreveu um autor, "feria a susceptibilidade da população paulistana,

com o aspecto de uma promiscuidade perigosa e intolerável, incompatível com o regime de tacanho recato, cheio de reservas e retraimentos, que só se abrandava após largo período de convívio e de adquirida estreita amizade".[25]

Em 1853 São Paulo conheceu seu primeiro jornal diário, o já mencionado *O Constitucional*. No ano seguinte surgiu outro, este destinado a longa vida, o *Correio Paulistano*. Seu criador foi Joaquim Roberto de Azevedo Marques, sobrinho do Antônio Mariano de Azevedo Marques, o Mestrinho, que, se o leitor se lembra, foi pioneiro da imprensa na cidade, primeiro como fundador do jornal manuscrito *O Paulista* e depois como coeditor do *Farol Paulistano*. Pode-se datar dessa época a afirmação da imprensa em São Paulo, fenômeno cuja importância não escapou a Richard Morse. "A imprensa fazia parte do processo de extroversão da cidade", escreveu. "Era através da imprensa que uma teia de interesses distantes e impessoais se projetava sobre a tela circunscrita e imediata, vista e sentida, da rotina e do costume." São Paulo, acrescenta o mesmo autor, não comportava mais ter como veículos de comunicação os pregoeiros e seus tambores.[26] Por esses mesmos anos o velho Teatro de Ópera, que vivera período de atividade relativamente intensa logo após a instalação da Academia, quando chegou a ser alugado por um grupo de estudantes para encenações que eles mesmos promoviam, entrou em decadência. Um relatório do governo da província de 1852 dava-o como em estado lamentável, e informava que os espetáculos "há muito tempo" haviam sido suspensos.[27] Em 1854, o *Correio Paulistano* tachava o predinho do pátio do Colégio de "sarcasmo arquitetônico" e acrescentava: "Sem forma exterior de teatro, limitado, sem força para as operações cênicas, ameaçando ruína, incômodo para os que aí consomem o seu dinheiro, esse teatro ainda está de pé: melhor fora que não o tivéssemos."[28] Em 1860, o mesmo jornal voltava à carga e, além de observar que o "pano de boca é vergonhoso", contava que a mobília apresentada em cena no velho teatro era sempre a mesma, "quer a ação do drama se passe em Portugal na época atual, ou na Alemanha há trezentos ou quatrocentos anos".[29] Em 1870, finalmente, o Teatro de Ópera, de modesta compleição e pobres recursos, porém dono de uma existência que não é exagero definir como gloriosa, pontilhada que foi pelas visitas de dois imperadores, sendo que o primeiro ali mesmo acabou proclamado soberano, naquela noite extraordinária de setembro de 1822, conheceu o seu ocaso. Foi demolido pelo português de nome Chumbinho, ele que, ator nas horas vagas de seu ofício de mestre da construção (e da destruição), ali representara algumas vezes. Dizem que o Chumbinho chorou.[30]

O Teatro de Ópera, a essa altura, já tinha sucessor. Era o Teatro São José, cuja

pedra inaugural fora lançada em 1858, mas que demorara seis anos para ficar pronto. Ou melhor: nem pronto ficara, ainda, mas mesmo assim foi inaugurado, a 7 de setembro de 1864, com a peça *A Túnica de Nessus*, do estudante da Academia Sizenando Nabuco, irmão mais velho do logo também estudante na mesma escola Joaquim Nabuco. O São José era bem maior — um prédio de dois lances mais sótão, com muitas janelas e três portas de entrada pequenas. Mas, em matéria de arquitetura, não representava desastre menor do que o Teatro de Ópera — mais parecia uma fábrica. Ficava no largo de São Gonçalo, que por vezes era também chamado de largo Municipal, ou largo da Cadeia, por causa da Casa de Câmara e Cadeia, ali também instalada, e que doravante também teria o apelido de largo do Teatro.[31] Com tantos nomes, nenhum desses sobreviveria, e sim o de um morador do local, o ilustre jurista e político dr. João Mendes de Almeida, que habitava um sobrado junto à igreja de São Gonçalo. Recapitule-se o que era esse largo de São Gonçalo, rebatizado no final do século de praça João Mendes: sede do teatro, da Câmara, da cadeia e de duas igrejas, São Gonçalo e Remédios. Assim como os nomes, nenhum desses edifícios sobreviveria, com a exceção da primeira das duas igrejas.

Figura 37



O Teatro São José, *foto de Militão Augusto de Azevedo, 1898.*

No teatro, parte da população poderia encontrar cultura e diversão. Mas do que o povo gostava mesmo, todo o povo, ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e negros, era de procissão. Ninguém escapava. O próprio imperador D. Pedro II participou da procissão do Senhor dos Passos, durante a visita a São Paulo, ocupando o lugar de honra no percurso entre as igrejas do Carmo e do Colégio. As procissões continuavam, em meados do século, a se constituir menos numa manifestação religiosa que numa ocasião de congraçamento, de distensão — e de farra. Já na véspera, a ansiedade tomava conta da cidade, como, século e meio depois, a véspera de um feriado, ou, melhor ainda, de um

“feriadão”, como passou a se chamar o feriado encavalado com um final de semana, grosso como prêmio de loteria acumulado. Rojões espocavam no ar, antecipando o grande dia. Um testemunho da época, o livro de memórias de D. Maria Pais de Barros, filha de ricos fazendeiros, dá ideia do clima em que transcorria o dia de Corpus Christi. Os corações das crianças — Maria Pais de Barros era criança, na época em que situa suas memórias — “batiam tumultuosos” no rebuliço dos preparativos para ir à festa, nos quais se envolviam todos, senhores e escravos da casa. As irmãs, já mocinhas, iam vestir as roupas especialmente preparadas para a ocasião, nas quais as escravas davam os últimos retoques, com o ferro de passar nas mãos. Então, já prontos, iam todos à casa de um tio, Francisco Antônio de Sousa Queirós, o barão de Sousa Queirós, prestigioso chefe político, neto daquele Francisco Inácio de Sousa Queirós que comandou a bernarda de 1821. A casa de Sousa Queirós, onde se reuniam não apenas familiares, mas os correligionários políticos do anfitrião, ficava na esquina das ruas de São Bento e Ouvidor, e possuía janelas que ofereciam visão privilegiada do espetáculo. Os homens conversavam sobre a política e a lavoura. As mulheres, em outra sala, falavam sobre filhos. Prossegue Maria Pais de Barros:

“Vinha afinal o aviso de que a procissão ia deixando a igreja. Chegavam-se todos às janelas: os senhores com suas famílias, às do salão grande; as meninas, às dos quartos; e, às da cozinha, todo o pessoal de serviço: pajens, mucamas e crianças. Dirigiam-se os olhares para o portal da igreja, onde apareciam os andores, suportados por ombros másculos, mediante longos varais. Caminhavam todos lentamente, pela rua juncada de folhas. Dos lados iam os anjinhos de branco e azul, muito cônscios do seu papel. As crianças, que da janela assistiam pela primeira vez ao préstito, faziam mil perguntas às escravas:

— Quem é essa santa?

— É Santa Margarida, Nhonhô. Pois não vê que está com o carneirinho?

— E este, quem é?

— É São Francisco. Não vê que ele é frade e tem um cordão na cintura?”

O único momento em que “perpassava um vislumbre de espiritualidade” pela assistência, segundo a memorialista, era quando aparecia o bispo, sob o pálio, carregando o cibório de ouro em que se guardavam as hóstias. Então, todos se ajoelhavam. Vinha em seguida a banda de música e, fechando o cortejo, o povaréu. Mas não se pense que, passada a procissão, findava a festa. As ruas ficavam ainda borbulhantes de gente que passava de um lado para outro. As quitandeiras, tabuleiros à cabeça, vendiam quitutes. E assim ia, noite adentro, até

altas horas.[32]

Figura 38



A casa de Sousa Queirós (dir.) na esquina da rua de São Bento, foto de Militão Augusto de Azevedo.

As procissões tinham sempre um elemento bufo que contrabalançava — ou até desmoralizava — o elemento religioso. A procissão dos Passos era precedida pela curiosa figura do "farricoco", personagem que, metido num camisolão sujo e com um capuz a encobrir-lhe o rosto, simbolizava a morte. O farricoco era atacado pelos moleques, que lhe atiravam paus e pedras, e defendia-se afastando-os com um chicote. Na procissão do Enterro, na Sexta-feira Santa, vinha, logo depois da pungente passagem do esquife, um centurião romano grandalhão que marchava, rodopiava, ensaiava pernadas e socava o chão com sua lança.[33] As procissões seriam, de certa forma, precursoras das escolas de samba, e davam vazão a aspectos menos pios da religiosidade, nesse e em outros períodos. Outra testemunha da época, o escritor Francisco de Assis Vieira Bueno, escreveu que a missa da igreja da Misericórdia, no largo do mesmo nome, era a mais concorrida por ser a mais curta.[34] Nas missas, os homens se postavam nas laterais da igreja e as mulheres no meio. Não havia bancos. Os homens ficavam de pé, e as mulheres sentavam-se no chão. Segundo Maria Pais de Barros, em São Paulo as sinhás não tinham nem mesmo o privilégio de sentarem-se sobre tapetes trazidos pelas escravas, como em outras cidades brasileiras.[35] Se a religiosidade era superficial e o povo elegia como a preferida a missa mais rapidinha, aquela em que o padre engolisse mais sofregamente as orações, o comportamento do clero também não contribuía para maior recato. Vieira Bueno destina parágrafos implacáveis à descrição dos desatinos que dominavam a Sé ao tempo do bispo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (1827-1847). O bispo, nomeado ainda no tempo de D. Pedro I por intercessão — informa o mesmo autor — da marquesa de Santos, dividia-se entre as funções

religiosas e a militância política, líder que era do Partido Conservador. Também tinha uma fazenda, com escravos e tudo, e era afeito aos hábitos mundanos. “Eu o vi no teatro, um dia de representação de gala, trajando casaca e calção, e só trazendo como distintivo de seu estado a voltinha e o chapéu de três bicos”, escreve Vieira Bueno, escandalizado. A Sé, ao tempo do bispo Andrade, virou “um pandemônio, um foco de intrigas de sacristia que às vezes produziam atos tão violentos que, numa ocasião, um cônego puxou punhal para agredir um colega”. Havia um padre, um português, que costumava exagerar no consumo de vinho. Nas missas cantadas esse padre desafinava — e o bispo era o primeiro a rir, quando isso acontecia. Os meninos do coro, na hora do incensamento, costumavam balançar o incensório bem próximo da cabeça do porteiro da igreja, pessoa que haviam elegido como alvo preferencial de suas chacotas. O homem tentava fugir dos golpes deslocando a cabeça, e ganhava-se com isso outro motivo de hilaridade. A tais brincadeiras acrescentava-se que a Sé, “foco de desmoralização”, era palco das “mais libertinas conversações”. Não eram poucos os padres que desrespeitavam a lei do celibato, e “ostensivamente colaboravam para o aumento da população”.[36]

A cidade conheceu outro avanço, no período, além dos já citados — um cemitério. Um cemitério de verdade, não o pequeno e pobre cemitério dos Aflitos. O hábito de fazer os enterramentos dentro das igrejas tinha chegado a uma situação próxima da calamidade pública. Quando se tratava de um religioso, filiado a um convento, ou de sócio de uma Ordem Terceira, ainda podia contar com sepulcro decente, situado fora da igreja respectiva. Aos demais, e os demais eram o grosso da população, pois às ordens terceiras pertenciam apenas os mais abastados, sobrava ser enterrado dentro das igrejas mesmo. E isso, segundo o mesmo Vieira Bueno, era “um horror”. Nas brechas do assoalho das igrejas, viam-se fileiras de sepulturas, cobertas por tábuas. Quando era hora de fazer novo sepultamento, levantava-se a tábua de cobertura e cavava-se a terra suja, mesclada de ossos. Abria-se ali mesmo nova cova, nem sempre profunda, e depositava-se o novo cadáver, em geral sem caixão. A mesma terra que fora tirada para abrir a cova era então socada de novo. “Imagine-se”, escreve Vieira Bueno, “que ar melífico enchia tais igrejas; e a que perigo de infecção se expunham as mulheres, passando horas sentadas sobre o pavimento”. Lá atrás, no século XVIII, ainda no tempo da colônia, o governo português havia ordenado que não se fizessem mais enterramentos nas igrejas.[37] Mas a ordem em São Paulo foi sistematicamente descumprida. Enfim, a Câmara decidiu, nos anos 1850, que o município construiria um cemitério. O local inicialmente escolhido

foi o campo Redondo, nome da área que mais adiante seria conhecida como Campos Elísios. Houve oposição a essa ideia, no entanto, e acabou-se por escolher o alto da Consolação, local afastado da cidade. O cemitério da Consolação começou a ser construído em 1854 e foi inaugurado em 1858. Um surto de varíola tomava então conta da cidade, razão pela qual o ritmo dos sepultamentos, logo nos primeiros dias, foi acelerado.[38] A bem da verdade, outro cemitério havia precedido, de poucos anos, o da Consolação, um cemitério que, curiosamente, se dividia em dois: uma metade chamada Cemitério dos Alemães, destinada a alemães e outros estrangeiros católicos residentes na cidade, e a outra chamada Cemitério dos Protestantes, para os não católicos. Foi aberto em 1851 e ficava na Luz.[39] Mas o da Consolação é que realmente teve o significado de uma conquista da cidade. Provava-se, com ele, que cemitério também é progresso.

Figura 39



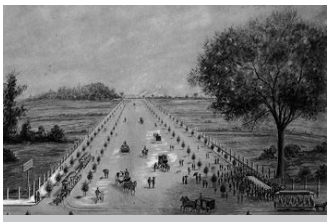
Dona Maria Pais de Barros, aos 22 anos, com o marido e o filho, em retrato de 1873.

O grosso das edificações de São Paulo, no período, era constituído por casas térreas, pertencentes a pessoas pobres ou remediadas. Vez por outra, dava-se com um sobrado, quase sempre amplo e maçudo. Três deles se fizeram presentes, nos parágrafos precedentes: os dois que abrigaram bailes em honra de D. Pedro II e aquele de onde D. Maria Pais de Barros assistia à passagem da procissão de Corpus Christi, quando criança. Os sobrados eram a residência dos ricos. Abrigavam as grandes famílias patriarcais, e respectiva escravaria de serviço. Nos parágrafos precedentes também desfilou uma penca de comerciantes estrangeiros, responsáveis por um comércio mais ativo e mais

refinado. Os sobrados e as lojas dos estrangeiros são sinais de um fenômeno da mais alta relevância, observável especialmente a partir de 1860: começava a circular algum dinheiro na cidade. Por quê? Que estaria ocorrendo? Resposta no próximo capítulo.

Antes, dois últimos e breves registros sobre a visita de D. Pedro II. O primeiro é que ela deixou rastro nos nomes das ruas. Uma que começava ao lado da igreja da Sé e demandava ao largo de São Gonçalo, conhecida até então como rua de São Gonçalo, passou a chamar-se rua do Imperador. E a rua do Rosário, a tradicional rua do Rosário, uma das principais da cidade, foi rebatizada rua da Imperatriz. O segundo diz respeito ao propósito de curar as cicatrizes da Revolução Liberal de 1842, a razão da visita do soberano. Vá lá: no atacado, tal objetivo foi alcançado. Mas algum ressentimento terá permanecido. Em 1853, a quinta comarca da Província de São Paulo, com sede em Curitiba/Paranaguá, foi feita província autônoma, com nome de Paraná. Embora já mais de dez anos se tivessem passado, atribui-se este último desmembramento do território paulista a uma represália contra a rebeldia da província naqueles idos.

Figura 40



ARRANCADA



XXII

O General Caxias e o General Café

A década de 60 do século XIX é a década da Guerra do Paraguai. São Paulo, como o resto do país, foi tomada pelo ardor patriótico. “O assunto principal de todas as reuniões era a guerra, e dominante o desejo de vingança”, depõe uma testemunha, nossa já conhecida, D. Maria Pais de Barros.[1] Sucedem-se na cidade as iniciativas destinadas a ajudar no esforço de guerra, nas quais se sobressairia, mais uma vez, a marquesa de Santos. Era o canto do cisne, ou mais propriamente, o último apito da já então veterana locomotiva da sociedade paulistana, ela que, viúva do brigadeiro Tobias, morreria em 1867, aos 70 anos, sem assistir ao fim da guerra. Na Academia, mal cabendo em si de febre patriótica, grupos de estudantes passaram a treinar tiros, equitação e natação, preparando-se para enfrentar as durezas do conflito.[2] Uma escola de tiros foi improvisada num barracão armado no campo dos Curros, a futura praça da República.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) coincide com a lufada de ar fresco no ambiente moral e intelectual da cidade representada pela entrada em circulação do *Cabrião*, semanário satírico comandado por Américo de Campos, que dali a pouco seria um dos fundadores de *A Província de S. Paulo*, nome primitivo de *O Estado de S. Paulo*, e do italiano Ângelo Agostini, um dos pioneiros da caricatura no Brasil, cujo traço se perpetuaria como fonte de informação e de deleite para a posteridade. O *Cabrião* não foi o primeiro jornal do tipo em São Paulo. Pouco antes, entre 1864 e 1865, circulou o *Diabo Cocho*. O *Cabrião* existiu entre 1866 e 1867. Como o antecessor, durou pouco, mas contribuiu com o necessário escracho para a melhor compreensão da vida do período, inclusive os eventos relacionados com a guerra. Sobre a escola de tiros do campo dos Curros, publicou o jornalzinho, em sua edição de 7 de abril de 1867: “Consta que todos os dias são ali fuzilados três ou quatro paraguaios de algodão, que servem de alvo de pontarias, e que os atiradores mostram sempre decidida

valentia e inalterável sangue-frio em presença daqueles simulacros de inimigos.”[3]

O entusiasmo inicial aos poucos foi esmorecendo. A guerra ia-se prolongando além da conta, e à morosidade das ações no campo de batalha correspondia o arrefecimento das paixões, no fronte interno. O *Cabrião* tinha no duque de Caxias, comandante das forças brasileiras, um alvo preferencial. Um dia Ângelo Agostini o retratava amolando a espada, como se amola uma faca, e dizendo que tinha de amolar as espadas de todo o Exército, antes de finalmente decidir-se ao combate. Outro dia, sempre na veia da demora e da suposta indecisão do comandante-chefe, apresentava-o queixando-se de que faltavam botões nas fardas dos soldados, razão pela qual ainda uma vez tinha que adiar o assalto ao inimigo. Mas não eram a falta de entusiasmo, ou o desânimo pelos impasses do conflito, o que mais incomodava, na cidade. O pior era a caça aos “voluntários”. Tenebrosos métodos de recrutamento, na melhor tradição dos tempos coloniais, aterrorizavam a população. As maiores vítimas, como se pode imaginar, eram os pobres. Os ricos mandavam os escravos, em lugar dos filhos, ou arregimentavam homens livres, em troca de algum tipo de recompensa, com o mesmo fim. Para os menos aquinhoados, a sorte podia ser cruel.

Maria Pais de Barros já havia registrado as diferentes verberações que a guerra provocava, conforme se tivesse nascido de um lado ou de outro da contradição social. “Se nas classes cultas ardiam os brios patrióticos e guerreiros”, escreveu, “o mesmo não acontecia entre o povo, para o qual ressoava dolorosamente a palavra ‘recrutamento’”. Alguns, para escapar de serem mandados para a guerra, chegavam a mutilar-se: “[...] uns cortavam um dedo, outros quebravam os dentes, e houve até pretos que despejaram sobre o pé um reminhol cheio de garapa fervente”, escreveu a mesma autora.[4] Muitos não saíam de casa ou, quando saíam, vestiam-se de mulher. O principal recurso dos que fugiam, no entanto, era embrenhar-se no mato e ali esperar dias melhores. Por severas que fossem as privações, eram preferíveis ao destino de ser mandado para estranhas e longínquas terras, de onde era duvidoso que se conseguisse voltar. A caça aos recrutas alcançou seu auge no período em que a província foi governada pelo alagoano José Tavares Bastos (1866-1867). Repetindo procedimento do capitão-mor que, sessenta anos antes, fechara as ruas onde se concentrara a multidão que acompanhava a procissão de Corpus Christi, para prender e arrebanhar os homens válidos para a guerra, Tavares Bastos usou do expediente de organizar uma parada militar, para a qual atraiu boa quantidade de povo ao Quartel de Linha. Então mandou fechar as portas, e a multidão viu-se

aprisionada como num curral. Circunstância particularmente cruel foi que os homens e rapazes assim emparedados passaram dois dias sem que lhes fosse servida uma refeição.[5] O recrutamento, segundo o *Cabrião*, espantava "até os gatos que andam pelos telhados".[6]

Figura 41



Caricatura publicada no jornal Cabrião, sobre a convocação para a Guerra do Paraguai.

Quando a guerra dava motivo de festa, no entanto, festejava-se. Foi assim quando, em 1868, chegou a notícia da vitória em Humaitá. Reservaram-se três dias de comemorações, com bandas de música e iluminações. E, como não poderia deixar de ser, houve outra festa, maior ainda, quando da vitória final. O 7º Batalhão de Voluntários, formado por paulistas, chegou de volta à cidade, na manhã de 25 de abril de 1870. "Voluntários" era modo de dizer, como sabemos, tendo em vista os métodos de recrutamento, mas em todo caso, agora vinham vitoriosos e felizes, e foram alvo de homenagens que se iniciaram em frente ao Seminário Episcopal, situado no campo da Luz, no início da futura avenida Tiradentes. O Seminário Episcopal, a cujo conjunto pertencia a igreja de São Cristóvão, fora construído década e meia antes, entre 1853 e 1856, pelo então bispo diocesano, D. Antônio Joaquim de Melo, e destinava-se não só à formação de padres, mas também, em classes separadas, ao ensino das letras e das ciências a quem não pretendia seguir a carreira eclesiástica.[7] Ali, num altar ao ar livre montado junto ao edifício, foi rezado um *Te Deum*. O batalhão exibia, rota e crivada de balas, a mesma bandeira que, confeccionada pelas mulheres da província, lhes fora entregue cinco anos antes, ao partir para o fronte. Em seguida, os soldados marcharam, entre alas de povo e arcos de triunfo, cidade adentro. Na Sé foram saudados pela mocidade acadêmica, discursando, em nome dos estudantes, o quintanista Francisco de Paula Rodrigues Alves. "Este rapaz vai longe", alguém poderia ter dito, mesmo que as palavras do orador não fugissem de surrada verborragia patrioteira, e teria acertado. O jovem Rodrigues Alves, natural de Guaratinguetá, e colega, na Academia, de Joaquim Nabuco,

Castro Alves e Rui Barbosa, viria a ser, no alvorecer do século seguinte, presidente da República. Depois de breve parada no Quartel de Linha, o batalhão deu meia-volta e tomou de novo o rumo da Luz, onde, no Jardim Público, aguardava-o um banquete para quinhentas pessoas, patrocinado pelos comerciantes da cidade. Por três noites, em seguida à chegada do batalhão, a cidade iluminou-se. No triângulo formado pelas ruas da Imperatriz, de São Bento e Direita, as casas foram enfeitadas com bandeiras, colchas bordadas, flores e folhagens. No terceiro dia, às quatro da tarde, deu-se solene cerimônia durante a qual, na igreja da Sé apinhada de gente, o batalhão entregou sua bandeira às autoridades religiosas.[8]

De resto, como em muitas outras cidades brasileiras, a Guerra do Paraguai deixaria sua marca nos nomes das ruas e praças. Uma rua da Cidade Nova seria chamada de 24 de Maio, em memória da data da Batalha de Tuiuti, e outra 11 de Junho, dia da Batalha do Riachuelo, nome que mais tarde seria trocado para D. José de Barros. O nome Riachuelo seria ainda usado para batizar uma rua e um largo — este depois rebatizado de praça da Bandeira —, e o velho largo do Zunega, onde ficava o tanque do Zunega, viraria largo do Paissandu, nome da cidade uruguaia tomada pelos brasileiros nos primeiros lances da guerra. Comandantes militares, como Caxias e Osório, também virariam nomes de logradouros públicos. Enfim, palavras que traduziam a euforia reinante nomeariam as ruas chamadas Aurora, Vitória e do Triunfo.[9]

A guerra é a queridinha da história, a favorita, desde os gregos, dos historiadores clássicos. Com seu cortejo de batalhas e de heróis, astúcias, bravatas, misérias e covardias, contribui para dar a impressão de que a história dos povos é ação e movimento. Por isso, a Guerra do Paraguai é o fato por excelência da década de 1860. Mas... Pesadas bem as coisas, pelo menos para São Paulo, de muito maior importância, nessa mesma quadra, é um não fato. Enquanto o general Caxias metia-se pelos rincões ingratos do Mato Grosso e do Paraguai, uma outra invasão, quase invisível, quase imperceptível, porque dispersa no espaço e imprecisa no tempo, ocorria bem mais próxima, e destinada a proporcionar à cidade a virada decisiva de sua existência. Estamos falando do movimento do café em direção às regiões então conhecidas como “Oeste paulista”.

O café entrou no Brasil pelo Norte. Estabeleceu-se primeiro no Pará, aonde chegou via Guiana Francesa, ainda na primeira metade do século XVIII. De lá migrou para alguns estados do Nordeste e continuou descendo. Em fins do mesmo século XVIII já chegara ao Rio de Janeiro, plantado nos próprios

quintais ou nos morros que rodeiam a cidade, para consumo restrito, às vezes apenas doméstico. A Floresta da Tijuca, hoje majestoso parque plantado no meio da cidade do Rio de Janeiro, já abrigou cafezais. Na cidade de São Paulo, teve um seu pioneiro na figura já nossa conhecida de José Arouche de Toledo Rendon. Ele plantou café no sítio que possuía na margem direita do Tietê, conhecido como "Casa Verde", e que iria dar nome ao bairro que se formou no local.[10] Rendon chegou mesmo a exportar — é considerado o primeiro exportador paulista do produto —, mas nada significativo. O café começou a tornar-se importante quando, a partir do Rio de Janeiro, ganhou o vale do Paraíba e, aí sim, conheceu solos, temperaturas, altitudes e extensões de terra favoráveis a seu cultivo maciço. Na virada do século XVIII para o XIX, entrou na pauta de exportações brasileira. Em 1796, exportaram-se do porto do Rio de Janeiro 8 mil arrobas. Dez anos depois, em 1806, essa quantia havia decuplicado — 82 mil arrobas.[11] Tal impulso correspondia ao fato novo que era o gosto de tomar café na Europa e, principalmente, no país que, recentemente constituído, atendia pelo nome de Estados Unidos da América. No vale do Paraíba produziram-se, em 1836, pouco mais de 500 mil arrobas de café, o que correspondia a 86% da produção brasileira, e, em 1854, 2,7 milhões de arrobas, o que correspondia a 77,5%.[12] Era a região-chave do Brasil, geradora da riqueza que proporcionava o engate do país na economia mundial. Extensas propriedades, com vasta escravaria, caracterizavam a região. Seus donos eram candidatos naturais a grandes do Império, na economia como na política. E não estamos falando apenas da porção fluminense do vale do Paraíba. A parte paulista ganhou igual configuração, e cidades como Bananal impuseram-se como das mais ricas da província.

E a cidade de São Paulo com isso? Nada. São Paulo não usufruiu nenhum benefício da expansão cafeeira, enquanto ela se limitou ao vale do Paraíba. A região toda, inclusive a parte paulista, era tributária do Rio de Janeiro. Era para este porto que o café fluía, em lombo de burro. Ou então a portos como o de Ubatuba ou Parati, de onde rumava até o porto do Rio de Janeiro, para daí ganhar o mundo. Ocorre que, por volta da década de 1860, que é a época sob nossa atenção, o vale do Paraíba entrava em fase de declínio. O desmatamento selvagem, o plantio sem critérios e outros desmandos determinaram a rápida deterioração do solo. Anunciava-se o quadro que, em poucos anos, transformaria a região num cemitério de fazendas abandonadas e cidades que, mal conhecida a prosperidade, mergulharam na pobreza. A decadência do vale do Paraíba não configurou, porém, a decadência do café. Este deu uma estratégica virada de

rumo e foi ganhar a região onde encontraria condições ainda melhores de crescer e consolidar-se como o produto nº 1 da pauta brasileira — aquela que anunciamos como “Oeste paulista”. Na verdade, não é bem oeste. Há regiões em território paulista muito mais a oeste, que, por sinal, a seu devido tempo, também seriam conquistadas pelo café. Trata-se, neste primeiro momento, da região de Campinas, chamada então de “Oeste” apenas por estar a oeste do vale do Paraíba. Durante todo o século XVIII, esta era uma região escassamente povoada. Quando muito, o que se encontrava por ali eram lugares de pouso no caminho de Goiás. Na primeira metade do século XIX, Campinas conheceu um primeiro surto de progresso ao tornar-se um centro açucareiro. O café foi surgindo devagar. Em 1835, nove fazendas da região produziam 808 arrobas de café. Quinze anos mais tarde, 89 fazendas já produziam 200 mil arrobas.[13] Um relatório do governo da província afirmava, em 1852: “A mudança da cultura do açúcar para a de café e chá é uma tendência que os nossos fazendeiros manifestam e se vai operando insensivelmente.”[14]

Um dos paulistas notáveis do período, Martinho Prado, personifica um caso exemplar. Em 1839, Martinho, que viria a se tornar, com seus filhos, o maior potentado do surto paulista de desenvolvimento, comprou, na vila de Mogi Mirim, vizinha a Campinas, a fazenda Campo Alto. Era uma fazenda de açúcar. Lá pelos meados da década de 1850, a Campo Alto já estava convertida para a produção do café.[15] O produto encontrava, na região, condições muito a seu gosto. Ao contrário do vale do Paraíba, espremido entre a serra do Mar e a da Mantiqueira, esta não é uma área montanhosa. É uma planura sem fim, alterada apenas por leves ondulações. Além disso, os cafezais conheceriam, ali, o casamento com seu tipo de solo favorito — a chamada terra roxa, resultado da decomposição de rochas basálticas de origem vulcânica. De Campinas, em poucos anos, o café se expandiria para o norte até Ribeirão Preto. Nesse trajeto, mais uma vez, o caso de Martinho Prado nos serve de exemplo. Ele e seus filhos Antônio e Martinho Jr., o “Martinico”, foram ampliando seus domínios. Adquiriram terras virgens que iam do norte do rio Mogi Guaçu à região de Casa Branca. Dali saltaram para São Simão e, finalmente, Ribeirão Preto, destinada a tornar-se a capital do café, onde adquiriram a fazenda São Martinho. Esta São Martinho acabaria por converter-se — isso já na década de 1880 — na maior fazenda de café do Brasil. Estendia-se por 14 mil alqueires, e chegou a abrigar 3,4 milhões de pés de café.[16]

Abramos um parágrafo para nos deter sobre esta família Prado. Daqui para diante ela aparecerá com insistência nesta história. Tratemos de nos aproximar

de alguns de seus membros. O primeiro Prado que nos interessa tem o nome de Antônio e já com ele travamos conhecimento quando da visita de D. Pedro I a São Paulo, hospedeiro que foi ele, em seu sobrado dos Quatro Cantos, do jovem imperador. Esse Antônio nasceu em 1788. Cresceu e chegou à maturidade, portanto, bem antes da explosão do café. Os escassos recursos da província, ao seu tempo, levaram-no a engajar-se no negócio de levar tropas de mulas para vender em Goiás e na Bahia, atividade que lhe valeu o primeiro impulso rumo à fortuna. Mais adiante envolveu-se com o comércio de açúcar e também auferiu bons lucros na atividade de arrecadador de impostos, uma das boas sinecuras que se podia arrancar do governo na época.[17] Quando da Revolução Liberal, em 1842, Antônio Prado ficou do lado bom, quer dizer, do lado vencedor. Qual seja: manteve-se fiel ao governo, uma opção que ajudou a manter a direção dos ventos em seu favor. Em 1848, aos 60 anos, foi feito barão de Iguape pelo imperador D. Pedro II. E em 1850 viu-se nomeado para dirigir a agência do Banco do Brasil então aberta em São Paulo.[18] De passo em passo, das mulas a barão e banqueiro, eis Antônio Prado transformado num magnata ainda da era pré-café. No sobrado da rua de São Bento, situado no local onde um dia seria implantada a praça do Patriarca, nasceu-lhe, em 1825, a filha Veridiana, que viria a ser das mais prestigiosas damas da cidade. Antônio Prado, com a autoridade que lhe conferia a condição de patriarca da família, fez Veridiana casar-se, aos 13 anos, com um meio-irmão dele, Martinho, de 27 anos, filho da mesma mãe com outro pai. Nada disso constitui-se em alguma coisa incomum, para a época: nem casar-se aos 13 anos, para uma menina, nem casarem sobrinha com tio. Martinho, com o dote que recebeu do sogro e irmão, fará a feliz conversão dos interesses da família para o café. Durante os primeiros dez anos de casamento, ele e Veridiana viverão na fazenda de Mogi Mirim. De lá, Veridiana só saía, em carro de boi ou a cavalo, para parir. E como paria! Aos 22 anos, já tinha tido cinco filhos e um aborto. Aos 23 anos, ela mudou-se com o marido para São Paulo, onde lhe nasceriam mais três filhos.[19] Dos filhos do casal Martinho-Veridiana Prado, quatro tiveram papéis preeminentes na vida — o primogênito, chamado Antônio como o avô, o segundo, chamado Martinho como o pai, mas que, por ser o Martinho Jr., virou Martinico, e os dois mais novos, Eduardo e Caio.

Figura 42



Dona Veridiana (centro) em família. Primeiro à esq. é o filho Antônio e o seguinte Martinico (1890).

Desses quatro, nesta nossa história, figurarão com destaque Antônio, nascido em 1840, quando a mãe tinha 15 anos, e Martinico, nascido em 1843. Eles serão frequentadores contumazes dos capítulos seguintes. Por ora, voltemos a 1860, época em que a produção de café ainda está centrada em Campinas. As coisas vão muito bem, o surto de progresso parece garantido, mas enfrenta-se um problema — o transporte. No vale do Paraíba, situado próximo ao litoral, o acesso aos portos não oferecia dificuldades maiores. Agora estamos longe. O transporte do café pelo meio tradicional, que é o lombo do burro, representava um obstáculo considerável às ambições dos produtores locais. A esperança surgida com os cafezais que brotavam como maná no oeste rumava para morrer no nascedouro, a menos que... A menos que se inventasse algo diferente e revolucionário — e foi o que se fez. Eis-nos, então, apresentados ao segundo elemento desencadeador da arrancada paulista — a estrada de ferro.

Dia 6 de setembro de 1865. Lá vem ele, o “rei dos ventos, ginete dos pensamentos”, como o chamou Castro Alves. O rei dos ventos é o trem, que vem entrando na cidade. Ele corta agora o bairro conhecido por Mooca, permeado de chácaras, e aproxima-se da ponte que, transposto o Tamanduateí, dará acesso à região central da cidade. O serviço ainda não funciona regularmente. Mas os trilhos já estão todos assentados, no trecho da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí entre a serra e São Paulo, e o que está ocorrendo neste dia é uma viagem de experiência. A Câmara Municipal quis dar solenidade a tal viagem — a primeira em que a máquina-símbolo do progresso, no século XIX, fará sua entrada na Imperial Cidade de São Paulo. A empresa responsável pela estrada de ferro

concordou em que uma penca de convidados embarcasse na estação improvisada na Mooca e viesse no trem até seu ponto final, na estação da Luz. Entre os convidados figuravam ilustres figuras: Joaquim José dos Santos, o barão de Itapetininga, Joaquim Inácio Ramalho, o futuro barão de Ramalho, o padre Vicente Pires da Mota, ex-presidente da província, agora diretor da Academia de Direito, Antônio José Osório da Fonseca, presidente da Câmara Municipal. Na Luz, eles assistiriam ao batismo das duas locomotivas que vinham puxando o trem, uma a ser chamada de "Ipiranga" e outra de "Mauá". Depois participariam de um banquete, armado ao ar livre, no Jardim da Luz. Eis senão quando... Um solavanco, o trem se descontrola — e a viagem que deveria ser de festa termina em tragédia. Duas pessoas morreram, inclusive o maquinista, e muitas ficaram feridas, inclusive alguns dos figurões presentes.[20]

O episódio vai aqui relatado, ao se começar a falar de estrada de ferro, para bem ressaltar que — prodígio de precocidade — São Paulo conheceu o desastre de trem antes de conhecer o trem. Sobra, como consolo, que o banquete preparado no Jardim da Luz, abandonado no local, em lugar aberto, e à sanha dos predadores, no dia seguinte amanheceu intacto. Nem um talher havia sido surrupiado, o que prova que a cidade, ao contrário do que se apregoava na imprensa, e do que já então diziam os moradores, ainda vivia a era da inocência, em matéria de segurança pública. O desastre de trem assustou e consternou a população. Nem tanto, porém, que não permitisse brincadeiras a respeito. O *Diário de São Paulo,* jornal surgido naquele mesmo ano — primeiro diário ilustrado da cidade —, publicou um poemeto, de autoria de Segismundo José das Flores, pseudônimo de um de seus diretores, Pedro Taques de Almeida Alvim, o qual incluía os seguintes versos:

> "Seguro morreu de velho:
> Quem avisa amigo é:
> Quem quiser dar bons passeios
> Tem carrinhos — sem receios
> Bem baratos lá na Sé."[21]

A construção de estradas de ferro, antigo sonho, não só de São Paulo, mas de outras províncias, começou a ser viabilizada pela lei de 1852 que concedia gordos incentivos a quem investisse no setor. Entre outros, figurava a garantia de juros de 5% a 8%, conforme o caso, aos investidores, sobre o capital investido. Isso significava que, caso o lucro do negócio não chegasse a esse percentual, o governo bancaria a diferença. Outros incentivos incluíam a isenção de impostos

para a importação de materiais e a extração gratuita de madeira nas terras públicas.[22] A Estrada de Ferro Santos-Jundiaí começou a tomar forma em 1856, quando o maior empreendedor de seu tempo, Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá, aceitou, a instâncias de associados paulistas, assumir o projeto. Mauá fez então o que sempre fazia, para viabilizar seus empreendimentos: foi a Londres recolher capitais e tecnologia. Em 1860, estava constituída, entre Mauá e os ingleses, a São Paulo Railway Company, e naquele mesmo ano começou a obra. Mauá sairia dela arruinado, os ingleses, com lucros exorbitantes, mas nunca será demais enfatizar sua importância para São Paulo. Nem falemos no plano material ou econômico. Fixemo-nos no simbólico. Um trem, a maravilha tecnológica do século, iria cortar a serra do Mar, o paredão que desde os primórdios tanta dificuldade representou para quem se abalasse a subir aos altos de Piratininga. Diante disso, a proeza anterior, a calçada do Lorena, rebaixava-se, envergonhada, à condição de artigo contemporâneo da era das cavernas. São Paulo estava na iminência de dar passo decisivo no sentido de quebrar sua ancestral solidão.

Os engenheiros ingleses encarregados da obra enfrentaram tarefa hercúlea. A serra, segundo o chefe deles, representava “medonho fantasma”. “Todos os nossos esforços e intenções são por ela acabrunhados”, escreveu ele, “assim como uma nação infeliz é oprimida pela mão de um déspota”. O engenheiro-chefe, em sua correspondência, faz tristes alusões à mata e às subidas que se antepunham à sua frente, assim como aos macacos com que ele e os companheiros eram forçados a conviver.[23] Os quase 800 metros de altura da serra foram, afinal, vencidos por meio de uma série de planos inclinados, que os trens percorreriam puxados por cabos de aço. E, 17 meses depois da malsucedida viagem experimental, a Santos-Jundiaí, agora oficialmente batizada, conforme se lia nas locomotivas e nos vagões, de São Paulo Railway, ou SPR, e popularmente conhecida como “a Inglesa”, entrava em operação. A viagem inaugural ocorreu no dia 16 de fevereiro de 1867. O trem modificaria a face da cidade, com os sulcos que seus trilhos pespegaram no tecido urbano, as porteiras apostas nos cruzamentos com o trânsito local, o barulho e a fumaça. Novos bairros, como veremos, surgiriam ao sabor do curso dos trilhos. O antes aprazível bairro da Luz, escolhido para sediar a primeira estação ferroviária da cidade, se transformaria, de local de recreio, num ponto nervoso. Para que se construísse a estação, boa parte do jardim ali existente foi entregue à Inglesa, o que, além de mutilá-lo, representou a derrubada de árvores e a quebra de sua harmonia paisagística. Não se pense, porém, que a estação primitiva tivesse as

dimensões, ou o luxo, que viria a ter tempos depois. Era um sobradinho cor de castanha, com um pátio que se abria para a estreita plataforma.[24]

O trem e o café foram irmãos siameses a irromper na história de São Paulo. Não existiria café sem trem e não existiria trem sem café. E, se São Paulo se comprometia até o fundo da alma com o café, igualmente haveria de se comprometer com o trem. Mal entrara a estrada Santos-Jundiaí em funcionamento, um grupo de empreendedores paulistas já partiu para a etapa seguinte. Em 1868, criaram a Companhia Paulista. Tais empreendedores eram todos grandes fazendeiros, a ilustrar a simbiótica dependência entre café e trem. Entre eles, desempenhando papel preeminente, encontrava-se Martinho Prado, um dos organizadores e dos primeiros diretores da nova empresa.[25] A proposta era, a partir de Jundiaí, dar seguimento a estradas de ferro que conduzissem interior afora. Em 1872, inaugurava-se o trecho que conduzia de Jundiaí a Campinas. O café da região, que levava de três a quatro semanas para ser conduzido ao porto, em lombo de burro, agora chegava ao destino em uns poucos dias.[26] E isso era apenas o começo da expansão ferroviária, da própria Companhia Paulista e de outras — a Ituana (inaugurada em 1873), a Mogiana (1875), a Sorocabana (1879). Os grandes fazendeiros conservavam bons quinhões de mata, em suas terras, para garantir a lenha de que os trens necessitavam. A expansão do binômio trem-café custou devastação, poluição e genocídio dos povos indígenas que tinham a infelicidade de interpor-se em seu caminho. Assistia-se a novo surto de bandeirantismo, revisto e atualizado. Mas, ao fim e ao cabo, tinha-se verdadeiramente criado uma província e consolidado uma capital para essa província.

Estamos diante de um cenário de enorme alcance. Pela primeira vez na História, e em meio a um veloz processo de modernização, São Paulo, a província, articulava-se num todo — econômica, física e politicamente. Articulava-se economicamente em torno do café, fisicamente ao longo dos trilhos das estradas de ferro e politicamente por interesses comuns que multiplicariam a influência de sua elite, no contexto do Império. Para o que nos interessa, que é a cidade de São Paulo, a arrancada desenvolvimentista representou um teste de fogo, pelo qual passou não sem poucas ameaças. São Paulo conheceu períodos críticos em sua vida. Esteve ameaçada de debilitamento, paralisia, ou mesmo extinção por ataques de índios, no primeiro século, pela debandada da população, na época da corrida ao ouro, e pela falta de outra vocação, quando a era bandeirante entrou em exercício findo. Agora, em plena arrancada rumo ao progresso, era ameaçada, como capital e ponto de

referência da província, pela dupla concorrência de Santos, que se firmava como porto decisivo, e de Campinas, principal centro urbano da região produtora de café. A estrada de ferro Santos-Jundiaí consolida Santos como a porta de saída do principal produto brasileiro de exportação. Se, em 1850, seu porto não respondia senão por 11% do total das exportações brasileiras de café, em 1870 esse percentual já era de 55%, e daí para a frente só fez crescer.[27] Obras de ampliação e modernização do cais tiveram lugar na década de 1880, antes mesmo que igual providência fosse adotada no porto do Rio de Janeiro. O médico, político e historiador Joaquim Floriano de Godói, escrevendo em 1869, previu que Santos, não São Paulo, seria o "grande empório comercial" da província, o "centro propulsor donde deve partir, por mil canais, a seiva e a vida às mais remotas extremidades do grande sistema arterial, que cobre tão vastas superfícies".[28] Em 1872, a renda municipal de Santos era de 48 contos de réis, muito próxima da de São Paulo, de 52 contos. E se assim era a de Santos, a de Campinas — a outra ameaça à hegemonia de São Paulo — mostrava-se mais robusta ainda, na casa dos 49 contos.[29] Por esses números vê-se que as três cidades apresentavam-se emboladas na disputa pela condição de maior beneficiária da prosperidade experimentada pela província. Campinas, com a vantagem de assentar-se no epicentro mesmo da produção cafeeira, também atraía apostas de que ela, não São Paulo, se converteria no centro mais dinâmico. Às vésperas da inauguração da Paulista de estrada de ferro, um visitante inglês, John Codman, escrevia que São Paulo, com essa nova linha, perderia sua "importância comercial" em favor do "rico distrito de Campinas".[30]

São Paulo foi salva pela ação conjunta de um traço de engenharia e uma obra do acaso. O traço de engenharia foi o que determinou que a estrada de ferro ligando o interior cafeeiro ao litoral passaria pela cidade. Ela foi confirmada, assim, na condição de porta de entrada do Planalto, afirmada desde a era dos bandeirantes, se é que já não se afirmara, antes, a Nóbrega e Anchieta. Projetos posteriores de caminhos de ferro ligando Ubatuba a Taubaté, no norte da província, e Iguape a Itu, no sul, imaginados para desafogar a congestionada Santos-Jundiaí, não vingaram, garantindo, assim, à cidade, a exclusividade da comunicação ferroviária com o litoral. A própria Câmara Municipal, consciente do que representava para São Paulo manter-se como eixo das ligações por trem com as diversas zonas da província, insistiu para que dela partisse a estrada para Bragança, a antiga Jaguari, quando dela se cogitou, em 1875.[31] A cidade firmou-se assim, nestes anos, como núcleo para onde convergiam os trilhos provindos de diferentes partes do interior, e de onde, como entrando agora num funil,

desciam a serra. A obra do acaso que consolidou São Paulo como principal centro da província foram os surtos de febre amarela que assolaram as cidades rivais enquanto a poupavam. Santos, como de resto o litoral brasileiro em geral, era vítima crônica da doença desde meados do século XIX. No final dos anos 1880, Campinas foi apanhada, e com ela outras cidades do interior. O *Aedes aegypti* viajava nos trens da Inglesa, mas, por algum mistério, não desembarcava em São Paulo.[32] Em 1889, a epidemia que avassalava Campinas levou grande parte dos fazendeiros dali a mudar-se para São Paulo. Outra parte, se não se mudava em definitivo, pelo menos abria uma segunda residência na cidade. Igualmente, fixavam residência em São Paulo — a principal ou, ao menos, uma residência secundária — os comerciantes de Santos de mais prestígio e maiores ambições. Em termos de Brasil, ao iniciar-se a era da estrada de ferro, a cidade ainda ocupava posição desvantajosa. O censo de 1872, o primeiro realizado em âmbito nacional, por iniciativa do governo central, atribuiu-lhe 31.385 habitantes. Era oito vezes menor que a população do Rio (275 mil), três vezes menor que as de Salvador (129 mil) e Recife (116 mil), inferior mesmo a Belém (62 mil), Niterói (47 mil), Porto Alegre (44 mil), Fortaleza (42 mil) e Cuiabá (36 mil), e igual à de São Luís.[33] Mesmo assim, já estava inscrito no céu que, se uma metrópole haveria de surgir, por efeito da riqueza cafeeira, esta seria São Paulo.

De resto, o advento do trem não demorou a provocar manifestações saudosistas pela vidinha que se levava antes. Havia em São Paulo, nos limites da cidade, para quem tomava o rumo de Santos, uma velha figueira que se tornou célebre ponto de referência. Servia de ponto de encontro entre quem vinha de Santos e quem chegava de São Paulo. Assinalava também, mais marcadamente, o ponto até onde os amigos e familiares acompanhavam o amigo ou parente que ia viajar. Era o lugar das despedidas, e por isso ganhou o apelido de Figueira da Separação, ou Figueira das Lágrimas. Os estudantes também costumavam acompanhar até ali o colega que ia embora. Pois agora, com a locomotiva, “padroeira do progresso, por isso mesmo severa e desalmada”, não havia mais lugar para “as pequenas ternuras egoísticas”, segundo o recém-formado Lúcio de Mendonça. Mendonça, aos 23 anos, já mantinha intensa atividade de escritor e jornalista. No texto que estamos citando, ele se refere ao que tinham virado as partidas de São Paulo, depois do advento da estrada de ferro. Escreve: “Com as estradas de ferro, até essas despedidas perderam a antiga poesia; outrora, o cavaleiro que se afastava de um lugar querido ia-se a passo lento e contemplativo, voltando para trás os olhos e, quando chegava à iminência donde pela derradeira vez se avistava o povoado, parava e longamente embebia na alma

a doce imagem que se ia sumir à primeira volta do caminho.” Agora, acrescentava, “a emoção é passageira e rápida como todas as do viver moderno” e tudo desaparecia “como uma perspectiva de teatro, a um simples jogo mecânico”. O jovem autor lamentava a perda do adeus.[34]



XXIII

O Primeiro Urbanista

Mil oitocentos e setenta e dois é ano marcante para São Paulo. É o ano da iluminação a gás, para começar. No noite de 31 de março desse ano, no largo da Sé, em frente à catedral, e no pátio do Colégio, em frente ao Palácio do Governo, foram iluminados pelo novo sistema os arcos festivos que haviam sido montados para a ocasião. Na noite anterior D. Pedro II havia chegado de volta ao Rio, depois de dez meses de ausência do país, na primeira de suas longas viagens pela Europa. Em São Paulo, como em outras províncias, houve festejos pelo regresso do imperador, e a estreia da iluminação a gás fez parte deles. Dois anos antes, o engenheiro inglês W. Ramsay estivera em São Paulo. Em nome da São Paulo Gas Company, empresa constituída em Londres, que ganhara contrato de concessão para prestar serviços na capital paulista, vinha escolher o local para a instalação do gasômetro. Optou por uma área que fazia parte da velha chácara do Ferrão, ou da Figueira, na entrada do Brás. Dois anos depois, em janeiro de 1872, o gasômetro era inaugurado e, depois da festividade do dia 31 de março, a iluminação pelo novo sistema ganhou terreno. Em junho do mesmo ano de 1872 já havia setecentos lampiões a gás na cidade, relegando à aposentadoria seus antecessores de hidrogênio.

Mil oitocentos e setenta e dois é também o ano dos bondes de burro, outro sinal de progresso. Pode-se estranhar: em pleno alvorecer da era do trem, o "rei dos ventos", para repetir Castro Alves, a maravilha que encarnava todo o avanço do século e deu à vida um sentido de urgência desconhecido antes na história, como considerar o bonde de burro um sinal de progresso? Ocorre que viajar sobre trilhos, onde as rodas deslizariam com fluência, sem os solavancos que ofereciam as ruas, a maior parte de terra, uma minoria coberta por rude calçamento, era uma conquista para o conforto e mesmo para a pressa, ainda que à frente do veículo se postassem dois vetustos muares. Acresce que ter as ruas cortadas por trilhos dava status de cidade afinada com a modernidade. Era outro

elemento a distanciar a capital das demais cidades da província. A primeira linha de bonde, ou melhor, das “diligências sobre trilhos”, como foram anunciadas, foi inaugurada a 2 de outubro de 1872. Ligava o largo da Sé à estação da Luz, por meio de duas rotas alternativas, uma saindo pelas ruas Direita e de São Bento e a outra pela rua da Imperatriz (a futura 15 de Novembro). As duas se juntavam no largo de São Bento, para rumar até o ponto final. Cobria-se, assim, todo o núcleo central da cidade, sendo que a razão de o ponto final ser na Luz é fácil de adivinhar: o novo serviço pretendia ser uma complementação da viagem de trem.[1] O serviço de bondes era de responsabilidade da Companhia Carris de Ferro de São Paulo, constituída e presidida pelo engenheiro Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, que, para a prestação do serviço, obtivera do poder público uma concessão válida por cinquenta anos.

Mil oitocentos e setenta e dois é, sobretudo, o ano em que João Teodoro Xavier de Matos assume a presidência da província. João Teodoro (1828-1878), nascido em Mogi Mirim, foi promotor público e professor da Faculdade de Direito. Filiado ao Partido Conservador, assumiu a presidência de São Paulo em 21 de dezembro de 1872, e a exerceria até 30 de março de 1875. Foram dois anos e três meses, período extenso, considerada a alta rotatividade que, em todas as províncias, caracterizava o exercício da presidência. Em São Paulo, considerada a totalidade da era imperial, e computados não só os presidentes, mas os vice-presidentes que cobriam os numerosos períodos de vacância entre a destituição de um e a posse do outro titular, 116 cidadãos ocuparam o cargo. A média de permanência não passou de seis meses.[2] João Teodoro tinha fama de excêntrico e chegou com hábitos como o de dizer que governaria auscultando a “opinião pública”, conceito que circulava como novidade, na época. Um dia, um correligionário procurou-o no palácio para encaminhar-lhe certos pleitos. Ele disse que voltasse no dia seguinte, pois a decisão só poderia ser tomada com consulta à opinião pública. Quando o homem voltou, encontrou o presidente na companhia de um grupo heterogêneo: o capitão Quartim, empreiteiro de várias de suas obras públicas; o alfaiate Mariano da Purificação Fonseca, que lhe fazia as vezes de oficial de gabinete; Valeriano Neves, um bedel da Academia; um senhor idoso, conhecido por Goulartinho; outro conhecido por Nhô Paulo Pica-Fumo; outro ainda conhecido por Rafaelzinho; e a senhora conhecida por Nhá Maria Café, sogra do alfaiate dublê de oficial de gabinete, muito conhecida na cidade como quitandeira estabelecida na rua das Casinhas, onde eram reputadas suas empadinhas de farinha de milho recheadas de peixe, que servia com café, e seu cuscuz de bagre e camarão. “Entre, meu caro chefe, e ouça a opinião

pública", disse Teodoro ao correligionário, segundo o relato de um contemporâneo. O correligionário expôs seu pleito, e então o presidente perguntou, dirigindo-se ao grupo que reunira no palácio: "Respeitável opinião pública! Aqui o nosso chefe e amigo pede a nomeação de Fulano para tal cargo e deseja que se construa uma ponte no interior da província. Que acham?" Houve parecer favorável ao pleito, e então Teodoro deu-lhe o consentimento.[3]

Alguns diriam que se tratava de opinião pública viciada, pois constituída de representantes convocados pelo presidente, talvez seus cupinchas. Invoquemos em seu favor o benefício da dúvida. Dada a constituição heterogênea do grupo, bem pode ser que fosse representativa da população. Acima das numerosas historinhas curiosas que circularam a seu respeito, João Teodoro destacou-se, porém, como um grande empreendedor de obras na cidade de São Paulo. Ele seria, nas palavras de uma das vozes mais autorizadas no assunto, Francisco Prestes Maia, que se consagraria, no século XX, como o mais respeitado prefeito de São Paulo, o responsável pelo "primeiro surto urbanístico" da cidade.[4] Lembremos que, na época de João Teodoro, não havia o cargo de prefeito. Os assuntos municipais eram de competência da Câmara. O braço executivo, representado pelo governo da província, podia ou não se interessar pelas questões municipais. João Teodoro interessou-se. Ele apercebeu-se da oportunidade que representava, para a cidade, a era da estrada de ferro. Escreveu, num relatório: "A capital, engrandecida, circundada de atrativos e gozos, chamará a si os grandes proprietários e capitalistas da província, que nela formarão seus domicílios, ou temporárias e periódicas residências. O comércio lucrará, ampliando seu consumo. As empresas se fundarão com os recursos vastos e acumulados de seus novos habitantes. As forças produtivas da população, enfim, serão mais fecundamente empregadas."[5]

As obras de João Teodoro foram múltiplas, e obedeceram a dois propósitos fundamentais: 1) criar condições para acelerar a expansão da cidade para além do núcleo central; e 2) tanto quanto possível, embelezá-la e modernizá-la. Ele abriu ruas novas e reformou antigas. Delimitou o largo dos Curros, transformando a ampla área de contornos algo imprecisos, onde se realizavam as corridas de touros, no quadrado em que se instalaria, mais tarde, a praça da República. No núcleo central, os largos da Sé e do Rosário e as ruas de São Bento, Direita e da Imperatriz receberam novo e refinado tipo de calçamento, constituído por paralelepípedos de granito. Era a estreia do paralelepípedo na cena da cidade. João Teodoro também criou, em 1874, a Escola Normal, levantando para sediá-la um edifício na confluência das ruas do Comércio (a

futura Álvares Penteado), da Imperatriz (15 de Novembro) e do Palácio (do Tesouro). Uma Cadeia Pública foi edificada no campo da Luz, contígua ao Jardim. O próprio Jardim da Luz mereceu cuidados especiais: instalou-se canalização que, perfazendo longo percurso, passou a puxar do tanque Reúno, situado lá nas lonjuras do Bexiga, água para abastecê-lo. Com isso pôde-se cavar ali um lago, para cuja ornamentação foram encomendadas no Rio de Janeiro cinco esculturas de mármore, uma representando Vênus e as outras, as quatro estações. O jardim também ganhou, fincada em sua parte mais alta, uma torre de 20 metros de altura, redonda, de madeira. Era o "Canudo do dr. Teodoro", como o apelidou o povo. Sua função era servir de mirante. Galgava-se a varanda ao alto da torre por uma escada interna, e lá de cima gozava-se de ampla vista. A torre não durou muito. Em 1890, abandonada, já estava fechada ao público. E antes que findasse o século foi demolida, talvez porque sua única utilidade, àquela altura, fosse servir de biombo para encontros amorosos.[6]

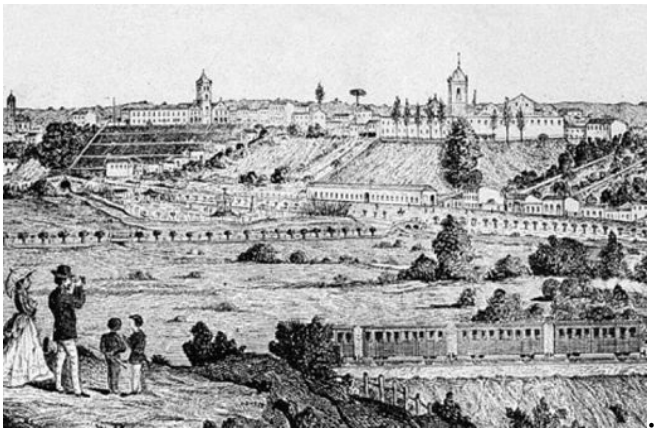
Mais que as outras, uma por causa de seu exotismo, a outra pelo horizonte que abriu para a expansão da cidade, João Teodoro é lembrado por duas realizações. O exotismo fica por conta da chamada ilha dos Amores, um parque instalado numa ilha — ilha mesmo — situada em plena área central da cidade, no sopé da colina histórica. Tratava-se de uma nesga de terra que sobrara no meio do Tamanduateí, depois que o rio, por efeito da primeira retificação, passou a desdobrar-se em dois, naquele trecho, o curso principal indo para um lado, e um pequeno canal enfiando-se pelo outro. Ficava junto à rua 25 de Março, no ponto em que nela desembocava, vindo do pátio do Colégio, a rua Municipal, futura General Carneiro. João Teodoro decidiu plantar árvores e jardins na pequena ilha, dotá-la de um caramanchão e de um quiosque para a venda de bebidas, e forni-la de equipamentos para banhos. O canal servia de piscina pública. Consta que o nome ilha dos Amores surgiu antes como ofensa, ao local e a seu criador, do que como elogio. João Teodoro atraiu, durante todo seu mandato, oposição sistemática da Assembleia provincial. Um de seus integrantes, um padre, num momento de cólera contra o chefe do Executivo, e tendo em vista a vocação do local para os encontros de namorados, teria exclamado, com desprezo: "A ilha dos Amores do sr. João Teodoro!"[7] O nome pegou. À entrada, a ilha ostentava uma coluna, encimada por uma escultura representando um pajem florentino do tempo dos Medici. Não foi apenas pela boniteza que João Teodoro investiu na ilha dos Amores, nem no melhoramento do Jardim da Luz. Ele tinha outras intenções, de caráter social. Deixou escrito que "os melhoramentos e distrações inocentes [...] afastam os homens dos jogos, da embriaguez, das associações, de

maledicências, para o gozo de mais suaves interesses”.[8] Causa espanto que, encostada ao centro de São Paulo, tenha havido semelhante local, onde se podia tomar as bebidas em voga, o “caramuru” ou a “gengibirra” — ambos à base de milho —, encontrar a namorada e até nadar. Que o espanto não seja demasiado, porém, porque durou pouco. Em 1890, a ilha dos Amores já se encontrava em estado de abandono, competindo em sujeira com a margem oposta do canal. Contribuiu para isso o fato de que, no inverno, sua frequência escasseava, tal o vento frio e úmido que por ali se abatia, e na temporada das chuvas era em parte alagada pelas águas do rio.[9]

A outra obra, relacionada com esta porque voltada para a mesma área da cidade, foi o conjunto de medidas destinadas a tornar a chamada várzea do Carmo menos hostil à presença humana. Entendia-se por várzea do Carmo não só a baixada contígua ao largo, igreja e ladeira do Carmo, situados onde depois teria seu início a avenida Rangel Pestana, mas toda a vasta área banhada pelo Tamanduateí, no fronte leste da colina histórica. É a área que, no início do século XX, se transformaria no parque D. Pedro II. João Teodoro, da janela do Palácio do Governo, tinha vista para esse lado da cidade. Saint-Hilaire, se o leitor se recorda, chamou essa vista de “maravilhosa”. Talvez continuasse maravilhosa, mas apresentava um problema: uma faixa vazia da presença humana, alagada, suja, só atravessável em alguns poucos pontos, e tomada por terrenos descritos pelos sanitaristas como “paludosos e miasmáticos”, separava o núcleo central do incipiente bairro do Brás. Uma das medidas tomadas pelo governo de Teodoro foi submeter o Tamanduateí a nova retificação naquele trecho. Outra, de vulto, foi cobrir de terraços escalonados o morro do Carmo, como se chamava a encosta contígua ao largo do mesmo nome. A obra servia de muro de contenção a um barranco sujeito a frequentes desmoronamentos, e tornava mais segura a principal passagem no rumo do Brás. Houve, por toda a área, trabalhos de drenagem e saneamento. Reforçaram-se os já existentes e abriram-se novos “aterramentos” — vias construídas alguns metros acima do nível normal do terreno, para possibilitar a travessia dos charcos. O efeito desse conjunto de obras trouxe o Brás mais para perto. “Dessa época em diante, depois do salutar e benemérito governo de João Teodoro — o drenador da várzea do Carmo —, foi que o Brás começou a sua atividade, propriamente, como cidade”, escreveu um cronista da cidade.[10] A ação de Teodoro dá a entender que ele atribuía importância particular à expansão da cidade para o lado leste. Não era sem razão: por ali agora escoavam os trilhos da Inglesa, em demanda do Ipiranga e da serra do Mar, e São Paulo começava a aprender que, por onde passasse o

trem, haveria um incremento de atividade e a consequente demanda de melhoramentos. Na mesma estratégia de abertura para o leste, João Teodoro abriu vias que se revelariam vitais para a região. A mais famosa delas foi a rua que, unindo a Luz ao Brás, acabaria por ser batizada com seu próprio nome. Outra foi a rua do Hospício (a futura Frederico Alvarenga), que, partindo da baixada do Carmo, dava acesso à Mooca. Uma terceira, continuação da rua do Hospício, foi a rua do Conde d'Eu (futura rua do Glicério), que, com uma inflexão para o sul, demandava as bandas do Ipiranga. João Teodoro pretendia que essa via se tornasse o "caminho natural" do sítio histórico da Independência. Eram ruas largas e retas, ou quase retas, num padrão distante do caótico traçado da colina histórica. A que seria batizada de João Teodoro tinha 1,14 quilômetro de comprimento e 18 metros de largura, medidas apreciáveis para a época.[11]

Figura 43



Vista desde a várzea do Carmo, litografia de Jules Martin (1875); à esq., a ilha dos Amores.

João Teodoro gastou, em melhoramentos na capital, metade do orçamento anual da província.[12] Foi o primeiro urbanista da cidade, para repetir o conceito de Prestes Maia, e isso antes que a palavra "urbanismo" entrasse em circulação. "Tornou-se convicção pacífica entre os paulistas que o primeiro verdadeiro e grande beneficiador de sua capital veio a ser João Teodoro Xavier", escreveu o historiador Afonso Taunay.[13] Para coroamento de suas qualidades de governante com visão de futuro, Teodoro, ao saudar a decisão do major Diogo Antônio de Barros de instalar uma fábrica de tecidos na cidade, profetizou o que a atividade industrial viria a representar para São Paulo. "Mais que tudo", escreveu, "o grande edificante exemplo da família Barros (vinda de Itu) em fundar uma importantíssima fábrica de tecidos (a vapor) prenuncia o desenvolvimento da indústria fabril nesta cidade, única em que poderá primar, e com a qual atingirá alto grau de prosperidade".[14] Esse major Diogo, um veterano da Guerra do

Paraguai, andara pela Europa a estudar os processos industriais em voga. Em 1872, fundou sua fábrica em São Paulo, instalada num beco transversal à rua da Constituição (a futura Florêncio de Abreu) situado perto tanto do centro da cidade como da estação da Luz. Sua fábrica contava trinta teares e sessenta operários e era orientada por contramestres ingleses.[15]

Os investimentos em novas linhas de trem prosseguiam. No governo de João Teodoro deu-se o início dos trabalhos de outro notável empreendimento, no ramo — a Estrada de Ferro do Norte, que deveria ligar São Paulo ao Rio de Janeiro. Ou seja: o mais rápido, seguro e eficiente meio de transporte conhecido passaria a proporcionar a ligação de São Paulo com a própria capital do Império, o centro das decisões políticas, da burocracia e das finanças, mas também o centro irradiador da cultura e das modas. Eis outro passo significativo para a cidade sair de seu casulo histórico. O maior entusiasta da Estrada de Ferro do Norte foi Clemente Falcão de Sousa Filho. Foi ele quem articulou as necessárias ações do poder público e reuniu os acionistas privados que dariam vida ao projeto. Clemente Falcão, mais conhecido como dr. Falcão, era um colaborador próximo de João Teodoro. No dia 31 de março de 1873, deu-se, no terreno escolhido para sediar a estação inicial da nova linha, no bairro do Brás — eis o Brás, outra vez, a receber impulso decisivo a seu desenvolvimento —, a cerimônia que assinalou o início das obras. Todos os maiorais da cidade compareceram, a começar pelo presidente da província. No local foi levantado um pavilhão quadrado, adornado por bandeiras, cujas quatro faces ostentavam, cada qual, uma inscrição. “Presidência do dr. João Teodoro Xavier”, dizia a primeira, e as outras: “Trabalho e progresso”; “Viva a província de São Paulo”; “Go ahead”.[16] *Go ahead?* Ainda estávamos longe, muito longe, da moda do inglês. No comércio, o fino eram os nomes em francês. As palavras inglesas possivelmente homenageavam os engenheiros e técnicos ingleses que prestavam serviço nas estradas de ferro. Mesmo assim soam deslocadas, na poeira daqueles ermos do Brás, e deixam uma dúvida. A quem se dirigia o apelo de ir em frente contido na inscrição? A João Teodoro? Aos empresários responsáveis pelo empreendimento? Ao próprio trem?

Se dirigido a João Teodoro, o apelo foi vão. Ele faleceria poucos anos depois, em 1878, aos 50 anos. Se dirigido ao trem, aí sim, foi seguido. Em 1875, a nova estrada de ferro chegava a Mogi das Cruzes. Em 1876 alcançou Jacareí e, pouco depois, Taubaté. Logo se tornaria moda, entre grupos de paulistanos, graças às facilidades proporcionadas pelo trem, fazer piquenique em Mogi das Cruzes ou Jacareí.[17] Em 1877 estavam completados os 231 quilômetros de trilhos até

Cachoeira, já quase na divisa com a província do Rio de Janeiro. Isso significava que a ligação com a capital imperial já era possível, embora com o pequeno incômodo de, depois de desembarcar na estação de Cachoeira, os passageiros terem de atravessar de balsa o rio Paraíba, para só então reembarcarem, do outro lado, nas composições da Estrada de Ferro D. Pedro II, a pioneira das estradas de ferro do Brasil. No dia 8 de julho de 1877 deu-se em São Paulo, na nova estação erguida no Brás, a inauguração do novo e revolucionário serviço. Claro que havia bandeiras, folhagens e arcos, isso o leitor já sabe. Grande deferência para com a província consistiu no fato de a viagem inaugural ter sido feita por um membro da família real, o conde d'Eu, marido da herdeira do trono, que partiu do Rio à frente de uma comitiva incluindo figuras do quilate do visconde do Rio Branco, ex-presidente do Conselho de Ministros, agora senador. A partida se dera às 22 horas do dia anterior, e a chegada a São Paulo ocorreu às 15 horas. No dia seguinte, para prolongar a festança, houve baile. E, para fechar, o marido da princesa Isabel, em nome do governo imperial, distribuiu honrarias para os responsáveis pelo empreendimento, como o ex-presidente da província Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, agora presidente da Companhia Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro, feito barão Homem de Melo, e o engenheiro-chefe Carlos Dulley, agraciado com a Ordem da Rosa. Eram pessoas que o *Correio Paulistano*, no calor do entusiasmo, chamou de "atletas do progresso" e de "ianques brasileiros".[18] O príncipe consorte esqueceu-se, porém, de Clemente Falcão. De imediato, os admiradores do dr. Falcão imaginaram um desagravo e, com o consentimento da Câmara Municipal, alçaram-no à glória de nome de rua, mais precisamente da velha ladeira que, descendo da rua Direita em direção ao Anhangabaú, era conhecida por ladeira de Santo Antônio. Na placa aposta à rua, embaixo do nome, vinha a estampa de uma locomotiva.[19] De resto, em 1879, concluída a construção de uma ponte sobre o rio Paraíba, não era preciso mais aguardar a balsa, em Cachoeira, para alcançar a D. Pedro II, embora a baldeação ainda fosse necessária, por causa da diferença de bitolas. Em 1890 a Estrada de Ferro do Norte seria encampada pelo governo central, e, somada à Pedro II, passaria a chamar-se Estrada de Ferro Central do Brasil.

Falta voltar aos bondes de burro, que deixamos lá atrás, em seu passo lento, os muares denunciando nos olhos mortiços o tédio que lhes ia pela alma, o rabo mobilizado vez ou outra para espantar as moscas. Ora, de par com o trem, os bondes de burro prosseguiam com sua contribuição ao progresso da cidade. Poucos dias antes de ser completada a ligação férrea com o Rio de Janeiro, entrou em operação a linha de bonde do Brás. A ideia, de novo, assim como

ocorrera com a linha que ia até a Luz, era proporcionar a ligação do centro da cidade com uma estação de trem — agora a Estação do Norte. Não foi sem festa que se deu a estreia da nova linha, no dia 1º de julho de 1877. Seis bondes especiais, embandeirados e enfeitados, inauguraram o percurso conduzindo autoridades e convidados.[20] A rede servida pelos bondes continuou a crescer, nos anos seguintes. Em princípio, os bondes encerravam o serviço às 20h30, mas faziam exceção nas noites em que havia espetáculos de teatro. Funcionavam então até a meia-noite, cortando a cidade meio às cegas, pois não tinham nem iluminação interna nem faróis externos. Os bondes eram pequenos e abertos dos lados. Havia os de três bancos, os de cinco e os de sete, comportando cada banco três passageiros. Alguns dos bondes destinavam-se exclusivamente para cargas. Em 1889, segundo relatório da Companhia Carris de Ferro, achavam-se em serviço 41 carros e 73 animais. Havia situações em que a parelha habitual não era suficiente para puxar o carro, como na subida do Acu, entre a baixada do Anhangabaú e o largo do Rosário (a futura praça Antônio Prado). Antes de iniciar a escalada, o condutor atrelava uma segunda parelha de reforço, que para cumprir sua parte já se encontrava à espera, plantada ao início da ladeira. Uma vez lá em cima, a parelha de reforço era desatrelada e, mais do que condicionada ao serviço, voltava sozinha ao ponto de partida, onde esperaria o próximo carro.[21] Sim, o bonde de burro era um elemento de progresso, mas não lhe faltavam os inconvenientes. Descarrilavam à toa. E estavam sujeitos a acidentes como o narrado por Ina von Binzer, a preceptora alemã dos filhos de Martinico Prado, de quem voltaremos a falar mais adiante. Numa festa de São João, os meninos a seus cuidados acharam por bem divertirem-se direcionando os fogos contra as patas dos burros. Os animais assustavam e pulavam. Um chegou a cair e quebrar a perna, e o pai dos meninos teve de indenizar a companhia pelo prejuízo.[22] Vá lá, era o progresso, mas um progresso cheio de percalços.

Rótulas: continuar a tê-las ou deixá-las? Eis a polêmica que agitava a cidade, entre fins de 1873 e inícios de 1874, ainda no governo de João Teodoro, portanto. A Câmara Municipal determinou que as rótulas, e com elas as portas, janelas, postigos ou cancelas de abrir para fora deveriam ser substituídas até o final do ano de 1873. A medida visava a desobstruir as calçadas, frequentemente bloqueadas por esse tipo de abertura. Contra tal determinação, levantou-se o *Correio Paulistano*. “A Constituição política do Império garante o direito de propriedade em toda a sua plenitude”, publicou o jornal, em editorial; “e se isto é

verdade incontestável, é igualmente certo que a Comarca Municipal não pode obrigar os proprietários a tirarem ou mudarem as rótulas dos seus prédios".[23] Não adiantaram os protestos, e as autoridades não tiveram contemplação. Findo o prazo para que, por sua própria conta, os proprietários tomassem as providências, as rótulas foram arrancadas das casas. Com isso, desaparecia um dos símbolos da cidade, o baluarte atrás do qual os habitantes escondiam-se em suas tocas, a eles e, principalmente, a suas mulheres, e que, se foi criticado por emprestar à cidade um soturno ar de aldeia muçulmana, também teve seus defensores, como o poeta Castro Alves, que escreveu numa carta:

"[...] se a poesia está no espreitar de uns olhos negros através da rótula dos balcões ou através das rendas da mantilha que em amplas dobras esconde as formas da moça, então a Pauliceia é a terra da poesia."[24]

O que fica é que, ao mesmo tempo em que a cidade rompia seu isolamento, com uma estrada de ferro que vencia a ancestral barreira da serra, outras que demandavam o interior, e até se construía uma que a comunicaria com a capital do Império, as casas tinham posto abaixo sua característica defesa contra a intrusão do olhar alheio. Em mais de um sentido, São Paulo começava a abrir-se ao mundo. Para São Paulo completar a virada que lhe oferecia vida nova, só faltava um fator — a renovação da população. Isso viria com a abertura das comportas para a imigração. Renovava-se o sangue da cidade — e da província — com o afluxo maciço de europeus e renovava-se a natureza da mão de obra, que de escrava passaria a assalariada. Antes de abordar este assunto, no entanto, veremos, no próximo capítulo, como a cidade viveu o fim da escravidão.



XXIV

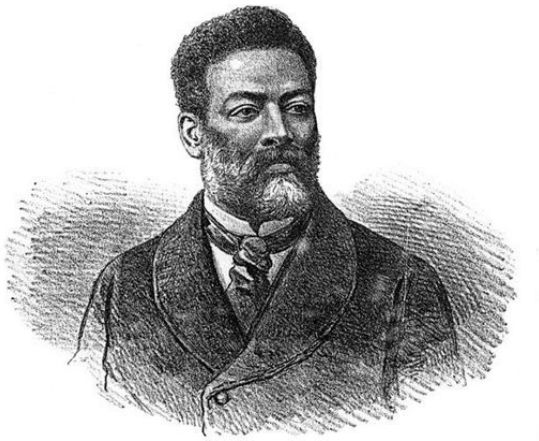
“Havia para Ele como que um Trono em Minha Alma”

Este livro abre alas, neste ponto, estende tapete vermelho e promove uma salva de tiros para saudar a entrada de um dos personagens mais admiráveis e fascinantes que a cidade de São Paulo teve a honra de abrigar entre seus moradores. Ele nasceu em 1830, em Salvador, filho da união informal de uma africana livre, natural da Costa da Mina, não assimilada e insubmissa, conhecida pelo lindo nome de Luiza Mahin, da qual sempre falou com orgulho, e de um branco bem-posto na vida, de família até adornada pelos fumos da nobreza portuguesa, mas cujo nome jamais deu a conhecer. Luís Gonzaga Pinto da Gama, ou Luís Gama, como se apresentou para a vida e passou para a História, conviveu pouco com a mãe, uma mulher “imperiosa”, “insofrida” e “vingativa”, segundo o amigo que primeiro traçou a biografia de Gama — o mesmo Lúcio de Mendonça que já encontramos lamentando a perda do adeus, com o advento do trem.[1] Luiza Mahin envolveu-se em mais de uma das insurreições de escravos que tiveram lugar na Bahia na década de 1830. Acabou presa e deportada para o Rio de Janeiro. O filho jamais a reveria. O pai, um folgazão, amante da caça, dos cavalos, das armas e das mulheres, e dado ao jogo, conheceu grave crise em 1840, depois de esbanjada a herança que houvera de uma tia. Viu-se pobre. Que fazer? Teve uma ideia. Pegou o pequeno Luís, então com dez anos, e levou-o ao cais do porto. Ali estava ancorado o patacho *Saraiva*. Alguns relatos mais circunstanciados dão conta de que ao filho não custou muito aperceber-se do conteúdo da conversa em surdina entre o pai e um certo senhor, a bordo da embarcação. O filho então exclamou:

— O senhor me vendeu!

Era isso mesmo que tinha acontecido. O pai vendera o filho como escravo. Luís Gama, aos dez anos, iniciava assim, de forma alucinantemente cruel, sua carreira solo na vida.[2]

Figura 44



Luiz Gama, em bico de pena de Angelo Agostini, 1882.

O patacho *Saraiva* seguiu para o Rio de Janeiro. Ali Luís foi entregue, com muitos outros, a um português de nome Vieira, estabelecido com loja de velas na rua da Candelária e, a par disso, praticante do lucrativo comércio de escravos. Vieira, por sua vez, o vendeu a outro traficante, Antônio Pereira Cardoso, que, de posse de um lote de mais de uma centena de escravos, tomou o rumo de São Paulo, onde vivia. A viagem foi de navio até Santos. Dali, a escravaiada foi posta a subir a serra a pé. Também a pé, enveredaram pelo Planalto Paulista adentro, para a região de Jundiaí e Campinas. Cardoso ia oferecendo seu rico lote aos fazendeiros locais. Vendeu todos, menos dois, um dos quais o menino Luís. Os fazendeiros não queriam saber de escravo nascido na Bahia. Um ilustre paulista, Francisco Egídio de Sousa Aranha, foi o último a recusá-lo. “Onde nasceste?”, perguntou. “Na Bahia”, respondeu o menino. “Baiano!”, admirou-se Sousa Aranha. “Nem de graça! Já não foi por bom que o venderam tão pequeno!”[3] Os negros baianos tinham fama, merecida, de desobedientes e dados a insurreições. Encalhado, Luís foi trazido à cidade de São Paulo por Cardoso, que o pôs então a seu próprio serviço, na casa onde morava — um sobrado na rua do Comércio nº 2, perto da igreja da Misericórdia. O menino ali aprenderia a lavar, engomar, costurar, consertar sapatos e servir de copeiro.

Como se apresentava a escravaria de São Paulo, por esses meados do século XIX? Recorramos mais uma vez às memórias de D. Maria Pais de Barros. Elas nos servem para flagrar o cotidiano cheio de negros e negras de uma casa senhorial do período, tão cheio que sem eles nada funcionaria. “Havia dez ou 12 raparigas de quarto, mucamas, serventes, engomadeiras, costureiras”, escreve a memorialista.[4] A dona da casa passava grande parte do dia comandando uma equipe de pretas costureiras. Cada uma sentada num banquinho, tendo ao lado um balaio com os apetrechos de costuras, elas faziam os trabalhos determinados

pela patroa até cair a noite. Então levantavam-se e iam preparar os quartos para a noite, colocar velas nos castiçais e arear as bacias para os banhos. Havia escravos por toda parte — nos quartos, na cozinha, na sala de jantar, no jardim. Eles se incumbiam não só de serviços como os de cozinhar, arrumar ou servir à mesa. Também faziam as vezes de sapateiros, jardineiros e padeiros. O sobrado da cidade, assim como a casa da fazenda, era autossuficiente. A escravidão, escreve Maria Pais de Barros, era "aceita como coisa natural e estabelecida". A vida, naqueles tempos, escreve ainda, numa frase que resume o clima nos interiores protegidos onde viviam as mulheres e as crianças das famílias abastadas, "corria mansamente, como o deslizar dos pés descalços das escravas".[5] Quando um escravo se mostrava desobediente, podia ser enviado a uma das chácaras que, nos arredores da cidade, dispunham do útil serviço de surrá-los. A mais conhecida delas era uma situada no futuro bairro da Liberdade, no quadrilátero onde se traçariam as ruas Apeninos, Pires da Mota, Nilo e Paraíso, chamada popularmente por um nome que diz muito do estado em que saíam os infelizes ali hospedados — era a chácara do "Quebra-Bunda". Se o dono do escravo mandado para tais chácaras era conhecido do dono delas, poderia ter o serviço feito de graça. Se não, pagava.[6]

Não só as famílias ricas tinham escravos. Muitos tinham. E a rua era dos escravos e das escravas, eles e elas passando de lá para cá com suas bilhas de água ou os tabuleiros de quitutes. Luís Gama foi mais um deles, na casa do dono ou nas ruas de São Paulo, até o dia em que os Cardoso hospedaram um jovem do interior, Antônio Rodrigues do Prado Jr., vindo para estudar Direito. Ficaram muito amigos, o jovem escravo e o jovem estudante, e o estudante ensinou o outro a ler. Aos 17 anos, Luís Gama iniciava ali o salto que o levaria de escravo e analfabeto a poeta, jornalista e mais importante e inspirado líder abolicionista da cidade e da província e um dos mais importantes e inspirados do país. Apenas 12 anos após safar-se do analfabetismo, ei-lo publicando o livro *Primeiras Trovas Burlescas*, coletânea de poemas cuja tônica é a condição de negro e escravo, mas não sob o ponto de vista do sofrimento e da humilhação, nem com retórica condoreira, à Castro Alves, mas embalada no tom ferino e desmoralizante da sátira. De permeio, no intervalo entre a alfabetização e o livro, Gama aquinhoou-se com outras libertações. Fugiu da casa do dono. Conseguiu provar que, tendo nascido de mulher livre, era livre também. Obteve um emprego público, na Secretaria de Polícia. E, mesmo impedido de cursar a Academia, carente que era de escolaridade regular, estudou Direito e conseguiu licença para atuar no foro. Na época, era possível obter provimento, expedido

pelos tribunais, para atuar como advogado, mesmo sem ser formado.[7]

Gama publicou as *Primeiras Trovas*, em 1859, na Tipografia Dois de Dezembro, uma das três existentes na cidade, e a mais ativa delas. A Dois de Dezembro, de propriedade de Antônio Lousada Antunes, e instalada no próprio Palácio do Governo, incumbia-se dos documentos oficiais e das publicações dos estudantes da Academia.[8] Agora trazia à luz as criações de um ex-escravo que prometia, parodiando Camões:

> "Qual vespa, esvoaçando, atroz picante
> Com sátira mordaz, sempre flamante
> Picando picarei por toda parte
> Se a tanto me ajudar ferrão e arte."[9]

E como picou! Não só nos versos, mas, sobretudo, na advocacia e no jornalismo, Gama foi o impertinente de todas as horas, o incomodador-mor dos satisfeitos e acomodados. Detenhamo-nos um instante no Gama poeta. Ele se pintava como excluído do banquete dos grandes e doutos:

> "Ciências e letras
> Não são para ti
> Pretinho da Costa
> Não é gente daqui."[10]

mas isso, longe de qualquer sinal de autocomplacência, era mais uma maneira de incomodar. A cor da pele, ele a usava como fator de afirmação e desafio. Num dos poemas, chamou-se a si próprio de "Orfeu de carapinha". Sua originalidade maior, como poeta, foi exibir um orgulho negro desconhecido, até então, na literatura brasileira. "Ó Musa da Guiné, cor de azeviche", ele começa por invocar, noutro poema, e então pede a essa musa, em versos impregnados de africanismos:

> "Empresta-me o cabaço d'urucungo,
> Ensina-me a brandir tua marimba,
> Inspira-me a ciência da candimba,
> Às vias me conduz d'alta grandeza."[11]

Noutro poema ainda, chamado "Meus amores", louva a mulher negra, dona de um "colo de veludo" que deixa a própria Vênus "de inveja morta", e de seios que são "dois globos a saltar". Acrescenta:

“Quando a brisa veloz, por entre anáguas
Espaneja as cambraias escondidas,
Deixando ver aos olhos cobiçosos
As lisas pernas de ébano luzidas,

Santo embora, o mortal que a encontra para,
Da cabeça lhe foge o bento siso,
Nervosa comoção as bragas rompe-lhe,
E fica como Adão no Paraíso.”[12]

A literatura serviu para Gama, como de resto servia em geral para quem a manejasse com alguma habilidade, de passaporte para os círculos sociais mais altos. O ex-escravo virou figura de respeito, com trânsito livre entre os notáveis da política e da economia da província. Foi fundador, ao lado de gente ilustre, da loja maçônica América, que lhe daria decisivo apoio na luta abolicionista, e do Partido Republicano Paulista — esta uma entidade com a qual manteria relações ambíguas, infestada que estava de fazendeiros escravistas. Teve amplo acesso à imprensa. E assim, contando com o apoio de influentes associações e de posse da melhor rede de contatos possível, naquela hora e naquele local, pôde traçar para si a estratégia de assolar o sistema por dentro, usando das forças que o próprio sistema lhe oferecia. Luís Gama, escreve a autora de um elucidativo livro sobre ele, era “um homem letrado, advogado, integrado no mundo dos cidadãos brancos, mas que não deixava ninguém esquecer que havia sido escravo, e fazia absoluta questão de afirmar-se negro”.[13] Entre seus amigos, ou, pelo menos pessoas com quem manteve próximas relações, incluem-se de Martinho Prado Jr., o Martinico — com quem conviveu, ainda que não pacificamente, no Partido Republicano —, a José Bonifácio, o Moço, o descendente do Patriarca da Independência que, como poeta, deputado, professor da Academia e abolicionista, foi das mais estimadas figuras de seu tempo, passando por gente como Américo Brasiliense e as duplas de irmãos Lúcio e Salvador de Mendonça e Américo e Bernardino de Campos, todos com marcante presença na São Paulo do período. A estes acrescentem-se os jovens da Academia, como Rui Barbosa e Raul Pompéia, sobre os quais Gama exercia fascínio especial. Um desses jovens, Luís Antônio Bueno de Andrade, sobrinho de José Bonifácio, o Moço, conta que logo ao voltar a São Paulo, depois de concluído o curso de engenharia no Rio de Janeiro, correu ao escritório de advocacia de Gama, na rua da Imperatriz, para oferecer seus serviços à causa abolicionista. “O amiguinho chegou a propósito”, reagiu Gama. “Eu estava

precisando de um árbitro para avaliar um malungo, uma velha e uma criança. Aceita?”[14] Outro jovem, Raul Pompéia, também correu ao escritório de Gama, tão logo se viu em São Paulo, com o mesmo propósito de militar na causa abolicionista. Gama, de imediato, o incumbiu de anotar, enquanto lhe ia ditando uma carta. “Achei esplêndida aquela familiaridade repentina”, escreveu, num artigo, o futuro autor de *O Ateneu*.[15]

Tais depoimentos sugerem uma pessoa despachada, jovial. Ele era “alegre, ruidosamente alegre”, segundo o mesmo Pompéia, autor de uma frase que resume com eloquência o afeto que sentia pelo homem que elegera como mestre e guia: “Havia para ele como que um trono em minha alma.”[16] O que mais fazia a fama de Gama, entusiasmava os moços, engajava e comovia era sua dedicação à causa dos escravos. Jornais de 1869 publicaram repetidamente o seguinte anúncio: “O abaixo assinado aceita, para sustentar gratuitamente perante os tribunais, todas as causas de liberdade que os interessados quiserem lhe confiar. Luís Gonzaga Pinto da Gama.”[17] Gama era especializado em contestar a condição de escravo, em alguns casos, em outros comprar a manumissão, em todos procurar brechas na lei que facilitassem o acesso à libertação. Ele usou e abusou da esquecida lei de 1831, que declarava ilegal o tráfico de escravos, uma lei para inglês ver. Argumentava que todos os africanos aportados no Brasil depois daquela data haviam sido escravizados ilegalmente. Depois de 1871, com a chamada Lei do Ventre Livre, que previu, num de seus artigos, a possibilidade de o escravo comprar sua manumissão, Gama empenhou-se em resgates para o pagamento dos quais mantinha fundos sustentados por doações. Quando ele diz ao jovem Bueno de Andrade que estava precisando de “um árbitro para avaliar um malungo”, era de um pagamento de manumissão que se tratava. A batalha em juízo travava-se em torno do preço, para cuja fixação as partes nomeavam avaliadores. De um modo ou outro, Gama contabilizava, por volta de 1880, mais de quinhentos escravos libertados. Havia outros advogados, em São Paulo, devotados às mesmas causas, mas não se igualavam a Gama, na quantidade de processos e na qualidade do serviço. Ele era um leão, na defesa de seus constituídos, e um algoz dos juízes que contrariavam suas causas. Contra um desses juízes, escreveu um artigo em que dizia que “os decanos da famosa Academia” deviam “cobrir as fontes envergonhados”, por lhe terem dado o diploma.[18] Gama usava a imprensa para complementar seu trabalho nas varas de justiça, ora com artigos em que dirigia terríveis diatribes contra os adversários, ora com a publicação das próprias peças apresentadas em juízo. Outras vezes recorria ao talento de versejador, como quando fustigou o mesmo juiz fazendo-o

proclamar:

> “Atentem nisto!
> A liberdade,
> Sem piedade,
> Eu vendo como Judas vendeu Cristo.”[19]

Uma vez, processado por calúnia contra um juiz, Gama fez sua própria defesa, e o fez de forma tão espetacular que foi aplaudido diversas vezes. Absolvido, a estudantada acompanhou-o, em triunfo, da sala do júri até sua casa.[20] Mas, como não podia deixar de ser, cevou também inimigos. Era ameaçado de morte. Houve época em que não podia ir a Campinas sem arriscar a integridade física. À radicalização dos adversários respondia com a própria radicalização. “Perante o direito é justificável o crime de homicídio perpetrado pelo escravo na pessoa do senhor”, escreveu.

Para se ter noção não só da atuação de Gama, como também do clima imperante nas duas últimas décadas da escravidão em São Paulo, tomemos o caso do escravo chamado Narciso, declarado livre em testamento de sua proprietária, Maria Carlota de Oliveira Gomes, com a condição de, nos dez anos seguintes à sua morte, servir à filha da testadora. No inventário calculou-se que os serviços de Narciso, nos dez anos em que ainda lhe cabia servir à família, valiam 200 mil-réis. A Sociedade Emancipadora Fraternização, da qual Gama era um dos criadores e maiores animadores, juntou os 200 mil-réis e depositou-os em juízo, acreditando com isso que Narciso, desde logo, credenciava-se ao pleno gozo da liberdade. Eis que o genro da falecida proprietária e marido da herdeira rebela-se e bate o pé na exigência de que o escravo cumprisse os dez anos de serviço. O genro em questão era ninguém menos que o segundo Rafael Tobias de Aguiar, membro de uma das famílias mais conhecidas de São Paulo, filho do antigo chefe da Revolução Liberal e da marquesa de Santos. Gama sacou da terrível arma que era sua pena e publicou no *Correio Paulistano* artigo em que denunciava:

“Hoje, pelas seis horas da manhã, o sr. dr. Rafael Tobias de Aguiar veio à cidade, mandou chamar à sua casa, na travessa de Santa Teresa, o pardo Narciso, que trabalha fora a jornal, mandou tosquear-lhe os cabelos e aplicar-lhe seis dúzias de palmatoadas, para curá-lo da mania emancipadora de que estava acometido...!”[21]

Gama lembrava, para maior dramaticidade do caso, que Tobias de Aguiar era formado em direito, já fora deputado e juiz municipal, e integrava os quadros do

Partido Liberal, cujos princípios se fundavam na liberdade, igualdade e fraternidade. Paralelamente, num bilhete enviado ao adversário, avisava: “O pardo livre Narciso, a quem V. Sª mimoseou hoje com seis dúzias de bolos, acha-se em minha companhia, e bem-garantido de novos atentados.” Tobias de Aguiar, possesso, recorreu às mesmas páginas do *Correio Paulistano*. Começou por reafirmar-se um liberal, sim — daqueles que, “com leite materno, beberam ideias liberais”. Em seguida, não só defendeu a surra aplicada em Narciso, como ainda prometeu: “Tenho mais escravos, e hei de castigá-los sempre que merecerem. E convido o sr. Luís Gama para, em algumas dessas ocasiões, ir à minha casa apadrinhá-los.”

Gama, na polêmica, estava em seu elemento. Sua tréplica veio cheia de veneno: “Não aceito o convite que faz-me o sr. Rafael Tobias, de ir à sua casa, para assistir aos castigos que ele costuma infligir aos seus cativos. Declino de mim peremptoriamente tão elevada honra. Eu não sou fidalgo; não tenho instintos de carrasco; não mamei liberdade com leite. Deleite-se prazenteiro S.S. ao som candente dessa orquestra sonora: que lhe faça bom proveito. Esta é naturalmente a teta em que S.S. mama liberdade.”[22]

Essa troca de invectivas com um oponente do porte de Rafael Tobias de Aguiar nos dá conta da audácia e da formidável combatividade do ex-escravo. Luís Gama era arrebatador — mas, enquanto a alma conservava-se sempre pronta para a batalha seguinte, até ansiando por ela, como o faminto anseia por comida, o corpo, ao raiar dos anos 1880, quando ele alcançava a marca dos 50 anos, começou a fraquejar. A diabetes, incontrolável na época, rapidamente fez o seu trabalho. Ele já não conseguia descer as escadas do escritório sem que o amparassem. Luís Gama morreu no dia 24 de agosto de 1882, em sua casa da rua do Brás, a futura Rangel Pestana, principal artéria de um bairro que vivia seus últimos anos de pacato bucolismo, e o enterro foi solene e concorrido — o mais solene e concorrido que São Paulo conheceu, no século XIX. Raul Pompéia deixou dele uma descrição detalhada. Recordá-lo é recordar também um pouco dos usos e costumes da cidade na época. Tão logo soube da notícia, Pompéia tomou o bonde — bonde de burro — do Brás. Encontrou a casa devastada pela tristeza, com homens e mulheres chorando. “Na sala da frente estava o corpo”, narra. “Lá estava sobre duas mesas aproximadas um grande cadáver, reto e fixo, as duas mãos rijamente cruzadas sobre um largo peito, trajado de negro, coberto a meio corpo por um pobre lençol grosseiro.”[23] Do interior da casa, vinha o gorjeio de passarinhos. Luís Gama, conta Pompéia, gostava de passarinhos e de flores. Mantinha mais de vinte gaiolas com passarinhos. Luís Gama sempre foi

pobre — houve ocasiões em que precisou ser socorrido pelos amigos — e morreu pobre. A casa era modesta. Apesar disso, tinha um grande jardim, que se avistava da janela da sala de jantar. Por esse jardim espalhavam-se parasitas, penduradas em fios de arame, e flores de cores diversas. Gama cuidava pessoalmente do jardim. “Uma alegria vasta, geral, pousava ali pela ramaria das jabuticabeiras, ao longo das palmas de bananeira”, escreve Pompéia.[24]

O enterro estava marcado para o dia seguinte. Pompéia voltou à casa, e encontrou-a já recoberta com a “tristeza mercenária dos aparatos fúnebres”. Um reposteiro negro cobria-lhe a porta de entrada. Na sala onde estava o corpo, panos negros haviam sido pendurados do teto ao chão. O enterro saiu às 16h05. Ia-se cumprir a pé o trajeto até o cemitério da Consolação, “no extremo oposto da cidade”. À frente do cortejo ia “uma porção imensa do povo”. Atrás, rolavam carruagens, a passo lento. Ainda no Brás, uma banda de música juntou-se ao féretro. “Por cima do préstito flutuavam os esplendores de uma tarde olímpica”, escreve Pompéia. “Para longe fugiam os campos do Carmo, muito verdes, rasgados em vários pontos pelos extravasamentos do Tamanduateí, alagados em grandes espelhações cintilantes.” Em frente, divisava-se o casario da cidade. “As habitações, sobrepostas pelos outeiros de São Paulo, pareciam apertar-se para espiar o préstito. As torres, satisfeitas de sua estatura, olhavam, sem esforço, por cima dos telhados.”[25] Na ladeira do Carmo, que dava acesso à cidade propriamente dita, juntaram-se ao cortejo os integrantes da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, congregação a que pertencera Gama, com suas opas azuis e brancas e enormes velas, “grossas como cajados”. Logo depois, seis membros do Centro Abolicionista de São Paulo tomaram as alças do caixão. “A cidade estava triste”, prossegue Pompéia. “Inúmeras lojas tinham as portas fechadas, em manifestação de pesar; as bandeiras das sociedades musicais e beneficentes da capital pendiam a meio mastro. Apinhava-se o povo nos lugares por onde devia passar o enterro. Às janelas acotovelavam-se as famílias. Em alguns pontos viam-se pessoas chorando.” A alturas tantas, partilhavam as alças do caixão o escravocrata Martinho Prado Jr. e “um pobre negro esfarrapado e descalço”.[26] Mais um pouco, no entanto — isso não é Pompéia que conta, mas um jornal da época —, e “um grupo, dentre o grande número de pretos que tomavam parte no acompanhamento, não consentiu que ninguém mais conduzisse o corpo, e eles, revezando-se entre si, conduziram-no o resto do caminho”.[27] O cortejo adentrou o cemitério quando já caía a noite. Ao pé do túmulo, um orador levantou a voz para pedir à multidão o juramento de que não se deixaria morrer o ideal pelo qual lutara Luís Gama. A multidão jurou.

Quem era aquele orador? Segundo Pompéia, seria o abolicionista Clímaco Barbosa, diretor do jornal *Gazeta de São Paulo*. Segundo uma tradição oral, seria Antônio Bento, de quem ouviremos falar em seguida. Por ora, para fechar a passagem de Luís Gama por estas páginas, registre-se o pequeno grande detalhe de que, enquanto ele se ombreava com a sociedade mais aristocrática da época, e frequentava seus círculos, como a Loja Maçônica América e o Partido Republicano, tanto quanto o Palácio do Governo e as redações dos jornais, jamais o fez na companhia da mulher, Claudina Fortunato Sampaio, de quem poucas vezes se teve notícia. Nas sociedades de senhoras que se formaram, em paralelo à dos homens, em prol da luta abolicionista, não há registro da presença de Claudina. Eis um limite que este gigante do desprezo pelas barreiras de classe e pelo preconceito racial encontrou. Ele próprio, nas salas de julgamento ou dos clubes políticos, isso permitiu-se e lhe foi permitido. Ele e sua negra, exibindo-se em sociedade de par com os ricos e poderosos, isso não.

A ordem escravocrata a essa altura já apresentava abalos que se revelariam fatais. No pequeno mundo de Maria Pais de Barros, onde a escravidão era aceita como "natural", a cada dia que passava a segurança de um ritmo de vida manso e imutável cedia lugar à perplexidade e ao medo. O deslizar suave dos pés descalços das escravas, para voltar à descrição lapidar do ambiente na mansão senhorial, era abafado pelos barulhos incômodos que vinham de fora, quase como tambores guerreiros. Maria Pais de Barros via, na ação de certos abolicionistas, apenas uma tentativa de adquirir "popularidade ou vantagens". "Eram esses os agitadores que inflamavam a imaginação dos pretos e faziam o desespero dos escravocratas, temerosos de perder a partida", escreve.[28] A mesma autora dá conta das preocupações que, então, povoavam as conversas dos fazendeiros: "'Como pode o governo consentir em tamanho erro?', diziam. 'Estão trabalhando para a desgraça do país! Onde encontraremos trabalhadores? Será a ruína da lavoura.'"[29]

Se algum escravista abrigou a esperança de que, com o desaparecimento de Luís Gama, a pressão abolicionista se aliviaria, enganou-se. As coisas acabaram por ficar ainda mais assustadoras, para o lado deles, quando o facho passou para um sucessor que, em parte por convicção pessoal, em parte por imposição dos tempos, adotou estratégia diferente. Antônio Bento de Sousa e Castro, este o sucessor de Gama na liderança do abolicionismo em São Paulo, era formado pela Faculdade de Direito, turma de 1868. Exercera as funções de promotor nos

municípios de Botucatu e Limeira e as de juiz municipal em Atibaia.[30] Agora revelava-se um tipo estranho, sempre escondido atrás de longas capas negras, e de um chapelão de abas largas. Para completar o mistério costumava, segundo Raul Pompéia, que também com ele colaborou, andar com a cabeça inclinada e as mãos nos bolsos. Mantinha um cavanhaque "de arame" e "o olhar disfarçado nos óculos azuis como uma lâmina no estojo". Diante de tal conjunto, conclui Pompéia, "os inimigos tremiam".[31]

Bento, que tinha 39 anos quando Luís Gama morreu, criou uma organização secreta, cujos membros eram chamados "caifazes", nome inspirado em Caifaz, o juiz hebreu que entregou Jesus aos romanos, e confusamente aplicado às circunstâncias. O método de luta agora era abertamente insurrecional. Os caifazes — prosseguimos citando Raul Pompéia — eram homens que "tinham de dia a cor da noite, sem nome, sem residência, sem profissão, disciplinados, resolutos, esquivos, impalpáveis, silenciosos, que faziam a polícia da polícia, a espionagem dos capitães de mato". Tinham por especialidade "a emboscada, o segredo, o repente de aparição, a espantosa audácia, o atrevimento burlesco às vezes, que aterrava e fazia rir".[32] Antônio Bento e sua rede de colaboradores, muitos deles, como Pompéia, estudantes da Academia, promoviam fugas em massa nas fazendas, arrancavam das mãos dos senhores escravos ameaçados, ajudavam a organizar quilombos — isso sem prejuízo do prosseguimento das ações na Justiça e da luta propagandística, na imprensa ou em manifestações de rua. Antônio Bento tinha o seu QG na sacristia da igreja de Nossa Senhora dos Remédios, no largo de São Gonçalo, de cuja irmandade — a mesma a que pertencera Luís Gama — era provedor. Ali mesmo, nos fundos da igreja, mantinha a redação e a tipografia do jornal que editava, *A Redenção*, e uma espécie de museu de horrores da escravidão, onde se exibiam chicotes, coleiras, correntes, cangas, gargalheiras.[33] A dramatização teatral da tragédia da escravidão era uma das táticas de Antônio Bento. Uma vez, tendo acolhido um negro que, depois de torturado, fora salvo da mão do algoz por boas almas do interior da província, decidiu expô-lo em procissão pelas ruas de São Paulo. O negro havia sido pendurado numa corrente pelo pescoço, com os pés mal tocando o chão. As mãos tinham sido feridas com uma faca. A procissão foi descrita por Bueno de Andrade, aquele mesmo sobrinho de José Bonifácio, o Moço, que colaborara com Luís Gama:

"Entre os andores dos santos, suspensos em longas hastes, apareciam instrumentos de tortura: golilhas, grilhões, cangas, relhos, etc. Na frente, debaixo da imagem lívida de Cristo crucificado, caminhava, trôpego e vacilante, o infeliz

cativo. Nunca assisti a uma cerimônia tão triste e tão sugestiva. A impressão na cidade foi profunda! A polícia não ousou impedir a marcha da massa popular. A multidão seguia silenciosa. Todos se sentiam profundamente comovidos, menos o infeliz preto martirizado, que as dores enlouquecera."[34]

Da igreja dos Remédios, o movimento de Bento espalhou-se pela província. Não que só a ele se devesse o clima de rebeldia e medo que contaminou a província a partir de meados de 1880. A onda insurrecional teve focos diversos, nem todos coordenados entre si. Mas Antônio Bento e seus caifazes, organizados e determinados, constituíram-se na parte central do movimento. Havia, entre os militantes, homens especializados em avançadas técnicas de insurreição. Um deles, chamado Antônio Paciência, infiltrava-se nas fazendas apresentando-se como trabalhador e depois, fazendo jus ao nome, pacientemente esperava, ali dentro, o momento certo de organizar as fugas. Outro, de nome Antonico, agia ao inverso. Imiscuía-se nas senzalas altas horas da noite e, sem paciência alguma, tentava convencer os escravos a fugir naquele momento mesmo. Acabou morrendo numa dessas tentativas.[35] Observe-se que São Paulo, a província, desde que foi sacudida de seu sono pelo surto cafeeiro, conhecera um aumento grande da população escrava. De pouco menos de 80 mil, em 1836, essa população chegou a 175 mil, em 1874.[36] Junto com o Rio de Janeiro e Minas Gerais, as duas outras províncias produtoras de café, reunia o grosso da escravaria brasileira. Por isso mesmo, porque a dependência de mão de obra era maior nessas províncias do que em outras partes do Brasil, elas foram as que mais resistiram, inclusive por meio de suas bancadas na Assembleia Nacional, ao avanço do abolicionismo. É preciso distinguir, entretanto, entre o que ocorria na zona rural e nos centros urbanos. Nos centros urbanos, onde, além de a questão da mão de obra não se colocar de forma premente, já havia um esboço de opinião pública, a causa abolicionista prosperava irresistivelmente. Santos, em primeiro lugar, e, em menos escala, São Paulo viraram baluartes da luta antiescravidão. Para Santos convergiram levas cada vez mais numerosas de escravos fugidos das fazendas. A cidade era o pique da brincadeira de pega-pega, se de brincadeira se tratasse — o santuário onde, uma vez chegados, os escravos podiam ter certeza de que, protegidos pela população, não seriam entregues de volta a seus donos. Ali se constituiu um famoso quilombo, o do Jabaquara, na verdade uma favela que prosperava a cada dia, situada entre o mar e a montanha. Para lá Antônio Bento encaminhou muitos dos escravos que ajudou a libertar. Mesmo em São Paulo, no entanto, os fugitivos podiam contar com refúgios seguros. Antônio Bento mantinha na cidade uma casa para abrigá-los, assinalada

na porta por um pano branco.[37]

O clima na capital da província já em 1882, quando a situação ainda não se apresentava tão tensa, propiciava incidentes como o ocorrido na estação da Luz, quando um escravo fugido era embarcado, amarrado, de volta à fazenda de seus senhores, em Campinas. Aos gritos e lágrimas, o escravo insistia que não queria ir. O povo que transitava pela estação comoveu-se e protestou contra o embarque forçado do infeliz. Veio o chefe da estação e, em confabulação com os funcionários da ferrovia, decidiu que não podiam embarcar um homem naquelas condições. Cinco anos mais tarde, em 1887, quando já se deflagrara a virtual insurreição que tomou conta das fazendas da província, deu-se um choque entre negros e a polícia, durante uma festa na igreja de São Francisco. Os ânimos continuaram exaltados no dia seguinte. Grupos de negros, dando vivas à liberdade, encaminharam-se ao pátio do Colégio e apedrejaram os policiais que guardavam a entrada do Palácio do Governo.[38] Aos poucos, os próprios fazendeiros foram cedendo ao inevitável. Passaram a libertar seus escravos, muitas vezes oferecendo salários com os quais imaginavam convertê-los em trabalhadores livres. O mais notório deles, Antônio Prado, campeão do escravismo até a véspera, declarou-se a favor da abolição, num discurso no Senado, do qual era membro, em setembro de 1887. Foi uma conversão espetacular, mas compatível com tempos em que a escravidão minguava como planta que, decididamente, não podia dar mais frutos. A cidade de São Paulo, que em 1836 ostentava uma população escrava de 5.319 pessoas, o equivalente a quase 25% da população total de 21.933 habitantes, em 1886 não abrigava senão 493 escravos, mero 1% da população de 47.697 habitantes.[39] Desde 1886, num sinal de que haviam perdido sua condição de “coisa”, os escravos não eram mais aceitos como hipoteca pelos bancos.[40] A 13 de maio de 1888, a abolição legal da escravidão veio forçar uma porta já arrombada.



XXV

Os Assobios da Despedida

A abolição da escravatura não chegou a incomodar seriamente, nem mesmo os fazendeiros, porque eles já tinham encontrado solução para o problema da mão de obra. No início da década de 1870, por ocasião dos debates da Lei do Ventre Livre, os irmãos Antônio e Martinico Prado puseram-se contra a proposta.[1] Consideravam, como muitos outros de seus pares, que ela não só caracterizaria um desfalque no estoque futuro de mão de obra, mas também, uma vez que o escravo era um ativo, e não raro o principal ativo no patrimônio do produtor rural, um avanço na sacrossanta inviolabilidade de seus bolsos. De todo modo, já antevendo problemas, crescente que era a pressão abolicionista, não deixaram de explorar as alternativas. No mesmo ano de 1871 em que foi votada a Lei do Ventre Livre, Antônio Prado destacou-se como um dos criadores e primeiro presidente da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração.[2] O objetivo era recrutar na Europa trabalhadores que viessem a suprir as carências de mão de obra nas fazendas paulistas. O empreendimento era particular, e particular sua gestão, mas, cada vez mais influentes junto aos poderes públicos, os fazendeiros obtiveram, dos governos imperial e provincial, uma decisiva parceria, na forma de subsídios que cobriam parte dos custos da importação de trabalhadores. A Associação Auxiliadora, cuja atuação começava na Europa, nas funções de propaganda e recrutamento, passava pelo pagamento, às vezes total, às vezes parcial, das passagens, e terminava na distribuição dos recrutados pelas diferentes frentes de trabalho, teve êxito parcial. A média anual dos imigrantes que fez entrar na província, entre os anos de 1871 e 1884, foi de 1.959, quantidade insuficiente para contrabalançar as defecções de escravos.[3] Serviu, no entanto, para consolidar uma estratégia de conduta, sintetizada por Antônio Prado na fórmula: “emancipação gradual e imigração intensiva”.[4]

Por um tempo, escravos e imigrantes europeus — ou colonos, como viriam a ser chamados — conviveram nas fazendas. Não tardaram, porém, a aparecer as

vantagens dos imigrantes sobre os escravos, tanto em matéria de rendimento no serviço como em empate de capital. Afinal, imigrante não era “coisa”, como escravo. Não sendo “coisa”, não custava dinheiro, para ser adquirida. Está aí algo muito simples e de fácil entendimento. Em 1870, o fazendeiro José Vergueiro, num artigo no *Correio Paulistano*, depois de cálculos na ponta do lápis, concluía que o capital empregado para a compra de cem escravos equivaleria a pagar 1.666 trabalhadores livres por um ano.[5] Também era de entendimento muito simples que não era vocacionado à melhor produtividade um sistema que, como o escravista, fazia as pessoas trabalhar em regime de terror e com perspectivas nulas de melhorar de vida. Não são as ideias mais simples e claras, no entanto, as que mais facilmente se transformam em realidade, e foi assim que, paralelamente ao lento processo de desmoronamento da escravidão, também foi lento o processo de compreensão de que o trabalho livre não era apenas mais aceitável do ponto de vista moral, mas mesmo do econômico. Em todo caso, tal entendimento foi ganhando terreno. E em consequência desse processo, maturado lá longe, nas fazendas, a cidade de São Paulo, a São Paulo da indiada e dos mamelucos, a mesma São Paulo que a presença do inglês John Mawe, no começo do século, transtornara a ponto de as pessoas o tocarem e lhe contarem os dedos das mãos, para conferir se eram no mesmo número que os delas, tal a estranheza diante de estrangeiros, viria a se transformar na cidade mais “estrangeira” do Brasil.

Desde os tempos de Mawe, na verdade, a cidade evoluíra nesse particular. Já se habituara aos comerciantes estrangeiros, alguns, como o inglês Fox, dono de relojoaria, também responsável pelo bom funcionamento do relógio da Sé, e o francês Garraux, dono da melhor livraria da cidade, já foram citados neste livro. Além disso, as famílias mais abastadas importavam, da França ou da Alemanha, preceptoras para educar-lhes os filhos. Martinico Prado trouxe a *fraulein* prussiana Ina von Binzer, que, dois capítulos atrás, igualmente mereceu citação. Em 1882, Ina von Binzer, então com 26 anos, frequentava, nas horas de folga, a casa de um farmacêutico seu compatriota, Henrique Schaumann, dono de um estabelecimento que marcaria época na cidade, a botica Ao Veado de Ouro. Schaumann era também cônsul honorário da Alemanha no Brasil, e em sua casa costumavam marcar presença tanto os estrangeiros residentes em São Paulo quanto os que estavam de passagem. “Na casa dos Schaumanns encontra-se gente de todas as partes do mundo e conversa-se sobre todos os assuntos”, escreve Ina von Binzer à amiga Grete, a correspondente na Alemanha a quem endereçava as cartas que, reunidas, resultaram em seu saboroso livro sobre a

experiência brasileira. “Numa dessas noites estiveram lá um velho e original engenheiro dinamarquês, antigo capitão, um francês professor de música, um médico alemão e um engenheiro inglês.”[6] De toda forma, os estrangeiros que agora viriam sob o impulso dos incentivos à imigração não seriam dessa espécie. Não seriam os engenheiros, professores ou músicos com quem Ina von Binzer privou, mas gente simples, com calos nos dedos, expulsa dos países natais pelas imposições da penúria.

Sem contar o marquês de Pombal, que já no século XVIII ensaiou trazer imigrantes à colônia americana, as primeiras tentativas de transplantá-los para os campos brasileiros datam dos tempos de D. João VI e D. Pedro I. Alemães, suíços, italianos e nacionais de outros países europeus foram atraídos, com incentivo governamental, para lugares como as serras do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e as províncias sulinas. É dessa primeira fase da imigração que se originam as colônias alemãs do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Quanto à cidade de São Paulo, a primeira leva de imigrantes que viu na vida foi um grupo de 226 alemães que, depois de ter galgado a pé a serra do Mar, adentrou por suas ruas num dia de dezembro do remoto ano de 1827. Um historiador registrou:

“[...] eis que numa tarde, os sossegados habitantes da vila paulistana, entre admirados e medrosos, viam entrar pelas ruas estreitas magotes de gente estranha, suja, cansada, os homens de barba espessa, as mulheres magras, carregando filhos assustados. Os carros de boi, requisitados e obtidos com dificuldade, rangiam morosos, levando velhos e crianças sob toldos improvisados. Alguns felizes escachavam-se em poucas mulas de viagem conseguidas com empenho e sorte. A maioria vinha extenuada e havia, tanto da parte dos recém-chegados como da parte dos curiosos habitantes, olhares de desconfiança recíproca.”[7]

O grupo foi hospedado, não por acaso, dado o estado em que se apresentava, no Hospital Militar. Não era para ficar na cidade, mas acabou ficando por mais tempo do que devia e só em 1829, separado em duas turmas, uma de católicos, outra de protestantes, foi transferido para locais em que se deveriam fixar definitivamente, os protestantes na vila de Santo Amaro, e os católicos na freguesia de Itapecerica da Serra.[8] Esse tipo de imigração tinha porém feição diferente da que viria a ganhar depois de 1870. Nesses primeiros tempos, que no caso da província de São Paulo caracterizam uma pré-história da imigração, os europeus ganhavam terras para cultivar e agrupavam-se em colônias, ou “núcleos coloniais”, como se chamavam, que, em alguns casos, e com algum exagero, pode-se comparar a enclaves estrangeiros, pelos costumes e pela

arquitetura, dentro das fronteiras nacionais. Era uma imigração para povoar o território e contribuir com práticas agrícolas que pudessem diversificar o estrito repertório caboclo. De quebra, em especial no caso das províncias sulinas, envoltas em constantes atritos com os vizinhos de fala espanhola, serviria para reforçar as defesas da nação com braços que, além de se entregarem ao cultivo da terra, estariam disponíveis também para o Exército.

Não se abandonou de todo a ideia dos "núcleos coloniais". Na província de São Paulo, e mesmo nos subúrbios da capital, em lugares como Santana, São Caetano e São Bernardo, ainda haveria ocasião de implantá-los. A imigração que nos interessa, no entanto, a imigração maciça contemporânea do surto do café, não foi feita para povoar terras vazias, e muito menos, para dar terra aos imigrantes. Foi feita para fornecer braços para a agricultura. Para suprir de mão de obra os latifúndios onde se cultivava o café, afetados pela crise que os desfalcava do concurso dos negros. Em 1886, foi formada uma nova entidade de fomento à importação de trabalhadores estrangeiros, a Sociedade Promotora da Imigração. Sua direção reunia os principais fazendeiros da província e para primeiro presidente foi escolhido Martinico Prado. As funções eram similares às da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, que a antecedeu. Iam desde a contratação de agentes para a arregimentação dos candidatos a se transplantar das depauperadas aldeias europeias até o oferecimento de hospedagem aos imigrantes, à sua chegada, e o transporte até as fazendas. O fluxo de imigrantes, no período da Sociedade Promotora da Imigração, ganhou velocidade. Em 1886, registraram-se 9.536 entradas na província. E, a partir do ano seguinte, teríamos cifras cada vez mais expressivas: 32.112 em 1887, 92.086 em 1888. No ano de 1891, novo recorde: 108.736. E no de 1895, novo ainda: 139.998.[9]

Nesses totais, entre as várias nacionalidades representadas, a predominância esmagadora era de italianos. A primeira vez que os registros de entrada na província de São Paulo assinalaram a presença de um grupo de italianos de algum porte foi em 1877, quando chegaram 2 mil deles. Os números continuam mais ou menos nessa toada até 1887, quando explodem: 27.323 em 1887, 80.749 em 1888.[10] Os italianos, impulsionados pela miséria da terra natal de um lado, e do outro pela propaganda, às vezes enganosa, acenando-lhes com uma edulcorada, quando não falsificada, perspectiva de melhora de vida, tinham descoberto São Paulo. E, muito mais importante, São Paulo tinha descoberto os italianos. Iniciava-se uma transfusão de sangue e de cultura sem a qual não se entenderá São Paulo, dali em diante.

Não se pense na imigração como um processo que, por substituir a escravidão, ou mesmo por se opor a ela, já que introduz o trabalho assalariado, merece lugar tão doce, na História, quanto amargo é o da escravidão. O historiador Caio Prado Jr., por sinal que neto de Martinico, vê mais continuidade que descontinuidade entre os dois processos. “Que significava, socialmente, este sistema?”, escreve. “Nada mais que um processo forçado e artificial de recrutar, não verdadeiros povoadores, novos membros de uma sociedade humana, mas simplesmente instrumentos de trabalho para a grande lavoura cafeeira.”[11] Caio Prado Jr. chega a chamar de “tráfico de imigrantes” o sistema que substituiu o tráfico de escravos. Já em 1875, antes, portanto, de o fluxo tomar vulto, o jornal *Il Secolo*, de Milão, chamava a emigração para o Brasil de “comércio de carne humana”.[12] Muitos fazendeiros mudaram de pessoal, nos seus domínios, mas não mudaram de métodos. Não eram incomuns os casos de espancamento, nem aqueles em que os imigrantes eram alojados nas antigas senzalas. Havia contratos especificando que o trabalho seria “de sol a sol”, e multiplicavam-se as cláusulas prevendo multas e reduções de salários. Muitas vezes as compras dos trabalhadores tinham de ser feitas nas próprias fazendas, a preços inflacionados, o que os endividava e lhes aumentava a dependência do patrão.[13]

Um dos principais promotores da imigração, junto com os irmãos Prado, foi Antônio de Queirós Teles, outro destacado membro do patriciado paulista, também ele fazendeiro, claro, e mais conhecido pelos títulos sucessivos de barão, visconde e conde de Parnaíba com que veio a ser agraciado. Parnaíba, fundador e primeiro presidente da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, fez em 1878 viagem à Europa em que percorreu oito países e estudou, simultaneamente, as estradas de ferro e as possibilidades de importar mão de obra. Neste segundo aspecto, voltou entusiasmado com a possibilidade de trazer italianos.[14] Em 1886, foi feito presidente da província. Em sua gestão de pouco menos de um ano e meio, com uma das mãos deu toda a força à imigração, e com a outra tentou tanto quanto possível reprimir as fugas e as desordens características do período de desmoronamento da instituição escravista. Obra notável do conde de Parnaíba foi a construção de uma nova e majestosa Hospedaria dos Imigrantes, para substituir a acanhada instalação existente para esse fim no bairro do Bom Retiro. O local escolhido foi o Brás, junto aos trilhos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Ali foi erguido, entre 1886 e 1887, um edifício de dois andares, esparramado ao longo de duas extensas alas, em cuja fachada se escreveu: “Autorizado e construído sob a presidência do Exo. Snr. Conde de Parnahyba 1886-1888.” Destinado a, cem anos depois, virar o

“Memorial do Imigrante”, o edifício foi feito para abrigar 3 mil pessoas, mas houve ocasião em que abrigou 8 mil. Note-se que sua inauguração coincide com a explosão do fluxo imigratório. Não é uma coincidência. Também não é uma coincidência que tenha sido erguido bem junto aos trilhos da estrada de ferro. Uma estação foi acoplada ao edifício, de modo que os imigrantes, desembarcados em Santos, de imediato eram transferidos para os vagões da Inglesa e, uma vez vencida a serra, despejados diretamente na hospedaria. Dali seguiriam para as fazendas. Os imigrantes não tinham autorização para deixar a hospedaria. A cidade de São Paulo, apenas entreviam, ou das janelas do trem, ou das da hospedaria.[15] Ou melhor...

Figura 45



No bairro do Brás, a fachada do prédio principal da hospedaria dos imigrantes...

Figura 46



...e o desembarque de italianos recém-chegados à cidade, na estação da hospedaria.

Ou melhor: o sistema tinha falhas, e foi assim que muitos imigrantes, depois de breve passagem pelas fazendas, ou às vezes até sem passar por elas, estabeleciam-se nas cidades, São Paulo principalmente. Isso explica o fato de a porcentagem de estrangeiros, na capital da província, ter passado de 8%, em 1872, a 25% em 1886.[16] O italiano começava a ser ouvido nas ruas tanto quanto o português. Na verdade, se havia propaganda enganosa na empreitada de atrair imigrantes, havia também comportamento enganoso da parte dos imigrantes. O que se procurava era recrutar camponeses, gente afeita ao trabalho do campo, que o conhecesse e dele gostasse. De mistura, no entanto, apresentavam-se

artesãos de diversa espécie, pequenos empregados no comércio e gente de outros ofícios urbanos. Os primeiros italianos a emigrar para São Paulo provinham das regiões do norte da península, como o Vêneto e a Lombardia. Do Vêneto vinham camponeses puros. Já entre os lombardos entravam de contrabando citadinos que, à primeira oportunidade, escapavam para algum centro urbano. Este movimento se agravou quando, já no início do século XX, os meridionais passaram a ser maioria, entre os imigrantes italianos. Estes não só provinham de pequenos burgos da Calábria, da Campanha, da Basilicata ou da Sicília, onde exerciam ofícios urbanos, como devotavam ao campo, dominado, lá na terra natal, por invencíveis estruturas feudais, todo o horror que merece um sistema que identificavam com a opressão e a miséria.[17] Acresce, para tornar ainda mais intensa a corrida dos imigrantes para as cidades, que muitos fugiam do tratamento desumano nas fazendas.

Sobretudo, concorreram para atrair para a capital da província levas consideráveis de estrangeiros dois fatores. O primeiro é que, no processo de crescimento e enriquecimento da cidade, ampliou-se a demanda por um sem-número de atividades para as quais os estrangeiros estavam mais preparados do que os nacionais. Havia entre eles pedreiros, marceneiros, sapateiros e outros artesãos com habilidades e técnicas frente às quais a pobre perícia dos nativos fazia feio. Não demorou para que os italianos fossem maioria nessas profissões. Mais para o fim do século, dois terços dos pedreiros e a virtual totalidade dos mestres de obras eram constituídos de italianos.[18] Os italianos também inovaram o panorama na cidade com ofícios até então desconhecidos. Por exemplo, o de engraxate. Meninos de 10 a 16 anos, com a caixinha de madeira à mão, primeiro elegeram as estações de trem para fazer ponto, depois passaram a percorrer as ruas centrais, e apregoavam: "*Ingraxa? Barato, friguês*." Ou então: "*Ingraxatore! La moda de Parigi*."[19] Outro ofício novo a tomar as ruas foi o de vendedor de jornais. O pioneiro, neste caso, não foi um italiano, mas um francês, Bernard Gregoire, que, com uma touca na cabeça e uma buzina na mão, para chamar a freguesia, tornou-se figura conhecida na cidade na segunda metade da década de 1870. Logo, porém, os italianos, os meninos italianos principalmente, já eram maioria nesse novo nicho de mercado.[20] Os cocheiros, tanto os particulares, que serviam as famílias ricas, quanto os condutores de coches de aluguel também passaram a ser na maioria italianos, assim como os aguadeiros — profissionais que recolhiam água em poços abertos nas proximidades dos rios e a vendiam em pipas pelas ruas.[21] Por fim, o comércio ambulante ganhou grande impulso na cidade com a presença dos italianos. Eles vendiam, de casa

em casa, frutas, legumes, flores. Grande e inovadora ideia foi, aproveitando as facilidades oferecidas pela estrada de ferro, trazer peixe de Santos para vendê-lo fresco, no mesmo dia, em São Paulo. Mérito dos italianos, outra vez.[22]

Outro fator, mais importante ainda, da fixação dos estrangeiros na capital da província foi que, de cambulhada com o café e a estrada de ferro, outro fenômeno começa a despontar na cidade — a industrialização. Já falamos, em outro capítulo, da fábrica de tecidos do major Diogo. Foi a pioneira do gênero em São Paulo. Em 1895, ano em que um relatório oficial fez o primeiro levantamento anunciado como completo das indústrias na cidade, havia 52 delas. Às indústrias têxteis somavam-se serrarias e fundições, fábricas de cerveja, de chapéus e de fósforos.[23] Os estrangeiros, e em particular os italianos, distinguiam-se como elementos decisivos, nesse primeiro passo rumo à industrialização, tanto do lado produtor quanto do lado consumidor. Do lado produtor, porque eram eles, na esmagadora maioria, os operários que faziam girar as máquinas. Quando Antônio Álvares Penteado, dando novo curso aos capitais que angariara como fazendeiro do café, abriu sua fábrica de tecidos, em 1889, empregou nela quase só italianos, entre os oitocentos operários.[24] Do lado consumidor, porque sem eles dificilmente haveria mercado para os produtos oferecidos. A indústria têxtil, por exemplo, não foi montada para prover as famílias abastadas, que jamais aceitariam cobrir-se com algo que não viesse de Paris ou de Londres. Elas continuavam a se abastecer com as roupas importadas das lojas da rua de São Bento. À indústria nacional cabia produzir tecidos grosseiros, cujos preços fossem compatíveis com consumidores pobres ou remediados. Os imigrantes também traziam novos gostos e novos hábitos, cuja satisfação convidava a novos empreendimentos. Em 1878, dois italianos, Ludovico Dal Porto e Francesco Casini, fundaram uma fábrica de massas. Em São Paulo, até então, pouquíssimos saberiam o que era um espaguete. A fábrica localizou-se no Brás. A lógica era instalar as indústrias junto às linhas das estradas de ferro, e foi assim que o Brás, antigo recanto bucólico, onde despontavam as chácaras e uma ou outra habitação isolada, mudou radicalmente de personalidade, e tornou-se o primeiro e, por muitos anos, mais importante bairro industrial de São Paulo. Destino semelhante teve o Bom Retiro, antigo domínio do fazendeiro, político e empresário Joaquim Egídio de Sousa Aranha, o marquês de Três Rios, que ali mantinha uma chácara com o nome que seria herdado pelo bairro. O Bom Retiro tinha a vantagem de ficar colado à estação da Luz. Claro que, onde se estabelecessem as fábricas, se estabeleceriam de preferência os operários. E foi assim que tais bairros tornaram-se também os

preferidos dos imigrantes para morar. O *Diário Popular* de 2 de março de 1892 saudava “o canto alegre e ruidoso do italiano no trabalho”, e acrescentava que o “barulho das forjas” por eles operadas anunciava “uma fábrica gigantesca de futuros paulistas — nova geração, destinada, pela hereditariedade operária do Velho Mundo, a transformar completamente, para melhor, o aspecto físico e comercial de nossa terra”.[25]

Mas não foi apenas na qualidade de operários — ou de consumidores — que os imigrantes deram esse primeiro impulso à industrialização de São Paulo. Também o fizeram na qualidade de empresários. Trata-se de uma espécie de imigrante diferente — não o viajante de terceira classe, expulso de sua aldeia pelos espectros da fome e da falta de perspectiva, e aqui chegados com pouco mais do que a roupa do corpo, mas um imigrante com algum capital, que vinha não fugido da terra natal, mas atraído por outra que lhe prometia melhor situação ainda. Como explicar que estrangeiros desse tipo tenham escolhido São Paulo? Certamente a fama da nova riqueza do café e a presunção de que ela criava oportunidades capazes de decuplicar fortunas. Além disso, a notícia de que tantos compatriotas já haviam se instalado, ou estavam em vias de se instalar na nova terra, fazia com que o ambiente se afigurasse menos estranho. Francesco Matarazzo, filho de um advogado e funcionário público de Castellabate, na província de Salerno, chegou ao Brasil em 1881, aos 25 anos, já casado e pai de dois filhos, com a ideia de dedicar-se ao comércio de banha. Estabeleceu-se primeiro em Sorocaba, e em 1890 mudou-se para a capital, onde se transformaria na maior e mais lendária figura entre os pioneiros da indústria paulista. Dizia ele que nunca desejou ter “*quello che si chiama padrone*”. Como Matarazzo, nas décadas de 1880 e 1890, foram chegando Rodolfo Crespi, Pinotti Gamba, Alessandro Siciliano. Todos traziam algum capital, e cumpriram trajetória semelhante: primeiro estabeleceram-se como comerciantes importadores, para depois dar o salto rumo à indústria. Os casos de outros dois notáveis dos primórdios da industrialização, Nicolau Scarpa e Dante Ramenzoni, configuram exceções à regra. Ambos chegaram com a turma da terceira classe. Scarpa acabou dono de fábricas de tecidos e produtos alimentícios. Ramenzoni constituiu uma famosa fábrica de chapéus.[26]

Se o café e a estrada de ferro configuram uma relação simbiótica, de forma que não haveria café sem estrada de ferro, e não haveria estrada de ferro sem café, a industrialização é filhote dos dois. Ela não existiria sem o concurso conjugado do café e da estrada de ferro. Os estrangeiros tiveram o principal papel, nela, e não só os italianos — outro grupo importante foi o dos sírios e

libaneses. Mas isso não quer dizer que os fazendeiros tenham se ausentado do novo setor. Já citamos o caso de Antônio Álvares Penteado, que montou sua fábrica de tecidos com operários italianos. Os Prados não ficaram atrás. Em 1897, Antônio Prado, em sociedade com outro paulista antigo, Elias Pacheco Jordão, fundou a vidraria Santa Marina. A fábrica tinha duzentos empregados — operários italianos e técnicos franceses — e instalou-se no bairro chamado Água Branca, nome do riacho que corria no local. E é preciso lembrar que as estradas de ferro, todas, com exceção da Inglesa, de propriedade de fazendeiros, geravam importante subproduto industrial — a oficina de reparos. A da Paulista construía vagões, e em 1896 contava 703 empregados.[27] No entanto, a indústria paulista, nesse primeiro desabrochar, fincado no último quartel do século XIX, estava longe do que viria a ser a partir dos anos da Primeira Guerra Mundial. Era uma atividade secundária, exercida à sombra da produção e exportação do café, esta sim, a atividade responsável pela acoplagem de São Paulo à economia mundial. Nem no Brasil a indústria paulista ocupava a liderança — perdia para a do Rio de Janeiro. Era uma indústria rudimentar, entre outros motivos porque lhe faltavam fontes de energia para dar escala à produção. As fábricas eram movidas por motores a vapor, alimentados com carvão, por vezes importado.[28]

Incipiente que fosse, tratava-se de atividade capaz de ocasionar alterações sensíveis no tecido urbano. Do Brás, as fábricas viriam a espalhar-se pelos bairros vizinhos — Mooca, Belenzinho, Pari. Do outro lado da cidade, também seguindo as linhas de trem — no caso, as linhas da Inglesa na direção oeste —, viriam a tomar a Água Branca e, já nos confins da cidade, no lugar onde outrora tivera sua chácara o famoso coronel Anastácio de Freitas Troncoso, a região conhecida como Nossa Senhora da Lapa, ou simplesmente Lapa. São todos bairros que ganharam vida ao impulso da industrialização e da imigração, para tornar-se centros fabris e operários. Olhando-se no mapa, percebe-se que configuram um traço leste-oeste na mancha urbana, no rastro dos trilhos do trem. A cidade espalhava-se, e espalhava-se de maneira desorganizada, com núcleos distantes uns dos outros, tornando mais complicados serviços como o de transporte urbano e de fornecimento de água. Tais bairros eram pobres e, quanto mais se tornavam populosos, menos qualidade de vida ofereciam. Ao lado das casinhas apertadas, onde se aglomeravam famílias de muitos membros, surgiu a novidade dos cortiços — habitações coletivas que reuniam indistintamente pessoas avulsas e famílias, em situação de promiscuidade e insalubridade. O relatório de uma comissão que, a pedido da Câmara Municipal, investigou os cortiços, em 1893, concluiu: “Uma cidade como esta, rodeada de campos

vastíssimos, com terrenos largos adequados a todas as construções, não deve possuir em seu seio esses antros denominados cortiços, onde fenece a saúde mais robusta e onde o operário incauto, à busca de uma economia ilusória e fatal, encontra quase sempre os germes que o dizimam."[29]

Na década de 1880 havia em São Paulo um grupo de negros cujo ganha-pão era carregar pianos — tarefa que cumpriam com um caprichado ritual. Na frente vinha o líder do grupo, na mão uma maraca, que balançava ritmicamente. Os carregadores seguiam atrás, no passo marcado pela maraca. Para espantar o tédio, entoavam o que lhes restava na memória de antigas canções angolanas.[30] O ofício, cruel entre muitos, de carregador de piano, era dos poucos que lhes sobraram. No campo, com o fim da escravidão, os negros nem ganharam terras, como preconizavam os abolicionistas mais lúcidos, nem foram contratados como assalariados pelos fazendeiros, que preferiram os imigrantes. Nas cidades, os vários ofícios que eventualmente lhes poderiam convir — de operários a vendedores ambulantes — foram quase todos açambarcados pelos recém-chegados. Os negros já haviam perdido com a escravidão. Perderam de novo com a abolição.

A imigração constituiu-se numa terceira aventura humana de assombrosas proporções a cruzar a história de São Paulo. A primeira foi a própria aventura dos navegantes portugueses a lançar-se em busca de continentes e paisagens ignotas. A segunda foi a empreitada dos bandeirantes a atirar-se no rumo daquilo que chamavam de "sertão". Agora era o imigrante que ia ao encontro do desconhecido, dispondo-se a encarar essa coisa tremenda que é recomeçar a vida no escuro, do outro lado do mundo. Um vislumbre do que pode ser este momento dramático do rompimento dos laços que até então eram tudo, na vida, em troca da loteria do desconhecido, encontra-se num texto em que o diplomata Rubens Ricupero discorre sobre a imigração e termina por evocar a partida de seu avô, rumo ao Brasil:

"Quando penso na imigração, vejo-o [o avô] como me descreveram minha avó e minha mãe, no instante em que, de encontro ao seu destino, partiu de Nápoles, que tanto amava e nunca mais haveria de rever. Ao afastar-se lentamente o navio do cais, meu avô Pietro assobiava do convés e seu único irmão lhe respondia da terra. Anoitecia e aqueles sons agudos eram fios tênues, frágeis, que se buscavam, se queriam amarrar à terra, até que a distância e o ruído das vagas os fizeram silenciar. É essa a imagem que trago dentro de mim e

não se apaga. Terá valido a pena? Só a Deus cabe responder.”[31]



XXVI

Republicanos... e Escravistas

Café, estrada de ferro e imigração. Eis três fatores já de si suficientes para promover a metamorfose de uva em vinho, de lagarta em borboleta, de taipa em pedra. Mas houve mais. Não se ficou na explosão do café, a criar riqueza e engatar São Paulo, a São Paulo província e a São Paulo cidade, na economia mundial. Não se ficou no trem, a viabilizar a exploração da riqueza do café e a integrar, como nenhuma outra, no Brasil, a província paulista em torno de si mesma e em torno de sua capital. Nem se ficou na revolução de mão de obra e infusão de sangue novo representada pela imigração. Houve ainda uma mudança política, com a quartelada encenada no Rio de Janeiro pelo marechal Deodoro da Fonseca, ao cabo da qual se entendeu por proclamada a República. Na verdade, o velho marechal, dividido entre a lealdade que devotava ao imperador e a revolta que lhe causavam ações do governo que interpretava como injustas para com o Exército, não tinha certeza, nem ele, ao sair pelas ruas à frente da tropa rebelada, na manhã do dia 15 de novembro de 1889, de que estava proclamando a República. Talvez se satisfizesse com a queda do ministério. Republicanos mais autênticos, no entanto, ou, por outra, republicanos simplesmente, sem adjetivo, pois nem republicano se podia dizer que o marechal fosse, acabaram por empurrá-lo, a ele e aos eventos desencadeados por aquele passeio equestre matinal, na direção de uma mudança de regime — e a verdade é que não tiveram lá muito trabalho para atingir tal desiderato. O antigo regime ruiu fácil como um castelo de cartas. A Monarquia, na fase final, já se apresentava mais para lá do que para cá, tão lenta de movimentos quanto o envelhecido imperador, e tão atacada quanto ele pela senilidade. A Monarquia não morreu de morte matada, mas de morte morrida. Morreu da decadência física e mental do imperador, da falta de perspectivas representada por uma herdeira carola, casada com um malquisto príncipe estrangeiro, da falta de agilidade para reagir às novas realidades econômicas e sociais, do bloqueio político em que acabou por enredar

o país. Sobretudo, morreu da falta de quem a defendesse.

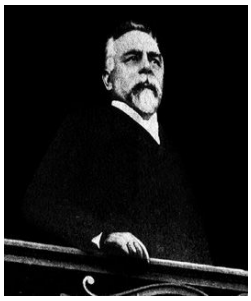
Não é este, no entanto, o lugar para recapitular as causas da mudança do regime considerado o país como um todo. Importa-nos São Paulo, a cidade, e por extensão, porque a história da cidade e da província nesse tempo se entrelaçam, São Paulo, a província. A República foi mais importante para a província de São Paulo do que para qualquer outra. A Independência foi proclamada em São Paulo por acaso. Já da República pode-se dizer que por acaso foi proclamada no Rio de Janeiro. Com mais persistência e competência que em outros lugares, ela foi tramada em São Paulo, consolidada em São Paulo, e atendeu sobretudo aos interesses de São Paulo. É verdade que o ato inaugural do movimento pela mudança do regime, o Manifesto Republicano de 1870, foi redigido e divulgado no Rio, por iniciativa de cariocas, ou de homens que residiam no Rio. Mas a causa republicana, a partir daí, não progrediria, na capital do Império, senão aos arrancos, alternando-se picos de entusiasmo com períodos de esquecimento. Em parte das províncias, ela nem daria o ar de sua graça. Enquanto isso, em São Paulo, criou-se um Partido Republicano que, este sim, estruturado em bases consequentes, conduziria a ideia de maneira articulada e continuada. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, "o Partido Republicano se tornou em São Paulo, muito antes, e muito mais do que em outras províncias, uma força poderosa, coesa, organizada, apta, por isso, a assumir posição de hegemonia, ao desaparecerem, depois de 89, os freios que limitam a expansão de suas energias".[1]

O Partido Republicano veio à luz na famosa convenção realizada em Itu em abril de 1873. Por que Itu? Uma das razões foi o fato de um dos principais articuladores do evento, o rico fazendeiro João Tibiriçá Piratininga de Almeida Prado, que já se havia destacado no cultivo da cana-de-açúcar e do café, e agora era dono de extensas plantações de café, residir nessa cidade.[2] João Tibiriçá Piratininga, como era mais conhecido, ou simplesmente João Tibiriçá, pertencente a uma família cujos ardores nacionalistas, ou paulistas, levara-a a adotar o nome do cacique que dominava o Planalto, à época da fundação de São Paulo, e o primitivo nome da região da capital, fez as vezes de anfitrião dos convencionais. Outra razão para a escolha de Itu foi que a cidade vivia, nessa ocasião, dias de festa. A convenção foi marcada para 18 de abril. Na véspera, dia 17, seria inaugurada, com as pompas já nossas conhecidas, as iluminações e as fanfarras, a Estrada de Ferro Ituana. Os convencionais poderiam, assim, além de vir de trem, aproveitar para participar da festa, ainda que uma festa monarquista, com a presença da principal autoridade do regime na província, o presidente

João Teodoro. À convenção compareceram 133 pessoas, provenientes de 16 diferentes municípios paulistas e, três delas, da capital do Império. Entre os 133, havia 78 fazendeiros, contra 55 de outras profissões.[3] Já se vê que foi um congraçamento sobretudo interiorano e, mais que interiorano, cafeeiro. Entre os presentes incluía-se um moço de 32 anos, Manuel Ferraz de Campos Sales, que, destinado a ocupar, 25 anos depois, a presidência daquela República pela qual se engajava, já naquela época não representava pouca coisa, herdeiro que era de rica família de Campinas.

Como se adivinha, não eram fazendeiros quaisquer. Era a fina flor, ou, pelo menos, boa parte da fina flor da elite paulista, e aqui dois sentimentos opostos se impõem — um familiar e outro de estranheza, um de que pisamos em terreno conhecido, outro de que esse terreno conduz a bizarras paragens. O terreno conhecido é a constatação de que esses homens se constituem nos mesmos que já encontramos, capítulos atrás, à frente do surto cafeeiro, da construção das estradas de ferro e da promoção da imigração. Sim, em grande parte, são os mesmos. Vamos encontrá-los, como uma elite atuante e consciente de sua própria força, em quase todos os movimentos de transformação do período. A bizarria decorre do fato de encontrá-los, a eles, condutores da economia que se afirmava como a mais dinâmica do país, e, pessoalmente, seus maiores beneficiários, à frente *deste* movimento — de teor tão subversivo que pretendia destronar o imperador e derrubar o regime. E de, nesse propósito, empunharem uma bandeira que, por se amparar na palavra república, invoca reivindicações de raízes populares, como a democracia e a igualdade.

Figura 47



Campos Sales em 1900, acervo FGV.

Se o leitor está achando isso estranho, ainda não viu nada. O mais estranho verá agora, ao se dar conta de que os republicanos paulistas, em grande parte, eram, nesta década de 1870 em que nasce o movimento, donos de escravos e adversários da abolição. A própria Itu, nesse ano de 1873, era um dos maiores centros escravistas da província. Incluídos em sua população de 10.821

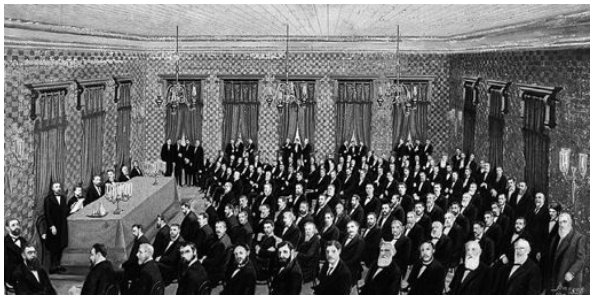
habitantes, contavam-se 4.425 escravos.[4] João Tibiriçá, o anfitrião dos convencionais, era dono de numerosa escravaria, assim como muitos outros dos fazendeiros presentes, inclusive Campos Sales. Campos Sales só libertaria seus escravos um ano antes da abolição, no pique máximo das turbulências que fizeram definhar a escravatura na província. Outro convencional, Manuel de Morais Barros, irmão do Prudente de Morais que viria a ser o primeiro presidente civil da República, abriria mão dos seus mais perto ainda do 13 de Maio, e mesmo assim não para alforriá-los, mas para vendê-los a outro fazendeiro.[5] Desde 1871, quando dos debates da Lei do Ventre Livre, a questão do "elemento servil", como se dizia então, num dos mais escandalosos eufemismos da história brasileira, era a mais candente do país. Por toda parte, ganhava ímpeto a pressão em favor da abolição. Em São Paulo, no entanto, o "republicanismo", conceito ao qual se costuma associar a justiça e a quebra de privilégios, mantinha-se fora. A elite fazendeira, se queria mudar muita coisa, essa não queria. Precisava de tempo, até conseguir resolver o problema da substituição de mão de obra.

O documento firmado pelos convencionais de Itu só se refere ao tema da escravidão para driblá-lo. "A questão não nos pertence exclusivamente, porque é social e não política: está no domínio da opinião nacional e é de todos os partidos, e dos monarquistas mais do que nossa, porque compete aos que estão na posse do poder, ou aos que pretendem apanhá-lo amanhã, estabelecer os meios de seu desfecho prático", proclamaram os convencionais. Ou seja: por ser questão "social", não "política" — um argumento que decorre da discutível presunção de que haja questão social que não seja política —, e porque cabia aos partidos que se revezavam no poder, o Conservador e o Liberal, dar-lhe encaminhamento, os republicanos lavavam as mãos. Eis um pecado original de que o republicanismo se veria irremediavelmente contaminado pelo menos até 1930. A elite paulista sequestrou a sonora palavra república, a *res publica*, a coisa pública do original em latim, para pô-la a serviço de seus interesses, inclusive os interesses escravagistas. Três meses depois os republicanos realizariam, agora em São Paulo, outra reunião. Sob pressão para definir melhor sua posição com relação à escravidão, aprovaram então uma resolução de dois pontos. Primeiro: cada província aboliria os escravos segundo seus próprios interesses, e no ritmo que mais bem lhe conviesse. Segundo: em respeito aos "direitos adquiridos", só se poderiam realizar as manumissões mediante pagamento de indenização aos proprietários. Contra tais proposições, que na verdade não faziam senão repetir a omissão de Itu, com a agravante de agora

enxertar o princípio da indenização entre as teses republicanas, levantou-se a voz de Luís Gama, nosso herói de dois capítulos atrás. A Itu ele não fora, mas agora tinha a oportunidade de, com a veemência e a coragem características, afrontar os companheiros que, embora republicanos como ele, estreavam na causa abraçando a defesa do que mais antidemocrático havia na sociedade brasileira. Uma testemunha descreveu assim a intervenção de Gama:

"Crescia na tribuna o vulto do orador; o gesto, a princípio frouxo, alargava-se, acentuava-se, enérgico e inspirado; estava quebrada a calma serenidade da sessão: os representantes, quase todos de pé, mas dominados e mudos, ouviam a palavra fogosa, vingadora e formidável do tribuno negro. Não era já um homem, era um princípio que falava [...] digo mal: não era um princípio, era uma paixão absoluta, era a paixão da igualdade que rugia! Ali estava na tribuna, envergonhando os tímidos, verberando os prudentes, ali estava, na rude explosão da natureza primitiva, o neto da África, o filho de Luiza Mahin!"[6]

Figura 48



Convenção de Itu, óleo sobre tela de Jonas Barros, 1873.

A única consequência prática desse choque de opiniões foi ter Luís Gama, embora adepto do princípio republicano, mantido, pela vida afora, uma relação esquiva com o partido. Não rompeu, mas guardou suas distâncias.[7] A bem da verdade, nem todos os republicanos paulistas eram escravistas. Bernardino de Campos, para citar um caso, e um caso significativo, pois se tratava de um dos dirigentes do partido, era abolicionista. Grosso modo, o partido apresentava-se rachado ao meio na questão da escravidão, e por isso, nas quase duas décadas que mediaram entre sua criação e a proclamação da República, conservou um pé aqui e outro lá. Não lhe interessava alienar os abolicionistas, que de alguma forma enfeitavam a causa com um tanto de pureza e idealismo. Mas interessava-lhe muito menos romper com os fazendeiros donos de escravos. Significaria romper com a fonte de dinheiro e de poder na província. Para contrabalançar a posição de Luís Gama, os republicanos contavam em seus quadros com outro negro de prestígio, Francisco Glicério, um campineiro que, a despeito da cor da

pele, defendia a ambiguidade como a melhor política a seguir na questão da escravidão. “Toda reserva em nossa atitude nos trará imensos resultados”, escreveu ele, numa carta. “Nosso objetivo é fundar a República e não libertar os escravos.”[8] A política malabarista com relação ao tema que mais afligia o país, se desmoralizou as intenções autenticamente republicanas do Partido Republicano, na prática acabou por beneficiá-lo. Graças a essa estratégia, que, longe de hostilizar, procurava cultivar os setores onde residiam o prestígio e o poder, pôde contar com os instrumentos e os recursos financeiros que lhe proporcionaram boa carreira.

Um desses instrumentos foi um jornal destinado a profunda e duradoura influência na província e na cidade de São Paulo, para não dizer no Brasil — *A Província de S. Paulo*, nome que depois seria corrigido para *O Estado de S. Paulo*. Na convenção de Itu surgira a ideia de fundar um jornal que defendesse a causa republicana. Em 1874 tratou-se de pô-la em prática, e graças aos esforços de Américo Brasiliense, em São Paulo — “o mais culto e mais respeitado” dos republicanos paulistas, segundo o historiador Heitor Lyra —, e Campos Sales, em Campinas, conseguiu-se reunir um grupo de subscritores suficiente para viabilizar o empreendimento.[9] Não se tratava mais, ao contrário do que se cogitou de início, de um órgão oficial do partido. Os sócios não aprovaram essa ideia. Mas o jornal nascia como defensor do princípio republicano, e tão próximo do partido que entre os acionistas, além dos próprios Américo Brasiliense e Campos Sales, figuravam personalidades como Martinho Prado Jr., nosso arquiconhecido Martinico, ovelha negra republicana de uma família de monarquistas, e João Tibiriçá. “A monarquia não contou em São Paulo, para defendê-la, com uma expressão de periodismo tão completa e adaptada à sua missão político-social”, escreveu um historiador.[10] Os mesmos fundadores do partido fundavam agora o jornal. Para dirigi-lo foram designados Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos. Rangel Pestana integrara, no Rio, o grupo que lançara o Manifesto de 1870. Era republicano de primeiríssima hora, portanto. Américo de Campos, antigo companheiro de Ângelo Agostini no *Cabrião*, era irmão de Bernardino de Campos, o republicano abolicionista citado linhas atrás. A primeira edição de *A Província* saiu no dia 4 de janeiro de 1875, com quatro páginas e uma tiragem de 2.025 exemplares. A dupla teria o apoio de um dos mais experientes profissionais de imprensa do país, e experiente em assuntos que iam da tipografia às técnicas de venda, o português José Maria Lisboa, veterano do *Correio Paulistano* e de outros empreendimentos jornalísticos, além de editor, desde 1876, de um *Almanaque Literário*. Lisboa

seria o administrador do novo órgão, cuja redação se instalou num sobrado da esquina da rua do Palácio (futura do Tesouro) com do Comércio (futura Álvares Penteado).

Outro desses instrumentos, mais crucial ainda para o sucesso de um partido, foi o voto. Não que o Partido Republicano tenha sido um campeão da preferência popular. Mas para um partido novo, que se insinuava nas frestas da camisa de força do sistema bipartidário do Império, e que, além disso tudo, contestava o regime, teve desempenho surpreendente. Em 1877, quatro republicanos foram eleitos para a Assembleia Provincial. Não era pouco: representavam mais de 10% do total de 36 deputados. Entre os quatro pioneiros, autores de façanha não repetida em nenhuma outra província, incluía-se um advogado nascido em Itu e residente em Piracicaba, Prudente José de Morais Barros, o Prudente de Morais. Na eleição de 1881 para a mesma Assembleia, o partido teve desempenho ainda melhor e fez seis deputados. E na de 1884, para o Parlamento do Império, os republicanos paulistas conseguiram eleger dois deputados, Prudente de Morais e Campos Sales, uma dupla de futuros presidentes. Minas Gerais também elegeu um republicano, Álvaro Botelho, o que elevou a bancada do partido para três. O partido crescia dentro da mesma estratégia de não misturar a mudança do regime, pela qual propugnava, com a abolição, em relação à qual ora se omitia, ora se punha contra. No primeiro discurso que fez no Parlamento, Prudente de Morais disse que os fazendeiros paulistas não tinham condição de abrir mão dos escravos. Ainda não se ganhara inteira confiança no sucesso da imigração para preencher as necessidades de mão de obra. O grosso dos votos dos republicanos vinha do “Oeste” paulista, quer dizer, da zona do café. Não era à toa que, nos cálculos que se faziam na Câmara dos Deputados, para avaliar as possibilidades de sucesso das leis emancipacionistas, os republicanos fossem incluídos entre os escravocratas.[11]

Figura 49



Prudente de Morais em desenho feito por Modesto Brocos, 1896.

A Província de S. Paulo abria espaço para manifestações ora a favor, ora contra a abolição. Na edição de 11 de agosto de 1883, trazia um artigo do fazendeiro Rafael Pais de Barros, um dos convencionais de Itu, que reforçava a necessidade de abolição com um curioso argumento — a rispidez dos paulistas no trato uns com os outros. “Os modos ásperos que se notam, mesmo em nossas melhores sociedades, vêm do contato com os escravos”, escrevia o articulista. “A cada passo vê-se um homem de boa sociedade responder a um amigo de modo áspero e mesmo grosseiro. Qual será o motivo? Será defeito de educação? Não; é o hábito de falar ao escravo sempre com império que nos dá um modo imperioso e áspero. Quem aqui reside não nota, por ser geral o defeito, para os que vêm da Europa é que torna-se ele sensível.”[12] Já na edição de 7 de junho de 1887, sob o título “Horror”, e sob a assinatura “A Lavoura”, aparecia um texto onde se lia: “Estamos em uma situação inteiramente anômala. Um abolicionismo infrene, baseado unicamente na espoliação de direitos adquiridos e no assalto de propriedades penosamente constituídas, propaga-se aos quatro ventos brasileiros, como uma necessidade palpitante e urgente, ainda que em seu louco caminhar leve atrás de si a devastação e a ruína.” Era a época da rebelião nas fazendas e da ação dos caifazes de Antônio Bento.

Para quem estranha que o republicanismo paulista tenha se dissociado da democracia e do igualitarismo a ponto de distanciar-se da campanha abolicionista, ou mesmo opor-se a ela, eis a explicação: o anseio era muito mais pelo federalismo do que pela república. “Todo paulista inclinado à república podia dizer, como Rui Barbosa, que antes de republicano era federalista”, escreveu um historiador.[13] Denunciava-se com insistência o que se via como tratamento injusto do poder central para com a província. Segundo as contas de um deputado em 1887, a província de São Paulo recolhera aos cofres do Império, em 549 dias, 30 mil contos de réis, para receber de volta apenas 4 mil contos. Também havia queixas de sub-representação dos paulistas no Parlamento. Argumentava-se que eram necessários novecentos eleitores para eleger um deputado, em São Paulo, ao passo que em outras províncias bastavam quinhentos.[14] Defende um autor que a publicação do livro *A província*, pelo político e escritor alagoano Tavares Bastos, em 1870, foi mais importante, em São Paulo, do que o Manifesto Republicano, do mesmo ano. *A província* defendia o federalismo, algo que calou fundo num meio que se via ao mesmo tempo em plena arrancada rumo ao progresso e sufocado pelo poder central.[15] O federalismo respondia por um anseio de autonomia cuja manifestação mais extremada era o separatismo, defendido nessa mesma época, entre outros, por

Alberto Sales, irmão de Campos Sales, e Martim Francisco, o terceiro com esse nome na família Andrada. Numa série de artigos primeiro publicada no jornal *A Província de S. Paulo*, depois reunida num folheto, lia-se: "Como não será bonito quando São Paulo puder anunciar no *Times*, de Londres, ou no *New York Herald* e outros jornais do Antigo e Novo Mundo o seguinte: 'A província de São Paulo, tendo liquidado os seus negócios com a antiga firma Brasil Bragantino, Corrupção e Cia., declara que se constituiu em nação independente, com a sua firma individual. Promete, em suas relações com outras nações, manter a boa-fé em seus negócios, retidão, altivez e dignidade, em vez da duplicidade, das velhacarias e covardias da antiga firma.'"[16] O separatismo não seria, no entanto, senão uma tática de pressão em favor da autonomia. A autonomia — este era o ponto. O regime centralista do Império, que entre outras características tinha a de nomear e desnomear a seu talante os presidentes provinciais, escolhidos quase sempre entre pessoas de fora da província, havia caído em desgraça, entre a elite paulista. Acresce que não se via como conciliar monarquia, com o peso esmagador do imperador servindo como vértice de toda a estrutura política e administrativa da nação, com um regime de autonomia das províncias. Daí a facilidade com que se propagou o vírus republicano. A elite paulista, no momento em que se apropriava do poder econômico, queria também o poder político. Acabaria por ganhá-lo.

***

A São Paulo que se preparava para a República contava já com equipamentos que também cumpriam um papel, na tarefa de sacudir o velho vilarejo de Anchieta e Manuel da Nóbrega do sono de mais de três séculos: telégrafo, uma companhia de águas e esgotos, um corpo de bombeiros... E isso não é tudo: na década de 1880, a cidade conheceria os primeiros ensaios de iluminação elétrica e até mesmo os primeiros aparelhos de telefone, assombrosa invenção à qual o imperador D. Pedro II tivera oportunidade de ser apresentado pelo próprio Graham Bell, seu inventor, na exposição realizada em 1876 em Filadélfia. O telégrafo chegou a São Paulo em 1875, 23 anos depois de se ter instalado a primeira linha do país, ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis. São Paulo, assim como Campinas e Santos, passavam a integrar uma rede nacional que ia do Rio Grande do Sul a Pernambuco.[17] Isso tinha especial importância para os jornais, agora habilitados a publicar notícias frescas da Corte e de outras partes. A Companhia Cantareira de Águas e Esgotos foi uma iniciativa particular, criada

em 1877 por investidores paulistas liderados, entre outros, por Antônio Proost Rodovalho, um comerciante com atuação de destaque em variados empreendimentos do período, da Companhia de Gás à Estrada de Ferro Ituano; por Joaquim Egídio de Sousa Aranha, o barão de Três Rios, outro investidor em múltiplos setores, que já encontramos como proprietário da chácara que deu nome ao bairro do Bom Retiro, e por Clemente Falcão de Sousa Filho, o dr. Falcão, outro nosso conhecido, entusiasta que foi da Estrada de Ferro do Norte. Para viabilizá-la foram contratados engenheiros ingleses.[18] Captada em ribeirões da serra da Cantareira, ao norte da cidade, a água viajava ao longo de 14 quilômetros, em canos de ferro, até um reservatório que, situado no "Alto da Consolação", como então se dizia, teve sua pedra fundamental lançada em cerimônia realizada em 1878, com a presença dos próprios imperador D. Pedro II e imperatriz Teresa Cristina.

O casal imperial fazia nessa ocasião um giro pela província, já consolidada como a mais dinâmica do Império. A viagem, escreveu um biógrafo de Pedro II, "correspondia cordialmente a um agradecimento do Poder ao Trabalho", e se estendeu a um punhado de cidades do interior, inclusive Itu.[19] Ali o imperador se encontrou com João Tibiriçá, o anfitrião do encontro republicano de cinco anos antes e, a propósito desse encontro, anotou em seu diário: "Conheci João Tibiriçá. Moço simpático e que parece ter muita inteligência. Estudou química."[20] O imperador não era apenas tolerante com os republicanos. Era capaz até de simpatizar com aqueles que queriam desalojá-lo do trono. Sobre a chegada à capital, D. Teresa Cristina escreveu à filha, a princesa Isabel: "A entrada de São Paulo me parece cada vez mais bonita."[21] O reservatório da Companhia Cantareira, cuja pedra inaugural foi lançada pelos soberanos, ficava num lugar que, apesar de se chamar Alto da Consolação, não estava tão no alto assim. Situava-se a meio caminho da subida, no ponto onde mais tarde se abriria a rua Piauí. O reservatório ficou pronto em 1881. A Companhia pôde então entrar em operação, distribuindo água a princípio para chafarizes que montou em pontos como a Luz, o largo de São Bento e o largo do Pelourinho (o futuro largo 7 de Setembro). Depois, à medida que foi crescendo a rede de encanamento, a água passou a chegar direto às casas. Em 1883 foi inaugurado também o serviço de esgotos, na primeira fase confinado ao bairro da Luz. Em 1887, 2 milhões de litros de água eram distribuídos a mais de 4 mil prédios e seis chafarizes públicos. Os esgotos, que eram despejados — claro — no Tietê, serviam também a mais de 4 mil prédios. Escreveu na ocasião, certamente com exagero, Adolfo Augusto Pinto, um engenheiro com papel importante no melhoramento de

diversos setores da infraestrutura paulistana: “Assim como o serviço de abastecimento de água, o sistema de esgotos de São Paulo é o melhor possível. Nenhuma cidade do Brasil e muito poucas da Europa poderão competir com a capital paulista nestes dois ramos da hidráulica urbana.”[22]

O conforto de ter água em casa nem sempre era usufruído, no entanto. Um relatório governamental sobre o estado da higiene na cidade, em 1887, assinalava: “Mesmo na área servida pela Cantareira existem casas onde, receosos de entupir as latrinas e por isso pagarem 30 mil-réis de multas, os proprietários e inquilinos ainda se utilizam das antigas cloacas, que são simples poços abertos na terra, cobertos ou descobertos, e prestando-se a todas as evaporações e filtrações, porque não têm revestimento algum impermeável em suas paredes.”[23] Para forçar os moradores vacilantes a comprar seus serviços, a Companhia desativou, isso já em 1893, os chafarizes que mandara construir e, de quebra, mandou demolir também os existentes no largo do Carmo e no largo do Rosário. Quando se destruía o do Rosário, os populares se revoltaram e tentaram impedir o serviço. Só com o concurso da polícia ele pôde ser levado a cabo.[24] De todo modo, a água não dava para todas as casas, e foi assim que floresceram as casas de banhos públicos. A mais famosa era a Sereia Paulista, no largo de São Bento, propriedade de um húngaro de nome Fischer. Além de tomar banho, comia-se e bebia-se na Sereia. Seu bife era famoso, assim como o vinho, vendido como húngaro, tal qual o dono, mas que a maledicência popular dizia ser do interior paulista.[25]

O Corpo de Bombeiros começou a nascer em São Paulo na madrugada do dia 15 de fevereiro de 1880. A princípio, foi uma fumacinha de nada, observada na escuridão por um vigia noturno no telhado da Academia de Direito. Logo a fumacinha virou chama a saltar de dentro do prédio, depois grossas labaredas, e a cidade acordou sobressaltada. Primeiro o da própria igreja de São Francisco, depois o da Sé, o de São Bento, o do Carmo, os sinos todos começaram a tocar loucamente. O aviso de incêndio, na época, era dado pelos sinos das igrejas. Eram três horas da manhã, e seguiu-se, apesar da hora ingrata, a mobilização de sempre, nessas ocasiões. O pelotão da polícia destacado para correr ao local foi engrossado pelos vizinhos, os escravos, os estudantes, mesmo os viajantes de passagem na cidade. Incêndio era assunto de todos, e para combatê-lo usava-se o velho sistema do cordão de pessoas que, dispostas entre algum tanque de água e o local da ocorrência, iam passando os baldes de mão em mão. Nessa ocasião, por mais boa vontade que se tivesse, não se conseguiu grande êxito. O tanque de água mais próximo ficava na rua do Príncipe, a futura Quintino Bocaiúva, e,

além de distante, era insuficiente. Às seis da manhã, quando o fogo foi extinto, estavam destruídas a maior parte do arquivo da faculdade e a capela-mor da igreja anexa. O incêndio não só teve proporções razoáveis, como atingiu um dos edifícios mais conhecidos e de maior simbolismo na cidade. Não espanta que, menos de um mês depois, no dia 10 de março, se tenha criado o Corpo de Bombeiros. Era composto de vinte homens, sob o comando de um oficial importado do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, José Severino Dias. Não só a criação de um corpo especializado, contando com equipamento apropriado, contribuiu para que, a partir de então, o combate aos incêndios se desse de forma menos primitiva. Agora também havia a rede da Companhia Cantareira, de onde puxar a água nessas ocasiões.[26]

O pioneiro da eletricidade em São Paulo foi um capuchinho francês que dava aulas no Seminário Episcopal, lá na Luz, frei Germano de Annecy. Astrônomo e matemático, frei Germano, nos idos de agosto de 1868, iluminou, pelo novo sistema, por três noites consecutivas, a fachada da Casa de Câmara e Cadeia, no largo de São Gonçalo, para comemorar a vitória brasileira em Humaitá, durante a Guerra do Paraguai. Doze anos mais tarde, em 1880, o major Diogo, aquele mesmo que montou uma fábrica têxtil pioneira na cidade — e por sinal que, ele também, republicano e um dos acionistas originais do jornal *A Província de S. Paulo* —, equipou sua residência, na rua da Constituição (a futura Florêncio de Abreu), com um sistema de energia elétrica. Talvez por precário, talvez por custoso, o sistema foi abandonado um ano depois. Mas em 1890, perto de trinta casas utilizavam-se de energia elétrica, na cidade.[27] De qualquer forma, outros sistemas de iluminação existiam, e os elétricos, que ainda engatinhavam, representavam apenas um a mais. Impressionante mesmo era o aparelho que emitia vozes, o telefone, que em 1878 foi exibido pela primeira vez na cidade, por iniciativa de uma dupla de americanos, Leon Rodd e Morris N. Kohn. Em 1884, os primeiros telefones eram instalados em residências paulistanas. Em 1895, havia 690 deles e já se podia telefonar para Santos.[28]



XXVII

Revolução à Brasileira

— Há pulgas no palácio?

Esta pergunta marcou um dos momentos cruciais do processo de passagem da Monarquia para a República, em São Paulo. Mas não nos adiantemos. Antes de chegar a ela, acompanhemos os eventos na capital paulista naqueles dias 15 e 16 de novembro em que o poder provincial mudou de mãos. A cena se desenrola, em seus lances principais, entre a rua de São Bento e o pátio do Colégio. Na rua de São Bento ficava o Clube Republicano, onde se reuniam e onde traçavam suas estratégias os adversários da Monarquia. No pátio do Colégio ficava o Palácio do Governo, onde dava expediente, como representante supremo da ordem até então constituída, o presidente provincial José Vieira Couto de Magalhães. O historiador José Maria dos Santos, autor de uma pormenorizada reconstituição daquelas 48 horas, será nosso principal informante.[1]

As manobras protagonizadas pelo marechal Deodoro no Rio de Janeiro deram-se todas pela manhã, mas só depois do meio-dia chegaram os primeiros telegramas a São Paulo. Antes disso, os telégrafos haviam permanecido estranhamente — ou, melhor dizendo, conspicuamente — silentes. O presidente Couto de Magalhães chegara ao palácio às dez horas. Ele não residia lá, mas na chácara de sua propriedade particular situada na ponte Grande, às margens do Tietê. Diga-se de passagem que a ponte que dava nome àquela área era uma ponte metálica, inaugurada em 1866, no mesmo ponto do rio onde, no século seguinte, seria implantada a ponte das Bandeiras. De imediato Couto de Magalhães tentara entrar em contato com a Corte, mas não conseguira. O jornal *A Província de S. Paulo* que circulava aquela manhã trazia, por sua vez, uma nota desculpando-se com os leitores por não apresentar naquele número os habituais telegramas da capital do país. Ocorre que, como parte do golpe de mão, o principal articulador civil da conspiração, o jornalista Quintino Bocaiúva, mandara um homem de sua confiança, tenente da Marinha, José Augusto

Vinhais, apossar-se da Repartição Geral dos Telégrafos. Quando o serviço foi restabelecido, no começo da tarde, chegaram dois telegramas a São Paulo. Um era de Francisco Glicério, aquele republicano que, apesar de negro, aconselhava prudência na questão da abolição, para o Clube Republicano. Glicério encontrava-se no Rio. Entre todas as províncias, São Paulo fora a única a ser convidada a mandar um representante à capital do país, para ficar em contato com os conspiradores. Glicério fora escalado para a missão, e partira para o Rio dias antes. Agora, informava os companheiros de São Paulo do ocorrido. O outro telegrama era dos comandantes do Exército no Rio para os oficiais da guarnição de São Paulo.

Muita gente começou a afluir para o sobrado que sediava o Clube Republicano, uns para se informar, outros para deliberar. Urgia, para os chefes do movimento, escolher um governo provisório na província. As instruções do Rio eram para que as províncias formassem triunviratos, no qual deviam se incluir um militar, para ocupar a chefia dos governos locais, no lugar dos presidentes nomeados pela Monarquia. Concertou-se, entre os republicanos paulistas, que os dois civis do triunvirato seriam o advogado Prudente de Morais, que só em 1876, três anos depois da Convenção de Itu, aderira ao movimento, mas que logo se afirmara entre os principais de seus nomes, e Rangel Pestana, que dirigia *A Província de S. Paulo*. Diga-se de passagem que Rangel Pestana àquela altura perdera nesse jornal a companhia de Américo de Campos e de José Maria Lisboa. Ambos haviam saído em 1884 para fundar o *Diário Popular*, lançado como vespertino, e dedicado igualmente à causa republicana. O militar escolhido como terceiro nome do triunvirato era o tenente-coronel Joaquim de Sousa Murça. Murça, já havia algum tempo afastado da tropa, dirigia a velha fábrica de ferro de Ipanema, perto de Sorocaba, onde se encontrava. Um comunicado lhe foi enviado, pedindo que viesse de imediato a São Paulo.

Uma vez acertados os nomes do triunvirato, formou-se uma comissão, para ir ao Palácio do Governo, dar notícia oficial da proclamação da República ao presidente da província e negociar com ele a transmissão do cargo. A comissão era formada por Campos Sales, Rangel Pestana, Martinico Prado e um quarto propagandista republicano, do qual ainda não falamos, Manuel Lopes de Oliveira. O presidente Couto de Magalhães não recebeu a comissão, porém, senão para comunicar que, sendo representante de um governo legal, só com representantes de outro governo legal poderia negociar. Epa! Surgia a primeira dificuldade. Rangel e Martinho voltaram ao Clube Republicano, enquanto Campos Sales e Lopes de Oliveira decidiram assuntar outro personagem, tão

decisivo quanto o presidente da província, ou mais — o capitão Henrique Macedo, inspetor-geral da polícia da província. Atendendo ordens de Couto de Magalhães, Macedo aquartelara todas as forças policiais da capital, inclusive os bombeiros, no quartel da corporação, no largo do Carmo. Revelou-se ainda mais infeliz esta nova tentativa de gestão dos republicanos. Campos Sales e Lopes de Oliveira foram retidos, logo à entrada do largo, por sentinelas que formavam uma linha avançada de defesa do quartel. Só depois de destacada uma patrulha para acompanhá-los puderam ingressar no interior do quartel, e o que tiveram ali não foi propriamente uma recepção calorosa. Reunido, no pátio, com seus oficiais, o capitão Macedo disse que representava a Monarquia, e não tinha outra intenção senão defendê-la.

Eram já 11 horas da noite, e desenhava-se um impasse. Que fazer? Bernardino de Campos decidiu agir. Ele era o presidente do Partido Republicano Paulista. Com seu currículo de abolicionista sincero, ajudara a tirar o partido da situação ruim em que ficara depois da abolição, por causa das vacilações e negaças que o caracterizaram durante a campanha pelo fim da escravidão. Em 1888, aos 47 anos, ele se mudara de Amparo para a capital, e fixara seu escritório de advocacia na rua da Imperatriz. Bernardino de Campos deixou o Clube Republicano e, tomando a rua de São Bento na direção do largo do Rosário, dirigiu-se ao *Diário Popular*. Seu irmão Américo lá se encontrava, e Américo podia ser útil, nas circunstâncias, por um motivo que se afigurava estratégico — era muito amigo do presidente Couto de Magalhães. “O Couto ainda está lá. Eu pensava em ir vê-lo agora mesmo”, disse Américo. Bernardino decidiu que ia junto, e seguiram os dois para o largo do Palácio.

Couto de Magalhães merece umas linhas, antes de se retomar este relato. Misto de político, escritor, empresário, especulador e militar, e além disso homem do mundo, viajado, e tão versátil que se podia sentir igualmente à vontade em Londres e nas barrancas do Araguaia, deleitando-se com uma ode de Horácio, um de seus poetas favoritos, ou devotando-se ao estudo do tupi, é um tipo de rica biografia e personalidade fascinante. Nascido em Minas, em 1837, Couto estudou no seminário de Mariana, na Escola Militar do Rio de Janeiro e na Faculdade de Direito de São Paulo. Destacou-se nas letras com *Os Guaianás*, romance histórico sobre a fundação de São Paulo, publicado quando tinha 23 anos, *Viagem ao Araguaia*, escrito durante uma expedição pelos sertões de Goiás, e *O selvagem*, escrito por encomenda de D. Pedro II para figurar no pavilhão brasileiro da exposição de Filadélfia, em 1876, livro em que descreve usos e costumes dos índios brasileiros e esboça teorias sobre a forma de integrá-

los à nacionalidade. Na vida pública, iniciou-se como secretário do governo provincial de Minas e depois foi presidente das províncias de Goiás e Pará. No Império, o mesmo personagem podia ir sucessivamente ocupando as presidências de diferentes províncias. Em 1866, antes de completar 30 anos, e já tendo sido presidente provincial duas vezes, ele recebe a incumbência mais espinhosa, até então — a presidência do Mato Grosso, em plena Guerra do Paraguai. Nessa função, comandou a operação de expulsão definitiva dos paraguaios que haviam invadido a província, serviço pelo qual receberá o título de "brigadeiro". Nos intervalos das atividades políticas e literárias, Couto terá tempo de amealhar fortuna, com empreendimentos como a empresa de navegação a vapor do Araguaia e a estrada de ferro Minas and Rio Railways Company, esta em sociedade com ingleses, ligando Cruzeiro, em São Paulo, a Três Corações, em Minas Gerais. Foi ainda sócio fundador da Sociedade Promotora da Imigração. Enfim, mais ainda do que pela frieza de um currículo, Couto de Magalhães revela-se interessante na série de diários que escreveu, em que oferece à posteridade um raro retrato da intimidade de um homem de seu tempo, sua classe e sua nacionalidade. Até a vida sexual ele abordava nesses apontamentos, tendo o cuidado de, ao escrever sobre o assunto, fazê-lo, pudicamente, em tupi ou num código que inventou para a circunstância.[2]

O solteirão Couto de Magalhães encontrava-se na presidência de São Paulo por indicação daquele que sempre fora seu protetor, o conterrâneo visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros desde o ano anterior. A província e, mais ainda, a cidade não lhe eram de forma alguma estranhas. Ele elegera São Paulo, à qual se familiarizara desde os tempos de faculdade de direito, como o centro de seus negócios, e o ponto de retorno das numerosas viagens à Europa e pelo Brasil. Tanto assim que se estabeleceu, com todo o conforto, na chácara às margens do Tietê, onde até implantou — eis um detalhe revelador de mais uma de suas numerosas curiosidades — um observatório astronômico.

Este 15 de novembro de 1889 foi para Couto de Magalhães, agora com 52 anos, um dia de angústia. Entre a boataria e a falta de comunicações com a Corte, ele sofrera, durante a manhã, uma forte dor de cabeça, o que não surpreende o leitor de seus diários, cheios de observações que revelam um incurável hipocondríaco. O incômodo fizera-o deitar-se repetidas vezes no sofá de seu gabinete no palácio. Agora, já altas horas da noite, os dois irmãos Campos vinham encontrá-lo no salão central, todo iluminado, em companhia de alguns amigos. Américo de Campos conhecera Couto de Magalhães na

faculdade de direito. Aproximara-os o amor pela música, em especial a ópera italiana. Na conversa que se seguiu, o presidente da província confessou sua convicção de que nada mais havia a fazer para salvar o regime monárquico. Preocupava-o que não houvesse traumas nem violência na transição. Em outros períodos da história brasileira, a chave para uma "transição sem traumas" estaria na escolha do ministro da Fazenda. Naquele tempo, a questão era a chefia da polícia — não só por motivo da segurança pública, mas também pelo que poderia advir em matéria de perseguições políticas. Um dos presentes sugeriu: "Por que o Dr. Bernardino de Campos não tomava o cargo para si?" A solução parecia ideal. Bernardino não era apenas um dos mais experientes e habilidosos quadros republicanos. Também tinha intimidade com as questões de segurança e muitos conhecidos na área, graças à sua atividade de advogado. Todos concordaram que esta seria uma boa solução. Bernardino não disse sim, mas também não disse não.

Os irmãos Campos, ao voltar ao Clube Republicano, fizeram um relato tranquilizador aos companheiros. Mesmo assim, três deles, Prudente de Morais, Campos Sales e Rangel Pestana, não se sentiram seguros para dormir nas próprias casas. Lopes de Oliveira levou-os então para pernoitar numa loja que tinha na rua Direita. Um grupo de fiéis foi convocado para fazer a segurança do trio. O próprio Lopes de Oliveira integrou o grupo e, de arma em punho, permaneceu acordado a noite toda. Se não havia motivo real que justificasse tanta apreensão, tais providências pelo menos emprestavam a sensação de que a mudança de regime se dava com um mínimo de riscos pessoais e de gestos de heroísmo.

No dia 16, às dez da manhã, no clube da rua de São Bento, os republicanos realizaram uma cerimônia proclamando o triunvirato Prudente-Rangel-Murça como novas autoridades máximas da província. Murça não chegara ainda de Sorocaba, mas não fazia mal. Já que não houvera acordo com a outra parte, eles se apressaram a se declarar, sozinhos, novos donos do poder. Bernardino de Campos foi, na mesma ocasião, designado chefe de polícia. Apesar da reunião tranquilizadora da noite anterior, entre os Campos e Couto de Magalhães, corriam boatos alarmistas. Dizia-se que as forças da polícia estavam a ponto de atacar o 10º Regimento de Cavalaria, principal destacamento do Exército na cidade. O balanço de forças era desfavorável ao Exército, que não contava senão com 150 homens, contra 1.200 da polícia. Júlio Mesquita, jovem jornalista de *A Província de S. Paulo*, chegou com a notícia de que, na redação do jornal, distribuíam-se armas para civis que se dispusessem a defender a causa

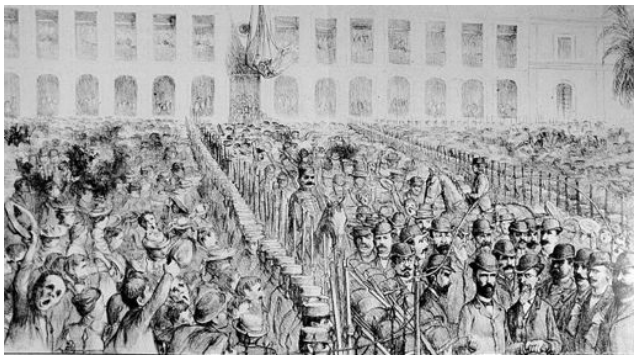
republicana. Mesquita, um pupilo de Bernardino de Campos, da ala chamada "radical" do Partido Republicano, abolicionista e mais renhida na defesa da causa, viria, dali a dois anos, a assumir a propriedade do jornal e a direção de sua redação.

Às 11 horas, Prudente e Rangel, mais um oficial que, na ausência de Murça, fazia as vezes de representante do Exército, seguiram para a Câmara Municipal, no largo de São Gonçalo. Mais uma vez, e agora numa casa com credenciais institucionais para cerimônias deste tipo, seria anunciada a proclamação da República, e o triunvirato seria aclamado como detentor do poder máximo na província. Falaram dois oradores — o presidente da Câmara, major Domingos Sertório, e Prudente de Morais. O ambiente era tenso. No momento em que Rangel Pestana, o terceiro orador, ia tomar a palavra, irrompe no recinto um emissário informando que as forças policiais, pela unanimidade de seus comandantes, haviam decidido apoiar o novo regime e pediam permissão para participar da posse dos novos dirigentes. A paz, enfim! Logo depois, Júlio Mesquita, vindo do palácio, trazia uma mensagem de Couto de Magalhães: o presidente estava à espera dos sucessores, para a cerimônia de transmissão dos poderes. Assim como a decisão de passar a noite fora de casa, e protegido pelas armas, a tensão da manhã não foi em vão. Serviu para enfeitar a cena com o ambiente de instabilidade e risco de violência que se espera de uma revolução. Senão, que diabo de revolução seria essa?

O penúltimo ato desta história passa-se no Palácio do Governo. Estão sentados no sofá ou nas poltronas de palhinha do salão o presidente Couto de Magalhães e os futuros triúnviros Prudente de Morais e Rangel Pestana. Partilhando os assentos, ou em torno deles, postam-se auxiliares de Couto de Magalhães, dirigentes republicanos e os vereadores que tinham acabado de receber as novas autoridades na Câmara. Há um silêncio constrangido, num primeiro momento. Um dos vereadores, a certa altura, abaixa-se na poltrona e coça com vigor o tornozelo. É então que, da boca de Couto de Magalhães, vem a pergunta que encima este capítulo: "Há pulgas no palácio?" A observação serve para quebrar o gelo. Aos risos, segue-se a palavra de Prudente de Morais, dando conta oficial da proclamação da República, na véspera, no Rio de Janeiro. Couto de Magalhães responde que nada lhe resta senão esperar que os novos dirigentes tivessem plena consciência das responsabilidades que estavam assumindo. Sim, eles tinham — mas um deles iria perder esta mesma consciência exatamente naquele momento. Era Rangel Pestana que, de repente, muito pálido, fechou os olhos e desmaiou. O mal-estar não durou muito, mas, ao despertar, Rangel

Pestana julgou que o tivessem agredido, e pôs-se a deblaterar contra o suposto inimigo. A cena foi entre constrangedora e cômica. Cabia agora a Couto de Magalhães retirar-se do palácio, deixando-o para os novos ocupantes, e ao fazê-lo, ele foi saudado por um toque de corneta, enquanto a guarda lhe apresentava armas. O povo que se aglomerava no local desandou a correr, assustado. No Rio, o jornalista Aristides Lobo, numa famosa frase, afirmou que o povo assistira "bestializado", sem entender o que se passava, à passeata de Deodoro à frente da tropa insurreta. Em São Paulo, o susto provocado pelo toque de corneta mostra que o povo estava igualmente bestializado.

Figura 50



A multidão acompanha a retirada do palácio, no desenho publicado no semanário Vida Paulista.

O último ato o leitor talvez já adivinhe onde se passa. Chegaria um tempo, na história do Brasil, em que se diria que "tudo acaba em pizza". Naquele tempo, tudo acabava no teatro. No teatro São José, num ambiente ao menos não tão acanhado quanto o teatrinho de Ópera onde se festejou a Independência, haveria naquela noite a apresentação da ópera *Os Huguenotes*, de Meyerbeer. Prudente de Morais, de casaca, e Joaquim Murça, enfim chegado, e em uniforme militar de gala, ocuparam o camarote presidencial. Rangel Pestana, indisposto depois do desmaio da tarde, não foi. A sessão começou com um discurso de Martinico Prado, ao fim do qual a orquestra tocou a *Marselhesa*. Dois dias depois, no dia 18, também no teatro São José, e também antes da apresentação dos *Huguenotes*, numa prova de que a expressão "tudo vai acabar no teatro" bem poderia ter vigorado na época, os chefes dos dois partidos monárquicos em São Paulo — Antônio Prado, o irmão de Martinico, pelo Partido Conservador, e Francisco Antônio de Sousa Queirós, o tio de D. Maria Pais de Barros, em cuja casa ela assistia à passagem das procissões, pelo Partido Liberal — anunciaram sua adesão ao novo regime. Como voz dissonante, ou pelo menos cética, restava aquele audacioso e estranho Antônio Bento, o criador dos caifazes, na época

aguda do abolicionismo. “Não espero nada da República, mas se ela tem de acolher em seu seio esses homens gastos que arruinaram a Monarquia e que hoje querem explorá-la, maldita seja ela”, declarou ele.[3]

O triunvirato não duraria um mês. No dia 14 de dezembro, Prudente de Morais, por indicação pessoal de Deodoro, assumiria a presidência sozinho. São Paulo iniciava um período de consolidação de sua hegemonia, entre as províncias brasileiras — aliás, estados, como passaram a ser chamados com a República. No período militar, caracterizado pelas presidências de Deodoro e Floriano Peixoto, em que prevaleceram a ditadura e as rebeliões, São Paulo manteve-se em posição providencialmente discreta. Com isso, o Partido Republicano Paulista, cuja estrutura tornou-se ainda mais sólida, depois do 15 de novembro, pôs-se na posição de reserva moral do regime. Com a afirmação do poder civil, em 1894, o poder tinha mesmo de cair na mão de um paulista. Prudente de Morais assumiu a presidência. E daí em diante, mesmo quando não era um paulista que ocupava a chefia do governo, os interesses de São Paulo é que davam as cartas, via o poder econômico da cafeicultura e o poder político de uma elite que sabia o que queria e sabia como consegui-lo. A elite paulista não conquistou apenas a autonomia local, em decorrência da adoção do sistema federalista. Conquistou o poder da República.

No mais, se não houve violência na mudança de regime, o mesmo não se pode dizer com respeito à toponímia da cidade. Os nomes de ruas conheceram uma devastação, com o objetivo de apagar das placas os nomes dos titulares do Império. A rua do Imperador, que ligava os largos da Sé e de São Gonçalo, passou a se chamar rua do Marechal Deodoro da Fonseca. Nada menos que isso: um maioral pelo outro, o rei posto pelo recém-coroado. E a rua da Imperatriz, que no passado fora rua do Rosário, agora seria 15 de Novembro, celebrando a data que os novos donos do poder consideravam a de um recomeço do país. Também havia na cidade na época uma rua do Príncipe e uma rua da Princesa. A rua do Príncipe, que em outro tempo fora rua da Cruz Preta, mudou para Quintino Bocaiúva, e a da Princesa, antes singelamente chamada de rua do Jogo da Bola, passou a Benjamin Constant. Dois próceres do novo regime ascendiam à glória das placas, o que confirma que a intenção não era apenas apagar os antigos nomes para, por exemplo, restaurar os nomes antigos, ou aplicar alguma outra denominação politicamente neutra. Não. Era substituí-los pelos adversários. Até em cima de São José, que ao que se saiba não era monarquista, acabou recaindo a fúria mudancista. A rua de São José, simplificação do nome rua Nova de São José com que nascera a rua paralela à de São Bento, numa das

bordas da colina histórica, passou a se chamar rua Líbero Badaró, em homenagem ao libertário italiano que ali residira, e ali tombara assassinado numa certa noite dos idos de 1830. Por fim, o velho largo dos Curros, que num período de transição chegou a ser batizado de largo 7 de Abril, em memória da data da abdicação de D. Pedro I, virou a praça da República.

No próprio dia 15 de novembro de 1889, por força do primeiro decreto do novo governo instalado no Rio de Janeiro, o Brasil foi declarado uma "República Federativa" e passou a chamar-se Estados Unidos do Brasil. Até no nome, a inspiração eram os Estados Unidos da América, cujas instituições, a começar do federalismo, povoavam os sonhos dos novos dirigentes. O nome "estado" que passava a designar as antigas províncias já traía o desejo de incorporá-las como entidades jurídicas detentoras de vida própria. No caso específico da administração da cidade de São Paulo, porém, a mudança institucional de maior alcance ocorreria apenas em 1898, pela via singela de uma lei municipal: a criação do cargo de prefeito. Na verdade, recriou-se o cargo, pois, se o leitor se recorda, por um breve período, de não mais de três anos, durante a fase da Regência, a cidade conhecera a experiência de ter um prefeito. Agora, o cargo vinha para ficar. E, com isso, os principais formuladores das políticas urbanistas deixavam de ser os presidentes provinciais, como João Teodoro. A tarefa passava a ser do prefeito. O primeiro ocupante do cargo, cuja posse se deu em janeiro de 1899, foi Antônio Prado. Como se observa, até podiam existir um discurso novo e novas estruturas jurídicas, mas o estoque de homens novos, este, era escasso. Pelo modo como andavam as coisas, sob o novo regime, estaria já justificada a maldição de Antônio Bento?



XXVIII

Um Viaduto, uma Avenida — e a Cereja que Coroa o Bolo

Jules Martin (1832-1906) era um cidadão francês que se mudou para o Brasil em 1868 e, depois de breve permanência em Sorocaba, fixou-se em São Paulo. Joaquim Eugênio de Lima (1845-1902) era um uruguaio que se estabeleceu em São Paulo mais ou menos pela mesma época. Martin tinha alma de artista. Estudara belas-artes em Marselha e, em São Paulo, abriu uma oficina de litografias. Por ter sido visitada por D. Pedro II, que admirou e chancelou seus serviços, passou a chamar-se Litografia Imperial. Joaquim Eugênio de Lima era mais afeito ao lado terra a terra da vida, e a alusão à terra aqui vai em sentido literal. Estudara agronomia na Alemanha, e em São Paulo se dedicaria, sobretudo, aos empreendimentos imobiliários.[1] Estes dois estrangeiros, de formações diversas, e vindos de lados opostos do planeta, seriam os responsáveis pelas duas obras que podem ser consideradas as mais marcantes e decisivas, do período de transição entre a Monarquia e a República, em São Paulo. Jules Martin idealizou o viaduto do Chá. Joaquim Eugênio de Lima, a avenida Paulista. Dissemos as mais marcantes do período, mas talvez isso seja pouco. Não será muito exagero, só um pouco, dizer que se trata das duas obras mais marcantes de todos os tempos, na cidade. As duas, afora sua utilidade prática, e o papel crucial que desempenharam na transformação da modesta cidadezinha num projeto de metrópole, viraram, ambas, marcas de identidade de São Paulo.

Jules Martin é autor, entre outros trabalhos, de um mapa da cidade e, segundo alguns, do risco da estátua de José Bonifácio, o Moço, que depois de, por alguns anos, ter enfeitado o largo de São Francisco, internou-se no saguão de entrada da Faculdade de Direito.[2] Ele também era acometido de ideias urbanísticas, que transformava em desenhos e oferecia a eventuais interessados. Uma dessas ideias não vingou, uma galeria de cristal que se insinuaria como cobra pelo meio do centro histórico, desde a antiga rua do Ouvidor, agora chamada José Bonifácio — em homenagem não ao Patriarca da Independência, mas a seu

sobrinho, José Bonifácio, o Moço, antigo morador do local —, até o largo do Rosário. Seriam passagens cobertas, à imitação das existentes em Milão, Nápoles e Bruxelas, com solenes pórticos de entrada e, no interior alto, de 14 metros, quatro lances de lojas e sobrelojas, mais um subsolo.[3] Em 1877, Martin estampou na vitrine de sua loja uma litografia em que aparecia um viaduto ligando a colina histórica ao morro do Chá, ou, mais exatamente, a rua Direita, de um lado, a rua Barão de Itapetininga, do outro. Dois anos depois, encaminhou à Câmara projeto com a mesma finalidade de ligar os dois pontos, mas que, em vez de viaduto, previa um aterro, com uma abertura embaixo para a passagem do Anhangabaú.[4] A ligação de um ponto ao outro, num mesmo nível, era a ideia mais óbvia do mundo, simplória como o ovo de Colombo, e por isso mesmo genial. Os paulistanos eram obrigados a uma trabalheira insana para passar de uma colina à outra. Tinham, como já vimos, de descer uma encosta, atravessar a ponte sobre o Anhangabaú, lá embaixo, e depois subir a outra encosta, do outro lado. Como os dois morros se equivaliam em altura, como que convidavam a que se empreendesse, seja um aterro, seja uma ponte que os unisse. Acresce que o lado de lá, o morro do Chá, também chamado Cidade Nova, ou bairro do Chá, por causa, o leitor se lembra, das plantações iniciadas por aquelas bandas pelo marechal José Arouche de Toledo Rendon, e continuadas, entre outros vizinhos, por Joaquim José dos Santos Silva, o barão de Itapetininga, encontrava-se em plena expansão. Depois da morte do barão, em 1876, fora aberta, em terras de sua propriedade, e por concessão dos herdeiros, a rua que tomou seu nome. Um de seus primeiros moradores, diga-se de passagem, foi José Maria Lisboa, que há pouco vimos como pioneiro dos jornais *A Província de S. Paulo* e *Diário Popular*. Outras ruas já haviam sido riscadas na área, paralelas e transversais à Barão de Itapetininga, dentro de um projeto de urbanização que, como vimos, começara com o marechal Arouche. Tais ruas eram largas e formavam quadrados regulares, em contraste com as ruas tortuosas e estreitas da colina histórica.[5] Havia movimento bastante, portanto, e, mais do que isso, havia potencial de desenvolvimento bastante, na área, para justificar o plano de ligação mais rápida e menos cansativa com o núcleo central.

O projeto oferecido por Jules Martin à Câmara Municipal foi arquivado para ser apreciado “oportunamente”.[6] Ele insistiu, no entanto, e, em maio de 1882, obteve a exclusividade para empreendê-lo. Mais três anos decorreram e, em maio de 1885, firmou contrato, agora com o governo provincial, para a construção de um viaduto — a ideia do aterro, sobre o qual se assentaria um bulevar, morrera.[7] Como quase tudo, em São Paulo, seria um empreendimento

particular. Foi constituída uma sociedade, chamada Companhia Paulista Viaduto do Chá, e aberta subscrição pública para capitalizá-la. *A Província de S. Paulo* publicou repetidas vezes, ao longo de 1887, listas de "pessoas que tomaram ações para a execução deste grande melhoramento de São Paulo".[8] Nestas listas figuram os nomes daquelas pessoas já nossas conhecidas, donos de fortunas fundadas no café e investidores em estradas de ferro e outros empreendimentos. As obras foram iniciadas em abril de 1888, mas estiveram por quase um ano empacadas em virtude de uma dificuldade: a viúva do barão de Itapetininga recusava-se a permitir a demolição de sua casa, situada na linha projetada para o viaduto. Tenhamos em conta que a chácara do barão de Itapetininga começava na extremidade da colina histórica, estendia-se pelo vale do Anhangabaú abaixo e ia terminar no morro do Chá. Na banda plantada na colina histórica, na rua que vivia seus últimos dias com o nome de São José, prestes a ser mudado para Líbero Badaró, confluência com rua Direita, ficava a sede da propriedade, uma mansão onde agora morava a viúva do antigo titular, com seu segundo marido, outra grande personalidade da terra, Brasílio Machado de Oliveira, o barão de Tatuí. A pendenga em torno da desapropriação da casa, situada bem no ponto onde se apoiaria a cabeceira do viaduto, só foi resolvida em maio de 1889.[9]

Tão longa e penosa havia sido a negociação que, quando finalmente começou a ser demolida a mansão, houve até festa, assim noticiada na imprensa: "Começaram ontem as obras de demolição do prédio do Sr. barão de Tatuí. A banda de música de Permanentes, postada em frente ao prédio, executou diversas peças de seu variado repertório. Por ordem do juiz competente as portas do edifício, que se encontravam fechadas, foram arrombadas ao estrugir dos foguetes e de aclamações populares. O Dr. Teixeira da Silva, de uma das janelas do palacete, congratulou-se com o povo. À noite, grande massa de povo, acompanhada de uma banda de música, percorria as ruas da cidade, saudando as redações dos jornais e os principais incorporadores da companhia."[10]

O viaduto teve sua estrutura, de ferro, fabricada toda na Alemanha, de onde chegou em 1890.[11] A inauguração deu-se no dia 6 de novembro de 1892, com a presença do então presidente da província, o Bernardino de Campos que tão decisivo papel exerceu na implantação da República em São Paulo, e do bispo diocesano D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, que, como era de praxe, abençoou o empreendimento. Tratava-se de uma considerável obra de engenharia, com 240 metros de comprimento, sendo 180 suspensos e 60 em aterro sobre a rua Barão de Itapetininga, e 14 metros de largura.[12] Essa primeira versão do viaduto do Chá apresentava um ligeiro balanço, ao peso do tráfego, e

não era para qualquer um: precisava pagar. Os investidores tinham de ser ressarcidos. Assim, havia porteiras, numa ponta e outra, e roletas pelas quais o transeunte só passava depois de ter pago os três vinténs do pedágio. Quem não quisesse ou não pudesse pagar, que se contentasse com o velho sistema de descer de um lado e subir de outro. O pedágio causou descontentamento e foi motivo de anedotas. Não durou muito: quatro anos depois, em 1896, o viaduto seria encampado pela municipalidade, e sua travessia passou a ser gratuita.[13]

A avenida Paulista foi outro achado simples como um ovo de Colombo. O morro do Caaguassu era uma região inóspita, à qual se tinha acesso subindo ou pelo Caminho de Carro de Santo Amaro, agora chamado de rua (mais tarde avenida) da Liberdade, ou pela rua de Nossa Senhora da Consolação, mais conhecida por Caminho de Pinheiros. O morro, que faz as vezes de divisor de águas entre os rios Tietê e Pinheiros, só por esse nome de Caaguassu, cujo significado é “mata virgem”, ou “mato alto”, já dá ideia do aspecto em que se apresentava, nas origens.[14] Havia algumas especiais características naquele lugar, no entanto, que não passaram despercebidas ao uruguaio. A primeira, e mais evidente, é que a cidade começava a se aproximar de lá. A segunda é que o topo do morro, com 844 metros de altitude, era o ponto mais alto da região, e por isso apresentava não só belas vistas, como convinha aos ideais de salubridade de um período que considerava os lugares tão mais saudáveis quanto mais altos. A terceira é que o morro exibia a particular característica de possuir uma cumeada larga e reta. Tal conformação, configurando como um tampo de mesa, ainda que de mesa estreita — um console, digamos, mais apropriadamente, ou uma tábua de passar roupa —, poderia sugerir, a outro empreendedor, a ideia de ali alojar mais de uma rua. Pelo menos duas caberiam, no sentido longitudinal, e tantas transversais quantas se desejassem, igualmente planas, cortando-as. A ideia simples e preciosa de Joaquim Eugênio de Lima foi desprezar essa hipótese e fazer uma só avenida, ocupando inteiramente a linha da cumeada, uma avenida que por isso mesmo seria larga — 30 metros de largura — e se estenderia, quase tão reta como uma flecha, por 2.500 metros de comprimento. Lima arrumou dois sócios, José Borges de Figueiredo e José Augusto Garcia, e adquiriu com eles, em 1890, os terrenos necessários para a implantação do projeto. No total, o empreendimento comportaria, além da avenida, um punhado de ruas paralelas e transversais, às quais se deram os nomes de cidades paulistas do interior: Amparo (depois, Campinas), Ribeirão Preto, Rio Claro, Limeira (depois, Peixoto Gomide), Jundiaí (depois, ministro Rocha Azevedo), Santos, Itu, Tietê e Lorena.[15] A avenida Paulista estava destinada aos mais ricos, ou talvez aos mais

inclinados a exibir sua riqueza, ou ainda aos que apreciavam não só morar bem, mas em terrenos amplos e arejados, e com vistas, de um lado para a cidade, do outro para as várzeas do rio Pinheiros.

Onde moravam os ricos, até então? Neste ponto, antes de prosseguir na história da avenida Paulista, cabe recuar um pouco e invocar os nomes de outra dupla de estrangeiros que fez história na evolução urbanística de São Paulo: os alemães Frederico Glette e Victor Nothman. Os dois deixaram sua marca em variados empreendimentos. Em 1878, Glette abriu um luxuoso hotel, o melhor da cidade, ocupando espaço que ia da rua de São Bento até a paralela rua de São José, e ladeando a ruela chamada beco da Lapa (mais tarde, rua Miguel Couto). No salão principal, o Grande Hotel, como era chamado, ostentava candelabros, floreiras e espelhos refinados. “Era um estabelecimento que não tinha rival na Corte nem nas outras capitais de província”, escreveu o historiador Ernani Silva Bruno.[16] Nothman, um ano antes, abrira, num terreno que também ia da São Bento à São José, o Stadt Bern, uma cervejaria com espaço ao ar livre onde se esparramavam caramanchões e pistas de boliche. Glette e Nothman, juntos, também tiveram a ver com o viaduto do Chá, pois não foi outra senão a empresa de construção em que eram associados a contratada para executar a obra.[17] O que nos interessa neste momento, no entanto, é o empreendimento imobiliário em que ambos se lançaram a partir de 1879, ano em que adquiriram a chácara Mauá, assim chamada por ter pertencido, em outra época, ao barão de Mauá.[18] Ficava no campo Redondo, região que, em outro passo, já vimos ter sido cogitada para abrigar o cemitério afinal instalado na Consolação. Nessa área, entre 1882 e 1890, abriram ruas e inauguraram o bairro a que chamaram, nada mais, nada menos, do que Campos Elíseos, evocativo não só do paraíso dos gregos antigos, como da mais aristocrática avenida de Paris. A ideia era fazer a clientela sentir-se mesmo transportada para algum ponto entre o delírio aristocrático e o paraíso terreal, pois era para ser um bairro de ricos — o primeiro bairro de ricos, e muito ricos, de São Paulo. Até aquele momento, os ricos moravam no centro, em sobradões maciços, que, por serem sobrados e maciços, se distinguiam das casas baixas dos pobres e remediados. Agora, iriam inaugurar a era dos palacetes. Um exemplar protagonista da passagem do sobrado para o palacete foi o fazendeiro Elias Pacheco Chaves, cunhado de Antônio e Martinico Prado, e sócio deles numa empresa de exportação de café, a Companhia Prado Chaves. Pacheco Chaves, que também teve intensa participação na política paulista, chegando a ocupar a presidência da província, nos tempos do Império, trocou o sobradão da rua de São Bento por um palácio que mandou construir na década de 1890 nos

Campos Elíseos — o mesmo palácio que mais tarde, em 1911, comprado pelo governo do Estado, passou a servir de residência dos governadores.[19] Outro protagonista da passagem do sobrado para o palacete foi o próprio Antônio Prado, que, também antigo morador da rua de São Bento, no sobrado pegado ao de Pacheco Chaves, mudou-se para o palácio que, na mesma época, mandou construir na chamada Chácara do Carvalho, já um pouco além dos Campos Elíseos, no lugar pantanoso conhecido como Barra Funda.[20]

Para dar conta do passo seguinte, na crônica dos bairros ricos de São Paulo, cumpre fazer entrar em cena mais um estrangeiro — os nacionais parece que ainda não haviam acordado para as empreitadas de expansão imobiliária. Martinho Burchard, alemão como Nothman e Glette, é o nome dele. Burchard um dia irrompeu no escritório que o prestigioso advogado e mestre da Academia de Direito, Joaquim Inácio Ramalho, o barão de Ramalho, mantinha no largo do Ouvidor, junto ao largo de São Francisco. Conta um autor que o professor, já velho, e com a vista ruim, recebeu o estranho avisando: “O senhor pode expor o seu caso que eu, para poupar a vista, ficarei de olhos fechados, mas ouvirei com toda a atenção o que o senhor disser.” Burchard então expôs o seu pleito: queria comprar as terras que Ramalho possuía nas proximidades da Consolação. Ramalho respondeu que não tinha interesse em vendê-las. Mas quando o outro anunciou seu lance — duzentos contos de réis — teria arregalado os olhos, esquecido do mal-estar na vista e mudado de ideia. A oferta era boa demais. Meia hora depois, adentra o escritório outro alemão, Victor Nothman, imbuído, estranhamente, do mesmo propósito. Também queria comprar as terras do barão, e para tanto fez oferta melhor ainda: 250 contos. O gentil-homem Ramalho declinou da proposta, uma vez que já empenhara a palavra com o visitante anterior, mas não sem perguntar: “Será que descobriram ouro nos meus terrenos?”[21] A história pode não ter ocorrido exatamente assim, mas é bem achada. Pois, se ouro de verdade, ouro amarelo, ouro ouro, não havia, outra espécie de preciosidade tinha sido vislumbrada pelos empreendedores do ramo — o ouro imobiliário. Para se acrescentarem aos terrenos de Ramalho, foram comprados também os de outro proprietário da região, Joaquim Wanderley. O total da área adquirida se estendia pela margem superior de um antigo caminho conhecido como estrada do Pacaembu de Cima. Ali Burchard — em sociedade com Nothman, que assim acabou tendo satisfeito o desejo de investir na região — instalou um loteamento que herdou seu próprio nome, Boulevard Burchard, antes de ganhar o nome definitivo — Higienópolis.

As ruas do loteamento receberam os nomes de Itatiaia, Itambé, Sabará,

Aracaju, Cubatão (parte superior da Aracaju, que, por não ser senão uma sua continuação, acabaria sendo chamada de Aracaju mesmo), Itacolomi, Bahia, Maranhão, Sergipe, Piauí, Alagoas, Mato Grosso e Goiás. A Itatiaia, destinada a tornar-se uma das duas principais do loteamento, acabaria sendo rebatizada de avenida Angélica, em honra de D. Angélica de Barros, residente na chácara das Palmeiras, vizinha ao novo bairro. A outra rua principal, a velha estrada do Pacaembu de Cima, chamou-se, primeiro, Burchard, depois Martinho Prado Jr. e, finalmente, avenida Higienópolis. Esta terminava num belvedere que, debruçado sobre o vale do riacho Pacaembu, e apelidado de Terraço Germaine — nome da filha de Martinho Burchard —, permitia avistar as lonjuras da Freguesia do Ó, de Santana e da Serra da Cantareira.[22] Duas áreas para futuras praças completavam o bairro, uma à qual se propunha o nome de praça Piauí (mais tarde Vilaboim), e a outra o de praça de Santa Lúcia (mais tarde Buenos Aires).[23] Quanto ao nome Higienópolis, teria vindo da Companhia Higienópolis, administradora de uma filial do Hotel de França que, implantada no local onde depois se construiria o Colégio Sion, destinava-se a hospedar doentes de tísica em visita à cidade.[24] O nome caía bem. O local era alto, distante dos rios e dos brejos, antigas fontes de insalubridade. Não admira que logo tenha sido elegido como novo foco dos palacetes dos ricaços do café. Citemos dois, situados ambos logo à entrada da avenida Higienópolis e que, por artes do destino, acabaram sobrevivendo, ambos, como testemunhos de uma era de fausto. Do lado direito de quem entra na avenida, ficava a propriedade de D. Veridiana, a mãe de Antônio e Martinico, na verdade já proprietária da área antes do empreendimento de Burchard e Nothman, e que agora via seus domínios mais do que valorizados. D. Veridiana, diga-se de passagem, desde 1877 vivia separada do marido, Martinho.[25] O fato de, naquela época, ter tido a coragem de separar-se e encetar uma ativa vida de descasada que incluiu extensas temporadas em Paris, no apartamento ali mantido pelo filho Eduardo, contribuiu decisivamente para a construção de sua legenda. O palacete de Higienópolis, inspirado nas construções a que se familiarizou na França, aquinhoado com o apelido francês de *petit château*, e situado no centro de amplo terreno, com jardins, pomar, horta e cocheiras, foi portanto um empreendimento só dela. No lado esquerdo da avenida, cerca de dez anos depois, o cafeicultor e empresário Antônio Álvares Penteado levantou a casa que seria conhecida como Vila Penteado. É a mesma casa que, doada à Universidade de São Paulo pelos herdeiros de Álvares Penteado, meio século depois, abrigaria a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Concluído esse passeio pelos bairros ricos que iam brotando na superfície elástica da cidade, eis que podemos voltar à avenida Paulista com mais condições para avaliar seu impacto. A riqueza foi, literalmente, subindo de patamar. Dos Campos Elíseos subiu para Higienópolis — lugar que, a propósito, antes de ganhar esse nome, era chamado de "subida para a serra".[26] E de Higienópolis trepou nas culminâncias da avenida Paulista. Claro que descrever assim o fenômeno, de forma demasiado gráfica, tem algo de artificial, além de não dizer tudo. Continuavam a existir outros núcleos de ricos, estabelecidos já há algumas décadas, como a antiga rua Alegre, um caminho ligando o centro ao campo da Luz, agora chamada rua do Brigadeiro Tobias, em homenagem ao brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, seu antigo morador, e a rua que, ligando a Consolação ao antigo largo dos Curros, tomou o nome de São Luís, reduto da família Sousa Queirós. Os ricos também gostavam da rua da Liberdade. O esquema serve, porém, para realçar a estrita especialização, quanto às classes sociais, em que se iam dividindo as zonas residenciais da cidade. Quando a mancha urbana concentrava-se na colina histórica e nas vizinhanças imediatas, os ricos sobradões da rua de São Bento estavam a dois passos dos casebres dos negros no largo do Rosário, ao redor da igreja do mesmo nome, e das prostitutas da rua Nova de São José. Agora, ao subir o morro, os bairros ricos não se afastavam apenas das regiões de rios e várzeas insalubres. Afastavam-se também das linhas de trens, onde se concentravam as fábricas e os bairros operários.

A avenida Paulista, ponto culminante, em altura e em distância, na busca de um refúgio seguro para os males da doença e do contágio da pobreza, foi inaugurada com festa em 1891. Ainda não havia casas, mas uma linha de bonde já a servia, os indispensáveis burricos ajudando na subida que lhe dava acesso. Além da presteza na extensão dos trilhos do bonde, Joaquim Eugênio de Lima conseguiria também leis municipais obrigando as construções a observarem um recuo de 10 metros, com relação à calçada, e proibindo a passagem de boiadas (sim, boiadas ainda cruzavam a cidade) no local.[27] A avenida nascia coberta de pedregulhos e com uma dupla linha de árvores plantada de cada lado. Mais ou menos no meio de seu percurso, foi reservada uma área para abrigar um parque, de cujo ajardinamento cuidaria o francês Villon. No futuro, ele ganharia o nome de parque Siqueira Campos. Era expressão de um novo e orgulhoso regionalismo o próprio nome da nova via, "Paulista", uma palavra que, voltamos a lembrar, já evocara barbárie, nos tempos em que os bandeirantes saíam à caça de índios nas fronteiras. A avenida era não só Paulista, como também se cercava de ruas com nomes de cidades paulistas. Isso tudo soava a café, a dinheiro, a influência, a

prestígio e, pretendia-se, agora, a aristocracia, sem falar que soava, também, a uma boa dose de deslumbrada ingenuidade. O francês Louis Casabona, que visitou São Paulo em 1905, assim descreveu o passeio à Paulista: “Havíamos atravessado uma boa parte da cidade e chegado a uma larga avenida arborizada, situada sobre uma elevação e que tem o nome de avenida Paulista. É um dos mais interessantes pontos de vista. Dominam-se de lá grandes e profundos vales, em um dos quais se estende a cidade.”[28] Por essa época, os palacetes começaram a brotar na nova artéria. E, surpresa: ao contrário do que ocorrera nos Campos Elíseos e em Higienópolis, seus proprietários não eram só os barões do café, com sobrenomes brasileiros. Para ali migraram famílias chamadas Matarazzo, Siciliano, Crespi, Pinotti Gamba. A estes, num segundo momento, viriam se juntar os Calfat, os Rizhkallah, os Jafet — a turma dos transplantados do Oriente Próximo. A avenida Paulista, para onde nem por isso deixaram de acorrer também as famílias tradicionais, ofereceu a ilustração física da fusão das duas elites, a agrária e a nascente elite industrial, a da terra e a estrangeira, esta já opulenta e confiante, a ponto de abancar-se em palacetes que rivalizavam com os dos outros, quando não os superavam.

Figura 51



Avenida Paulista no dia da sua inauguração, na aquarela de Jules Martin, 1891, com os vastos terrenos a ocupar e a linha de bonde já instalada.

Figura 52



Esta rara litografia de Martin, 1879, ilustra seu projeto para a passagem sobre o Anhangabaú, depois substituído pela estrutura de ferro do viaduto do Chá.

No dia 9 de março de 1891, foi inaugurado no largo do Palácio, em terreno onde outrora se assentara o velho teatrinho de Ópera, um edifício de linhas clássicas, sólido, sisudo, com uma nobre fachada de templo grego.[29] Era o novo edifício do Tesouro do Estado, ou Secretaria de Fazenda, plantado ao lado do Palácio do Governo, um olhando de viés para o outro. Se o viaduto do Chá e a avenida Paulista de certa forma diziam, em matéria de urbanismo, o que São Paulo queria ser quando crescesse, esse edifício o dizia em forma de arquitetura. E o que São Paulo queria — vale dizer, as elites de São Paulo, endinheiradas pelo café e tonificadas pelo poder — era parecer uma sucursal da Europa. Nada de muito particular: o Rio de Janeiro também queria, e o provaria dali a alguns anos, com as reformas do prefeito Pereira Passos. Buenos Aires também queria. A solidão de São Paulo nesse aspecto não era só de São Paulo. Era comum às cidades que, no mesmo período e no mesmo continente, partilhavam angústias e aspirações semelhantes. O que as unia era a solidão da América do Sul, distante, dependente, mal-ajambrada em suas paisagens urbanas simplórias e poeirentas. Torturava-as uma sensação de orfandade que clamava por uma adoção — queriam ser filhas da Europa. Queriam ser reconhecidas como rebentos da cultura e da civilização do Velho Mundo. Essa vontade foi definida por um dos mais ilustres e talentosos representantes da elite brasileira da época, o pernambucano Joaquim Nabuco, como “a atração de afinidades esquecidas, mas não apagadas, que estão em todos nós, da nossa comum origem europeia”. O mesmo Nabuco acrescenta, num trecho famoso: “As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre.”[30]

O edifício do Tesouro foi a primeira obra, em São Paulo, de um arquiteto, ou “engenheiro-arquiteto”, como se dizia, destinado como nenhum outro a cravar o sinal da nobreza europeia no chão rústico da cidade. Francisco de Paula Ramos de Azevedo, esse o seu nome, nascera em São Paulo em 1851, mas não gostava de confessá-lo. Nascera em São Paulo por acaso, numa passagem da mãe pela cidade, mas a família era campineira, ele próprio passaria a infância e grande parte da vida em Campinas, e sentia-se — e gostava de apregoar-se — um campineiro.[31] Ramos de Azevedo estudou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, sem se formar, e depois seguiu para Gand, na Bélgica, onde encetou os estudos de engenharia, com especialização em arquitetura.[32] Ao voltar ao Brasil, fixou-se em Campinas, onde, entre outras obras, projetou a conclusão da encruada catedral local, e em 1886, depois de alguma hesitação,

mudou-se para São Paulo. Tinha recebido do visconde de Parnaíba, então presidente da província — o Parnaíba que fez a Hospedaria dos Imigrantes —, convite para construir o edifício do Tesouro. Ramos de Azevedo tinha, além do talento de arquiteto, facilidade para fazer amigos e circular entre diversos e até antagônicos grupos de poder. Caiu nas graças de Parnaíba, que lhe abriu as portas para as obras públicas e a quem, por isso, seria grato pelo resto da vida.[33] Mas, ao lado desse figurão do Império, também tinha amigos republicanos influentes, a começar por Francisco Glicério, campineiro como ele, e passando pela figura decisiva, em sua vida, do também engenheiro e republicano de primeira hora Antônio Francisco de Paula Sousa. Graças a essas bem balanceadas amizades, a comissão de erguer o edifício do Tesouro não sofreu solução de continuidade, quando da mudança do regime. Pelo contrário, ampliou-se e, depois daquele, Ramos de Azevedo iniciou, no mesmo largo do Palácio, e já na República, um edifício gêmeo do primeiro, destinado a abrigar a Secretaria da Agricultura, e um terceiro, implantado nos fundos do largo, quando ele confina com a rua do Carmo (naquele trecho, destinada a mudar o nome para Roberto Simonsen), para sediar a Secretaria de Justiça e a Central de Polícia. Obra pública era com ele mesmo. Até morrer, em 1928, Ramos de Azevedo espalharia pela cidade algumas dezenas de construções marcantes, que iam do edifício dos Correios ao portal e ao necrotério do cemitério da Consolação, do Mercado Municipal à Escola Normal, na praça da República. Mas residência particular também era com ele. Muitas das famílias mais abastadas da cidade iam bater à sua porta em busca de um casarão que lhes dignificasse a fortuna e o prestígio. Citemos um: o casarão de Inácio Álvares Penteado e de sua mulher, Olívia Guedes Penteado, situado na esquina das ruas Duque de Caxias e Conselheiro Nébias, nos Campos Elíseos. Inácio era irmão de Antônio Álvares Penteado. Um foi para Higienópolis, o outro, para os Campos Elíseos.

Ramos de Azevedo, em paralelo a suas atividades de arquiteto, teve outro papel importante: o de mentor do ensino técnico, que ele e mais uns outros poucos vislumbraram como crucial, se São Paulo queria levar adiante a arrancada para o desenvolvimento que vinha experimentando. Nesse papel, destacou-se no desenvolvimento de duas instituições modelares — a Escola Politécnica e o Liceu de Artes e Ofícios. A Politécnica, criada em 1893 e entrada em funcionamento no ano seguinte, tornou-se a segunda escola de nível superior de São Paulo, 66 anos depois da primeira, a Academia de Direito. O intervalo entre uma e outra é grande, e o atraso não só de São Paulo, como do Brasil, na instalação de cursos de nível superior em geral, é imperdoável, mas essa

distância de 66 anos vale ser lembrada principalmente pelo que assinala em matéria de mudança de status da cidade. Em 1827, São Paulo ganhou a Academia de Direito por ser uma cidadezinha sossegada, propícia ao recolhimento que se julgava necessário a um ambiente de estudos. Em 1893 ganhou a Politécnica pela razão contrária de ter-se tornado um centro dinâmico, já razoavelmente populoso e portador de grandes ambições. No caso da Academia de Direito, São Paulo foi escolhida para sediar uma instituição projetada e financiada pelo governo imperial. No caso da Escola Politécnica, a própria São Paulo, por meio do governo estadual, outorgava-se a instituição. A figura número 1 na criação da Politécnica, na verdade, não foi Ramos de Azevedo, e sim seu amigo Antônio Francisco de Paula Sousa. Paula Sousa, natural de Itu, estudara engenharia na Alemanha e de lá trouxe o modelo que pretendia implantar em São Paulo. Ninguém como ele empenhou-se para a criação da escola, como membro da direção do Partido Republicano e como deputado estadual e, uma vez vitoriosa a ideia, dirigiu-a ao longo dos primeiros 24 anos de existência. Ramos de Azevedo, que, além de amigo fraternal, desde a mocidade, foi também seu sócio, em diferentes empreitadas, tornou-se seu mais próximo colaborador. Durante 17 anos foi o vice-diretor da escola e, com a morte de Paula Sousa, sucedeu-lhe na direção, cargo que ocuparia também até a morte, nove anos depois. Além disso, foi professor no curso de arquitetura.[34]

Figura 53



Ramos de Azevedo em seu escritório, foto de João Musa.

O Liceu de Artes e Ofícios fora criado vinte anos antes, em 1873, com o nome de Sociedade Propagadora da Instrução Popular. Foi Ramos de Azevedo, no entanto, quando assumiu sua direção, em 1895 — cargo que também exerceria até a morte, em 1928 —, quem lhe deu a feição de escola técnica e imprimiu-lhe a qualidade que lhe faria a fama. Uma e outra instituição se completavam, a Politécnica como formadora de engenheiros e o Liceu de Artes e Ofícios como preparador de artesãos, muitas vezes fabricantes de peças que seriam usadas nas construções projetadas pelos engenheiros, ou os “engenheiros-arquitetos”. As

estátuas tão usadas para adornar as fachadas dos edifícios de Ramos de Azevedo, por exemplo, não raro eram forjadas nas oficinas do Liceu de Artes e Ofícios.[35]

Como não poderia deixar de ser, caberia a Ramos de Azevedo também projetar os prédios das duas instituições. A Politécnica instalou-se de início no antigo solar de Joaquim Egídio de Sousa Aranha, o marquês de Três Rios, o dono da chácara que deu origem ao bairro do Bom Retiro. O solar ficava na esquina da avenida agora chamada Tiradentes com a rua que, justamente, ganhou o nome de Três Rios, e foi bastante modificado por Ramos de Azevedo para servir a seu novo destino. Em seguida, dois outros prédios seriam erguidos, na rua Três Rios, no trecho que depois seria transformado em praça Fernando Prestes, dois prédios gêmeos como os do largo do Palácio, para acomodar os laboratórios e outras dependências da escola. O Liceu de Artes e Ofícios, por sua vez, depois de ter peregrinado por vários endereços, na cidade, ganhou sede própria também ali na Luz, em terreno recortado do jardim — é o prédio que, também destinado a abrigar a Pinacoteca do Estado, muitos anos depois passaria a ser só da pinacoteca. Se considerarmos que, além desses, Ramos de Azevedo projetou na avenida Tiradentes a Escola Prudente de Morais e, do outro lado da rua, o quartel da Polícia, em forma de edifício medieval, temos a Luz transformada em outra Azevelândia — um local que, como o largo do Palácio, apresentava uma densa concentração de obras do arquiteto de referência do período. Com exceção do solar do marquês de Três Rios, que Ramos de Azevedo apenas reformou, todos esses edifícios estavam destinados a permanecer.

As construções de Ramos de Azevedo influíam às vezes de maneira decisiva na configuração da região onde se implantavam. O edifício da Escola Normal deu ordem e um começo de vida à praça da República. O largo do Palácio teve seu desenho refeito, com as novas construções, e viu revigorada sua vocação de centro administrativo. Mas Ramos de Azevedo, na verdade, não era o autor de todas as construções que se costuma atribuir a ele, nem poderia ser, dada a quantidade de obras que espalhou pela cidade. A partir de certo momento, ele se tornou o comandante de um grande escritório de engenharia e arquitetura, no qual trabalhavam profissionais igualmente dotados e que frequentemente eram os verdadeiros responsáveis por projetos que inflacionavam a fama do chefe. Foi o caso da principal obra a ele atribuída, o Teatro Municipal, construído entre 1903 e 1911. Nessa época Ramos de Azevedo, pessoalmente, não mais desenhava os projetos. O Municipal, levantado por iniciativa do prefeito Antônio Prado, tem dois pais, no que se refere ao projeto arquitetônico, ambos italianos

com o sobrenome Rossi, embora não fossem parentes: Domiziano Rossi, um genovês que, a convite de Ramos, foi também professor da Politécnica e do Liceu de Artes e Ofícios, e que, a partir do Municipal, seria autor de praticamente todos os projetos do escritório, e Cláudio Rossi, um amigo do prefeito, conhecido como cenarista de teatro e responsável pelo grandioso projeto do palacete de Elias Pacheco Chaves, o Palácio dos Campos Elíseos. Nem por isso Ramos de Azevedo empenhou-se pouco na obra. Ficou com a parte da engenharia, e chegou a montar um barracão, junto ao teatro, durante as obras, para mais de perto poder fiscalizá-las.[36] O Teatro Municipal, majestosamente assentado sobre a beirada do morro do Chá, é outra construção que desencadearia toda uma reestruturação em seu entorno, inclusive a implantação do parque do Anhangabaú, como se verá.

Ramos de Azevedo, a essa altura, já ultrapassara a condição de chefe de um grande escritório. Comandava um complexo que explorava minas de mármore e granito, tinha serraria e fábrica de cerâmica. Seu genro Ernesto de Castro dirigia a empresa do grupo que cuidava da importação, ainda tão necessária, de materiais de construção.[37] Até financiamentos estavam disponíveis aos eventuais interessados — disso cuidava a Companhia Iniciadora Predial. De arquiteto talentoso tinha virado grande empresário, o maior do ramo, articulado com as elites dirigentes a ponto de ser dispensado das concorrências para a execução de obras públicas, e detentor do domínio de cada passo da cadeia de produção. Numa fase em que a cidade, meio bruscamente, passava da taipa primitiva para a solidez do tijolo, criou as condições para que isso fosse feito com competência e profissionalismo — e não lhe foram poupadas as homenagens dos contemporâneos. Ramos de Azevedo virou mármore muito antes de morrer. No salão nobre do edifício do Tesouro foram entronizados dois bustos, um seu, outro do visconde de Parnaíba.[38] Depois que morreu, busto já era pouco, e virou monumento, um dos maiores e mais extravagantes da cidade, inaugurado em 1934 na Luz, em frente ao edifício do Liceu de Artes e Ofícios.[39] De permeio, em 1915, teve a satisfação de assistir à transformação da esplanada em frente ao Teatro Municipal em praça Ramos de Azevedo.[40] O juízo de um escritor de prestígio do período, Júlio Ribeiro, formulado quando o “engenheiro-arquiteto” ainda erguia sua primeira obra na cidade, sintetiza a opinião dos contemporâneos. “Gosto imenso da Tesouraria da Fazenda, que está construindo Ramos de Azevedo; é um edifício que honra São Paulo pela severidade e elegância de estilo, pela robustez que ostenta, desde os profundíssimos alicerces até o levantado coruchéu”, escreveu.[41] O mesmo Júlio Ribeiro, por sinal que

autor do desenho que viria a se transformar na bandeira paulista, fez Lenita, a heroína de seu romance mais conhecido, *A carne*, sonhar que um dia teria "um palacete elegante, gracioso, rendilhado, à oriental, que sobressaísse, que levasse de vencida esses barracões de tijolos". A construção se faria "sob a direção de Ramos de Azevedo".[42]

Entre os pósteros Ramos de Azevedo viraria figura controversa. "Seu 'estilo' era pretensioso, sem nobreza, de imitação, e melhor descrito como ecletismo promíscuo com tendências à Renascença", escreveu o historiador Richard Morse.[43] Talvez queira dizer alguma coisa, no entanto, que São Paulo, com fama de destruidora como nenhuma outra cidade brasileira, a São Paulo tantas vezes construída e reconstruída, tenha poupado Ramos de Azevedo a ponto de ter chegado ao século XXI com a parte mais importante de sua obra — a parte dos edifícios públicos — quase toda preservada. Talvez isso queira dizer que o engenheiro-arquiteto, cerca de cem anos depois de ter implantado na cidade as principais criações de sua prancheta — a sua e a de seus colaboradores —, ainda tenha o que comunicar à população. A controvérsia se desdobra em paradoxo quando se lembra que o modernismo, movimento que viria a se estruturar em contestação a tudo em que ele acreditou, foi gestado à sombra das paredes de suas construções. Os mais memoráveis saraus da geração modernista realizaram-se na mansão dos Campos Elíseos de D. Olívia Guedes Penteado, a viúva de Inácio Álvares Penteado. E a Semana de Arte Moderna teve lugar no Teatro Municipal.

Ramos de Azevedo é consequência lógica do que estava acontecendo em São Paulo. A cidade vinha sendo bafejada pela riqueza do café e um fenomenal aumento da população, em razão do surto imigratório. A estrada de ferro realizava a fantasia do progresso, a expansão industrial estava à vista e uma elite determinada tinha em mãos, depois da proclamação da República, o reclamado poder político. Quando se tem riqueza, progresso, prestígio, otimismo e poder, que mais se vai querer? Ora, claro: a chancela da tradição e da antiguidade. Se São Paulo não tinha a antiguidade dos sonhados modelos europeus, que se fabricasse uma. Se não tinha a mesma tradição, que se inventasse uma. Ramos de Azevedo, com seus edifícios monumentais, que remetiam às mais eloquentes fases da arquitetura do Velho Mundo, doou à cidade uma antiguidade novinha em folha. Depois do café, do trem, das fábricas e do regime republicano, ele foi a cereja no bolo com que a elite paulista festejava sua vitória.



XXIX

Um Passeio com Olhos de Empresário

Acompanhemos, antes que o século termine, as andanças de um último viajante. A cidade não lhe é estranha, veterano que é de outras visitas, mas depois de quatro anos de ausência sentirá muitas diferenças, nestes meses entre março e maio de 1890. Trata-se do cidadão meio brasileiro, meio suíço, Henrique Raffard, nascido no Rio de Janeiro, filho do cônsul-geral da Suíça na então capital do Império, agora capital da República. Raffard estudou em Genebra e Paris. Eram estudos que, seguindo a vontade paterna, o encaminhariam para as letras, mas, de volta ao Brasil, ele se revelará sobretudo um homem de negócios. Entre outros empreendimentos, montou um engenho de açúcar e álcool em Capivari, no interior de São Paulo, com a ajuda de capitais ingleses. Dessa iniciativa nascerá a Vila Raffard, mais tarde tornada cidade com o mesmo nome de Raffard. Nesta viagem de 1890 Raffard registrou impressões e comentários sobre o que viu, primeiro publicados na imprensa, mais tarde enfeixados num livro intitulado *Alguns dias na Pauliceia*. O autor não diz qual o propósito da visita, mas é de crer que se tratava de sondar o ambiente para algum tipo de negócio. Sua atenção se mostrará muito focada nas questões econômicas em geral e na imigração em particular.[1]

Raffard começa qualificando de "incrível" que "uma cidade brasileira tenha tido desenvolvimento igual" ao que notou em São Paulo. Os 15 primeiros dias de permanência já foram suficientes para ele proclamar: "Durante 15 dias, empregados a percorrê-la [a cidade] de norte a sul, de leste a oeste, observando o grande número de construções novas e presenciando o movimento das ruas, reconheci o acerto das palavras do Dr. Rui Barbosa, proferidas no *Edson's Last Phonograph*, que repetirá *urbi et orbi*: 'São Paulo é a expressão do espírito *yankee*, amenizado e perfumado pela graça do gosto italiano.'"[2]

Não é uma originalidade de nosso autor, nem de Rui Barbosa, o então ministro da Fazenda, comparar os paulistas aos "ianques". Tratava-se de lugar-

comum na época. Tampouco é original a referência à italianização da cidade, algo que saltaria à vista do mais desatento dos observadores. Raffard reporta que até uma banda só com músicos italianos havia. Era constituída de alfaiates, na sua maior parte, e apresentava-se com uniformes de *bersaglieri*, os soldados do Exército italiano. Ele também assistiu, no dia 14 de março, a uma cerimônia em que alunos do Colégio Italiano, empunhando a bandeira da Itália, saíram a visitar o cônsul de seu país, o governador do Estado, as associações italianas e as redações dos jornais, por ocasião do aniversário do rei Umberto I. O Colégio Italiano, situado na ladeira de São Francisco, era uma das cinco escolas dessa nacionalidade existentes na cidade.[3] A presença estrangeira fazia-se notar esmagadoramente. "A população da Pauliceia é geralmente de origem estrangeira", escreve Raffard, "e fala quase tanto o italiano como o português, sendo o alemão assaz vulgarizado". Assim, segundo ele, "não é de admirar que os vestuários, as lojas e mesmo vários prédios tenham aspecto muito diferente do que predominava em outra época — o aspecto geral de São Paulo é mais europeu que o de qualquer outra cidade do Brasil". Os italianos dominavam nas profissões de aguadeiros, jardineiros, cocheiros, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, pintores, sapateiros, alfaiates. Também havia relojoeiros italianos, cobrando pouco mais de quinhentos réis por consertos para os quais outros pediam quatro mil-réis. Raffard achou "divertido" ver sair das tipografias o enxame de *bambini* que vendiam jornais nas ruas. Eles se punham em campo antes do raiar do dia, para os matutinos, e depois das oito da noite, para as folhas da noite. Nosso autor aceitou o cálculo de 24 mil italianos na cidade, para uma população que estimou em 70 mil — na verdade, um total não muito distante dos 64.934 habitantes que seriam apurados pelo censo realizado naquele mesmo ano de 1890.[4]

O movimento nos hotéis denunciava crescente afluxo de visitantes. O antigo Hotel de França, nos Quatro Cantos, aumentara suas dependências, informa Raffard, incorporando sobrados vizinhos. O Grande Hotel, fundado por Frederico Glette 12 anos antes, continuava luxuoso como sempre, mas agora tinha um rival, o Grande Hotel Paulista, situado na esquina das ruas Boa Vista e de São Bento, e dominando o jardim que, desde três anos antes, estendia-se pelo largo de São Bento. Este jardim, como outros criados no período — nos largos do Palácio e de São Gonçalo, por exemplo —, era protegido por grades e portões que se abriam de manhã e fechavam ao cair da tarde.[5] No mesmo largo de São Bento erguia-se outro grande edifício, de propriedade da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, e uma casa que abrigava uma agência da Estrada de Ferro do

Norte. “Na Pauliceia já não se precisa correr às estações que se acham distantes do centro, pois que aí se compram bilhetes, registram bagagens e passam telegramas”, escreve, com admiração, o viajante.[6]

No capítulo dos cafés e restaurantes, Raffard nota que continuam “afamados” os bifes do Fischer, na Sereia Paulistana, e que logo ali perto, ainda na rua de São Bento, surgiu uma confeitaria, A Pauliceia, que vinha a ser “a Casa Paschoal dos paulistanos” — referência a uma casa do Rio de Janeiro. Entre os estabelecimentos que já conhecia e continuavam no mesmo lugar, encontrou o Nagel, na rua 15 de Novembro, e o Café de Java, no largo do Rosário, mas Raffard deparou igualmente com novidades. Uma era o Café do Terraço Paulista, ainda no largo de São Bento, “servido por caixeiras amáveis, sendo uma delas *hermosa hija* de Castilha”. Outra é o Café do Chá, aberto na esquina das ruas Direita e de São Bento, ou seja, também nos Quatro Cantos. “Creio que será muito frequentado quando estiver terminado o viaduto destinado a ligar a referida rua Direita com a do Barão de Itapetininga, sobre o antigo morro do Chá”, observa nosso autor. À passagem de Raffard pela cidade estavam em andamento os trabalhos de movimento de terra e de alvenaria do futuro viaduto, preparatórios para a chegada da “ponte de ferro, que pesa 500 toneladas”. Tal ponte chegando em maio, “como se espera”, o viaduto seria inaugurado “até outubro próximo vindouro”, escreve Raffard, acertando numa data e errando, por muito, na outra — a ponte, fabricada na Alemanha, realmente chegou em maio daquele ano de 1890, mas o viaduto, como sabemos, só foi inaugurado em 1892.[7]

A rua 15 de Novembro, vai anotando o viajante, abriga o New London and Brazilian Bank e o Banco de São Paulo, e a rua Direita, o Banco de Crédito Real. “A rua Direita, a de São Bento e, mais especialmente, a 15 de Novembro, serão sempre procuradas para os estabelecimentos financeiros e outros de primeira classe, que não podem deixar de funcionar nas melhores ruas do centro da cidade”, escreve. Isso explicaria a oferta de 65 contos de réis para o terreno do número 47 da 15 de Novembro, segundo Raffard. Ali existia uma casa que, havia pouco, pegara fogo. Ela estava segurada por bem menos, vinte contos, quantia que — bendito incêndio — o proprietário receberá mesmo se vender a propriedade. Algumas coisas sumiram, na cidade. Uma é a igreja da Misericórdia, no largo do mesmo nome, “demolida com o consentimento da Cúria Episcopal para beneficiar, segundo consta, o hospital da Santa Casa, cuja conclusão é morosa”. A informação de Raffard é correta. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia decidira demolir a igreja que ali erguera em princípios do

século XVIII para vender o terreno a investidores que, no local, construíram três prédios de dois andares. O lucro apurado, de noventa contos — mais ainda que o do terreno da 15 de Novembro —, foi aplicado nas obras do novo hospital que a Irmandade vinha construindo, em terreno que, recortado da antiga chácara do marechal Arouche, lhe fora doado, meio a meio, pelo rico proprietário Antônio Pinto do Rego Freitas e pelo fazendeiro Rafael Pais de Barros, o segundo barão de Piracicaba, que já encontramos como autor da tese de que o modo de tratar os escravos originara entre os paulistas uma tradição de maus modos.[8] O autor do projeto do novo hospital desta vez não era — milagre — Ramos de Azevedo. Era o italiano Luigi Pucci, que, em concurso, vencera Azevedo e oito outros concorrentes. Pucci escolheu o estilo gótico, com janelas em ogiva, torres pontudas e tudo, e justificou a escolha afirmando "ser este estilo, pela sua gravidade, o mais próprio para este gênero de edifício", além de constituir-se no "mais econômico" e no de "mais fácil construção".[9]

Outros pontos de referência da cidade apresentavam-se a Raffard de cara nova. Era o caso da catedral da Sé, submetida a uma reforma que incluiu a feitura, no teto, de "belas pinturas do Almeida Júnior", e do Palácio do Governo, que "está prestes a concluir-se". O Palácio, que para acomodar-se no que antes fora o Colégio dos Jesuítas impusera ao antigo edifício sucessivos remendos e ampliações, agora atravessava uma fase que não era bem uma reforma — era mais uma reconstrução, que praticamente dava cabo das paredes de taipa da era colonial.[10] Havia ainda prédios públicos que constituíam completa novidade. No mesmo largo do Colégio, ou largo do Palácio, já estava quase terminado o prédio de linhas neoclássicas destinado a abrigar a Tesouraria do Estado. Raffard achou que tinha sido má ideia ajardinar o largo, pois, se o espaço continuasse desimpedido, tornaria "mais imponente" o novo edifício. E na Luz iam "bastante adiantadas" as obras de um quartel para a polícia, construído no estilo das fortalezas medievais. Ambas as obras, o edifício da Tesouraria e o quartel da Luz, já sabemos, consistiam nas primeiras de Ramos de Azevedo em São Paulo.[11]

Dez trens chegavam à cidade por dia. "Nas horas de pegar e largar o serviço nas numerosas oficinas em atividade na Pauliceia, grande é o vaivém nas ruas", informa Raffard. "Particularmente interessante", a seu juízo, é "o aspecto de inúmeras caras risonhas".[12] Caras risonhas... Elas dão a entender que o surto de progresso convivia com modos de inocência interiorana. Uma novidade que entusiasmou o visitante, muito atento aos aspectos práticos da vida cotidiana, foi o novo matadouro, situado no lugar que começava a ser chamado de Vila

Mariana. Era uma obra que a cidade reclamava havia muito. O matadouro anterior ficava na chamada baixada do Humaitá, junto ao rio Itororó — o rio que, muitos anos depois, devidamente canalizado e escondido, teria seu vale percorrido pela avenida 23 de Maio. Ora, o Itororó não era outro senão um dos formadores do Anhangabaú, em cujas águas se diluía, e, sendo o sangue das reses abatidas, assim como os restos desprezados de carne, osso e couro, jogados no rio, viajavam até o centro da cidade, daí resultando uma sujeirada que incomodava grande parte da população. Em certas horas o Anhangabaú ficava vermelho. Em outras, cheirava mal.[13] A Câmara deu permissão a um engenheiro alemão, Alberto Kuhlman, para que construísse novo matadouro, e Kuhlman, um homem de iniciativa, como muitos do período — inclusive alemães, como temos visto —, fez mais do que a encomenda — construiu também uma pequena estrada de ferro, ligando São Paulo a Santo Amaro com um ramal, a meio caminho, servindo o matadouro.[14] Afirma-se que Kuhlman, em homenagem à mulher, chamada Mariana, deu o nome de Vila Mariana à estação que parava no matadouro.[15]

A estrada de ferro foi inaugurada em 1886. O matadouro, em 1887. A carne, desde então, foi transportada em trens até o centro da cidade.[16] O meticuloso Raffard apurou que o matadouro abatia, a cada dia, setenta cabeças de gado bovino, mais 14 porcos e sete carneiros. Tomando por base as setenta cabeças de gado, e calculando que cada uma delas pesasse por volta de 200 quilos, chegou a uma produção de 14 mil quilos diários de carne bovina, a qual, a se considerar como de 70 mil a população de São Paulo, resultaria num consumo de carne diário, per capita, de 200 gramas. Isso seria bem mais do que os 120 gramas consumidos pelos habitantes do Rio de Janeiro, surpreende-se Raffard, e próximo do consumo de Paris, de 230 gramas.[17]

A ilha dos Amores, que Raffard conhecera de outras visitas, deixara “murchar as flores”. Uma maneira delicada de dizer que virara um inabordável monturo. Ali perto, na rua 25 de Março, ainda funcionava o mercado que, desde 1867, desafogava o comércio de gêneros antes centralizado na rua das Casinhas.[18] Mas um mercado novo, todo de ferro, estava sendo levantado na rua de São João, na altura da ponte do Acu — qual seja, no lugar onde haveria um dia a praça do Correio.[19] O mercado, que seria inaugurado naquele mesmo ano de 1890, se chamaria, como a rua, Mercado de São João. Raffard, sempre de lápis e papel na mão, anotava tais modificações no panorama urbano sem esquecer de anotar os preços dos gêneros oferecidos em tais lugares. Tinha havido um aumento considerável nos artigos mais básicos — feijão, milho, arroz, frango, ovos. “É

certo que na Pauliceia cresceu muito o número de consumidores de gêneros alimentícios sem o correspondente aumento da respectiva produção local, e tornando-se aí a procura maior que a oferta nuns anos de escassez geral no estado de São Paulo, como em outros estados da federação brasileira, os preços elevaram-se forçosamente muito acima dos habituais", escreve. Alguns atribuíam a quebra na produção à agitação que tomou conta das fazendas no pico da propaganda abolicionista. Raffard aponta outra razão — a irregularidade das estações, durante o ano de 1888. Ele nota que até os legumes, que não oferecem dificuldades para serem cultivados em larga escala, andavam caros, o que o leva a acrescentar: "Venham, pois, de Portugal, Espanha, Itália ou outros países, os que sabem lavrar a terra e fazê-la frutificar, fiquem em redor de São Paulo para darem-se à pequena cultura." Raffard era um entusiasta da imigração, como talvez já se tenha notado, e se notará mais ainda daqui a pouco. No comércio das ruas centrais, os preços também andavam no alto. Raffard diz que no Bon Marché, uma loja que liquidava os estoques para encerrar as atividades, comprava-se, mesmo com os preços promocionais, mais caro do que no Godinho ou no Benjamin, dois estabelecimentos com fama de careiros da mais careira das ruas do Rio de Janeiro, a rua do Ouvidor. "É visivelmente patente a prosperidade de quase todos os comerciantes da Pauliceia, alguns dos quais edificaram verdadeiros monumentos para a venda de suas mercadorias e vivem como pessoas bem-arranjadas", escreve.[20]

Raffard foi à Hospedaria dos Imigrantes, inaugurada no Brás havia dois anos. "É um vasto estabelecimento, situado entre as vias férreas do Norte (São Paulo a Rio de Janeiro) e Inglesa (São Paulo Railway), para maior facilidade do serviço e num terreno bem-fechado, como convém para a manutenção da ordem", escreve. Havia quem criticasse a iniciativa. Os imigrantes não precisariam de tantos cômodos, argumentava-se. O gasto na obra fora excessivo. Nosso visitante revolta-se com tais reações. "Triste é confessá-lo, mas entre nós costuma-se desfazer o que se fez de bom." O fato de aprovar a iniciativa não impede que ele aponte nela erros graves. "Na hospedaria do Brás foram suprimidas as camas, para facilitar a limpeza", informa, para depois argumentar: "[...] parece-me errônea a falta de camas para hóspedes que devemos receber de braços abertos, os quais, fatigados de 20 dias de viagem, muito apreciariam a cama de campanha que se lhes concederia, e penso que no espírito do imigrante, cuja primeira impressão é de grande alcance, produz triste efeito, ao pisar a suposta terra da promissão, ter de dormir no chão, quando na sua terra dormia em uma cama verdadeira." O refeitório pareceu-lhe pequeno, e a cozinha insuficiente. Pouco

mais de cem imigrantes se achavam na hospedaria, quando da visita. Era pouco. Assim, diz Raffard, “não pude formar juízo sobre a limpeza e o serviço administrativo, a cujo respeito me chegaram aos ouvidos notícias pouco favoráveis”.[21]

Reinava controvérsia, na época, em torno dos subsídios governamentais à imigração. Raffard afirma reconhecer a necessidade de subsídios para impulsionar a vinda dos estrangeiros, tornada urgente com a perspectiva do fim do regime escravista, mas preferiria que a imigração se desse pela própria iniciativa do estrangeiro, sem estímulo a alavancar-lhe a decisão. Entre outras vantagens, o imigrante espontâneo seria mais estável. Não acabaria voltando à sua terra, como aconteceu em grau acentuado, em diferentes períodos, no Brasil. Para favorecer a imigração espontânea, no entanto, em primeiro lugar seria preciso tratar bem o estrangeiro. E, sobretudo, “para conseguir-se uma boa corrente de imigrantes espontâneos”, acrescenta nosso autor, “é mister não esquecer que se devem proporcionar terras aos recém-chegados”. Raffard lembra o efeito das cartas mandadas pelos imigrantes aos parentes no país de origem. Cada carta chegada de um parente que partiu para a América, diz ele, citando o autor francês de um folheto de propaganda da imigração, “é um acontecimento na povoação”. Se as notícias são boas, elas incentivam outros a tomar o mesmo rumo. Inversamente, se são ruins, os desencorajam a fazê-lo. A imigração é uma obsessão para Raffard, que vê nela a chave da prosperidade. “Devido principalmente à imigração estrangeira, como o reconheceram diversos autores competentes, a República Argentina em uns 11 anos triplicou o valor de sua exportação, o da sua importação e o total das rendas do Estado, sendo relativamente pequeno o aumento da dívida pública, à vista do grande desenvolvimento de suas vias férreas”, escreve.[22] Mas não se precisaria ir até o Prata — em São Paulo mesmo ele detecta mudança, para melhor, em vários aspectos da vida, por influência dos estrangeiros: “A alienação de terras, as construções de melhor gosto, a compatibilidade da mulher para outros serviços que os caseiros, a economia, a previsão do futuro e muitas medidas de não menor utilidade implantaram-se ou se desenvolveram na Pauliceia com o incremento da imigração estrangeira.”[23]

O Museu Sertório também mereceu visita de nosso autor. Primeiro empreendimento no gênero em São Paulo, esse museu foi iniciativa de um particular, o coronel Joaquim Sertório, e situava-se no largo de São Gonçalo, também chamado, como sabemos, de largo da Cadeia, largo do Teatro ou largo Municipal, à escolha, antes de chamar-se praça João Mendes. “Não posso deixar

de recomendar que se visite, no largo Municipal número 27, o Museu Sertório, onde já se acha reunido bom número de objetos diversos, sendo alguns de incontestável valor", escreve o viajante. O local era "vasto", "claro", "arejado" e em "assaz boa ordem", mas faltara o cuidado de se imprimir um catálogo, ou de apor aos objetos rótulos que os identificassem. Com isso, a menos que se tivesse a sorte de encontrar na casa "o proprietário e benemérito colecionador, coronel Sertório", para servir de guia, ficava-se sem poder apreciar devidamente o acervo. A Raffard não coube tal sorte. Serviu-lhe de guia "o cidadão Laurindo, descendente de africano". Entre as peças em exposição, além dos sambaquis, os enfeites e urnas funerárias indígenas, a coleção de diversas madeiras do país, os minérios, as borboletas e as aves empalhadas, chamaram-lhe a atenção a "penúltima camisa" usada pelo ditador paraguaio Solano López, uma cadeirinha que pertenceu à marquesa de Santos (seria aquela em que Pedro I a teria visto pela primeira vez?) e duas espadas do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. Primor dos primores, no gênero bugiganga histórica, ali também se encontrava a bala que feriu o barão de Ladário, acompanhada de um documento que, assinado pelo médico que a extraíra, e com firma devidamente reconhecida, comprovava sua autenticidade. O barão de Ladário, último ministro da Marinha do Império, foi o único ferido nos acontecimentos do 15 de Novembro, no Rio — ferido pouco abaixo das nádegas, se o leitor deseja mais precisão. No entanto, o mais revelador do espírito do momento, na visita de Raffard ao Museu Sertório, foi a grande tela que, pintada pelo francês radicado no Rio, François René Moreaux, representava o imperador D. Pedro II. Ou, antes, o mais revelador era o estado em que se apresentava a tela, recolhida do Palácio do Governo, cujas paredes enfeitava até o dia 15 de Novembro. Atravessando-a de lado a lado, escrevera-se, em lápis vermelho: "Viva a República." A tela recebera também golpes de faca, ou canivete, que lhe deixaram dois rasgos paralelos.[24]

Sic transit gloria mundi, poderia ter escrito nosso autor. Não escreveu. Não era homem de latinórios. Tinha uma natureza prática, como já cansamos de saber. Mas seria o caso de assinalar que na gangorra da glória, neste alvorecer do regime republicano, assim como uns desciam, outros subiam. No caso dos que subiam estava o mártir da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Durante os 67 anos de regime monárquico sua memória, bem como a do movimento que integrara, permaneceu em discreto repouso. Agora despertava com vigor. Os inconfidentes mineiros, como republicanos que haviam sido, podiam dar uma mãozinha, na propaganda do novo regime. Raffard testemunhou, a 21 de abril, dias depois da visita ao Museu Sertório, o prestígio

de que agora se revestiam a conspiração de Vila Rica e seu mártir. “Tocaram alvorada no largo do Palácio, e percorreram as ruas da cidade, executando brilhantes marchas, as bandas do Corpo Policial de Permanentes e do 10º Regimento, cujos clarins precediam um numeroso cortejo”, descreve o visitante. Pela primeira vez o 21 de abril era comemorado com um feriado nacional. O *Jornal da Tarde*, publicação da época que nada tem a ver com o *Jornal da Tarde* que surgiria mais de meio século depois, publicou na capa um retrato de Tiradentes. Tratava-se, explicou o jornal, da reprodução de uma pintura grosseira, sobre tábuas de pinho, feita por um artista com base em informações fornecidas por pessoas que tinham conhecido o mártir da Inconfidência. Como nenhum retrato dele tinha sido executado em vida, era este o mais fidedigno de que se dispunha. A reprodução estampada pelo jornal, qualificada de “fidelíssima”, era de autoria do francês Jules Martin, o homem do viaduto do Chá.[25]

No mesmo dia 21 de abril, e promovido pelo mesmo *Jornal da Tarde*, dentro das comemorações do dia de Tiradentes, houve um evento de arromba, na cidade — uma exibição do aeronauta americano Stanley Spencer. Eventos desse tipo, em que audazes aventureiros ganhavam os céus em frágeis balões, perante boquiabertas assistências, não eram estranhos a São Paulo. Em 1876, o mexicano Teodoro Zeballos fizera furor com exibições do gênero.[26] A proeza de Stanley Spencer, tal qual relatada, no dia seguinte, pelo *Jornal da Tarde*, foi transcrita por Raffard. “O rei do ar [...] após pontuar a concavidade da abóbada celeste, toda enevoada, como se Stanley se metamorfoseasse em uma pequena botija preta, desapareceu através das brumas plúmbeas, sumiu na fumarada do vapor aquoso, afogou-se no oceano revolto das nuvens, ficou submergido num segundo céu, em uma segunda abóbada celeste (invisível para os que são somente terrestres), esta toda azulada e aquarelada aqui e acolá”, escreveu o arrebatado autor da reportagem do jornal. E prosseguiu, na mesma desembestada carreira de imagens: “Lá nas sumidades da atmosfera irrespirável pelos homens que não um Stanley Spencer, como que numa região já fora deste mundo, em uma região em que o aeronauta vê as garras da morte quase a pegá-lo, porque lá o ar é muito outro, Stanley, a personificação da coragem inaudita, foi avistado empunhando a corda do paraquedas e precipitar-se no abismo do espaço infinito, insondável, arremessar-se no seio da morte!” Na verdade, não foi bem no seio da morte que o navegante dos ares precipitou-se do paraquedas, mas, mais prosaicamente, em algum ponto às margens do Tietê. “Canoas, batelões, botes, tripulados por pessoas que empunhavam archotes, globos venezianos, fogos candentes,

desciam o rio Tietê, através das trevas da noite, em busca de Stanley, que afinal foi achado", prosseguiu o redator do *Jornal da Tarde*. Conduziu-se então o aeronauta à chácara da Floresta, na margem do rio, junto à ponte Grande, e aí teve início uma caminhada triunfal até o centro da cidade, sob a luz dos archotes — uma "*marche aux flambeaux*", como chamou o jornal. À frente do cortejo vinham, entrelaçadas, as bandeiras brasileira e americana — uma homenagem ao herói do dia, mas também um modo de saudar o regime republicano, comum aos dois países. Não faltava banda de música. Enfim, na redação do *Jornal da Tarde*, na rua de São Bento, abriu-se champanha e fizeram-se discursos. "Às 11 horas da noite dissolveu-se a bela companhia, indo a banda de música e a enorme multidão que abrilhantava a nossa festa acompanhar o Sr. Stanley e seus companheiros até a sua residência", concluiu a reportagem do jornal.[27]

O infatigável Raffard também se arriscou até as lonjuras do Ipiranga. Ele não poderia deixar de ir lá. No local onde D. Pedro I dera o grito histórico construía-se um imponente edifício, que faria as vezes de memorial da Independência. Nosso visitante tomou o bonde no largo da Sé e, deixando a cidade pela rua da Glória, rumou até o Cambuci. Ali teve de prosseguir viagem a pé. Estava programada a extensão da linha até o Ipiranga, mas este trecho ainda se encontrava em obras. A ideia de levantar-se um monumento no local da Independência era quase tão velha quanto o próprio grito. Ao longo de décadas, conheceu períodos de entusiasmo e outros de esquecimento. Enfim, no início dos anos 1880, formou-se uma comissão para cuidar do assunto. Recursos do governo provincial, reforçados por loterias criadas para esse fim, foram mobilizados para a obra. O projeto de um arquiteto italiano radicado no Rio, Tomaso Gaudenzio Bezzi, foi o escolhido — ou, antes, imposto pelo próprio imperador, que com ele mantinha relações de amizade, e lhe admirava o trabalho.[28] Contratou-se outro italiano — o mesmo Luigi Pucci que, por volta daqueles mesmos anos, projetou a Santa Casa — para a empreitada, e as obras tiveram início em 1883. Raffard estivera com Bezzi, que lhe mostrara o projeto. Ao chegar ao local, surpreendeu-se: "Confesso ter ficado pasmado, verificando não corresponder a obra realizada ao seu primitivo projeto de um edifício quadrangular que me mostrara o autor, engenheiro Bezzi; levantou-se apenas a fachada da frente, olhando para a cidade de São Paulo e despendendo cerca de 1.500 contos de réis." A memória de Raffard o traía. O projeto original não previa um quadrado, mas um "U", com duas alas laterais avançando das extremidades da ala central. Nosso autor acerta, no entanto, na constatação de que era executado apenas em parte — o que o levou a lembrar-se de uma

caricatura de Biard, o francês que passou dois anos no Brasil e, ao voltar ao seu país, publicou um livro que castigava os costumes nacionais. A caricatura mostrava uma igreja do Espírito Santo que, vista de frente, apresentava uma fachada feita “com bons materiais, no estilo dos jesuítas portugueses”. Vista de lado, porém, parecia um rancho de sapé. “O edifício do Ipiranga aparenta bastante grandeza para quem se contenta de admirá-lo de frente, porém é obra falha, que não pode ser assim aceita”, conclui o visitante.[29]

Para o resto da vida a obra de Bezzi ficaria reduzida à ala central. Faltou dinheiro para as alas laterais. Nem por isso perdeu o prestígio. Na São Paulo daquela quadra, era mais um sinal da visita da fortuna — e, convenientemente, a uma elite que se europeizava, um sinal emprestado aos padrões aristocráticos dos castelos europeus. Restava, naquele ano de 1890, definir a destinação do prédio. Decidiu-se enfim que seria um museu, e para dar a arrancada inicial nesse sentido, foi-lhe entregue o acervo do Museu Sertório, por doação do conselheiro Francisco de Paula Mairinque, que o adquirira. Em 1895 o museu foi inaugurado, com o nome de Museu Paulista.[30]

Figura 54



Festejos em frente ao edifício do Ipiranga, na foto de Guilherme Gaensly, 1890.

Em suas perambulações pela cidade, Raffard um dia foi dar no ateliê do “Almeidinha”, na rua do Marechal Deodoro, a antiga rua do Imperador. O Almeidinha, que ele designa como “amigo”, não é outro senão o ituano Almeida Jr., o pintor dos caipiras, um dos nomes de maior destaque na arte brasileira no século XIX, que Raffard já citara a propósito das pinturas a ele encomendadas para a Sé. Diz Raffard que viu, no estúdio, entre outras obras, o esboço do teto que o artista pintou para “o *petit château* da Exma. Sra. Da. Veridiana” — ou seja, o palacete de Higienópolis de D. Veridiana Prado.[31] De outra feita visitou a biblioteca da Faculdade de Direito. “Esta instituição possui 4.616 livros, revistas

e jornais, sendo 1.237 sobre história e geografia, 1.600 sobre ciências e artes, 1.018 sobre jurisprudência, 751 sobre teologia e 510 sobre belas-artes", informa, com determinação detalhista, mas errando na conta, cujas parcelas superam o total. "Reparei que algumas revistas de fácil aquisição (podendo ser adquiridas graciosamente) se acham incompletas, prova do pouco cuidado dos encarregados do desenvolvimento da biblioteca", acrescenta.[32] Raffard teve outras impressões desfavoráveis — por exemplo, quanto à segurança pública. "Em São Paulo, conquanto não haja perigo real para os transeuntes, é insuficiente o policiamento da cidade, mormente à noite, nas ruas onde há poucos bicos de gás, as quais ficam às vezes sem guarda alguma", afirma. E acrescenta, dois parágrafos adiante: "Eu posso contar um caso bem recente, merecedor da atenção das autoridades, o qual me autoriza a observar que à noite, mesmo nas principais ruas do distrito de Santa Ifigênia, as senhoras não devem passar adornadas com joias de valor, deixando presumir que têm a carteira bem-guarnecida, e menos ainda devem entrar nas lojas para quaisquer pagamentos, visto como podem ser acompanhadas e até atacadas." Neste ponto o autor remete a uma nota de pé de página em que, citando notícias de jornal, dá conta do "passe do encontrão", um golpe que vinha sendo aplicado por "gatunos argentinos". Tratava-se de um batedor de carteira que simulava um esbarrão e aproveitava o aturdimento da vítima para limpar-lhe o bolso.[33]

Problemas de segurança, àquela altura, podem soar a ingênuas fantasias, perto do que viria depois. Mas nada, nada mesmo, surpreende mais, no relato de Raffard, do que a informação — prepare-se o leitor — de que circulava com insistência a ideia de trazer o mar para São Paulo. Trazer o mar! Raffard escreve, dando conta do mirabolante projeto, e ao mesmo tempo crivando-o de suspeitas: "Ouvi falar bastante em tornar São Paulo porto do mar, e apesar de conhecer o interessante folheto há muitos anos publicado pelo engenheiro Porfírio de Lima, que imaginou uma série de comportas entre os dois pontos a ligar, tenho minhas dúvidas sobre a vantagem de semelhante plano, não só considerando a altitude da Pauliceia e o custo da obra a fazer, como principalmente o preço pelo qual ficaria o transporte dos artigos transmitidos e a real dificuldade de se poder atender satisfatoriamente ao sempre crescente movimento de exportação e importação."[34] A ideia, ao que se depreende, era abolir os intermediários. São Paulo se ligaria ao mundo de forma direta, para maior fluidez dos negócios. De quebra, poderia talvez até ganhar uns ares marítimos. E mais: revogaria a serra do Mar, o histórico baluarte de seu isolamento e sua peculiaridade. Como um deus, tiraria a montanha de seu caminho. A soberba ganhava terreno na alma dos

paulistanos.



XXX

Cidade Estrangeira

A população da cidade de São Paulo era, em 1893, de 130.775 habitantes. Este foi o total encontrado no recenseamento efetuado nesse ano pela recém-criada Repartição de Estatística e Arquivo, órgão do governo estadual subordinado à Secretaria de Negócios do Interior. O recenseamento registra um aumento populacional espantoso, em relação ao número apurado, apenas três anos antes, pelo censo nacional de 1890 — 64.934. Cem por cento de aumento! Não se descarta a possibilidade de erro, em um dos dois números. Mas é certo que São Paulo experimentou na década de 1890 um dramático aumento populacional, na verdade o maior de sua história, em termos relativos. Tomando por base os censos nacionais, saltou dos 64.934 habitantes de 1890 para 239.820 em 1900 — um aumento de 3,7 vezes. Lembremos que estamos no período de deslanche da imigração, que bate sucessivos recordes. Mesmo o total de 130.775 apurado em 1893, segundo os próprios responsáveis pelo recenseamento, não revelaria fielmente o total da população — ela seria ainda maior. O diretor da Repartição de Estatística e Arquivo, o historiador Antônio de Toledo Piza, no relatório em que apresenta os resultados, lembra que o levantamento realizou-se num momento de perturbação na vida nacional — estavam em curso a Revolta da Armada, levante de inspiração monarquista de parte da Marinha, e a Revolução Federalista, eclodida no Rio Grande do Sul. Ambos os movimentos desafiavam o governo do marechal Floriano Peixoto, sucessor de Deodoro da Fonseca na presidência da República. São Paulo mantinha-se fiel ao governo central e distante dos palcos dos conflitos. Nem por isso algumas pessoas deixavam de temer que, sob a capa do recenseamento, se escondesse uma operação de recrutamento para, no dizer de Toledo Piza, “encher os claros do exército federal”.

A este motivo de possíveis omissões na contagem da população juntavam-se outros dois. O primeiro era que, à época em que saíram a campo, os

recenseadores encontraram, nos bairros ricos, não poucas casas vazias. Ocorre, explica o relatório, que os fazendeiros e seus familiares costumavam passar nas fazendas o período entre junho e outubro, época das colheitas. Ficavam apenas os caseiros, e só eles entravam na conta. O segundo dizia respeito aos "numerosos cortiços" da cidade. Eram prédios que em regra não satisfaziam as exigências de higiene pública. Por essa razão, "houve da parte dos proprietários de cortiços e seus prepostos o propósito firme de diminuir nas listas de família o número de seus inquilinos". Considerados esses fatores, Toledo Piza conclui que a população real se devia situar em algum ponto entre 135 mil e 140 mil habitantes.[1]

Dos 130.775 encontrados pelos recenseadores, 59.307 eram brasileiros e 71.468 estrangeiros. Eis a grande novidade: São Paulo virara uma cidade de maioria estrangeira. A velha São Paulo dos mamelucos, a mais brasileira das cidades, no sentido de que, ao mesclar o colonizador português com o índio, num fundão distante da pressão direta da metrópole, criou um tipo original de sociedade, tinha virado a menos brasileira. Ou, pelo menos, a cidade onde, como nenhuma outra, inventava-se um novo Brasil, de sangue e feições diferentes do padrão convencional, baseado no tripé português/negro/índio. As impressões de Raffard, que só de passear pelas ruas notara a metamorfose da população, ao influxo da chegada de levas contínuas de imigrantes, era agora confirmada nos números. Os estrangeiros eram 54,6% dos habitantes, contra 45,4% de brasileiros. E entre os estrangeiros, claro, avultavam os italianos — eles eram 45.457 (35% do total da população), contra 14.440 portugueses (11%), 4.818 espanhóis (4%) e 2.345 alemães (2%), para citar as comunidades mais expressivas. O recenseamento detectou ainda que, entre as quatro freguesias consideradas "urbanas" em que se dividia a cidade, a mais populosa era a de Santa Ifigênia, com 40.321 habitantes (31% da população), seguida pelo Brás, com 32.070 (24%). A Sé, compreendendo o centro da cidade, inclusive a colina histórica, passara para o terceiro lugar, com 27.902 habitantes (21%), só à frente da freguesia da Consolação, que tinha 20.581 (16%). A Sé já estava a caminho da especialização, tornando-se "o distrito por excelência comercial da cidade", nas palavras do relatório. Três freguesias suburbanas completavam o quadro, todas com população escassa: Nossa Senhora do Ó (2.340), São Miguel (1.361) e Penha (1.116). A essa população das diferentes freguesias é preciso adicionar uma população "flutuante ou de passagem" de 2.028 pessoas e uma "população contada à parte" de 3.056 pessoas, consistente em hóspedes de asilos, quartéis e hospitais, para chegar ao total de 130.775.[2]

Santa Ifigênia, a freguesia mais populosa, compreendia o bairro chique de Campos Elíseos, mas também os bairros populares do Bom Retiro, da Barra Funda e da Água Branca. Os estrangeiros concentravam-se mais fortemente no Brás, mas não deixavam de ser maioria também nas demais freguesias urbanas. O coeficiente deles era de 625 por mil no Brás, 566 por mil na Consolação, 565 por mil na Sé e 506 por mil em Santa Ifigênia.[3] O Brás era o bairro que tinha mais prédios, 4.760, seguido por Santa Ifigênia com 4.619. A Sé tinha 4.093 e a Consolação 3.687. A média de habitantes por prédio era de 9,24 em Santa Ifigênia, 7,21 na Sé, 6,94 no Brás e 5,78 na Consolação.[4] A população estrangeira, segundo o relatório, residia, "em não pequena parte", em cortiços, "enquanto outra parte, mais remediada, habita em prédios grandes, alugados por alguns e sublocados a muitos".[5] Quanto à idade, 57% da população tinha menos de 25 anos, e apenas 7% superavam os 60 anos.[6] Quanto ao sexo, 54% da população era constituída de homens e 46% de mulheres, uma predominância masculina que reflete o bom número de imigrantes que chegavam desacompanhados. Quanto à cor, os brancos eram 88%, uma maioria estrondosa, em termos brasileiros, refletindo o efeito "branqueador" da imigração. Os restantes se distribuíam entre "pardos", nome feio já então entronizado no jargão da burocracia nacional (7%), negros (4,5%) e "caboclos" (0,5%). E, quanto à religião, 96% declararam-se católicos — o fato de as maiores correntes imigratórias terem origem na Itália, em Portugal e na Espanha não alterou, neste ponto, o panorama tradicional. Curiosidades: havia 125 judeus e vinte muçulmanos em São Paulo. E 38 pessoas declararam-se "positivistas", qual seja: seguidores da "religião da humanidade" criada por Auguste Comte.[7] O positivismo, doutrina seguida por alguns dos principais líderes do movimento republicano, estava na ordem do dia.

O relatório com os resultados do recenseamento, primeiro trabalho de vulto da Repartição de Estatística, traz por título "Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cesário Mota Jr., secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo diretor da Repartição de Estatística e Arquivo, Sr. Antônio de Toledo Piza, em 31 de julho de 1894". O "cidadão" anteposto ao nome do secretário de Justiça revela que a República, por mais elitista que fosse, e na verdade foi tão elitista quanto o Império, com a agravante de, em São Paulo, carregar nos ombros o pecado original do apoio ao escravismo, não abria mão de perfumar-se com os rituais da Revolução Francesa. Falava-se em "cidadão" Cesário Mota assim como, cento e poucos anos antes, na França, falara-se em cidadão Danton, cidadão Marat e cidadão Robespierre. Mas alto lá! Todo mundo era cidadão, mas

uns eram mais cidadãos que os outros, tanto que o ilustre secretário de Justiça não deixava de ser também “doutor” — era o “cidadão-doutor”.

O pitoresco do título não invalida o valor do documento. No capítulo das profissões, ficamos sabendo que havia 63 sacerdotes em São Paulo, sendo dois “acatólicos”, 403 professores, 274 juristas, 413 médicos, farmacêuticos, parteiras, dentistas ou enfermeiros e 310 pessoas habilitadas para exercer “profissões técnicas”, categoria que englobava os engenheiros, os arquitetos e os agrimensores. Entre todas essas profissões, a única em que se assinala a presença da mulher é a de parteira — elas eram 15. Se havia mulheres também entre os enfermeiros ou os professores, o relatório não esclarece. Especifica-se a presença de mulheres, isto sim, entre os proprietários — elas eram 250, de um total de 740. E também havia mulheres na categoria “funcionários públicos” — eram 62, num total de 1.046. Voltava a não haver registro de mulheres entre os 43 “escritores e jornalistas”, os oito “banqueiros” e os 170 “capitalistas”.

Todas as ocupações citadas até agora não perfaziam, porém, senão 6% do total de 54.560 pessoas maiores de 14 anos com presença no mercado de trabalho. O grosso, 93%, está incluído na categoria “pessoal das indústrias”, que inclui os envolvidos em atividades pastoris, agrícolas, manufatureiras, artísticas, comerciais e de transporte, além dos dedicados ao “serviço doméstico”. Dessas subcategorias, a mais numerosa é a dos servidores domésticos — eles são 28% do total. Vêm a seguir os trabalhadores nos serviços de transporte (21%), nas atividades artísticas, rótulo que certamente compreende os artesãos (20%), e nas atividades comerciais (19%). Pena que a massa classificada como “pessoal das indústrias” não seja discriminada quanto ao sexo. Fica-se sem saber até onde o trabalho da mulher, favorecido pela cultura dos imigrantes, já se implantara na cidade. Enfim, o relatório registra um resíduo de pessoas “sem profissão declarada” — um total de 509 —, entre as quais, adverte, estão incluídas as meretrizes. Outra vez, é pena. Fica-se sem saber quantas profissionais desse ramo atuavam em São Paulo na época.[8]

Se o relatório já é precioso no que se refere aos dados colhidos pelo recenseamento, mais precioso ainda se torna por dar conta, também, do movimento dos juizados de paz da cidade, pelo qual se tem um balanço dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos ao longo daquele ano de 1893. Os nascimentos totalizaram 5.694 — 2.859 meninos e 2.835 meninas — e os estrangeiros, também aqui, se impuseram aos nacionais. Filhos de mães brasileiras foram apenas 30% dos bebês, contra 70% de filhos de estrangeiras. E filhos de pais brasileiros foram menos ainda, 24%, contra 68% de filhos de

estrangeiros e 8% de nacionalidade ignorada. Eis a categoria dos descendentes de imigrantes, destinada a papel tão vultoso e duradouro na cidade, flagrada no instante mesmo em que, literalmente — e poderosamente —, nascia. O Brás, não por acaso, foi o distrito que registrou mais nascimentos — 1.768, ou 31% do total. Curiosidade: a totalidade dos 5.694 nascimentos se deu em casa. Nenhum ocorreu — não usava ocorrer — em hospital ou maternidade.[9] Por sua vez, os casamentos na cidade foram 1.121, ao longo do mesmo ano — 770 dos noivos ou noivas eram brasileiros, e, coerentemente, o dobro (1.472), estrangeiros.[10] E os óbitos foram 4.698 — 2.437 de brasileiros, 2.244 de estrangeiros e 17 de nacionalidade ignorada. Neste caso, por alguma razão misteriosa, os brasileiros ganhavam.

Assim como se nascia, também se morria em casa, embora nem tanto — 94% das mortes foram em casa, contra 6% em hospitais. No que se refere à divisão pelos diferentes distritos da cidade, o Brás foi o que maior número de mortes registrou — 37% do total, contra 20% na Sé, outros 20% em Santa Ifigênia, 18% na Consolação e o restante nos distritos suburbanos. “O Brás ainda ocupa o primeiro lugar pelo número relativo dos seus óbitos, que subiu a 54,4 por mil indivíduos”, diz o relatório, “o que mostra que a higiene ainda tem muito que fazer naquela freguesia para colocá-la em condições de igualdade com as outras”. A Sé, com um índice de 31,8 mortes por mil habitantes, apresentava situação bem mais favorável, “apesar”, ressalva o relatório, “da aglomeração de povo na rua 25 de Março, à margem do rio Tamanduateí”. Mas o dado mais impressionante surge quando se observa o quadro da discriminação das mortes por idade. Verifica-se então que os mortos menores de 15 anos, naquele ano, foram 3.258, o que equivale ao aberrante percentual de 69% do total. Funcionava a pleno vapor a poderosa máquina de ceifar vidas ainda em seu início.[11] Se o leitor quer se assustar com outro dado, menos trágico, mas igualmente dramático, tome o número de eleitores existentes na cidade — 6.400. Vale dizer: 0,05% da população.[12] Conseguira-se a proeza perversa de instaurar no país uma República sem eleitores.

Em outro capítulo, o relatório aborda a criminalidade em São Paulo, com base em estatísticas fornecidas pela polícia. Fica-se então sabendo que foram cometidos “nada menos de 3.450 delitos”, ao longo de 1893, 3.336 deles praticados por homens e 114 por mulheres. Os autores da meia dúzia de delitos mais contumazes, por ordem decrescente, foram classificados em “desordeiros” (831), “gatunos” (547), “ébrios, desordeiros e turbulentos” (432), “agressores” (373), “ébrios” (350) e “vagabundos” (204). É um primor de detalhismo

burocrático que se distingam os “desordeiros” dos “ébrios, desordeiros e turbulentos” e dos “ébrios” puros e simples, mas ainda há mais: não bastassem os “ébrios” e os “vagabundos”, mais abaixo na lista encontramos também os “ébrios vagabundos” (134). Há ainda os “assassinos” (104) e os “autores de ferimentos” (82), assim como os autores de “tentativa de morte” (14), de assaltos (3) e de estupros (3).[13] Estes se enquadram em ações violentas, mas a grande maioria dos delitos, flutuando entre a “desordem”, a “embriaguez”, a “vagabundagem” e classificações afins, indicaria, segundo o historiador Boris Fausto, autor de um estudo sobre a criminalidade paulistana no período, uma tendência a “mesclar pelo menos dois elementos de difícil separação: a criminalidade real, entendida na sua acepção simples de infração às normas do Código Penal, e a atividade policial, que vai muito além da prisão de eventuais criminosos, exercendo uma atividade de amplo controle social”.[14]

Na discriminação dos autores dos delitos, ou supostos delitos, por nacionalidade, tem-se que os estrangeiros constituem ampla maioria: são 2.541, contra 909 brasileiros. Ou seja, 74% contra 26%, o que revelaria ou maior inquietação e instabilidade nas hostes dos estrangeiros ou maior preconceito contra eles, ou talvez as duas coisas. Outro dado significativo é a existência, na lista dos praticantes de delitos, de pessoas classificadas como “anarquistas” (19), “grevistas” (8) e “socialistas” (2).[15] Embora não se especifique, no relatório, a nacionalidade de tais pessoas, pode-se apostar que eram estrangeiros. O fato é que a imigração acrescentou novo conteúdo, de ordem política, à inquietação social na cidade. Na década de 1890, para voltar ao historiador Boris Fausto, “São Paulo parece perder sua inocência, sacudida pela tensão entre nacionais e estrangeiros [...], pelo crescimento desmesurado, pela ameaça de uma completa desfiguração em que a criminalidade, na consciência dos contemporâneos, é um elemento relevante”.[16]

A tensão entre nacionais e estrangeiros, ou, mais especificamente, entre brasileiros e italianos, explodiria nas ruas de São Paulo três anos depois, em agosto de 1896, na forma de turbulências que causaram quebra-quebras, tiroteios e até mortes. A “Questão dos Protocolos”, como o episódio foi batizado, teve origem numa série de pedidos de indenização formulados pelo governo da Itália, em virtude de danos supostamente causados, em território brasileiro, a pessoas ou propriedades de seus nacionais. Os italianos incluíram em suas reclamações de incidentes ocorridos durante a Revolta da Armada, causadores, segundo eles,

de danos a navios italianos em portos brasileiros, as queixas de imigrantes. A soma de tudo configurava uma fornida cesta, negociada entre os dois governos e afinal condensada em protocolos pelos quais o Brasil comprometia-se a pagar o reclamado. Em agosto de 1896 tais protocolos foram ratificados pela Câmara dos Deputados. Foi a conta. Considerou-se a aceitação das exigências italianas ultrajante aos brios nacionais, motivo pelo qual um punhado de estudantes, não mais do que jovens imberbes do curso preparatório da Academia de Direito, encenaram uma manifestação, no largo de São Francisco, em que queimaram panos com as cores italianas. A reação do outro lado não se fez esperar, e naquele mesmo 22 de agosto, um sábado, às sete da noite, no largo do Rosário, a futura praça Antônio Prado — então o principal ponto de reunião da cidade —, um grupo de italianos pôs-se a dar vivas à Itália. Os brasileiros que estavam por perto responderam com gritos de "viva o Brasil" e "abaixo os Protocolos". O tumulto espalhou-se pela rua 15 de Novembro. Houve choques e correrias. Um grupo de brasileiros correu ao pátio do Colégio, para dar conta dos acontecimentos ao agora presidente do Estado, Campos Sales, e pedir-lhe providências. Havia uma circunstância particularmente ofensiva: o próprio cônsul da Itália, conde Brichanteau, à frente do vice-cônsul e do pessoal do consulado, participara das manifestações, dando "vivas" à Itália e "morras" ao Brasil. Campos Sales e seu famoso chefe de polícia, o coronel Xavier de Toledo, tão famoso que viraria nome da rua antes singelamente conhecida como Paredão do Piques, puseram a tropa na rua, mas isso não impediu outros incidentes, agora com tiros de revólveres, na ladeira da Memória e no largo do Paissandu.[17] Os jornais do dia seguinte traziam o comunicado seguinte:

"Ao Povo da Capital. De ordem do Sr. Dr. Chefe de Polícia, são proibidos quaisquer ajuntamentos na cidade. A força da cavalaria terá instruções de dispersar a multidão. Ainda uma vez apelamos para a prudência da população da capital; é indispensável à ordem pública que os brasileiros, melindrados pelos últimos acontecimentos, aguardem, com inteira confiança, a ação enérgica e patriótica do governo do Estado."[18]

Nem a cavalaria nem a ação "enérgica e patriótica" impediram que os incidentes prosseguissem, no domingo. Houve novos tumultos no largo do Rosário e na rua de Santo Antônio. Surgiram os primeiros feridos. À noite o cônsul da Itália, que ousara comparecer ao espetáculo em cartaz no teatro São José, teve dificuldades à saída. Ele e a família precisaram ser escoltados por um piquete de cavalaria até a residência. Outros incidentes se sucederiam até a terça-feira, dia 25, envolvendo principalmente italianos e estudantes. Num deles,

italianos atiraram contra uma república de estudantes. Noutro, tragicômico, um grupo de estudantes da Politécnica caminhava pela Luz, já dez e pouco da noite, quando deparou com uma mulher que gritava entusiásticos vivas ao Brasil. Os estudantes aproximaram-se, para confraternizar. Então — surpresa — se deram conta de que não se tratava de brasileira, mas de italiana, nem, o que era pior, de mulher, mas de homem. Com um punhal, a(o) falsa(o) brasileira(o) disparou golpes que atingiram três dos estudantes. Seguiu-se um sururu só disperso à chegada da cavalaria. O agressor conseguiu fugir, correndo para os lados do Brás.[19] Noutro incidente ainda, um cavalariano que passava na rua foi atingido por um tiro vindo de um cortiço. Um tílburi recolheu-o ao Hospital Militar, enquanto a polícia, alertada, acorria ao local. Dentro do cortiço encontrou 11 italianos entrincheirados, com revólveres e munições. Vários conseguiram fugir. O cavalariano viria a morrer. O balanço apresentado por um dos autores que historiaram o episódio aponta para um total de quatro mortos, em razão de ferimentos recebidos durante aqueles quatro dias.[20] Uma viajante que vinha do Rio de Janeiro e chegou a São Paulo no final dos conflitos assim descreveu o ambiente:

“Depois de uma noite maldormida, não só devido ao cansaço da viagem, como também ao grande movimento de soldados da cavalaria policiando as ruas, acordamos em São Paulo, meio tontos da longa viagem (15 horas de trem). A cidade continuava em agitação não acostumada; grupos de estudantes passavam dando ‘Vivas ao Brasil, morte à Itália’. Italianos mal-encarados, com as costas quentes por causa dos protocolos, brigavam a todo propósito, a fim de obterem indenização. A polícia, em grande atividade, dispersava um grupo aqui, logo adiante outro se formava. [...] À tarde, chegou a notícia da queda dos protocolos e com eles caíram a empáfia e o entusiasmo dos italianos. Os estudantes fizeram grande passeata e não demonstravam grande regozijo; mas, longe da polícia, davam ‘Vivas ao Brasil! Morte à Itália! Fora os italianos’.”[21]

No calor dos conflitos, a Câmara dos Deputados revogara a decisão anterior. Seguiram-se dias de tensão, em que se temeu até que a Itália enviasse navios de guerra ao Brasil. O que ocorreu, no entanto, foi que os dois governos retomaram negociações, e três meses depois firmaram novo protocolo, agora sem provocar comoção na opinião pública. O cônsul italiano, por exigência brasileira, fez as malas e voltou à pátria. E assim acabou-se esta história em que o comércio fechou as portas, os espetáculos teatrais foram suspensos, os bondes de burro deixaram de circular, a população assustou-se e percebeu-se com mais clareza do que nunca antes que um transplante de população tão grande, e em tão pouco

tempo, como o ocorrido em São Paulo, tem um preço. Muitas das “caras risonhas” que Raffard enxergou nas ruas da cidade disfarçavam um potencial de tensão que tanto servia para engrossar as estatísticas policiais quanto para explodir em conflitos entre nacionais e estrangeiros. Adeus, inocência.

No mesmo ano de 1896, no mês de março, mais precisamente às 11 horas da noite do dia 13 de março, um telhado e uma parede despencaram, no centro da cidade. Pouca gente deve ter ouvido o barulho, dado o adiantado da hora. Talvez nem mesmo tenha feito muito barulho. Foi um desabamento discreto, no escuro, sem causar vítimas nem alarme, atingindo uma construção que, pelo estado de abandono, era já quase uma ruína a atravancar uma das áreas mais frequentadas da cidade. O incidente poderia até passar despercebido, não provocar comentários nem lamentações, não fosse pela circunstância de pertencerem, o telhado e a parede desabados, à histórica igreja do Colégio. A última relíquia da fundação da cidade ia abaixo. O Colégio anexo, como vimos no capítulo anterior, submergira paulatinamente, sufocado pelas muitas reformas e reconstruções julgadas necessárias para que servisse de Palácio do Governo. Sobrava a igreja, velha de mais de trezentos anos. O fato de ter despencado na época em que despencou tem um simbolismo. Era a remanescente de uma outra São Paulo que saía de cena, não só por puro efeito do mau estado de conservação, mas também da falta de papel a representar. Como convém a alguém que se retira por efeito de aposentadoria compulsória, decurso de prazo, exercício findo ou esgotado prazo de validade, o sofrido templo saiu de fininho, na calada da noite, diríamos que quase com vergonha, num desabamento que se adivinha ter produzido, como no verso célebre do poeta T. S. Eliot, antes um gemido do que um estrondo.

Há muito a igreja apresentava desgaste acentuado. Havia seis anos, os sinos não tocavam mais. “Um silêncio de túmulo reinava na nave deserta sobre cujo assoalho carcomido e em parte arrancado chovia copiosamente nas noites tempestuosas”, informou o historiador e engenheiro Teodoro Sampaio, num texto escrito dois meses depois do episódio. Ele prossegue: “Do teto, já em parte carcomido, com as telhas quebradas e o forro apodrecido, desciam goteiras abundantes que, lavando as paredes, gretando-as em vários pontos, acabaram por derruí-las, tanto é certo que nada mais aniquilador do que o silêncio do abandono. Sobre os altares despidos empilhavam-se os destroços de desabamentos parciais. As imagens apeadas dos altares estavam recolhidas na

capela-mor onde menos sensível era o descalabro do tempo. Alfaias ali já não existiam há muito tempo.”[22]

O desabamento ocorreu em meio a uma controvérsia entre o governo estadual e a Igreja. Um e outro alegavam ser proprietários do templo. O governo estadual pretendia derrubá-lo para ampliar as instalações oficiais. A Igreja resistia. Por isso mesmo, não tardaram a surgir rumores de que o desabamento tinha sido provocado pelo governo. O texto de Teodoro Sampaio é uma defesa da tese de que a velhice e o abandono, só eles, foram os responsáveis pelo ocorrido. Sampaio tinha interesse em não só defender o governo do estado, mas inclusive a si próprio, uma vez que fora ele designado para, uma vez constatado o caráter irremediável em que ficara a igreja, supervisionar os trabalhos de demolição do que restara. Não há evidência de que a igreja tivesse tombado por outro motivo senão, realmente, o desgaste. Mas o fato é que, com isso, o governo do estado conseguiu o que queria. À Igreja sobrou uma indenização, de 350 contos de réis, com os quais, no ano seguinte, deu início à construção de um novo templo, lá para os lados de Santa Cecília, num terreno destacado da chácara do médico e político Domingos Jaguaribe, o dr. Jaguaribe — a igreja do Imaculado Coração de Maria. Para a nova igreja, inaugurada em 1899, foi transportado o altar de talha resgatado da velha. A igreja do Imaculado Coração de Maria foi, assim, investida da condição de sucessora da igreja do Colégio.[23]

XXXI

Panorama 1900 (Incluindo o Ponto de Vista de um Visitante do Futuro)

Um assombro. O novo século anunciava-se, em São Paulo, na forma futurista de um veículo que impulsionava a si mesmo, sem pata de animal ou mão de homem a emprestar-lhe a força. Abria-se a era do bonde elétrico, espalhando medo e deslumbramento. Um menino de dez anos, gordinho, morador da rua de Santo Antônio, teve a primeira notícia a respeito dos riscos embutidos em tal novidade da boca do Lázaro, o filho da cozinheira de uma tia. Esse negócio de eletricidade é muito perigoso, avisou Lázaro. Quem pusesse os pés nos trilhos ficava ali grudado e seria esmagado pelo bonde. Precisava pular. Outro informante alertou: “O bonde pode andar até a velocidade de nove pontos. Mas aí é uma disparada dos diabos. Ninguém aguenta. É capaz de saltar dos trilhos! E matar todo mundo...” O menino gordinho atendia pelo nome de José Oswald de Sousa Andrade, ou Oswald de Andrade, como passou para a história. Entre outras proezas na vida, ele será um dos principais, se não o principal animador da Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922. Oswald de Andrade desempenhará outros papéis, nas poucas linhas que nos restam. Por isso convém ser introduzido desde logo, neste capítulo. O bonde elétrico significava uma radical mudança na paisagem. Oswald não mais veria o tipo de bonde com o qual todo mundo estava tão familiarizado — o pacato veículo que, ali em frente à sua casa, descia a ladeira com suas partes invertidas, o bonde na frente, contido pelos freios, e o par de burrinhos seguindo atrás.[1]

Figura 55



A colocação de trilhos na ladeira de São João, esquina com Líbero Badaró, em foto de Gaensly, 1900.

Figura 56



Na foto de Marc Ferrez, a movimentação da rua 15 de Novembro, em 1895.

Este livro está chegando ao fim. Eis-nos já no ano de 1900, que elegemos como limite de nossa história. Como se apresenta agora a cidade? O Triângulo está entrando em sua mais gloriosa fase. Trata-se do espaço compreendido entre as ruas de São Bento, Direita e 15 de Novembro. Todo mundo chama de "Triângulo" esse nódulo incrustado no tecido urbano qual um caroço, como que consagrando na crônica da cidade uma figura geométrica que já na configuração da colina histórica se fazia presente. O Triângulo é o lugar de todos os encontros e de todas as modas, das lojas, dos cafés, do barulho, das brigas e da pressa. A 15 de Novembro, segundo o carioca Alfredo Moreira Pinto, um professor de história e geografia que fez um minucioso levantamento da São Paulo de 1900, era "a principal rua da cidade, a de mais comércio e animação". Moreira Pinto identificou nessa rua "um tom alegre e festivo", graças à "grande quantidade de paulistas e italianas que percorrem-na em todas as direções, trajando, umas, ricas toilettes, outras um vestuário simples, mas elegante, todas alegres, risonhas e distinguindo-se pela excessiva gentileza e amabilidade com que se dirigem aos conhecidos que encontram". Dez anos depois das "caras risonhas" de Raffard, um ar de alegria é detectado por outro observador nos rostos da cidade. Fica claro, ao mesmo tempo, que os antigos hábitos muçulmanos de manter as mulheres trancafiadas em casa haviam afrouxado. Moreira Pinto chega a dizer que a 15 de Novembro, se não era superior, seria pelo menos igual à rua do Ouvidor, a mais elegante e festiva do Rio de Janeiro — que, por sinal, por ato destinado a pouca duração, tinha sido rebatizada de Moreira César, em homenagem ao chefe militar morto na campanha de Canudos, três anos antes. A 15 de Novembro não chegaria a apresentar, durante o dia, a mesma animação da rua do Ouvidor. Em compensação, exibia "prédios mais suntuosos, magníficos cafés, casa de modas e joalheiros" e à noite oferecia, "a par de uma iluminação rica e brilhante, mais animação que a principal rua da Capital Federal, que a essa

hora é uma rua morta". "A rua Moreira César tem um cunho mais brasileiro, porém é muito política", resume Moreira Pinto; "a rua 15 de Novembro tem um cunho mais cosmopolita, porém é mais comercial".[2]

A rua de São Bento, outro dos lados do Triângulo, já voltara, em 1900, a se chamar São Bento, mas fora vítima da mesma sanha rebatizadora que assolou a rua do Ouvidor, e brevemente chamou-se, ela também, Moreira César. A Guerra de Canudos, que comoveu o país e mexeu com os brios dos republicanos, para quem a rota coligação de jagunços e beatos de Antônio Conselheiro era uma ameaça ao regime, provocou surto de mudanças de placas de rua que percorreu o país. Além de Moreira César, outro homenageado em São Paulo foi o coronel Tamarindo, também morto na desastrosa terceira expedição contra o arraial do Conselheiro. Tamarindo, célebre por, na debandada, ter orientado (ou desorientado) os comandados com uma frase popular do Nordeste — "É tempo de murici, cada um cuide de si" —, passou a nomear, por um período igualmente efêmero, a rua Tabatinguera.

A rua de São Bento, ao encontrar-se com a ladeira que dava início à rua de São João (a antiga ladeira do Acu), formava o largo do Rosário, "o cérebro e o coração de São Paulo", segundo Moreira Pinto. "No largo", escreve esse autor, "formam-se diversos e compactos grupos: em uns discute-se política, apreciam-se os acontecimentos do dia, hostiliza-se e defende-se o governo; em outros trata-se da péssima situação financeira do país, da baixa do café e do câmbio, da *débâcle* da lavoura e dos meios de melhorar tão aflitiva situação; em outros conversa-se sobre a condenação de Dreyfus, cobrindo-se o tribunal que o julgou dos mais acres apodos, ou sobre a heroicidade dos Boers; em outros conversa-se em assuntos por demais *realistas*".[3] É irônico que se tenha transformado em centro nervoso um lugar que nasceu para a vida por iniciativa de um ermitão, Domingos de Melo Tavares, que ali encontrara o sossego e o isolamento que procurava para edificar sua capela. No Rosário ficavam o café O Ponto e a confeitaria Castelões, muito frequentados, mas os grupos se formavam principalmente na rua, disputando espaço com os bondes e os meninos que vendiam jornais, tudo muito apertado, pois o largo era pequeno para comportar tal demanda. O visitante do futuro estranharia o lugar. Aquele pedaço da cidade, onde viriam a se plantar dois edifícios símbolos de São Paulo, o Martinelli (de 1925) e o edifício pontudo, imitação do Empire State Building, de Nova York, que serviria de sede do Banco do Estado de São Paulo (de 1947), ainda tinha, como principal edificação, a velha igreja do Rosário dos Pretos. Esta seria derrubada em 1904, por iniciativa do prefeito Antônio Prado, que ao mesmo

tempo desapropriou outros prédios, ampliou e remodelou o local. Em troca, o largo do Rosário viria a ser chamado, em 1905, praça Antônio Prado. A comunidade negra, que edificara a igreja do Rosário e nela teve durante quase dois séculos seu principal ponto de devoção, seria compensada com a edificação de uma igreja nova, inaugurada em 1906 no largo do Paissandu.

O visitante do futuro, esta entidade através de cujos olhos encetamos este giro pela cidade de 1900, também precisa ser prevenido de que, ao avançar pela rua de São Bento e chegar ao entroncamento com a rua Direita, ainda se veria em face do velho Quatro Cantos, o único ponto em que duas ruas se cruzavam em ângulo reto, no centro histórico. Não existia a praça do Patriarca, que surgiria aos poucos, entre 1912 e 1926, com a demolição do quarteirão entre as ruas de São Bento, Direita e Líbero Badaró e traria sensível desafogo àquele trecho.[4] O viaduto do Chá alinhava-se com a rua Direita e — atenção visitante do futuro — não era o viaduto do Chá de seu conhecimento. Era o primitivo, de ferro, estreito. Já não cobrava pedágio dos usuários, mas ainda passava sobre restos da chácara do barão de Itapetininga, que se estendiam, lá embaixo, e, segundo as recordações de Oswald de Andrade, exibiam canteiros de lírios. Na rua Barão de Itapetininga, do outro lado do viaduto, o menino Oswald morou, antes de se mudar para a rua de Santo Antônio. Era ali que ele ouvia conversas sobre a Revolta da Armada, o marechal Floriano e a questão dos Protocolos. “A rua Barão de Itapetininga era pacata e doméstica”, escreveu Oswald. “Aí moravam famílias conhecidas de casa, o velho Dr. Freire, diretor do Ginásio do Estado, que ficava na Luz, em frente à estação do trem de ferro. O Dr. Seng, médico de barbas. Seu Figueiredo, do banco. As pessoas ficavam conversando nas janelas e sentadas nos jardins.”[5]

Figura 57



O viaduto do Chá em foto de Marc Ferrez, feita em 1895, com plantações embaixo.

Já se percebe que, por mais prosperidade que o viaduto tivesse trazido ao outro lado do Anhangabaú, na virada do século ele ainda se apresentava sossegado e residencial — o oposto à movimentação do Triângulo. Ainda não

era um prolongamento do centro, não era o “Centro Novo”, como veio a ser chamado. Na praça da República, onde terminava a Barão de Itapetininga, já se plantara o edifício da Escola Normal, projetado por Ramos de Azevedo — o mesmo que o visitante do futuro identifica como a sede da Secretaria Estadual de Educação. O edifício, como vimos, deu mais ordem e mais vida ao local, mas ainda dominava um resto de ambiente agreste, e a praça, que popularmente ainda era chamada de largo dos Curros, conservava a vocação para sede de espetáculos rústicos. Ali, o menino Oswald de Andrade foi pela primeira vez a um circo de cavalinhos — e deslumbrou-se com as moças de maiô, em quem buscaria inspiração para suas primeiras e solitárias incursões pelo mundo maravilhoso da sem-vergonhice.[6]

O viaduto do Chá, com a abertura da praça do Patriarca, ganhou um jeito capenga. Ele alinhava-se com a rua Direita, ficando a praça de lado. Havia nisso desordem visual e desrespeito à lógica do tráfego. Não só por isso, mas também porque já se revelava insuficiente, o primitivo viaduto de Jules Martin seria substituído por um novo, isso já na década de 1930. O novo corrigia o alinhamento do anterior, assentando a cabeceira na praça do Patriarca. Bem antes disso, em 1913, tinha sido inaugurado um segundo viaduto a ligar os dois lados do Anhangabaú, o Santa Ifigênia, erguido entre os largos de São Bento e de Santa Ifigênia, com estrutura metálica importada toda da Bélgica. Cogitou-se de um terceiro, entre o largo do Rosário, aliás Antônio Prado, e o outro lado, mas este ficou no papel. Na São Paulo de 1900 o Anhangabaú ainda corria lá embaixo, a circundar o centro histórico e, com a ajuda do Tamanduateí, a contê-lo, em boa parte, num abraço de águas. Nas duas margens do rio, o vale era salpicado ora de uma chácara, como a do barão de Itapetininga, ora de casebres dispostos sem ordem. Esse panorama começaria a mudar em 1906, quando o Anhangabaú foi canalizado e enterrado. Foi o primeiro sumiço importante de rio em São Paulo. Iam seguir-se o do Saracura, o do Itororó — formadores do Anhangabaú, transformados em leitos das avenidas Nove de Julho e 23 de Maio — e o de vários outros, aproveitados igualmente para leitos de avenidas. Na década de 1910, uma grande obra transformaria o caótico ajuntamento de plantações, edificações rudimentares e terrenos baldios do vale do Anhangabaú num parque. A partir de então, o centro velho e o “centro novo” seriam separados por um conjunto de jardins.

Para que se reformasse o Anhangabaú contribuiu o fato de, em 1910, ter sido inaugurada, no outro extremo do viaduto do Chá, a mais famosa obra do escritório de Ramos de Azevedo — o Teatro Municipal. Tratava-se de preciosa

contribuição à fisionomia aristocrática, e aristocraticamente europeia, que a cidade queria conferir-se. O Teatro Municipal não merecia conviver, ali bem à sua beirada, com a feia confusão do Anhangabaú. Daí a reforma do local ter ganhado urgência. Simultaneamente a esse parque, implantado na encosta oeste do centro histórico, projetou-se um outro, do lado oposto da colina histórica, na problemática várzea do Carmo. Mas este, ocupando as duas margens do Tamanduateí, demorou mais para ser implantado. Só seria inaugurado em 1925, com o nome de parque D. Pedro II, trazendo, além de suas árvores e aleias, a curiosidade de reconduzir o nome do antigo monarca a um logradouro da cidade, agora que já estava revogado o banimento da família real. Estamos nos afastando de nossa data limite, como o leitor terá percebido, mas isso não ocorre sem propósito. Tratamos de adiantar o que a cidade teria no futuro para dar melhor ideia do que não tinha, em 1900.

O largo da Sé, em 1900, era ainda acanhado como nos tempos coloniais. Ocupavam-no, como já há quase dois séculos, a igreja da Sé e, bem junto, em posição perpendicular a ela, a igreja de São Pedro dos Clérigos. Num dente formado pela lateral da igreja da Sé, abrigavam-se os tílburis de aluguel. Toda a praça resumia-se ao trecho que viria a ser a parte inferior da nova praça da Sé, ali onde ela confina com as ruas Direita e 15 de Novembro. A igreja de São Pedro dos Clérigos, como já ficou dito capítulos atrás, ocupava o espaço onde se edificaria o prédio da Caixa Econômica Federal. A partir de 1911, como que um terremoto assolaria a área. Seriam demolidas não só as duas igrejas, como também os dois quarteirões que, atrás do largo da Sé, se interpunham entre ele e o largo de São Gonçalo, ou melhor, praça João Mendes. A ideia era abrir uma nova e ampla praça da Sé. Com isso, desapareceram as ruas Marechal Deodoro (a antiga rua do Imperador) e da Esperança, que subiam da Sé em direção a São Gonçalo. Agora tudo era uma esplanada só, e no seu ponto mais alto, ali onde o novo espaço se encontrava com a praça João Mendes, é que seria construída a nova catedral de São Paulo — um empreendimento que, recordista em construção demorada, só seria inaugurado em 1954, e mesmo assim incompleto. “A Catedral de São Paulo/Por Deus! que nunca se acaba/Como minha alma”, escreveu o outro Andrade do modernismo, Mário. A velha catedral, segundo Moreira Pinto, tinha aspecto “sombrio e triste”. Era “baixa e sem arquitetura”.[7] Já Oswald de Andrade, no livro que vimos citando, um livro de memórias publicado pouco antes de sua morte, afirma que a velha catedral era “muito mais bonita” do que a nova. “Aí dentro consumavam-se grandes cerimônias, onde apareciam dezenas de cônegos, de vermelho”, escreve. “Cantavam grosso. No

teto havia uma espécie de litografia monumental. Um guerreiro, apeado de um cavalo branco, olhando o céu que se abria. Me explicaram ser a 'Conversão de São Paulo'."[8] A pintura do teto é aquela de Almeida Júnior que Raffard viu ainda fresca, depois da reforma da velha catedral. O talento e o dinheiro empenhados nessa reforma, como se vê, não valeram a pena. Vinte anos depois, foi tudo abaixo.

O parque do Anhangabaú e o projeto do parque D. Pedro II, a nova praça do Patriarca e a nova praça da Sé, todas obras de vulto, que abriram espaços e rasgaram perspectivas, são os itens principais das grandes transformações urbanas sofridas por São Paulo nos primeiros anos do século XX, sob a administração de dois prefeitos operosos, o velho Antônio Prado, que, sucessivamente reeleito, ocupou o cargo de 1899 a 1911, e Raimundo Duprat, o barão de Duprat, que fora auxiliar de Prado e lhe continuou a obra entre 1911 e 1914. Já a São Paulo que nos interessa, a de 1900, ainda tinha fortemente impregnadas as marcas de tímida cidadezinha. As ruas do centro apresentavam-se estreitas e irregulares como no seu nascimento. As principais, como a 15 de Novembro e a Líbero Badaró, seriam alargadas e realinhadas nos anos seguintes. Na Líbero Badaró, antes do alargamento, "concentrava-se o mulherio da vida, que permanecia, da tarde à noite, seminu e apelativo nas janelas e nas portas abertas a qualquer um", escreve Oswald de Andrade.[9] A praça João Mendes ainda reunia as igrejas de São Gonçalo e dos Remédios, bem como a construção que fora a Casa de Câmara e Cadeia e agora alojava a Assembleia Legislativa. Mas faltava um, entre os edifícios que lhe faziam a fama: o teatro São José. Este tinha sido vítima de um incêndio, na madrugada de 15 de fevereiro de 1898. Dois dias antes, ali havia sido encenada a peça *A Morgadinha de Val Flor*, de Manuel Pinheiro Chagas. Em seguida, haviam sido iniciados os trabalhos de decoração para os bailes carnavalescos programados para o local. Às cinco e meia da manhã do dia 15, uma língua de fogo irrompeu por sobre o teto do edifício, assustando e atraindo os vizinhos e os transeuntes. O incêndio se originara no palco, e contra ele os bombeiros lutaram até as 11 da manhã, diante de uma aglomeração de curiosos. Foi a última plateia reunida pelo São José.[10]

Figura 58



A fonte e o largo do Palácio, *foto de Militão A. de Azevedo (1887).*

Em 1900 restavam escombros. O terreno onde ficava o teatro acabaria cedido à Cúria Metropolitana, e ali se assentaria a parte dos fundos da nova Catedral. O velho edifício da Casa de Câmara e Cadeia, que, muito modificado, alojava a Assembleia Legislativa desde 1879, e a igreja dos Remédios, que tinha um frontispício de azulejo, seriam demolidos em 1942, em obediência ao plano de desobstrução da praça para sua transformação em corredor de trânsito.[11] Desaparecia, com a igreja dos Remédios, o local de onde Antônio Bento, com seus caifazes, irradiara sua chama sagrada. Sobraria, do conjunto original da praça, solitária e heroica, em sua resistência ao barulho, à fuligem e à sombra dos prédios vizinhos, a igreja de São Gonçalo.

O largo do Palácio apresentava-se sem a igreja dos jesuítas, que já vimos desabar, e com os dois edifícios que Ramos de Azevedo acabara de plantar no local — os edifícios gêmeos da Tesouraria e da Secretaria de Agricultura. O Palácio do Governo era, nas palavras de Alfredo Moreira Pinto, “um edifício antigo, baixo, sem simetria na sua fachada e, debaixo do ponto de vista arquitetônico, uma verdadeira monstruosidade”.[12] Em frente ao Palácio, no lugar onde o visitante do futuro localiza o edifício do Tribunal de Alçada, ficava a sede dos Correios. O centro do largo era ocupado por um jardim que Raffard já achara demasiado, no local, e que Moreira Pinto condena com mais ênfase: “Infeliz foi a ideia de fazerem um jardim em frente ao palácio, o que teria todo o cabimento se fosse para uma casa particular. Geralmente os jardins ocupam o centro das praças, mas o largo do Palácio tem tão pequenas dimensões que é uma extravagância colocar-se um jardim no meio dele. Acresce a circunstância de que, nos dias de gala, a tropa não tem lugar onde formar, a não ser a um dos lados do largo, e não deixa de ser esquisito presenciar o presidente, da frente do palácio, à formatura e às evoluções da tropa colocada ao lado. Além disso, as

pessoas que forem cumprimentar o presidente terão de percorrer a pé uma grande extensão do jardim, molhando-se, se estiver chovendo."[13]

No canto em que o largo do Palácio confluía com a ladeira antes chamada sucessivamente de rua Municipal e rua João Alfredo, agora rebatizada de General Carneiro, em homenagem ao militar que morreu no Paraná batendo-se contra os insurgentes da Revolução Federalista, havia, desde 15 anos antes, uma fonte decorada por uma figura de mulher, no ato de verter água de um pote. Ainda mais do que com o jardim, Moreira Pinto foi implacável com ela: "O efeito que produz esse estafermo, a quem se coloca na rua 15 de Novembro, é simplesmente ridículo. Convém alijá-lo o quanto antes."[14] Se a fonte o assustava, Moreira Pinto compensava-se descendo a ladeira, onde mais uma vez era tomado pelo encanto que lhe despertavam as mulheres na rua, em especial as italianas. "É incalculável o número de pessoas que pela manhã percorrem essa rua, a abastecer-se no mercado", escreve. "Lindas italianas com cestinhas debaixo do braço sobem e descem a ladeira da rua, enquanto outras apregoam com voz meiga os objetos que vendem."[15] A rua General Carneiro repousa sobre uma funda depressão que, naquele ponto, se abate sobre a colina histórica — um corte que a secciona e separa o largo do Palácio, ou pátio do Colégio, de um lado, e a rua Boa Vista, do outro. Era assim que se apresentava o local, em 1900: o largo de um lado, a rua Boa Vista de outro, e um buraco no meio, por onde passava a rua General Carneiro. Em 1932 foi inaugurado o viaduto Boa Vista, ligando os dois lados. A partir de então, a rua e o largo integraram-se numa continuidade.

Até o início da década de 1890, o próprio edifício do Palácio abrigava todas, ou quase todas, as repartições estaduais. Quando isso não se tornou mais possível, começou-se a plantar outras edificações ao redor. Se não dava mais para conter toda a administração estadual num só edifício, pretendia-se ao menos mantê-la, tanto quanto possível, na mesma praça. O que se via, em 1900, era o largo do Palácio em meio à transformação em centro cívico, sob a égide de Ramos de Azevedo.[16] Aos prédios gêmeos do Tesouro e da Agricultura se somaria, em 1907, como vimos, o prédio da Secretaria de Justiça, onde também se alojaria a Central de Polícia.[17] O palácio, por sua vez, avançaria sobre o terreno antes ocupado pela velha igreja e ganharia uma nova ala. Desse conjunto o visitante do futuro ainda encontra, intactos, os dois prédios gêmeos — não mais abrigando as secretarias de Fazenda e de Agricultura, mas, ambos, a Secretaria de Justiça. O antigo prédio da Secretaria de Justiça, nos fundos da praça, desapareceu. Desapareceu também o palácio, demolido em 1953. O

terreno, numa espécie de ressarcimento histórico, depois de tantos séculos de briga, foi devolvido, no ano seguinte — o emblemático ano do quarto centenário da cidade —, aos padres da Companhia de Jesus.[18] Estes ali edificariam uma imitação de construção colonial, inaugurada na década de 1970, e simulando os antigos colégio e igreja de Nóbrega e Anchieta. Trata-se de, digamos, uma alegoria, uma vez que construída sem pesquisa histórica que viesse a avalizá-la como uma reconstrução. Desde 1936, o local voltara a se chamar pátio do Colégio.[19]

Os três conventos históricos de São Paulo — São Bento, São Francisco e Carmo — ainda se mantinham em prédios coloniais, eles e as respectivas igrejas, em 1900, mas logo sofreriam modificações. O de São Bento era uma modesta construção de taipa. O mosteiro e a igreja antigos viriam abaixo para dar lugar ao bonito conjunto projetado pelo arquiteto alemão João Lourenço Madein e inaugurado em 1914.[20] O de São Francisco, na verdade não mais convento, mas sede da Faculdade de Direito, apresentava-se, segundo constatou Moreira Pinto, em estado deplorável. “O pardieiro em que está alojada a faculdade é o mesmo de sempre”, escreve. “Sem arquitetura, sem o mais ligeiro gosto estético, sem asseio, com as paredes esburacadas, enegrecidas, com salas de aula indecorosas, com pátios onde viceja abundantemente a relva, eis o edifício em que funciona a primeira Faculdade de Direito da República, que tem produzido os maiores talentos desta terra.” Moreira Pinto mostra-se igualmente indignado com o fato de a estátua de José Bonifácio, o Moço, ter sido deslocada, da frente da faculdade, para a frente da igreja ao lado, “como se o emérito professor, o másculo orador, o exímio parlamentar, tivesse algum dia vestido o burel de monge, a sotaina de padre, ou tivesse, em lugar das sábias lições dadas na faculdade, pregado sermões em qualquer igreja”. Caprichando na ironia, o autor supõe que, um dia, a frente da faculdade seria enfeitada com uma estátua de Anchieta ou de Montalverne: “Assim, sim, as estátuas ficarão no seu devido lugar, a de um padre ou frade em frente de uma faculdade jurídica, e a de um professor de direito em frente a uma igreja.”[21] O velho prédio da Academia seria demolido nos anos 1930, por iniciativa de José de Alcântara Machado, o autor de *Vida e morte do bandeirante*, que então dirigia a faculdade. Para honrar a tradição, o prédio levantado para substituí-lo conservaria o estilo conventual.

Quanto ao convento do Carmo, deste não sobraria traço. Ele seria demolido em 1928, junto com a igreja do Carmo.[22] Toda a área sofreu drástica modificação, de modo que, se o largo de São Bento e o largo de São Francisco se conservaram mais ou menos no mesmo formato, o mesmo não aconteceu com o

largo do Carmo, sumido para, em parte, dar lugar à praça Clóvis Bevilacqua, e em parte, ao início da avenida Rangel Pestana. No terreno do convento seria construída a moderna sede da Secretaria de Fazenda do Estado. Uma nova igreja do Carmo seria levantada longe dali, na rua Martiniano de Carvalho. Naquele lugar histórico, como reminiscência do antigo conjunto, sobrou a igreja da Ordem Terceira do Carmo, que, à semelhança da de São Gonçalo, ganhou uma sobrevivência em que heroicamente desafia os prédios vizinhos e as pistas de tráfego que quase lhe resvalam nas paredes.

Não estranha que as igrejas da época colonial tenham desaparecido quase todas em São Paulo, algumas por completo, outras substituídas por modernas edificações. Ao contrário de Salvador, das cidades mineiras ou mesmo do Rio de Janeiro, eram rudes construções de taipa. As que eram ricas o suficiente, representativas o suficiente, ou tiveram suficiente sorte para permanecer, foram todas, ou quase todas, reconstruídas nas últimas décadas do século XIX ou nas primeiras do século XX.[23] A igreja de Santa Ifigênia foi reconstruída entre 1906 e 1926, por sinal que obedecendo a projeto do mesmo arquiteto — o alemão Madein — que, do outro lado do viaduto, projetara a reconstrução da igreja e do mosteiro de São Bento. Uma nova e rica igreja da Consolação começaria a ser erguida no lugar da antiga em 1907. Com o desaparecimento de várias das igrejas da área central, terminava a era das igrejas umas coladas às outras. A velha Sé e São Pedro dos Clérigos desapareceram ambas. A dos Remédios, ao desaparecer, deixou solitária a de São Gonçalo. Igrejas novas surgiam nos bairros. Assim a do Sagrado Coração de Jesus, construída nos Campos Elíseos entre 1881 e 1886.[24] As igrejas do Brás e de Santa Cecília estavam sendo construídas em 1900, para substituir as modestas capelinhas até então existentes nos respectivos locais.[25] Uma exceção à regra de ou desaparecer ou renovar-se foi o convento da Luz, instalado ainda no mesmo edifício do século XVIII. Uma nova ala seria acrescentada à antiga, no mesmo estilo arquitetônico, nas primeiras décadas do século XX, mas a ala antiga resistiria em suficiente boa forma para abrigar o Museu de Arte Sacra. A igreja da Boa Morte, do outro lado da cidade, também se conservaria tal e qual surgira no início do século XIX, embora já não sem a função de anunciar a chegada dos visitantes ilustres, para preparar-lhes as boas-vindas. Também continuava firme, em 1900, a pirâmide do Piques. E mais firme ainda ficou no início dos anos 20, quando ganhou um entorno de escadas lembrando um conjunto de cascatas, e se transformou num dos mais harmoniosos recantos da cidade.[27] Prodígio de preservação, talvez o maior de todos, foi no entanto o da capelinha do velho Cemitério dos Aflitos,

que, mesmo feia e insignificante, e mesmo desaparecido o cemitério ao redor, continuaria sua apagada vida pelos anos afora.

As futuras avenidas São João e Ipiranga ainda se chamavam ruas, e eram estreitas, em 1900. Na rua de São João ficava o teatro Politeama, que, com o incêndio do São José, se tornara o principal da cidade. Era um simples barracão, coberto de zinco, mas dotado de boa acústica — tão boa que conseguia vencer os botequins que ficavam em frente e até um clube de tiros, ao lado.[28] O Politeama seria desbancado, naquele ano de 1900, pelo Teatro Santana, erguido na rua Boa Vista por Antônio Álvares Penteado, aquele mesmo que possuía uma fábrica de tecidos no Brás e morava num palacete em Higienópolis. O Santana, o melhor da cidade até a inauguração do Teatro Municipal, seria demolido para a construção do viaduto Boa Vista. Um outro Santana renasceria na rua 24 de Maio, assim como um outro Teatro São José seria construído junto ao viaduto do Chá, quase em frente ao Municipal. Mas obra realmente de porte, em 1900, estava sendo realizada pela São Paulo Railway, a popular Inglesa, na Luz. “A companhia está edificando uma outra estação que, concluída, será uma obra colossal”, anotou Alfredo Moreira Pinto.[29] A nova estação da Luz, construída numa área de 7.520 metros quadrados com materiais importados todos da Inglaterra, mesmo os tijolos e os pregos, seria inaugurada em 1901.[30] Tão inglesa era a construção que incluiu até um Big Ben. Era só fechar os olhos para a paisagem ao redor, concentrar-se na estação e rezar para que fechasse o tempo — e adeus São Paulo. Eis-nos em Londres.

Figura 59



A estação da Luz, foto de Marc Ferrez, 1895.

Em 1900 as chácaras que ainda restavam em torno da cidade estavam virando bairros. A antiga chácara de José Arouche de Toledo Rendon, depois vendida a Antônio Pinto do Rego Freitas, foi, com a morte deste, em 1893, transferida a uma empresa que, capitaneada pelo engenheiro Manuel Buarque de Macedo, ali abriu as ruas e loteou os terrenos do que seria a Vila Buarque.[31] Foi nessa área que a Santa Casa de Misericórdia instalou seu novo hospital. A chácara das

Palmeiras, de propriedade de Francisco de Aguiar Barros e sua mulher, D. Angélica de Sousa Queirós de Aguiar Barros, deu origem a parte do bairro de Santa Cecília. D. Angélica, filha do barão de Sousa Queirós, e, portanto, prima de D. Maria Pais de Barros, daria nome não só à avenida Angélica, como já vimos, como também à alameda Barros, que lhe é transversal. Já velhinha e viúva, ela podia ser vista caminhando de seu casarão, na esquina da Angélica com alameda Barros, até a capela construída na alameda Barros nos terrenos por ela doados à Casa Pia São Vicente de Paulo.[32] A chácara Mauá, que fora do barão de Mauá, já sabemos que virou o bairro dos Campos Elíseos. E a chácara do Carvalho, de Antônio Prado, ainda em vida do proprietário, e sem prejuízo do casarão que lhe servia de sede, foi retalhada em ruas que, em boa parte, contribuíram para o surgimento do bairro da Barra Funda.[33]

É tempo de voltar aos bondes que, nesse mesmo ano de 1900, fascinavam e assustavam a população da cidade. O bonde elétrico fez sua aparição em São Paulo por obra da empresa canadense Light, que em 1899 começou a esburacar ruas e colocar trilhos pela cidade. A Light, ou, por extenso, The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited, absorveu, depois de uma batalha judicial, a antiga Companhia Carris de Estrada de Ferro, agora rebatizada Viação São Paulo, a empresa dos bondes de burro. Também incorporou a empresa dos trens de Santo Amaro criada pelo alemão Kuhlman e ficou com o monopólio do transporte público na cidade. A esse, em 1901, acrescentaria o monopólio da iluminação elétrica. O fato de uma empresa estrangeira constituir-se para um empreendimento desse porte na cidade, cobrindo os setores de transporte público e geração de energia elétrica, era sinal de que ali nascia uma metrópole. Em maio de 1900 entrou em operação a primeira linha de bondes elétricos, e o menino Oswald estava lá, para assistir à viagem inaugural, postado na esquina da rua Líbero Badaró com a ladeira de São João, de olhos pregados no largo de São Bento, de onde deveria despontar a portentosa novidade. “A tarde caía. Todos reclamavam. Por que não vinha?”, escreve Oswald. De repente...

“Um murmúrio tomou conta dos ajuntamentos. Lá vinha o bicho! O veículo amarelo e grande ocupou os trilhos do centro da via pública. Um homem de farda azul e boné o conduzia, tendo ao lado um fiscal. Uma alavanca de ferro prendia-o ao fio esticado, no alto. Uma campainha forte tilintava, abrindo as alas convergentes do povo. Desceu devagar. Gritavam: ‘Cuidado! Vem a nove pontos!’ Um italiano dialetal exclamava para o filhinho que puxava pelo braço: ‘Lá vem o bonde! Toma cuidado!’ O carro lerdo aproximou-se, fez a curva. Estava apinhado de pessoas, sentadas, de pé. Uma mulher exclamou: ‘Ota gente

corajosa! Andá nessa geringonça!’ Passou. Parou adiante, perto do local onde se abre hoje a avenida Anhangabaú. Houve um tumulto. Acidente? Não andava mais, gente acorria de todos os lados. Muitos saltavam. ‘Rebentaram a trave do lado! Não é nada!’ Tiraram a trave quebrada. O veículo encheu-se de novo, continuou mais devagar ainda, precavido. E ficou pelo ar, ante o povo boquiaberto que rumava para as casas, a atmosfera dos grandes acontecimentos.”[34]

A primeira linha era para a Barra Funda. Diziam que Antônio Prado, o prefeito, assim o quisera porque morava lá, no casarão da chácara do Carvalho. Talvez fosse maledicência. Mas o fato é que a terceira linha, inaugurada vinte dias depois, foi a da Vila Buarque, que parava bem em frente da casa de D. Veridiana Prado, a mãe do prefeito. A segunda linha tinha sido a do Bom Retiro.[35] Em todo caso, quem ficasse prestando muita atenção em bondes perderia o principal. Em 1898, um visitante da cidade viu na rua Direita, cercado de curiosos, “um carro aberto, de quatro rodas de borracha, com dois passageiros, e que se movia por si mesmo”. É o primeiro registro da presença de um automóvel na cidade — ou “automobile”, como se dizia então, à francesa.[36] Há indícios de que esse primeiro automóvel pertencia a um membro da família Penteado. Em 1901, Henrique Santos Dumont, irmão do Pai da Aviação, também tinha um automóvel, com o qual se aventurava vez ou outra pelas ruas. Eles começavam a aparecer assim, como quem não quer nada, um aqui, outro ali, soando mais a uma extravagância, ou a equipamento para uma nova modalidade esportiva, do que a algo que teria um papel central a cumprir, mas não se perdia por esperar. Dali para a frente, cada vez mais, a cidade seria deles. Caberia a eles determinar sua feição e seus rumos.



Epílogo

“Ali vem a nossa comida, pulando”
(Hans Staden, capítulo 28,
citado na Revista de Antropofagia
nº 1, maio de 1928)

Uma espécie de delírio atacou São Paulo em julho de 1886. Sarah Bernhardt estava na cidade. Ela mesma, a inigualável, a excelsa, a divina Bernhardt. A atriz francesa, então com 41 anos, tinha direcionado a carreira a um frenesi itinerante em que, à frente da própria companhia, levava a *Fedra* ou a *Dama das Camélias* aos quatro cantos do mundo, da Austrália ao Canadá, da América do Sul à Europa. Ela chegou a São Paulo no dia 27, às 17h30, num trem especial, vinda do Rio de Janeiro, e já na Estação do Norte foi recebida por uma multidão entusiástica, que a acompanhou até o Grande Hotel, na rua de São Bento. Ali, lhe tinham sido reservados três aposentos, no andar superior.[1] A estreia no teatro São José, no dia seguinte, com *Fédora*, de Sadou, deixou o anônimo crítico de *A Província de S. Paulo* travado. “Sob a fascinação inevitável daquele talento assombroso, confessamos que não sabemos como julgá-lo e quase que nos satisfazemos em render-lhe nosso preito de homenagem”, escreveu.[2] Três dias depois, o mesmo jornal publicaria, em texto provavelmente da mesma pena: “O que é certo é que ainda nenhum artista despertou, em São Paulo, o entusiasmo vivaz e forte que desperta todos os dias esta atriz privilegiada, que nos subjuga completamente.”[3] A cada dia, Sarah apresentava uma das peças de seu repertório. No dia 6 de julho apresentou a *Fedra*, de Racine, numa noite beneficente. *A Província de S. Paulo* reportou:

“No fim do primeiro ato foi oferecido à grande artista, em nome do corpo acadêmico de São Paulo, um lindíssimo ramo de flores naturais, adereçadas de modo a formar as três cores da bandeira francesa, com uma larga fita de cor vermelha com o nome da artista em letras de ouro; por essa ocasião foi tocado o hino acadêmico, e soltas inúmeras pombinhas enfeitadas de laços rubros. No fim do segundo ato, em nome da colônia francesa, foi oferecido a Sarah um como

artefato de flores que formava as duas letras de seu nome, S e B; ressoou o cântigo arrebatador da *Marselhesa* e os aplausos estrondaram incessantes e entusiásticos. Contam-nos que a grande artista foi quase levada em triunfo, depois do espetáculo, ao Grande Hotel, e que ali as manifestações de apreço foram tais que não é possível enumerar.”[4]

O delírio corria principalmente por conta dos estudantes da Academia. Eles é que encenavam manifestações como jogar os casacos ao chão, para que a atriz pisasse neles. Ou então desatrelar os cavalos e puxarem, eles próprios, a carruagem em que ela se deslocava pela cidade.[5] Um tio de Oswald de Andrade, num episódio que ficou gravado na legenda da família, invadiu o palco, após um ato, tirou a casaca e de joelhos estirou-a no palco, gritando: “Pise aqui, madame!”[6] Talvez tenha sido esta a última ocasião em que São Paulo apresentou-se em sua encarnação de cidade da estudantada. Eça de Queirós, tão sensível às manifestações de caiporismo, e dado a, diante delas, reagir com arrasador sarcasmo, não ia perder uma ocasião dessas. “É toda uma mocidade, primavera sagrada, que se engata aos varais da caleça e puxa, trotando”, escreveu o escritor português, depois de ler em *Le Figaro*, de Paris, entrevista em que a atriz contava a recepção de que fora alvo no Brasil. “Trotando, talvez relinchando”, acrescentou, linhas adiante. E foi mais fundo ao arrematar, dirigindo-se aos estudantes: “E o mais desgraçado é que toda cômica genial ou dançarina sublime que vá ao Brasil espera a vassalagem que prestastes a Sarah, e que Sarah papagueou logo estridentemente ao mundo, de cima da coluna triunfal do *Figaro*.” Eça afirma já imaginar, “arrepiado de horror”, o que acorreria a outras divas, “horas depois de desembarcar” em terras paulistanas. Elas desceriam as escadas do hotel e, enquanto calçavam “aquelas imensas luvas pretas que são a parte mais considerável do seu talento”, diriam risonhamente ao criado: “— Estou pronta... Mande engatar os estudantes.”[7]

Em 1916, era Isadora Duncan quem visitava São Paulo. Isadora Duncan, a celebrada bailarina americana, considerada a inventora da dança moderna, cuja arte buscava inspiração na Grécia Antiga. Logo ao chegar, ela disse a seu valete: “Estou pronta... Mande engatar os estudantes.” Não, na verdade não disse. Não se confirmou a profecia de Eça. Mesmo porque não se andava mais de carruagem tão habitualmente como antes. Isadora Duncan ficou hospedada no Hotel Rotisserie Sportsman, àquela altura o mais fino da cidade, instalado num prédio de três pavimentos e com um salão nobre dotado de palco para orquestra, onde se davam os banquetes mais requintados da época.[8] O hotel ficava junto à cabeceira do viaduto do Chá, no terreno onde mais tarde seria implantado o

edifício Matarazzo. Numa noite, conforme combinado com a artista, foi visitá-la um jovem e inquieto poeta, de corpo roliço. Ele mesmo: Oswald de Andrade, agora já crescido, no esplendor de seus 26 anos. Isadora tinha 39, e havia feito conhecimento com o rapaz no Rio de Janeiro, onde se apresentara anteriormente e onde recebera de presente um livro dele. Na ocasião, pedira-lhe que a procurasse em São Paulo. É o que Oswald fazia, agora. Antes, ele assistira à apresentação de Isadora, no Teatro Municipal. “O pano se levantou e eu vi a Grécia, não a Grécia livresca dos sonetões de Bilac, que toda uma subliteratura ocidental vazava para a colônia inerme”, escreveu. “Eu vi de fato a Grécia. E a Grécia era uma criança seminua que colhia pedrinhas nos atalhos, conchas nas praias e com elas dançava.”[9]

Depois do espetáculo, que o deixou “entonteado”, ele cruzou o viaduto e dirigiu-se ao Sportsman. Era uma noite fria, e o jovem poeta estava tomado de medos. “Aquela deusa tinha me mandado dizer que viesse vê-la. Mas como? Ousaria a temerosa empresa? Quem era eu diante da deidade boêmia e esvoaçante que, em plena decadência bailárica, restaurava a dança e abrira para o seu século o prenúncio de um renascimento patético da plástica e do ritmo? [...] Quem era eu, o filho bem-educado de D. Inês, o rapaz que tinha família em Caxambu, o matriculado na Lógica do padre Sentroul e no Direito Romano do professor Porchat, para suportar aquele sopro de tempestade shakespeariana?”[10] Oswald teve ordens de subir, tão logo chegou ao hotel, e, na suíte da deusa, encontrou a mesa posta. Ela devia estar esperando alguém para a ceia, pensou. Ou talvez fosse jantar com seu pianista, ali presente. Mas logo o pianista despediu-se e o poeta descobriu que era para ele mesmo que se preparara a mesa. Na noite misturavam-se os medos e as promessas da fortuna. Entre a entrada e o primeiro prato, Isadora acionou o gramofone e, ao som de um tango, desempenhou para o jovem convidado um número “entre a Vitória de Samotrácia e o primitivismo arcaico de Moore”. Para abreviar a história, ao fim daquela noite, que durou até as três da manhã e, além de dança e de comida, teve champanha e confidências, os dois ficaram amigos. Que triunfo para um paulistaninho, fruto típico da aldeola de Nóbrega e Anchieta, marcada por três séculos e meio de tristezas, encoberta pela muralha da serra do Mar, tão longe do mundo! Daquela noite até o fim da temporada de Isadora Duncan na cidade, eles não se largaram. “Tornamo-nos duas crianças”, escreve Oswald. E mais adiante: “Andávamos de carro por São Paulo inteira. Ela me fazia descer para pedir flores estranhas nos jardins das casas. Fomos a Osasco e, num pôr do sol entre as árvores, ela dançou para mim, quase nua.”[11]

Comeu? Não comeu?

Comeu. Claro que comeu.

Não, não se pense que o verbo comer, aqui, tenha a acepção crua que, pode-se apostar, já lhe atropela o entendimento, ó devasso(a) leitor(a). É o comer no sentido antropofágico que se invoca aqui. Oswald de Andrade, como se sabe, é o inventor e principal animador do Movimento Antropofágico, cujo Manifesto, publicado em 1928, anunciava, entre outros itens: “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.” A antropofagia recomendava comer-se culturalmente tudo o que se apresentasse, para digerir-se em seguida da forma que determinassem o sol e a selva destas tropicais paragens. “Tupy or not tupy, that is the question”, dizia ainda o Manifesto. Talvez, vá lá, leitor(a) concupiscente, Oswald até tenha comido Isadora, naquele outro sentido. Mas o que é seguro é que a comeu no sentido antropofágico, como comeu muitas outras mulheres, homens, instituições, livros, objetos de arte, fatos e filosofias. Da mesma forma, e é por isso que tanto se evocou Oswald de Andrade, nestes capítulos finais, a cidade de São Paulo, numa reafirmação de suas origens índias e mamelucas, dali para a frente se tornaria antropofágica. Seu destino seria devorar muitas influências e nacionalidades, muitos idiomas, métodos, anarquias, políticas, conflitos e costumes, devorar-se a si mesma inclusive, num processo em que o fazer-se e refazer-se seria uma opção e um modo de vida. O importante a notar é que, entre Sarah Bernhardt e Isadora Duncan, a cidade conheceu evolução de não pequeno significado. Bernhardt foi recebida com as extravagâncias caipiras da estudantada. Já Duncan encontrou uma cidade amadurecida a ponto de oferecer-lhe parceiro à altura: um filho da terra capaz de devorá-la.

Talvez, para o burgo antes perdido numa inóspita interseção do Trópico de Capricórnio com o lugar onde Judas perdeu as botas, isso significasse que tinham chegado ao fim seus dias de capital da solidão.

Talvez.

Notas

Introdução

1 Gwendolyn Leick. *Mesopotâmia – A Invenção da Cidade*, p. 23.
2 Euclides da Cunha. *Os Sertões*, p. 92.
3 Padre José de Anchieta. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*, p. 73 e 431.
4 Padre Fernão Cardim. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, p. 212.
5 Ibidem, p. 212.

Capítulo I

1 Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e seu Tempo*, citado em Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, v. 1, tomo 1, p. 122.
2 Ibidem, v. 1, tomo 1, p. 122.
3 Sérgio Buarque de Holanda, *Expansão Paulista em Fins do Século XVI e Princípio do Século XVII*, citado em Álvaro do Amaral, *O Padre Anchieta e a Fundação de São Paulo*, v. 1, p. 39.
4 Ruy Díaz de Guzmán, *La Argentina*, p. 52.
5 Jaime Cortesão, *A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil*, p. 36.
6 Robert Southey, *História do Brasil*, p. 77-81; Toríbio de Medina, *El Veneciano Sebastián Caboto al Servicio de España*, citado em Jaime Cortesão, p. 37.
7 Jaime Cortesão, op. cit., p. 34-36; Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, p. 80.
8 Jaime Cortesão, op. cit., p. 78.
9 Teodoro Sampaio, *São Paulo no Século XIX e Outros Ciclos Históricos*, p. 296.
10 Jaime Cortesão, op. cit., p. 79.
11 Idem, op. cit., p. 109.
12 Mário Neme, *Notas de Revisão da História de São Paulo*, p. 61.
13 Oliveira Martins, *História de Portugal*, p. 336.
14 Ibidem, p. 336.
15 Ibidem, p. 337.
16 Mário Neme, op. cit., p. 49.
17 Idem, op. cit., p. 49-51.
18 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 78.
19 Jaime Cortesão, op. cit., p. 95-107; Mário Neme, op. cit., p. 49-51; Sérgio Buarque, op. cit., p. 79.
20 Jaime Cortesão, op. cit., p. 95; Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 79-80, Neme, op. cit., p. 69.

Capítulo II

1 Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico*, p. 61.
2 Ibidem, p. 64.
3 Varnhagen, *História do Brasil*, v. 1, tomo 1, p. 114.
4 Ibidem, p. 115.
5 Jaime Cortesão, *A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil*, p. 110.
6 Ibidem, p. 117.
7 Mário Neme, *Notas de Revisão da História de São Paulo*, p. 75.
8 Jaime Cortesão, op. cit., p. 118.
9 Washington Luís Pereira de Sousa, *Na Capitania de São Vicente*, p. 48-49; Mário Neme, op. cit., p. 26; Jaime Cortesão, op. cit., p. 30.
10 Idem, op. cit., p. 29.
11 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 1, p. 220.
12 Ibidem, p. 80; Mário Neme, op. cit., p. 118.
13 Varnhagen, op. cit., v. 1, tomo 1, p. 99.
14 Idem, op. cit., p. 99.
15 Ruy Díaz de Guzmán, *La Argentina*, p. 67-70.

16 Varnhagen, op. cit., p. 83.
17 Aires de Casal, *Corografia Brasílica*, p. 97; Mário Neme, op. cit., p. 23; Jaime Cortesão, op. cit., p. 30.
18 Pasquale Petrone, *Aldeamentos Paulistas*, p. 22.
19 Jaime Cortesão, op. cit., p. 30.
20 Pasquale Petrone, op. cit., p. 22.
21 Mário Neme, op. cit., p. 102-108.
22 Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, p. 55-56.

Capítulo III

1 Padre Manuel da Nóbrega, citado em Mário Neme, *Notas de Revisão da História de São Paulo*, p. 207.
2 Edwin G. Burrows e Mike Wallace, *Gothan*, p. XI et seq.
3 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 2, p. 42; Mário Neme, op. cit., p. 207.
4 Jaime Cortesão, *A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil*, p. 96.
5 Teodoro Sampaio, *São Paulo no Século XIX e Outros Ciclos Históricos*, p. 192.
6 Padre Manuel da Nóbrega, citado em Jaime Cortesão, op. cit., p. 138.
7 Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro*, p. 81.
8 Padre Anchieta, citado em Jaime Cortesão, op. cit., p. 131.
9 Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro*, p. 81 et seq.; Jaime Cortesão, op. cit., p. 199 et seq.
10 Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Província de São Vicente*, p. 121; Jaime Cortesão, op. cit., p. 178.
11 Pasquale Petrone, *Aldeamentos Paulistas*, p. 34.
12 Ibidem, p. 31 et seq.
13 Frei Gaspar da Madre de Deus, op. cit., p. 53 et seq.
14 Washington Luís Pereira de Sousa, *Na Capitania de São Vicente*, p. 30.
15 Frei Gaspar da Madre de Deus, op. cit., p. 63.
16 Mário Neme, op. cit., p. 77.
17 Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, p. 70 e 97; Jaime Cortesão, op. cit., p. 43.
18 Washington Luís Pereira de Sousa, op. cit., p. 47.

Capítulo IV

1 Washington Luís Pereira de Sousa, *Na Capitania de São Paulo*, p. 52.
2 Mário Neme, *Notas de Revisão da História de São Paulo*, p. 76 et seq.; Washington Luís Pereira de Sousa, op. cit., p. 47.
3 Jaime Cortesão, *A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil*, p. 158-160.
4 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 2, p. 176.
5 Washington Luís Pereira de Sousa, op. cit., p. 66.
6 Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, p. 100.
7 Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, p. 80-81.
8 Ruy Díaz de Guzmán, *La Argentina*, p. 52 e 53.
9 Washington Luís Pereira de Sousa, op. cit., p. 39; Mário Neme, op. cit., p. 130.
10 Jaime Cortesão, op. cit., p. 174.
11 Washington Luís Pereira de Sousa, op. cit., p. 39 et seq.; Mário Neme, op. cit., p. 42-43.
12 Mário Neme, op. cit., p. 36; Varnhagen, *História Geral do Brasil*, v. 1, tomo 1, p. 140.
13 Mário Neme, op. cit., p. 39.
14 Idem, op. cit., p. 135.
15 Idem, op. cit., p. 142.
16 Idem, op. cit., p. 144.
17 Varnhagen, op. cit., v. 1, tomo 1, p. 169-171; Frei Gaspar da Madre de Deus, op. cit., p. 79.

Capítulo V

1 Padre Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil*, p. 138.
2 Padre Antônio Franco, Vida de Nóbrega. In Padre Manuel da Nóbrega, op. cit., p. 68.
3 Padre Manuel da Nóbrega, op. cit., p. 31.
4 Idem, op. cit., p. 13.
5 Mário Neme, *Notas de Revisão da História de São Paulo*, p. 195.
6 Padre Antônio Franco, op. cit., p. 31.
7 Idem, op. cit., p. 30.
8 Idem, op. cit., p. 39.
9 Idem, op. cit., p. 31.

10 Carta do padre Leonardo Nunes. In Azpicuelta Navarro et al., *Cartas Avulsas*, p. 92.
11 Mário Neme, op. cit., p. 285.
12 Padre Manuel da Nóbrega, op. cit., p. 72.
13 Mário Neme, op. cit., p. 286.
14 Idem, op. cit., p. 281.
15 Carta do padre Leonardo Nunes, op. cit., p. 92.
16 Idem, op. cit., p. 92.
17 Idem, op. cit., p. 87.
18 Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, p. 119.
19 Wilson Maia Fina, *O Chão de Piratininga*, p. 15.
20 Mário Neme, op. cit., p. 154; Jaime Cortesão, *A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil*, p. 176-177.
21 Frei Gaspar da Madre de Deus, op. cit., p. 120-121.
22 Carta do padre Leonardo Nunes, op. cit., p. 87.
23 Teodoro Sampaio, *São Paulo no Século XIX e Outros Ciclos Históricos*, p. 178.
24 Carta do padre Leonardo Nunes, op. cit., p. 88.
25 Idem, op. cit., p. 88.
26 Washington Luís Pereira de Sousa, *Na Capitania de São Paulo*, p. 109.
27 Mário Neme, op. cit., p. 195; Álvaro do Amaral, *O Padre José de Anchieta e a Fundação de São Paulo*, v. 1, p. 124.
28 Carta do Irmão Diogo Jacome. In Azpicuelta Navarro et. al., op. cit., p. 130.
29 Carta do Irmão Pero Correia. In Azpicuelta Navarro et. al., op. cit., p. 118.
30 Padre Manuel da Nóbrega, op. cit., p. 286.
31 Padre Antônio Franco. In Padre Manuel da Nóbrega, op. cit., p. 35.
32 Álvaro do Amaral, op. cit., v. 1, p. 96-97.
33 Idem, op. cit., p. 97; Mário Neme, op. cit., p. 275.
34 Álvaro do Amaral, op. cit., p. 97.
35 Mário Neme, op. cit., p. 270-271.

Capítulo VI

1 Padre Antônio Franco, Vida de Nóbrega. In Padre Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil*, p. 38.
2 Mário Neme, *Notas de Revisão da História de São Paulo*, p. 128.
3 Ibidem, p. 127; Álvaro do Amaral, *O Padre José de Anchieta e a Fundação de São Paulo*, v. 1, p. 100.
4 Mário Neme, op. cit., p. 127.
5 Álvaro do Amaral, op. cit., p. 100.
6 Teodoro Sampaio, *São Paulo no Século XIX e Outros Ciclos Históricos*, p. 184-188; Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, p. 122.
7 Sérgio Buarque de Holanda, *Expansão Paulista em Fins do Século XVI e Princípio do Século XVII*, citado em Álvaro do Amaral, op. cit., p. 43-44.
8 Jaime Cortesão, *A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil*, p. 181.
9 Ibidem, p. 273.
10 Ibidem, p. 181.
11 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 44.
12 Ulrico Schmidt, *Viaje al Río de la Plata*, p. 132.
13 Washington Luís Pereira de Sousa, *Na Capitania de São Vicente*, p. 120.
14 Álvaro do Amaral, op. cit., p. 125-126.
15 Idem, op. cit., p. 126.
16 Mário Neme, op. cit., p. 158.
17 Álvaro do Amaral, op. cit., p. 105.
18 Padre Manuel da Nóbrega, op. cit., p. 94; Mário Neme, op. cit., p. 292.
19 Álvaro do Amaral, op. cit., p. 172 e 173.
20 Padre Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus*. Citado em Teodoro Sampaio, op. cit., p. 233.
21 Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, p. 360.
22 Mário Neme, op. cit., p. 150.
23 Padre Manuel da Nóbrega, op. cit., p. 145; Mário Neme, op. cit., p. 149.
24 Padre Manuel da Nóbrega, op. cit., p. 145.
25 Padre José de Anchieta, *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*, p. 118-120.
26 Afrânio Peixoto, Introdução. In Padre José de Anchieta, op. cit., p. 31.
27 Longaro Degli Ondi, citado em *Vida do Padre Joseph de Anchieta*, por Antônio de Alcântara Machado. In Padre José de Anchieta, op. cit., p. 547.
28 Antônio de Alcântara Machado, *Vida do Padre Joseph de Anchieta*. In Padre José de Anchieta, op. cit., p. 546-548.

29 Padre José de Anchieta, op. cit., p. 72-73.
30 Idem, op. cit., p. 432.
31 Padre Manuel da Nóbrega, op. cit., p. 145.
32 Padre José de Anchieta, op. cit., p. 53.
33 Idem, op. cit., p. 73.
34 Idem, op. cit., p. 48.
35 Washington Luís Pereira de Sousa, op. cit., p. 89.
36 Padre José de Anchieta, op. cit., p. 53.

Capítulo VII

1 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo, 1554-1897*, p. 68 et seq.
2 Ibidem, p. 66.
3 Ibidem, p. 60-61.
4 Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, p. 123.
5 Antônio de Alcântara Machado, *Vida do Padre Joseph de Anchieta*, em Padre José de Anchieta, *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*, p. 550.
6 Padre José de Anchieta, op. cit., p. 73.
7 Afrânio Peixoto, Introdução. In: Padre José de Anchieta, op. cit., p. 34.
8 Padre José de Anchieta, op. cit., p. 73.
9 Idem, op. cit., p. 53.
10 Teodoro Sampaio, *São Paulo no Século XIX e Outros Ciclos Históricos*, p. 234.
11 Padre José de Anchieta, op. cit., p. 177.
12 Idem, op. cit., p. 178.
13 Teodoro Sampaio, op. cit., p. 234.
14 Padre José de Anchieta, op. cit., p. 51.
15 Idem, op. cit., p. 197.
16 Idem, op. cit., p. 192-194.
17 Idem, op. cit., p. 197.
18 Idem, op. cit., p. 432.
19 Idem, op. cit., p. 49.
20 Idem, op. cit., p. 102-103.
21 Idem, op. cit., p. 108-109.
22 Mário Neme, *Notas de Revisão da História de São Paulo*, p. 176-177.
23 Padre José de Anchieta, op. cit., p. 103.
24 Idem, op. cit., p. 56.
25 Idem, op. cit., p. 57.
26 Idem, op. cit., p. 57.
27 Ulrico Schmidt, *Viaje al Río de la Plata*, p. 132.
28 Jaime Cortesão, *A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil*, p. 194.
29 Ibidem, p. 189.
30 Mário Neme, op. cit., p. 178.
31 Washington Luís Pereira de Sousa, *Na Capitania de São Vicente*, p. 84.
32 Mário Neme, op. cit., p. 184.
33 Idem, op. cit., p. 180, 182.
34 Washington Luís Pereira de Sousa, op. cit., p. 115.
35 Mário Neme, op. cit., p. 182.
36 Padre José de Anchieta, op. cit., p. 220-225.
37 Antônio de Alcântara Machado, *Vida do Padre Joseph de Anchieta*. In Padre José de Anchieta, op. cit., p. 559.

Capítulo VIII

1 Afonso d'Escragnolle Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, p. 8-9.
2 Ibidem, p. 10; Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 182.
3 Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 314.
4 Ibidem, p. 299-300.
5 Manoel Rodrigues Pereira, *As Repúblicas Municipais no Brasil*, p. 42-45.
6 Ibidem, p. 45.
7 Ronaldo Vainfas (direção), *Dicionário do Brasil Colonial*, p. 284; Manoel Rodrigues Pereira, op. cit., p. 34, 42.
8 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 27, 30.
9 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 118.

10 Ibidem, p. 104.
11 Teodoro Sampaio, *São Paulo no Século XIX e Outros Ciclos Históricos*, p. 160.
12 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, v. 1, p. 25; Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 91.
13 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 2, p. 173.
14 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 90.
15 Idem, op. cit., p. 65 et seq.
16 Idem, op. cit., p. 91.
17 Paulo Prado, *Paulística*, p. 18.
18 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 5.
19 Idem, op. cit., p. 5.
20 Leonardo Arroyo, *Igrejas de São Paulo*, p. 3 et seq.; Afonso d'Escragnolle Taunay, *Velho São Paulo*, v. 3, p. 37.
21 Afonso d'Escragnolle Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, p. 40 et seq.
22 Ibidem, p. 38.
23 Ibidem, p. 40.
24 Ibidem, p. 36.
25 Leonardo Arroyo, op. cit., p. 62.
26 Idem, op. cit., p. 74.
27 Idem, op. cit., p. 137.
28 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 50 et seq.; Leonardo Arroyo, op. cit., p. 22 et seq.
29 Leonardo Arroyo, op. cit., p. 23.
30 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 79.
31 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 16, 177; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 159.

Capítulo IX

1 Ângela Vianna Botelho e Liana Maria Reis, *Dicionário Histórico do Brasil*, p. 131.
2 José de Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 70; Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, p. 247 et seq.
3 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 249.
4 Idem, op. cit., p. 155.
5 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, v. 1, p. 56 et seq.; José de Alcântara Machado, op. cit., p. 71.
6 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 116 et seq.
7 José de Alcântara Machado, op. cit., p. 240.
8 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 117.
9 José de Alcântara Machado, op. cit., p. 239.
10 Idem, op. cit., p. 241.
11 Euclides da Cunha, *Os Sertões*, p. 157.
12 Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, v. 2, p. 52-53.
13 Ibidem, p. 54 et seq., 120 et seq.; Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 3-10; Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 127; John Monteiro, *Negros da Terra*, p. 124-125.
14 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 3-10; John Manuel Monteiro, *Negros da Terra*, p. 59.
15 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 60.
16 José de Alcântara Machado, op. cit., p. 232.
17 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 175.
18 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 113.
19 Idem, op. cit., p. 104.
20 Idem, op. cit., p. 102-105.
21 Idem, op. cit., p. 114.
22 Pasquale Petrone, *Aldeamentos Paulistas*, p. 104-106.
23 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 45; Pasquale Petrone, op. cit., p. 107 et seq.
24 José de Alcântara Machado, op. cit., p. 61.

Capítulo X

1 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, v. 1, p. 32.
2 Ibidem, p. 40.
3 Ibidem, p. 14.
4 John Manuel Monteiro, *Negros da Terra*, p. 152.
5 Ibidem, p. 61, 70.
6 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História das Bandeiras Paulistas*, v. 1, p. 43; Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Nobiliarquia*

Paulistana Histórica e Genealógica, v. 3, p. 182.
7 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 72.
8 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 25.
9 Idem, op. cit., p. 44.
10 Idem, op. cit., p. 45.
11 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, v. 1, p. 83 et seq.
12 Ibidem, p. 87-88.
13 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História das Bandeiras Paulistas*, v. 1, p. 46.
14 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 144.
15 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 47.
16 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 142.
17 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 2, p. 362.
18 Ibidem, p. 362.
19 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, v. 1, p. 115.
20 Ibidem, p. 131 et seq.
21 José de Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 216.
22 Ibidem, p. 218.
23 Ibidem, p. 220.
24 Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo, p. 72.
25 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 367.
26 Ibidem, p. 364.
27 Ibidem, p. 364, 372.
28 Afonso d'Escragnolle Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, p. 115; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 280.
29 José de Alcântara Machado, op. cit., p. 160.
30 Idem, op. cit., p. 163.

Capítulo XI

1 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, v. 1, p. 111 et seq.
2 Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, p. 98; Afonso d'Escragnolle Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, v. 2, p. 47.
3 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., v. 2, p. 47.
4 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., p. 114.
5 Idem, op. cit., p. 114.
6 Luiz de Aguiar Costa Pinto, *Lutas de Famílias no Brasil*, p. 47.
7 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., p. 114.
8 Idem, op. cit., p. 239.
9 Idem, op. cit., p. 74.
10 Idem, op. cit., p. 76.
11 John Manuel Monteiro, *Negros da Terra*, p. 197.
12 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 55.
13 Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes*, p. 205.
14 Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, p. 138.
15 Ibidem, p. 140.
16 Ibidem, p. 140.
17 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., p. 77.
18 Luís de Camões, *Os Lusíadas*, III, p. 46.
19 Frei Gaspar da Madre de Deus, op. cit., p. 141.
20 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 1, p. 42.
21 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 222 et seq.; Luiz Felipe de Alencastro, op. cit., p. 367.
22 Luiz Felipe de Alencastro, op. cit., p. 367.
23 Afonso d'Escragnolle Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, p. 125-126; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 294.
24 Ronaldo Vainfas (direção), *Dicionário do Brasil Colonial*, p. 434.
25 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 254; Luiz Felipe de Alencastro, op. cit., p. 91 et seq.; Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, p. 181 et seq.
26 José de Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 64; John Manuel Monteiro, op. cit., p. 102.
27 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 258; Padre Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, p. 50.
28 Padre Fernão Cardim, op. cit., p. 31.

29 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 157; José de Alcântara Machado, op. cit., p. 52.
30 José de Alcântara Machado, op. cit., p. 53.
31 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 158.
32 Idem, op. cit., p. 223.
33 José de Alcântara Machado, op. cit., p. 102.
34 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 123.
35 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 247.
36 José de Alcântara Machado, op. cit., p. 39-40.
37 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 140.
38 Idem, op. cit., p. 139.
39 Idem, op. cit., p. 137.
40 José de Alcântara Machado, op. cit., p. 172.
41 Idem, op. cit., p. 40.

Capítulo XII

1 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, v. 2, p. 80.
2 Ibidem, p. 80.
3 John Manuel Monteiro, *Negros da Terra*, p. 196.
4 Citado em Luiz de Aguiar Costa Pinto, *Lutas de Famílias no Brasil*, p. 49.
5 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 2, p. 82.
6 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 190.
7 Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, p. 177.
8 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 119, 190.
9 Idem, op. cit., p. 196, 200.
10 Idem, op. cit., p. 190, 206.
11 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 2, p. 80; Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, p. 246; John Manuel Monteiro, op. cit., p. 196.
12 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 247.
13 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 2, p. 80-82.
14 John Manuel Monteiro, op. cit., p. 177.
15 Idem, op. cit., p. 176.
16 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, v. 2, p. 83.
17 Idem, op. cit., p. 130.
18 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 2, p. 89.
19 Idem, op. cit., v. 1, p. 115.
20 Idem, op. cit., v. 1, p. 124.
21 Luiz de Aguiar Costa Pinto, *Lutas de Famílias no Brasil*, p. 71.
22 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 2, p. 82.
23 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 120.
24 Idem, op. cit., p. 110-111.
25 Idem, op. cit., p. 139-140.
26 Idem, op. cit., v. 1, p. 189.
27 Idem, op. cit., p. 257.
28 Francisco de Assis Carvalho Franco, op. cit., p. 416.
29 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História das Bandeiras Paulistas*, v. 1, p. 86.
30 Francisco de Assis Carvalho Franco, op. cit., p. 416.
31 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 1, p. 79.

Capítulo XIII

1 André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, p. 164.
2 Capistrano de Abreu, *Capítulos da História Colonial*, p. 232.
3 Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, p. 176.
4 John Manuel Monteiro, *Negros da Terra*, p. 220.
5 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, v. 3, p. 176.
6 Ibidem, p. 174.
7 Ibidem, p. 205-206.
8 Ibidem, p. 207.
9 Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, p. 120.

10 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 128 et seq.; J. J. Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, p. 113.
11 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 133.
12 Idem, op. cit., p. 138.
13 Idem, op. cit., p. 142.
14 Idem, op. cit., p. 143.
15 Idem, op. cit., p. 143.
16 J. J. Machado de Oliveira, op. cit., p. 133.
17 André João Antonil, op. cit., p. 172.
18 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, v. 1, p. 152.
19 Sérgio Buarque de Holanda, Metais e pedras preciosas. In Sérgio Buarque de Holanda (direção), *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 2, p. 262.
20 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., v. 2, p. 271.
21 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, v. 1, p. 19.
22 Ibidem, p. 237.
23 Ibidem, p. 23.
24 Ibidem, 250.
25 Pedro Otávio Carneiro da Cunha, "Política e administração de 1640 a 1763." In Buarque de Holanda (direção), op. cit., v. 2, p. 34.

Capítulo XIV

1 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, v. 3, p. 208.
2 Ibidem, p. 195.
3 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, v. 1, p. 115.
4 Ibidem, p. 116.
5 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 1, p. 315.
6 Ibidem, p. 315.
7 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 181 et seq.
8 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 1, p. 116.
9 Afonso d'Escragnolle Taunay, Prefácio. In Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 1, p. 35.
10 Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, p. 239.
11 Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, p. 47.
12 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 3, p. 92.
13 Idem, op. cit., p. 92.
14 Afonso d'Escragnolle Taunay, Prefácio. In Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 1, p. 90.
15 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 1, p. 173.
16 Afonso d'Escragnolle Taunay, Prefácio. In Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 1, p. 17.
17 Idem, op. cit., v. 1, p. 23.
18 Idem, op. cit., v. 1, p. 23 e 25.
19 Idem, op. cit., v. 1, p. 24-34.
20 Nuto Sant'Ana, *São Paulo no Século XVIII*, p. 98.
21 Taunay, Prefácio. In Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 1, p. 41.
22 Idem, op. cit., v. 1, p. 67.
23 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 2, p. 88.
24 Idem, op. cit., v. 2, p. 116.
25 Idem, op. cit., v. 2, p. 120.
26 Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, p. 575-576.
27 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 184.
28 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, v. 3, p. 178.

Capítulo XV

1 Afonso d'Escragnolle Taunay, Prefácio. In Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, v. 1, p. 33.
2 Pedro Octávio Carneiro da Cunha, Política e Administração de 1640 a 1763. In Sérgio Buarque de Holanda (direção), *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, p. 43.
3 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 125 .
4 Afonso d'Escragnolle Taunay, Prefácio. In Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 1, p. 34, 149.
5 Nuto Sant'Ana, *São Paulo no Século XVIII*, p. 64-65.
6 Ibidem, p. 28-29.

7 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 280; Nuto Sant' Ana, op. cit., p. 111.
8 Leonardo Arroyo, *Igrejas de São Paulo*, p. 176.
9 Ibidem, p. 174.
10 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 1, p. 240.
11 Ibidem, p. 240.
12 Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora*, p. 82; Leonardo Arroyo, op. cit., p. 178.
13 Leonardo Arroyo, op. cit., p. 178.
14 Nuto Sant'Ana, op. cit., p. 110.
15 Idem, op. cit., p. 81, 110.
16 Paulo Cursino de Moura, op. cit., p. 38.
17 Leonardo Arroyo, op. cit., p. 24.
18 Idem, op. cit., p. 24.
19 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo*, p. 170.
20 Leonardo Arroyo, op. cit., p. 186.
21 M. E. de Azevedo Marques, op. cit., v. 1, p. 239; Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 189.
22 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, op. cit., p. 260.
23 Idem, op. cit., p. 196, 294.
24 Idem, op. cit., p. 197.
25 Idem, op. cit., p. 198.
26 Nuto Sant'Ana, op. cit., p. 33.
27 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, v. 1, p. 77.
28 Ibidem, p. 77.
29 Ibidem, p. 91.
30 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, op. cit., v. 1, p. 166-167.
31 Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 74.
32 Nuto Sant'Ana, op. cit., p. 94.
33 Idem, op. cit., p. 101.
34 Idem, op. cit., p. 99.
35 Idem, op. cit., p. 96.
36 Idem, op. cit., p. 84-85.
37 Idem, op. cit., p. 32; Glauco Carneiro, *O Poder da Misericórdia*, p. 175.
38 Nuto Sant'Ana, op. cit., p. 34-35.
39 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, op. cit., p. 236.
40 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 303-304.
41 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, op. cit., p. 292.
42 Idem, op. cit., p. 276.
43 Nuto Sant'Ana, op. cit., p. 119, 127; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 285.

Capítulo XVI

1 Citado em Benedito Lima de Toledo, *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo*, p. 69.
2 Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 71.
3 Maria Luiza Marcílio, *A Cidade de São Paulo*, p. 81.
4 Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista*, p. 68.
5 Maria Luiza Marcílio, op. cit., p. 98.
6 Idem, op. cit., p. 102, 126.
7 Idem, op. cit., p. 107.
8 Idem, op. cit., p. 109-110.
9 Idem, op. cit., p. 124.
10 Idem, op. cit., p. 159.
11 Idem, op. cit., p. 124.
12 Idem, op. cit., p. 66.
13 Idem, op. cit., p. 75.
14 Idem, op. cit., p. 70.
15 Pedro Taques de Almeida Pais Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, v. 2, p. 80.
16 Raimundo de Menezes, *Histórias da História de São Paulo*, p. 118 et seq.
17 Citado em Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 72.
18 Maristela, *Frei Galvão, Bandeirante de Cristo*, p. 58.

19 Ibidem, p. 49 et seq.; Leonardo Arroyo, *Igrejas de São Paulo*, p. 13 et seq.
20 Maristela, op. cit., p. 70 et seq.; Leonardo Arroyo, op. cit., p. 15-16.
21 Leonardo Arroyo, op. cit., p. 15.
22 Maristela, op. cit., p. 101 et seq.; Leonardo Arroyo, op. cit., p. 17 et seq.
23 Aureliano Leite, op. cit., p. 64; Raimundo de Menezes, op. cit., p. 137.
24 J. J. Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, p. 174.
25 Ibidem, op. cit., p. 174-177; Raimundo de Menezes, op. cit., p. 138-139.
26 Nuto Sant'Ana, *São Paulo no Século XVIII*, p. 135-136.
27 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo*, p. 181-182.
28 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 131.
29 Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 142-143; Wilson Maia Fina, *Paço Municipal de São Paulo*, p. 94-95.
30 Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal*, p. 79 et seq.; Oliveira Martins, *História de Portugal*, p. 464 et seq.
31 Aureliano Leite, op. cit., p. 66; Nuto Sant'Ana, op. cit., p. 163.
32 Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 91 et seq.
33 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 164.
34 Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 130.
35 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, op. cit., p. 216-217; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1056, 1059.
36 Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 146.
37 Idem, op. cit., p. 138.
38 Idem, op. cit., p. 139.
39 Idem, op. cit., p. 144.
40 Idem, op. cit., p. 107-108.
41 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 229.
42 Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, p. 130-131.
43 Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, p. 178-179; Maria Luiza Marcílio, op. cit., p. 101.
44 Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 95.
45 Caio Prado Jr., *A Cidade de São Paulo*, p. 20 et seq.
46 Maria Luiza Marcílio, op. cit., p. 98.
47 Idem, op. cit., p. 105, 129.
48 Idem, op. cit., p. 105, 109.
49 Nuto Sant'Ana, op. cit., p. 140-141.
50 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 70.
51 Nuto Sant'Ana, op. cit., p. 141.
52 Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, p. 185.

Capítulo XVII

1 John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil*, p. 59.
2 Ibidem, p. 59-61.
3 Ibidem, p. 62.
4 Ibidem, p. 71.
5 J. J. Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, p. 206-207.
6 John Mawe, op. cit., p. 69, 71.
7 Idem, op. cit., p. 65-68.
8 Idem, op. cit., p. 72-73.
9 Idem, op. cit., p. 71.
10 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, p. 117-119.
11 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p. 3.
12 Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, p. 120.
13 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 315.
14 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., p. 121 e 122.
15 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 174.
16 Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., p. 127 e 128.
17 Idem, op. cit., p. 128-130.
18 Idem, op. cit., p. 132-137.
19 Idem, op. cit., p. 133.
20 Idem, op. cit., p. 141-144.
21 Idem, op. cit., p. 144.
22 Idem, op. cit., p. 142.
23 Idem, op. cit., p. 145 e 146.

24 Idem, op. cit., p. 147.

Capítulo XVIII

1 Octávio Tarquínio de Sousa, *A Vida de D. Pedro I*, p. 421.
2 Ibidem, p. 418-423.
3 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 25.
4 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 2, p. 434-438; Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de São Paulo*, p. 139-141.
5 Antônio Barreto do Amaral, *Dicionário de História de São Paulo*, p. 137, 200, 230; Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo*, p. 240-243.
6 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, p. 96, 118; Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 147.
7 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de São Paulo sob o Império*, v. 1, p. 153-155; Octávio Tarquínio de Sousa, op. cit., p. 423-424; J. J. Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, p. 286.
8 Octávio Tarquínio de Sousa, op. cit., p. 424-426; Afonso d'Escragnolle Taunay, op. cit., p. 157; Antônio Barreto do Amaral, op. cit., p. 246.
9 Octávio Tarquínio de Sousa, op. cit., p. 428 et seq.
10 Alberto Rangel (edição), *Cartas de D. Pedro I à Marquesa de Santos*, p. 57, 60.
11 Ibidem, p. 286, 469.
12 Ibidem, p. 74, 319.
13 Octávio Tarquínio de Sousa, op. cit., p. 430.
14 Idem, op. cit., p. 430-431.
15 Idem, op. cit., p. 435.
16 Idem, op. cit., p. 436 et seq.; Afonso A. de Freitas, op. cit., p. 124 et seq.; Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 437; Raimundo de Menezes, *Histórias da História de São Paulo*, p. 174.

Capítulo XIX

1 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, p. 135.
2 Ibidem, p. 134-135.
3 Ibidem, p. 135.
4 Maria Luiza Marcílio, *A Cidade de São Paulo*, p. 128; Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 205.
5 Afonso A. de Freitas, op. cit., p. 134.
6 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo*, p. 215.
7 Afonso A. de Freitas, op. cit., p. 98.
8 Idem, op. cit., p. 99.
9 Idem, op. cit., p. 135.
10 Antônio Barreto do Amaral, *Dicionário de História de São Paulo*, p. 333.
11 Afonso de Freitas, op. cit., p. 98-99.
12 Antônio Barreto do Amaral, op. cit., p. 355.
13 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 85.
14 Citado em Maria Luiza Marcílio, *A História Social da Criança Abandonada*, p. 145.
15 Maria Luiza Marcílio, op. cit., p. 154-156; Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 121.
16 Antônio Egídio Martins, op cit., p. 194 et seq.; Leonardo Arroyo, *Igrejas de São Paulo*, p. 223-229.
17 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, op. cit., p. 217; Antônio Barreto do Amaral, op. cit., p. 361; Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de São Paulo*, p. 135.
18 Introdução, por Honório de Sylos. In Daniel Pedro Müller, *Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, p. X a XV.
19 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 336.
20 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, op. cit., p. 238.
21 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 170.
22 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, op. cit., p. 184.
23 Leonardo Arroyo, op. cit., p. 165, 167.
24 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, op. cit., p. 200-201; Antônio Barreto do Amaral, op. cit., p. 126, 383.
25 Afonso de Freitas, op. cit., p. 103.
26 Paulo Pereira dos Reis, Introdução. In José Arouche de Toledo Rendon, *Obras*, p. VIII e IX.
27 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 177; Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, op. cit., p. 200-204.

Capítulo XX

1 José Luís de Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo – Tradições e Reminiscências*, v. 1, p. 23.
2 Ibidem, p. 23.
3 Ibidem, p. 25-26.

4 Ibidem, p. 28.
5 Ibidem, p. 26.
6 Ibidem, p. 29-30.
7 Ibidem, p. 40.
8 Ibidem, p. 52.
9 Francisco de Assis Vieira Bueno, *A Cidade de São Paulo – Recordações Evocadas de Memória*. In Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX*, p. 159.
10 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 410.
11 Daniel Pedro Müller, *Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, p. 257.
12 Citado em Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 336.
13 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 1, p. 70; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 838.
14 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 411.
15 Idem, op. cit., p. 838.
16 José Luís de Almeida Nogueira, op. cit., p. 64-65.
17 Idem, op. cit., p. 47-48.
18 Idem, op. cit., p. 49.
19 Francisco de Assis Vieira Bueno. In Carlos Eugênio Marcondes de Moura, op. cit., p. 160.
20 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 809.
21 Idem, op. cit., p. 813-817.
22 Idem, op. cit., p. 682.
23 Idem, op. cit., p. 820.
24 Idem, op. cit., p. 764; Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo, 1554-1897*, p. 190.
25 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 825.
26 Sousa Pinto, *Terra Moça – Impressões Brasileiras*. Citado em Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 830.
27 Richard Morse, *De Comunidade a Metrópole*, p. 82.
28 Ibidem, p. 64.
29 Ibidem, p. 65; Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista*, p. 96.
30 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 492.
31 Idem, op. cit., p. 495.
32 Idem, op. cit., p. 638.
33 Idem, op. cit., p. 638; José Luís de Almeida Nogueira, op. cit., p. 122.
34 Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo*, p. 123.
35 José Luís de Almeida Nogueira, op. cit., p. 165 et seq.; Antônio Barreto do Amaral, *Dicionário de História de São Paulo*, p. 60; Afonso Schmidt, *São Paulo dos meus Amores*, p. 125.
36 José Luís de Almeida Nogueira, op. cit., p. 199.
37 Álvares de Avezedo, *Obras Completas*, p. 825-826.
38 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 724, 734.
39 Álvares de Azevedo, op. cit., p. 795.
40 Idem, op. cit., p. 805.
41 Idem, op. cit., p. 781.
42 Idem, op. cit., p. 813.
43 Idem, op. cit., p. 815.
44 Idem, op. cit., p. 789.
45 Idem, op. cit., p. 793.
46 Idem, op. cit., p. 831.
47 Idem, op. cit., p. 805, 819.
48 Idem, op. cit., p. 794, 812.
49 Idem, op. cit., p. 524-526.

Capítulo XXI

1 Pedro Calmon, *História de D. Pedro II*, p. 302.
2 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 144.
3 Pedro Calmon, op. cit., p. 304; Heitor Lyra, *História de D. Pedro II*, v. 1, p. 145.
4 M. E. de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 2, p. 305 et seq.
5 Richard Morse, *De Comunidade a Metrópole*, p. 47, 60.
6 Antônio Barreto do Amaral, *Dicionário de História de São Paulo*, p. 368.

7 Richard Morse, op. cit., p. 69.
8 Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, p. 168; Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo, p. 246-248.
9 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 596-597.
10 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, p. 100.
11 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 606, 608.
12 Francisco de Assis Vieira Bueno, A Cidade de São Paulo – Recordações Evocadas da Memória. In Carlos Eugênio Marcondes de Moura (organizador), *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX*, p. 160.
13 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 545.
14 Idem, op. cit., p. 546.
15 Francisco de Assis Vieira Bueno. In Carlos Eugênio Marcondes de Moura (organizador), op. cit., p. 160-161.
16 Idem, op. cit., p. 160.
17 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 615.
18 Spencer Vampré, citado em Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 699.
19 Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora (Evocações da Metrópole)*, p. 284.
20 Richard Morse, op. cit., p. 137.
21 Lawrence Hallowell, *O Livro no Brasil*, p. 226 et seq.
22 Ibidem, p. 227-228.
23 Richard Morse, op. cit., p. 136; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 693 et seq.
24 Citado em Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 697.
25 Afonso A. de Freitas, op. cit., p. 51.
26 Richard Morse, op. cit., p. 57.
27 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 869.
28 Idem, op. cit., p. 869.
29 Idem, op. cit., p. 870.
30 Idem, op. cit., p. 875.
31 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, op. cit., p. 170-174.
32 Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes*, p. 41-45.
33 Francisco de Assis Vieira Bueno, op. cit., p. 166.
34 Idem, op. cit., p. 163.
35 Maria Pais de Barros, op. cit., p. 39.
36 Francisco de Assis Vieira Bueno, op. cit., p. 167-168.
37 Idem, op. cit., p. 166.
38 Richard Morse, op. cit., p. 107; Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 155.
39 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 155 et seq.

Capítulo XXII

1 Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes*, p. 132.
2 Richard Morse, *De Comunidade a Metrópole*, p. 151.
3 *Cabrião* nº 27, de 7/4/1867, p. 3.
4 Maria Pais de Barros, op. cit., p. 132.
5 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 25; Richard Morse, op. cit. p. 151; *Cabrião* nº 34, de 26/5/1867, p. 3.
6 *Cabrião* nº 11, de 9/12/1866, p. 3.
7 Leonardo Arroyo, *Igrejas de São Paulo*, p. 230-234; Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 164.
8 Idem, op. cit., p. 43-45; Afonso Arinos de Melo Franco, *Rodrigues Alves*, p. 21-22.
9 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo*, p. 268-269.
10 Paulo Pereira dos Reis, Introdução. In José Arouche de Toledo Rendon, *Obras*, p. VII.
11 Richard Morse, op. cit., p. 117; Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, p. 164.
12 Richard Morse, op. cit., p. 119.
13 Darrell E. Levi, *A Família Prado*, p. 158.
14 Richard Morse, op. cit., p. 119.
15 Darrell E. Levi, op. cit., p. 161-162.
16 Idem, op. cit., p. 163-165.
17 Idem, op. cit., p. 58-59.
18 Idem, op. cit., p. 80-81.
19 Idem, op. cit., p. 78-79.
20 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 135-136.
21 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, p. 77.

22 Edgard Carone, *A Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930)*, p. 27.
23 Richard Morse, op. cit., p. 160.
24 Afonso Schmidt, *São Paulo dos meus Amores*, p. 42.
25 Darrell E. Levi, op. cit., p. 182.
26 Joseph Love, *A Locomotiva – São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*, p. 23.
27 Darrell E. Levi, op. cit., p. 159.
28 Richard Morse, op. cit., p. 162.
29 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de São Paulo*, p. 235.
30 Richard Morse, op. cit., p. 161-162.
31 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 900.
32 Richard Morse, op. cit., p. 196.
33 Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista*, p. 113; Maria Luiza Marcílio, *A Cidade de São Paulo*, p. XIII.
34 Richard Morse, op. cit., p. 214-215; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1065; Nuto Sant'Ana, *São Paulo no Século XVIII*, p. 87.

Capítulo XXIII

1 Benedito Lima de Toledo, *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*, p. 27.
2 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 345-353.
3 Eugênio Egas, citado em Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora*, p. 209.
4 Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 19.
5 Idem, op. cit., p. 21.
6 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 67, 211; Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 28-37; Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 970-973.
7 Afonso Schmidt, *São Paulo de meus Amores*, p. 100.
8 Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 28.
9 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1086.
10 Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora*, p. 297.
11 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 67, 211; Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 28-29.
12 Richard Morse, *De Comunidade a Metrópole*, p. 192; Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 17.
13 Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de São Paulo*, p. 205.
14 Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 25.
15 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1169 e 1670; Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 25; Henrique Raffard, *Alguns Dias na Pauliceia*, p. 23.
16 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 305.
17 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1234.
18 *Correio Paulistano* de 10/7/1877. Citado em Ebe Reale, *Brás, Pinheiros, Jardins*, p. 15.
19 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 142-144.
20 Idem, op. cit., p. 309.
21 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1075-1079.
22 Ina von Binzer, *Os meus Romanos*, p. 116.
23 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 270.
24 Richard Morse, op. cit., p. 158.

Capítulo XXIV

1 Lúcio de Mendonça, Luís Gama. In *Almanach Litterario de São Paulo para o Ano de 1881*, p. 51.
2 Lúcio de Mendonça. op. cit., p. 50 et seq.; Eloy Pontes, *A Vida Inquieta de Raul Pompéia*, p. 67.
3 Lúcio de Mendonça, op. cit., p. 55.
4 Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes*, p. 19.
5 Ibidem, p. 37.
6 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 109.
7 Elciene Azevedo, *Orfeu de Carapinha*, p. 191-192.
8 Lígia Fonseca Ferreira, Introdução. In Luís Gama, *Primeiras Trovas Burlescas*, p. XVII.
9 Luís Gama, op. cit., p. 142.
10 Idem, op. cit., p. 11, 32.
11 Idem, op. cit., p. 32.
12 Idem, op. cit., p. 243.
13 Elciene Azevedo, op. cit., p. 270.
14 Idem, op. cit., p. 262.
15 Raul Pompéia, *Escritos Políticos*, p. 68.
16 Ibidem, p. 69.

17 Elciene Azevedo, op. cit., p. 193.
18 Idem, op. cit., p. 246.
19 Idem, op. cit., p. 247.
20 Idem, op. cit., p. 194.
21 Idem, op. cit., p. 207.
22 Idem, op. cit., p. 208-209.
23 Raul Pompéia, op. cit., p. 71.
24 Idem, op. cit., p. 72.
25 Idem, op. cit., p. 76.
26 Idem, op. cit., p. 75-76.
27 *A Província de S. Paulo*, 26/8/1882. Citado em Elsiene Azevedo, op. cit., p. 22.
28 Maria Pais de Barros, op. cit., p. 138.
29 Idem, op. cit., p. 139.
30 Antônio Barreto do Amaral, *Dicionário de História de São Paulo*, p. 120.
31 Raul Pompéia, op. cit., p. 263.
32 Idem, op. cit., p. 263.
33 Robert Conrad, *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, p. 294-295.
34 Citado em Robert Conrad, op. cit., p. 297.
35 Robert Conrad, op. cit., p. 295-296.
36 Idem, op. cit., p. 357.
37 Idem, op. cit., p. 290-297.
38 Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, p. 375-377.
39 Maria Luiza Marcílio, *A Cidade de São Paulo*, p. 129.
40 Joseph Love, *A Locomotiva*, p. 66.

CAPÍTULO XXV

1 Darrell E. Levi, *A Família Prado*, p. 201.
2 Ibidem, p. 170.
3 Richard Morse, *De Comunidade a Metrópole*, p. 174.
4 Darrell E. Levi, op. cit., p. 174.
5 Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, p. 233.
6 Ina von Binzen, *Os Meus Romanos*, p. 94.
7 Edmundo Zenha, A Colônia Alemã de Santo Amaro. Citado em: Odair da Cruz Paiva, *Breve História da Hospedaria dos Imigrantes e da Imigração para São Paulo*, p. 5.
8 Odair da Cruz Paiva, op. cit., p. 5.
9 Richard Morse, op. cit., p. 175; Odair da Cruz Paiva, op. cit., p. 7.
10 Edgard Carone, *A Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930)*, p. 37.
11 Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*, p. 241-
-242.
12 Emília Viotti da Costa, op. cit., p. 170.
13 Joseph Love, *A Locomotiva*, p. 113-115.
14 Aureliano Leite, *Retratos a Bico de Pena*, p. 43 et seq.; Richard Morse, op. cit., p. 175.
15 Caio Prado Jr., op. cit., p. 240.
16 Richard Morse, op. cit., p. 188.
17 Zuleika Alvim, *Brava Gente*, p. 71.
18 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 948.
19 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 271; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1138.
20 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1137.
21 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 1073, 1121.
22 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1138.
23 Warren Dean, *A Industrialização de São Paulo*, p. 19.
24 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1181.
25 Richard Morse, op. cit., p. 236.
26 Warren Dean, op. cit., p. 58-74.
27 Idem, op. cit., p. 44.
28 Idem, op. cit., p. 14.
29 Richard Morse, op. cit., p. 237.
30 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1139.
31 Rubens Ricupero, Alcântara Machado: Testemunha da Imigração. In *Revista Estudos Avançados* nº 7, 1993, p. 139 et seq.

Capítulo XXVI

1 Sérgio Buarque de Holanda, Do Império à República. In Sérgio Buarque de Holanda (organizador), *História da Civilização Brasileira*, v. 7, p. 279.
2 Rodrigo Soares Jr., *Jorge Tibiriçá e sua Época*, p. 184.
3 Heitor Lyra, *História da Queda do Império*, v. 1, p. 24.
4 Ibidem, p. 24.
5 Ibidem, v. 2, p. 84.
6 Lúcio de Mendonça, Luís Gama. In: *Almanach Litterario de São Paulo para o Ano de 1886*, p. 60.
7 Elciene Azevedo, *Orfeu de Carapinha*, p. 145.
8 Heitor Lyra, op. cit., p. 32.
9 Heitor Lyra, op. cit., v. 1, p. 23; Dirceu Fernandes Lopes, José Coelho Sobrinho e José Luiz Proença (organizadores), *A Evolução do Jornalismo em São Paulo*, p. 18.
10 Rodrigo Soares Jr., op. cit., p. 184.
11 José Maria Bello, *História da República*, p. 22.
12 Reproduzido em *Almanach Litterario para o Ano de 1884*, p. 80.
13 Rodrigo Soares Jr., op. cit., p. 182.
14 Idem, op. cit., p. 207-208.
15 Joseph Love, *A Locomotiva*, p. 150.
16 Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 275; Richard Morse, *De Comunidade a Metrópole*, p. 171.
17 Joseph Love, op. cit., p. 129.
18 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 290-291.
19 Pedro Calmon, *História de D. Pedro II*, p. 1036-1037.
20 Ibidem, p. 1038.
21 Ibidem, p. 1037.
22 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 290-293; Richard Morse, op. cit., p. 193; Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 1122; Afonso d'Escragnolle Taunay, *História da Cidade de São Paulo*, p. 249.
23 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1124.
24 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 292.
25 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1123.
26 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1204-1206; Afonso Schmidt, *São Paulo dos meus Amores*, p. 123-125.
27 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 959-960; Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista*, p. 122.
28 Ibidem, p. 119; Joseph Love, op. cit., p. 130.

Capítulo XXVII

1 José Maria dos Santos, *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, p. 101-118.
2 Ibidem, p. 105-106; Maria Helena P. T. Machado, Introdução. In *Diário Íntimo de Couto Magalhães*, p. 9-48.
3 Rodrigo Soares, *Jorge Tibiriçá e seu Tempo*, p. 228.

Capítulo XXVIII

1 Antônio Barreto do Amaral, *Dicionário de História de São Paulo*, p. 279, 299.
2 Ibidem, p. 300.
3 Benedito Lima de Toledo, *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*, p. 60-61; Afonso Schmidt, *São Paulo dos meus Amores*, p. 89-90.
4 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 116; Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 1096; Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 61.
5 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 117.
6 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1099.
7 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 116; Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 61.
8 *A Província de S. Paulo* de 6/7/1887, por exemplo.
9 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 116-117; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1099; Antônio Barreto do Amaral, op. cit., p. 480.
10 *A Província de S. Paulo* de 7/5/1889.
11 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 116-117.
12 Idem, op. cit., p. 116.
13 Idem, op. cit.,p. 117; Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora*, p. 132; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1100.
14 Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo*, p. 222; Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geografia Nacional*, p. 210.
15 Antônio Barreto do Amaral, op. cit., p. 280.
16 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1149-1150.

17 Paulo Cursino de Moura, op. cit., p. 288.
18 Antônio Barreto do Amaral, op. cit., p. 101; Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 30; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1028.
19 Maria Cecília Naclério Homem, *O Palacete Paulistano*, p. 163-169.
20 Ibidem, p. 134 et seq.
21 Pedro Luís Pereira de Sousa, *Casa Barão de Iguape*. Citado em Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 41, 47.
22 Maria Cecília Naclério Homem, *Higienópolis – Grandeza e Decadência de um Bairro Paulistano*, p. 70.
23 Benedito Lima de Toledo, op. cit., p. 41 et seq.; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 983-984; Alfredo Moreira Pinto, *A Cidade de São Paulo em 1900*, p. 250.
24 Maria Cecília Naclério Homem, *O Palacete Paulistano*, p. 123.
25 Darrell E. Levi, *A Família Prado*, p. 89.
26 Maria Cecília Naclério Homem, *Higienópolis – Grandeza e Decadência de um Bairro Paulistano*, p. 34.
27 Maria Cecília Naclério Homem, *O Palacete Paulistan*o, p. 123; Antônio Rodrigues Porto, *História da Cidade de São Paulo Através de suas Ruas*, p. 132.
28 Citado em Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 983.
29 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 119.
30 Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, p. 47.
31 Carlos A. C. Lemos, *Ramos de Azevedo e seu Escritório*, p. 3.
32 Ibidem, p. 6; Maria Cristina Wolff de Carvalho, *Ramos de Azevedo*, p. 78.
33 Carlos A. C. Lemos, op. cit., p. 9.
34 Idem, op. cit., p. 45; Maria Cristina Wolff de Carvalho, op. cit., p. 161; Zuleika Alvim e Silvana Goulart (coordenação geral), *Escola Politécnica – Cem Anos de Tecnologia Brasileira*, p. 19-31.
35 Zuleika Alvim e Silvana Goulart, op. cit., p. 24.
36 Carlos A. C. Lemos, op. cit., p. 61-70.
37 Idem, op. cit., p. 77.
38 Alfredo Moreira Pinto, *A Cidade de São Paulo em 1900*, p. 77.
39 Antônio Rodrigues Porto, op. cit., p. 171.
40 Idem, op. cit., p. 122.
41 Citado em Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 944.
42 Citado em Richard Morse, *De Comunidade a Metrópole*, p. 204.
43 Richard Morse, op. cit., p. 204.

Capítulo XXIX

1 Leonardo Arroyo, Introdução. In Henrique Raffard, *Alguns Dias na Pauliceia*, p. 7-8.
2 Henrique Raffard, op. cit., p. 14.
3 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 1271.
4 Henrique Raffard, op. cit., p. 15, 21, 37.
5 Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora*, p. 61; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 991-992.
6 Henrique Raffard, op. cit., p. 15.
7 Idem, op. cit., p. 16.
8 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 108, 202; Glauco Carneiro, *O Poder da Misericórdia*, p. 324.
9 Glauco Carneiro, op. cit., p. 335.
10 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 119; Carlos A. C. Lemos, *O Álbum de Afonso*, p. 152.
11 Henrique Raffard, op. cit., p. 17, 19.
12 Idem, op. cit., p. 20.
13 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, p. 30-31; Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 106-107.
14 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 106-108; Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1109; Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora*, p. 282.
15 Levino Ponciano, *Mil Faces de São Paulo*, p. 133.
16 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 107-108.
17 Henrique Raffard, op. cit., p. 28.
18 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 83.
19 Henrique Raffard, op. cit., p. 20.
20 Idem, op. cit., p. 26-29.
21 Idem, op. cit., p. 35-38.
22 Idem, op. cit., p. 41-43.
23 Idem, op. cit., p. 105.
24 Idem, op. cit., p. 86-89.
25 Idem, op. cit., p. 98-99.
26 Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 165.

27 Henrique Raffard, op. cit., p. 99-101.
28 Carlos A. C. Lemos, *Ramos de Azevedo e seu Escritório*, p. 19.
29 Henrique Raffard, op. cit., p. 90-93.
30 Antônio Barreto do Amaral, *Dicionário de História de São Paulo*, p. 325-327; Antônio Egídio Martins, op. cit., p. 288-290.
31 Henrique Raffard, op. cit., p. 96-97.
32 Idem, op. cit., p. 95.
33 Idem, op. cit., p. 102-104.
34 Idem, op. cit., p. 106-107.

Capítulo XXX

1 Relatório apresentado ao cidadão dr. Cesário Mota Jr., secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo diretor da Repartição de Estatística e Arquivo, sr. Antônio de Toledo Piza, em 13 de julho de 1894, página 65.
2 Ibidem, p. 69-75.
3 Ibidem, p. 71-72.
4 Ibidem, p. 97-99.
5 Ibidem, p. 65.
6 Ibidem, p. 74.
7 Ibidem, p. 69-71.
8 Ibidem, p. 84-85.
9 Ibidem, p. 107-108.
10 Ibidem, p. 37, 96-97.
11 Ibidem, p. 99-102.
12 Ibidem, p. 90-91.
13 Ibidem, p. 116-117.
14 Boris Fausto, *Crime e Cotidiano*, p. 31.
15 Relatório..., op. cit., p. 117-118.
16 Boris Fausto, op. cit., p. 14.
17 Edgard Carone, *A República Velha*, p. 169; Rodrigo Soares Jr., *Jorge Tibiriçá e seu Tempo*, p. 401; Raimundo de Menezes, *Histórias da História de São Paulo*, p. 263-264; José Arthur Rios, Italianos em São Paulo. In *São Paulo Espírito, Povo, Instituições*, p. 78; *Correio Paulistano* de 23/8/1896.
18 Raimundo de Menezes, op. cit., p. 264.
19 Idem, op. cit., p. 267; *Correio Paulistano* de 25/8/1896.
20 Raimundo de Menezes, op. cit., p. 268.
21 Relato de Augusta de Faro Fleury Curado. In Maria Paula Fleury de Godoy, *Do Rio de Janeiro a Goiás (a Viagem Era Assim)*, p. 29.
22 Teodoro Sampaio, *São Paulo no Século XIX e Outros Ciclos Históricos*, p. 212.
23 Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora*, p. 33-34; Raimundo de Menezes, op. cit., p. 255; Leonardo Arroyo, *Igrejas de São Paulo*, p. 247-
-249.

Capítulo XXXI

1 Oswald de Andrade, *Um Homem sem Profissão*, p. 46, 48.
2 Alfredo Moreira Pinto, *A Cidade de São Paulo em 1900*, p. 224-225.
3 Ibidem, p. 257-258.
4 Antônio Rodrigues Porto, *História da Cidade de São Paulo Através de suas Ruas*, p. 130.
5 Oswald de Andrade, op. cit., p. 26.
6 Idem, op. cit., p. 22.
7 Alfredo Moreira Pinto, op. cit., p. 32.
8 Oswald de Andrade, op. cit., p. 25-26.
9 Idem, op. cit., p. 54.
10 Raimundo de Menezes, *Histórias da História de São Paulo*, p. 272-273.
11 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 173; Antônio Rodrigues Porto, *História Urbanística da Cidade de São Paulo*, p. 149.
12 Alfredo Moreira Pinto, op. cit., p. 68.
13 Idem, op. cit., p. 70.
14 Idem, op. cit., p. 70.
15 Idem, op. cit., p. 230.
16 Carlos A. C. Lemos, *Ramos de Azevedo e seu Escritório*, p. 29.
17 Antônio Rodrigues Porto, op. cit., p. 78.
18 Idem, op. cit., p. 160, 162.

19 Idem, op. cit., p. 137.
20 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 939.
21 Alfredo Moreira Pinto, op. cit., p. 106-107.
22 Antônio Rodrigues Porto, op. cit., p. 130.
23 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 911, 926.
24 Leonardo Arroyo, *Igrejas de São Paulo*, p. 252.
25 Alfredo Moreira Pinto, op. cit., p. 46-50.
26 Idem, op. cit., p. 120.
27 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1293.
28 Alfredo Moreira Pinto, op. cit., p. 201.
29 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1061.
30 Idem, op. cit., p. 1027; Levino Ponciano, *Mil Faces de São Paulo*, p. 127.
31 Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora*, p. 239.
32 Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1027-1029.
33 Oswald de Andrade, op. cit., p. 48-49.
34 Antônio Barreto do Amaral, *Dicionário de História de São Paulo*, p. 83.
35 Cícero Arpino Caldeira Brant, *Memórias dum Estudante (1885-1906)*. Citado em Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1082.

EPÍLOGO

1 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, p. 311.
2 *A Província de S. Paulo* de 1/7/1886.
3 *A Província de S. Paulo* de 4/7/1886.
4 *A Província de S. Paulo* de 6/7/1886.
5 Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista*, p. 124; Raimundo de Menezes, *Histórias da história de São Paulo*, p. 273-274.
6 Oswald de Andrade, *Um Homem sem Profissão*, p. 44-45.
7 Eça de Queirós, *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*, p. 202-205.
8 Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 1158, 1161.
9 Oswald de Andrade, op. cit., p. 102.
10 Idem, op. cit., p. 102.
11 Idem, op. cit., p. 103-104.

Referências

Livros

Abreu, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1954.

Alencastro, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Alvim, Zuleika. *Brava Gente!*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Alvim, Zuleika; Goulart, Silvana. *Escola Politécnica: Cem Anos de Tecnologia Brasileira*. São Paulo: Grifo, 1994.

Amaral, Álvaro do. *O Padre José de Anchieta e a Fundação de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971. 2v.

Amaral, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980.

Anchieta, José de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas, v. 3.)

Andrade, Oswald. *Um Homem sem Profissão*. São Paulo: Globo, 1990.

Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1982.

Arroyo, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966.

Azevedo, Elciene. *Orfeu de Carapinha: A Trajetória de Luís Gama na Imperial Cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

Azevedo, Manuel Antônio Álvares de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

Azpicuelta et al. *Cartas Avulsas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas, v. 2.)

Barros, Maria Pais de. *No Tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Bello, José Maria. *História da República*. São Paulo: Ed. Nacional, 1964.

Binzer, Ina von. *Os meus Romanos*. Tradução de Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Botelho, Ângela Vianna; Reis, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil*. Belo Horizonte: A. Vianna Botelho, 2001.

Bruno, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec: Prefeitura do Município de São Paulo, 1984. 3v.

Burrows, Edwin G.; Wallace, Mike. *Gothan*. Nova York: Oxford University Press, 1999.

Calmon, Pedro. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

Cardim, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

Carneiro, Glauco. *O Poder da Misericórdia: A Santa Casa na História de São Paulo.* São Paulo: Santa Casa de Misericórdia, 1986. 2v.

Carone, Edgard. *A Evolução Industrial de São Paulo:* 1889-1930. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

_____ . *A República Velha:* (evolução política). São Paulo: Difel, 1971.

Casal, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1976.

Conrad, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Cortesão, Jaime. *A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

Cunha, Euclides da. *Os Sertões*. Edição crítica por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Martins, 1953.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo, 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano — A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As Repúblicas Municipais no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1980.

FINA, Wilson Maia. *O Chão de Piratininga*. São Paulo: Anhambi, 1965.

_____ . *Paço Municipal de São Paulo*. São Paulo: Anhambi, 1962.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973. 2 v.

FREITAS, Afonso A. de. *Tradições e Reminiscências Paulistanas*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

GAMA, Luís. *Primeiras Trovas Burlescas*. Organização e introdução de Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás (A Viagem Era Assim)*. Goiânia: Edição da autora, 1985.

GUZMÁN, Ruy Díaz de. *La Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1998.

HALLEWELL, Lawrence. *O Livro no Brasil*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. 2 v.

_____ . *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____ . *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____ . *Visão do Paraíso*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *Higienópolis: Grandeza e Decadência de um Bairro Paulistano*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1980.

_____ . *O Palacete Paulistano*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia: A Invenção da Cidade*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

LEITE, Aureliano. *História da Civilização Paulista*. São Paulo: Martins, 1946.

_____ . *Retratos a Bico de Pena*. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1980. 3 v.

LEMOS, Carlos A. C. *O Álbum de Afonso*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2001.

_____ . *Ramos de Azevedo e seu Escritório*. São Paulo: Pini, 1993.

LEVI, Darrell E. *A Família Prado*. Tradução de José Eduardo Mendonça. São Paulo: Cultura 70, 1974.

LOPES, Dirceu Fernandes; COELHO SOBRINHO, José; PROENÇA, José Luiz (Org.). *A Evolução do Jornalismo em São Paulo*. São Paulo: Edicon; Eca-USP, 1998.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LYRA, Heitor. *História da Queda do Império*. São Paulo: Ed. Nacional, 1964.

_____ . *História de D. Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1977.

MACHADO, José de Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]:

EDUSP, 1980.
MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: Povoamento e População*, 1750-1850. São Paulo: Pioneira: EDUSP, 1973.
_____ . *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
MARCONDES, J. V. Freitas; PIMENTEL, Osmar (Org.). *São Paulo: Espírito, Povo, Instituições*. São Paulo: Pioneira, 1968.
MARISTELA. *Frei Galvão, Bandeirante de Cristo*. São Paulo: Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz, 1978.
MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1980, 2 v.
MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo Antigo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.
MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1968.
MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântic*o. Tradução de Manuela Barreto. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. 2v.
MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1978.
MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
MENEZES, Raimundo. *Histórias da História de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.
MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
MORSE, Richard. *De Comunidade a Metrópole*. Tradução de Maria Aparecida Madeira Kerbeg. São Paulo: Comissão do Quarto Centenário, 1954.
MOSTEIRO DE SÃO BENTO (São Paulo). *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento*. São Paulo: Mosteiro de São Bento, 1977.
MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Ateliê: Ed. da UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Secretaria da Cultura, 1998.
MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1980.
MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.
NEME, Mário. *Notas de Revisão da História de São Paulo*. São Paulo: Anhambi, 1959.
NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas, v. 1.)
NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências*. São Paulo: Arcadas, 1953. 7 v.
OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
PAIVA, Odair da Cruz (pesquisa e texto). *Breve História da Hospedaria de Imigrantes e da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2001.
PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.
PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo: Governo do Estado, 1979.
PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de Famílias no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
POMPÉIA, Raul. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
PONCIANO, Levino. *Mil Faces de São Paulo*. São Paulo: Fênix, 1999.
PONTES, Eloy. *A Vida Inquieta de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1935.

PORTO, Antônio Rodrigues. *História da Cidade de São Paulo Através de suas Ruas*. São Paulo: Carthago, 1996.

PORTO, Antônio Rodrigues. *História Urbanística da Cidade de São Paulo (1554 a 1988)*. São Paulo: Corthejo e Forte, 1992.

PRADO JR., Caio. *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____ . *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____ . *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____ . *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO, Paulo. *Paulística*. São Paulo: Ed. Monteiro Lobato, 1925.

_____ . *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

QUEIRÓS, Eça de. *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*. Lisboa: Lello e Irmão, 1945.

RAFFARD, Henrique. *Alguns Dias na Pauliceia*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977.

RANGEL, Alberto (Ed.). *Cartas de D. Pedro I à Marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

REALE, Ebe. *Brás, Pinheiros, Jardins: Três Bairros, Três Mundos*. São Paulo: Pioneira: EDUSP, 1982.

RENDON, José Arouche de Toledo. *Obras*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960. 5 v.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Tradução de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1976.

_____ . *Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 2000.

SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

_____ . *São Paulo no Século XIX e Outros Ciclos Históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANT'ANA, Nuto. *São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia: Conselho Estadual de Cultura, 1977.

SANTOS, José Maria dos. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

SCHMIDT, Ulrico. *Viaje al Río de la Plata*. Buenos Aires: Emecé, 1997.

SCHMIDT, Afonso. *São Paulo de meus Amores*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

SOARES JR., Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua Época*. São Paulo: Ed. Nacional, 1958. 2 v.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A Vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957, 3 v. (Série História dos Fundadores do Império do Brasil).

SOUSA, Washington Luís Pereira de. *Na Capitania de São Vicente*. São Paulo: Martins, 1956.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Tradução de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. São Paulo: Obelisco, 1965.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1931-1935. 4 v.

_____ . *História da Cidade de São Paulo sob o Império*. São Paulo: Departamento de Cultura-Divisão do Arquivo Histórico, 1956. 3 v.

_____ . *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História das Bandeiras Paulistas.* São Paulo: Melhoramentos: MEC, 1975. 3 v.

_____ . *História Seiscentista da Vila de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Ideal, 1926-1929. 4 v.

_____ . *São Paulo nos Primeiros Anos*. Tours: E. Arrault et Cie., 1920.

_____ . *Velho São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1954. 3 v.

TOLEDO, Benedito Lima de. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo*. São Paulo: João

Fortes Engenharia, 1981.

_____ . *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; [São Paulo]: EDUSP, 1981.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinações pela Província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1953.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO. Publicado por José Maria Lisboa. 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1884, 1885. Reedição fac-similar do Governo do Estado de São Paulo, s/d.

BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE. São Paulo. Coleções de jornais.

CABRIÃO. Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867. São Paulo: Ed. da UNESP: Impr. Oficial, 2000. Edição fac-similar.

ESTUDOS AVANÇADOS. Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 7, 1993.

RELATÓRIO apresentado ao cidadão dr. Cesário Mota Jr., secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo diretor da Repartição de Estatística e Arquivo, sr. Antônio de Toledo Piza, em 31 de julho de 1894. Rio de Janeiro, 1894. Cópia da Fundação SEADE, São Paulo.

Créditos das Ilustrações

Figs. 1 e 18. “Entrada de São Paulo pelo caminho do Rio de Janeiro. Convento das Carmelitas”, Jean Baptiste Debret/ Coleção João da Cruz Vicente de Azevedo, São Paulo.
Figs. 2 e 22. “Senhora de São Paulo”, Charles Landseer/ IMS.
Fig. 4. Detalhe do quadro de Benedito Calixto (ver íntegra na fig. 5).
Fig. 13. Detalhe da foto de Militão Augusto de Azevedo (ver íntegra na fig. 32).
Fig. 40. Detalhe do quadro de Jules Martin (ver íntegra na fig. 51).
Figs. 3 e 59. “Estação da Luz” (1895), foto de Marc Ferrez/ IMS.
Figs. 5 e 6. “Fundação de São Vicente”, Benedito Calixto/ Acervo do Museu Paulista da Universidade da São Paulo, foto José Rosael e Hélio Nobre.
Fig. 7. Mapa do Brasil, João Teixeira Albernaz; o moço / Biblioteca Nacional.
Fig. 8. “Ilha de São Vicente” (1586)/ Museu Naval de Madri.
Fig. 9. “Capitania de Santo Amaro”, João Teixeira Albernaz, o velho/ Mapoteca do Itamaraty.
Fig. 10. Manuel da Nóbrega / Biblioteca Nacional.
Fig. 11. José de Anchieta/ reprodução Biblioteca Nacional.
Fig. 12. “A capitania de São Vicente”, João Teixeira Albernaz, o velho / Mapoteca do Itamaraty.
Fig. 14. “La Villa de San Pablo”, de Luís Céspedes Xeria (1628). in O Velho São Paulo, de Afonso d’Escragnolle Taunay; reprodução / Biblioteca Nacional.
Fig. 15. Mapa de São Paulo/ Memórias Assessoria e projetos. Eduardo J. Rodrigues.
Fig. 16. “São Paulo: São Pedro”, Jean Baptiste Debret / Coleção particular, SP.
Fig. 17. “Palácio do Governo em São Paulo” (1827)— aquarela 11 x 21 cm, por Jean Baptiste Debret / Coleção Aluísio Rebelo de Araújo e Ana Helena Americano de Araújo, São Paulo.
Fig. 19. “Mapa da cidade de São Paulo” (1810) de Rufino José Felizardo e Costa / Biblioteca Nacional.
Fig. 20. Retrato do morgado de Mateus.
Fig. 21. “Convento da Luz”, aquarela de Miguel Arcanjo de Assumpção Dutra / Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
Fig. 22. “Gente de São Paulo”, Charles Landseer/ IMS, e “Senhora de São Paulo”, Charles Landseer/ IMS.
Fig. 23. “Cadeia de São Paulo”, Miguel Arcanjo de Assumpção Dutra / Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
Fig. 24. “Chafariz do largo da Misericórdia de São Paulo” (1847), aquarela de Miguel Arcanjo de Assumpção Dutra / Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
Fig. 25. “Retrato de Bernardo José de Lorena”/ Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, foto José Rosael e Hélio Nobre.
Fig. 26. “Calçada do Lorena, vista da serra do Mar” (1825), Coleção Cyrillo Hercules Florence / fotógrafo Rui Carvalho.
Fig. 27. “Panorama da cidade de São Paulo, vista do rio Tamanduateí”, Arnaud Julien Pallière / Coleção particular, SP.
Fig. 28. Retrato de “Auguste Saint-Hilaire”/ Biblioteca Nacional.
Fig. 29. Marquesa de Santos, Domitila de Castro Canto e Mello/ Biblioteca Nacional.
Fig. 30. “Cidade de São Paulo”, Charles Landseer/ IMS.

Fig. 31. “Pirâmide e chafariz do Piques”, aquarela de Miguel Arcanjo de Assumpção Dutra / Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
Fig. 32. Igreja de São Francisco e Faculdade de Direito, Militão Augusto de Azevedo/ IMS.
Fig. 33. “Uma sala de estar em São Paulo”, Thomas Ender/ Kupferstichkabinet der Akademie der bildenden Künste, Viena, Áustria.
Fig. 34. “Retrato de Líbero Badaró” / Biblioteca Nacional.
Fig. 35. “Túmulo de Júlio Franck”, aquarela de Miguel Arcanjo de Assumpção Dutra / Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
Fig. 36. “Retrato de Álvares de Azevedo” / Biblioteca Nacional.
Fig. 37. “O Teatro São José”/ Acervo de Negativos do Depto. do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.
Fig. 38. “Rua de São Bento”, Militão Augusto de Azevedo/ IMS
Fig. 39. “Retrato de Dona Maria Pais de Barros” / Acervo Modesto Carvalhosa.
Fig. 41. Reprodução do jornal Cabrião.
Fig. 42. “D. Veridiana da Silva Prado e sua família”, in O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira: 1867-1918, de Maria Cecília Naclério Homem. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 102 / Acervo de Maria Cecília Naclério Homem.
Fig. 43. “Vista geral da Imperial Cidade de São Paulo”, Jules Martin/ Coleção João Moreira Garcez, São Paulo.
Fig. 44. “Luís Gama”, bico de pena de Ângelo Agostini / Revista Ilustrada, n. 313.
Fig. 45. “Hospedaria dos Imigrantes, no bairro do Brás” / Museu do Imigrante.
Fig. 46. “Desembarque de imigrantes na estação da hospedaria dos Imigrantes” / Museu do Imigrante.
Fig. 47. Detalhe de foto de Campos Sales / Fundação Getúlio Vargas. CPDOC.
Fig. 48. “Convenção de Itu”, óleo sobre tela de Jonas Barros / Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
Fig. 49. Reprodução do desenho de Prudente de Morais / Biblioteca Nacional.
Fig. 50. “Junta Governativa de São Paulo, 1889”, impressão sobre papel. in Vida Paulista, semanário ilustrado, ano 2, n. 62, 12 de nov. de 1904 / Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
Fig. 51. “Inauguração da av. Paulista”, Jules Martin, 45,50 cm x 66,90 cm / Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, foto de José Rosael e Hélio Nobre.
Fig. 52. “2º Projeto do Aterro da rua Direita ao morro do Chá” (1879). litografia em sépia 27,5 x 47,3 cm, por Jules Martin / Coleção João Moreira Garcez, São Paulo.
Fig. 53. “Ramos de Azevedo”, foto de João Musa / Biblioteca FAU/USP.
Fig. 54. “Festejo à frente do Edifício-monumento do Ipiranga” (1890), postal de Guilherme Gaensly. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, foto de José Rosael e Hélio Nobre.
Fig. 55. “Colocação de trilhos na ladeira de São João, esquina com a rua Líbero Badaró” (10 de fevereiro de 1900), Guilherme Gaensly/IMS.
Fig. 56. “A rua 15 de Novembro” (1895), Marc Ferrez/ IMS.
Fig. 57. “Viaduto do Chá” (1895), Marc Ferrez/ IMS.
Fig. 58. “A fonte e o largo do Palácio”, em foto de Militão Augusto de Azevedo (1887)/ IMS.

AGRADECIMENTOS

Alessandra Billia, Beatriz Pimenta Camargo, Bianka Tomie Ortega, Casa de Cultura Laura Alvim, João da Cruz Vicente de Azevedo, João Moreira Garcez, Jonas Soares de Souza, Maria Cecília Naclério Homem, Maria Marlene de Souza, Modesto Carvalhosa, Plínio Carnier Jr., Ronaldo Graça Couto

Sumário

Capa
Folha de Rosto
Créditos
Dedicatória
Introdução
COMEÇOS
I - OPERAÇÃO RIO DA PRATA
II - AO ENCONTRO DA CASA DE PEDRA
III - A VIDA SEGURA E CONVERSÁVEL
IV - A TRISTEZA DO COMANDANTE
V - O GAGO IRASCÍVEL E O DOCE ABAREBEBÊ
VI - CHEGA O PADRE JOSEPH
VII - A UTOPIA DESFEITA
INCERTEZAS
VIII - DO ARRAIAL AFRICANO AO VILAREJO HINDU
IX - A VEZ DO GIBÃO ACOLCHOADO
X - “HOMENS FACINOROSOS, ÍMPIOS E TOLERADOS LADRÕES”
XI - RUAS EM POLVOROSA
XII - CRIME E VINGANÇA
XIII - “CIDADE” E “CABEÇA DE CAPITANIA”
XIV - OS PENICOS DO PADRE
XV - O LINHAGISTA SAI A PASSEIO
XVI - O VÉU DA TRISTEZA PAULISTA
XVII - OS DEDOS DO INGLÊS E AS CANASTRAS DO FRANCÊS
XVIII - “IMPERIAL CIDADE”
XIX - A CONQUISTA DA INUTILIDADE
XX - OS ESTUDANTES E OS COMEDORES DE FORMIGA
XXI - ENTRE AS MADAMES DA MODA E O CARRO DE BOI
ARRANCADA
XXII - O GENERAL CAXIAS E O GENERAL CAFÉ
XXIII - O PRIMEIRO URBANISTA
XX IV - “HAVIA PARA ELE COMO QUE UM TRONO EM MINHA ALMA”
XXV - OS ASSOBIOS DA DESPEDIDA

XXVI - REPUBLICANOS... E ESCRAVISTAS
XXVII - REVOLUÇÃO À BRASILEIRA
XVIII - UM VIADUTO, UMA AVENIDA — E A CEREJA QUE COROA O BOLO
XXIX - UM PASSEIO COM OLHOS DE EMPRESÁRIO
XXX - CIDADE ESTRANGEIRA
XXXI - PANORAMA 1900 (INCLUINDO O PONTO DE VISTA DE UM VISITANTE DO FUTURO)
EPÍLOGO
NOTAS
REFERÊNCIAS
CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES
Agradecimentos